

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMMANUELLA MAGRO DENORA

O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR AUTORITÁRIO:  
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DISPUTA DO CONCEITO DE GÊNERO E AS  
REVERBERAÇÕES NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

CURITIBA

2024

EMMANUELLA MAGRO DENORA

O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR AUTORITÁRIO:  
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DISPUTA DO CONCEITO DE GÊNERO E AS  
REVERBERAÇÕES NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Direito.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. KATYA KOZICKI

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Denora, Emmanuella Magro

O movimento antigênero como aglutinador autoritário:  
considerações acerca da disputa do conceito de gênero e as  
reverberações na democracia brasileira / Emmanuella Magro  
Denora. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor  
de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.  
Orientadora: Katya Kozicki.

1. Ideologia de gênero. 2. Gênero. 3. Fascismo - Brasil. 4.  
Neoliberalismo. I. Kozicki, Katya. II. Título. III. Universidade  
Federal do Paraná.

Bibliotecária: Eglem Maria Veronese Fujimoto – CRB-9/1217

À Biblioteca de Ciências Jurídicas  
Demais Setores de Ciências Jurídicas, para depósito de versão final de TESE  
Universidade Federal do Paraná

Ref. Ata 499/PPGD

### DECLARAÇÃO

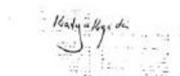
Eu, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KATYA KOZICKI, Orientadora de Doutorado de EMMANUELLA MAGRO DENORA, aluna do Programa de Pós Graduação em Direito, Doutorado, em Direitos Humanos e Democracia, DECLARO e CERTIFICO o que segue, em relação à **Ata de Defesa n. 499 deste, realizada aos 29 dias do mês de Agosto de 2024.**

1. Que a Ata n. 499 (Ata de Sessão Pública de Defesa de Doutorado Para a Obtenção do Grau de Doutora em Direito) dispõe que:

*“Aprovada condicionalmente. A candidata deve fazer as modificações sugeridas pela banca no prazo de 45 dias, contados da data de hoje. Recebido o trabalho com as modificações as mesmas serão objetivo de verificação por parte da banca.”*

2. Uma das condições para aprovação final e depósito consistiu na alteração do título, apresentado em defesa como “Deus, Pátria, Família”.
3. Que em razão da alteração do mesmo para **“O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR AUTORITÁRIO: Considerações acerca da disputa do conceito de gênero e as reverberações na democracia brasileira”** a banca deliberou conjuntamente a **APROVAÇÃO** e o depósito fica autorizado, com alteração do título, em anuência desta Orientadora, que subscreve.
4. Deste modo declara-se e certifica-se que a discente EMMANUELLA MAGRO DENORA está APROVADA e onde se lê em **ata de sessão e termo de aprovação “Deus, Pátria, Família”** deve-se ser alterado para **“O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR AUTORITÁRIO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DISPUTA DO CONCEITO DE GÊNERO E AS REVERBERAÇÕES NA DEMOCRACIA BRASILEIRA”**.

Curitiba, 29/10/2024



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katya Kozicki



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

ATA Nº499

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM DIREITO

No dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e quatro às 14:30 horas, na sala de Defesas - 317, PPGD UFPR - Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **EMMANUELLA MAGRO DENORA**, intitulada: **Deus, Pátria, Família**, sob orientação da Profª. Dra. KATYA KOZICKI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: KATYA KOZICKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MELINA GIRARDI FACHIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL), MARIA RITA DE ASSIS CESAR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANGELA COUTO MACHADO FONSECA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, KATYA KOZICKI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Aprovada condicionalmente. A candidata deve fazer as modificações sugeridas pela banca no prazo de 45 dias, contados da data de hoje. Recebido o trabalho com as modificações as mesmas serão objetivo de verificação por parte da banca.

CURITIBA, 29 de Agosto de 2024.

Assinatura Eletrônica

30/08/2024 19:09:35.0

KATYA KOZICKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/08/2024 14:17:39.0

MELINA GIRARDI FACHIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/09/2024 13:50:41.0

ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL)

Assinatura Eletrônica

01/09/2024 11:25:22.0

MARIA RITA DE ASSIS CESAR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/09/2024 08:33:36.0

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Praça Santos Andrade, 50 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80020300 - Tel: (41) 3310-2685 - E-mail: ppgdufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 392569

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 392569



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **EMMANUELLA MAGRO DENORA** intitulada: **Deus, Pátria, Família**, sob orientação da Profa. Dra. KATYA KOZICKI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Agosto de 2024.

Assinatura Eletrônica  
30/08/2024 19:09:35.0  
KATYA KOZICKI  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
30/08/2024 14:17:39.0  
MELINA GIRARDI FACHIN  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
02/09/2024 13:50:41.0  
ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU  
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL)

Assinatura Eletrônica  
01/09/2024 11:25:22.0  
MARIA RITA DE ASSIS CESAR  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
11/09/2024 08:33:36.0  
ANGELA COUTO MACHADO FONSECA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

À Domitila, minha melhor tese, porque perfeita e irretocável; para quem e por quem vale construir e reconstruir e [re]inventar [um]a democracia.

## AGRADECIMENTOS

Acho o verbo “*to be*” interessantíssimo desde criança. Ele coloca na mesma palavra e possibilidade ser e estar. Não a toa ele é um verbo de exceção. Eu mesma sempre fui (e venho sendo) e estive (e sigo estando) em experiências de subjetividades diversas. Eu mesma sou e estou em exceção referencial. Se por um lado sou e estou nos laços de minha ancestralidade e parentesco, que em si possuem seus atravessamentos que a mim igualmente me constituem e por tal sou quem sou e venho sendo, também fui e estive em toda minha trajetória acadêmica até aqui, amparada pelo ensino público. A educação pública me situa onde estou e o que sou, desde São Jerônimo da Serra até este Doutorado em Direito, de excelência incontestada, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, capital de um Estado que poucas vezes saí, num país que nunca atravessei. Além do percurso em minha educação custeado com o dinheiro público, foi o suporte financeiro da Bolsa Capes que possibilitou, durante uma pandemia global e isolamento social – e uma gravidez completa e puerpério caótico respectivo – que essa pesquisa se efetivasse.

Ser e estar entre realidades sociais diversas é constitutivo. Por um bom tempo eu dizia que todas as pessoas do mundo tinham alguma relação com São Jerônimo da Serra, essa cidade de cinco mil habitantes de onde venho do interior do Paraná. Verissimo tem hipótese análoga, mas se refere a Londrina, salvo engano da memória (ou seria genericamente a alguma cidade do interior do Estado, e estou sendo bairrista?). E Elena Ferrante chama de bairro. Em Nápoles. Nossos bairros são universalizáveis pelas familiaridades, é o que posso concluir. Nossas familiaridades são experiências passíveis de comunidade política pelo cotidiano, é o que sustento nesta tese. De modo que à literatura sou grata, pelas tantas vezes que me possibilitou deslocamentos pelas familiaridades e associações.

Aos meus pais, pela presença ainda e pelo que foram e são. Por me oportunizarem buscar realidades (nem sempre de modo tranquilo) que eles não entendem bem. À minha irmã, que tem feito seu caminho de um modo mais livre.

Ao meu marido, cujo poder de concisão compensa minha prolixidade e confusão na vida. À Domitila, que me revela sentimentos e forças que não encontrei ainda definições que comportem o tanto que transborda para dar-lhe sentido.

À toda aldeia de cuidados que criou-se nesse puerpério, sobretudo à Jéssica e Aline, que cuidam com tanto carinho da minha pequena (que tecnicamente sempre

foi bem grande) e ainda zelam e brincam com nossos dragatos, Cassandra, Gatona e Mefistófeles. Sem o trabalho delas eu certamente não teria concluído essa tese.

A todas que sempre estão comigo onde estou. Às mulheres que possibilitaram que eu esteja aqui. Alguns homens também, que alianças e aliados se faz na vida. E todo o entre. À Judith Butler, que publicou um livro entre a qualificação e a defesa com o mesmo argumento que o desta tese, e às tantas aulas online, vídeos e podcasts que ouvi e vi nestes últimos anos, fazendo companhia e explicando um pouco o mundo nas ansiedades da pandemia, e que seguem presentes, em especial a Alessandra Orofino, a partir de quem muitos “estalos” aconteceram nesta tese. À Laerte, que é sempre generosa com sua arte e me autoriza usá-la academicamente.

À minha trajetória jurídica de aprendizado, que é tão bonita e me traz tanto ainda, na UEL, UENP e UFPR, e todas as amigadas do caminho, que habilitam essa soma de diálogos e percepções, trocas e afetos. Do CASM ao CEJUR.

À Professora Vera Karam, Professor Manoel Caetano e Professor Carlos Marés, que trouxeram o novo para Algo Novo enquanto foi novo, e me abriram portas que nunca imaginei que eu poderia passar, e me convidaram e me entenderam legítima para sentar em cadeiras que a mim pareciam inalcançáveis.

Às Professoras Clara, Ângela e Melina, cujas disciplinas neste PPGD foram absolutamente fundamentais para os resultados dessa tese; agradeço ainda às contribuições mais diretas das duas últimas, somadas às da Professora Maria Rita, em qualificação, que me habilitaram em novos olhares sobre o texto, e a soma das contribuições da Professora Ana Cláudia na defesa.

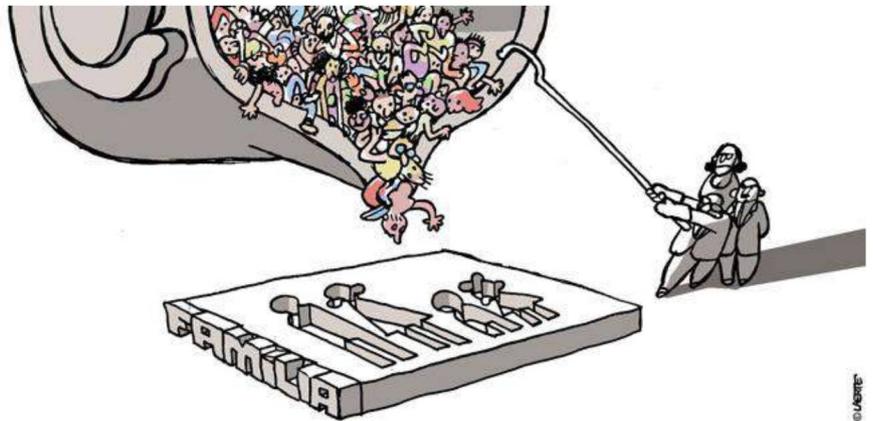
À Professora Katya, minha orientadora, reservo a especialidade dos agradecimentos do incentivo para seguir e das palavras motivacionais. Ainda que nossas linguagens sejam diversas, é a generosidade acadêmica dela, cujo nome é adjetivo de si, que torna essa trajetória completa e cria pontes.

Se hoje estou, é porque ainda sou o que fui, e carrego sempre comigo a terra que pisei descalça para que hoje meus sapatos encontrem o mármore e as palavras me venham.

Ao que abre e fecha. Ao que deságua.

*"Tutte le Strade Portano a Roma"*

Provérbio romano do século XII



Charge da Laerte



Tirinha da Laerte de 22/09/2024, na Folha

## RESUMO

Considerando a ascensão de autoritarismos pela via democrática, no caso particular do fenômeno bolsonarista no Brasil, questiona-se como se dá e o que guarda em comum com acontecimentos análogos em diacronia temporal. Quais os contextos políticos e normativos, a ambientação cultural, de modo amplo, que possibilita e que produz politicamente a subversão da lógica sistêmica republicana pública pela visão privada e individualista que defendem. Objetiva-se compreender como e em que circunstâncias jurídicas se deu, pós 1988, com tamanha popularidade, e, a partir do deslocamento do ponto de vista fenomênico, rerepresentar e compreender o que dizem os autoritários quando falam em gênero e família, a partir de esferas privadas e cotidianas como evento político. Compreender o fenômeno bolsonarista amplamente e como operam semioticamente: o que dizem, os vínculos e associações, os grupos políticos que sustentam sua base, e quais os conjuntos discursivos e afetivos que promovem, sobretudo digitalmente. Compreender o que significa “gênero” enquanto “ideologia de gênero” e o que, a partir das associações que operam em suas mobilizações e agrupamentos, a partir do ambiente digital e “pós verdade” extravasando para a realidade política, interagem em outras esferas sistêmicas, como as religiosas e econômicas, pela via moral familista, e como isso se implica em naturalizações artificiais de centralidade patriarcal. Entender porque esse fenômeno de mobilização de sentimentos cotidianos é chamado de fascista, e como se articulam transnacionalmente pela ameaça de valores e eixo em comum da noção patriarcal de verdade e moral e a quem o Estado deve servir. Explicar como o deslocamento do poder enquanto masculino em representatividade universal identitária hierarquizada e responde por violências quando ameaçado em seus espaços “naturais”. Explicar como essas associações e correlações se inserem em linguagem economicamente subjetiva, pela via moral dos “valores familiares”, que também movimentam sentimentos e afetos políticos pelo cotidiano. De modo que procede-se a metodologia etnográfica qualitativa compilando discursos e eventos políticos, sobretudo a partir de 2018 até o presente (2024), para compreender a racionalidade destes acontecimentos e resultar numa proposta teórica política a partir das teorias de gênero combinadas à teoria do Estado Moderno, com fulcro na democracia liberal constitucional. A hipótese de que o fascismo, sendo este um sentimento masculinista, sobrevive pela pauta de “gênero” foi confirmada por metadados e interpretação qualitativa de pesquisas de múltiplas fontes combinadas aos dados de violência contra a mulher e respectivas leituras das dinâmicas sociais.

Palavras-chave: 1. Gênero e Ideologia de Gênero. 2. Bolsonarismo. 3. Fascismo Brasileiro. 4. Racionalidade Neoliberal. 5. Neoconservadorismo e Familismo.

## ABSTRACT

Considering the rise of authoritarian regimes through democratic means, particularly the "Bolsonarista" phenomenon in Brazil, this study questions how it arises and what it shares in common with analogous events throughout history. What political and normative contexts, as well as broad cultural settings, enable and politically produce the subversion of the public republican system's logic by the private and individualistic worldview they defend? The objective is to understand how and under what legal circumstances, after 1988, this phenomenon gained such popularity, and, by shifting the phenomenological perspective, to re-present and comprehend what authoritarians mean when they talk about gender and family, using private and everyday spheres as political events. This study seeks to broadly understand the "Bolsonarista" phenomenon and how it operates semiotically: what they say, the connections and associations, the political groups that sustain their base, and what discursive and affective frameworks they promote, particularly in the digital realm. It aims to understand what "gender" means in the context of "gender ideology" and how, through the associations mobilized in their movements and groups, digital and "post-truth" environments influence political reality, interacting with other systemic spheres, such as religious and economic ones, through the familist moral lens. This analysis explores how these interactions result in artificial naturalizations of patriarchal centrality. Furthermore, it seeks to explain why this mobilization of everyday feelings is called "fascist" and how it is transnationally articulated through the common threat to patriarchal notions of truth and morality, along with the question of whom the State should serve. The study also explains how the displacement of masculine power, as a universally representative identity, leads to hierarchies and responses of violence when its "natural" spaces are threatened. Additionally, it examines how these associations and correlations manifest in economically subjective language through the moral lens of "family values", which also mobilizes political emotions and sentiments in everyday life. Using a qualitative ethnographic methodology, compiling speeches and political events from 2018 to the present (2024), this study seeks to understand the rationale behind these occurrences and offers a political theory based on gender theories combined with modern state theory, grounded in liberal constitutional democracy. The hypothesis that fascism, as a masculinist sentiment, survives through the "gender" agenda has been confirmed by metadata and qualitative interpretation of multiple sources, combined with data on violence against women and respective readings of social dynamics.

Keywords: 1. Gender and Gender Ideology. 2. Bolsonarism. 3. Brazilian Fascism. 4. Neoliberal rationality. 5. Neoconservatism and Family Values.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1	JUSTIFICATIVA .....	22
1.2	OBJETIVOS .....	27
1.2.1	Objetivo Geral .....	29
1.2.2	Objetivos Específicos .....	29
1.3	METODOLOGIA .....	30
<b>2</b>	<b>DESLOCAMENTOS REINTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E A PESQUISADORA NA PESQUISA</b> .....	<b>34</b>
2.1	DE ONDE SE SAIU .....	34
2.1.1	Das Imaterialidades Que Afetam .....	43
2.2	DOS DESVIOS DO CAMINHO .....	66
2.3	DAS CHEGADAS .....	69
<b>3</b>	<b>DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA</b> .....	<b>70</b>
3.1	A SEPARAÇÃO DE ESTADO E IGREJA .....	83
3.1.1	O Quanto Cabe em Gênero .....	85
3.1.2	Da Importância da Leitura Gendrada dos Dados .....	107
3.2	A ÁGORA DIGITAL: A FRONTEIRA VIRTUAL DO PODER .....	139
<b>4</b>	<b>O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR [NEO]FASCISTA ..</b> .....	<b>173</b>
4.1	FASCISMO COMO SINÉDOQUE FENOMÊNICA AUTORITÁRIA .....	184
4.2	UMA FORMA DE INTERPRETAR AS RELAÇÕES DE PODER .....	212
<b>5 A</b>	<b>RACIONALIDADE NEOLIBERAL: [NEO]CONSERVADORISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO</b> .....	<b>225</b>
5.1	NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: O SACRIFÍCIO FAMILISTA DAS MULHERES .....	229
5.2	PÚBLICO E PRIVADO: DAS FAMILIARIDADES COTIDIANAS EM QUE A POLITICIDADE SE DÁ E SE AFIRMA EM DIREITO .....	246
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>259</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>266</b>
	<b>REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS</b> .....	<b>278</b>
	<b>REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS</b> .....	<b>288</b>
	<b>REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE SITES</b> .....	<b>288</b>

<b>ANEXO 1 – DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO NO PÚLPITO (2019) .....</b>	<b>289</b>
<b>ANEXO 2 – DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO NO CONGRESSO (2019) .....</b>	<b>291</b>
<b>ANEXO 3 – DISCURSO DE MICHELE BOLSONARO EM 25/02/2024 .....</b>	<b>294</b>
<b>ANEXO 4 – CARTILHA DE CAMPANHA PARA DEPUTADO FEDERAL DO CANDIDATO FILIPE BARROS, EM 2018, REELEITO EM 2022 .....</b>	<b>297</b>
<b>ANEXO 5 – DOIS TEXTOS DA PRODUTORA BRASIL PARELELO: GIORGIA MELONI E FASCISMO COMO COMPREENDIDO POR ELES .....</b>	<b>313</b>
<b>ANEXO 6 – ENTREVISTA COM STEVE BANNON E MATÉRIA SOBRE A UNIVERSIDADE ROMANA QUE PROMOVE .....</b>	<b>331</b>
<b>ANEXO 7 – ORBÁN E SEU PROJETO DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>347</b>
<b>ANEXO 8 – PALESTRA DE BELISÁRIO PENNA .....</b>	<b>352</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“A representação do mundo, como o próprio mundo, é obra dos homens; eles o descrevem a partir de seu ponto de vista, o que confundem com a verdade absoluta”*

Simone de Beauvoir, *n’O Segundo Sexo*

Objetivamente a pergunta que move essa pesquisa é como Jair Bolsonaro – não enquanto pessoa, mas enquanto persona política – foi possível enquanto Presidente da República e liderança política na democracia formal brasileira. E na sequência, como o bolsonarismo segue possível como método político de identificação massificada e agregador político. E para responder sobre como uma figura política não ortodoxa segue tão popular e robusta a ponto de adjetivar um modo de fazer política normalizado pela institucionalidade, é importante prestar atenção em quem fala, no que se fala, como se fala e onde se fala para que o fenômeno se mantenha coeso e reflexivo na adaptação aos espaços e disputas de poder aos quais se submete e transforma.

Aqui é preciso adicionar algumas camadas à questão, e ao fazê-lo, delimitar os contornos do objeto de estudo.

O ponto referencial de gênese é a premissa dada de que o Brasil está submetido a um regime democrático de Direito pactuado no texto constitucional promulgado em 1988 que possui direitos e garantias fundamentais pétreos que são matéria, forma e substância em si das noções amplas de valores de liberdade, igualdade e fraternidade afirmadas como fundacionais da modernidade e do Estado como institucionalidade e mediação constitutiva dos poderes e interesses de seus povos, e a partir dessa noção, procedimentaliza os eixos de interlocução entre Direito e Política, e portanto, na articulação do Poder (em maiúsculo pela institucionalidade estatal) e dos poderes (as relações ubíquas e dissipadas que retroalimentam a sociedade e a ambientação cultural como padrões de criações e dinâmicas multirelacionais e associativas).

Os eixos de interlocução entre Direito e Política devem atuar como plano de fundo das premissas e estruturas fundacionais da moldura estatal moderna adotada no Brasil (sem prejuízo de suas fundações originárias). É através da Política que o Direito se estabelece como tal e em centralidade estruturante em sua forma originária Constitucional, e nela institui o exercício derivado constituinte para seu

prossequimento. Constituir é somar diferentes elementos para formar um todo, que por ser inerentemente inclusivista como premissa, habilita que o Direito em si possa ser lido e interpretado atravessado por valores e princípios orientados pelos limites da linguagem e hermenêutica que opera para comunicar, portanto, as bordas que encerra os signos como significados comuns de reconhecimento de legitimidade institucional de fatos.

Logo, é pela Política que o Direito assim se positiva como um espelho ideal da sociedade e das normas sociais – espelho porque se reflete; ideal porque se projeta perene e menos imperfeito nas contradições e inconsistências inerentes da diversidade. Sua interpretação e aplicação judicial depois de posto também está atravessada – necessariamente – pela política, ao adotar sentidos de validade e validação. A estrutura fundacional do Estado Moderno é o contrato social, e esse contrato social originalmente não contemplava na noção de “povo” que firmava o pacto a totalidade de sujeitos de determinado território. Em “povo” cabiam homens de posses, e os interesses desses homens e das posses desses homens eram regidos pela institucionalidade estatal. Portanto, a quem responderia em regime de validade e reconhecimento jurídico sistemicamente. Ainda que agora em “povo” se caiba mais gente, com mais diversidade e critérios mais amplos de admissão categórica, o pressuposto binário de divisão populacional entre homens e mulheres para reprodução segue estruturante, prévio e incorporado, dissipando no cotidiano e na politicidade estrutural da diferença sexual dada como a-histórica, e a partir dela toda uma divisão e segregação de mundos e de seus signos e de validações de seus significantes. Incluindo o reconhecimento de cidadania plena e acesso a políticas públicas referenciais – a quem serve prioritariamente.

O desenho original do Estado, mesmo o brasileiro, universaliza o sujeito homem eurocentrado heteronormativo como sujeito ideal e responde a esse sujeito por essa racionalidade colonial sobre o sujeito de conhecimento. Esse desenho original subsiste. Nada é mais identitário do que o sujeito masculino do Estado Moderno. Sua fundação universaliza parâmetros referenciais de verdade jurídica como privilégio do particular dominante: o sujeito homem burguês. Esses mesmos parâmetros referenciais mobilizam os valores e afetos que atravessam as estruturas e perspectivas desse Estado, inclusive econômicas, e quais os dados que serão compreendidos, e como serão compreendidos. É a essa dinâmica como um dado, reafirmado no *corpus* integral do texto, que se elabora as bases do que chamamos de

androcentrismo político: a dinâmica masculina de organização social patriarcal do poder, que centra na masculinidade performativa branca sua forma de se relacionar com tudo o mais, universalizando-se. O androcentrismo político é uma lógica de poder referencial, em função da qual os sistemas modernos se integram e operam, estruturante e estrutural como regime de verdade, incluindo nele o sistema patriarcal de Estado e a iteração normativa social de organização ubíqua do poder pela qual se opera como certo e natural.

A segunda premissa relevante para atravessamento desta tese como um dado é a de que o projeto político que fica consubstanciado em Jair Bolsonaro é autoritário – o que não exclui completamente a aplicação do Direito Constitucional Brasileiro de 1988, mas que possibilita, ainda que formalmente respeitadas as regras de institucionalidade democrática, a corrosão material de sua substância valorativa constituída democraticamente, de modo plural e heterogêneo.

Isto posto, elaboramos a pesquisa observando o fenômeno em si e a partir da compreensão da semiótica discursiva que movimenta com prioridade, a fim de compreender o que dizem e quais as associações que promovem quando falam em gênero, nesse amplíssimo espectro incerto conceitual e como disputam o sentido de tal enquanto uma “ideologia de gênero”. Desenvolvemos os eixos em quatro partes, e em cada uma delas buscou-se agrupar as investigações e pistas a partir do que o fenômeno (enquanto acontecimento social), apresenta e se diz a fim de estabelecermos as correlações, atravessamentos e cruzamentos propostos.

No primeiro eixo, no capítulo 2, como uma reintrodução ao problema, dá-se o deslocamento referencial do olhar para o objeto, a fim de colocar quem nos lê defronte das miudezas do cotidiano e da politicidade cotidiana e doméstica, paroquial, que atravessa a pesquisadora e que nos atravessa a todas e todos (e todes), e que formam essa amplíssima nuvem semiótica de eixos e incidências, diretas e indiretas, que tornaram o cotidiano político a politicidade do cotidiano. Assim, entender o como proposto, e borrar as bordas do que daqui da academia encerramos em conceitos e vinculações a tradições teóricas, que não necessariamente corresponderão a como será compreendido socialmente nessa obra aberta e viva do cotidiano. Tal não é um desvirtuamento do que seja uma pesquisa acadêmica, senão um deslocamento, também gendrado, de como compreender acontecimentos políticos no discurso público e suas implicações na institucionalidade. Compreender uma realidade política pelo cotidiano e seus afetos passa também por observar os discursos populares e os

signos que se apresentam cotidianamente nesse contexto, e quem os lê e como se implica coletivamente nesses liames e como esses emaranhados caóticos de fios tecem o tecido social e costuram o que se implica no Estado. A reintrodução sequencial não parte de uma teoria pronta. Coloca as confusões e os antagonismos aparentes que se dispunha na ambientação política do período, indicando as notícias e manifestações que compõem esse mosaico da coleta de fontes que fundamentam o olhar, e a também aparente incompatibilidade da adesão popular a uma figura que se distinguia por elementos a nós entendidos como não democráticos. Pelo fio de Ariadne desse labirinto de contradições retóricas, conteúdos menores e sob as franjas das análises econômicas revelaram-se repetidos à exaustão, no que entendemos ser a correlação que fazem entre moral, religião, família, educação e “ideologia de gênero”; e como a partir disso, novas camadas se sobrepõe ao problema, pelas pistas que deixavam e ainda deixam pelo cotidiano dos sentidos produzidos.

No segundo eixo, no capítulo 3, as reincidências analíticas do objeto em diacronia histórica, a via moral como plano de fundo autoritário e as evidências da repriminção do fenômeno pela via de gênero e suas disputas conceituais, como aponta Butler (2024), constatando que os problemas políticos e de Direito são problemas religiosos secularizados (Schmitt, 2006), transformados em discurso de ódio metapolítico, com os dados triangulados comprovando que qualitativamente o que mantém o [neo]fascismo agrupado é a moral religiosa familista – sendo o familismo aqui tratado como essa corrente que compreende, enquanto única formação legítima e possível de unidade familiar estatal, a formação patriarcal heteronormativa com fins reprodutivos – que trafega ela também na grande via de “gênero”, reabilitando velhos conhecidos esotéricos das franjas masculinistas aos novos meios de comunicação e velocidade respectiva. Aqui foi preciso atender gênero como o conceito em disputa que se apresenta, enquanto relação de poder (Scott, 2018) a partir das elaborações de Judith Butler em seu trabalho de 2024 (“*Quem tem medo do gênero*”), e as adaptações atualizadas e revistas por ela mesma. Nesse conceito em disputa por vários grupos e vertentes, ademais das diferenças importantes do que seja academicamente compreendido e definido como gênero, como sexo, como sexualidade, como questões de direitos reprodutivos, transfeminismo e feminismos, e as escolas que disputam seus sentidos, tem-se “ideologia de gênero” como um seguimento próprio construído por matrizes religiosas, que disputam o conceito de gênero, e a partir de uma construção retorcida e distorcida do que seja, o tratam como

“ideologia”, e se posicionam como um movimento aglutinador de pautas, sendo o elo comum, no que chamamos, a partir também de Butler (2021d), de “movimento antigênero”. Investigou-se os elementos repetidos em outros momentos históricos, tanto em momentos autoritários como democráticos, e como o que se segue em repetição é a posição da mulher, do feminino, na domesticidade e nos cuidados da prole, por essa vinculação a papéis de gênero heteronormativa e binária.

Ainda no terceiro capítulo, se elabora como, direta ou indiretamente a juridicidade e o Estado, como um todo, se mobiliza a articula para posicionar binariamente mulheres em ambientes privados e homens em ambientes públicos, estes os ambientes nobres. Em comum, ambos são patriarcais enquanto sistema operacional. Como há nessas dinâmicas de controle a mobilização de valores religiosos, buscou-se compreender como isso se dá incidentalmente, quais os caminhos dessa relação e interpenetração em ambientes que se separaram artificialmente na modernidade. O elemento comum que disputam significados comuns é a família e a “igualdade” que entendem planificar em “ideologia de gênero” e a corrupção moral social.

Há uma correlação sobreposta de associações comuns geradoras de mobilizações análogas reprimidas, que se transformam, porque vivas, não encerradas em conceitos, e se tornando coisas outras pela repetição dos afetos e moralidade na linguagem do cotidiano. Como um desmembramento dos elementos diferenciadores do momento histórico presente com os anteriores dados enquanto autoritários (e passível de analogias), considerou-se o efeito das plataformas digitais em rede, e como ampliou-se os espaços, agora sob a égide de territórios virtuais cujas verdades são administradas pelos sentimentos; pôde-se perceber melhor a correlação afirmada entre afetos comuns mobilizadores dessa fascistização do cotidiano. Como os ódios se dispõem nesse ambiente e os produtos desse ódio transitam por um método conspiracionista reverberam num fio elementar comum de “gênero”, agora tomado como essa amplíssima forma de uma palavra comum com significados tantos a cada grupo de interesse que o compreende como ativação discursiva de sentidos das associações fantasmáticas, administradas pelo caos por iminências pardas, interessadas e esotéricas.

Para fins de melhor entendimento de quem nos lê, quando falamos em gênero, sem aspas, nos situamos nesse marco definidor do conceito em movimento que questiona os papéis sociais e as normas sociais e expectativas atribuídas ao

corpo sexuado binariamente; quando falamos em “gênero”, com aspas, remete-se a essa construção de tal enquanto “ideologia de”, que disputa o conceito primeiro enquanto uma imagem espelhada de uma forma de ortodoxia religiosa, que ao projetar seu próprio mecanismo sobre gênero e nela incutir fantasias e dissociações oníricas, o apresenta como uma ortodoxia rival às elaborações acadêmicas, e aglutina grupos via pânicos morais e deslocamentos fantasmáticos na condição de movimento antigênero, sendo a este “gênero” do espantalho criado que se posicionam contra, no qual cabem todos os medos de desamparo, se afirmando enquanto elo comum num movimento antigênero (Butler, 2024; p. 22-40).

Em continuidade, no quarto capítulo, a fim de compreender como o movimento antigênero aglutina o autoritarismo, que tratamos como [neo]fascismo – e o que chamamos de neofascismo, e suas margens borradas com amplas formas autoritárias de gestão da vida e elementos difusos e imateriais. Buscamos compreender os elementos gregários que mobilizam tais paixões e sentimentos associativos que sobrepõem grupos aparentemente diversos que se aliam. O que se tem, neste quarto capítulo, é que se trata de uma aparência de diferença, que todos esses grupos partem de um lugar comum de compreensão de mundo androcêntrico, espelhando toda a realidade como se fosse ela mesma responsiva à hierarquia e aos modos masculinos de integração no mundo, a partir de uma divisão macho-fêmea universal, e projetando seus medos e desamparos de deslocamentos de poder. No quarto capítulo, algumas categorias do que falamos no texto precisaram ser mais elaboradas, de modo que explicamos – espera-se – o uso do termo fascismo como sinédoque do fenômeno autoritário, a partir de Eco (1995). O autoritarismo, sustentamos, é possível mesmo quando a formalidade democrática é respeitada. Nesse sentido, fascismo, reafirmamos, não é uma resposta a crises econômicas, porque não é um projeto econômico. Fascismo é um projeto moral de adesão coletiva, que aglutina transnacionalmente várias figuras com o núcleo em comum de “ideologia de gênero” e a “defesa da família”, via sentimento, por uma moral religiosa patriarcal que revela a crise de deslocamento de poder do equivalente ao próprio poder, que se vê e normaliza enquanto masculino, também em alegoria idealizada de uma virilidade mobilizadora de violências que assumem politicidade em amplas vias.

No quinto capítulo, por fim, ao constatar que a ordem sistêmica se diz por e referencial a um deus patriarcal, a uma família patriarcal e a uma economia ela também patriarcal e masculinista, reverberar uma pátria e um povo que se hierarquiza

nesta modalidade de poder, confundido o poder em si mesmo como um signo masculino naturalizado, o que tem implicações diretas em como nos refletimos enquanto sociedade e o questionamento do risco de manutenção dessa dinâmica, como um risco de vida, ou de morte, não somente aos grupos que consideram inferiores e “inimigos” mas à própria condição de vida do planeta e promessa de futuro. Buscou-se compreender a aparente incompatibilidade entre neoliberalismo e neoconservadorismo que se apresenta no Brasil, que como dito, é aparente.

Para compreender, entretanto, precisamos nos deslocar do que temos enquanto lugares certos e comuns e verificar que a disputa democrática não se dá apenas no exercício político de voto, mas é também uma disputa sobre a palavra democracia e para quem e como ela responde cotidianamente. O neoliberalismo como projeto econômico pode não ter logrado sucesso duradouro, entretanto como racionalidade, nas sendas de Brown (2019), se estabeleceu, precisamente porque seu subproduto de insegurança mobiliza afetos comuns entre a população, que são associados e articulados de modo sobreposto e em equivalências, ainda que frouxas, numa sintaxe onírica, difusa e gasosa (Butler, 2024), e isso se adequa às novas formas de comunicação e velocidade, e as novas formas de manifestação religiosa, também elas ubíquas, e de simplificações retóricas. Essas são as argolas que se tocam e se prendem pela via gendrada. Tratamos como o neoliberalismo, enquanto racionalidade, sacrifica pela lógica familista as mulheres (e o que passa a derivar enquanto “feministas”) (Cooper, 2017), e como o neoconservadorismo adapta argumentos de tradição de resgate moral para higienizar o corpo social (Graff; Korolczuk, 2022), em prol da figura masculina como elementar e natural do poder e dos poderes, que seria a lógica sistêmica referencial androcêntrica, que submete a tudo o que ordena e nomeia.

Concluir o risco de se operar e seguir operando pela lógica ampla androcêntrica da política é uma conclusão incômoda e um tanto desafiadora, do quão animadas podemos seguir em frente como “mulheres difíceis” e em aliança de persistência, porque a “excepcionalidade” que autorizou a possibilidade de uma figura autoritária como Jair Bolsonaro não foi a virulência intestinal que ele expõe, mas a exposição em si de algo que a ortodoxia do republicanismo discursivo patriarcal estava escondendo melhor na institucionalidade do Estado. Como se houvesse uma separação no cotidiano entre economia e vida, e se a violência real do cotidiano enfrentado e que se sente pelas pessoas marcadas por seu gênero (raça e classe,

como não universais) fossem essas violências em si mesmas uma abstração de “costumes” e não seja abstração a linguagem econômica que utilizam como preditores de sucesso do Estado a partir de referenciais criados por essa mesma ordem.

Por outro lado, não há como considerar gênero como um fator incidente na política quando o que seja e o que se fala quando se fala em gênero não seja conhecido também no discurso público. Jair Bolsonaro (e Trump, e Orbán, e Meloni) não são falhas no *design* democrático liberal, são seus produtos mais crus e honestos. A falha está no cálculo de incidência de fatores democráticos.

Há que se modificar, enquanto possibilidade criativa, o referencial absoluto universal, porque é nesse referencial que o Poder e os poderes se confundem com o universalizado. Concluimos com alguma esperança, o suficiente para seguir, mas não tanta. Porque a tarefa de manutenção de uma democracia material envolve um projeto de cotidiano que possibilite um futuro no horizonte, e que ele seja sentido. De modo que esse horizonte ainda está turvo e pouco definido (decerto porque em chamadas advindas do agronegócio com desonerações fiscais concedidas pelos democratas que não querem tratar de “costumes” a fim de não desagradar o outro grupo desonerado, o das religiões). Mas sugerimos um início: estabelecer um conceito e uma definição jurídica e de seus usos do que seja gênero e como ele deve ser referencial normativo.

Esta introdução, como primeiras fundações e fundamentos, apresenta os problemas enfrentados, de modo amplo e em profusão, na ânsia de entendermos como o fascismo bolsonarista se deu, no problema central conectivo da semiótica do poder: como uma gestão caótica do caos pelo caos, com conexões por sentimentos mobilizados a partir do signo “gênero” e a polissemia dos significantes que mobiliza em vias amplíssimas de significados aqui explorados. Esses acontecimentos se deram em concomitância constitucional democrática formal.

O ódio estabelecido como um sentimento político na grande via de “gênero” é uma incorporação exógena de instituições paralelas que o adentram discursivamente, e encontram adesão valorativa na legislação. Entender como essas dinâmicas ocorrem e se fazem presente no cotidiano, e quais os elementos que mobilizam seus circuitos para que se implique e atravesse por afetos a realidade que compõem, envolve, sob nossa delimitação fenomênica<sup>1</sup> e teórica, compreender primeiramente a posição das percepções do sejam e do que signifiquem as palavras utilizadas como

---

<sup>1</sup> Fenomênica e fenômeno, nesta pesquisa, utilizados enquanto acontecimento, não enquanto tradição de pensamento filosófico.

“gênero” e “ideologia de gênero” pelos grupos que compreendemos articulador de distúrbios de sentidos. E tal qual os conceitos deste trabalho, os distúrbios de sentidos ocorrem e são mobilizados, disputados e manipulados amplamente na linguagem comum, porque os sentidos do que tratamos academicamente como gênero não são claros.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

As teóricas feministas entendem quando argumentamos que somos uma falta, um outro, uma segunda, na história (Perrot, 2017; Scott, [1989] 2018; Pateman, [1988] 2020; Federici, 2017; Friedan, [1963] 2020; Beauvoir, [1949] 2016; Rago, 2013). E a história traz sua normatização social e jurídica.

Gênero (e sexo e sexualidade) são categorias importantes para leitura referencial do mundo, porque há uma divisão estruturante das formas de sociabilidade. Estamos nas reticências e nos tropeços da legislação, na compreensão de que o Direito foi hegemonicamente construído a partir de um sujeito de direitos universal dominante (o homem burguês moderno do positivismo) e foi-se costurando adaptações negociadas para que coubesse tudo o que não fosse homem branco heteronormativo e seus regimes de poder e de verdade universalizados. De tempos em tempos essa masculinidade, ao se ver deslocada de lugares que entende seus por direito e naturais, reage. E reage como sabe: pela violência. São essas as violências que tratamos aqui, as violências de gênese desenhadas por um patriarcado autorreferente que chamamos de androcentrismo político, porque torna absolutamente tudo sobre si pelo cotidiano binarizado em macho-fêmea.

Na intenção de compreender como essas associações se dão imaterialmente, revelam-se as faltas estruturais e estruturantes que habilitam que sigam presentes no cotidiano político e suas distorções entre espaços do discurso público, seus amplos usos a partir de grupos plurais. Na mesma palavra, estão aderidos muitos conceitos e significados – e muitos deles falsos e inverídicos. Na divisão de áreas de conhecimento, a linguagem comum possível tem se perdido a partir dos valores de cada disciplina, mesmo quando possam tratar de algo próximo. Há literatura acadêmica e dados demonstrando discursos de ódio digitais e que extravasam para a realidade; há a operacionalização do Direito pela via legal e pela via jurídica de conceitos que não compreende muito bem, como o de gênero, que é uma palavra

mais inclusiva do que feminismo e feminista, mas que passa, na prática cotidiana, a se referir a mulheres, ao mesmo tempo que feminino passa a agregar um outro conjunto de valores conexos com maternidade e família, e daí, religião e política, política e economia. Busquei aqui integrar pelas palavras e seus sentidos pelo que se percebe ocorrendo em vulgata massificada e operacionalização da *real politique*; e a partir da observação dos fenômenos em atravessamentos, a explicação de como os sentimentos políticos tem sido produzidos a partir dos ambientes privados, e como esses sentimentos são fascistizantes e sobrevivem nas democracias liberais.

Há interlocução entre as teorias do Estado Moderno e Constitucionalismo, que, somadas às teorias de Gênero, revelam-se em apêndice, visto que silentes sobre, nesse eixo de interação que propomos. O silenciamento é justificado, ao que se indica, pelo discurso da igualdade formal declarada à desnecessidade de centralidade, de modo que inserir Gênero no Direito e localizar sua importância e presença bibliográfica é inserir, como regra, debates a partir dos feminismos e suas vertentes, em legislações específicas no que se refere ao direito estatal<sup>2</sup> e internacionalmente tuteladas de afirmações amplas em direitos humanos envolvendo mulheres e comunidade LGBTQ+.

Aqui justificamos a inserção pretendida, como uma categoria estrutural, como se vê em suas interconexões fáticas e demanda de inclusão, mas sobretudo como uma categoria estruturante, que funda ela mesma a lógica de inserção de como pensar a lógica da existência humana no mundo. Isso é também alterar percepções de esferas normativas do que seja [de direito] público e do que seja [de direito] privado (Dahl, 1993). Porque integra uma relação com o todo fundamental que situa o masculino e o feminino e todo o entre como eixo no qual o Direito e as normas sociais se submetem enquanto regimes de verdades. Como se o que hoje é moral e palavreado sempre tenha sido estanque na historicidade do tempo.

O masculino, pelo privilégio do particular dominante, é posto como a subjetividade universal para o Direito, referencial em si do que seja o Poder e os poderes, assim centralizado no ordenamento, de modo que discutir “gênero” seja uma palavra mais inclusiva na linguagem para tratar de feminismos, o que é entendido

---

<sup>2</sup> Como sobre violência doméstica (Cambj; Denora, 2017), feminicídio (Abreu, 2022), questões direcionadas de direitos das famílias (sobre regimes de bens, patrimônio, guarda e poder familiar, crianças, legislação criminal sobre violência sexual, criminalização da homotransfobia, questões de assédio em âmbito laboral, licença maternidade e diferenças salariais, legislação eleitoral. E assim por diante, de modo isolado e operando em suas esferas fechadas de práticas sistêmicas.

como nicho ou possibilidade discursiva de endereçar às masculinidades, subpalavreadas. Não há uma tradição jurídica que inclua essa questão da divisão sexual (pela marcação corporal binária dos sujeitos de direitos), senão como um trajeto histórico de conquistas e positivação de Direitos das Mulheres em alteridade e/ou equiparação formal de igualdade declarada. Assim, pensar a categoria “gênero” no Direito envolve um exercício metodológico na compreensão histórica do fenômeno do poder e das conquistas de direitos, e nalguma medida do que seja ser mulher nessas respostas jurídicas que se estabelecem como verdades nesse campo, do que seja questionar as acomodações normativas do corpo, da identidade, da sexualidade e dos afetos e inversamente dos regimes de masculinidades não elaborados porque significados pela mitificação bélica alegórica e fálica. E todo o entre.

Para fazê-lo, mobilizei as conexões, mesmo que frouxas, pela sintaxe a partir do objeto de estudo fenomênico (Bolsonaro e o bolsonarismo) pelo viés do que apresentou ele mesmo como seu mote: “*Deus, Pátria, Família*”. E o que falam quando falam em gênero, e o que dizem, mobilizam e comunicam ao tratar, mais precisamente, de “*ideologia de gênero*”, em vários sistemas concêntricos que respondem ao Direito Constitucional e suas instituições (sejam teóricas sejam pela institucionalidade). Por isso também as aspas frequentes ao mencionar gênero. Houve uma combinação, nessas conexões frouxas (ou bordas borradas de estrutura, como se elas tenham sido desenhadas a lápis, apagadas, mas marcado o papel com seus vincos) de teorias de linguagem e sistemas a partir do reconhecimento da natureza dinâmica e contextual do *significado* seja pela tradição da semiologia, seja pela da semiótica, aptas a dialogarem na noção de Wittgenstein de que o significado é derivado do uso social das palavras (a filosofia da linguagem ordinária), e que comporta em sua segunda fase a posição de que a linguagem determina a estrutura da realidade, compreendendo assim que é através da linguagem que as coisas são vistas (Kozicki, 2014; p. 27-38).

Gênero, enquanto palavra comum polissêmica, passa a atravessar sistemas de conhecimento e contextos, mas sem um significado igualmente comum, comportando em si flexibilidade e variabilidade de significados, seja na Religião, na Política, no Direito, na História e no Tempo, na semiótica do cotidiano e as similaridades e semelhanças que agrega (Foucault, 2019) seja como, enquanto um signo, passa a ser interpretado ativamente como “textura aberta” (Kozicki, 2014; 73-93), ou “obra aberta” (Eco, 2020) e “superinterpretação” (Eco, 2005; p. 74-77).

Entre esses jogos – e algumas brincadeiras minhas com – de linguagem, aliançamos perspectivas convergentes na ideia de que o significado é algo construído e contextual, e não fixo ou inerentemente estável. Essa perspectiva é particularmente útil para entender como os textos, sejam eles literários, filosóficos ou legais, são interpretados e aplicados em diferentes contextos por diferentes grupos de interesse em disputa. E como gênero, com ou sem aspas, tem centralidade na democracia, justificando assim esta tese.

## 1.2 OBJETIVOS

Escolher uma análise de um fato político e suas reverberações também é uma escolha de como olhar para esse fato e seus encadeamentos. Há um certo [con]senso não positivado do agir e falar político democrático liberal em centralidade, enquanto questão maior e “importante”. Esse senso foi deslocado definitivamente (porque já existia, mas não era palavreado em prioridade) com o bolsonarismo, saindo das franjas interioranas das entranhas das miudezas cotidianas para a centralidade discursiva de nação. De modo que percebeu-se que, para compreender como foi possível e tem sido possível essa torção de parâmetros teorizados e em grau de consenso republicano, era o caso de entender o que constitui o fenômeno em si, a partir dele e o que importa nessa comunicação discursiva realizada – o que eles dizem quando dizem “gênero”, pela importância que tem, somado à “família”.

Por que haviam nuvens de violências, impaciências, muito presente e verbalizadas ali, cotidiana e que nos afeta[va] generalizadamente. Se de um lado isso acontecia, e seguia repetindo-se, inserindo-se numa lógica outra de reações e reatividades, numa temporalidade outra, parece ignorado por essa formalidade da “importância” central política republicana. “Cortina de fumaça”, dizem, para não tratar de economia. E se não for “cortina de fumaça”? Porque quando perguntado de economia, alega[va] desconhecer o assunto. E diz[ia] que as pessoas estavam inseguras, sofrendo, com dificuldades, que as famílias estavam abaladas, que a “corrupção” e “roubalheira” – sempre em números grandes – tinham acabado com o orgulho patriótico das cores nacionais. A pequena corrupção do cotidiano não é mensurada como grave nessa comunicação, senão um cuidado legitimador de

segurança dos seus<sup>3</sup>. Assim, com tanto cotidiano envolvido e percebido, escolheu-se, a partir dos fatos cotidianos que se apresentavam e se empilhavam, deslocar também o olhar para que se respondesse a partir disso o como, pelo discurso do que se colocava importante e repetido.

Por menos sofisticados que sejam enquanto sujeitos, há um padrão de repetição, que a nós pareceu pouco cuidado em centralidade de análises ao mobilizar sentimentos de coesão. Esse descuido não é um demérito, mas uma forma de olhar pela coisa pública. Entretanto os sentimentos que estavam mobilizados era a partir de uma racionalidade privada – o que nos traz para a família e para a racionalidade neoliberal como elementar de juridicidade. Era o caso de ouvir o que falavam para entender o que lhes importava e provocava tantos sentimentos. Assim, de modo amplíssimo o objetivo aqui foi compreender como essas comunicações de afetos foram costuradas e reverberam de modo massificado.

O cotidiano é político e foi politizado. A família é política e foi politizada. Resta compreender a que cotidiano e a que família e a qual conjunto de valores que movem tais afetos promovidos, que habilitam a agência popular se referem. (Certas de que ao fim e ao cabo, em momentos sensíveis, talvez não sejamos tão solidárias como nos imaginamos.) Apresentou-se que “ideologia de gênero” era a pedra de toque dessas mobilizações, porque a partir dela as associações, incluindo alianças transnacionais de extrema direita, se dão, e esse foi o objetivo de demonstração desse trabalho. O que se fala politicamente importa. Como se fala politicamente importa. O discurso encarnado e seus significados (Courtine, 2023) difusos. Foi preciso então colacionar e arrolar as tantas repetições e incongruências aparentes para redirecionar e redimensionar o olhar aos fatos políticos e como estamos sendo comunicados disso, o que se tem dito e as associações promovidas, porque na vida cotidiana de quem vive e se depara com tantas violências, a separação artificial de espaços públicos e privados e os conceitos que encerramos nossas respostas não se dá como pretendemos em teoria.

---

<sup>3</sup> Em reunião ministerial de 22/04/2020, tornada pública pelo Min. Celso de Mello (STF), o então Presidente Jair Bolsonaro fala que “[...] **não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu**, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que **pertence a estrutura nossa**. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira”. Vídeo e matéria disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtml> >. Acesso em 15/05/2024.

O cotidiano nos constitui e implica na existência política, e as decisões sobre nossas escolhas envolvem também nossas “bolhas”. Com isso posto, objetivamos seguir em pegadas de perguntas e respostas como nos apresentaram em análise factual: compreender como “ideologia de gênero” articula a presença religiosa na política, pela via familista, e como posicionam em valores discursivos políticos e os espaços digitais de “pós-verdade”; as reverberações históricas e sobreposições de métodos pelos sentidos, e como as repetições de respostas econômicas para episódios não econômicos geram sentimentos profundos vinculados à insegurança e desamparo que a economia produz, pelo que entendemos serem sentimentos fascistas em si mesmos advindos de manifestações de masculinidades deslocadas do lugar universal de parte como todo.

Em algum lugar o Direito se apresenta, também num como. Como ainda resistir em democracia de Direito com suas noções de discurso do que seja Direito e do que seja justo e inclusivo, também elas tão puídas.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Compreender como e em que circunstâncias se dá a ascensão de autoritarismos pela via democrática, no caso particular do fenômeno bolsonarista, que tem discursos aparentemente conflitivos e antagônicos se observados pelas noções teóricas separadas (Estado, Direito, Economia, Política). Qual o contexto político e normativo, a ambientação cultural, de modo amplo, que possibilitou e que produziu uma liderança como ele, subvertendo a lógica sistêmica política e modificando (ou revelando) as formas institucionais constituídas.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Compreender o problema político representado via bolsonarismo para a democracia constitucional de 1988 e suas implicações na coisa pública a partir dos fatos públicos que seu governo destacou e mostrou-se preocupado.

Deslocar o ponto de vista fenomênico: reapresentar e compreender o que eles dizem quando falam em gênero e “ideologia de gênero”, a partir de esferas privadas e familiares como evento político. Compreender o fenômeno bolsonarista amplamente e como operam: o que dizem, os vínculos e associações, especialmente as religiosas,

os grupos políticos que sustentam sua base, e quais os conjuntos de palavras e afetos que promovem.

Compreender o que significa “gênero” enquanto “ideologia de gênero” e o que, a partir das associações que operam em suas mobilizações e agrupamentos, a partir do ambiente digital e extravasando para a realidade política, interagem em outras esferas sistêmicas, como as religiosas e econômicas, pela via moral familista, e como isso se implica em naturalizações artificiais de centralidade do sujeito homem enquanto universal.

Entender porque esse fenômeno de mobilização de sentimentos, agregados de modo comum pelo movimento antigênero, é chamado de fascista, e como se articulam transnacionalmente.

Explicar como a representatividade universal identitária do sujeito homem patriarcal hierarquiza e responde por violências quando ameaçada em seus espaços “naturais”.

Explicar como essas associações e correlações se inserem em linguagem economicamente subjetivada, pela via moral dos “valores familiares”, que também movimentam sentimentos e afetos políticos pelo cotidiano, e transforma o neoliberalismo numa racionalidade operacional.

### 1.3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem etnográfica qualitativa catalogando discursos e eventos políticos, sobretudo no período eleitoral de 2018 até o presente (julho de 2024), a partir do Brasil, com o escopo de compreensão da racionalidade na qual operam, para resultar numa análise teórica política combinada de teorias de gênero e do Estado Moderno, com fulcro na noção conceitual de democracia liberal fundada no pacto constitucional de 1988. Esta abordagem é escolhida devido à natureza complexa e interpretativa do objeto de estudo, que envolve interações sociais cotidianas, comunicação política ampla e nichada e dinâmicas eleitorais em miríade multimídia e polissêmica, atrelada a quantificação em escalas digitais de redes e plataformas e a consolidação da subjetividade neoliberal. Buscou-se compreender o fenômeno dado e suas razões para daí então compreender como (e se é possível) respondê-lo.

A hipótese de que o fascismo sobrevive nas democracias liberais (sendo o Brasil assim entendido pela Constituição da República de 1988) como um sentimento autoritário revelado na pauta “gênero” (em aspas, pela polissemia a depender do grupo que mobiliza o termo) é confirmada pela interpretação de dados digitais combinadas aos dados de violência contra a mulher. A pauta de gênero não é eixo menor ou variável, senão constante e agudizada em períodos eleitorais, evidenciando as violências extravasadas e presentes no cotidiano, de cunho misógino. Justifica a análise de confirmação pela via da métrica digital porque o fenômeno de radicalização discursiva se dá e amplifica a partir do ambiente digital, nesta quadra histórica, combinadas a valores esotéricos (mas não necessariamente codependentes), de lá extravasa. Não o inverso.

Assim, o elemento que modifica a institucionalidade pública é a presença digital massiva brasileira, que ocupa o segundo lugar global de tempo diário na internet (medido pela empresa ProxyRack, em 2023; com números equivalentes a partir de outras empresas que acompanham tais dados) com média de 9h e 32 min<sup>4</sup>. A série histórica de presença digital dos brasileiros e meios e modos de acesso, de 2015 a 2024, é mensurada e quantificada pela empresa de tratamento de dados britânica, *We Are Social*, e seus parceiros referenciados<sup>5 6 7</sup>. O cruzamento de dados é relevante para as confirmações. Esse tempo total inclui elevado uso de plataformas de redes sociais e consumo de informações através delas. Pelo cruzamento de dados, a correlação que tal dinâmica teve/tem na construção de falas e consequente eleição de Jair Bolsonaro é um dado possível de conclusão robusta, e tem demonstração de eficácia em resultados para tal finalidade.

A coleta de dados assim se dá via (1) coleta documental, tendo como (1.a) fontes primárias a coleta de discursos políticos, legislações, notícias e documentos oficiais e/ou extraoficiais (confirmados como legítimos), selecionados de acordo com a relevância para os fenômenos políticos e eleitorais estudados, referenciados em notícias e opiniões de canais de comunicação e jornalismo. Tais documentos

---

<sup>4</sup> Disponível em < <https://www.proxyrack.com/screen-time-report/> >. Acesso em 25/05/2024.

<sup>5</sup> Dados globais, Digital 2024, disponível em < <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/> > Acesso em 15/07/2024.

<sup>6</sup> Dados da série histórica brasileira a partir de 2015, disponível em < [https://datareportal.com/digital-in-brazil?utm\\_source=Global\\_Digital\\_Reports&utm\\_medium=Report&utm\\_campaign=Digital\\_2024&utm\\_content=Country\\_Link\\_Slide](https://datareportal.com/digital-in-brazil?utm_source=Global_Digital_Reports&utm_medium=Report&utm_campaign=Digital_2024&utm_content=Country_Link_Slide) >. Acesso em 15/07/2024.

<sup>7</sup> Dados do Brasil em 2024 (até janeiro do corrente ano), disponível em < <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil> >. Acesso em 15/07/2024.

discursivos incluem também produção de conteúdo por agentes políticos assim entendidos de modo amplo, não necessariamente sendo de pessoas em cargo eletivo ou em disputa; (1.b) como fontes secundárias, a revisão de literatura acadêmica sobre teoria de Estado e gênero.

Os eventos políticos observados foram em continuidade do período temporal estabelecido como ênfase, a partir de 2018, mas sinalizado previamente desde 2010, lastreado pelos usos precedentes de dinâmicas análogas, com o monitoramento e registro de eventos políticos (campanhas eleitorais, debates, propaganda política e declarações a partir de pessoas com atuação política, não necessariamente ocupantes ou em pleito de cargo eletivo) e a utilização de mídias sociais e plataformas de notícias de monitoração de reações.

A interpretação e impacto dos discursos e eventos políticos observados se dá via (1) análise de dados (1.1.) qualitativos em quantidade pela centralidade do uso, em citações de discursos políticos dos termos vinculados à pauta “gênero” (de modo polissêmico). Não se trata de uma análise de discurso em si, que do domínio da teoria da linguagem, mas de como o não-conceito de “ideologia de gênero” e o que se relaciona na sobreposição valorativa de “costumes” e “família”, é utilizado para mobilização política com efeitos políticos, que incidem juridicamente em modificações de Estado, a fim de correlação de como tais padrões são mobilizados e utilizados na disseminação cultural de notícias e ambientação comportamental. Para tanto, funda-se na pesquisa (1.2.) de amostragem realizada em monitoração do Laboratório de Humanidades Digitais (LABHD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), via Telegram, com apoio do InternetLab e CNPq. A fatia de dados obtidas pelo LABHD é uma amostragem de comportamentos digitais em *big data* de redes, que comprovam o nosso argumento, em articulação com os metadados colhidos pelas empresas de *proxy*; e de (2) análise teórica, qual seja, o de que a pauta de gênero (misoginia, mais especificamente, pelo que se obteve de dados de terceiros) é o engajamento discursivo político que mantém grupos [proto]fascistas coesos, em sobreposição de interesses outros que se conectam a partir dessa via. Os metadados utilizados são fornecidos publicamente pelas empresas que os colhem, a partir dos comportamentos digitais algorítmicos, e tratados via *proxy* por terceiros, a fim de traçar mercados e expansão transnacional econômica, indicadas a verificabilidade metodológica de coleta, que confirmam a hipótese.

Ao desenvolver a construção teórica da leitura desses fatos e desses dados, triangulados na multiplicidade de eventos, garantindo a robustez e confiabilidade da hipótese conclusiva, torna possível **uma** resposta de como o fascismo sobrevive nas democracias liberais, e especificamente no Brasil, a partir da aliança transnacional que utiliza “gênero” como categoria amorfa e fantasmática em que se depositam ansiedades autoritárias de múltiplos espectros.

Em nosso argumento (corroborado por outras teóricas referências em gênero), no Brasil a pauta de gênero e “gênero” é especialmente disseminada e incorporada institucionalmente ao Estado pela via dos “valores familiares”, de aliança neopentecostal familista que corrói as estruturas públicas a partir de um eixo único de valores e moral em sua perspectiva homogeneizante e fechada que é adesiva e mote dos ataques políticos à “ideologia de gênero”.

## 2 DESLOCAMENTOS REINTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E A PESQUISADORA NA PESQUISA

*“É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi (...)  
Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto  
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto o mau gosto  
É que Narciso acha feio o que não é espelho  
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho”  
Caetano Veloso em Sampa (1978)*

Como uma espécie de reintrodução, esse capítulo tem o objetivo de deslocamento referencial. Uma tese que se pretende do cotidiano politizável e das familiaridades amplificadas em multiplicações dinâmicas e incidentais de estruturas patriarcais a partir de tantos eixos, ao mesmo tempo que os reduza (enquanto os considera) para fins de análise, demanda igualmente situar e orientar a perspectiva de quem a leia a partir de quem a elabora. Dito isso, se tem a humildade acadêmica de não se autodeclarar universal, precisamente por ser essa uma interpretação política do Direito e do Estado de quem acessa espaços que não foram originalmente desenhados para que ali coubesse, ainda que com uma vaga possibilidade a partir de uma promessa de igualdade e liberdade que compensaria o esforço individual como mérito – no caso, a interpretação desta pesquisadora.

E é uma interpretação que combina estes tantos ambientes e espaços que constituem tantas outras pessoas que, vinculadas pelo sentimento comum de possibilidades frustradas, solidão (enquanto ação e enquanto sentimento de desamparo, como experiência individual sentida e conceito comum), inseguranças e percepção de desconexão entre a institucionalidade do Estado e dos indicadores clássicos de sucesso preditores habituais de “como” o poder público é operado, como a percepção social da realidade e os sentimentos são mobilizados enquanto paixões motivacionais de ação e agência.

### 2.1 DE ONDE SE SAIU

Quando essa agora tese foi proposta como projeto era o fim do ano de 2019 no Brasil. Na condição de projeto de pesquisa tratava-se da tentativa de entender aquele contexto em que as fundações democráticas e direitos fundamentais de grupos

historicamente em alteridade<sup>8</sup> estavam sob ataque declarado, para quem, como a mim, tem aderência a uma noção de democracia social liberal inclusiva. Fora eleito pela via da soberania popular um governo declaradamente reacionário e economicamente neoliberal (*“conservador nos costumes e liberal na economia”*, se dizia), com discurso que esgarçava os limites da democracia constitucional ao falar, entre risadas, gracejos de gosto duvidoso e semiótica descontextualizada, que ocorreria o extermínio de determinados grupos sociais, que *“o cidadão de bem”* poderia ter armas, e que seria um governo *“cristão”*, da *“família”*, contra a *“ideologia de gênero”*<sup>9</sup>, e outras pautas que pareciam desconexas de uma certa liturgia política republicana.

Palavras aparentemente vazias, inverídicas e distorcidas, que não comunicavam para quem não estava imerso naqueles ambientes em que *“erotizar crianças”*<sup>10</sup>, *“doutrinação marxista”*, *“foro de São Paulo”*, *“Pepsi adoçada com fetos”*<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Aqui, tais grupos se referem para além da divisão de classes socioeconômicas e mesmo da noção de vulnerabilidade de direitos. São os grupos populacionais não identificados como o “universal” padrão e sua leitura como sujeito homem branco, aquele ao qual o poder é identificado como particular dominante, logo, comunidades etnicamente designadas, mulheres, crianças, pessoas encarceradas,

<sup>9</sup> Ver anexos 1 e 2 desta, constando a integralidade dos discursos de posse de Jair Bolsonaro em 2019, ocasião em que ele centraliza valores morais da família e a ideologia de gênero a ser combatida contra a doutrinação das crianças. Durante sua campanha presidencial e ao longo de seu mandato, Jair Bolsonaro adotou diversas respostas políticas para as questões relacionadas à pauta de gênero, sendo as mesmas sempre centrais em suas prioridades discursivas. Destaque-se (a) as críticas ao que chamou de “ideologia de gênero” e seu suposto impacto nas instituições educacionais, sem dados, cujas políticas educacionais em sua gestão foram militarização das escolas, justificada pela alegoria do civismo e segurança, com viés repressivo a determinadas matérias e temas, pautado na oposição a políticas que via como promotoras dessa “ideologia”, especialmente no contexto da educação, como o já emblemático “kit gay”; (b) a oposição a políticas afirmativas de inclusão de minorias históricas, relacionadas à promoção da igualdade de gênero, como cotas para mulheres em cargos políticos. Sua resposta refletia uma visão de que tais medidas eram desnecessárias e que as escolhas deveriam ser feitas com base no mérito individual, ignorando contextos históricos; (c) a sensibilidade elevada sobre “aborto”, alinhando-se com setores mais conservadores e religiosos da sociedade. Ele prometeu resistir a quaisquer tentativas de legalizar ou facilitar o acesso ao aborto, mesmo nas hipóteses previstas em lei, enfatizando a importância da vida e da família tradicional, e nisso obteve especial destaque a então Ministra Damare Alves; (d) postura discursiva que legitimava o formato familista tradicional e burguês, expressando opiniões sobre papéis de gênero e criticando ideias “progressistas” sobre identidade de gênero e diversidade familiar. A “família” foi colocada como ameaçada e sob ataque “da esquerda”; (e) sobre mulheres especificamente, há vasto material de comentários depreciativos, machistas, ou pelo menos controversos, que era minimizados ou justificados por si e seus apoiadores como declarações foram mal interpretadas ou distorcidas pela mídia.

<sup>10</sup> Vide Anexo 4, em que há uma cartilha distribuída em período eleitoral de campanha que distorce elementos fáticos, não contextualiza os acontecimentos e avoca o pânico moral de erotização e troca de papéis de gênero em escolas como “doutrinação”.

<sup>11</sup> Como referência histórica, necessário citar a influência do ideólogo Olavo de Carvalho. Olavo de Carvalho foi escritor, jornalista e ideólogo brasileiro, falecido em 2022. Considerado um representante do conservadorismo e da extrema-direita no Brasil, influenciou vários apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Era conhecido por divulgar teorias conspiratórias, informações incorretas e discursos de ódio contra seus opositores. Nasceu em Campinas, São Paulo, em 1947. Não possuía formação institucional, e se dizia autodidata, elaborando toda uma metodologia própria e cosmogonia

e afins, diziam algo para além do estranhamento. Analistas políticos e acadêmicos diziam ser distração populista, para desviar dos temas econômicos, esses sim sérios e importantes.

Populismo remete a povo. Seria o povo inconstitucional ao estabelecer maioria elegendo uma figura antidemocrática pela via democrática? O que levaria [essa noção aberta do que seja] “o povo” a eleger alguém que trazia em si tantas contradições discursivas, a princípio, dos interesses que alegava representar? Quão legítimas, adequadas e possíveis democraticamente eram aquelas pautas trazidas ao

---

misturando temas e interesses sem qualquer critério, como religiões comparadas, astrologia, artes liberais e história dos movimentos revolucionários. Ele atuou como astrólogo e criou uma leitura astrológica própria, a “astrocaracterologia”. Ele se converteu ao islamismo em 1980, mas depois retornou ao catolicismo, de onde se arvorava em mentorias. Trabalhou como jornalista em vários veículos, como Folha de São Paulo, O Globo e revista Planeta. Ele também escreveu e editou o jornal online Mídia sem Máscara, e publicou cerca de 21 livros. Se mudou para os Estados Unidos em 2005, de onde escrevia para o Diário do Comércio e ministrava aulas de sua filosofia online. Olavo de Carvalho era considerado o guru da nova direita e formou uma geração de conservadores no Brasil. Tal afirmação não é exagero. Seus alunos ocupa(va)m cadeiras importantes institucionais no setor público e privado, na educação, em mídias, bem como cargos eletivos. Ele criticava a modernidade, o comunismo, o meio intelectual brasileiro, os grupos de esquerda e a chamada “Nova Ordem Mundial”. É apontado como responsável pela disseminação de termos como “Foro de São Paulo”, “Ideologia de Gênero”, se dizia perseguido politicamente pela esquerda, numa estética tradicionalista, com resgate de autores medievais e interpretações muito particulares. Há quem aponte que ele antecipou a tendência digital de engajamento pelo ódio e vitimização masculinista, em seu culto a armas e resgate desse alegado tradicionalismo familista. Após a vitória de Jair Bolsonaro, deixou as franjas conspiratórias digitais e ele e seus alunos obtiveram protagonismo na indicação de nomes para compor o MEC (Ministério da Educação), com figuras até então pouco relevantes e provenientes de instituições igualmente pouco relevantes e/ou atuação a nível de municipalidade. O que nos parece importante ainda destacar é que, além da autorreferência como filósofo, sobreviveu por toda sua vida entre mundos institucionais respeitados que em alguma medida o validavam, como jornais de renome, bem como através de alunos que ocupavam espaços formais e oportunizavam a ele a cátedra. Desde o Orkut, rede social que foi muito presente no Brasil a partir de 2004, passou a atuar pelo expediente da virtualidade, e dali disseminou-se e agremiou figuras que por ocasião de 2018 passaram a ter centralidade. Em suas afirmações, algumas conspirações mais excêntricas como a de adoçante de fetos abortados e terraplanismo, ou Adorno ser compositor dos Beatles, ganharam o risível. Mas possui ainda como mérito incidental ter recuperado Gramsci e os Frankfurtianos para a esquerda. Para algumas notícias sobre ele, biografia e influência, conferir:

< <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml> > ; < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/585955-quem-sao-os-discipulos-de-olavo-de-carvalho-que-chegaram-ao-governo-e-congresso> > ; < <https://www.aagencia.info/olavo-bolsonaro-ofereceu-ministerio-educacao-mec-bial/> > ; < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/mec-exonera-ex-alunos-de-olavo-de-carvalho-apos-criticas-do-filosofo/> > ; < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578\\_294383.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html) > ; < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/12/ricardo-velez-olavo-de-carvalho-militares-ex-alunos-mec-ministro-educacao.htm> > ; < <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mec-entrega-mais-um-cargo-a-ex-aluno-de-olavo-de-carvalho/> > ; < <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/12/06/verificamos-pepsi-celulas-fetos-abortados-refrigerantes> > ; < <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/09/olavo-de-carvalho-diz-que-quem-escreveu-as-musicas-dos-beatles-foi-sociologo-alemao.shtml> > ; < <https://olavodecarvalho.org/logica-do-abortismo/> > ; < <https://blogdoolavo.com/olavo-de-carvalho-ideologia-de-genero-e-dissonancia-cognitiva/> > ; < <https://olavodecarvalho.org/convite-a-falsificacao/> > ; < <https://www.poder360.com.br/governo/jantar-de-bolsonaro-em-washington-teve-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/> > . Acesso em 19/01/2024.

holofote do debate público e em centralidade para as políticas públicas? Como foi possível que tais discursos ganhassem força e apoio social num Brasil ainda tão marcado por desigualdades materiais de várias ordens? Se economia e trabalho são tão importantes na política, se a fome é tão importante, se a Amazônia é tão importante, por que está[va]mos falando sobre “ideologia de gênero”, aborto e “*kit gay*”?

As soluções e respostas anunciadas por aquele governo pareciam saídas diretamente de uma caixa de comentários de redes sociais, vulgares e desprovidas de amparo de dados, e ainda assim goza[va] de eco popular. Desafia[va]m a ortodoxia da racionalidade política na qual nos inseríamos até então, indo por vezes contrariamente ao compromisso republicano do fazer político em alto escalão, ainda que fosse compatível com as dinâmicas eleitorais em Municípios, sobretudo do interior, fato que bem conhecemos. Com uma figura iconoclasta, vaidosa de seu diferencial de “simplicidade” anti-intelectual.

Falava-se em combate à corrupção e moralidade, sujeitos eles mesmos de idoneidade criminal e moral questionável<sup>12</sup>. Sobre as pautas econômicas falava-se em “enxugar” o Estado e que o país “*estava quebrado*” pela “*roubalheira da esquerda*”, de modo vago e genérico (remetendo a uma repercussão de escândalos dessa natureza nos anos prévios), e delegava-se a competência fazendária a um sujeito que fizera muito dinheiro no setor privado, epítome da “*meritocracia*”, palavra em voga para os grupos endinheirados, e cuja competência na coisa pública fosse desconhecida.

---

<sup>12</sup> Tratadas como “polêmicas” pela imprensa, algumas das posições de Jair Bolsonaro e conseqüente ações, estão sendo apreciadas como juridicamente sancionáveis. Segue algumas documentadas pela imprensa nos períodos respectivos, envolvendo além de si, os filhos, também políticos, e alguns amigos próximos:

< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57730263> > ; < <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> > ; < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/> > ; < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado> > ; < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63976848> > . Acesso em 20/01/2024.

A figura que se posiciona[va] como líder é masculinista<sup>13</sup>. Beligerante<sup>14</sup>. Orgulhosa de seu baixo conhecimento sobre as estruturas de Estado<sup>15</sup>, ainda que tenha construído a si e aos filhos a partir da coisa pública; vaidosa de sua “sinceridade”

<sup>13</sup> Senra, R. 2022. *Imbrochável? ‘Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil’ diz psicanalista*. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>14</sup> Em encontro (novembro de 2020) com o Presidente dos EUA, Joe Biden, sobre o avanço do desmatamento na Amazônia, interesse global em decorrência do “Green New Deal” e da crise climática, Jair Bolsonaro sugere a possibilidade de uso de força bélica. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-11/quando-acaba-a-saliva-tem-que-ter-polvora-diz-bolsonaro-para-biden-sobre-amazonia.html> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>15</sup> Destaque-se que, não obstante o aparente desconhecimento das formalidades, litúrgicas do cargo, Jair Bolsonaro foi hábil em encerrar o mandato presidencial e manteve sua popularidade eleitoral para a disputa de 2022, ocasião que não foi reeleito por percentual proporcionalmente baixo. Vinculado a seu nome, entretanto, foi próspero em eleger cadeiras em legislativos estaduais e federais, bem como algumas no Executivo de Estados Federados.

Algumas matérias do período, sobre a interferência na Polícia Federal <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/leia-integra-da-transcricao-do-video-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril-entre-bolsonaro-e-ministros.ghtml> > ; <

<https://www.camara.leg.br/noticias/663975-video-de-reuniao-ministerial-repercute-entre-deputados/> > . Sobre a confusão entre bens particulares e públicos, o caso das joias <

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-caso-de-joias-que-o-governo-bolsonaro-tentou-trazer-legalmente-ao-brasil/> > ; Sobre a deterioração patrimonial do Alvorada e do Torto: <

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/12/lula-alvorada-granja-torto-abandonados-bolsonaro.htm> > ; <

<https://www.metropoles.com/negocios/a-15-dias-do-fim-do-governo-paulo-guedes-desocupa-granja-do-torto> > ; <

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/guedes-descoupa-a-granja-do-torto-a-duas-semanas-do-fim-do-governo-parti-hoje/> > ; <

<https://www.poder360.com.br/brasil/guedes-desocupa-residencia-oficial-duas-semanas-antes/> > ; <

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/infiltracao-janela-quebrada-sofa-rasgado-janja-abre-o-alvorada-pela-primeira-vez-e-expoe-problemas-pos-bolsonaro.ghtml> > ; <

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5063892-ministro-diz-que-ha-danos-e-infiltracoes-no-palacio-da-alvorada.html> > ; Sobre o desconhecimento do “Pix”, posteriormente usado como mérito de seu Governo: <

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/nao-li-sobre-isso-nao-tomei-conhecimento-diz-bolsonaro-sobre-o-pix/> > ; Sobre os ataques ao Sistema Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal e aos próprios Ministros: <

<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/> > ; <

<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-diz-nao-ter-conhecimento-sobre-esquema-da-abin/> > ; <

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml> > ; <

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-ataca-moraes-e-diz-que-responsavel-por-aval-a-operacao-contras-empresarios-e-vagabundo/> > ; <

<https://www.migalhas.com.br/quentes/367669/bolsonaro-diz-que-nao-cumprira-ordem-do-stf-e-chama-fachin-de-marxista> > . Tais posturas escalonaram e culminaram através de apoiadores, fossem políticos, como Sérgio Reis e Roberto Jefferson, fossem populares, nos ataques de 08 de Janeiro de 2023. Algumas matérias sobre <

<https://www.poder360.com.br/brasil/vamos-ordenar-senado-a-derrubar-os-ministros-do-stf-diz-sergio-reis/> > ; <

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/10/23/roberto-jefferson-ataca-policiais-federais-com-granadas-e-tiros-de-fuzil-e-se-entrega-apos-8-horas-desrespeitando-ordem-do-stf.ghtml> > ; <

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml> > ; <

<https://www.infomoney.com.br/politica/invasoes-em-brasilia-89-condenam-ataques-de-8-de-janeiro-diz-pesquisa/> >. Acesso em 20/01/2024.

ofensiva e por vezes criminosa<sup>16</sup>. Dizia que bandido bom era bandido morto, sem elaborar quem seriam os “bandidos” e como essa morte deveria se dar.

Ao mesmo tempo, falava algumas coisas que muita gente queria falar, mas que se o fizesse teria reprovação do entorno e/ou complicações legais, uma vez que parlamentares – o que fora por muitos anos de sua vida – tem algumas prerrogativas de fala inerentes ao ofício.

Uma figura que não parecia fazer sentido para a parcela de não eleitores (a qual me incluo) e ainda assim lá estava posto e legitimado pelo voto popular, pela via democrática, eleito um governo de viés autoritário e militarizado pela agência da escolha popular. Sem sombra de dúvidas um fenômeno de popularidade apto a criar em seu entorno a possibilidade de transferência de votos e adjetivar o fazer político com seu nome, numa movimentação desfocada e de uma prática funcional em escala, por tal, igualmente, um fenômeno digital. Sua eleição deu-se na esteira de outras que se deram – como a de Trump – e se dariam adiante nos anos – como a de Milei. Entre eles (e os demais de extrema direita) a metodologia de ascensão não é uma sobreposição *sine qua non*, se adaptam a cada realidade nacional. Entretanto, todos eles utilizam “ideologia de gênero” e os valores da família como argumentos morais e retóricas inflamadas.

Jair Bolsonaro não só foi possível, como o “bolsonarismo” segue sendo possível, e uma realidade posta e em operação sistêmica, se transformando com outros agentes e a criatividade dos meios. Não foi uma exceção eventual de um momento de fragilidade institucional na produção de lideranças políticas, aparentemente, mas um modo de operar a lógica democrática institucional perene a partir de lugares e ângulos não institucionais. De uma forma paralela. Para gerir um Brasil em paralelo.

Se foi apontado como [proto/neo]fascista é porque apresentou com muita adequação equivalências com os períodos históricos da década de 1930 na Europa, e com aquilo que se convencionou a entender como elementos fascistizantes noutros momentos<sup>17</sup>, de características autoritárias, vide as publicações sobre o tema no

---

<sup>16</sup> Vide notas prévias.

<sup>17</sup> Ainda que sejam modalidades autoritárias contemporâneas entre si, o nazismo alemão e o fascismo italiano não eram equivalentes, mesmo pelas suas contingências históricas delimitadas pelas nações respectivas e pelas características das demandas sociais e respostas que comportaram. Enquanto no nazismo o componente xenofóbico aplicado na modalidade discursiva de superioridade da “raça ariana” e o antissemitismo era o grande mote ideológico, combinado com o anticomunismo, no fascismo italiano, ainda que presente o antissemitismo, o povo judeu em si não era uma questão

mercado editorial. (Mas quais características exatamente? Os valores em “Deus, Pátria, Família”.)

Fato também é que não se tratou de uma dinâmica isolada no Brasil, como apontou-se – e sequer única dadas as reinserções em continuidade de figuras, quando não as mesmas, sob as mesmas alianças e mobilização de sentimentos de revolta – a de eleger, pela via democrática, figuras autoritárias, autocracias, governos iliberais, ur-fascismo, desdemocratizantes, neofascistas, de extrema direita, populistas de direita... enfim, o fenômeno tem sido chamado por muitos nomes, que em maior ou menor grau se equivalem, pinçando elementos de destaque para tentar explicar o que houve e como as estruturas institucionalizadas e democráticas do Estado poderiam sobreviver e sobrevivem como forma. Não é sobre esse nome fenomênico que nos atentaremos por ora<sup>18</sup>, mas sobre o fenômeno em si, que não surgiu de uma hora para a outra – e não se desfez – e ainda assim surpreendeu quando ocorreu, apontado como “excepcionalidade”.

---

grandiosa o suficiente para mobilização social, assim o peso ideológico centrava na alegoria de união popular, num nacionalismo de resgate da grandeza nacional de um tempo mítico do Império Romano, no foco na disciplina, na força, no corporativismo, estabelecendo alianças entre o Estado, a Igreja Católica, empresas e lideranças sindicais (mesmo também sendo anticomunista e anti-intelectual, promovendo perseguições políticas e usando o aparato estatal para tanto, sendo Gramsci talvez o grande nome a ser referenciado sobre o tópico). No que se refere ao expansionismo, na Itália o foi menos agressivo, voltado na dinâmica colonial em solo africano, enquanto na Alemanha passou a ampliar-se também por toda a Europa, voltando seu aparato estatal para a máquina de guerra. No Brasil há uma maior proximidade cultural italiana, destacadamente a partir dos paulistas e da imigração promovida como política de governo substitutiva da mão-de-obra escravizada, para embranquecer o sul (Rodrigues, 2011). A figura de Vargas em seu Estado Novo teve alguma inspiração em Mussolini, igualmente. O futurismo, por sua vez, a partir de Marinetti, foi influência para o movimento modernista paulistano, o que não implica uma sobreposição relacional “modernista logo fascista”, mas sim que a disputa conceitual e a confusão possibilitada pelas características comuns da vocalização de algumas pautas amplas, como “justiça” e representação do “povo”, movimentos populares, busca de identidade nacional e nacionalismo, e mesmo a pauta do trabalho e do trabalhador e suas proteções e demandas, podem ser capturadas por movimentos que inoculam valores e suas respectivas razões < <https://integralismo.org.br/historia/modernismo-e-integralismo/> >. Acesso em 13/11/2023). O Integralismo se inspira abertamente no fascismo e se funda nessa ocupação do Estado, com a religião católica como componente ético e moral valorativo fundamental, mantendo seus discursos principiológicos definidos por Plínio Salgado no Manifesto de 7 de Outubro, marcados pela questão do que posicionam como tradição e moral (inclusive, possuem um site, com a marca d’água da letra sigma e as palavras “Deus Pátria Família” < <https://integralismo.org.br/doutrina/85-anos-do-manifesto-de-outubro/> >. Acesso em 13/11/2023). Isto posto, até mesmo pela facilidade da língua, e ciente de que as comparações sejam amplas e sendo resguardadas as contingências históricas, há uma similitude mais factível entre as tradições fascistas italianas e sua adaptação no Brasil, que nunca teve particularmente uma questão sensível antissemita, mas que, com a imigração europeia, branca, passou a reproduzir hierarquias racistas e colonizadas, promovendo o extermínio de povos originários e segregação, chacina e apagamento de negros.

<sup>18</sup> Vide Capítulo 4, em que elaboramos como a palavra “fascismo” agrega em seu significante várias modalidades de autoritarismos, enquanto um sentimento.

Ora, mas se não é uma dinâmica isolada por aqui nem súbita, já que movimentações políticas tomam tempo para ganhar musculatura, não há que se falar em excepcionalidade, ainda que haja circunstâncias individualizáveis para o caso brasileiro, com comportamentos próprios sob análise. Como ela ocorreu e como ela se perpetua na democracia liberal pactuada em 1988 são as questões que se colocam para investigação.

Na crise democrática apresentada o que se revelava como dado e em curso escapava ao aparato conceitual fechado das nossas ciências humanas, agravado por uma pandemia dolosamente negada pelo então presidente. Não tínhamos uma solução institucional de contenção definitiva do que se mostrava como barbárie e absurdos, senão contenções pontuais e limites já bastante cedidos pela via judicial pelo mesmo Judiciário bastante leniente com esgarçamentos de direitos fundamentais, como nos procedimentos da então glorificada operação Lava-Jato, em que a literalidade de direitos e garantias fundamentais dispostos constitucionalmente deixavam de dizer o que diziam<sup>19</sup>. A crise da democracia liberal de 1988<sup>20</sup> – que combinava insegurança social ampla e crise econômica – revelou a incoerência sistêmica do aparato conceitual ao escapar da racionalização trazendo elementos “de fora” da institucionalidade relacional política sedimentada – de teorias da conspiração sobre mamadeiras eróticas, esoterismos e elementos religiosos, remédios e curas milagrosas, apelo a fé, expressões cujos significantes vazios eram cooptadas justamente para falar-se qualquer coisa, por mais absurda que pudesse soar a alguns ouvidos<sup>21</sup>, a legítimas demandas de insegurança urbana, violências, endividamento,

<sup>19</sup> Art. 5º, inc. LVII da Constituição Federal dispõe que “LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; (...)”.

<sup>20</sup> Vide Anexos 1 e 2, nos discursos de Jair Bolsonaro de posse presidencial, em que ele destaca as crises éticas e morais da política antes de mencionar a questão econômica, que raramente foi de fato apreciada e tratada como pauta amplificada em seu governo.

<sup>21</sup> À guisa de exemplo, o “*kit gay*” que nunca foi distribuído em escolas, o então candidato Jair Bolsonaro mostra em rede nacional no Jornal Nacional, ainda na campanha de 2018. Na ocasião não houve checagem da veracidade do argumento

< [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207\\_054097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html) >; a notícia viral de que distribuía-se mamadeiras eróticas para crianças < <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/> > que foi tardiamente verificada como falsa. Já eleito presidente da República, Jair Bolsonaro passa a ser subsidiário de remédios ineficazes, e faz defesa da cloroquina como tratamento para Covid-19 < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm> >; divulga notícias falsas contra o Carnaval < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml> >; manifestações sobre “ideologia de gênero” < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html> >, e assim segue. Acesso em 05/11/2023.

desemprego e/ou incapacidade de, mesmo empregados, manterem padrões de consumo e vida, sem amparo estatal.

Há[via] uma energia revolucionária e uma demanda de participação política, mediada por plataformas digitais. Muitas das novas formatações de militância política e insurgência a governos (amplamente, como a Primavera Árabe, *Occupy*, as manifestações de Junho de 2013 no Brasil, sem prejuízo de outros levantes sem uma liderança específica convocadora e métodos e propostas fechados, mas que faziam uso das novas tecnologias) estavam associadas a amplitude e interação entre espaços virtuais e espaços pelos quais há um histórico afastamento estatal secularizado, provenientes de redes sociais e grupos religiosos ou de conteúdo análogo<sup>22</sup>. Os espaços digitais eram pouco observados pela institucionalidade até então, e as dinâmicas ali presentes deixaram as franjas residuais discursivas e centraram-se como republicanas.

O *design* democrático constitucional de 1988, que prevê aberturas, regradas através de direitos e garantias fundamentais e poder constituinte derivado, nas ocupações plurais dos espaços institucionais e da interrelação entre público e privado, foi esgarçado materialmente ao escancarar politicamente uma demanda declarada inversa, de negação de direitos fundamentais a grupos em vulnerabilidade legal histórica por demarcadores de identidade – identidades que demandavam reconhecimento de cidadania em aproximações de plenitude como sujeitos ao sujeito da masculinidade dominante patriarcal referencial. A justificativa dessa potência insurgente em várias frentes e atravessada por sistemas de valores que fugiam das tradicionais categorias utilitárias para a Política e gestão do Estado se apresentava ela mesma como democrática, afinal, quantitativa, posicionando a figura do Estado em si como autoritário, dada a submissão a regras. O argumento retórico de “democracia e liberdade” passou a ser utilizado em conjunto ao lema integralista de

---

<sup>22</sup> A influência evangélica neopentecostal em matérias de Estado têm várias frentes, e no caso da vacinação da Covid-19, por exemplo, a crença interna disseminada nos ambientes de que a vacina seria inoculadora do “chip da Besta”, uma leitura sobre as profecias apocalípticas, implicaram em política de governo na demora da aquisição da vacina, e foi convertida em discurso de dúvida e convencimento mais direto, especialmente a grupos em vulnerabilidades plurais e de menor atenção estatal, como os indígenas.

Para mais, algumas matérias do período, disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-25/chip-do-diabo-e-medo-de-ser-cobaia-afastam-indigenas-da-vacina-contr-a-covid-19.html> >; < [https://cultura.uol.com.br/noticias/16111\\_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contr-a-covid-19-conta-lideranca.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/16111_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contr-a-covid-19-conta-lideranca.html) >; < <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/26/vacinacao-coronavirus-missionarios-indigenas-tribos-evangelicos.htm> >. Acesso em 18/01/2024.

“Deus, Pátria, Família” enquanto valores exógenos às categorias teorizadas como lastro e fundamento estatal.

Nesse esgarçamento o elemento que destacou-se na condução dessa pesquisa, como uma constante, e ainda assim tratada nas reticências e parênteses cotidianos, como as teóricas feministas bem conhecem (Marçal, 2017), e menos cuidada pelos teóricos mais vinculados a visões liberais/progressistas e socialdemocratas, seja nos períodos históricos de dinâmicas fascistas seja noutros movimentos atuais nesse jaez: o fator [sexo e] gênero [e sexualidade] e sua mobilização política na “família”, elementar dos valores operacionalizados.

Destacou-se esse deslocamento em nossa apreciação, não como um tema incidental, mas como o próprio mérito a ser conhecido. Para uma cognição que estabeleça um regime de verdade jurídica mais adequado, verificou-se ainda que as respostas para a questão de como isso foi/é possível, já que heterodoxo, precisava ser buscada em matrizes outras que não na ortodoxia canônica da Teoria Constitucional do Estado Moderno e do Ordenamento Jurídico. Um fenômeno implicado aforado da institucionalidade deve ter um referencial igualmente outro. E para tanto, é preciso se aproximar do fenômeno e ouvi-lo a partir de si, o quanto seja seguro.

Permita-me elaborar.

### 2.1.1 Das Imaterialidades Que Afetam

Quando respondem como o nazismo se deu em movimento de massa, com apoio da população Alemã, a resposta breve é que fora uma situação gerada pela crise econômica do período e o **sentimento** de humilhação da nação, implicando em resgate de “valores” da nação alemã. Crises econômicas não são desconhecidas dos brasileiros, e por certo não se implicam como uma causa e efeito, que toda crise econômica implica em autoritarismo fascista. Há outras respostas econômicas possíveis pelo Estado que não seja a do fascismo, mesmo porque o fascismo não é um ideal econômico.

É certo que crises econômicas produzem inseguranças de várias ordens, incluindo a do que se sinta coletivamente, e também que seja possível que inseguranças sociais sobre aspectos políticos tenham reflexos econômicos, pelo que sentem os economistas e pelo que fundamentem suas previsões e interpretem dados,

mas a economia é uma constante e fundamento do capitalismo globalizado, gerido pela modernidade estatal, intermediado por interesses de quem ocupa espaços, e igualmente uma linguagem, que considera incidências múltiplas, a depender da corrente interpretativa fenomênica, para aplicar suas previsões e suas noções de valores em cifras. Apesar dos materialistas, em seu brutalismo, responderem pela economia, e o neoliberalismo tenha vindo a ser uma resposta econômica, a princípio, ao autoritarismo fascista histórico, compartilhando ambos essa credulidade no que defendem ser racionalizável e material, desatendem precisamente ao fato de que o que os distingue é o fim, imaterial porque valorativo – se aos marxistas as necessidades materiais devem ser distribuídas pelo bem viver coletivo, aos neoliberais é sobre meritocracia individual.

E é sobre essa porosidade imaterial que vemos agora que desatendemos ao que foi no fascismo histórico na dinâmica dos afetos, que repercute na atualidade nas doutrinas esotéricas elaboradas como “tradicionalistas” ou “perennialistas”, e são deslocadas institucionalmente através dos valores que sustentam.

Pela moral e pelos valores os problemas políticos são problemas religiosos.

Nos fascismos históricos, por exemplo na Alemanha, a xenofobia e a eugenia científica, valores sociais que movimentavam o conhecimento do período e hierarquizavam seres humanos e conhecimentos, comportamentos e tradições referencialmente eurocentradas, posicionaram como plano de fundo de suas gestões a identificação do “inimigo” (e causador da insegurança do povo alemão) enquanto sendo o povo Judeu (que é um povo e uma religião). E nessa identificação de inimigo, outras camadas eram associadas, também para ampliar e massificar a adesão, moldando os discursos e alvos – corrupção moral e comportamental, famílias ameaçadas, a própria hereditariedade e permanência, racismo, perseguições acadêmicas, grandes conspirações... Esses elementos de medo, insegurança, solidão, desamparo, abandono, eles são imateriais. Ainda que coletivos, são experienciados no indivíduo como um sentimento.

É nesse sentimento de desamparo, solidão e insegurança que a religião, ela também, tem espaço como aglutinador de identidade. Se o aspecto imaterial pela via religiosa se fazia presente mitologicamente, note-se que com o advento da organização metodológica da psiquê, a partir da teoria freudiana, se efetua um impacto relevante nas primeiras décadas do século XX, trazendo cientificidade ao imaterial afora das fés, sendo equiparadas em seu teor revolucionário e contestador

com a teoria marxista na economia e Estado. Foi um fenômeno cultural e que ao expandir-se em noções do imaterial possibilitou elaborar outros caminhos a se pensar o poder, não como algo uno e fixado, mas relacional e circunstancial em vários vetores que oscilam. É importante entender os sentimentos de credulidade, de forma coletiva e de mobilização de massas, porque eles estão implicados na política enquanto valores.

Há então que se olhar para a sociedade por outras dinâmicas, porque é possível desde aqui posicionar que tanto na Europa xenofóbica e eugenista da década de 1930 como no Brasil da década de 2010 há um *zeitgeist* que tem sabido capturar medos e ansiedades de massas via eixos morais de sentimentos e de sentidos sociais, de subjetividades em disputa geradoras de desamparo.

A questão de gênero – ainda enquanto papéis sexuais binários – era também uma questão associada à corrupção dos valores morais em 1930. Nos textos dos períodos históricos fascistas conseguimos alguns fragmentos deixados, do que passei a ler como, na trilha de Joan Scott (1989), fator de gênero como categoria de poder na análise histórica.

Adorno (2020a, p. 45-77) em conferência de 1967, sobre os aspectos do que ele chama novo radicalismo de direita, observa que os pressupostos sociais do fascismo perduram na democracia vigente pós segunda-guerra, agora como elementos outros de uma certa ansiedade social, uma crise permanente que paira gerada pelas próprias contradições do capitalismo (sistema que recusa a responsabilidade sobre as crises); esse novo radicalismo de direita situa-se discursivamente em palavras esvaziadas de sentido e que passam a comportar o que ele chama de sistemas delirantes (Adorno, 2020a, p. 57), que comunica entre os versados naquela linguagem, que ainda que tenham um baixo nível intelectual e ausência de teoria possuem extraordinária perfeição dos meios propagandísticos em sentido amplo (Adorno, 2020a, p. 54), uma prática sem conceito que desvirtua e desloca o que seja a verdade.

Umberto Eco (2000, p. 29-53), em texto de 1995, aponta que o fascismo italiano fora um totalitarismo desfocado (*fuzzy*), uma nebulosa fascista, e por isso o modelo que autorizou o nome associativo em equivalências autoritárias, uma ideologia não monolítica que agregava diversas ideias, inclusive contraditórias entre si, e que nessa confusão estruturada, não obstante a debilidade filosófica e conceitual, do ponto de vista emocional era firmemente articulada em alguns arquétipos (Eco, 2000,

p. 41), e precisamente porque seja adaptável e sem bases sólidas, ainda que ausentes alguns dos elementos identificáveis, é que segue possível como evento fascista a se repetir (chama de “ur-fascismo”, “fascismo eterno”, “nebulosa fascista”). Note-se portanto, não se tratar de uma ideologia econômica, de uma teoria fechada em conceitos fechados, mas de uma forma de mobilizar sentimentos e sentidos – não só a se sentir individualmente, mas também de atribuir significados e significações. Um meio, uma forma de comunicar.

Eco aponta quatorze arquétipos fascistas, e sendo eles imateriais podem agir pela colonização do imaginário e pela mobilização de afetos, através de associações semióticas. Aqui em breve catalogação: (1) culto à tradição (imaginada e mítica) e sua consequente (2) recusa à modernidade iluminista; (3) apelo à força física, à ação pela ação e desprezo aos intelectuais e às universidades “comunistas”<sup>23</sup>; (4) não há contestação nas contradições da figura do líder, sob pena de “traição”; (5) há a necessidade de homogeneidade social – seria racista por definição, pelo medo do que seja diferente/diverso; (6) a mobilização da frustração individual ou social das classes médias que se sentiriam pressionadas e ameaçadas pelas classes subalternas em seus modos de vida; (7) apelo à xenofobia; (8) sensação de humilhação pela prosperidade dos “inimigos”; (9) a presença de uma guerra permanente e a fetichização militar; (10) um “elitismo popular” que se assemelha à dinâmica nós x eles schmittiana, com apelo à simplicidade, ao tradicional, ao bucólico (ao pão com leite condensado?); (11) uma mitologia do herói, com as alegorias de morte pela causa que bradam lutar; e aqui chamo a especial atenção na leitura, o arquétipo (12) da transferência da vontade de poder do ur-fascista para questões sexuais. Aponta neste

---

<sup>23</sup> Destaco trecho de texto de Pedro Arantes: “[...] Depois da queda de Donald Trump, o premiê húngaro Viktor Orbán é um dos mais importantes e influentes líderes da ultradireita global e um dos padrinhos de Bolsonaro, que o chama de “irmão em afinidade”. **Orbán foi um dos poucos líderes estrangeiros presentes na posse de Bolsonaro.** Na época, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou pelo Twitter que **“Brasil e Hungria compartilham valores e visões de mundo”, ao que Orbán respondeu “a definição mais adequada de democracia cristã moderna pode ser vista no Brasil, e não na Europa”.** Orbán e Bolsonaro são parceiros políticos e compartilham visões autoritárias, [...] incluindo ataques à ciência, à autonomia universitária e à liberdade de pensamento. A situação institucional no Brasil, apesar das tentativas golpistas de Bolsonaro e apoiadores, ainda não atingiu o mesmo ponto do “regime” húngaro, que o próprio Orbán chama de “regime iliberal” – isso mesmo, com “i”. No Brasil, as instituições democráticas, mesmo sob tensão, têm funcionado e imposto limites à criação de um regime de extrema direita. As universidades públicas são um elo fundamental na garantia da democracia, da liberdade de pensamento e da ciência contra o negacionismo e, por isso mesmo, têm sido particularmente atacadas.[...]” (grifei). Via Folha de São Paulo, 18/02/2022, disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2022/02/bolsonaro-e-orban-aliados-na-guerra-contra-as-universidades.shtml> >. Acesso em 15/06/2024.

arquétipo o desdém pelas mulheres<sup>24</sup> e a condenação intolerante de hábitos sexuais não conformistas (como castidade e homossexualidade) além da questão fálica armamentista nos jogos de guerra; (13) aponta o “populismo qualitativo” pelo que seja o povo quantificado como uma parte pelo todo (*pars pro toto*) e seu inverso, a depender da conveniência, em que a resposta emocional de um grupo selecionado de pessoas passa a ser validada como sendo a da totalidade do povo que alega representar. Por fim, a (14) novilíngua (ou neolíngua) de Orwell, em pobreza lexical e sintaxe elementar, em que as palavras e os termos passam ter significados outros

---

<sup>24</sup> Antes mesmo da vitória nas urnas no Executivo Federal, o então deputado federal pelo Rio de Janeiro Jair Bolsonaro somava discursos e posicionamentos que, amparados pela imunidade parlamentar, o protegiam em alguma medida de questões judiciais. Conforme matéria da Agência Brasil, por Carolina Pimentel, de 28/10/2028, com destaques nossos: *“Desde o período pré-eleitoral, sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa, o mestre em saltos da brigada paraquedista do Exército, Jair Messias Bolsonaro, candidato da coligação PSL-PRTB, liderou todas as pesquisas de intenções de voto para a Presidência da República. E venceu o primeiro turno, e conquistou a presidência no segundo turno com mais de 55% dos votos válidos. **Com apoio até de defensores da monarquia**, o capitão da reserva, nascido em Campinas (SP) há 63 anos, fez uma campanha popular, que reuniu grandes grupos de simpatizantes nas ruas, mas também foi alvo de muitas críticas e contraofensivas. Ocupando o espaço de principal rival do PT, **Bolsonaro firmou-se como defensor de propostas que se enquadram no arco da extrema-direita e nunca se intimidou com os limites impostos pelo politicamente correto. Sua trajetória parlamentar é marcada pela virulência de seus discursos - que ele considera como livre opinião, protegida pela imunidade parlamentar. Fez, por exemplo, declarações consideradas ofensivas e discriminatórias contra negros e quilombolas. Em 11 de setembro, o STF julgou Bolsonaro por acusação de racismo – inocentando-o por um placar de 3 a 2 na Primeira Turma. Publicamente, se opôs às ações afirmativas, como a adoção de cotas étnicas para o ensino superior. Demonstrou também ser contrário às leis de proteção ao público LGBT. Como deputado, combateu sem trégua, em 2011, quando Fernando Haddad (PT) era ministro da Educação, o que chamou de “kit gay” - um material didático contra homofobia que seria distribuído pelo governo para as escolas públicas. Bolsonaro sempre se insurgiu ainda contra a proteção que os direitos humanos conferem aos que estão sob custódia do Estado. Já disse ser a favor da pena de morte e contra o Estatuto do Desarmamento. Condena a descriminalização das drogas e quer que o cidadão comum possa se armar, em legítima defesa, contra ação de bandidos. Esse foi o seu principal recado aos eleitores na área de segurança. Durante a campanha, seu discurso foi se tornando mais moderado. Teve inclusive que enviar carta ao STF para prestigiar a Corte depois que seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (SL), apareceu em vídeo dizendo que **“bastava um cabo e soldado para fechar o STF”**. Jair Bolsonaro condenou a violência entre eleitores e conclamou os brasileiros à pacificação.”*** A nota ao final sobre a pacificação alegada foi uma constante na testagem dos limites institucionais de sua gestão. Se excedia, e depois temporizava. Eleitoralmente o grupo que ofereceu maior resistência eleitoral ao nome dele foi o de mulheres, prosseguindo no texto: *“Com o sucesso de suas propostas e de sua pregação, Bolsonaro virou um fenômeno de massa, mas encontrou resistência, segundo demonstraram as pesquisas de opinião, no eleitorado feminino. Ele afirmou considerar questão de mercado a diferença salarial entre homens e mulheres – posição da qual mais tarde recuou. **O candidato já foi condenado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por apologia ao estupro. Em 2014, da tribuna da Câmara, ele disse à colega deputada Maria do Rosário (PT-RS) que ela não merecia ser estuprada. Ele recorreu e o caso aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Por causa dessa decisão do STJ, ele se elege como o primeiro presidente que é réu na Justiça.**”* O texto prossegue, podendo ser acessado em integralidade via < <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-trajetoria-e-polemicas-de-jair-bolsonaro-presidente-eleito> >. Durante o período de sua presidência, somou envolvimento diretos e indiretos em questões criminais e de responsabilidade civil e administrativa, que pendem apreciação judicial.

muito próprios e não elaborados fora dos círculos em que passam a ter significâncias próprias. Muito próximo do que podemos atualmente compreender como pós-verdades, fundado em sentimentos e aderentes a elementos verdadeiros de uma mentira ou distorção propagada com finalidades de tergiversação e estabelecimento de dúvidas sobre a percepção do que seja real e verdade, e a partir de como essa percepção se elabora.

“Pós-verdade” tem um conceito dicionarizado, disposto como segue na Academia Brasileira de Letras, a partir de Oxford<sup>25 26</sup>

Definição: s.f. 1. Informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais. s.2g. 2. Contexto em que asserções, informações ou notícias verossímeis, caracterizadas pelo forte apelo à emoção, e baseadas em crenças pessoais, ganham destaque, sobretudo social e político, como se fossem fatos comprovados ou a verdade objetiva. adj.2g.2n. 3. Diz-se de política, era, etc. caracterizada pela pós-verdade (2). [...] Para o Dicionário Oxford, pós-verdade (eleita a palavra do ano de 2016 pela equipe deste dicionário) é um adjetivo que significa **‘relacionado a ou que indica circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal’**. Segundo este dicionário, o vocábulo pós-verdade já existia desde a década anterior, mas houve um aumento na frequência de uso no ano de 2016, no contexto do referendo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e da eleição presidencial nos Estados Unidos. E o prefixo “pós”, em pós-verdade, não se refere a ‘tempo posterior’ mas a ‘tempo em que o conceito especificado [verdade] tornou-se sem importância ou irrelevante’. Essa acepção parece ter se originado em meados do século XX, em formações como pós-nacional (1945) e pós-racial (1971).

O que Umberto Eco (que não é um autor cânone sobre estudos de autoritarismos) traz como arquétipos fascistas<sup>27</sup> em seus ensaios e observações culturais – e a menção sobre cultura aqui é relevantíssima – é passível de ser cognoscível na indeterminação metodológica e encerramento de significados aqui

<sup>25</sup> No site da Academia Brasileira de Letras, disponível em < <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade#:~:text=Para%20o%20Dicion%C3%A1rio%20Oxford%2C%20p%C3%B3s,emo%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%A0%20cren%C3%A7a%20pessoal> >. Acesso em 19/05/2024.

<sup>26</sup> OXFORD Languages. **Word of the Year 2016**. Oxford University Press. Disponível em < <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> >. Acesso em 22 out. 2020.

<sup>27</sup> Alguns guardam proximidade, como o 3 e o 10, por exemplo, mas ficou mantida a organização do autor.

tratados. São determinados por sentimentos e retórica, e por tal não necessariamente advém de locais facilmente identificáveis e declarados, como no fascismo histórico, que ao identificar-se e nomear-se “fascista” chamava para si tais dinâmicas sensoriais e de valores morais (e nos empresta o nome aglutinador), mas também a forma estrutural e sistêmica da institucionalidade jurídico-política e presença total nos costumes privados e práticas sociais, no cotidiano. No que se refere a institucionalidade de Estado totalitário fascista há uma certa coesão de forma, entretanto naquilo que mobiliza do imaterial e da ordem dos afetos (ou do desejo, dos sentimentos, da alma, do espírito...) habilita a subsistência fascista mesmo em regimes democráticos e a partir de sujeitos em trajes civis, sendo possíveis a qualquer tempo (Eco, 2000, p. 52).

Hannah Arendt, em proximidade de interpretação, aponta que há uma experiência básica e cotidiana do sentido que fomenta uma forma de governo fincado em medos (chama de “terror”), que é a solidão individual como constitutiva permanente de isolamentos e sua politicidade, escrevendo que as soluções totalitárias podem sobreviver à queda dos regimes totalitários como *“fortes tentações que aparecerão cada vez que pareça impossível aliviar a miséria política, social e econômica em uma maneira digna dos homens”* (Arendt, 2012 [1958]; p. 611-639). Para fins inclusivistas, tomemos as referências textuais a “homens” da autora como a do sujeito político e cidadania referindo-se a humanidade.

Samantha Rose Hill (2020) explica que para Arendt a solidão teria essa importância porque tal sentimento separa radicalmente as pessoas da conexão humana, pelo que chama a solidão como uma espécie de marasmo, em que uma pessoa se sente abandonada por todo o humano e pela companhia humana, inclusive quando os outros a cercam. A solidão passa a ser uma experiência extrema e desesperada da humanidade, porque na solidão somos incapazes de realizar toda a nossa capacidade para a ação política como seres humanos. Incapazes de experimentar qualquer outra coisa, não podemos começar novamente. A cooptação por ideologias, como chama Arendt na relação intrínseca com terror e solidão como pressupostos do autoritarismo, seriam substitutivas de teorias políticas, que esvaziadas de sentidos de verdade comum, passam a ser formas de exercício governamental (a partir de si para a gestão pública). O desamparo neoliberal trazido por Wendy Brown (2019) está próximo do que pode ser sentido como solidão em

Arendt ao revelar a impotência individual ao gigantismo das incidências que nos anulam e esgotam.

Em sendo o indivíduo produto do poder (desses poderes múltiplos, em fluxo, ramificados e, ainda que conceituados e identificáveis, com bordas borradas, em categorias menos estanques), está sujeito (e responsivo) à ordem dos desejos (desejo de ter, de ser, de estar) e dos sentimentos, inserido numa realidade cotidiana em que tudo é consumo e em prol do consumo que valida os desejos, a subjetividade e os valores que atravessam as vidas. Incluindo o desamparo e a percepção (real ou não) de incapacidade e insuficiência.

O campo da Política sendo regulado pelo Direito, estruturando as regras do jogo democrático liberal, autoriza a coexistência de muitos interesses ao exercer sua mediação. Estes interesses, ao buscarem reconhecimento pelo Direito (portanto validação da ordem da verdade estatal), respondem eles mesmos à ordem do desejante vinculada àquela racionalidade do consumo (incluindo o consumo de pessoas e modos de vida como se dá sobre os influenciadores digitais contemporâneos), repetindo padrões comportamentais e culturais que fogem da regularização formal do Direito e da Política mas que tem implicações no que se deseja e como se deseja. Que tem valores na ordem dos afetos, medos e ansiedades. Que tem ambientação no desamparo sentido e em como as respostas são dadas.

Figuras autoritárias são eleitas democraticamente para ocupar os espaços estruturados de Poder assim o são porque cumprem os critérios formais de se candidatarem, e ao receberem votos suficientes, são habilitados a exercer o cargo e o poder inerente a tal. No Brasil o porquê é relativamente simples, portanto: ali está porque foi eleito pela maioria dos eleitores, e previamente a isso o sistema eleitoral político e jurídico autorizou que candidato fosse, que fosse uma opção a ser eleita. Noutros momentos a averiguação numérica eleitoral, particularmente no Brasil, restava prejudicada, então em não sendo as cadeiras tomadas à força como no passado recente, a questão remanescente é como se dá o apoio popular massificado, como pode alguém desejar uma aparente servidão de si mesmo ao aderir a discursos de violência estatal e diminuição de direitos sociais.

Nossa hipótese, assim, parte sustentada pela ordem do imaterial cooptado; pela ordem dos valores, dos afetos, como dito; dos sentimentos, ou do desejo, como em sendas que Deleuze e Guattari já trilharam em 1972 (2011), questionando-se, nas palavras de Foucault (1977), *“como se introduz o desejo no pensamento, no discurso,*

*na ação? Como o desejo pode e deve desdobrar suas forças na esfera do político e se intensificar no processo de reversão da ordem estabelecida? Ars erotica, ars theoretica, ars politica.*"<sup>28</sup> Eles mesmos olhando para as contingências de seus momentos históricos, analisam a relação do desejo com o mundo apresentado na ordem da vida e como os modos de vida, erigidos pelo capitalismo, se concretizavam. Já havia a junção e articulação de uma linguagem econômica para elaborar os sentimentos que permeavam as inquietações dos sujeitos pós-Maio de 1968. Essas aparentes contradições de racionalidade e de gestão dos interesses políticos ocorrem, quando agudizadas, em crises, lê-se nos livros de história.

Já mencionamos "crise" como elemento propulsor dessas quebras de expectativa das ordens estabelecidas como naturalizadas, mas (d) o que seria precisamente essa crise? Econômica? Do capitalismo? Do Poder? Dos poderes? Quais poderes? Do Estado? Da Democracia? Que democracia? Da moral e dos "bons" costumes? Do desejo? Existencial? De tudo? De outras coisas ainda? Que coisas seriam essas "outras coisas ainda"?

Wilhelm Reich (2001), contemporâneo da Alemanha nazista, destaca a ideologia autoritária da família na psicologia de massas do fascismo (Reich, 2001, p. 31-68), a necessidade da disciplina e da reprodução, o controle da sexualidade, a vigília nas doenças sexualmente transmissíveis (e do que fosse chamado como doença no período, como a homossexualidade).

Por ora importa destacar que desde lá já se fazia uma distinção não implicativa necessariamente, portanto uma quebra da racionalidade lógica materialista, sobre a situação social e o processo ideológico no indivíduo. As questões econômicas importam, mas, afirma ele, a estrutura psíquica e a situação social não coincidem (Reich, 2001, p. 59). Essa sobreposição implicativa não é direta e imediata. Ele aponta a complexidade do que seja a figura do trabalhador reacionário, o sujeito das classes mais baixas que não adere às posições revolucionárias do imaginário do proletariado organizado sob a égide das teorias marxistas fortemente discutidas à época. Sendo a

---

<sup>28</sup> O erotismo freudiano que se arvora nessa afirmação de Foucault vem fundado na noção de que não seja restrito ao eixo erótico sexual, mas incluindo sociabilidade e amizades. É algo que se nota destacadamente em espaços de poder em que homens compartilham com outros homens, que criam seus laços de afetos – e por afetos também as violências – falando com seus iguais. Daqui também se tem a sublimação e recalque, fundamentais para se pensar a (im)potência nos termos propostos dessa tese em curso do que seja a frustração da masculinidade hegemônica como um dispositivo de sexualidade, politizável, contratado na formação do Estado Moderno, e que é fundada na modernidade pela diferença binária sexual, universalizando o que seja o masculino, uma vez que a diferença do reconhecimento social depende da nomeação do que seja o diferente do universal.

condição social apenas uma condição externa que influencia o processo ideológico do indivíduo; deve-se investigar, sustenta Reich, as forças instintivas através das quais as múltiplas influências sociais (portanto, não apenas fatores econômicos) ganham controle exclusivo sobre as emoções, afirmando que não seja a fome o fator decisivo (Reich, 2001, p. 59), e que há uma política sexual e uma certa organização “*mística antissexual*”, combinando vários eixos de interesses de poderes. Relaciona o modelo de família tradicional com misticismo cristão institucionalizado e sexualidade, afirmando que na psicologia de massas uma educação mística (aqui referida como a formatação cristã vigente no período) torna-se a base do fascismo sempre que um abalo social coloque as massas em movimento (Reich, 2001, p. 122). Aponta o discurso do “bolchevismo cultural” como esse apelo à moralidade que mobilizou tantos sentimentos no período. George Battaille (2022), desconhecendo o que Reich escrevia, traça conclusões análogas em “A estrutura psicológica do fascismo”.

Aqui temos então a combinação de alguns fatores relevantes comuns recorrentes: religião e seus valores; desejos e sentimentos gendrados; ambiente cultural econômico de disputa e escassez; e normas sociais e jurídicas com palavras polissêmicas.

Há a verificação de um padrão, agora se vê pelos destaques apontados, de dinâmicas de masculinidade patriarcal aviltada, uma ansiedade sexual violenta, presente nesses movimentos que se repetem em ondas, gregários do que venham a ser elementares de grupos que assumem dogmaticamente modos de vida fechados, e deslegitimam subjetividades e corporeidades outras que não leiam como adequadas, para fins de estabelecimento de um inimigo comum apelando à ordem e tradição, a uma segurança (inclusive a segurança de certezas e de uma fixidez do que seja homem e mulher como categorias a-históricas), manifestando como impositivos seus modos de vida como única via do que seja correto, portanto, normativo excludente do diverso. Importa haver um grupo a se indicar como inimigo a que se apliquem e incuta-se associativamente as responsabilidades dos medos e inseguranças, seja pela via xenofóbica do outro externo, outrora semitas, ciganos, negros, e contemporaneamente a imigração (nos EUA e Europa, destacadamente), ou do outro interno, aqueles que sejam indesejados ou não conformes pelo que se

inscreve nesta masculinidade<sup>29</sup> construída e performática como universal referencial da estrutura patriarcal da ordem. O “sublime” kantiano.

Só é possível perceber tal padrão de mobilização de afetos pelo nosso *zeitgeist*. A masculinidade em si mesma não era uma questão problematizável<sup>30</sup> nos períodos dos fascismos históricos. Os papéis sociais masculinos e femininos na ordem da vida e nas formas que assumem nas dinâmicas e nas posições sociais não eram questionados em si mesmos, referenciais ao sexo – sequer havia o conceito elaborado da distinção na ordem da marcação do corpo sexuado, dos papéis socioculturais vinculados a tais marcações, e a ordem do desejo. Portanto não havia nada de estranho ou problematizável em “homens agirem como homens” e “mulheres como mulheres”, desde que não se atravessasse algumas linhas de boa conduta discursiva e comportamental, mais direcionadas e atribuídas como uma educação polida cavalheiresca e na esfera privada dos costumes. As dinâmicas de divisão social gendradas e vinculadas às marcações sexuadas corpóreas não eram questões em si mesmas a ponto de ensejarem um olhar que não o de mero pretexto demagógico e populista de conexão com as massas e quais os espaços possíveis de cada um dos grupos binariamente articulados para que se pudesse gerir a segurança protetiva da norma.

Ainda que no entre e pós-guerras europeias tenha sido possível que teorias feministas estivessem presentes nos espaços de conhecimento, seguiu-se nas discussões sobre as determinações sexuadas e suas implicações como atribuídos a pautas identitárias, coadjuvantes ou figurantes, dos costumes; a partir dos anos 1990 quando projetada a noção do que seja o conceito de gênero pelas teóricas feministas pós-estruturalistas, e o próprio questionamento dos papéis sociais performáticos condicionados à corporeidade, ao sexo biológico (ele mesmo binariamente questionável) e a orientação do desejo, possibilita-se que tenham o protagonismo devido como politizável e central.

---

<sup>29</sup> Ainda que menos evidenciada, a perseguição ao que fossem sexualidades dissidentes era uma questão legal, inclusive, tendo um regime específico de punição e perseguição, inclusive anterior ao regime nazista, e que toma proporções mais agudas no período. Para uma breve leitura sobre, no sítio do Museu do Holocausto. Disponível em < <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gay-men-under-the-nazi-regime> >. Acesso em 01/11/2023.

<sup>30</sup> Seja no início do século XX seja por agora, a masculinidade não se reflete e não se investiga. A feminilidade, o feminismo, as mulheres, e tudo o que se derivou desse binarismo, se debruça sobre si e suas questões, mas os caminhos da masculinidade se posicionam como mais simples e objetivos, corretos e racionais, eles mesmos desinteressados em olhar-se.

Dentro do Direito a forma machista de encaminhar o mundo, direitos reprodutivos e sexuais, e a negação de direitos civis às comunidades LGBT+ foram inseridas nas pautas de Direitos Humanos, lastreadas pelos estudos de outras áreas, como apêndices e alteridades, em demandas como direitos das mulheres, direitos reprodutivos, licença maternidade, violência doméstica e a declaração de igualdade formal constitucional, habilitando o reconhecimento, ainda que incipiente, de cidadania e direitos provenientes de relações contratuais, como o casamento.

Nas brechas normativas é onde os subalternos falam, e assim foi-se implementada alguma voz, mas não uma matriz que compreenda o Direito, o Estado Moderno e suas teorias fundantes elas mesmas como manifestação hegemônica e reiteradora normalizante de uma ordem pressuposta do que sejam as divisões sexuais dos papéis de gênero como elementos a-histórico e fixo como categoria de verdade, elas mesmas como promotoras estruturantes e estruturais das violências que acomodam internamente como habilitadoras de suas exclusões e crises. Por ser pré suposta como inerente à ordem e normatização Estatal, o referencial universalizado de sujeito de direitos pleno é o sujeito do patriarcado. Um Estado Moderno que se desenha a partir dos valores desse sujeito dominante estabelece uma hegemonia jurídica sob essa perspectiva, o que contribui com acomodações de reformas superficiais a essa condição pressuposta estruturante e estrutural.

Nossa proposta inicial estava no atravessamento das teorias de gênero ao constitucionalismo moderno, precisamente porque desta forma o posiciona como um valor na democracia, inerente e fundamental a ela, sob pena de, inobservado, ser agente da corrosão quando seus sentidos são disputados. Nisso também houve uma alteração metodológica. “Gênero” passou a ser um catalisador, uma forma de condução de ansiedades pelo que simboliza – ou assim é entendido enquanto símbolo – da modificação de padrões sociais e valores.

Gênero e “gênero” tem uma implicação muito direta na família e nas famílias. Na reprodução. E o que se manteve constante mesmo após os regimes autoritários de outrora serem substituídos por democracias liberais de Direito foram as dinâmicas sociais de gênero e de família heteronormativa fundada positivamente em argumentos de “tradição”, “valores”, “moral”, reprodução, e “normalidade” (familismo), e as consequentes disputas de significados institucionais de como devem ser lidas como legítimas pelo Direito, inclusive por grupos associados a movimentos de esquerda.

Tem sido as defesas “da família, da moral e dos bons costumes” que discursivamente agregaram recentemente movimentos fascistas, não apenas no Brasil.

Tais movimentos são possíveis (e seguem agrupados) dentro de normas formais de segurança democrática, e ficam dormentes do quão radical podem vir a ser tão logo ganhem adesão e fôlego pela aposta no caos. O dispositivo de gênero tem variações internas das formas que assume, mas é uma constante elementar em todos os períodos observados da modernidade que tem possibilitado o fenômeno autoritário fascista, e atravessam as relações sociais e os modos de vida, portanto gênero é categoria de poder e conduíte de afetos, o que se demonstra na tese, confirmando a hipótese.

O caminho que se apresenta aqui, para como as dinâmicas fascistas reaparecem em potência corrosiva e destrutiva da democracia, está precisamente na [des]importância política que se dá à pauta do cotidiano, e como é cotidiana a divisão de gênero, presente em todas as lógicas que se operam os poderes, e também durante os períodos democráticos. Os atravessamentos respectivos nas disputas de todos os espaços de existência, incluindo a família e o tempo de domesticidade e cuidados.

Porque são nestas atenções e reconhecimentos de direitos, pela via formal de dizer-se, reconhecer-se e ser sujeito de direito assim reconhecido pelo Estado, que restam determinantes em boa medida do que seja possível e devido a indivíduos sentirem, serem, terem e demandarem como legítimos e, principalmente, que se tracem limites claros sobre quais as linhas que não se atravessam e como o Estado deve amparar e pensar suas políticas em prioridades.

Logo, se por um lado, nos períodos em que a democracia está agudamente comprometida, a fixação em temas como comunidade trans, aborto, feministas, erotização de crianças nas escolas, pedofilia, comportamentos homossexuais, etc., parece ser exacerbada e por vezes risível, destinada à pauta de “costumes”, às questões de identidade e justificada pelos analistas políticos e teóricos da democracia e do Estado como um recurso meramente apelativo de adesão; nos períodos de tranquilidade formal democrática, que é também quando seja possível elaborar questionamentos e reposicionamentos com liberdade sobre gênero e suas implicações, tende como prioridade de pauta a ser escanteado ou diminuído em relevância de sua inerente politicidade do cotidiano, porque tradicionalmente esteja inserido nas perfumarias segmentadas e nichadas dos saberes, da ordem da vida

privada, ou do “feminino” (mesmo a partir de teóricos comprometidos tradicionalmente com pautas de igualdade, liberdade, direitos humanos e democracia).

O que trazemos aqui é a constância e a presença desses temas no cotidiano, afetando diretamente as vidas das pessoas, e ainda assim tratada como menor. A forclusão jurídica determina os debates de gênero, assim considerados sem uma definição clara, na democracia: na atual quadra há o reconhecimento do que seja, em senso comum – que as mulheres devem compor espaços, que há que incluir na linguagem o gênero neutro, que tenham demandas de direitos atendidas em cotas – mas daí a ser em si um precedente heurístico de direitos e referencial para elaboração política e respostas jurídicas, reconhecível e exequível pelo Estado é de uma “radicalidade” tal qual Olympe de Gouges<sup>31</sup>. Tal fica exposto quando pautas de sexualidade e gênero são sacrificadas legislativamente pelos democratas – delegando ao Supremo Tribunal Federal que decida (como aborto, homotransfobia, educação<sup>32</sup> e “ideologia de gênero”).

---

<sup>31</sup> Olympe de Gouges foi guilhotinada durante a Revolução Francesa em 3 de novembro de 1793. Ela era conhecida por sua defesa dos direitos das mulheres e por suas críticas aos abusos do governo revolucionário. De Gouges ficou notável por sua obra mais conhecida, a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, na qual ela exigia igualdade para as mulheres, inclusive no direito de voto. No documento, ela apenas converteu o mesmo texto, escrito no masculino como “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, para o feminino. Escreveu peças teatrais, panfletos políticos, tratados, que criticavam a opressão e a injustiça. Sua postura política e suas críticas ao governo revolucionário, especialmente a Robespierre e aos líderes do Comitê de Salvação Pública, levaram à sua prisão e subsequente execução. Seu ativismo pelo direito das mulheres foi considerado subversivo pelas autoridades revolucionárias da época.

<sup>32</sup> Vide texto de Pedro Arantes, sobre a aliança de Orbán e Bolsonaro nas universidades e ataque à educação. Cita-se trecho: “[...] Orbán foi um dos poucos líderes estrangeiros presentes na posse de Bolsonaro. Na época, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou pelo Twitter que “Brasil e Hungria compartilham valores e visões de mundo”, ao que Orbán respondeu **“a definição mais adequada de democracia cristã moderna pode ser vista no Brasil, e não na Europa”**. Orbán e Bolsonaro são parceiros políticos e compartilham visões autoritárias, militaristas, xenófobas, fundamentalistas e racistas sobre o mundo e o papel de seus países, incluindo ataques à ciência, à autonomia universitária e à liberdade de pensamento. [...] **No Brasil, as instituições democráticas, mesmo sob tensão, têm funcionado e imposto limites à criação de um regime de extrema direita**. As universidades públicas são um elo fundamental na garantia da democracia, da liberdade de pensamento e da ciência contra o negacionismo e, por isso mesmo, têm sido particularmente atacadas. Além de **estranguladas orçamentariamente**, agências de fomento federais cortaram bolsas e verbas de pesquisa [...] reitores de 21 Universidades Federais foram indicados pelo presidente de forma ilegítima, desrespeitando o desejo das comunidades acadêmicas. **Professores, pesquisadores e reitores também têm sido ameaçados e mesmo silenciados**, com conduções coercitivas, denúncias vazias na tentativa de abrir processos administrativos e até um termo de ajuste de conduta impedindo críticas ao governo. Em julho de 2020, o jornalista Rubens Valente revelou que André Mendonça, então Ministro da Justiça, mantinha equipes de investigação sigilosas monitorando mais de 500 servidores públicos de oposição, entre eles policiais antifascistas e professores universitários. [...] [sobre a CEU, universidade húngara financiada por Soros], com um perfil liberal para planejar o novo futuro do país como uma ‘sociedade aberta’ — mas nem mesmo seu perfil, orientado para o mercado, garantiu uma existência pacífica para a universidade sob o regime de Orbán. [...] universidades e centros de pesquisa estão perdendo autonomia em relação ao governo e intelectuais e cientistas estão deixando o país. O “regime iliberal” publica semanalmente

Se as questões de gênero são essa ausência-presença no cotidiano, constantes invisibilizadas, os afetos fascistas, as modalidades autoritárias de vida, também o são. De modo que a desatenção aos papéis e debates gênero nos períodos de relativo controle institucional dos arroubos fascistas presentes no cotidiano é a viabilização de seu ressurgimento com a força mobilizadora que tem, pela via dos “valores” na sobreposição de crises econômicas, sociais e culturais, em efeito de culto (o que é bem mapeado pelas pesquisas em religião). Os deslocamentos e questionamentos dos papéis da masculinidade, combinada a outras tensões e clivagens, já bastante elaboradas na literatura, como referentes ao capitalismo e às formas de exercício de poder<sup>33</sup>, tendem a colonizar os afetos e ter respostas reacionárias que entendemos como fascistas sendo o fascismo, em brevidade aqui, um modo dissipado de sentimentos autoritários inerentemente masculinistas e violentos, de submissão ao que não se enquadre nessa universalidade declarada (Connel, 2005; p. 204-223).

Gênero é uma tecnologia de poder dissipada, prévia à modernidade como fenômeno, e essa dinâmica constante só é possível hoje de elaboração porque nós temos esse conceito devidamente palavreado, sendo problematizado e discutido, mesmo que não fechado. Não é mais “apenas” sobre feminismo e o espaço das mulheres em apêndice normativo, em construção de seus significados e

---

listas de inimigos, incluindo dezenas de acadêmicos, acusados de mercenários. [...] O financiamento da pesquisa, uma vez determinado por um corpo independente de acadêmicos, agora é concedido principalmente por um leal a Orbán. [...] mais de duas dezenas de Universidades públicas foram ou estão sendo transferidas para Fundações controladas pelos aliados de Orbán, alcançando já 70% dos estudantes universitários no país. **Este modelo, não por acaso, é o que se pretendeu no Brasil com o projeto Future-se, em 2019, que transferiria progressivamente as universidades públicas brasileiras para a gestão de Organizações sociais (OS) ou Fundações. No projeto, os novos docentes e técnicos (ou antigos por adesão voluntária) deixariam de ser servidores públicos para serem celetistas e o patrimônio de imóveis das universidades passaria a ser gerido por fundos de investimentos. O discurso "modernizador" de suposta eficiência de mercado para atender interesses públicos não apenas é falacioso, como encobre o ataque direto à autonomia das universidades e à liberdade de pensamento, de cátedra e de pesquisa.** Esse ataque, no Brasil e na Hungria, deve ser compreendido num contexto mais amplo do empoderamento da ultradireita global como ativista de guerras culturais em seus países, na definição de valores, comportamentos, ideias e políticas. Apesar de ainda mobilizarem um imaginário conspiratório de enfrentamento ao comunismo, não é esse o foco da guerra cultural no pós-guerra fria, mas a definição do que o ultradireitista Pat Buchanan chamou nos anos 1990 de luta pela "alma da nação" – o que exige batalhas no campo da educação, cultura, mídia, religião, costumes, leis etc. E definição de inimigos, sobretudo, internos. [...]”. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2022/02/bolsonaro-e-orban-aliados-na-guerra-contra-as-universidades.shtml> >. Acesso em 15/06/2024.

<sup>33</sup> Crises do que seja o papel do Estado, questões econômicas, do trabalho, do consumo, e seus subprodutos culturais que se retroalimentam, agora com a incidência da comunicação em rede sem as fronteiras geográficas territoriais do Estado, imediata e automatizada.

possibilidades, mas como os referenciais sociais masculinos, femininos, e todo o entre, são politizáveis e centrais na robustez democrática. Ao questionar a universalidade do masculino como o todo dominante, passa ele também a ser parte. Enquanto parte, deixa de ser a referência e busca referenciar-se enquanto o que seja, o que gera uma espécie de crise sobre qual o espaço e as significações a que lhe cabem existir.

Quando se fala em papéis sociais contemporâneos de gênero, e se questiona as determinações desses papéis condicionadas a uma marcação sexual, nos habilitamos a compreender que o machismo apontado por Eco como o arquétipo 12 do ur-fascismo, ali como sendo uma então resposta e uma negativa de possibilidades de espaços mais destacados para mulheres e de feministas do período (então ainda marcadas pelo ideal feminino e de alguns destinos – como a maternidade e os cuidados – “naturais”), estava presente como uma questão de gênero do que seja o ideal da masculinidade performatizada, também nos demais arquétipos. Ao relermos com atenção, agora pela perspectiva de gênero, o que se tem é que o combustível que alimenta o ódio pela alteridade é justamente a frustração em ser a masculinidade forte que se mitifica, quando se percebe perdendo acessos a privilégios que sempre foram-lhes postos como seus e de direitos (como violação sexual e violência doméstica, punição violenta de crianças, questões patrimoniais, acesso a espaços de poder e destaque social).

Ainda que medíocres, aos homens os espaços lhe eram dados, os acessos plenos, competindo entre eles mesmos e operando na ordem da masculinidade relações econômicas e de raça, mesmo quando mulheres passaram a adentrar os espaços públicos. Num mundo que passa a se transformar com velocidade, que passa a ser estranho ao que se condicionou a compreender como correto, ter sua identidade questionada e os controles dos corpos outros impostos limites, usa como manifestação as violências.

Tal soma-se à não elaboração do que seja propriamente a ordem da masculinidade e os regimes de sua validação, que implicam na não aceitação como legítima da própria existência autorizada do outro desejante, têm-se um potencial de mobilização de massas muito forte. O quanto se pode usar desse valor social estereotipado até que haja risco democrático? Porque o que se inicia como uma invisibilização do outro e de seus direitos pela via jurídica pode escalonar à legitimação

naturalizada e dessensibilizada<sup>34 35</sup> pelo extermínio<sup>36 37 38 39</sup> de modo que toda a qualquer conquista de direitos formais de grupos histórica e socialmente lidos em alteridade serão diminuídas e tratadas elas mesmas como privilégios, e suas vulnerabilidades sociais impostas atribuídas como superações pessoais a serem administradas privadamente – e com isso introduzimos mais um eixo da pesquisa.

Se o neoliberalismo enquanto modelo econômico é teorizado para expandir as liberdades e evitar o Estado forte verificado nos autoritarismos, e sustenta a liberdade de modo amplíssimo, como se implica nesta conversa?

---

<sup>34</sup> De acordo com os dados oficiais, mulheres tendem a ser demitidas, a 50%, e/ou deixam o mercado de trabalho formal, após terem filhos. Para as mulheres após o nascimento das crianças, chega a 30% o desligamento voluntário. Para os homens, 7%. Disponível em < <https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos> > ; < <https://encurtador.com.br/diyJZ> > ; < <https://rhpravoce.com.br/redacao/metade-das-mulheres-perde-o-emprego-apos-a-licenca-maternidade/> > ; < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/09/50-das-maes-perde-o-emprego-em-dois-anos-conheca-a-historia-dessas-maes.htm> > ; < <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4923276-mercado-de-trabalho-ainda-e-rigido-com-mulheres-que-sao-maes.html> > ; < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/maes-solo-tem-mais-dificuldade-de-entrar-no-mercado-de-trabalho> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>35</sup> Situações de desgaste relacional de natureza gendrada tem implicações nos índices – e na conseqüente baixa judicialização – em dinâmicas que foram normalizadas, como assédio moral e sexual em ambientes de trabalho. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2022-jul-08/reflexoes-trabalhistas-assedio-moral-sexual-mulher-ambiente-trabalho/> > ; < <https://www.conjur.com.br/2021-ago-05/pratica-trabalhista-assedio-moral-mulheres-meio-ambiente-trabalho/> > ; < <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/assedio-moral-no-trabalho/> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>36</sup> De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve aumento de 15% do índice de crimes de natureza sexual e violência contra crianças e adolescentes. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-09-o-aumento-da-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-no-brasil-em-2022.pdf> > . Acesso em 20/01/2024.

<sup>37</sup> Em Análise da dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, verifica-se aumento de crimes relacionados a racismo em 2022, o que já se verificava no ano prévio, em que passou-se a considerar a tipificação de transfobia e homofobia na categoria. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/08-anuario-2022-lutas-por-reconhecimento-e-os-indicadores-de-racismo-e-lgbtphobia-no-brasil-de-2021.pdf> > .

Matéria jornalística a respeito, disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/07/5110557-anuario-de-seguranca-publica-denuncia-avanco-do-racismo.html> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>38</sup> Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, liderando o ranking há 14 anos. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo> > ; < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtm> >. Acesso em 20/01/2024.

<sup>39</sup> Brasil aumenta os índices de estupro e feminicídio contra mulheres cis. Igualmente os índices de violência doméstica contra mulheres seguem em crescendo. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/casos-de-feminicidio-e-estupro-crescem-no-brasil/> > ; < <https://sites.uel.br/lesfem/brasil-registra-1-153-feminicidios-ate-julho-de-2023/> > ; < <https://encurtador.com.br/stDK6> >. Acesso em 20/01/2024.

Bem, é um modelo econômico que depende, para sua viabilidade, da crença generalizada de que autoriza liberdades civis amplas, mas há que se questionar a que liberdade se refere. Sustenta a liberdade do dinheiro transitar sem fronteiras com quem o tenha, sendo o Estado o gestor dos interesses parasitados desses grupos já bastante ricos e financeiramente especulativos. A ordem moral tradicionalista e conservadora não é oposta ao neoliberalismo econômico, é inclusive defendida por Hayek como base pela qual a estrutura econômica neoliberal se erige (Brown, p. 18-63, 2019). Devido ao olhar exclusivamente econômico anunciado – sintoma que padece também materialistas ortodoxos – mobilizam o enfraquecimento do Estado<sup>40</sup>, sobretudo na rede protetiva de grupos vulneráveis de direitos sociais.

Ao agravar as desigualdades socioeconômicas e inscrever – agora como racionalidade, um modo internalizado de operar no mundo enquanto sujeito – a ideia de que sujeitos, privada e individualmente, devem resolver questões de ordem impositivas estruturais e estruturantes (nestas incluídas cuidados de crianças e idosos da família, acesso à educação, saúde, previdência, alimentação, mobilidade urbana, segurança.) entregam ao núcleo familiar a responsabilização de tal, onde as divisões gendradas pela domesticidade já são bastante violentas, de modo que ao privatizar a “vida privada” agravam-se as vulnerabilidades e tensionam-se as oportunidades sociais de acesso e conflitos desta ordem de papéis sociais binários e naturalizados, mantendo a reiterabilidade de práticas já incorporadas como válidas pelas estruturas e superestruturas que sustentam esta específica forma de acomodação do capital. As pessoas se adequam ao que o capital precisa e as formas de vida produzidas por elas passam a girar nessa função, relacionando-se as demais formas de poder nessa costura muito própria da subjetivação.

Aqui há a clivagem, em que a mesma palavra passa a designar verdades diversas a depender de quem a utiliza: gênero, para quem estuda de fato as problematizações desse regime de iteração, trata, em poucas linhas, dessa construção social de papéis vinculada a corpos sexuados e a consequente gestão e ingerência do outro sobre o desejo, o comportamento, a atuação na vida, as uniões matrimoniais e as possibilidades do sujeito às normas e condutas sociais, e as

---

<sup>40</sup> O definimento do Estado é uma noção que neoliberais têm em comum com marxistas ortodoxos – *withering away of the State*, cunhado por Engels (p. 213-237; 1984 [1884]) – pela desimportância que comungam pelo Direito, ainda que os caminhos do desaparecimento estatal ou do estado mínimo sejam alcançados por outras vias em cada umas das teorias, noutros usos da economia.

possibilidades jurídicas dessas relações e as respostas mediadas pelo Estado. Grupos conservadores vinculados às religiões, inicialmente católicos, passaram a usar “gênero”, anteposto com “ideologia de” a fim de vincular um não-conceito, em que ao fim e ao cabo levaria à destruição da família, por ser contra a “natureza”, sendo a “natureza” a manifestação de Deus.

Os valores familiares familistas (de formatação de família tradicional burguesa, heterossexual e comprometida com a reprodução e domesticidade das mulheres) alocam-se entre o neoliberalismo e o (neo)conservadorismo nos costumes, servindo de ponte para o engajamento do que seja moralmente correto e válido como comportamento a ser endossado, ao ponto que tensionado suficientemente ocupa o debate público e as modificações das regulamentações de Direito, pela disputa do conceito de família a partir de valores “tradicionais” (como, exemplificativamente, tentativas de desautorizar união matrimonial entre pessoas de mesmo sexo, ataques e retrocessos sobre a legalidade do aborto voluntário, ampliações do aparato criminal sobre categorias morais e religiosas, vedações de determinados temas e discussões a serem abordados em escolas...).

O neoliberalismo não precisa da democracia liberal para se viabilizar. Então ela não é um valor a ser mantido ou cuidado. Entretanto ele precisa da moralidade conservadora para se enraizar. O neoliberalismo, seja como racionalidade ou modelo de gênese, ou sua combinação atual, é uma profissão de fé adequada à teologia da prosperidade e ao sujeito empreendedor de si, se adequando à moral vigente e dominante para cumprir seus propósitos de lucros. Essa racionalidade individualista e privatista sustentada pelo ideário neoliberal econômico dá a roupagem discursiva democrática para esgarçar os conceitos do que seja liberdade e igualdade num regime democrático, a partir dos exercícios de tais e das respectivas responsabilizações. Reduz-se a noção do justo pela via do Direito, considerando o múnus público para seu elemento implicativo, e passa a ser o Direito em si colonizado e adaptado às noções econômicas neoliberais de justiça. De “Estado Democrático de Direito” tem-se um “Estado Economicamente Possível por Princípios Neoliberais de Direito”.

Sujeitos que se percebem perdendo qualitativamente protagonismo de poder passam a moldar seus discursos e fundamentos em conceitos distorcidos e simplistas de liberdades e igualdades, de modo enfático, e responsabilizam o estado social, resgatando o fantasma do comunismo e de tudo que se colocou nessa chave; da mesma forma e pelo mesmo fenômeno, trabalha a ansiedade de deslocamento de

poder, como sub produto, indicando que classes “inferiores” não poderiam ocupar os espaços que passaram a ocupar, porque com elas os “valores” foram corrompidos, as tradições e as noções de certo e natural. No Brasil é possível verificar esses dois modelos discursivos que apesar da aparência inicial, não são contraditórios se observados pela mobilização imaterial e fantasmática das associações e vinculações dos medos.

Há várias formas de exercício de violências cotidiana. A domesticidade se coloca, sobretudo, vitimando mulheres, seja por suas formas mais diretas e agudas, seja por sua vinculação e dependência econômica, negando, pela via dos afetos e cuidados dos seus, amparo. A promoção de solidão e desamparo é um sentimento de futuro negado. É sobre as modalidades desse sentimento ser politizado que nos debruçamos como evento fenomênico humano de sociabilidade e produção cultural. E nos atravessa por todos esses anos.

A solução curta passa a ser privada.

Os circuitos de afetos se equivalem aos regimes de não elaboração da masculinidade presentes na ebulição fascista, e ganham tração perante as crises de múltiplas naturezas. Sujeitos que ao terem limites legais postos sobre possibilidades do que dizer e de como agir (como por exemplo, que não são autorizados a assediarem sexualmente colegas) se posicionam como vítimas da regulamentação do que seja “politicamente correto”, e demandam o passadismo de outrora em que a semiótica do poder no mundo lhe convinha e beneficiava. O neoconservadorismo passa a ser um eixo comum entre neoliberais e fascistas com potência aglutinadora.

O objetivo de compreender como o sentimento fascistizante sobrevive durante as democracias institucionalizadas, a ponto de se estabelecer em potência e viabilizar eleitoralmente figuras com discursos contraditórios, aparentemente, como Jair Bolsonaro, deslocou a proposta inicialmente mais vinculada a aspectos conceituais de neoliberalismo pela via econômica, se aproximando da elaboração de Wendy Brown (2019) sobre a subjetividade neoliberal e a cidadania sacrificial. Assim, redimensionou-se a centralidade do que se trataria, como hipótese mais relevante teorizar a respeito do papel político de gênero nessas inter-relações, identificado como eixo discursivo e semântico central da captura da pauta política, e como o poder em suas dinâmicas é atravessado pelos componentes incidentais do tema e os efeitos verificáveis a partir da Brasil no período de 2013 a 2024, de modo mais agudo.

O que, por necessidade de palavrear, chama-se de androcentrismo político, em como a masculinidade formatou a democracia liberal institucional do Estado Moderno e se posiciona como central referencial de mundo e se conceitua como o poder em si mesmo, produzindo a noção de que seja verdadeiro e natural a interpretação de que, em seu contrato social de gênese, seja fundamento estruturante a divisão sexual da existência e da vida como um todo, estabelecendo regras universais a partir do sujeito homem branco, e por isso mesmo a-normaliza tudo o que não seja ou esteja nesta matriz de poder dominante e auto identificado como o Poder em si. Androcentrismo político é elaborado aqui por uma necessidade de dizer, por necessidade de nomear (e por isso mesmo conceito aberto), ao constatarmos que é o dispositivo de gênero centrado na masculinidade o condutor da [proto]fascistização discursiva de sentidos, apto a mobilizar valores, conceitos e politicidade muito mais amplos e polissêmicos, e portanto muito mais sofisticados e enraizados, da ordem do extravagante, do privado e íntimo, do cognoscível, com implicações cotidianas nas violências, atravessamentos familiares, culturais, econômicos e religiosos que reportam ao Estado – e ao Direito – numa sociedade em desamparo, inserindo-se nele o patriarcado, porque ele é um sistema mais amplo de interpretação de mundo e submissão e colonização de tudo o que é e há a partir da subjetividade universalizada e violenta da masculinidade.

A questão que nos colocamos a responder incidentalmente é se o Direito pode, a partir de sua teoria e filosofia, se colocar materialmente como garantidor democrático inclusivista e liberal do Estado, numa quadra histórica de deterioração institucional, compreendidas as dinâmicas analisadas como tal (não pode muito, mas pode ainda alguma coisa).

Não objetiva mapear quais sejam especificamente os afetos nutridos em movimentos masculinistas, sejam nos fenômenos digitais ou na ambientação militar, que tal competência qualitativa é melhor exercida pelos psicanalistas (ainda que inevitavelmente indicados), mas a observar o fenômeno a partir das formas em que a estrutura jurídica estatal, ao não ter para si uma episteme da interlocução e das formas como reproduz as violências de gênero a partir e através do Direito, não consegue responder suficientemente quando demandada, tendo efeitos na dinâmica de filtragem valorativa da norma, nas relações de poder que conduzem as dinâmicas de afetos fascistizantes/autoritários cotidianos, e que reimplicam-se na afirmação normalizada (e normatizada) de violências estruturantes, como será demonstrado, agravando em

outros dois recortes de vulnerabilidades fundamentais historicizado, quais sejam, raça e classe – estes não entendidos como imaterialidades condutoras do ódio, mas corporeidades especialmente re-violentadas e agravadas nas dinâmicas de despersonalização da violência estrutural da masculinidade de Estado.

Algumas ressalvas são necessárias: antes de dizer o que seja, importante dizer o que não seja. Não se trata de uma competição de vulnerabilidades, portanto quando se afirma que gênero seja a chave para a compreensão de como o fascismo sobrevive na democracia não se nega questões de raça e classe como uma vulnerabilidade e um atravessamento, mas se prioriza gênero como categoria analítica em razão da dinâmica verificada e confirmada nos dados, de que seja a partir da moral aderente nessa via, sob “ideologia de gênero” que se consubstancie, e que sobreviva nas democracias liberais o sentimento fascista nas lógicas de valores familiares, que de tempos em tempos reverbera e se acomoda na política.

Constatou-se, assim, que a produção fascistizante cotidiana das dinâmicas do poder nas democracias é identificável pelo dispositivo aglutinador de gênero e o que caiba nessa hierarquia, pelos sentimentos que mobiliza, desde as formações familiares à ocupação de espaços de poder institucional em setores públicos e privados. O conceito de gênero e suas distorções é a chave – a partir das teorias feministas e da divisão sexual das subjetividades – que iniciam a discussão da confusão entre o que sejam espaços públicos e espaços privados e o que sejam legítimos de serem politizados, incluindo aí o mercado de trabalho formal e informal e a domesticidade dos cuidados, que possuem implicações muito além da reprodução biológica.

Isso não quer dizer que raça e classe não importem como eixos de identidade e não sejam tópicos estruturais da formação populacional interna do Estado com reverberação externa. Ou que seja apenas o dispositivo de gênero o vetor fenomênico autoritário. Gênero é um aglutinador comum de discursividades outras que somadas implicam na corrosão da institucionalidade, conduíte da tradicionalidade e moralidade em períodos de tensões democráticas porque é por esse eixo que se vincula a possibilidade do estabelecimento de um inimigo comum pela via moral. Raça e classe não são o eixo do dispositivo discursivo por onde o fascismo em suas variações muito próprias é conduzido diretamente. São violências incidentais estruturais, mas gênero – a partir da binaridade sexual e da reprodução humana – é o eixo estruturante e o argumento último de um lugar “desde sempre”, quando argumentado como divisão

sexual dual, estruturante de onde se arvoram saberes biológicos e argumentos morais estruturais de tradicionalidade e “certo e errado” e de onde seja possível se argumentar como “ciência” nos saberes médicos. A partir da divisão sexual entre espaços públicos e privados erigiu-se o Estado, prescindindo do contrato sexual para estabelecimento do contrato social.

É como se a própria corporificação da humanidade fosse constituída por essa binariedade homem (cromossomo xy) e mulher (cromossomo xx) e nessa construção social do que sejam os papéis para cada um desses corpos identificados como homem e mulher – papéis esses estruturais, como estruturais são a classe e a raça. A princípio, há mobilidade de classe e até mesmo de raça, mas não se havia mobilidade de subjetivação de gênero, exceto por se alocar como um corpo abjeto, sistematicamente expelido/excluído da norma. Ao igualar homem, mulher, e tudo o que pode caber entre, grupos conservadores e religiosos passaram a se sentir pessoalmente agredidos e aviltados em sua possibilidade de existência, de modo que em resposta passaram a negar possibilidades de reconhecimento jurídico pleno e cidadão ao que não seja diferente e hierarquizável – abaixo de si, claro.

O dispositivo de gênero perturba as noções de identificação dos papéis sociais, e perturbar os papéis sociais é também perturbar noções de poder, de hierarquia e dos espaços públicos e privados e de quem seja visto como legítimo nestes exercícios, e isso tem profunda implicação na democracia porque a democracia é ela em si mesma a possibilidade de reconhecimento da pluralidade de existências legítimas pela formalidade da norma jurídica, de ser declarada como subjetividade verdadeira, válida e cidadã, portanto apta a pleitear institucionalidade a partir de uma hegemonia branca, heteropatriarcal e masculinista, inclusive a ser reconhecida como família, espaço este onde as violências gendradas são legitimadas por dispositivos culturais, onde regimes de igualdade não são constitucionalizáveis porque da ordem do “pequeno”, dos afetos, da maternidade, da paternidade e da domesticidade, do comum, porque é na privacidade do lar e do cotidiano que as violências mais profundas ocorrem, e porque também é nesse núcleo que, ausente um Estado social, se possa ter amparo.

## 2.2 DOS DESVIOS DO CAMINHO

Uma pandemia. A presença da morte. Os limites das liberdades. Uma gravidez completa. O isolamento social e a domesticidade que se impôs. Até onde o privado era público. As bordas borradas do virtual e do material, questões de saúde mental e desamparo. Até onde o privado poderia ser público. Um governante que utilizava o Estado para fins privados e familiares, e descumpria prestações mínimas sociais. Normalizado pela institucionalidade.

Essa confusão do que seja público e do que seja privado e os limites e os modos de como o Estado deva atuar, com a escassez do tempo, com o aumento das vulnerabilidades socioeconômicas e das inseguranças sobre o futuro, sobre os empregos, com o desamparo e a violência urbana, com o aumento do custo de vida para ter acesso ao básico<sup>41</sup>, tornou a vida dos indivíduos e de seus núcleos familiares elas mesmas vividas de uma maneira empresarial, atravessando todas as manifestações da subjetividade, dentro da lógica mercadológica – incluindo a exposição de si, a reprodução, e o manejo dos afetos e desejos (de consumo). Isso não é novo, mas isso tem uma força e uma temporalidade escalonável nesta quadra histórica devido a nossa forma comunicacional em redes, elas em si mesmas uma própria forma de governamentalidade. Isso também nos atravessa.

O diagnóstico de *homo oeconomicus* no neoliberalismo como empreendedor de si mesmo e das questões biopolíticas implicativas que Foucault nos leciona (2022; p. 289-386), em perspectiva atual, são analógicas e incipientes com a proporção e agigantamento que as modalidades políticas de existência passam a ter nas modalidades digitais desse mesmo fenômeno.

Não é acaso que os agrupamentos protofascistas se encontrem no ambiente digital (que passou a ser nosso espaço também durante a pandemia), e não é acaso que todos comunguem do componente masculinista estruturante tradicionalista de ódio às feministas, como tratado no capítulo 3, que faz a ponte entre neo/conservadores, neoliberais e até uma certa esquerda nostálgica de uma

---

<sup>41</sup> As crises contemporâneas são de vários formatos, mas há uma, de cunho geracional, que tem ganhado evidência por ser agregativa de questões econômicas, sociais, culturais... qual seja, a da geração nascida a partir de 1980 que se situa em significativo descompasso no empobrecimento e vulnerabilidade em relação à geração anterior, sendo também a geração que ainda viveu num mundo que se transformava de analógico para digital. Disponível em < <https://exame.com/revista-exame/a-crise-de-meia-idade-dos-millennials/> > ; < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57938082> > . Acesso em 14/10/2023.

revolução que nunca existiu, de quando mulheres, homossexuais, negros, povos de terreiro, indígenas, pessoas com deficiência e toda a sorte do que chamam de “identitários” se contentavam com os trabalhos de bastidores e a promessa de que, em algum momento, suas demandas seriam contempladas. Há uma relação implicativa direta de gênero, por essa via amplíssima, e a promoção de afetos autoritários na democracia liberal, que a corroem institucionalmente, e que ficou muito evidente porque a pandemia trouxe a institucionalidade a ocupar esses espaços digitais tão escanteados pelas formalidades do que não fosse sério ou legítimo.

Assim, através de um desenvolvimento teórico qualitativo e descritivo, a partir de elementos da gramática política dos movimentos das “novas” direitas, de modo amplo e transnacional, a fim de corroborar com a hipótese de que seja a pauta de gênero e sexualidade o fio condutor elementar do que chamamos aqui de [neo]fascismo, para se diferenciar do fascismo histórico, tem como estudo de caso particular a forma como esse processo de digitalização corroborou na ascensão da figura e no governo Bolsonaro – e como subsiste, mesmo deslocado da centralidade institucional.

Entende-se verificáveis as hipóteses aqui desenvolvidas qualitativamente, pelos fragmentos dos discursos contemporâneos e como foram mobilizados. Não se trata de revisionismo, mas de revisitação diacrônica (Kozicki, 2014; p. 49). A pauta de gênero (ou “costumes”) é a que permanece, vinculada ao conservadorismo religioso e as matrizes de tradição e da “família” e da “moral”, quando as democracias liberais se estabelecem formalmente pelo Direito e é por essa pauta que são vinculadas e aderem os demais discursos implicativos do extremismo autoritário. Por não ter sido uma epistemologia desenvolvida pelos cânones teóricos pela impossibilidade analítica de ocupação dos espaços da ortodoxia da teoria jurídica, posto a arguida universalidade iluminista, atravessar gênero passa a ser uma hipótese teórica refundacional com o escopo de responder as questões colocadas de corrosão da democracia pela via da juridicidade substantivamente alimentada na matriz liberal.

O destaque gendrado e os elementos digitais dispostos tem íntima relação com o olhar da pesquisadora, e aqui permita-me os parágrafos autobiográficos, a fim de situar de onde e de quem partem os argumentos aqui postos e a leitura política fornecida e até onde se alcança, da perspectiva de quem transita por múltiplos espaços mas sem pertencer a nenhuma categoria inerentemente “natural”, exceto a de mulher cis (e ainda assim com aspas possíveis). Não havia como não me implicar

– não por ser uma perspectiva muito única a minha, mas precisamente porque a minha experiência se soma a tantas experiências de tantas mulheres e pessoas aliadas, e que promovem coletividade referencial e demandam espaços.

De uma forma bem distorcida o bolsonarismo nos coloca, a nós e nossas questões cotidianas, no centro do discursivo prioritário. E falar importa. Falar politicamente importa. Resta ser ouvida politicamente. Um pouco como Annie Ernaux, em *O Lugar*, em que nos cabe recolher os indícios objetivos desse episódio histórico comum que compartilhamos nos últimos anos e que segue ocorrendo e se transformando.

Leciono Direito Constitucional para a graduação em Direito desde 2013, antes mesmo de ter um mestrado (o ano de início das passeatas verde e amarelo), em instituições privadas de ensino no interior do Paraná, em várias cidades, com um público-alvo outro das instituições públicas, instituições aquelas geridas por perspectivas privadas de negócios. Não falo isso como um demérito desse alunado nem dessas instituições, mas como um ponto de vista existencial dos juristas que temos formado, quem os tem formado, e das condutas que carregam consigo a partir de iteração em seus preparos. Por lá as nuvens eram mais densas.

A mim, que sempre circulei a partir de sistemas públicos, adentrei a uma realidade profissional e relacional sob outra chave, e demorei a compreender os signos e as reticências do que fosse possível por ali. Como se fala, quando se fala, com quem se fala e onde se fala importa. Quem fala também importa. Menos do que ser em si, mas palavrear o que se é. A mim também a fala vem, durante minha existência e memória, sendo um entre, talento e maldição. E com frequência sendo minha algoz.

Após alguma reverberação de minha pesquisa de mestrado, em que sustentei a legalização do aborto voluntário como decisão de autonomia e liberdade das mulheres, em 2018, e as eleições presidenciais daquele ano, sendo Londrina uma cidade importante para os eventos políticos nacionais que se seguiriam ao curso já dado, bem como tendo agentes digitais importantes nessa mobilização política, enquanto Curitiba também ganhava atenção como “República de”, passei o período deste doutorado sem conseguir lecionar, exceto como exceção, em palestras, pós graduação e cursos livres. Por razões políticas, talvez. Era tempestade. Ocasão de ouvir (preferencialmente em coberto) o que se falava enquanto os raios e trovões aconteciam. Tive a primeira e última aula dos créditos na modalidade presencial no

prédio histórico da UFPR, prédio este que, apesar do cinza curitibano, o céu tende a ser mais azul. Só por ali.

A pandemia aconteceu, perdas aconteceram, e a possibilidade digital amplíssima, com solidão e afastamento físico e o medo nos atravessando a todas em tantas formas de inseguranças. Uma gestação completa e de risco, “geriátrica”, um parto longo, e um puerpério mais longo ainda, e mais solitário do que qualquer tristeza que eu conheceria antes (e elas já me tinham sido apresentadas noutras horas). A ausência de rede de apoio e a vulnerabilidade do cotidiano, o desamparo e a exaustão.

### 2.3 DAS CHEGADAS

O meu lugar de cuidadora familiar, do cotidiano, do cansaço e da passagem do tempo, os poucos cuidados a quem cuida. Os silêncios, o choro sentido e involuntário dos esgotamentos. A única forma de dizer algumas violências é quase sempre enquanto lágrima. Conforme os anos avançam as formas de e como ser mulher no mundo se transformam, e as possibilidades se reduzem, ainda que os desejos sigam. As violências são mais sensíveis e não raro perpetradas por outras mulheres, operantes pela via autoritária dos espaços de disputa de poder e escassez.

Voltei a lecionar, agora em 2024, na Universidade Estadual de Londrina, instituição pública em que me graduei em 2008, lá numa historicidade de um outro Brasil. É bonito ver tanta diversidade ali, e observar como algumas sombras seguem presentes. Em todos os ambientes.

É mesmo uma nebulosa.

E tudo isso transborda no texto.

### 3 DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA

*“E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.”*  
Gênesis 3,16

Em 1963 foi publicado o livro *“A Mística Feminina”* nos Estados Unidos, escrito por Betty Friedan. Em seus catorze capítulos e quase cinco centenas de páginas a autora parte de um incômodo próprio que percebeu compartilhado, e que identificou como um *“problema sem nome”* (Friedan, [1963] 2020, p. 13-33). Constatou que as mulheres suburbanas (brancas) de classe média, que foram autorizadas a considerar que teriam possibilidades outras de futuro que não a reprodução dos cuidados familiares, a maternidade como condição *sine qua non*, esposa e lar, eram desincentivadas sistematicamente a de fato estarem na centralidade de suas próprias vidas.

O incentivo ao consumo e à aquisição de eletrodomésticos através de propagandas de famílias felizes e realizadas, perfeitamente publicitárias, não satisfazia o real e quase palpável vazio do cuidado, a frustração pelos potenciais não correspondidos, as tristezas e insatisfações geradas pela solidão, alguma vergonha e culpa – afinal, o que mais poderiam querer senão a maternidade, o marido provedor dos períodos fordistas e do salário único apto a sustentar uma família e a casa de classe média nos subúrbios dos EUA? O autêntico sonho americano? Tal vazio foi respondido pela medicalização dos sentimentos<sup>42</sup>, dada a apropriação e desenvolvimento acrítico das teorias freudianas, atravessadas por anos de reiteração patriarcal de “normalidade” dos papéis sociais. A patologização em assuntos “de

---

<sup>42</sup> Sobre a medicalização dos sentimentos, referindo-nos a dados contemporâneos no Brasil, reporta-se pelo Conselho Federal de Farmácia que houve aumento de vendas de medicamentos psiquiátricos, comparativamente dos anos prévios a 2021 e 2022, a 36% de antidepressivos e estabilizadores de humor e 21% de anticonvulsivos e antiepiléticos. O aumento das vendas foi percebido em todos os estados e em incidência significativa durante e após a pandemia de COVID-19. A pandemia é incidental mas não tem sido compreendida como causa única, que o crescimento já vinha sendo identificado, cumulando-se fatores como doenças de trabalho (*burn out*), e questões privadas (luto e traumas, bem como transtornos contínuos). Ainda que 1 a cada 5 brasileiros consuma medicamentos psiquiátricos, apenas 5% dos brasileiros fazem terapia. Não foram encontrados dados atuais sobre grupos divididos por idade, sexo e renda. Disponível em < <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/03/2023/vendas-de-medicamentos-psiquiatricos-disparam-na-pandemia> > ; < <https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-escolas-tecnicas/tecnico-em-enfermagem/noticias/cresce-o-consumo-de-ansioliticos-e-antidepressivos-entre-brasileiros> > ; < <https://encurtador.com.br/cevKM> > ; < <https://encurtador.com.br/fEQU9> > . Acesso em 20/01/2024.

mulheres” é uma constante desde a invenção dos sexos (Laqueur, [1992] 2001, p. 202-218).

A essa domesticidade como único referencial possível, a esse *status* diáfano da idealização da mulher e da feminilidade e de sua dedicação ao outro (ao marido, aos filhos, à casa para o marido e os filhos), a esse corpo que deve ser belo, que deve seduzir, que deve cuidar, que deve parir, e que não deve reclamar ou sofrer, ela batizou de “mística feminina”, porque, como costumeiramente se tem quando se trata de mulheres, não há nomes, e ao não nomear, há uma ausência-presença, uma invisibilização, um estar fora e dentro.

Essa condição, esse espaço de graciosidade e sorrisos, de frivolidades e abnegação, de virtuosidades e retorno à domesticidade e reprodução, era a única possibilidade aceitável e respeitável para uma mulher nos anos 60 nos EUA, destacadamente se branca. Friedan, como jornalista de formação, ela também uma mulher branca de classe média e escolarizada que abdicara da carreira para ser mãe e esposa, observa que as publicações e produções culturais voltadas ao público feminino não versavam sobre política ou sobre qualquer assunto “grande e importante”. Eram estritamente voltadas aos temas do lar e da criação das crianças, e essas prioridades eram definidas por homens editores a partir do que eles entendiam como a persona mulher ideal (Friedan, 2020, p. 39), como eles inventaram enquanto mulher possível de feminilidade. Ainda que houvessem vozes pleiteando espaços para pautas do que fosse a grande política, as “grandes questões sociais” em ebulição no período, como guerra e direitos civis, a resposta dos editores a tal, de acordo com Friedan, vinha na toada da repetição da fórmula do que fosse entendido como o espaço da domesticidade restrito às mulheres, em âmbito privado, em costumes, como escreve:

*“Que pena não poder produzir essa matéria, mas simplesmente não dá para ligar isso ao mundo da mulher”.* Enquanto os ouvia, uma expressão alemã ecoou em minha mente: *“Kinder, Küche, Kirche”* [filhos, cozinha, igreja], o *slogan* com o qual os nazistas decretaram que as mulheres deveriam mais uma vez se restringir a seu papel biológico. Mas ali não era a Alemanha nazista. Eram os Estados Unidos. O mundo inteiro estava aberto às mulheres estadunidenses. Por que, então, a imagem nega o mundo? Por que limita as mulheres a “uma paixão, um papel, uma ocupação”? Não muito tempo antes as mulheres sonharam e lutaram por igualdade, para o seu próprio lugar no mundo. O que tinha acontecido com os sonhos delas? Quando as mulheres decidiram renunciar ao mundo e voltar para casa? (Friedan, 2020, p. 40)

A mística feminina, enquanto conceito, é definidora dos espaços que o patriarcado burguês encerrou as mulheres em regime de possibilidades, o “feminino” do cuidado, do fetiche, da domesticidade e do ideal de mulher referencial ao homem. A mística feminina é um lugar “meta”, porque dos sentimentos e da percepção, corolário do contrato sexual na modernidade e fundação do formato que como Estado Moderno formaliza o patriarcado como regime. Em toda sua regulamentação enquanto contrato social e posteriormente enquanto detentor da regulação dos contratos de trabalho a partir de alguns pilares mínimos, prescinde da existência das mulheres no espaço público e político, dada a imprescindibilidade de que o cotidiano da domesticidade seja limpado, criado, cuidado, gerado e organizado por mulheres (Denora; 2024; p. 25-28).

Logo, esse contrato sexual é entrelaçado estruturantemente ao desenho das dinâmicas institucionais do Estado (e as inter-relações dissipadas). É incorporado como um dado. Uma verdade universal e normalizada, naturalizada como “divina” e prévia à própria ocasião nas revoluções burguesas, portanto sedimento da reprodução e da continuidade da força laboral, portanto, uma forma de propriedade, uma forma contratual de existir. Carole Pateman (2020; p. 18-19) aponta que as análises tradicionais da história contratual social não mencionam a exclusão das mulheres desse contrato original (excetuando-se Hobbes, que justifica a exclusão), tal exclusão se arvora no artifício jusnaturalista articulando que a racionalidade do pacto protetivo é inerente à racionalidade masculina. Há uma versão patriarcal do que seja a masculinidade e a feminilidade, vinculada ao macho e à fêmea, que originariamente destacam a racionalidade e capacidade masculina de ser considerado um indivíduo pleno e livre, em igualdade, uma vez que mulheres não seriam naturalmente livres, dadas as funções reprodutivas e instabilidades emocionais, ausentes os atributos e as capacidades de soberania de si apta à individualidade. Afirma, assim que “*a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil*” (p.19). Consequência dessa conversão valorativa do que seja “natural”, define estruturantemente o local possível de subjetividade assujeitada das mulheres, de incompletude enquanto indivíduos, as posicionando como inerentemente objeto do contrato, uma vez que o contrato sexual via matrimônio regrado apenas na formalidade patrimonial delega ao ambiente privado os modos e costumes, sendo o

meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres, assim afirmado por eles, em direito patriarcal civil (Pateman; 2020; p. 19). O contrato sexual do matrimônio não seria político.

Seria assim, esse mundo que Friedan define pelo cotidiano e afetos, um mundo apartado, com seus próprios signos e dinâmicas do pequeno. Da mística feminina deriva-se o vazio e a insatisfação de vidas que poderiam ser mais, se de fato livres e iguais.

*A Mística Feminina*, enquanto obra, provocou uma pequena grande revolução feminista, ainda em curso (mesmo já contando com 60 anos desde a primeira edição nos EUA), responsável por pluralizar o olhar sobre o fenômeno e o acontecimento socioeconômico que são as mulheres e suas contribuições. A autora deixa claro o recorte de onde fala, para quem fala, sobre quem fala, quais são seus objetos de pesquisa e entrevista, e qual o período temporal que se discute (de 1949 até o lançamento, já pós Simone de Beauvoir). E neste diálogo com mulheres brancas escolarizadas de classe-média encontrou eco de tal modo que provocou aquilo que na historiografia feminista chama-se de segunda onda em outra geografia – na Europa Beauvoir já antecipara os debates sobre a partir da década de 1940. A obra explora a crise de identidade social da mulher e as restrições de segurança da época, em possibilidades alternativas: ou carreira (com fortes chances de fracasso e de se tornar “mal falada”) ou o lar (declarado como mais certo e seguro), atravessada da realidade social e econômica dos Estados Unidos, portanto, acrescenta, na possibilidade de soma teórica, a diversidade de perspectiva – se Beauvoir escreve como uma filósofa academicamente reconhecida e francesa, que pessoalmente não se submeteu a alguns destinos do feminino como a maternidade e o casamento, Friedan fala a partir dessa domesticidade privada (e com suas privações, que inclusive a submeteram) de mulheres que experimentaram os espaços públicos, seja pela via educacional e/ou laboral, nos Estados Unidos, e estavam sendo redirecionadas para funções restritas biologizadas, portanto, um país com outras relações normativas com o trabalho e consumo.

Tal registro importa aqui para a percepção da ebulição cultural do período do pós-guerra nos EUA, e que foi vendido nos anos que se seguem como desejo e modelo para países como o Brasil: a subjetivação pela afirmação de si através do consumo e da liberdade de consumir, no modelo familiar da classe média suburbana, e que reforça o papel do Estado através das políticas públicas e do Direito, através da

reafirmação de suas fundações primeiras, de normatividade ficcional do que sejam os papéis corretos e adequados como dinâmicas de gênero a partir do sexo marcado no corpo, categorias estas em si mesmas também ficções fundacionais do Estado pelo contrato sexual. Mas mais: reafirma como uma verdade naturalizada da dinâmica do “correto”, de modo que a construção da diferença entre os sexos como diferença entre a liberdade e a sujeição política estrutura (e incide, portanto estruturante e estrutural) a sociedade e a vida cotidiana, incorporando a concepção patriarcal da diferença sexual em todas as demais relações. Considerar a condição jurídica da mulher excluída da categoria fundamental e política de “indivíduo” como pleno de direitos reconhecidos “universalmente” pela institucionalidade é perceber que o olhar jurídico como “outro” a tal grupo se dá como obediência servil via dominação patriarcal (Pateman, 2020; p. 20 a 23), portanto havendo um acomodamento de práticas reiteradas que, se por um lado se obtém a princípio reconhecimento legal e jurídico protetivo da vulnerabilidade (como, à guisa de exemplo, a legislação de violência doméstica e questões de guarda de menores), tornam-se elas mesmas distorcidas por seus detratores como “privilégios”, e passam a criar problemas outros derivados ou conexos, ou carregar questões prévias estruturais, pela ausência de políticas públicas pensadas em articulação com escopo de autonomia do indivíduo (uma mulher que denuncie violência doméstica, em não possuindo fonte de renda, restará desamparada materialmente; eventualmente ainda submetendo as crianças, utilizadas como meio de punição patrimonial e social, a vulnerabilidades).

Se a observação atenta do incômodo sentido da contradição da liberdade discursiva e dos acomodamentos incentivados pelo entorno nos é registrada em *A Mística Feminina*, destaca-se o papel dessa relação de poder do que seja a “família” padrão e como esse núcleo é um pressuposto moral valorativo não atravessado pelas grandes preocupações da democracia institucional. Simone de Beauvoir, em 1939, já apontava o lugar de “outro”, de “segundo sexo”, destinado às mulheres, nalguma medida antecipando em sua famosa frase de não nascer mulher, mas tornar-se mulher, como o gênero viria a ser conceituado em papéis dos sujeitos (o homem /o masculino como universal e a mulher /o feminino como o outro), e a realidade histórica das contingências estruturais e econômicas da sociedade que inscreve o sujeito; ainda ali a determinante presença da marcação biológica, o poder do falo (mais como um fato que uma alegoria simbólica) e os apontamentos dos atravessamentos de

classe, reproduzindo a noção materialista essencialista e funcional do corpo e da biologia predominante ainda hoje (Beauvoir, p. 83-91, 2016a).

As afirmações de fêmea e macho e de um mundo pertencente aos machos sem qualquer cuidado referencial são elas mesmas como se assim sempre tivessem sido; a humanidade, de acordo com Beauvoir reproduzindo um certo senso comum teórico predominante, seria histórica e atravessada pelos regimes das estruturas dadas, mas a marcação sexuada não seria questionada como ela em si mesma histórica, como compreendemos a partir de Scott, agregando gênero como categoria (Scott; 2018; p. 15-52). Simone de Beauvoir se fixa a um determinismo biológico do feminino e as relações de Direito com a prole e as formas de gestão da vida (Beauvoir, p.95-196, 2016a). É uma leitura e uma tradição feminista, fundamental, não obstante nossa discordância sobre o determinismo a-histórico do corpo. À própria Beauvoir, escrever e acessar os espaços de intelectualidade na década de 1930 na Europa, problematizando o sexo a partir da mulher e as possibilidades que lhe sejam de direito é sugestivo de que as dinâmicas masculino-feminino/homem-mulher e sexualidade era um acontecimento de debates nesse período, e portanto atrairia opositores das “imoralidades” dos acadêmicos e das ideias combinadas entre marxismo e freudianos.

Friedan se apropria das fundamentais problematizações de Beauvoir e vai adiante, constatando que na democracia americana não se possibilita[va] às mulheres desenvolverem suas potencialidades sem que uma grande culpa ou um grande custo pessoal tenha/tivesse que ser pago em função de um ideal de família, inclusive escolher ideal outro teria um custo pessoal elevado pelas redes de desamparo – o *status* da mulher casada também é ele em si gerador de direitos, o que também se verifica no Brasil até 2002, formalmente (apesar de a Constituição de 1988 estabelecer a igualdade entre os sexos, as modificações na legislação civil em relação ao matrimônio apenas ganham musculatura a partir do então “novo” Código Civil, de 2002).

O diagnóstico realizado por Friedan dos “valores familiares” e pautas de mulheres teria aprofundamentos em intensidade nos anos posteriores à publicação da obra, dado o desamparo econômico promovido pelas reformas neoliberais, em que grupos e pesquisadores de vários matizes apontam em maior ou menor grau os movimentos feministas como responsáveis pelas mudanças dos modos de vida. A autora questiona com propriedade a cientificidade metodológica das afirmações a respeito dos papéis determinados a cada sexo, incluindo as conclusões freudianas e

o modo como tais conclusões foram dadas como absolutas conforme a conveniência patriarcal. Aponta mulheres que ganham a vida fazendo coro às opressões masculinas e que incidem fundamentando a “mística feminina” como correta e única opção viável, produzindo argumentos para a permanência estrita e limitativa das mulheres no lar, enquanto elas mesmas, as auxiliares das vozes masculinas, são profissionais bastante prósperas – tal fenômeno se verifica contemporaneamente ainda como um padrão, seja em mulheres que encampam discursos de empoderamento feminista sem preocupação coletiva ou em mulheres que performam uma feminilidade extrema e professam valores religiosos do papel da mulher como atuantes políticas, de modo que subsiste na atualidade o fenômeno. Enquanto obra, problematiza o sistema educacional estadunidense (o que ensina, para que ensina, e para quem ensina), destaca o enorme mercado de consumo voltado para mulheres no exercício da mística feminina, o uso do tempo das mulheres naquele trabalho que seja ali classificado como efêmero (domesticidade e cuidados) e subvalorizado, e como a reiterabilidade dessas normas sociais desumanizam e criam uma bolha de segurança e conforto, que concomitantemente é instável e geradora de infelicidades porque referencial à plena potencialidade e autonomia de subjetividade exercida pela figura do “chefe” da unidade familiar, o “pai” e “marido”.

Traz as marcas de seu tempo, e portanto deve ser lido com esse cuidado, de modo que o principal argumento ali segue válido: três gerações depois a “mística feminina” conceitual ainda oprime como espartilho simbólico o imaginário. Na segunda década do século XXI ainda há discursos políticos relevantes que querem as mulheres de volta ao lar e que apenas as consideram como tais se em conformidade com sua designação biológica, haja vista que (mesmo entre algumas correntes “feministas” transfóbicas) biologia é destino – e só pode ser binária. Como referencial histórico revela que é possível induzir as mulheres a escolhas, mesmo em condições democráticas e liberais de consumo, de modo que essas escolhas sejam incentivadas e satisfaçam os interesses dos mercados que são artificialmente criados, e das necessidades que são produzidas sob diferentes argumentos de satisfação e de afirmação social. O grande plano de fundo justificativo da escolha é o da segurança. O da perspectiva de futuro. E propagandeado como ideal.

Assim, a comparação entre o ambiente juridicamente democrático e livre dos EUA, fundado na felicidade promovida pelo desejo e consumo das classes médias brancas suburbanas e o incentivo social à domesticidade da mulher escolarizada não

diferia da propaganda política nazista e do projeto conservador daquele período autoritário. Ao citar a expressão “*Kinder, Küche, Kirche*” (“Crianças, Cozinha, Igreja”) traz para o destaque dinâmica menos tratada na historiografia do período nazista sobre os modelos de família e de relações humanas autorizadas e o papel tradicional e restritivo para as mulheres na sociedade, remetendo a uma dinâmica avocada como tradicional por tempos prévios definidores dos papéis das mulheres na sociedade germânica, e impondo esse resgate de papel fixo e desprestigiado socialmente, como objeto de desejo, limitando-as predominantemente às funções de cuidar das crianças, administração do lar e participar nas atividades religiosas (Koons, 1987). A questão da presença discursiva religiosa e moral, ao estabelecer controle de “almas e corações”, revela o quão político são os regimes imateriais do que se sente, dos afetos e cuidados e as limitações de possibilidades de existir, revela também que a racionalidade pretendida ao se estabelecer legislações e debates do que seja justo e de direito e para quem sejam justas e de direito as soluções dadas e a partir de quem, estão em si mesmas impregnadas de ficções e regimes de verdade estabelecidos por jurisdições elas mesmas autorreferenciadas e referenciais em si mesmas a um sujeito universal (homem, eurocentrado [Quijano, 1998], heteronormativo), que a imagem de si reproduz o Estado e suas instituições, institucionalidades e dinâmicas e racionalidades de poder.

A visão tradicional conservadora do nazismo sobre os papéis de gênero<sup>43</sup>, com restrições, limitações e ilegalidades de autodeterminação social vinculado a uma tecnologia disciplinar e de controle, ela mesma um resgate comportamental tradicionalista, seguiu como modelo e bem viva nas democracias liberais e segue presente e semanticamente efetiva pelo argumento amplo e em vinculação atual neopentecostal do conceito de família, pelo entendimento disseminado nas acomodações do senso comum em reiterabilidade. A partir desses grupos a retórica familista (Mello, 2006) é estabelecida como via única, a correta, do corpo e da alma, medida de salvação, com um propósito para além do tempo – perene; portanto, fortalecer a família – a família burguesa consolidada e assegurada pela modernidade – como unidade fundamental para a coesão social é um instrumento também de controle divino e do direito natural, e reafirmado pela institucionalidade estatal

---

<sup>43</sup> Recomenda-se a perspectiva trazida pelo documentário “Cabaré Eldorado” (2023), disponibilizado na Netflix.

moderna via Direito. E também espaço de segurança e rede de amparo privada, onde o Estado não alcança senão em tutela de patrimônio.

Conveniente, assim, em diversas camadas e nichos de interesses de atores políticos com maior trânsito em espaços de poder estabelecidos, incluindo o interesse orçamentário de desoneração pública estatal com políticas de amparo social, saúde e educação. O Estado, ao negar a existência pela via jurídica de reconhecimento de direitos a determinadas pessoas, ou mesmo a condição de integralidade como sujeito, em igualdade material de fato ao sujeito universal patriarcal, nega também cidadania e acesso prestacional.

Ao negar existência jurídica, exclui e segrega, nega tutela normativa e consequente normalização, vinculando o próprio ser no mundo ao erro, ao defeito, à rejeição, à “promiscuidade”. Comportamentos conservadores de normatividade sexual estabelecem uma rede privada de apoio, amparada e reconhecida pelo Estado Moderno desde sua fundação (Cooper, 2018; p. 21). No caso alemão o apelo tradicionalista patriota somava-se à eugenia científica e xenofóbica declarada, discursividade que tem sido reposicionada na Europa contemporânea como anti-imigração e repaginando valores nacionais de cada território.

As compatibilidades e associações aqui trazidas são habilitadas pela acomodação estrutural supramencionada, de modo que se compatibilizem modalidades estanques de família, em modelos neoconservadores e acomodação ao discurso neoliberal (destacadamente o da Escola de Chicago da década de 1970 pela importância da família tratada por Gary Becker [1993]).

Importante distinguir que os corpos e afetos em dissidência não são em si a centralidade das preocupações do neoliberalismo econômico, diferentemente das percepções de valores morais dos conservadores; entretanto a família “tradicional” é considerada como dado necessário de garantia de rede de suporte social e cálculo econômico projetivo, reproduzindo em sua formatação a dinâmica do contrato sexual classificado por Pateman, ao decidir em quem investir esforços e como destinar a renda doméstica. A correlação entre o que vem a ser hoje o movimento neoconservador e o modo como o neoliberalismo incorpora-se em uma racionalidade nos indivíduos, em suas convergências, colisões e simbioses, se dão assim através dos “valores familiares” (Cooper, 2018; p. 17-20), e no Brasil com uma adaptação interessante entre combinações dos EUA e Europa, um molde híbrido e autoral.

Observar a teoria do Estado considerando a relação proposta por Carole Pateman (2020; p. 18-32) (binariamente em gênese, e passível de analogia para compreensão desse sujeito “outro” não detentor de integralidade de cidadania) ao categorizar o contrato matrimonial como um contrato sexual que determina um tipo muito especial de propriedade – aquela que os indivíduos detém em sua pessoa – autoriza que se observe que quando a mulher é parte do contrato, há questões próprias inclusive sobre a relação de autonomia. O contrato sexual de saída estabelece uma relação de dominação civil, haja vista que uma das partes não é indivíduo pleno e livre estabelecendo regimes de subordinação por escolha, como seriam o do contrato social que relaciona o Estado com o homem e o contrato de trabalho que, a princípio, relaciona dois homens livres, ainda que em hierarquias diversas pelo capital. Como sujeitos, um contrato entre homens é estabelecido entre indivíduos iguais, subordinando suas liberdades aos termos desse documento. O contrato sexual, convertido em contrato matrimonial, estabelece dominação patrimonial do homem em relação à pessoa da mulher e um controle diáfano sobre seu corpo, seu tempo e sua força de trabalho, e seus sentimentos referenciais, porque mesmo com mudanças amplas na condição social das mulheres e na consideração de igualdade jurídica formal, a discussão comportamental de papéis sociais exercidos na dinâmica da reprodução e cuidados não atinge o fato político fundamental de que a condição originária da mulher no casamento e nos papéis “tradicionais” de gênero familiares são questões políticas centrais e que refletem todas as relações da ordem social moderna, que passou a chamar de direito civil aquilo que previamente era dado como direito natural, estabelecendo formas de poder que não são alternativas e plurais, mas dimensões repaginadas da estrutura complexa e multifacetada de novas formas de subordinação e disciplina, que autorizam ainda que homens tomem conta do corpo e da vida da mulher na dominação do patriarcado estatal moderno, senão pela domesticidade, como uma forma de vida, como uma racionalidade reiterada sobre posicionamento autorizado na existência.

Considerar que o indivíduo homem é o sujeito de direitos plenos em suas relações contratuais, a unidade fundamental e universal da sociedade, é uma premissa aplicável ao neoliberalismo econômico, que reduz a sociedade a indivíduos autônomos e seus núcleos familiares de modo privado e fechado, como um valor a ser confirmado ignorando a coletividade e direitos sociais (que passam a ser “comunismo”), subordinando indivíduos entre si. A despeito de evocar o argumento

da liberdade contratual, esconde a categoria política da desigualdade da gênese do Estado e de quem seja cidadão, sobre a qual se constrói tudo o mais.

O cotidiano é politizável e político quando, ao regulamentar e reiterar os modos de vida da intimidade e dos comportamentos, produzindo signos sensíveis, tem-se como resultado o controle social; enquanto neoliberais se fiam na estrutura comportamental sedimentada para seus cálculos e investimentos, [neo]conservadores controlam também afetos. A moeda de troca afetiva nessa família binária do contrato sexual é o amor – ao esposo, ao lar, às crianças – e quanto maior a sobrecarga estabelecida nos cuidados e ocupação do tempo das mulheres (somado às vulnerabilidades outras como questões de raça e classe, evidentemente) maior a limitação do envolvimento de grupos heterogêneos em esferas públicas e políticas institucionais (Federici, 2017). Pessoas trans e não binárias, por sua vez, ficam submetidas a toda uma dinâmica de sobrecamadas de exclusão e violências, em que as possibilidades de subjetividade são ainda mais restritas e dependentes do amparo privado familiar, em havendo, uma vez que o enfoque de classe será um diferencial sob esse eixo; à homoafetividade, quando não considerada doença, “fase”, ou ilegalidade, é um “pecado” e “amoral”, pelos valores e afetos.

O que se verifica na perpetuação de um modelo familista fechado<sup>44</sup> e da iteração estanque dos papéis de gênero em regimes políticos que buscam se diferenciar ao se constituírem fundacionalmente – seja o de regimes autoritários, seja o de democracias liberais que incorporem modelos econômicos diversos como política e visão de governo e para o que serve o Estado, desde uma atuação social-democrata ou neoliberal – é que seja precisamente através dessa valoração moral e dos poderes coercitivos presentes nos discursos das fés e suas fixações discursivas em reprodução e sexualidade (que sobrevivem com uma separação artificial entre religião e política), que um Estado que se declara laico passa a habilitar novo espaço e novo

---

<sup>44</sup> Em muitos contextos, o familismo tradicionalmente está associado a uma concepção normativa de família que tende a enfatizar o papel da família nuclear heterossexual. Isso é especialmente visível em sociedades onde as normas culturais e legais privilegiam ou idealizam essa forma específica de organização familiar. Em estudos críticos, alguns autores apontam que o familismo pode estar vinculado à perpetuação de papéis de gênero tradicionais e à ênfase em uma estrutura familiar hierárquica e heteronormativa. Nesses casos, o familismo é visto como reforçando um modelo de família onde o homem é o provedor e a mulher tem um papel central no cuidado doméstico e na educação dos filhos. Isso pode marginalizar ou invisibilizar outros arranjos familiares, como famílias monoparentais, homoparentais ou aquelas que desafiam normas de gênero e sexualidade. Tem sido particularmente estudado como uma forma tradicional e religiosa de compreensão de famílias latinas e coesão nos EUA e Canadá, além da cooptação dissipada como aqui posto (Beaujot; Ravanera, 2011) (Contreras; Kemis; Negrete, 2001) (Falicov, 2005) (Rodríguez-Díaz; 2016) (Gómez, 2012).

poder para a moral tradicional no domínio público (Brown, p.160; 2019). E isso tem revelado os riscos para a democracia materialmente tratada e aos pequenos progressos de ampliação do amparo social estatal a mulheres, meninas, e comunidade LGBT+.

A partir do exíguo espaço autorizado de ocupação pública e promoção estatal de proteção jurídica a grupos historicamente escanteados dos espaços institucionais formais (como a habilitação da união homoafetiva, por exemplo) grupos conservadores sociais (todo esse espaço conservador da direita neopentecostal sobretudo, que mais massificada e popular no Brasil, mas também presente na esquerda com tradição católica e nos católicos conservadores) e que também ocupam o parlamento – em todos os níveis, sendo as Câmaras de Vereadores Municipais e Casas Legislativas dos Estados<sup>45</sup> um local de importância menos observado pelos teóricos, mas que projetam figuras de liderança com pautas de “valores da família” – passam a colonizar os ambientes políticos a partir de suas moralidades restritivas da compreensão do que é e como é autorizado ser, como sujeito de direitos, como igual, e sob a égide defensiva da “família” em perspectiva religiosa implicativa de

---

<sup>45</sup> Alguns projetos espalhados pelos Municípios do Brasil, que versam sobre “gênero”. Excetuado por aqueles que venham a regulamentar disposições sobre violência doméstica contra a mulher sob a égide da Lei Federal 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), há a proliferação de legislações sobre ambiente escolar, envolvendo restrição/proibição de linguagem neutra, distribuição de material didático e banheiros, e mesmo vedação publicitária geral e presença de pessoas trans nos esportes. Alguns exemplos nos links < <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/05/10/camara-de-londrina-proibe-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas-e-concursos-entenda-o-que-e-o-termo.ghtml> > ; < <https://www.bonde.com.br/bondenews/camara-de-vereadores-aprova-projeto-contrabanhheiro-neutro-em-londrina> > ; < <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/contrabanhheiro-neutro-em-londrina> > ; < <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/232-politica/1859-vereadores-de-ponta-grossa-adiam-votacao-para-projeto-de-lei-que-altera-a-ideologia-de-genero> > ; < [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/24/interna\\_politica,1485149/camara-de-bh-aprova-projeto-que-proibe-a-linguagem-neutra-nas-escolas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/24/interna_politica,1485149/camara-de-bh-aprova-projeto-que-proibe-a-linguagem-neutra-nas-escolas.shtml) > ; < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/12/19/projeto-de-lei-que-proibe-ensino-de-ideologia-de-genero-em-joao-pessoa-e-aprovado-por-vereadores.ghtml> > ; < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/vereadores-de-apodi-rn-aprovam-lei-que-proibe-discutir-ideologia-de-genero-em-ambiente-escolar.ghtml> > ; < <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-na-pauta-da-ccj> > ; < < <https://cbnlondrina.com.br/materias/projeto-que-proibe-campanhas-de-diversidade-sexual-junto-a-criancas-e-adolescentes-em-londrina-e-aprovado-pelos-vereadores> > ; < <https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/camara-de-vereadores-debate-projeto-que-proibe-atleta-trans-em-competicoes-em-londrina> > ; < <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-proibe-propaganda-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-municipais> >. A partir da robustez e apoio em Câmaras, os temas passam a alcançar os legislativos estaduais < <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/avanca-projeto-que-proibe-a-ideologia-de-genero-nas-escolas-do-parana-3219326e.html?d=1> > ; e federais < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276> >. Acesso em 21/01/2024.

equivalência do que é “família tradicional”, invertendo os propósitos e finalidades do argumento de liberdade de expressão e liberdade religiosa, e de como e qual deva ser o papel do Estado Democrático pactuado em 1988.

Pânicos morais utilizando um plano de fundo de controle de sexualidade, gênero e identidades (Miskolci, 2007) arguindo o “fim da família” passam a ser utilizados como conduítes de paixões políticas, que combinadas a uma moral religiosa estridente e uma comunicação em escala, passam a ser férteis para habilitar discriminações<sup>46</sup> e reafirmar, seja pela legislação seja pelas vias jurídicas estatais hermenêuticas (como a escusa de consciência de médicos para recusar o aborto legal condicionado ou a binariedade sexual da linguagem), a autorização que habilite negar direitos fundamentais a grupos sociais historicamente em vulnerabilidade.

Esse espaço de ambiguidade e equivalência conceitual sobre o que seja “família” e como ela deva ser constituída é disputado como “verdade” pelo Estado, numa forma jurídica positiva, e pelas fés, numa demanda de reprodução e direito natural, gerando uma questão nevrálgica para o Direito Constitucional inclusivista e do modo como se dá a politização de aspectos privados, bem como o imaterial e polissêmico conteúdo que possa reverberar em palavras que são interpretadas diferentemente a depender de quem e como sejam ditas, a partir do “gênero” em amplíssimo espectro, e sua categoria distorcida, a “ideologia de gênero” (Butler, 2024; p.13-22).

Valores “conservadores” de família, “tradição” e “moral” são valores religiosos secularizados e incorporados como norma de Estado e regulação social, e são nesses ambientes intimistas que os afetos, o pertencimento da comunidade, o acolhimento e amparo, as possibilidades do sujeito, são nutridos, iterados e reafirmados como possíveis a ponto de se posicionarem como existentes, inclusive demandando reconhecimento ao Direito.

“Gênero”, no sentido de “ideologia”, passa a ser uma categoria outra que a investigada academicamente ou pela coloquialidade da linguagem, tomando um lugar

---

<sup>46</sup> Em setembro de 2023 propagou-se pelas redes de figuras, entre influenciadores e políticos, vinculadas às pautas de costumes, a informação de que “banheiros unissex colocariam as crianças em risco de abusos nas escolas”. A informação era mentirosa e foi vinculada a dois deputados federais vinculados ao bolsonarismo e com massiva presença digital, Nikolas Ferreira (Minas Gerais) e Filipe Barros (Paraná). A campanha de desinformação foi judicializada. (Teodoro, P., 2023). Para mais, matéria de 23/09/2023, Disponível em < <https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/23/banheiros-unissex-governo-desmente-fake-news-de-nikolas-ferreira-filipe-barros-entenda-144632.html> >. Acesso em 01/03/2024.

de perigo iminente aos modos de vida e à reprodução centrada no casamento religioso; a mera menção à palavra em si passa a afirmar o endosso a uma retaliação essencialmente autoritária de modos de vida, a fim de reconduzir o mundo a um momento anterior ao “gênero”, a uma ordem patriarcal mítica alocada no argumento de validade histórica, “natural”, exclusivamente binária, restaurando um papel de Estado que defenda, através de seus regimes de ordenamento e decisões, valores da família patriarcal, eles em si mesmos os próprios valores adequados e como única possibilidade (Butler, 2024; p.12-13). Gênero passa a ser um signo referencial à família em alguns receptores coletivos que passam a entendê-los como uma ameaça existencial.

### 3.1 A SEPARAÇÃO DE ESTADO E IGREJA

*“O homem não deve cobrir a cabeça, visto que ele é imagem e glória de Deus; mas a mulher é glória do homem. Pois o homem não se originou da mulher, mas a mulher do homem<sup>47</sup>; além disso, o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.”*

1 Coríntios 11, 7-9

O contrato de casamento, ao adentrar o regime jurídico “laico” moderno iluminista, excluiu a participação direta da “Igreja” (que seguiu presente e com valores religiosos no ordenamento, dissipados nos costumes, e mais diretamente no caso matrimonial), agora pelo aspecto contratual (regulação patrimonial pelo Estado, cuidados da prole, “responsabilidades” conjugais, reprodução, filiação, nome), sob outras fundamentações, discursivamente laicas. Ao expandirem direitos jurídicos estatais em searas exploradas pelas fés – como casamento e reprodução – as disputas de afetos e o discurso moral são retomados e politizados numa lógica, que tal qual as igrejas (agora no plural), esteve ladeando o Estado institucionalmente. A palavra “família” e seus significados e valores passam a encerrar em dois sistemas diversos valores e noções de conceito que guardam associações comuns, mas que tomam caminhos divergentes com seus usos e interesses enquanto instituição e tutela. Através da palavra e da disputa pelo seu significado como verdade, há em

---

<sup>47</sup> Paulo, um romano claramente desconhecedor de biologia básica, mas comprometido com sua visão cristianizada de mundo.

curso um projeto político declarado de ocupação do Estado pela fé e uma formatação específica de quem seja a família, pertencente a pátria e reconhecido em cidadania, a partir da perspectiva confessional valorativa<sup>48</sup>.

Não se nega com isso o papel de mérito político religioso, inclusive, e de amparo social que a presença de designações como a Igreja Católica<sup>49</sup>, no Brasil, tem desde a colonização. Por óbvio que não foi por “bondade” meramente, que o projeto de catequização e conversão é um ordenamento de fé, mas inegável que constitutivo contingente. Tal lastro ainda se faz notar no presente<sup>50</sup> e foi um espaço de resistência importante em razão de seus vínculos transnacionais a partir de algumas de suas lideranças na ditadura militar<sup>51</sup>, por exemplo, e está presente desde os portugueses, a partir dos Jesuítas (Emmerick, 2010), historicamente estabelecendo instituições assistenciais e de ensino confessionais. Reconhecido isto, importante destacar que quando o assunto é gênero a postura oficial do catolicismo, para começo de problematização, não é apenas de oposição, mas de frontal produção de combate.

<sup>48</sup> Em 25/02/2024 foi convocada manifestação na capital paulista em favor do ex-Presidente Jair Bolsonaro, com a finalidade de mostrar apoio popular ao político e ao seu entorno. Na ocasião, convocada e organizada pelo Pastor Silas Malafaia, Michele Bolsonaro, esposa de Jair Bolsonaro, que é uma mulher evangélica e se comunica com mulheres a partir dos “valores cristãos”, declara em seu discurso *“E meus amados, aqui quero direcionar minha palavra para as mulheres. Como é difícil deputadas, vereadoras, prefeitas, para nós mulheres estarmos à frente da política. O assassinato de reputação é diário, mas algo muito maior e muito mais forte nos move para continuarmos lutando pela nossa nação. Sim, por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação.”* Grifo nosso, para fins de destaque de que é um projeto às claras. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/> >. Acesso em 28/02/2024. Discurso na integralidade no Anexo 3.

<sup>49</sup> A vinculação nesse sentido é reconhecida com a presença dos Jesuítas no período colonial e é constituída como religião oficial desde o Brasil Império, na Constituição de 1824, ocasião em que a Igreja Católica gozava de controles e prerrogativas equivalentes ao do Império, não sendo verificada separação clara entre Igreja e Estado (Emmerick, 2010).

<sup>50</sup> Como a atuação do Padre Júlio Lancellotti com a população em situação de rua da cidade de São Paulo, que trouxe à pauta em políticas públicas governamentais federais sobre arquitetura hostil, por exemplo, ou ainda a atuação das pastorais, Santas Casas de Misericórdia, e os projetos sociais via CNBB. Disponíveis em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada> > ; < <https://www.pastoraldacrianca.org.br/> > ; < <https://www.cnbb.org.br/> > ; < <https://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas> >. Acesso em 21/01/2023.

<sup>51</sup> Digno de nota a atuação de Dom Helder Câmara nas comunidades eclesiais de base durante a ditadura militar (disponível em < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-helder-camara/> >) e de Dom Paulo Evaristo Arns em oposição a tortura política e por ocasião da Diretas Já (disponível em < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-paulo-evaristo-arns/> >); também em razão das relações com o Vaticano, por ocasião da vinda do Papa João Paulo II ao Brasil em que o jurista Dalmo Dallari pôde ser testemunha corpórea da violência do período (disponível em < <https://jornal.usp.br/artigos/dalmo-dallari-historia-memoria-e-saudade/> >). Ainda, a atuação do Rabino Henry Sobel, Judeu, ao se recusar a enterrar Vladimir Herzog como suicida (disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50511776> > ; < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/henry-sobel/> >). Acesso em 21/01/2024.

### 3.1.1 O Quanto Cabe em Gênero

*“A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva.”*  
1 Timóteo 2, 11-13

Nos anos 1990 os estudos sobre gênero como performatividade histórica de possibilidade do sujeito inserido na cultura, a partir dos estudos feministas, desbiologizando as condições implicativas e restritivas de vinculação da ordem sexo-gênero-desejo, questionando matrizes da própria cognição científica pelo pós-estruturalismo, integrou noções outras de experiências e desestabilizou argumentativamente o universalismo masculinista branco heteronormativo no conhecimento (Butler, 2015). Ao receber proeminência e espaço, recebe também a atenção do Vaticano, uma vez que a Santa Sé, que também é um Estado, passa a entender-se atacada em seus valores, classificando tais pautas como “ideológicas” (Butler, 2024; p. 79-97), perigosas e contrárias ao que consideravam “fatos naturais” que diferenciam homens e mulheres (o sexo biológico binariamente positivado).

Inicialmente conduzido por representantes do Vaticano, tais críticas ao conceito de gênero entraram na esfera pública por meio de textos escritos pelo então Arcebispo Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI)<sup>52</sup> a partir de 1997. Nos textos, o cardeal acusa a “cultura moderna” de promover “ideologias” que se distanciavam dos preceitos cristãos da família nuclear e seus pressupostos, sustentados na reprodução dos ideais de “boa esposa e mãe virtuosa”<sup>53</sup> (Mochel, 2022).

<sup>52</sup> Na condição de liderança papal, Bento XVI, igualmente manifestava suas preocupações sobre “ideologia de gênero”, como, por exemplo, em 2013 e incentivando a produção “teórica” sobre o tema. Disponíveis em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/papa-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.html> > ; < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/01/19/interna\\_mundo,344968/papa-bento-xvi-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/01/19/interna_mundo,344968/papa-bento-xvi-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.shtml) >. Cartilha de pronunciamentos desde 2012 sobre o tema, iniciada por Ratzinger, disponível em < <https://encurtador.com.br/jkpzO> >. Acesso em 21/01/2024.

<sup>53</sup> De acordo com Belisário Penna: “**Nas sociedades primitivas a mulher não passava de um bem móvel, de reprodutora e de escrava do amo.** No decurso dos séculos a situação foi se modificando até atingir a mulher os mais elevados postos nos campos das atividades humanas. Modernamente as prerrogativas por ela alcançadas pouco se afastam das dos homens, excedendo-se até certo ponto. **Essa transição não se fez sem grandes sobressaltos e graves perturbações. Disso tem resultado a diminuição progressiva de respeito e consideração que aos homens inspirava a mulher,** nivelada hoje a eles pelas licenciosidades que se permitem. **A fé, o pudor e o recato**

O termo “ideologia de gênero” tem emergido nos debates cotidianos contemporâneos, agora colocado como eixo político, e não somente encerrado em discursos e ambientes religiosos. Ao mapear a genealogia do termo e do pânico moral que adere sua semiótica, Miskolci e Campana (2016) apontam que

a luta contra o que denominam de “ideologia de gênero” emerge como reação católica à disseminação da agenda feminista por igualdade a partir da Conferência de Beijing (1995), mas ganha força no contexto latino-americano, em especial sul-americano, no início desse milênio, quando chegam à Presidência partidos de esquerda e, a partir de 2006, algumas mulheres tornam-se presidentes. Se Ratzinger começa a mencionar os perigos da “perspectiva de gênero” em 1997, é possível reconhecer no Documento de Aparecida (2007) a disseminação da noção entre os bispos católicos latino-americanos

---

**femininos, que são as armas mais poderosas e os predicados mais preciosos da mulher, dia a dia se enfraquecem. Sem essa armadura ela passa de anjo a demônio, torna-se em ser desprezível, transformada em simples objeto de prazeres ignóbeis.** A fé, o pudor e o recato feminino acrescidos da cultura, hoje tão fácil de adquirir, **são a couraça da união conjugal, do amor materno, do apego ao lar e do fortalecimento e da moralidade da família.** Todos esses fundamentos essenciais de uma sociedade bem constituída se desfazem, uma vez extintos na mulher aqueles predicados. [...] A seminudez das mulheres nos bailes, teatros e banquetes, a quase nudez nas praias, a representação na tela dos cinemas de atos os mais íntimos, as cenas de amores e beijos, com requintes de lascívia, assistidos sem vexame por senhoras, moças e meninas, são um **atestado do relaxamento moral da época presente, uma provocação libidinosa, uma afronta ao pudor, o perfume delicado, o talismã com que a mulher consegue impor-se ao respeito e à estima dos homens. Urge, a bem da humanidade, um corretivo à loucura da mulher de querer igualar-se ao homem em tudo e por tudo, em contraposição às leis biológicas quando o que lhe compete é procurar corrigi-los dos seus vícios e desregramentos. A mulher encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família,** fundamentais para a educação física e moral da prole; da escola, e de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadas e sadias, tais a assistência social, sobretudo as que visam amparar as mães e as crianças — maternidade, creches, preventórios, lactários, escolas de mães, orfanatos, institutos de artes domésticas. Nada disso impede, antes exige a cultura e o aprimoramento do espírito. **Por abandonar a mulher as suas elevadas atribuições naturais para debater-se no pantanal de egoísmos e de vícios em que vivem os homens é que o lar e a família atravessam tremenda crise de relaxamento e dissolução.** Enquanto ela se manteve adstrita aos deveres naturais de senhora do lar, de zeladora da sua economia, de educadora dos filhos, os homens eram bem melhores do que hoje. **Grande, senão a maior culpa da desorientação mental que vai pelo mundo, do materialismo sórdido e da amoralidade em que se chafurda a humanidade cabe à mulher pelo seu alheamento do lar, com repercussão nefasta na família, fundamento da solidariedade social.** [...] A natalidade mingua, a população debilita-se, estaciona ou decresce, a família desmantela-se, o lar dissolve-se e a sociedade entra em corrupção e ruína. **De que dependem o vigor, a operosidade e o progresso material e moral de um povo? Da fortaleza e vitalidade da célula ou unidade fundamental da sociedade — a Família. De que dependem a fortaleza e vitalidade da Família? Do lar próprio e higiênico e da ação e vigilância permanente da mulher.** E vós, Blusas-Verdes de todo o imenso território pátrio, que conservais as tradições de fé, de moralidade, de pudor e candura da mulher brasileira, muito antes do apelo angustioso de Iveta Ribeiro, já vos havíeis disposto a todos os sacrifícios para impedir a propagação do vírus materialista corruptor, inscrevendo-vos nas falanges femininas do Sigma. Para a frente, sem tibiezas, sem esmorecimentos, e a vossa ação será coroada com a vitória da trilogia redentora — DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA.” (grifei). Penna foi médico sanitariano, e essa fala foi proferida em palestra apresentada no I Congresso Nacional Feminino da Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1936. Se chama “*A Mulher, A Família, O Lar e A Escola*”, disponível em < <https://integralismo.org.br/documentos/a-mulher-a-familia-o-lar-e-a-escola/> >. Acesso em 15/06/2024. Anexo 8 desta.

até tornar-se tema de textos leigos como o citado livro do ativista católico argentino Jorge Scala (2010). Segundo as fontes consultadas, tudo indica que as aprovações do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como Argentina (2010) e Brasil (2011) foram o ponto de inflexão para que a noção de “ideologia de gênero” passasse progressivamente a delimitar uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.

No mapeamento, apontam que a compreensão religiosa sobre “ideologia de gênero” seria um instrumento de poder para a destruição da sociedade, um *“instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de ‘impor uma nova antropologia’ a provocar a alteração das pautas morais”*, equiparada a regimes totalitários, absorvido conceitualmente por grupos de outras religiões e laicos conservadores, equivalidas ao comunismo, motivadas pelo fato de que no período, na Argentina e Brasil, duas mulheres de esquerda estavam na presidência (Miskolci; Campana, 2016). Não é coincidência de temporalidade que a partir de 2011 figuras religiosas passam a demandar espaços midiáticos para além de seus canais e concessões públicas de TV e rádio, e ecossistemas virtuais, como o Pastor Silas Malafaia, que se projeta contra a união homoafetiva<sup>54</sup> e passa a mobilizar um rompimento de evangélicos com as alianças de acomodações com o Executivo e a atacar membros do Supremo Tribunal Federal<sup>55</sup>. Também não é coincidência que haja um movimento

---

<sup>54</sup> Em 2011 o Pastor Silas Malafaia ganhou protagonismo e foi eleito como uma das 100 figuras mais influentes do ano pela Revista Época, o que foi nota do site evangélico Gospel Prime, que destaca a ironia do mesmo ranking com Jean Wyllys, então primeiro deputado assumidamente homossexual. A posição nesse ranking foi-lhe atribuída pela enfática postura homofóbica, anti união homoafetiva e de “orgulho hétero” (matéria de 12/12/2011, disponível em < <https://www.gospelprime.com.br/pastor-silas-malafaia-e-um-dos-100-brasileiros-mais-influentes-de-2011/> >. Acesso em 29/06/2024). Também em 2011 o Site Mix Brasil, direcionado a cultura pop, situa Malafaia como pior figura que marca o movimento GLBT (assim chamado à época, matéria de 24/12/2011, disponível em < <https://srzd.com/blog/geral/silas-malafaia-e-eleito-pior-figura-que-marcou-movimento-glb-t-em-2011> >. Acesso em 29/06/2024), após perfil do referido pastor ter sido feito pelo *The New York Times* afirmando que ele se destacava na guerra cultural brasileira, ocasião que ele se declara o principal inimigo do movimento LGBT (matéria de 26/11/2011, disponível em < <https://www.nytimes.com/2011/11/26/world/americas/silas-malafaia-tv-evangelist-rises-in-brazils-culture-wars.html> >; acesso em 29/06/2024).

<sup>55</sup> Os ataques ao STF tendem a ser pessoalizados em ministros específicos a partir de decisões que essas figuras religiosas discordem, mas também como um todo, gerando uma frequente postura de representação dos “reais” interesses do “povo” por essas figuras religiosas que combatem e são vítimas de uma “ditadura” do Judiciário. Em 2022, por exemplo, Silas Malafaia sai em defesa do Dep. Estadual paranaense Fernando Francischini, sob o argumento de perseguição a evangélicos, atacam os ministros do STF, Luiz Edson Fachin e Alexandre de Moraes (matéria de 09/06/2022, disponível em site evangélico < <https://www.gospelprime.com.br/malafaia-volta-a-criticar-os-ministros-do-stf-estao-zombando-do-povo/> >. Acesso em 29/06/2024). Em 16/06/2022 o mesmo Malafaia volta a atacar ministros do STF, agora Luis Roberto Barroso e novamente Alexandre de Moraes, em defesa de Magno Malta, também pastor evangélico e político (disponível em <

de formações de lideranças políticas e jurídicas a partir de premissas religiosas e vinculadas a designações de igrejas neopentecostais, como o Pastor Marco Feliciano, que assume o primeiro mandato como Deputado Federal por São Paulo em 2011, e na presidência da Comissão (permanente) de Direitos Humanos e Minorias da Câmara em 2013, promove discursos e polêmicas racistas, misóginas e homofóbicas, com destaque, a defesa de um projeto de lei sobre “cura gay”, contido pelo STF<sup>56</sup>.

Ratzinger, mesmo já Papa emérito e de idade avançada, em 2020 ainda centrava suas preocupações no tema, destacando sua compreensão de desacordo sobre casamento homoafetivo, aborto e “*criação de seres humanos em laboratório*”<sup>57</sup>. Ainda que mais simpático como figura e pouco apreciado pelos grupos católicos mais conservadores e que se identificam à direita<sup>58</sup>, o Papa Francisco ao longo dos anos de seu papado também tem se manifestado em posição análoga<sup>59</sup>, sustentando que “*ideologia de gênero é a mais perigosa das colonizações ideológicas porque vai mais além da questão sexual. É perigosa porque dilui as diferenças, e porque a riqueza dos*

---

<https://www.gospelprime.com.br/malafai-defende-magno-malta-e-critica-ministros-do-stf/> >. Acesso em 29/06/2024).

<sup>56</sup> Em 2011 Feliciano afirma que “africanos seriam descendentes de ancestral amaldiçoado” a partir de alguma interpretação teológica (matéria de 31/03/2011, disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm> >. Acesso em 29/06/2024). Com a pecha de racista e homofóbico, se elege para a presidência da Comissão de Direitos Humanos, sob protestos, em 2013 (matéria de 24/03/2013, disponível em < <https://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-24/brasileiros-protestam-em-paris-contradeputado-marco-feliciano> >. Acesso em 29/06/2024), ocasião que encampa a defesa da “cura gay” (matéria de 03/05/2013, disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/feliciano-diz-que-projeto-sobre-cura-gay-protege-psicologos.html> >. Acesso em 29/06/2024).

<sup>57</sup> Matéria de imprensa, sem autoria identificada, sobre livro do ex-Papa. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-07/bento-xvi-quem-quer-que-se-oponha-ao-casamento-homossexual-ou-ao-aborto-e-socialmente-excomungado.html> >. Acesso em 21/01/2024.

<sup>58</sup> Ainda que acene para a comunidade LGBT+, são acenos muito modestos. Disponível em < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613141-papa-francisco-afirma-a-necessidade-de-cuidado-pastoral-com-lesbicas-e-gays-e-critica-a-ideologia-de-genero> >. Acesso em 21/01/2024. Sobre grupos à direita internamente da Igreja Católica reprovarem a condução do Papa Francisco, matéria de 01/05/2019, disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48125473> >. Acesso em 28/02/2024.

<sup>59</sup> Sobre a posição do Papa Francisco sobre “ideologia de gênero”, algumas referências, destacando que alguns dos links são vinculados à Igreja, logo, as informações ali veiculadas são de responsabilidade dessas interpretações referidas sobre. Note-se ainda que há declarações reiteradas ao longo do tempo sobre o tópico. Disponíveis em < <https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/o-que-pensa-o-papa-francisco-sobre-ideologia-de-genero/> > ; < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/11/papa-critica-teoria-de-genero-em-uma-entrevista.ghtml> > ; < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651\\_176929.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651_176929.html) > ; < <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-03/auza-genero-onu-humanidade.html> > ; < <https://www.semprefamilia.com.br/casamento-e-compromisso/13-vezes-em-que-o-papa-francisco-falou-contraa-ideologia-de-genero-e-o-casamento-gay/> > ; < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628188-a-ideologia-de-genero-da-igreja-catolica-e-complementar-e-binaria-mas-nao-e-assim-que-a-natureza-funciona> > ; <

*homens e mulheres e de toda a humanidade é a tensão das diferenças*<sup>60</sup>. Há vasta produção bibliográfica vinculada a editoras católicas<sup>61</sup> sobre o tema, inicialmente, e a partir de influenciadores digitais tradicionalistas, e editoras e influenciadores evangélicos de modo mais amplo e “empreendedor” subsequentemente. Em alianças políticas, comungam afinidades tanto os grupos católicos como protestantes pela matriz concêntrica da “defesa da família” e a busca de vedação de qualquer estudo sobre gênero (e o que couber nesse guarda-chuva), que seria “antinaturalista” (Toniol, 2024), tal qual se diz/ia no Integralismo.

Capturam a pauta política e o debate político pela forma religiosa e disseminada da compreensão de “ideologia de gênero”, desvirtuando conceitos e atribuindo valores exógenos à matriz acadêmica de gênero, o que traz componentes para a esfera política que possuem significantes incomuns entre os atores desses espaços em disputa, que tem na institucionalidade estatal seu fim de poder.

Há assim uma disseminação de mobilização de medos e conspirações que implicam na derrocada de “valores da família” por causa da “ideologia de gênero”. Ainda que não exista “ideologia de gênero” na [a/dis]morfia que acusam.

Há estudos de gênero, estudos feministas e consequentes movimentos de reconhecimento de direitos civis a grupos que pleiteiam ao Estado – quem detém regulações sobre cidadania e contratos – o Direito de existir juridicamente nesses espaços entre binarismos e suas implicações respectivas. Consequentemente pedem visibilidade e trazem demandas para o espaço e debate público, e isso implica eventualmente em políticas afirmativas e modificações em matrizes escolares, e por que não, no reconhecimento jurídico da formatação das famílias e das subjetividades de cidadania, passando assim a serem também consideradas famílias as modalidades mosaico e a haver a possibilidade de uma criança ter dois homens exercendo a parentalidade, por exemplo, bem como a alteração do nome social. Sob essa perspectiva, a “família”, espaço do privado em que se justifica/va, pela privacidade e intimidade, violências cotidianas (contra menores, idosos, mulheres, pessoas com deficiência) “pedagógicas”, passa a ser correlacionada em dinâmica cognitiva dissidente que se dissipa em paralelo pelas comunicações digitais. O que não quer

---

<sup>60</sup> Para a matéria na integralidade, em entrevista de 11/03/2023, portanto, bastante recente. Disponível em < <https://agencia.ecclesia.pt/portal/vaticano-a-ideologia-de-genero-e-a-mais-perigosa-das-colonizacoes-ideologicas-papa/> >. Acesso em 21/01/2024.

<sup>61</sup> Para alguns links sobre: < <https://loja.cancaonova.com/livro-colecao-formacao-catolica-voce-sabe-o-que-e-ideologia-de-genero> > ; < <https://livrariadobernardo.com/ideologia-de-genero> > ; <

dizer que o modelo heterofamiliar se extingue, mas que se possibilita modalidades outras reconhecidas pelo Estado e pelo Direito, e conseqüentemente, gera reconhecimento e existência institucionalizada.

Gênero, enquanto “ideologia”, passou a fazer parte de interrelações associativas que integravam vários grupos com algum descontentamento, canalizando suas frustrações a essa “guerra cultural” submetida a “narrativas”, numa costura de mitos, distorções e elementos factuais. Teorias conspiratórias envolvendo o corpo e as relações não são novidades de nossos tempos, o vínculo entre mulheres e o pecado está para Adão e Eva como a Inquisição está para o *Malleus Maleficarum*; mas o alcance mudou. Porque a forma de disseminação da comunicação mudou em escala e velocidade.

No decorrer das décadas recentes no Brasil, integrado mundialmente, essas movimentações religiosas sob a égide de equivalência das “ideologias” modernas passam a agregar figuras e lideranças de diversas matrizes com projeção política a partir das “guerras culturais”, comungando as moralidades referentes à família religiosa fundada na patriarcalidade e alianças de conveniência. Tradicionalmente o catolicismo, com seu *modus operandi* próprio, sustentava a defesa dos interesses de seu grupo específico a partir das estruturas institucionais centenárias e hierarquizadas do Vaticano, convivendo em paralelo na separação do Estado Laico equilibrando os limites e forças. Entretanto, e destacadamente no Brasil (nosso objeto geopolítico principal a partir do qual pode-se traçar paralelos), os movimentos neopentecostais são também um próspero negócio<sup>62</sup> e com atividade política estatal mais direta (Spyer, 2022), possuindo agrupamento suprapartidário automeado como Frente Parlamentar. Os grupos evangélicos na política institucional do Estado, fortalecidos pelo crescimento e adesão, e pela forma de adesão de sua base – com um pertencimento e senso de comunidade intenso e fechado em si e em seus dogmas – compreenderam que a subjetividade “evangélica” como identidade é agregativa e

---

<sup>62</sup> Além da isenção tributária, de acordo com o Censo 2020 houve o crescimento em mais de 60% da comunidade evangélica no Brasil, prospectando-se que em 2032 terão superados numericamente os católicos. Informações disponíveis em < <https://istoedinheiro.com.br/abrir-igrejas-e-um-otimo-negocio-no-brasil/> >; < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/numero-de-evangelicos-cresce-61-no-brasil-diz-ibge,c0addc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> >; < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo> >; < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> >; < <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/tres-fatores-que-explicam-o-fenomeno-do-boom-evangelico-no-brasil> >. Acesso em 21/01/2024.

forte, e adaptável à subjetividade neoliberal pela teologia da prosperidade e centralidade no “eu” e aqueles que reconhecem como iguais. Ao adentrar o Estado, com tamanha força política de base aderente imaterial, passam a colonizar as instituições laicas em sua moralidade, na defesa de tal moralidade como agenda nacional governamental para diversos setores – segurança, drogas, comunidades indígenas, tributos, família e mais diretamente, educação<sup>63</sup>.

A radicalização discursiva da comunidade evangélica e sua ampliação numérica, conjuntamente a outros setores também conservadores e bem financiados, como o armamentista, o agronegócio, os neoliberais e aqueles vinculados a pautas morais, ainda que sem a identificação preponderante da fé, possibilitaram, por exemplo, a governabilidade de Jair Bolsonaro e de Michel Temer<sup>64</sup>, e seguem possibilitando a atuação forte desse grupo político radicalizado.

Essa dinâmica é reiterada e já foi identificada. O Estado passa a ser o alvo neoliberal nas promoções de direitos sociais e amparo (Cooper, 2017; p. 107-117) e também o alvo dos grupos (neo)conservadores (Cooper, 2017; p. 7-24), inclusive como concorrência, quando são instados (e punidos, eventualmente) a não serem homofóbicos, a não baterem em mulheres “pedagogicamente” ou promoverem distinção deliberada porque “mulheres engravidam”, a não serem racistas, ao dever do Estado de orientação de crianças sobre papéis sociais de gênero e violências domésticas, ou mesmo a conviverem com pessoas que eles entendam “anormais”, como pessoas trans e travestis. Reagem inclusive a vedação de discursos nesses sentidos.

---

<sup>63</sup> Em 2024 presidência e vice-presidência da comissão permanente de educação ficou com dois deputados federais que se elegeram pela pauta de “ideologia de gênero” bolsonarista, Nikolas Ferreira (o deputado federal mais votado em quantidade do país em 2022, então vereador de Belo Horizonte/MG, criado como liderança evangélica) e a Deputada de Santa Catarina Carol de Toni, respectivamente. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-impasse-entre-governo-e-oposicao-presidentes-das-comissoes-permanentes-sao-eleitos/> >. Acesso em 06/06/2024.

<sup>64</sup> O então candidato a vice-presidente Michel Temer foi fortemente vinculado a “maçons” e “satanismo” pelas comunidades evangélicas (vide notícias do período em sites de nicho < <https://noticias.gospelmais.com.br/michel-temer-e-satanista-e-macom-vice-presidente-de-dilma-rousseff-e-rodado-de-polemicas.html> > datado de 01/10/2010); após o golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma, arvorou-se no apoio de lideranças religiosas como o Pastor Silas Malafaia e seu correligionário Eduardo Cunha para manter-se até o fim do mandato (como se esclarece nos mesmos sites, em data de 18/04/2016, < <https://noticias.gospelmais.com.br/malafaia-temer-nao-satanista-falta-discernimento-evangelicos-82303.html> >; e sobre as alianças de suporte, a partir de 11/05/2016 < <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/como-os-evangelicos-abencoaram-temer.html> >). Já efetivado no cargo, em 28/01/2018, manifestou-se pessoalmente sobre como os boatos de satanista lhe afetaram < <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/em-entrevista-a-amaury-jr-temer-diz-que-boatos-sobre-satanismo-o-atingiram-pessoalmente-9tpfd6z7twh36aijd1nurhkht/> >. Acesso em 21/02/2024.

Observe-se que apesar da desqualificação da subjetividade em alteridade, se posicionam como protetores dos grupos que hierarquizam. Se de um lado avocam proteger a infância e a maternidade, delegam tal para a seara privada da consciência familiar, onde o Estado não deve atuar, e como política de Estado negam ou dificultam reconhecimento jurídico e possibilidade de atuação a partir desses interesses centralizados e endereçados via dados e pesquisas. Destacadamente pela via familiar e no que reverbera na infância, cuidados, e em temas sensíveis (aborto, maternidade, pedofilia, “ideologia de gênero”, educação [*homeschooling*<sup>65</sup>, militarização, *voucher*], punições físicas, e assim por diante), é como mobilizam tais paixões, concentrando os incômodos ao se sentirem ameaçados em seus “valores” e a partir desse eixo ampliam suas demandas e atuações. Assim, mesmo havendo outras clivagens de agrupamentos de interesses, o carro chefe discursivo está na pauta de gênero ampliadíssima nessa defesa da família, que absorveu os medos e ansiedades outrora depositados pelo “comunismo” combinado às crises de valores. Por ser um não conceito, pode tomar a forma que se fantasie sobre.

O Estado é o alvo alegado em seus múltiplos estratos e poderes, o que justifica um projeto amplo de expansão e financiamento de lideranças. As promoções de igualdade material das duas primeiras décadas do século XXI, ainda que tímidas, ao promoverem maior espaço público – portanto, atraindo visibilidade e dinheiro público – a grupos sociais que antes não tinham tais acessos, e uma expansão também no papel e presença do Estado, fazem com que a reação dos grupos de moralidade tradicional seja a de se sentir diretamente vitimados, como um ataque a sua fé e modos de vida, se posicionando como oprimidos pelo “politicamente correto”. Em uma torção retórica simplista, se indicam como censurados por serem responsabilizados pelo Estado de Direito ao infringirem direitos de grupos outrora desamparados integralmente, e pautam suas demandas de ressentimento no argumento de liberdade de expressão e autoritarismo estatal<sup>66</sup>, e com o discurso de “neutralidade” do Direito apelam a uma tradição conveniente a esse sujeito universal homem branco patriarcal a fim de se reafirmarem nos regimes normalizados de

---

<sup>65</sup> Influenciadores de “homeschooling” defendem castigos físicos a crianças. Matéria disponível em < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2022/07/18/defensores-do-homeschooling-no-pais-recomendam-castigos-fisicos-de-criancas.htm> >. Acesso em 15/11/2024.

<sup>66</sup> Tal é, por exemplo, o caso dos blogueiros Allan dos Santos e Monark. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/allan-dos-santos/> > ; < <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4983875-entenda-o-caso-de-apologia-ao-nazismo-iniciado-pelo-youtuber-monark.html> >. Acesso em 10/01/2024.

subjetivação do que seja o poder (Brown, 2019; p. 218-221), fiados na dinâmica da acomodação estrutural hegemônica.

Outrora expedientes garantidores de minorias em vulnerabilidade – expedientes conquistados pela democracia, como remédios constitucionais e afirmação de liberdade de expressão, religiosa e de pensamento – por ora são operacionalizados como aval mobilizador de reafirmação de estruturas consolidadas de opressão tradicional (Brown, p. 151-174, 2019), discursivamente com elementos de pânico moral que, não obstante não se sustentem integralmente no mundo dos fatos, são férteis e compartilham de crenças conspiratórias, disseminadas do que seja “ideologia de gênero”<sup>67</sup>. A mobilização se dá pelos afetos da família unindo múltiplos grupos conservadores, que comungam o desprestígio por mulheres em posições de comando, pelo que chamam de “esquerda” (Miskolci; Campana, 2016) (Biroli, 2020, p. 173-184) a fim de reposicionar a marca do “fantasma comunista” desgastado, e passam a se opor a medidas sociais-democratas pelo princípio binário de contrariedade. Esse lugar retórico “esquerdista” como acusação é atribuído também a decisões jurídicas do STF, a quem se recorre em matéria constitucional e que passou a ter maior protagonismo como ator político.

Assim, cria-se um movimento de oposição radicalizada à própria Constituição e seus desenhos de políticas afirmativas de gênero, raça e classe, além, claro, da urgente preocupação ambiental.

A atuação do Supremo, entre seu desenho institucional, entendimentos individuais e a rotatividade inerente, bem como algumas decisões inclusivas e atentas a direitos fundamentais, próprias de sua competência, ganhou espaço nos olhares e no debate público.

É possível demarcar como um ponto de inflexão nos humores religiosos com o STF a decisão de maio de 2011 em que a Corte, unanimemente, reconhece a união estável homoafetiva como núcleo familiar, equiparando as uniões de mesmo sexo com as heterossexuais (ADI 4277 e ADPF 132) e a subsequente decisão, em 2012, em ADPF 54, sobre anencefalia fetal. Tais decisões foram marcos importantes dessa disputa de conceitos e noções sobre gênero, família, reprodução e estabelecimentos de “inimigos” das fés, alocadas nessa temporalidade muito própria de deslocamento (ou soma) de locais em que o debate público acontece e as disputas de pauta e

---

<sup>67</sup> Vide Anexo 4.

imaginário psicossocial se dão. Em 2016, em HC 124.306/RJ, o Min. Barroso manifestou sua compreensão descriminalizante no tipo aberto do aborto ainda criminalizado; e em ADPF 442, em voto da Min. Rosa Weber, de 2023, em ação atualmente suspensa pelo mesmo Min. Barroso, manifestou pela inconstitucionalidade dos arts. 124 e 126 do Código Penal.

Nesse ambiente normativo (em compreensão ampla, pelo efeito *erga omnes* das decisões da Corte) de modificações de relações privadas, em percepção mais direta no cotidiano, antecede-se nessas disputas de “costumes” a legislação de violência doméstica em 2006, promovida pelo Executivo no primeiro mandato do Presidente Lula<sup>68</sup>.

Na decisão que segue, nos deteremos mais detalhadamente porque ela estabelece uma relação hermenêutica complexa e não intuitiva. Em 2019 o Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, decidiu equiparar homofobia e transfobia a racismo, este já reconhecido e tipificado como crime, entendendo que a omissão do Congresso em estabelecer legislação para tal corroborava indiretamente a atos atentatórios de direitos fundamentais da comunidade LGBTQ+<sup>69</sup>. Fixou a tese incluindo-se como qualificadora em homicídio por motivo torpe (item 1 da Tese em ADO 26), e excepcionou a liberdade religiosa naquilo que não venha a se enquadrar em “*discurso de ódio*” (em item 2 da tese do STF). A equivalência do tipo com racismo é estabelecida não somente como marcação hierárquica dentro dos limites do conceito social de raça biológica ou fenotipicamente determinada, mas equiparada como dinâmica de poder manifesta como dominação e submissão da existência do corpo fora da norma a um controle estatal, sendo reconhecido pelo STF<sup>70</sup>.

Essa não foi uma decisão isolada e desatenta às contingências históricas dos tempos vivenciados, como as demais apontadas igualmente não foram, e respondeu a demandas de movimentos sociais organizados que possuem suas pautas

---

<sup>68</sup> Para um estudo aprofundado dos aspectos processuais da Lei Maria da Penha, conferir Cambi; Denora, 2017. Disponível em < <http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/484> >. Acesso em 05/11/2017. doi:10.5585/484. Ainda sobre os humores em costumes, apesar de não associável a princípio, o Estatuto do Desarmamento em 2003 tem alguma contribuição ainda que indireta, porque comunica com uma subjetividade patriarcal masculinista, de modo que igualmente foi utilizado como argumento político recentemente.

<sup>69</sup> Para a leitura da íntegra da Tese do ADO 26/DF, disponível no link: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf> >; Acesso em 12/01/2021.

<sup>70</sup> Não nos atentaremos aqui à questão da taxatividade da norma penal e dos riscos eventuais de uma ampliação de significado, por fins metodológicos deste texto.

obstruídas legislativamente em razão dessa dupla dinâmica destacada: se por um lado há grupos que pautam gênero dito como “ideologia” através de valores morais e religiosos, visando restrições deliberadas e com força política e histrionismo midiático a partir de semiótica externa à instituição estatal, há de outro, como regra, a cautela e o receio de tocar nesses pontos e desagradar bases conservadoras numericamente relevantes por parte de agentes institucionais. Pela coletividade em aliança tem sido possível, através do Judiciário, demandar tais reconhecimentos constitucionais institucionalmente reconhecíveis, e importam porque refletem modificações jurídicas importantes nas relações próprias de existência dos grupos afetados. É a representação política institucionalizada que reivindica o que Butler aponta como a reivindicação de uma materialidade do sexo que se inscreve em corpos à força, ao se materializar como sexuados, que importam, e que em si mesmo são afetados por forças, poderes, violências e inteligibilidades culturais (Butler, 2020).

Destaque-se que os dados trazem questões de violências particularmente agudas: o Brasil figura como o país que mais mata a comunidade LGBT+ no mundo<sup>71</sup> e lidera há mais de 10 anos assassinatos de pessoas trans<sup>72</sup>; também está em 5º lugar em mortes violentas de mulheres<sup>73</sup> em decorrência de feminicídio e cresce a todo ano a violência contra a mulher generalizada, tanto urbana como doméstica. A desatenção aos números e o escalonamento dos ânimos na pauta de gênero demandou uma resposta da Corte, e que ao fazê-la reservou às religiões que pudessem seguir com seus discursos sem incorrer na tipificação expandida. E isso é digno de nota pelas questões que provoca.

A questão primeira que se coloca na equiparação conceitual para tutela criminal, além do momento temporal da decisão, e também no destaque, é do que se fala quando se fala em gênero, e quanto cabe em gênero a partir de quem fala sobre, como ator político (e as religiões são atores políticos), considerando a interpretação de que no conceito de racismo caiba também homofobia e transfobia, categorias comportadas nesse amplo espectro; a questão subsequente é o porquê da excepcionalidade em “liberdade religiosa”, salvo se configurar “discurso de ódio”. E remetendo-nos à primeira questão, deve ser considerado ainda o que significa

---

<sup>71</sup> Para mais, aqui: < [encurtador.com.br/ABY24](http://encurtador.com.br/ABY24) >. Acesso em 13/03/2021.

<sup>72</sup> Para mais, aqui: < [encurtador.com.br/dejqO](http://encurtador.com.br/dejqO) >; < [encurtador.com.br/iuwIM](http://encurtador.com.br/iuwIM) >; < [encurtador.com.br/eMUV0](http://encurtador.com.br/eMUV0) >. Acesso em 13/03/2021.

<sup>73</sup> Para mais, aqui: < [encurtador.com.br/irzTX](http://encurtador.com.br/irzTX) >; < [encurtador.com.br/nqKNY](http://encurtador.com.br/nqKNY) >. Acesso em 13/03/2021.

“gênero” num contexto de expansão conceitual de racismo, que comporte homofobia e transfobia, enquanto na segunda é qual o limite para que se categorize excesso a fim de implicar em “discurso de ódio”. Qual o limite entre reprovar como doutrina de fé uniões homoafetivas e adoção por dois pais, por exemplo, e discursar tal reprovação valorativa do que seja união civil em matrimônio e constituição familiar para incentivar a ocupação de figuras religiosas – e com sua carga axiológica – a partir de uma ambientação construída como retórica laica de “valores da família”, que são inerentemente excludentes?

Ainda nesse jaez, houve a publicação da Lei 14.786/2023<sup>74</sup>, que estabelece o “*protocolo não é não*”, justificado em seu artigo 1º como “*preventivo da violência contra a mulher e protetivo à vítima*” e demais disposições referentes a eventos de aglomerações e públicos em geral; em seu artigo 2º estabelece que o protocolo se aplica a eventos com venda de bebida alcóolica e a ampliação protocolar, no art. 9º, a qualquer evento comercial não classificado anteriormente, bem como eventos esportivos. Como parágrafo único do art. 2º inseriu-se uma cláusula de exceção: “*O disposto nesta Lei não se aplica a cultos nem a outros eventos realizados em locais de natureza religiosa.*”<sup>75</sup>

Novamente se pergunta: qual o propósito da excepcionalidade na redação desse texto de lei em um artigo que se referia a espetáculos e congêneres? Ciente de que as comunidades evangélicas (sobretudo) tenham de fato grandes eventos de culto, com músicas e dinâmicas próprias, qual a razão de, nesses ambientes ser desnecessário agir em proteção às mulheres?

<sup>74</sup> Legislação publicada em 28/12/2023, com vacância de 180 dias. Disponível em < <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-12-28;14786> >. Acesso em 22/01/2024.

<sup>75</sup> Na integralidade, os artigos referidos:

Art. 1º Esta Lei cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima, bem como institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”.

Art. 2º O protocolo “Não é Não” será implementado no ambiente de casas noturnas e de boates, em espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcóolica, para promover a proteção das mulheres e para prevenir e enfrentar o constrangimento e a violência contra elas.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica a cultos nem a outros eventos realizados em locais de natureza religiosa.

(...)

Art. 9º Fica instituído o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”, que será concedido pelo poder público a qualquer estabelecimento comercial não abrangido pela obrigatoriedade prevista no caput do art. 2º desta Lei que implementar o protocolo “Não é Não”, conforme regulamentação.

Parágrafo único. O poder público manterá e divulgará a lista “Local Seguro Para Mulheres” com as empresas que possuem o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”.

Pendem ambas as respostas institucionais oficiais, mas é possível considerar que tenham sido exceções, tanto antepostas pelo Judiciário atuando politicamente, quando pelo Executivo no projeto e tornado lei, antecipando e evitando dissabores com essa movimentação política histriônica do Legislativo e seus atores (Kozicki; Pugliese, 2022; p. 81-107). Convém assim retomar a correlação jurídica e compreender a inserção possível no conceito de racismo a homofobia e a transfobia, pela teoria. Na Aula de 17 de março de 1976 do Curso no Collège de France, Foucault aponta que o tema da raça em assunção da vida pelo poder é retomado como um racismo de Estado. Até meados do século XIX o direito de soberania do Estado era exercido de modo a haver uma relação de poder em constância ao lado da morte, entre súdito e soberano, sobre indivíduos. A partir das transformações do direito político do século XIX esse velho direito de fazer morrer e deixar viver será penetrado, perpassado e modificado pelo exato inverso: *o poder de fazer viver e de deixar morrer*. É uma modificação que vinha sendo construída ao menos desde há dois séculos e que evidencia como o problema da vida, da reprodução, já acontecia no poder político para além das fés, mesmo que atravessado por elas (Foucault, 2010, p. 201-203). Importa aqui olhar pela determinação do “outro”, uma vez que o estabelecimento racial do que seja “diferente” alcança a pauta de gênero e hierarquiza titularidades de direitos a serem reconhecidos e todas as dinâmicas sociais no entorno disso.

A técnica disciplinar prévia dirigida ao sujeito se sobrepõe (não de modo excludente) numa nova tecnologia, agora preocupada com conjuntos próprios da vida, processos como nascimento, morte, produção, doença, em dinâmicas de massa. Esses mecanismos em articulação – um disciplinar, outro regulamentador – se comunicam, mas não estão nivelados (Foucault, 2010; p. 211). Pelo próprio autor: *“Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana”* (Foucault, 2010; p. 204). O ser-humano enquanto espécie passa a ser uma preocupação e a biopolítica se ocupa para além da disciplina individual, desse corpo múltiplo como um problema biológico e de poder, tanto científico como político. A dinâmica oficial passa a ser a de fazer viver e deixar morrer, e a morte, antes cerimoniosa, passa a ser algo privado, vergonhoso e escondido (Foucault, 2010, p. 206-208).

O autor vai se debruçar na questão para pontuar como o racismo de Estado passa a ser aglutinador comum, tanto pelo nazismo como pelo socialismo soviético, mas articula a questão da vivência em dois eixos – o da disciplina e o da regulamentação – pela sexualidade (Foucault não se debruça nesse texto sobre a masculinidade fundamental do fascismo italiano, como sustentamos já em prolegômenos, mas adiante nos diálogos em psicanálise tal marcação pode ser indicada, como no prefácio d’*O Anti-Édipo* [Deleuze; Guattari, 2010]), sendo a mesma tanto submetida ao controle disciplinar individualizante, tanto como sua inserção nos efeitos de procriação e em processos biológicos, colocando-a justamente na encruzilhada, no estar entre lá e cá, do corpo e da população. Seria neste eixo da utilização da medicina, por exemplo, como um saber-poder incidente concomitantemente ao corpo e à população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos, cuja norma se exerce pela sociedade da normalização que pode tanto ser aplicada a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (Foucault, 2010, p. 211-213) como se verifica nas condutas de exercício de sexualidade, reprodução, e identidade de gênero, e como se faz presente nos discursos sanitaristas integralistas, diretamente referindo-se ao papel biológico da mulher, mãe e cuidadora.

Foucault não constrói aprioristicamente a ponte de equivalência da pauta de gênero/sexualidade com a pauta do racismo, como fazemos. Entretanto, sob as mesmas chaves heurísticas do poder soberano e regulação característica do que chama de anatomopolítica do corpo humano, sustenta no primeiro volume de *História da Sexualidade*, sobre o dispositivo homônimo (Foucault, 2017, p. 85-144; p.145-174), as dinâmicas do que inicialmente (a partir do século XVII) seria a centralidade do corpo em si adestrado e útil integrado a sistemas de controle de eficácia e econômicos, e, mais adiante, a partir da metade do século XVIII, da centralidade do corpo-espécie, transpassado e em suporte das dinâmicas biológicas coletivas – nascimentos, óbitos, tempo de vida, e conteúdos relacionados a tal – o que admitiria intervenções sob esses fundamentos de biopolítica da população, manifestando que “*as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida*” (Foucault, 2017, p.150) é possível compreender a possibilidade de abertura interpretativa ao observar a gênese, com escopo da modernidade, da categorização e instalação respectiva do que

compreende pelo poder soberano substitutiva da potência da morte para a gestão calculista da vida.

Se, como afirma Schmitt, soberano é quem decide na exceção, e em sendo o Estado Moderno o detentor da violência repressiva, ao decidir – ou ao não fazê-lo – sobre os bens jurídicos que protege, exerce tal prerrogativa, incluindo-se nisso aquilo que conhece como fato e não age – os dados de violência da comunidade LGBTQ+ e mulheres são oficiais – que não agir pelo reconhecimento jurídico declaratório também tem efeitos. Seria pouco provável que se defendesse ainda hoje que pessoas negras fossem escravizadas ou punidas fisicamente porque “inferiores” e biologicamente adaptadas para suportar tais eventos, como seria pouco provável que sustentassem que semitas judeus fossem menos humanos porque seus hábitos de comunidade causam corrupção e doença ao corpo do Estado, e portanto a morte lhes seria generosa. Mas ainda utilizam a retórica biológica como funcionalidade e adaptação doméstica, cientes de que a domesticidade é o lugar mais perigoso para mulheres; ainda se normaliza “estupros corretivos” e violências físicas “pedagógicas” para mulheres e meninas, corpos trans e travestis. Há uma decisão estatal soberana que indiretamente autoriza a morte de mulheres, meninas, e da comunidade LGBTQ+. Porque seguimos valendo menos, seguimos menos humanas.

De tal sorte que, construídas as categorias de raça e de identidade de gênero e sexualidade num ponto logrado comum como da administração da vida para a demanda industrial, implica nas categorizações do saber-poder biológico científico positivista ao se debruçar em dinâmicas de reprodução humana e justificação científica, o que possibilita colocar alguma luz nas dinâmicas discursivas de eugenia direcionadas à comunidade LGBTQ+, destacadamente à comunidade trans e constructos de noção de uma feminilidade estanque, bem como da descriminalização do aborto, ao categorizar o fenômeno autoritário pela captação do racismo como mecanismo fundamental do poder de Estado, que autorizaria a morte do “degenerado” pela segurança do determinante (Foucault, 2010, p. 215).

O exercício do biopoder não é exclusivo ao racismo e por isso é possível “inimigos” randômicos, e a noção de inimigo é fundamental para a compreensão das dinâmicas [neo]fascistas que ganham fôlego e suas implicações corrosivas na democracia liberal. Inimigos não são enlutáveis porque não são “iguais” a quem determina o que seja digno dessa cidadania, como um clube fechado e moral, arbitrário e dependente de validação autoritária. É nessa relação do tipo biológico

fechado que se instaura o paralelo relacional hierarquizável. Para Butler “a performatividade é um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos. (...) A linguagem atua de maneira poderosa” (Butler, 2018, p. 35). E é justamente nesse dizer-se como válido (e não válido, ou menos válido) que se diz o poder, categoricamente de modo binário, em que o regime de dizer atrelado às relações de poder passam a dizer a masculinidade e a heteronormatividade como posição determinante, de onde tudo o mais referencialmente se qualifica como outro simbolicamente em “guerra”.

De modo que, ademais da sensibilidade e dos riscos de ampliação interpretativa do tipo penal, é possível considerar as equivalências e necessidade suplantada pela via Judicial. Pendem então a sequência de apreciação da ressalva sobre liberdade de expressão religiosa e discurso de ódio, que não são nossos objetivos aqui; e mais uma vez a presença de fés em pautas de gênero – e a consequente repergunta do quanto caiba nessa palavra.

Para o Direito o termo “gênero” tem sido em sede de pesquisa, corolário de adaptações de estudos feministas, em demandas de igualdade; vinculado de modo amplo em senso comum a pautas de violência contra a mulher e relações privadas de direito de família, homofobia e transfobia. Alocado no grande eixo de direitos humanos e fundamentais (art. 5º inc. I CF). Há uma certa perspectiva coloquial de que usar o termo gênero é mais inclusivo, destinado a pessoas trans, mas segue como uma variação de pautas de mulheres feministas. Com grupos políticos e/ou religiosos disputando o termo e as possibilidades de estabelecimentos de verdades jurídicas amplas tanto em múltiplos juízos quanto em legislativos municipais<sup>76</sup>, “gênero” seria uma categoria de sintaxe da fantasia.

Butler decifra esse fenômeno de linguagem e mobilização de medos e ansiedades, chamando de “cenário fantasmático” a partir de uma adaptação que faz do conceito de Laplanche sobre fantasia para pensar fenômenos psicossociais. Justifica a adaptação que entende mais justa: ao indicar os caminhos da racionalização categórica da escalada desse fenômeno conservador, fundamenta que, não obstante seja importante a necessidade de compreensão dessa aliança entre católicos e evangélicos contra o inimigo comum da “ideologia de gênero”, ainda é

---

<sup>76</sup> Mais recentemente usam o termo “municipalista”, que consiste em dar maior autonomia a prefeitos e vereadores no pacto federativo, o que consiste, na prática, habilitar legislações municipais que violem legislações federais de controle ambiental, bem como diretrizes de educação e de saúde.

insuficiente para mensurar a força fenomênica das organizações dos medos e ansiedades íntimas que se organizam socialmente para incitar paixões políticas que se opõe à ameaça de um fantasma. Para ser possível um debate público é necessário haver algum acordo sobre os termos, portanto o fenômeno fica melhor enquadrado nessa reformulação que ela propõe. Explica que Laplanche compreende a fantasia não somente como produto da imaginação, o que implicaria uma realidade totalmente subjetiva, mas que em sua forma mais fundamental é um arranjo sintático de elementos da vida psíquica, logo, a fantasia não é apenas um devaneio subliminar na mente individual, mas uma organização de desejo e ansiedade que segue certas regras estruturais e organizacionais, e para tanto utiliza materiais, tanto conscientes quanto inconscientes, sugerindo Butler que a organização ou sintaxe dos sonhos e da fantasia é ao mesmo tempo social e psíquica (Butler, 2024; p. 14-16).

Ainda, que

A sintaxe é uma maneira de integrar elementos da linguagem para dar sentido ao mundo. Nos sonhos e nas fantasias, a disposição dos elementos é essencial para a compreensão do sentido do que está acontecendo. Linguistas que estudam a sintaxe procuram discernir as regras que regem tais arranjos. No entanto quando Laplanche perguntou sobre a sintaxe da fantasia, ele queria saber sobre arranjos inconscientes que se baseiam em condensação e deslocamento, uma maneira específica de encadear associações para formar uma unidade complexa que impõe a crença em sua realidade. Condensação nomeia a forma como elementos psíquicos e sociais díspares são arbitrariamente conectados entre si e reduzidos a uma realidade única. Deslocamento nomeia a maneira como um ou muitos tópicos são expulsos da mente - ou externalizados – em favor daquele que ao mesmo tempo os representa e os oculta. [...] Esses dois processos psíquicos, ligados a medos e ansiedades sociais, atuam na construção e circulação do fantasma de gênero. (Butler, 2014; p. 17-18)

Conduz a filósofa, ainda a partir de Jean Laplanche, a noção de que “ideologia” ocorre quando códigos culturais adentram às fantasias primevas em que não há uma maneira clara de dissociação entre o inconsciente e a ação da cultura. Uma vez que há múltiplas maneiras de organizar elementos inconscientes, cabe compreender como esses elementos se conectam entre si. Chama de “processo primário” essas primeiras ligações, ainda que frouxas. As associações, deslocamentos e condensações atribuídas a esse conjunto demonstram as ligações de estabelecimento de trajeto. Pelo quê, Butler destaca e explica, que

A tarefa [...] não é ver como a psicanálise pode ser aplicada a fantasmas culturais como “gênero”, mas como uma série de elementos culturais e sociais são reorganizados por meio de trajetos ou arranjos que **já operam** no nível do inconsciente. Segundo essa lógica, o movimento antigênero é guiado por uma sintaxe inflamada [...], uma forma de ordenar o mundo que

absorve e reproduz ansiedades e medos sobre permeabilidade, precariedade, deslocamento e substituição; perda do poder patriarcal tanto na família quanto no Estado; e perda da supremacia branca e da pureza nacional. No processo de reproduzir o medo da destruição, a fonte da destruição é exteriorizada como “gênero”. Exteriorizado como uma unidade, o termo condensa uma gama de elementos e intensifica a sensação de perigo iminente. Também desloca os medos relativos a formas de destruição ecológica e econômica para um substituto à mão, impedindo-nos de enfrentar essas que são fontes mais verdadeiras de destruição mundial em nossos tempos. O resultado é que o gênero, agora firmemente estabelecido como uma ameaça existencial, torna-se alvo de destruição. (Butler, 2024; p.18) *[grifo no original]*

Nesse sentido, a partir dessa noção de Laplanche, o movimento anti “ideologia de gênero” é uma ideologia em si. Retomaremos esse eixo do movimento antigênero e do uso de “ideologia” como aglomeração dos medos e ansiedades fantasiosas e fascizantes adiante, em diálogo com Arendt e Eco. Importa aqui destacar que o expediente de mobilização de afetos políticos já operantes inconscientemente, ao serem incorporados culturalmente com essa potencialidade imaterial de atravessamentos, demanda uma certa correspondência com o cotidiano a fim de habilitar as conexões associativas amplas.

É preciso ter algum elemento comum com significantes polissêmicos e/ou ambíguos e amorfos postos nessa ponte comunicacional do que se diz mas não se explica, em associações pouco regradas que se agrupam em familiaridade. De modo que, por exemplo, nunca existiu um “*kit gay*” no sentido de que nunca houve uma cartilha distribuída pelo governo federal que ensinava crianças a serem “gays” e as erotizavam com mamadeiras fálicas. Entretanto houve uma cartilha pedagogicamente adequada, em 2011, de nome “*Escola sem homofobia*”, como material parte de um projeto de 2004 chamado “*Brasil sem homofobia*” com o escopo de combate a tal violência, que direcionava orientações a educadores sobre como tratar temas de sexualidade e gênero, e que, ao ser disseminada como pânico moral na condição de “*kit gay*”, passou assim a ser nomeada amplamente e sem esclarecimentos, habilitando que comportasse em si imaginações já disseminadas e inverídicas a respeito. Não ajudou o fato de que o Governo Federal de Dilma Roussef tenha vetado a distribuição pelo MEC do material, à época sob o comando do Ministro Fernando Haddad<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Para detalhes, matéria jornalística explicativa. Disponível em < <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> >. Acesso em 07/06/2024.

Assim, para compreender o quanto cabe em “gênero”, necessariamente deve-se observar quem, como, e a partir de onde se fala. Para o debate público ocorrer e implicar consensos e dissensos democraticamente possíveis, polarizações múltiplas e pluralidade crítica de debates, ainda que tratemos a partir de categorias abertas, há que se ter ao menos estabelecido na linguagem comum destes polos noções compartilhadas dos significados das palavras. Ou noções de que essas palavras utilizadas o são em polissemia e distorções, portanto, deve-se ter zelo pelo fenômeno categórico, senão pelas bordas da definição categórica encerrada. Quando as feministas perguntam o que é uma mulher, se reconhece de saída que seja uma categoria incerta e aberta, condicionada a interpretações e discussões tanto na academia quanto no discurso público, ainda que com elaborações comuns mínimas de identificação discursiva. Gênero, nessa toada de um mínimo múltiplo comum de definição, é a rubrica sob a qual consideramos as mudanças na forma como homens, mulheres, e categorias afins têm sido compreendidas, de modo que quando se questiona o que ocorre no espaço entre o binarismo da marcação sexuada do corpo, nos inserimos numa investigação sobre gênero (Butler, 2024; p. 22).

Aos que afirmam que gênero seja uma “ideologia de” estabelecem que o lugar social, político e jurídico do que definem como mulheres enquanto corpo sexuado e biologizado é um lugar fechado, precisamente e paradoxalmente, aderindo a uma noção de gênero rigorosa e autoritária que utiliza-se da destruição da vida possível (e das liberdades limitadas pelo Estado e pelas normas) de outras pessoas como condição de possibilidade da ordem patriarcal sexual e de gênero que tenta impor. “O termo ‘gênero’ não nega a materialidade do corpo, apenas questiona como ela é enquadrada, por quais meios é apresentada e como essa apresentação afeta o que entendemos a seu respeito” (Butler, 2024; p. 119). Aqueles que entendem gênero como “ideologia de”, inserindo neste termo fantasias e medos, como troca forçada de sexo e “doutrinação” sobre “valores” de destruição da família, agregam neste termo camadas e sobreposições de construções autoritárias e segregacionistas “preventivas” porque se entendem sob ameaça em sua existência, e por tal devaneio promovem de fato a destruição de gênero – o campo, o conceito, a realidade social, a palavra em si mesma, e as possibilidades de discussão pública embasada (Butler, 2024; p. 23).

Assim, essa dissonância cognitiva seria idealmente resolvida através de diálogo e esclarecimentos de conceitos, uma discussão pública informada,

democraticamente exercida, sobretudo numa quadra histórica em que há tantos acessos possíveis para informação qualificada. Entretanto, não é o que se dá.

Há uma recusa por estes grupos que tratam gênero como ideologia a acessar o material que atacam, mesmo que seus conceitos comuns estejam em disputa; seguem combatendo espantalhos, desconhecendo pressupostos, também porque são intrinsecamente anti-intelectuais, mesmo quando mobilizam um imaginário acadêmico, seja com falsos títulos ou com a criação de sua própria escola e de regimes de informação, como o caso de Olavo de Carvalho, do “Brasil Paralelo”, ou da “Abin Paralela”<sup>78</sup>.

O que se apresenta não é um dissenso sobre as respostas jurídico-políticas que a categoria “gênero” comporte, mas é um dissenso sobre o que seja a categoria em si, e portanto as respostas a ela. A complexidade dessa afirmação advém de que essa pauta é catalisadora de uma movimentação de cisão de interpretação de mundo e das relações humanas multivetoriais pelos acúmulos e sobreposições desses deslocamentos e conexões, muito mais ampla e profunda, e característica paradoxal e fascista que carrega, redutora de complexidades. Logo, se feministas são de esquerda, o oposto associativo é que mulheres não feministas e homens sejam de direita. Se gays e homens “alternativos” são de esquerda, homens heteros masculinistas são de direita. Se ser de esquerda é comunismo, ser de direita é capitalismo. Se ser de esquerda é ser “imoral” e “feio”, ser de direita é “moral” e “belo”. Se ser de direita é defender a família, ser de esquerda é defender a corrupção moral.

O binarismo não é apenas entre homem e mulher demarcados pelo sexo estanque e respectivos papéis sociais, mas a própria dinâmica estrutural de cognição de mundo e do funcionamento da institucionalidade democrática percebida. Não há nuance.

Esse critério interpretativo historicamente abrangente e em padrões de racionalidade que inferem a “gênero” e suas similaridades paradigmáticas uma superinterpretação (o paradigma da similaridade que Foucault, nos explica Eco [2005; p. 53-57], trata em *As Palavras e as Coisas* para observar a transição da Renascença ao Século XVII) é chamado por Eco de semiótica hermética; que, a fim de afirmar que

---

<sup>78</sup> Sobre a “Abin Paralela”, que compartilha integrantes do “gabinete do ódio” e políticos vinculados a ações de *fake News* e ataques digitais orquestrados, matéria de 12/07/2024, disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/12/abin-paralela-ministros-do-stf-classificam-acao-clandestina-contra-integrantes-da-corte-como-grave.ghml> >. Acesso em 12/07/2024.

o semelhante pode atuar sobre o semelhante, a semiótica hermética teve que definir o que era similaridade, sendo esta de generalidade e flexibilidade excessivamente indulgentes, em semelhanças morfológicas, analogias proporcionais e todo o tipo de substituição possível permitida pela tradição retórica em contiguidade, *pars pro toto*, ação ou agente e assim seguindo. De modo que às vezes as coisas são semelhantes por seu comportamento, ou por sua forma, ou por terem aparecido juntas num certo contexto. Desde que seja possível o estabelecimento de algum tipo de relação, o critério não importa, e quando o mecanismo de analogias se coloca em movimento as similaridades se posicionam numa sucessão interminável de transferências em sugestões sucessivas de analogias e similaridades. Explica ainda Eco que este seria um princípio subjacente da semiótica hermética, porque se duas coisas são semelhantes elas se retroalimentam enquanto signos recíprocos, mas numa passagem entre similaridade e semiótica que não é automática. Exemplifica como segue:

É inegável que os seres humanos pensam (também) em termos de identidade e similaridade. Mas na vida cotidiana, o fato é que geralmente sabemos distinguir similaridades relevantes e significativas, por um lado, de similaridades fortuitas e ilusórias, por outro. Podemos ver a distância alguém cujos traços nos lembram a pessoa A, que conhecemos, tomá-la erroneamente por A e depois perceber que na verdade é B, um estranho; depois disso, em geral, abandonamos nossa hipótese quanto à identidade da pessoa e não damos mais crédito à similaridade, que registramos como fortuita. Fazemos isso porque cada um de nós introjetou um fato inegável, ou seja, que *de um certo ponto de vista, todas as coisas têm relações de analogia, contiguidade e similaridade com todas as outras*. Podemos levar isso ao limite e afirmar que há uma relação entre o advérbio “enquanto” e o substantivo “crocodilo” porque – pelo menos – apareceram juntos na sentença que acabei de pronunciar. **Mas a diferença entre a interpretação sã e a interpretação paranoica está em reconhecer que essa relação é mínima e não, ao contrário, deduzir dessa relação mínima o máximo possível.** O paranoico não é o indivíduo que percebe que “enquanto” e “crocodilo” aparecem curiosamente no mesmo contexto: o paranoico é o indivíduo que começa a se perguntar quais os motivos misteriosos que me levaram a reunir essas duas palavras em particular. O paranoico vê por baixo de meu exemplo um segredo, ao qual estou aludindo. Para ler tanto o mundo quanto os textos de modo suspeito, é preciso elaborar algum tipo de método obsessivo. (Eco, 2005; p. 56-57) [*grifos em itálico do autor; em negrito, nosso*]

Assim, a partir da perspectiva de quem deposita em “gênero” uma categoria ampla e paranoica em que cabem temas propriamente de gênero a partir da matriz das investigações feministas, mas também mulheres, pessoas trans, LGBTQ+, aborto,

casamento, família, reprodução, identidade, sexualidade e orientação do desejo, e como uma fantasia mobilizadora de medos, traumas e desconexões factuais, associações com pedofilia, erotização precoce de crianças, “doutrinações” em escolas, e derivações amplas, associadas ao que entendem “comunismo” ou “esquerda”, alocando debates raciais, e econômicos pela interseccionalidade própria da categoria, buscamos respostas. Essas associações estão posicionadas sob uma percepção moral de mundo fortemente valorativa a partir de preceitos religiosos do que seja normativo, certo e normal, da ordem do divino secularizado como direito natural. Assim, vinculam-se a um molde fixo de modos de vida e costumes, no que sustentam ser privado, logo, no espaço de domesticidade e cotidiano onde não caberia incursão normativa estatal, e nesse espaço, ainda que imaterial, não toleram qualquer possibilidade outra de discussão de possibilidade de existência, ainda que não se aplique a si. De modo que tomam como um ataque em suas “liberdades” a mera existência de um “outro” que eles não entendam como válidos a partir de suas premissas morais, ou que desloque no imaginário posições que lhes eram “dadas” num ideal saudosista da memória, não necessariamente factual, sobre uma “tradição” de iguais sobre noções de “deus, pátria e família” inerentemente patriarcais.

Por essa perspectiva, é possível, para fins de compreensão fenomênica, assumir que o atravessamento gendrado sustentado pelos estudos feministas para compreender categorias de poder e de existências em reiterabilidade, alianças, agência e possibilidade histórica (Butler, 2018; p.61-92; 189-213) (Scott, 2018; p.28-50), sendo o dimorfismo sexual igualmente uma categoria útil de análise, ao ser acusado fantasmaticamente (ou associativamente) de “ideologia de gênero”, passa a ser objeto e *locus* amorfo para mobilização de medos e ansiedades da ordem privada do cotidiano familiar, em associações reverberativas politicamente.

Ao que os dados e as movimentações recentes indicam, democracia também cabe em “gênero”, sendo este um termômetro de direitos fundamentais e da centralidade das preocupações de regimes e personagens autoritários fascistas.

### 3.1.2 Da Importância da Leitura Gendrada dos Dados

*“Quem fritava o bife de Adam Smith?”*

Katrine Marçal

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2010 houve uma mobilização polemista sobre “aborto”, que se tornou o principal assunto da cobertura eleitoral no segundo turno daquele pleito em que concorreram Dilma Roussef (PT) e José Serra (PSDB). Em pesquisa quali-quantitativa, Denise Mantovani apreciou a cobertura jornalística nos principais jornais de circulação nacional sobre o tema, concluindo que não houve uma discussão a respeito do tema, mas um predomínio de posições de figuras políticas e religiosas vinculadas a movimentos católicos e evangélicos de matriz neopentecostal se manifestando – contrariamente. Concluiu ainda que os jornais comerciais ignoraram o assunto no primeiro turno, ocasião que já era amplamente discutido em redes sociais, provocado por esses grupos e viralizado em ambiente digital, ao que consta de forma orgânica, até o protagonismo oficializado no segundo turno. O tema foi apontado como fator de redução de intenção de votos da candidata Dilma Roussef pela comunidade neopentecostal (Mantovani, 2016; p. 189-216). Essa eleição já demonstrava a inflexão entre religião e democracia. E que o debate público sobre temas sensíveis não ocorriam apenas nos espaços institucionais e pelas vias formais de acesso, ganhando relevância os ambientes de redes sociais.

Interessante, para fins de dados, observar os discursos sobre aborto na Câmara dos Deputados Federais, entre 1990 a 2014, monitorados em quali-quantitativa por Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Rayani Mariano (2016; p.127-154), que indicavam com clareza um recuo nas posições favoráveis ao direito ao aborto em plenário ao decorrer dos anos, ainda que a partir de 2002 os posicionamentos desfavoráveis, mesmo que trazidos por figuras políticas vinculadas às religiões, argumentavam pela via moral e religiosa de modo codificado em termos não confessionais; por sua vez não eram enfrentados por posições feministas, como estratégia orientada a fim de não favorecer a agenda moral e a então reconquista de espaço desses grupos conservadores em públicos economicamente vulneráveis, que aprovavam as mobilizações e conquistas sociais do período. Vê-se que a estratégia não funcionou.

A centralidade do tema “aborto” já em 2010 nas eleições presidenciais, iniciada como um movimento digital de setores conservadores, foi tratada como

excepcionalidade do período pela institucionalidade estatal e pelos analistas políticos, como ocorre com a pauta de “costumes” ainda hoje. Economia e programas sociais são os grandes temas das campanhas, diz-se.

Igualmente como excepcionalidade foi tratada a popularidade pessoal de um deputado federal carioca falastrão do “baixo clero” político, chamado Jair Bolsonaro, envolvido em polêmicas discursivas que se radicalizaram conforme se projetava em programas de TV menos nobres, como o extinto CQC, da Rede Bandeirantes, e SuperPop, da RedeTV. Não era um sujeito sério, nem levado a sério pelos seus pares. Quando esse mesmo deputado federal se lança para concorrer à Presidência, em 2018, tratando de “ideologia de gênero”, “kit gay” e aborto, defendendo o período da ditadura militar e um patriotismo vinculado à camisa da Seleção de Futebol, o faz num ambiente de instabilidades institucionais. E sua candidatura não era levada a sério pelos políticos mais tradicionais, em uma “liturgia” política.

O Partido dos Trabalhadores (PT), identificado à esquerda, vencia as eleições presidenciais desde 2002. O PSDB, então sua oposição histórica à direita num espectro ainda tido como democrático, não lograva sucesso nas urnas desde então para o cargo, e tinha em 2018 o entusiasmo da mídia comercial e o financiamento de setores empresariais, e uma coligação político-partidária que lhe aferia o maior tempo em propaganda eleitoral de rádio e TV. Na matéria jornalística de O Globo, de 26/08/2018, não assinada, dispunha-se o seguinte:

O candidato do PSDB ao Palácio do Planalto, Geraldo Alckmin, afirmou neste domingo (26), durante visita à favela de Paraisópolis – uma das maiores da cidade de São Paulo –, que não está preocupado com a sua colocação nas pesquisas de intenção de voto porque, na visão dele, a campanha inicia efetivamente com a largada do horário eleitoral. Os programas dos candidatos no rádio e na TV estreiam na sexta-feira (31), porém, as propagandas dos presidiáveis começam a ir ao ar em 1º de setembro, até 4 de outubro. **Dono da maior coligação da corrida presidencial, Alckmin terá direito a maior fatia de tempo no horário eleitoral** entre os 13 postulantes ao Planalto. Dos 12 minutos e 30 segundos de cada um dos dois blocos de propaganda dos presidiáveis que serão exibidos a cada dois dias, **Geraldo Alckmin vai aparecer em 5 minutos e 32 segundos, quase metade do tempo total.** O segundo candidato com mais tempo de rádio e TV é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com 2 minutos e 23 segundos. Nas últimas pesquisas do Ibope e do Datafolha, Geraldo Alckmin aparece posicionado na quarta posição da disputa, com percentuais que oscilam de 5% a 6%. No Ibope, o tucano divide a quarta colocação com o candidato do PDT, Ciro Gomes, ambos com 5%. **Alckmin e seus aliados políticos apostam na força do horário eleitoral no rádio e na TV para alavancar a candidatura e**

**assegurar uma vaga em um eventual segundo turno.** Além dos 5 minutos e 32 segundos em cada um dos dois blocos dos presidenciais, o tucano terá 434 inserções de 30 segundos a serem veiculadas na programação de cada emissora ao longo de toda a campanha de primeiro turno. "Agora que vai começar a campanha eleitoral. Agora que vamos saber efetivamente quem vai ser candidato a partir do final dessa semana, que começa o horário da televisão e do rádio. Aumenta a tensão e o interesse pela eleição, então, os argumentos, os temas, a decisão de voto. Agora que começa a reflexão e a população brasileira, corretamente, está mostrando, até pelo seu sofrimento, que ela vai refletir, refletir mais para frente", declarou Alckmin aos repórteres durante a visita a Paraisópolis.<sup>79</sup>[Grifo nosso]

O tempo de TV e rádio, bem como as inserções eleitorais na programação e o modo de fazer política "profissional", até 2018, partia dessa certeza comum compartilhada da importância do horário eleitoral e das mídias tradicionais, em amplos setores, de modo que fica revelada no texto destacado a aposta no nome do candidato, que já indicava em pesquisas de intenção de voto (o que se confirmou posteriormente) o 4º lugar em primeiro turno. Ainda que com números baixos, havia a projeção dos setores políticos ortodoxos – dada a grande coligação – e financeiros, de que aquela candidatura era viável e forte, havendo um outro candidato – no caso o então ex-Presidente Lula (desde 2022 novamente Presidente, e com Geraldo Alckmin de vice) preso em Curitiba desde 07/04/2018, e que teria sua candidatura impossibilitada devido a condenações criminais no que se conheceu como Operação Lava Jato.

A Política e o Direito, as figuras políticas e a estrutura decisória do Judiciário, se misturavam como atores e personagens de eventos em mobilização contínua desde 2013, que, a partir de protestos "apartidários", projetava figuras e lideranças outras, novas, com outros comportamentos e discursos, advindos de lugares outros que não a formalidade partidária, e que se organizavam rapidamente, ganhavam projeção e disputavam cargos eleitorais, sendo que as principais lideranças que se mantiveram atuantes, de fato foram eleitas para vários cargos legislativos.

(Com o passar dos anos, essas marchas de pessoas vestindo verde e amarelo teriam cartazes e manifestariam valores cada vez mais semelhantes às marchas de

---

<sup>79</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/08/26/com-quase-metade-do-tempo-de-tv-alckmin-diz-que-campanha-comeca-com-largada-do-horario-eleitoral-nesta-semana.ghtml> >. Acesso em 09/06/2024.

19 de Março e 8 de Junho de 1964, nomeada como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.)

A matéria acima citada não traz detalhes das posições em pesquisas, mas apresenta o infográfico que segue (dividido por nós para melhor disposição de formato na página, mas retirado de lá) com o tempo de TV, rádio e inserções do período, bem como coligações respectivas.

É de se notar que não há um infográfico sobre as posições dos candidatos em pesquisas eleitoras, ainda que citado no texto. A imagem criada valoriza o olhar para que se compreenda o candidato Geraldo Alckmin com uma barra maior – refere-se ao tempo de TV e rádio, logo, verídica. Mas há uma comunicação cifrada na sugestão de quem apenas olha o desenho gráfico, em vez de ler o texto, que é a de que a primeira posição é ocupada por ele.





Fonte: TSE

Em pesquisa eleitoral de Agosto de 2018, pelo DataFolha, como explicado em matéria do período, de Isabel Fleck (UOL/Folha)<sup>80</sup>, já estava sinalizada a divisão de público na categoria sexo:

**A rejeição das mulheres ao nome de Jair Bolsonaro (PSL) cresceu nove pontos percentuais desde junho, de 34% para 43%**, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta quarta (22)<sup>81</sup>, o que leva o candidato ao topo dos que não seriam votados “de jeito nenhum” pelo eleitorado feminino. As mulheres representam 52% dos eleitores. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem a segunda maior rejeição: 33%. Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) são rejeitados por 23% das mulheres e estão empatados, na margem de erro de dois pontos percentuais, com Ciro Gomes (PDT), que tem 21% de índice de rejeição. Apesar de ter subido dois pontos percentuais em intenções de votos entre as mulheres, desde a última pesquisa Datafolha, em junho (ele tem a preferência de 14% delas); a distância entre as intenções de votos femininos e masculinos para Bolsonaro aumentou de 14 para 16 pontos percentuais —isto em um cenário sem Lula. **O candidato do PSL é o que tem a maior disparidade entre o voto de homens e mulheres.** (Fleck, 2018) *[grifo nosso]*

As mulheres<sup>82</sup> compreendem os elementos de violência discursiva ali, de uma forma autoritária, comungada e não palavreada no cotidiano. Não palavrear os fenômenos que ocorrem a partir das mulheres, de suas dinâmicas próprias e de suas realidades e corpos é uma forma de exclusão, também pela palavra, de que sejam visíveis. Essa perspectiva, seja material ou imaterialmente, construiu um mundo androcentrado que afeta os índices e dinâmicas do cotidiano, do trabalho, dos remédios e atendimentos médicos, da arquitetura e urbanismo, até a vida pública (Perez, 2022).

Algo que não é conhecido não é apreciado como dado incidental e formulado em perspectiva referencial.

Ainda que sem consideração pelo viés dos dados, coube às mulheres se adaptarem, como de praxe, e mobilizarem em vários espaços de protestos, a partir de redes sociais<sup>83</sup>. Costuma-se trazer como trivía por comentaristas e analistas de dados

<sup>80</sup> Para a íntegra, disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/cresce-a-rejeicao-das-mulheres-a-jair-bolsonaro-aponta-pesquisa-datafolha.shtml> >. Acesso em 09/06/2024.

<sup>81</sup> Pesquisa registrada no TSE sob o número BR 04023/2018

<sup>82</sup> As mulheres são vistas como um grande grupo para enfoque de campanhas, quase como um bloco. Individualidades e amplitude de pautas são endereçadas, como regra, a partir do ponto de vista do sujeito universal heteronormativo, de argumentos “econômicos” ou traduzidos para uma linguagem comunicacional econômica de leitura de Estado. Incidem, por óbvio, na constante do eleitorado, outros cruzamentos de escolha de candidato, mesmo que fuja à lógica da sobreposição direta, então há mulheres eleitoras de figuras extremistas, mas por fatores outros.

<sup>83</sup> Em 29 de setembro de 2018 Jair Bolsonaro era indicado pelo Ibope como favorito ao cargo de Presidente da República; quando mulheres em 114 cidades do Brasil protestaram nas ruas, no que

que, ainda que composto por uma maioria de eleitoras, o desenho social da base votante brasileira não tem equivalência à ocupação institucional política, o que é justificado na sequência como se houvesse um “desinteresse” inerente das mulheres por política, deliberado como uma escolha privada e um suporte igualmente privado de redes familiares de subsistência. Delega à escolha, à agência, o afastamento das mulheres dos espaços de poder institucionais. Em todo caso, as manifestações demonstravam a não inteireza disso como resposta.

E se o que afasta mulheres dos espaços de poder seja precisamente o sistema que estabelece esse poder e suas dinâmicas de retroalimentação? E se em vez de uma resposta privada, seja necessário resposta pública? Porque de fato pouco se responde politicamente e a partir da coisa pública ao que as afasta desses espaços de institucionalidade de modo indireto, inclusive dentro da ascensão partidária. Pelo impedimento e afastamento de acesso, metade da população, binariamente considerada, fica não representada em perspectiva.

Considerar como a realidade factual se implica para as mulheres é passar a considerar uma relação com o cotidiano e a escassez de tempo, somado a falta de recursos e estrutura com suas atividades não remuneradas e de cuidados. O tempo das mulheres vale menos pela lógica econômica, sobretudo para se reunirem nas formações tradicionais partidárias e debates de construções coletivas, sistemas masculinos e organizados por essa lógica, porque para que isso seja possível, outras esferas de sua vida privada e dos cuidados com a domesticidade e cotidiano serão ladeados, há um certo cálculo mental de compensação em onde se colocar energia – não um cálculo financeiro imediato, mas um cálculo afetivo.

Esses desenhos de funcionalidade e acessos aos poderes institucionais são feitos para os homens e suas realidades. Para caber, as mulheres precisam se adaptar, se diminuir, agir em signos masculinos que a elas não vestem adequadamente, ou então se afastar, inclusive de si e dos seus. Essas estruturas afastam as mulheres de participação mais direta e em tomadas de decisão desse jaez porque internamente reafirmam violências e exclusões que criam barreiras de acessos e fricções. Estabelecem o um lugar para mulher, incentivando que compitam entre si em lógica masculina.

---

foi considerada até então a maior manifestação política de mulheres aqui. Organizadas digitalmente, ficaram conhecidas como movimento #EleNão. Matéria de 30/09/2018, disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> >. Acesso em 25/06/2024.

Os dados colhidos via Pnad<sup>84</sup> e lidos pelo IBGE e IPEA endossam essa afirmação sobre o uso do tempo das mulheres. Ainda que com dados em mãos, há dificuldades em interpreta-los por perspectiva outra que não a fórmula masculina, de modo que as políticas públicas seguem bastante padronizadas, em reformas tímidas (como a responsabilidade pelo *Bolsa Família* ser das mulheres – o que Thatcher já fizera<sup>85</sup> – ou os projetos de urbanismo do *Minha Casa Minha Vida* considerarem creches e escolas próximas). Esse eixo de gênero – ainda binariamente – não tem sido interpretado a partir de uma compreensão do ambiente em que se operam as demandas humanas a partir das mulheres, e de como o cotidiano afeta (e cansa) esse grupo. Simplificando a conta e a empobrecendo pelo pragmatismo, desconsiderando transporte urbano, violências urbanas, *happy hours*, e penduricalhos: o dia tem 24 horas. 8 horas para dormir. 8 horas para trabalhar. As outras 8 horas são livres, em tese. Pelo que os dados indicam, são usados pelas mulheres para a gestão da domesticidade e dos cuidados.

Logo, de acordo com o IBGE, em 2022, via Pnad Contínua Outras formas de trabalho<sup>86</sup>, as mulheres passaram 9,6 horas por semana a mais do que homens em afazeres domésticos ou em cuidado de pessoas. Conforme os dados da pesquisa apontam, em comparação a 2019, ano em que mulheres dedicavam 10,6 horas a mais do que os homens aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, ainda que haja pequena redução, 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas em 2022, enquanto apenas 80,8% dos homens desse grupo etário estavam envolvidos nessas atividades. Os homens da região Nordeste mostraram a menor taxa de realização: 73,9%. E aqui é fundamental a

---

<sup>84</sup> Pnad é sigla de “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”.

<sup>85</sup> Gary Becker quando centra a “família” como núcleo neoliberal de gestão, atribui que auxílios sociais diretos governamentais fossem destinados a quem na família gerisse o dinheiro a partir de renda mais elevada – o que como regra era o homem, o pai, esposo. Confiava em sua tese econômica que, aquele com tal incumbência, teria a responsabilidade de fazer as escolhas mais eficientes e investimentos em prol dessa eficiência. Margaret Thatcher passa a destinar o auxílio governamental às mães para que gerissem em prol da família. Sequencialmente passou-se a verificar um aumento em vendas de vestuário infantil e alimentos como leite e pão. No Brasil, o Bolsa Família foi responsável pela oportunidade de muitas mulheres e mães conseguirem independência financeira e deixarem lares abusivos; o Minha Casa Minha Vida, projeto de casas populares em bairros periféricos, passou a incluir – após não fazê-lo e alterar dinâmicas urbanas de cultura importantes em comunidades, como no caso do Rio de Janeiro, capital – a obrigatoriedade de creches e escolas próximas. (Becker, 1993) (Cooper, 2017) (Perez, 2022).

<sup>86</sup> Notícia explicativa da pesquisa e link para a pesquisa em si, disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> >/ Acesso em 13/07/2024.

constatação de que a divisão das tarefas domésticas permanece desigual mesmo entre os trabalhadores: em média, as mulheres que acumulam atividades laborais remuneradas, ainda assim, dedicaram 6,8 horas a mais do que os homens em mesma situação aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas. A taxa de realização de cuidado de pessoas caiu de 33,3% em 2019 para 29,3% em 2022, ou o equivalente a -5,3 milhões de pessoas. No país, a taxa de realização de afazeres domésticos entre as pessoas com 14 anos ou mais de idade passou de 85,9% em 2019 para 85,4% em 2022, ou o equivalente a 148,1 milhões de pessoas nesse grupo etário realizando aquelas atividades. A realização de afazeres domésticos era maior entre homens com curso superior completo (86,2%) e menor entre os sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (74,4%). A questão de raça segue em acréscimo em desfavor das mulheres, ocasião em que as que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos (92,7%).

Os gráficos apresentados como imagem do panorama de cuidados e afazeres domésticos, e o de pessoas que realizaram afazeres domésticos foram retirados do sítio do IBGE.

## Panorama de cuidados de pessoas e afazeres domésticos

Por sexo

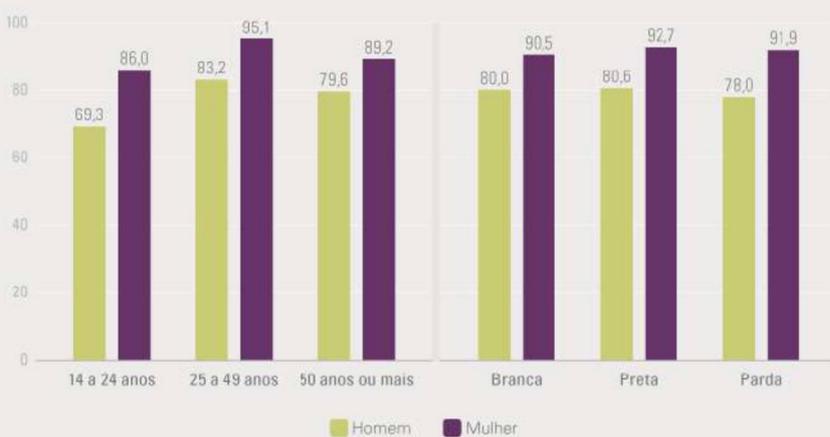
Média de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos



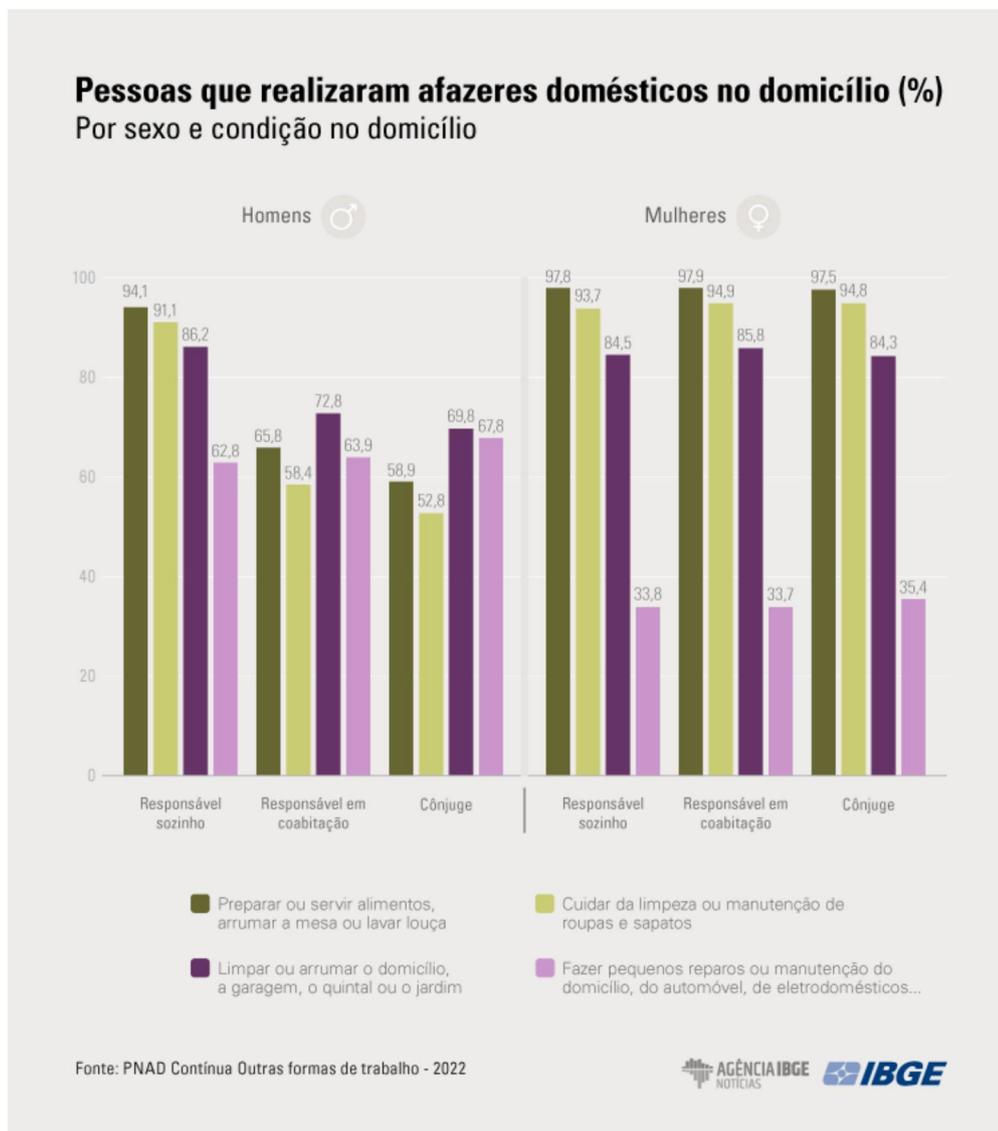
Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente (%)

Por grupos de idade

Por cor ou raça



Fonte: PNAD Contínua Outras formas de trabalho - 2022



No período, considerando o cuidado no domicílio, houve redução do cuidado de crianças de 0 a 14 anos e aumento do cuidado de moradores de 15 a 59 anos e de idosos, podendo indicar redução de índices de natalidade a serem confirmados a longo prazo pela série histórica.

Ainda via Pnad Contínua, da série histórica entre 2001 a 2015, agora por cruzamento de dados, considerando o cálculo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)<sup>87</sup> somando o tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e tempo de deslocamento casa-trabalho-casa, tem-se que as mulheres trabalham mais horas semanais que os homens: 47h contra 45h (dados de 2015).

<sup>87</sup> Notícia explicativa da pesquisa, com link de acesso à íntegra dos dados, disponível em < <https://encurtador.com.br/auh8o> >. Acesso em 13/07/2024.

A composição do tempo permanece desigual entre os sexos, com as mulheres dedicando 18h por semana a mais aos afazeres domésticos. Se de 2001 a 2015 as mulheres aumentaram em 7h semanais o tempo disponível para lazer, para os homens esse aumento foi de 4h. Destacando que a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos ficou acima de 91%, enquanto entre os homens, ela variou de 45% em 2001 para 55% em 2015. Se adicionarmos que em 2022 as mulheres passaram de 92% em afazeres domésticos, vê-se que ainda que haja variação a médio prazo, tem-se uma constante de mais de duas décadas de desproporção. Também é de se notar que enquanto o tempo dedicado aos afazeres domésticos entre as mulheres se reduz de forma acentuada ao longo do tempo, a jornada de trabalho doméstico entre os homens aumenta pouco".

Também se verifica que para as mulheres, a estrutura familiar – cuidados de terceiros e crianças – impacta negativamente as horas dedicadas ao trabalho remunerado (e por lógica, em sua renda e autonomia financeira), em redução de 2h a 6h semanais. Aos homens, “constituir família” tem impacto positivo, que aumenta sua renda e progressão na carreira. A análise dos grupos demográficos, incluindo recortes de raça, escolaridade, vínculo conjugal e indivíduos com filhos ou não, revela que o maior impacto positivo no tempo gasto com trabalho remunerado é, para elas, a escolaridade: as com ensino superior completo trabalham remuneradamente, em média, 8h a mais que as sem ensino superior por semana. Já para eles, o fato de ser casado aumenta esse tempo de trabalho remunerado em 6h, e de ter filhos entre 0 e 4 anos aumenta em uma hora o tempo remunerado.

## Afazeres domésticos



Fonte: Imagem retirada do site do IPEA, referente a Pnad Contínua 2016 e 2017  
Disponível em < <https://encurtador.com.br/auh8o> >. Acesso em 13/07/2024.

É importante observar a divisão de tarefas domiciliares, advindas de dados mais recentes (2016 e 2017, da Pnad Contínua). De forma geral, a participação das mulheres em tarefas domiciliares é substancialmente maior que a dos homens, tanto nos afazeres domésticos, quanto na categoria cuidados – que inclui, entre outras, ações de auxiliar nos 'cuidados pessoais', 'ler, jogar ou brincar', até 'transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque'. Essas características são, habitualmente, de zelo de menores e idosos, e/ou pessoas que tenham alguma necessidade especial de cuidado. A única tarefa em que homens destinam mais tempo que as mulheres envolve pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos, tarefas essas “aceitas” socialmente para que homens façam.

Por fim, ainda sobre esses dados trazidos, a proporção de mulheres que realizam cada uma das cinco categorias de atividades de cuidados é superior à dos homens: 40% das mulheres destinam seu tempo aos cuidados, diante de 28% dos homens. Para afazeres domésticos, esse percentual chega a 94% para elas e 79% para eles. A maior diferença entre os sexos nessa categoria aparece em tarefas que envolvem preparar, servir alimentos, lavar louças e cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos: 97% do tempo das mulheres em algo básico da vida (vestir e comer) contra 60% dos homens.

Essas divergências domésticas, em trabalho de cuidados e gestão da vida, estão na origem da violência doméstica, que já sabemos, é uma constante brasileira por não ter suas causas pensadas como política pública, tendo aumentado em 2023, e que vitima mulheres, crianças e idosos. Essa forma de uso do tempo – e tempo pode até ser dinheiro, mas definitivamente é vida, no sentido de que não se consegue mais tempo, o tempo é, nós estamos – tem implicações diretas na participação política das mulheres nas instituições tradicionais de pleito organizacional. Se a domesticidade é o espaço que o patriarcado delimitou para as mulheres, e se na domesticidade, além do desprestígio do cotidiano, é onde mulheres sofrem violências físicas, psicológicas, patrimoniais e morte, a conta não fecha (Denora; Kozicki, 2021; p. 102-112).

Entretanto, há formas de burlar a presença física, nesta quadra histórica.

A presença de mulheres com pautas feministas de demandas públicas acaba se tornando, também pelos dados apontados, um fenômeno digital. Porque no metaespaço as atividades assíncronas são possíveis. Se há algo que mulheres possuem familiaridade e sabem como é intimamente relacionado – ainda que não se elabore nas exatas palavras como “fascistas” – é a postura de violência retórica que culmina em violência física de gênero e feminicídio. Porque está inerente à domesticidade, e por isso rapidamente percebida nos signos que Bolsonaro mobiliza, conjuntamente a seus apoiadores. Seus apoiadores também estão em ambientes digitais. E como pautas de gênero e violências discursivas contra grupos minoritários historicamente são comuns em ambientes virtuais, o desenho do caos se instaura, porque são esses os espaços compartilhados por quem não coube dentro da estrutura institucionalizada do sistema – seja por exclusão histórica, como as mulheres, que foram invisibilizadas, seja porque não é viável ter discursos de ódio em ambientes republicanos (exclusivamente porque a quem não está protegido pela prerrogativa

parlamentar de fala, poderá ter sanções legais ao fazê-lo em público e com a identidade exposta).

Essa mesma violência retórica normalizada no cotidiano e em ambientes digitais esteve continuamente posta na conduta de Jair Bolsonaro, endossada e estimulada por seus apoiadores. Se inicialmente não compreendido com viabilidade eleitoral em razão de sua “radicalidade” pelas acomodações políticas (que ainda operavam numa certa lógica metodológica de como estar na política), ainda assim foi um perfil autorizado pelo sistema político que se insere, e com segundos de campanha eleitoral tradicional, reinou absoluto nas redes sociais. Foi eleito. E foi eleito por causa da radicalidade discursiva e do seu projeto de violência exposta (e não em razão do episódio em Minas Gerais), e do que esse projeto mobilizava e comunicava em afetos fascistas atravessados pelo cotidiano em soluções rápidas (não necessariamente eficientes e/ou eficazes, sequer democráticas), e de como, em muitos anos de presença digital, os brasileiros e brasileiras passaram a consumir conteúdo informacional, laboral e recreativo, nesse meta-espço de tecnofeudalismo de bilionários e que se consolida como um espaço importante para o debate político.

A centralidade desse projeto moral de aliança neopentecostal familista fica escancarada no discurso de posse presidencial de Jair Bolsonaro, no púlpito dirigindo-se à nação, ao manifestar “(...) *Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas (...)*”<sup>88</sup>.

Destacou-se “ideologia de gênero” e os demais termos porque são eles utilizados pelos atores da extrema direita para as associações semióticas que promovem, para se referir às dinâmicas de reconhecimento de dignidade e direitos às mulheres e comunidade LGBTQ+ vinculados à pauta de gênero e seus avanços, entendidos pelos opositores como antinatural. A partir desse eixo, as associações são difundidas e escalonadas a fim de criar um bloco coeso em que passa a fazer sentido neoliberais com evangélicos. As marcações discursivas que foram exercidas e anunciadas apontam e direcionam as dinâmicas de atuação deste grupo – para muito além da palavra. As diferenças produzidas no discurso demarcam e circulam o que cabe e o que não cabe nestas categorias de regulação e validade que passam a

---

<sup>88</sup> Íntegra de ambos os discursos de posse e diplomação em anexo, com destaques para o aspecto moral e de “valores” pleiteado.

perceber e agir em tutela. Perceba-se a sutileza: não é o discurso que produz a diferença, é o discurso que revela a diferença pressuposta nestes grupos e o que eles percebem como marcações necessárias que validam ou não a existência jurídica reconhecida pelo Estado (Butler, 2020; p. 15). Esse discurso presidencial citado, posteriormente cumulado em tantos outros de mérito análogo, é também a linha que demarca quem seria considerado “povo”, o “nós” digno de reconhecimento da pátria e quem seriam “eles”, a quem cabe a morte, literal e/ou jurídica.

O apagamento, as distorções, a recusa por palavras e variações de linguagem por uma gramática não normativa também é uma forma de des-reconhecimento, deslegitimação, apagamento ou invisibilização do objeto jurídico por excelência, que é a palavra e seus significados possíveis – e portanto o espectro e alcance do Direito e da cidadania democrática – que autorizam a tutela de direitos e garantias constitucionais. E isso é profundamente político.

O discurso de gênero na posse de Bolsonaro (*“ideologia de gênero”*) e a valorização da “família” é apontado nominalmente como signo (“gatilho”) para determinado público, antes de qualquer proposta econômica ou social (que nunca veio, de fato), sendo bastante pictórico ao estabelecer que crenças e subjetividades em dissidência desse “nós” conservador e formatado por uma matriz religiosa específica seriam apontadas como criminalizáveis e com escopo persecutório, juridicamente não seriam reconhecíveis. Esse discurso do “amigo x inimigo” em antagonismo na política não é novo. Está presente e bem elaborado em Carl Schmitt (2019; p. 41-140) e nas variações adaptáveis posteriores de regimes protofascistas. Mas também é uma tática de coerção efetiva para grupos religiosos, influenciadores digitais, e lideranças em geral, que encontram uma certa sobreposição de personas e associações discursivas com a finalidade de engajamento digital.

O “inimigo” é o outro amorfo para quem se aponta em conveniência, mas invariavelmente a figura do “inimigo” se encontra no próprio corpo político que disputa espaço e demanda consideração. Quem questiona a autoridade patriarcal e a forma de organização de vida estruturada politicamente nessa dinâmica passa a receber essa marcação. Assim, se categorizam em associações, como inimigas, as feministas, o movimento LGBTQ+, pessoas marcadas racialmente, indígenas, pessoas com deficiência, porque demandam reconhecimento e políticas públicas para que seus corpos parem de ser sacrificados por um Estado que quer se apresentar “reduzido” via políticas neoliberais. Essa redução é no amparo social de quem está

historicamente em vulnerabilidade assistencial e em exclusão jurídica. Observe-se que não são todas as mulheres ou todos os corpos em dissidência a categorizar-se como inimigos, apenas aqueles que buscam visibilidade política e jurídica referencial, e através de tal, direitos, pela via inclusiva, que questionam pressupostos e paradigmas. Se aceitarem a existência orbital referencial a partir do patriarcado conservador eurocêntrico heteronormativo e não pleitearem os espaços institucionais de poder, a [sub]existência lhes é “autorizada”, porque disciplinados e controlados a partir do referencial de sujeito universal de direitos, que lhes conceitua como e quando juridicamente válidos.

Butler, na mesma perspectiva que apontamos, ao comentar sobre as visões do húngaro Orbán, aliado internacional de Bolsonaro, discursadas na CPAC<sup>89</sup> nos EUA:

Não é surpresa que o Congresso Mundial das Famílias, onde Orbán se pronunciou em 2017, tenha mantido laços ativos com as campanhas de Trump e Ted Cruz nos Estados Unidos em 2020. E que, em 4 de agosto de 2022, Orbán tenha discursado para a CPAC, deixando claro que o perigo da “ideologia de gênero” deve ser tratado da mesma forma que a ameaça da imigração indesejada: “Na Hungria, tivemos de construir não só um muro físico em nossas fronteiras e um muro financeiro em torno de nossas famílias, **mas um muro legal em torno de nossos filhos e filhas para protegê-los da ideologia de gênero que os têm como alvo**”. A essa afirmação seguiu outra: a de que os piores eventos da história foram causados por pessoas que “odeiam o cristianismo”, usando como exemplo George Soros, contra quem os ataques antissemitas do governo húngaro têm sido frequentes e sucessivos. As visões de Orbán resumem alguns dos principais elementos da ideologia de gênero no contexto do Leste Europeu: ela é imposta nações como a Hungria por organizações internacionais ou pela União Europeia; é um ataque aos valores nacionais e cristãos, que para eles são a mesma coisa; traz ensinamentos que prejudicam as crianças; ataca a família “natural”. Esse conjunto fantasmático de problemas leva ao apelo para a “ideologia de gênero” seja impedido de entrar como os migrantes o são [...]. (Butler, 2024; p. 58) [*grifo nosso*]

Orbán utiliza a analogia de “ideologia de gênero” e proteção de crianças e da família para endereçar outras questões que em seu contexto têm relevância, como a figura de George Soros, apontado como “inimigo e financiador”. O mesmo método se dá adaptado por outras lideranças de mesmo perfil, como Giorgia Meloni (primeira

---

<sup>89</sup> CPAC é a sigla para *Conservative Political Action Conference*, organizada por um grupo que se nomeia como “*American Conservative Union*” e reúne lideranças globais sob essa movimentação de extrema direita.

ministra da Itália) vinculando questões mais internas, como políticas de migração e xenofobia (como aqui no Brasil com a pauta armamentista e a ditadura militar), sempre nessa correlação comum do dispositivo de “ideologia de gênero” gregário.

Elementos díspares e conflitantes são suturados uns aos outros como em um sonho. [...] A sintaxe dos sonhos e da fantasia se transformou na sintaxe inflamada do discurso político de mobilização. [...] o poder da justaposição funciona para criar cadeias de associação, insinuações de cumplicidade e constelações retóricas que – sob determinadas condições – tem o poder de instaurar no centro de um fantasma psicossocial uma ‘causa’ para a destruição. (Butler, 2024; p. 59)

Não surpreende então que as violências simbólicas proferidas pelos entes de Estado, validando tais segregações como democráticas, legitimando agressões em tom jocoso até o próprio apagamento das identidades também pela via legal de reconhecimento<sup>90</sup>, sejam encadeadas num feixe sintático que equivale “gênero” a “esquerda”, “comunismo”, “woke”, “corrupção”, “valores corrompidos”, e a qualquer grupo de minoria social interna ou externa. Por funcionar através de mobilizações de medos e ansiedades imaginadas, conectam fenômenos reais e pessoas reais, corporificadas nas feministas, em pessoas trans, gays lésbicas, racializadas, como portadores desses males de perigos abstratos ou inexistentes. “*As várias comunidades vulneráveis, agora transformadas em alvos por esse tipo de raciocínio prejudicial estão ameaçadas de exclusão e criminalização, patologização e perda de liberdades fundamentais, dentre as quais a reprodutiva e a de autoidentificação de gênero*” (Butler, 2024; 59).

Os discursos e as formas que acentuam as dinâmicas da transição e sobreposição da sociedade disciplinar à biopolítica e sociedade de controle, com ainda mais força ecoados pela via digital, ambiente dominado pela racionalidade neoliberal do Vale do Silício, afetam diretamente populações da periferia da “normalidade”, apontadas como *locus* de criminalidade, doenças físicas e morais, e aparentemente “pecado”. Há uma recauchutagem de discursos autoritários, sob outras roupagens e fundamentos, mas ainda pela via moral e da proteção da família<sup>91</sup>.

<sup>90</sup> Deputado Filipe Barros (PSL/PR) promove Projeto de Lei que visa extinguir direitos de pessoas trans, ao vincular gênero com o sexo biológico. Para a íntegra do PL < <https://encurtador.com.br/OUVY4> >. Acesso em 14/01/2021.

<sup>91</sup> Vide Anexo 4 e Anexo 8.

O fascismo sob essa nova marca do inimigo abarcado na “ideologia de gênero” e o ataque à família, na medida que inocula o poder através de valores confessionais e princípios abertos de liberdade e igualdade, se aproveita das fragilidades institucionais democráticas em momentos de crise e disputas para expandir e contaminar o corpo social pela imaterialidade; mobiliza afetos para fabricação de corpos, nesse tensionamento vulgar que expõe a forma da produção da masculinidade de Estado e violência inerentes e intrínsecas, vestidas com as vestes do rei nu.

O patriarcado não é apenas um sistema de dominação masculina, é também uma estrutura social sistematizada a partir da verdade absoluta da centralidade do sujeito homem branco como universal, sendo essa a perspectiva referencial de todas as respostas para as demandas e necessidades desse mesmo grupo de prioridade de acesso ao poder, este igualmente refletido a imagem e semelhança de quem cria a ficção de poder institucional pelo Estado, pactuada em consenso de obediência, e com dinâmicas profundamente enraizadas que normalizam violências, hierarquias e explorações, e prioriza, para habilitar seu funcionamento, uma forma de exercício de poder universalizado na heteronormatividade, numa compreensão mais recente neoliberal como forma de vida e plana economicamente do que sejam lucros, controle e economia, conseqüentemente, trabalho, exploração e saúde, e as relações possíveis e quem é mais ou menos valioso como sujeito e conseqüente tutela do Estado merecida em intermédio. Isso reverbera em como as políticas sociais e as verdades jurídicas são estabelecidas, porque mensura em índices uma forma específica do que seja fundamental de centralidade e do que seja prioridade como coisa pública.

Quando se afirma o Estado Moderno – e o Direito que avoca-se como mediador legítimo do que seja de Direito e justo num Estado Democrático de Direito – como resultado de categorias de poder prévios a ele mesmo, sendo gênero uma dessas categorias, portanto estruturante – se afirma também que tal subsiste independente do regime adotado, seja em períodos autoritários seja em períodos democráticos, por isso a possibilidade de utilização dessa via como sintaxe aglomerativa de justaposições e ocultamentos de pautas, que usam a ficção biopolítica da masculinidade como discurso e matéria mobilizadora de medos e ansiedades. Na radicalização dos papéis de gênero e seu uso pelo Estado é que se

funda determinados modos de reprodução da vida, e de quem seja válido como “povo”, reconhecível e passível de amparo estatal.

As dinâmicas fascistas – tanto o fascismo histórico, fenômeno europeu da década de 1930 como suas revisitações mais recentes – são essencialmente impregnadas de “ansiedade sexual”, que já era identificável naquele período (Reich, 2001, p. 18-30), de ordem regulatória e de pureza, com papéis de gênero estritamente definidos em “forma e função”, e uma noção bastante específica de família burguesa, de núcleo autoritário antecedendo os formatos estatais pretendidos, de rigidez e recalque (Reich, 2001, p. 31-68)<sup>92</sup>. As associações já estavam colocadas como uma possibilidade, apenas precisavam da oportunidade e momento histórico para habilitar a mobilização gregária novamente, porque já circulam cotidianamente e em intimidade.

Uma nova versão de fascismo, por óbvio, não seria uma sobreposição idêntica de fatores históricos, até porque a historicidade constitutiva do contemporâneo é outra e pós experiências assim nominadas. Todavia, ainda que sob outros nomes, fenômenos análogos de mobilização imaterial de ansiedades políticas podem ocorrer, e, ainda que frouxos, incorrem em linguagem e cognição possível e adequação a partir do se tem como dado prévio, como quando Marco Polo nomeia de unicórnios “muito estranhos” os rinocerontes que vê em Java. Sobre as categorias e palavras que as tornam cognoscíveis, e o que acontece “entre” a quem percebe e a quem é percebido, Umberto Eco cita que

Basta, portanto, considerar, tanto para Kant quanto para Aristóteles, a origem puramente verbal do seu aparato categórico e retomar uma feliz observação de Heidegger (1973: 33-34): “Os seres dotados de capacidade intuitiva devem poder sempre associar-se na intuição do ente. Mas, terminada a intuição, enquanto intuição, ela permanece sempre em primeiro lugar apoiada no particular intuído de vez em quando. O ente intuído é conhecido apenas se cada um puder torná-lo compreensível a si e aos outros, e chegando, assim, a comunicá-lo.” Falar daquilo que é quer dizer tornar comunicável o que conhecemos: mas conhecê-lo, e comunicá-lo, implica uma recorrência ao genérico, que já é um feito da semiose, e depende de uma segmentação do conteúdo cujo sistema kantiano das categorias,

---

<sup>92</sup> Marinetti, poeta futurista italiano, agente de Estado e figura importante no governo de Mussolini, além de interlocutor artístico-literário de relevância no Brasil (< <https://encurtador.com.br/exIS3> > Acesso em 27/03/2021) no Manifesto Futurista, faz odes aos riscos vinculados a comportamentos da masculinidade, e em seu item 9 “*Queremos glorificar a guerra – a única higiene do mundo –, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas ideias pelas quais se morre, e o desprezo pela mulher.*” (grifou-se). Para a íntegra: < <https://comaarte.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/manifesto-do-futurismo.pdf> >. Acesso em 23/09/2023.

apoiado numa venerável tradição filosófica, é um produto cultural já ajustado, culturalmente radicado, e linguisticamente apoiado. Quando a multiplicidade da intuição é citada pela unidade do conceito, os *percipienda*<sup>93</sup> já são percebidos como a cultura nos ensinou a falar deles. (Eco, [1997]2023; p. 70)

As questões de gênero, em modo amplo e particularmente considerando mulheres, não são entendidas como pautas centrais nas democracias, como temas pelos quais a democracia se substantiva, porque elas não são parte da percepção cultural do real palavreada e definida, são costuras como “outro”, “segundo”, ou “inimigo”. Assim o são porque as lentes referenciais que cultivaram os hábitos e as regras que governam a observação circunscrevem o campo de observação em si e dirigem a perspectiva do olhar (Butler, 2024; p.186). O referencial é o sujeito homem. É patriarcal. É masculinista. Essa é a lente pela qual o estabelecimento da verdade política se deu, e se manteve assim como “natural” e em razão dessa “natureza” sob coerção separatista eugenista.

John Stuart Mill já questionava a necessidade de, pela via legal, proibir mulheres de acessar ambientes políticos e públicos, manifestando que o princípio que regula as relações sociais então existentes entre os dois sexos de subordinação legal de um sexo ao outro estaria errado em si mesmo, entendendo como um dos principais empecilhos ao aprimoramento humano, pleiteando princípio de igualdade perfeita. Fundamenta que o argumento de “ordem natural” seria questionável e estabeleceu em 1869 a equivalência eugênica com o racismo e escravidão, sustentando que a recusa em igualdade radical de acesso e mobilidade social como compromisso da modernidade seria medo dos homens em se colocarem como iguais, porque não suportariam a revelação da inabilidade de estarem na domesticidade (Mill, [1869] 2017; p. 225-291]. Essa provocação, ainda binária dada sua historicidade no século XVII, traz consigo uma realidade ainda não elaborada. tamanha a selvageria de sua gênese, que é a incapacidade de aceitação masculina quando se vê deslocado um pouquinho de suas categorias de poder.

Avançando na linha do tempo, as democracias estabelecem direitos de liberdade, igualdade e justiça em abstrato até que haja sua implementação em circunstâncias históricas concretas, em respostas e determinações de novas

---

<sup>93</sup> *Percipienda* é a palavra em latim referente a observação do perito sobre **o fato**, a partir de sua conferência técnica e científica, e sua bagagem respectiva, a fim de determinar um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.

realidades sociais ao longo do tempo, comportando aos Tribunais que reconsiderem e reformulem apagamentos incorporados em concepções prévias do que sejam essas grandes categorias, a partir de conceitos compartilhados e debates públicos informados (Butler, 2024; p.134-135). A noção de gênero, promovida pela categoria aberta de possibilidades do sujeito e cuja elaboração apenas se dá possível nesta quadra histórica, ao serem não elaboradas como um elemento fundamental da política e chave democrática, tratada como “costumes” e/ou “identitarismo”, ou uma variação de feminismo, como se a politicidade e protagonismo que de fato têm na ordem da vida e seus reflexos no poder instituído estruturalmente fossem questões exclusivas da seara privada e íntima, desnecessárias como temas de Estado, deixa o terreno amplo e exclusivo para que seja explorado por quem entenda a grandiosidade do pequeno e do cotidiano, o que costuma ser mobilizado pelas religiões e apropriado mais diretamente como conjunto de linguagens e signos passíveis de reconhecimento imediato entre interlocutores e associações livres, mesmo que frouxas e imprecisas.

Sendo um campo aberto e previamente vetada de debate público amplo, possibilita que distorções conceituais sejam exploradas, e autoriza-se assim a politização sistêmica do tema pela via moral familista, engajando em afetos fascizantes, nutridos como categorias muito próprias do autoritarismo (fascismo “fuzzy”/desfocado), até que ao fim e ao cabo, o pleito de eliminação da existência do “outro” passe a já não importar pela reiteração de quais corpos importam, de quais modos de vida contam como vida válida e de quem seja um “equivalente” para ser em igualdade (Butler, 2020, p. 40-41).

O fenômeno do bolsonarismo brasileiro é uma versão moral da eugenia racial científica, que estava presente nos eugenistas/higienistas de outrora e segue presente agora, sob outros nomes e figuras menos distintas socialmente, o que adere à perspectiva de “massa” e “popular” enquanto “povo” que sustenta retoricamente, para se distanciar das “elites políticas” e se aproximar das dinâmicas religiosas neopentecostais<sup>94</sup>. Por terem identidade homogeneizante, grupos religiosos passam a buscar uma moral única a partir de suas premissas, e assim ocupar as instituições

---

<sup>94</sup> Para a segunda vaga que poderia indicar ao STF, Bolsonaro declarou que teria dois requisitos para ela: que fosse evangélico e que tomasse tubaina com ele. Matéria do G1 de 01/10/2020, disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/01/futuro-indicado-ao-stf-tera-de-ser-evangelico-e-tomar-tubaina-comigo-diz-bolsonaro.ghtml> >. Acesso em 15/06/2024.

laicas sob a analogia dos valores comuns compartilhados, posto que vagos e em abertos.

Essa dinâmica de distorções lógicas de uma racionalidade política dogmática, adotando uma política histriônica de “vereança de interior” tem muita força. Note-se que as personagens protagonistas dos envolvimento mais agudos e respectivos braços, invariavelmente, possuem lastro e capital (político, social, cultural e simbólico [Bourdieu, 2013; p. 162-210]), a partir dessa imagem periférica de *outsider*, de não membro das “elites”<sup>95</sup>, ao estabelecer uma hegemonia semiótica construída por engenharia cultural do sensível, ampla e enraizada na ordem patriarcal como “natural”, que se acomoda, e que segue possibilitando figuras análogas na ordem do “verdadeiros”, “simples”. Porque falam do cotidiano. Sem rodeios. Não deixa de ser uma identidade também se espelhando ali como um equivalente.

---

<sup>95</sup> Essa construção de “elite” discursiva é uma medida retórica populista polissêmica. Uma “elite” e um discurso de oposição avocando representar o “povo” de verdade integra esferas em ambos os polos. As diferenças de mobilização semiótica populista, nesse sentido, fica bem construída no ensaio de Barros e Lago (2022; p. 85-136), que consideram as duas figuras centrais da atualidade no Brasil, Lula e Bolsonaro. Ambos são apontados como “populistas” e mobilizam noções de “povo” e de “elites”, mas como fazem tem diferenças fundamentais. É muito apressado criar uma equivalência sobreposta, ainda que elementarmente ambos sejam cientes de como mobilizar os signos que agregam em suas imagéticas carismáticas. No caso de Bolsonaro em si, a movimentação pelo eixo do rancor, ambicionando uma “purificação” do que seja diferente do que habilitam como sujeitos legítimos, é vocalizada ao declarar a necessidade de “desconstruir” pela compreensão moral ressentida de um perfil único popular, que se insere na lógica da eliminação do adversário. Assim as “elites” também não são pontos fixos nessa dinâmica. Enquanto Lula mobiliza suas origens humildes e atuação como liderança sindical em período ditatorial, enquanto transita como estadista, dado seus méritos, em meios sofisticados institucionais de Estado, Bolsonaro torna sua “exclusão” como parte na “nobreza” da classe política como um feito de “povo como ele é” e indicativo de não compactuar com “esquemas de corrupção”. Enquanto há o elemento de inclusão social aspiracional no discurso de Lula pelo cuidado, no de Bolsonaro a escassez se apresenta como um dado (“*chefe, o Brasil tá quebrado, chefe, eu não consigo fazer nada*”, disse em 05/01/2021 a um apoiador em seu “cercadinho”), e na escassez, nessa temporalidade, o discurso predominante tem sido o de cada um por si e pelos seus. Essas mobilizações estéticas e retóricas se movimentam periféricamente, nas franjas da institucionalidade, não a toa, se vê emulações ressentidas de eixos caros a esse movimento hegemônico, seja na educação (Brasil Paralelo, Olavo de Carvalho, parceiras privatistas a níveis estaduais – vide Paraná e São Paulo – e instituições privadas confessionais), seja na segurança (milícias e polícias), seja na comunicação (Gabinete do Ódio/Abin paralela). A comunicação é um eixo fundamental e também igualmente difuso e não mapeado em detalhes categóricos, com alguma noção de quem e como se dariam a atuação do “gabinete do ódio” que mobilizavam ações digitais contra desafetos políticos de Bolsonaro, e se revela em 11/07/2024 na “Operação Última Milha” da Polícia Federal que a “Abin Paralela”, composta por integrantes políticos do núcleo duro de confiança de Jair Bolsonaro e funcionários públicos de carreira, de fato atuavam na provocação de verdades e caos. De acordo com as notícias, poderão ser indiciados em crimes de organização criminosa, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, interceptação clandestina de comunicações e invasão de dispositivo informático alheio; seria uma rede de espionagem que alcançava inclusive ministros do STF e figuras políticas de alto escalão.

Sobre a Operação Última Milha, disponível em < <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/policia-federal-deflagra-quarta-fase-da-operacao-ultima-milha> >; matéria de 11/07/2024, acesso em 13/07/2024. Sobre a fala no Cercadinho, matéria de 05/01/2021, disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/05/bolsonaro-diz-que-o-brasil-esta-quebrado-e-por-isso-ele-nao-consegue-fazer-nada.ghtml> >. Acesso em 13/07/2024.

A centralidade discursiva de “deus, pátria, família” utilizada resgata uma movimentação de proximidade popular em movimentos que reafirmam posições associativas estanques de papéis sociais, desde “*meninas vestirem rosa e meninos vestirem azul*”<sup>96</sup> até a própria ordem hierárquica de ocupação de espaços que estabeleçam verdades e que reflitam deslocamentos de poder.

Num mundo em que o consumo é gendrado, em que itens culturais (livros, alimentação, vestuário, brinquedos, personagens, cinema, música,...) são associados binariamente como compatíveis na ordem cotidiana, não deveria ser desprezado como centralidade política e seus efeitos o fato de que ela em si, a política, de modo amplo, é também uma associação fantasmática de forma de consumo com públicos-alvo, e ela em si opera numa dinâmica já estruturantemente sob essa verdade.

Jair Bolsonaro tem a preferência do eleitorado masculino e violento (e há outros fatores antropológicos desse público que o explicam nessa posição, por óbvio, mas esse tem se apresentado o principal eixo [Pinheiro-Machado; 2019, p. 95-190]), relacionados a essa disputa de poderes e correlações diáfanos, fundamentalmente porque representa um signo ideal de masculinidade naquilo que não possui reprovabilidade social em condutas morais tão agudas, senão na retórica – por exemplo, reprovam violência doméstica e argumentam em prol das crianças, mas uma busca rápida *online* bem como pesquisas acadêmicas quali-quantitativas mostram que abusos sexuais e violências dessa natureza ocorrem na domesticidade e em ambientes de socialização familiares, como templos religiosos; em escolas há incursão violenta a partir de figuras masculinistas em determinadas redes sociais de anonimato e *games* para cometer chacinas, fenômeno recente no Brasil a partir das políticas de armamento populacional (Cara; 2023).

O discurso do bolsonarismo que afeta o cotidiano é impulsionado por um ódio residual e presente nessas disputas e ansiedades sexuais, e chegaram na domesticidade quando mulheres passaram a ter uma legislação protetiva da violência nesse espaço privado, e também quando passaram a ter mais autonomia financeira e serem vistas nos espaços públicos como autoridade hierárquica, inclusive na

---

<sup>96</sup> Ao assumir como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, que também é pastora evangélica e advogada, diz na solenidade que “*o Estado é laico, mas essa Ministra é terrivelmente cristã*” e na sequência, para apoiadores, com uma bandeira de Israel lateralizada, manifesta que “*nova era começou no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa*”.

Para o trecho gravado, a matéria de 03/01/2019 disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> > ; acesso em 17/06/2024.

Presidência (Denora; Alves, 2015; p.100-117). A confusão de espaços privados e públicos e demandas a partir de outras referências provocaram reações masculinistas, que ironicamente afirmam defender o que atacam.

O que inicialmente ocorreu como hipótese teórica nesta tese passou a ser corroborado pelos dados consolidados em amostragem revelados via metaespaço. Fica demonstrado que a violência de gênero, sobretudo contra a mulher, segue imbricada como conduíte fundamental de dinâmicas políticas fascistizantes.

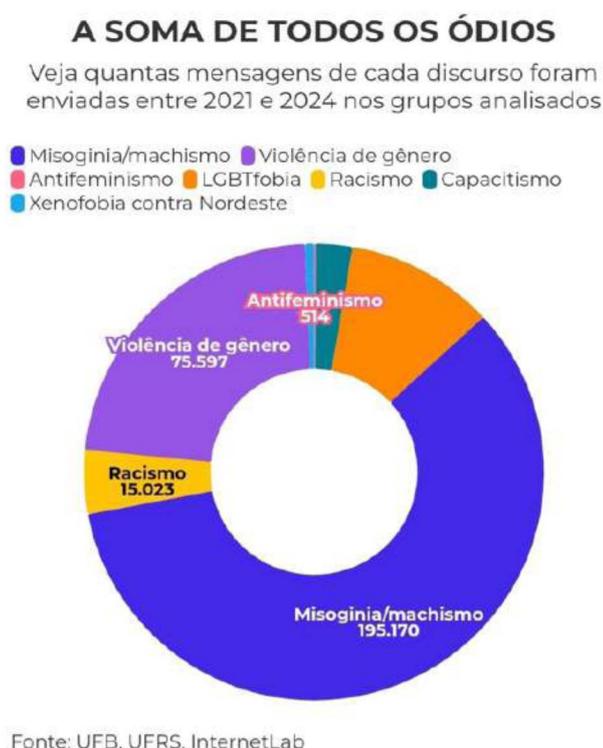
Dados apreciados pelo LABHD/UFBA (Laboratório de Humanidades Digitais – Universidade Federal da Bahia), em parceria com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e apoio do InternetLab (centro de pesquisa de Direito e tecnologia) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), divulgado pelo Uol (Declercq, 2024)<sup>97</sup>, revelam em amostragem, que entre 2021 e 2024 os pesquisadores, ao acompanharem e analisarem qualitativamente mais de 330 mil mensagens enviadas em mais de 1.000 canais e 400 grupos frequentados por brasileiros no *Telegram*, resultou que 271.281 mensagens enalteciam a violência contra mulheres, o antifeminismo e o machismo, contra 60.216 reproduzindo discursos de ódio contra outros grupos. Há uma sensível diferença numérica nessa pauta, ficando mulheres e posturas antifeministas (associativas, como estamos desenvolvendo aqui) na centralidade absoluta do tom do discurso – e submetidas às violências inerentes. O *Telegram* é uma espécie de *Whatsapp*, aplicativos de mensagens, mas com funcionalidades que resguardam a identidade de seus usuários, expediente oportuno para influenciadores famosos se comunicarem com o público sem atenuar o discurso, como fazem no *YouTube* (este que acaba contendo a versão “moderada” de alguns discursos...).

---

<sup>97</sup> Por ocasião da matéria referenciada, de Marie Declercq, que saiu após a qualificação desta tese, entrei em contato com a Coordenação do LABHD/UFBA solicitando a possibilidade de compartilhamento dos dados ora referidos, ocasião que me enviaram, na data de 14/04/2024, artigo já aprovado mas ainda não publicado, com o relatório da pesquisa e os dados referidos aqui. Por estar no prelo, solicitei a não divulgação do texto em si, autorizando o uso dos dados. Por compromisso e responsabilidade ética, desde já citamos as e os pesquisadores envolvidos, ali apontados como Leonardo Fernandes Nascimento (Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais [PPGCS] e coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais [LABHD] da Universidade Federal da Bahia [UFBA]); Paulo de Freitas Castro Fonseca (Professor do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação [ICTI]); Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (Professora-Adjunta no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social [PPGAS] da UFSC, e membro do LABHDUFBA); Rosana Silva Moore Wedderburn (Doutora em Sociologia e pós-doutoranda [CNPq] no LABHD/UFBA); Tarssio Brito Barreto (Analista de dados sênior [Bit Analytics] e membro do LABHD/UFBA); Juciane Pereira de Jesus (Cientista Social, mestranda em Sociologia no PPGCS e membro do LABHD/UFBA).

Os ecossistemas digitais se comunicam entre si a partir de produção de conteúdo nichada a cada plataforma e seus algoritmos, e se remetem a partir das bolhas que criam. No *Youtube* há a sugestão de canais similares radicalizadores em crescendo, operando pela lógica de redutos homogêneos (Fisher; Taub; 2019).

Ainda pelos dados trazidos na pesquisa apoiada pelo CNPq e InternetLab, o gráfico apresentado na matéria tem ausências de informações referente a números para melhor compreensão dos fenômenos. De modo que conseguimos organizar e sistematizar as informações e cálculos como seguem.



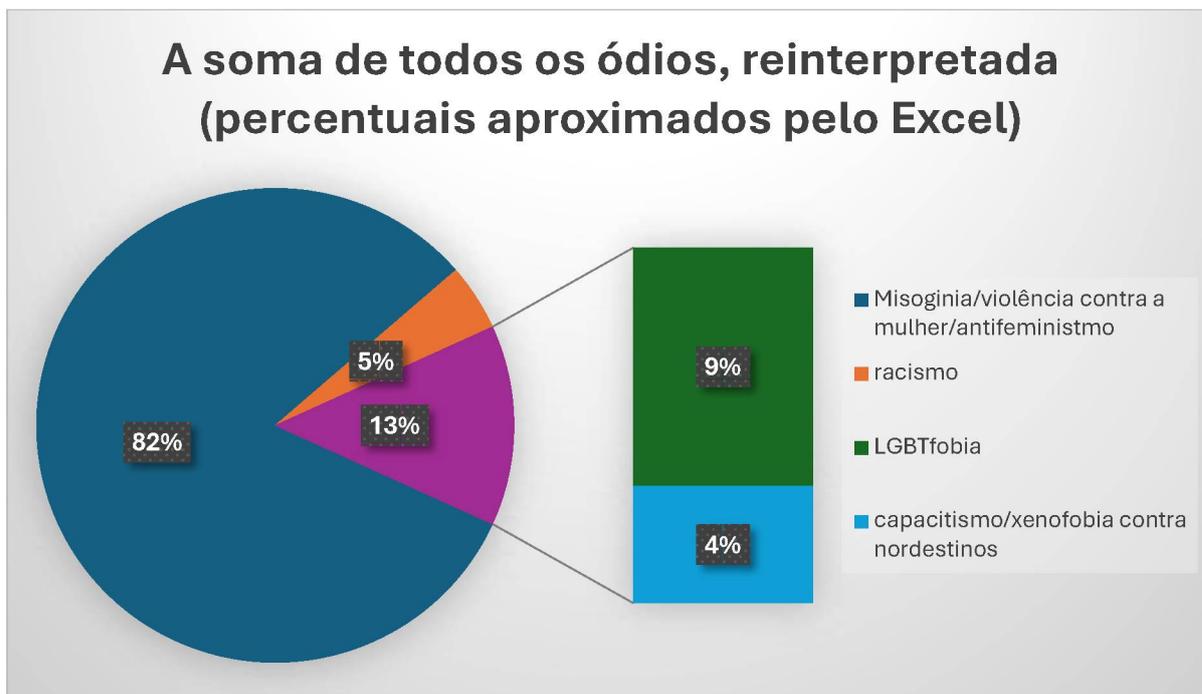
Fonte: reprodução de imagem de redes sociais da jornalista divulgadora da pesquisa (@vieneinpace no X). Optou-se por manter no original a fim de adequação sequencial.

O gráfico apresentado acima tem algumas inconsistências, superáveis pela interpretação da imagem e explicação matemática sequencial, e reelaboração da informação aqui.

- A. No período de 2021 e 2024 apurou-se um total de 331.497 mensagens de ódios (100%);
- B. Esse total é subdividido em misoginia/machismo (195.170; 58,87%); violência de gênero contra a mulher (75.597; 22,8%) e antifeminismo

(514; 0,15%; a linha tímida entre xenofobia e capacitismo), totalizando 81,8% (271.281) da fatia.

- C. Dos 18,2% remanescentes, racismo tem a fatia de 4,53% (15.023) do total.
- D. Fica em aberto 13,67%, contabilizando a 45.316 como totalidade.
- E. Para a matéria, foi considerada violência contra a mulher (75.597), misoginia (195.170) e antifeminismo (514), e não de gênero em amplitude, uma vez que a fatia LGBT+ (em laranja) não está numerada em quantidade, possível de compreensão de seja maior que racismo (4,53%) pelo percentual e área que ocupa;
- F. Xenofobia e capacitismo ocupam, somadas, área próxima a de racismo, sendo que xenofobia e racismo são grupos categóricos muito próximos.
- G. Se, para fins de didatismo aproximado, considerarmos o percentual somados de xenofobia e capacitismo como equivalente ao de racismo, temos uma aproximação de 30.000 mensagens LGBTfóbicas, logo em aproximação percentual de 9,15%. LGBT+ é um grupo passível de integração em violência de gênero, ainda que seja importante a distinção de agrupamento;
- H. Logo, de modo amplo, é possível afirmar que 81,8% das mensagens de ódio são contra as mulheres, enquanto 9,15% são contra a comunidade LGBT+, totalizando a destinação do ódio em ambientes virtuais numa média de 90,95% para gênero.
- I. Abaixo, o gráfico em pizza feito por nós a partir das explicações acima.



Fonte: adaptação dos dados feita pela pesquisadora, em gráfico próprio.

A centralidade política da pauta de gênero é dissipada e difusa, se proliferando em temas conexos e ganhando tração pelo ódio, como fica demonstrado também via de dados quantitativos por outros pesquisadores. Quando se fala em discursos de ódio digital e *fake news*, não há como desvencilhar da pauta de gênero.

Discursos de ódio e *fake news* são elementos de um fenômeno mais amplo cunhado na pós-verdade. Rodrigo Seixas (2019) traz algumas considerações sobre essa distinção e o apelo retórico dos usos políticos desses elementos contemporâneos, explica que a pós-verdade é o qualificativo das circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na opinião pública que os apelos emocionais e as crenças pessoais, de modo que não seja um sinônimo apenas de *fake news*, mas de “convicção”, vez que, falsas ou verdadeiras, as informações são divulgadas ou excluídas a partir de sua adequação às crenças e valores subjetivas do receptor, não sendo a veracidade um critério, inserida numa racionalidade instrumental pragmatista e utilitarista, que configura a cognição e a retórica dos sujeitos que ele entende como causa do fenômeno. Seixas conclui que a noção de pós-verdade apresenta maior complexidade que o mero sinônimo de “mentira”, na medida em que se refere à indisponibilidade dos sujeitos à persuasão, devido ao caráter sólido de suas próprias crenças e convicções, uma vez que é elementar do sujeito e seu reconhecimento de si. Renunciar a uma verdade é renunciar a si mesmo e à sua identidade, às suas

formas de vida e existência no mundo, de acordo com sua arguição. Nesse sentido, há no sujeito o desejo por uma verdade determinada, e por sua checagem factual com os sentidos a ela atribuídos, porque inseridos numa dinâmica principiológica de compartilhamento de valores e crenças que deflagraria uma racionalidade axiológica como princípio da formação das opiniões políticas em detrimento de quaisquer outras razões.

Temos acordo a essa leitura de observação da racionalidade que situa tal comportamento, uma vez que em nossa compreensão trata-se da racionalidade neoliberal que trataremos adiante, ainda que passível de problematização a associação reversa que se verifica de que, por ser “gênero” e antifeminismo o eixo de pós-verdade mobilizador de *fake news*, aos democratas inseridos sistemicamente e operantes pela lógica institucional há a presunção inerente de que o tema em si seja menor e desimportante – porque abordado por figuras menos republicanas. Esse é precisamente o argumento de Nunes e Traumann (2023) que, em *Biografia do Abismo*, cujo subtítulo diz “*como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*” defendem, a partir da leitura dos dados da Quaest, entre 2021 e 2022, as preocupações para a pacificação devem se dar na via econômica. É um texto que sai de um ponto fixo e quer dar uma resposta para confirma-lo como correto, elegendo a economia como categoria de análise política, mas partindo dos critérios pré-estabelecidos de uma economia engessada a partir dos pressupostos masculinistas que a fundamentam, como se fosse apenas a economia e a crise econômica que “divida” o Brasil, e não esta apenas uma forma de linguagem e interpretação. Ao observar os avaliadores da proposta, absolutamente todos eles – os economistas, os cientistas políticos e os coletadores de dados – são homens. Agradecem às parceiras porque “família”, e ainda que aparentemente os tenham sabatinado, não se verifica que tenham questionado o método. Interessantemente a “biografia” pretendida passa por afetos e sentimentos em seu terceiro capítulo, e o ecossistema de comunicação política no primeiro, mas enquanto elementos dispersos. A centralidade, defendem, é econômica, de resto “deixem disso que menor”. Há uma confusão deliberada de economia e afetos, moral, e uma escolha de afastar os elementos imateriais como se menos irrelevantes, ainda que percebidos como presente.

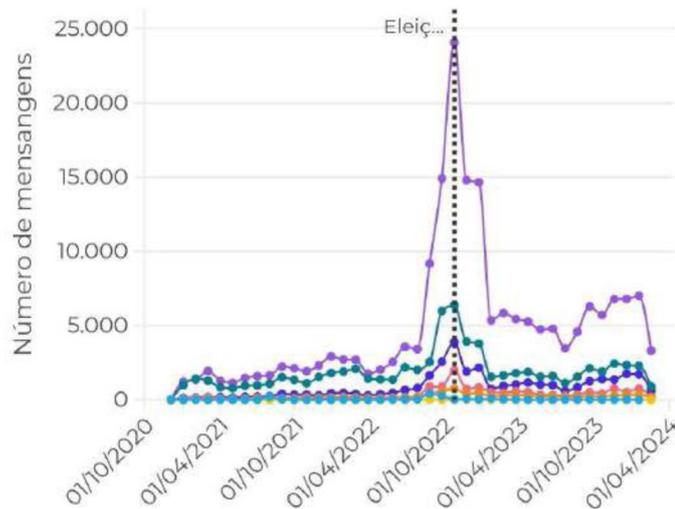
Pois não é elemento menor. É central. E deve ser colocado assim.

Esclarecidos esses conceitos, retomemos aos dados ainda referentes a mesma pesquisa quali-quantitativa referida, através da análise de ecossistemas digitais de radicalização, em períodos eleitorais, que destaca que os picos nos discursos de ódio e violência contra as mulheres atinge níveis elevadíssimos e em desconexão com a constância das demais violências discursivas digitais.

### O TAMANHO DE CADA HATE

Misoginia, violência de gênero e antifeminismo formam o tripé do ódio às mulheres no Telegram

■ LGBTfobia ■ Misoginia/Machismo ■ Racismo  
■ Capacitismo ■ Antifeminismo ■ Violência de gênero  
■ Xenofobia ao Nordeste



Fonte: [UFBA](#), [UFSC](#), [InternetLab](#)

Fonte: reprodução de imagem de redes sociais da jornalista divulgadora da pesquisa (@vieneinpace no X).

Se em 2010 aborto foi o tema eleitoral presidencial paralelo e 2018 a pauta esteve em “ideologia de gênero”, já como central, entre 2010 a 2018 essas articulações associativas de temas e pautas “woke” vinculadas à esquerda, a quem também se vinculava corrupção e criminalidade, além de “amoralidade”, passaram a aprofundar diferenças de polaridades políticas por equivalência a partir desse catalisador discursivo, de modo que em 2022 o pico se revela com clareza.

Argumentos conservadores nesse sentido estavam colocados e circulando a partir de figuras proeminentes e em espaços importantes, ditos por figuras mais distintas do que Jair Bolsonaro e seu entorno delirante, como o então Ministro do

Tribunal Superior Eleitoral, Ives Gandra Martins Filho, que em 2010 defendia que a função matrimonial seria a de gerar e educar filhos e que a mulher deve submissão ao homem<sup>98</sup>. Enquanto Governador de São Paulo, João Doria (PSDB) em 2019 declarou, ao cancelar distribuição de apostila de ciência que falava sobre diversidade sexual, que não aceitaria “*apologia à ideologia de gênero*”<sup>99</sup>. Em 2020 após o STF declarar inconstitucional, na ADPF 600, alteração na Lei Orgânica do Município promovido pela Câmara de Londrina/PR, pelo então vereador Filipe Barros (seguida por outros municípios do Estado), que proibia o ensino de “ideologia de gênero”<sup>100</sup>, o deputado estadual paranaense Ricardo Arruda propôs na Assembleia Legislativa do Estado, legislação com teor análogo, agora a nível estadual; não obstante não defina o que seja “ideologia de gênero”, justifica a proposta arguindo que

**[...] a doutrinação ideológica vem acontecendo diariamente em nossas escolas e são professores e até mesmo autores de livros didáticos se utilizando de sua audiência cativa para atrair mais estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas [...] é preciso prevenir a prática da doutrinação política e ideológicas nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.**<sup>101</sup> (*grifo nosso*)

Longe de ser um tema paroquial, ainda em 2019 o então Presidente Jair Bolsonaro solicitou que seu Ministério da Educação elaborasse projeto de lei sobre a proibição de “ideologia de gênero” nas escolas<sup>102</sup>; e com o argumento de defesa da família, promovido pela então Ministra da Mulher e dos Direitos Humanos Damares Alves e a Secretária Nacional da Família, Angela Gandra, que defendiam a família patriarcal heteronormativa e o combate à “ideologia de gênero” internacionalmente<sup>103</sup>,

<sup>98</sup> Matéria disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/cotado-para-o-stf-ives-gandra-filho-defende-submissao-da-mulher-ao-homem/420545732> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>99</sup> Matéria disponível em < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>100</sup> O Min. Barroso já suspendera liminarmente a legislação, em 2019. Para a íntegra da decisão, consulta em < <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5733808> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>101</sup> Matéria disponível em < <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/avanca-projeto-que-proibe-a-ideologia-de-genero-nas-escolas-do-parana-3219326e.html?d=1> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>102</sup> Matéria disponível em <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-preparar-pl-que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas/> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>103</sup> Em estudo analisando a política externa do Governo Bolsonaro, pesquisadores apontam a modificação da postura do Brasil internacionalmente, priorizando o protagonismo e acesso de pautas conservadoras evangélicas nesta arena, que era articulada pela pauta de “ideologia de gênero” em “prol da família” (Monte; Hernandez; 2022); esses entendimentos centrais no fazer político e na posição internacional do Brasil sempre foram expostos como assim o sendo. Relevante nesta percepção a seleção de atos públicos compiladas em livro do então Ministro das Relações Exteriores,

enquanto o Brasil liderava o Conselho de Genebra, assim nomeado e divulgado, que consistia numa agremiação diplomática paralela de países que adotaram posturas conservadoras a respeito de direitos reprodutivos e sexuais; por ocasião da troca de governo federal em 2022 fora anunciado pela imprensa tradicional que o Brasil deixava a “aliança internacional antiaborto”<sup>104</sup>, transmitindo à Hungria de Órban o protagonismo<sup>105</sup>.

Questões que envolvam aborto e pessoas trans são questões diferentes, como são diferentes questões que envolvam feminicídio, violência doméstica, violência política eleitoral contra mulheres, assédio sexual, discriminação, união homoafetiva, e controle estatal sobre educação e respectivas diretrizes. No entanto, sob a égide da “ideologia de gênero”, que absorve esses temas, cria-se um novo referencial jurídico para atacar a própria ideia de novas formações históricas de liberdade e igualdade, com o escopo de restringir a liberdade em favor da restauração da ordem patriarcal através das instituições estatais, em favor de finanças corporativas e da moral religiosa, impedindo que haja o reconhecimento de liberdades coletivas (incluindo as que garantem justiça reprodutiva e racial, igualdade e liberdade de gênero) destruindo programas e políticas públicas que possibilitem a expansão da autonomia sócio econômica desses mesmos grupos (Butler, 2024; p.136-137).

Se matérias tão diversas se reúnem numa formação retórica conspiratória de “ideologia de gênero”, seria o caso de resolver a questão esclarecendo ao debate público do que se trata, uma vez que teorias da conspiração não são novidade, nem são novidade as figuras anti intelectuais que as promovem. O que desmobilizaria, em tese, essas modalidades de corrosão institucional.

---

o diplomata Ernesto Araújo (2019). Na obra, entre textos, discursos e aparições institucionais, constam 118 menções a “ideologia/s” e destas, 10 correspondências exatas a “ideologia de gênero”, e 14 a gênero. As menções devem ser trianguladas, mas todas estão sobrepostas indicando esse conglomerado que implica na “decadência de valores judaico-cristãos”.

<sup>104</sup> Para as matérias sobre o Consenso de Genebra < [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra) >; < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2023/01/18/o-que-pode-mudar-com-saida-do-brasil-de-alianca-antiaborto.htm> >; < <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministra-da-saude-revoga-portaria-de-bolsonaro-que-impunha-obstaculos-ao-aborto-legal/> >; < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/consenso-de-genebra-brasil-transmite-a-hungria-a-lideranca-do-grupo-de-paises-que-defendem-a-vida-desde-a-concepcao> >; < <https://www.nexojournal.com.br/externo/2023/09/12/Como-entidades-jur%C3%ADdicas-cat%C3%B3licas-atuam-contra-o-aborto> >; < <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/05/12/ao-lado-de-ditaduras-brasil-promove-expansao-de-lobby-antiaborto-no-mundo.htm> >; < <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/brasil-assume-lideranca-de-alianca-internacional-antiaborto.shtml> >. Acesso em 15/11/2023.

<sup>105</sup> Mota, 2022. Matéria pela BBC Brasil. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60396883> >. Acesso em 15/06/2024.

Mas não tem sido assim, e essas caricaturas de significações distorcidas entraram para o debate de conceitos e ganharam essa projeção e potência mobilizadora, expondo a politicidade do Direito e das cortes que o dizem.

O que mudou, afinal? O que tornou o debate público contaminado e descontrolado, alterando a percepção de espaço e tempo no cotidiano? Mudou a forma como intermediamos a comunicação e a linguagem, o que se revela em como os ódios são disseminados e a quem os ódios são direcionados. O alvo, o “inimigo”, está declarado. A nós cabe compreender.

### 3.2 A ÁGORA DIGITAL: A FRONTEIRA VIRTUAL DO PODER

*“As revoluções das sociedades sempre envolvem também a alteração de nossas concepções de espaço”.*  
Schmitt em *Terra e Mar*

Tanto em *Terra e Mar* ([1942] 1986) quanto em *O nomos da Terra* ([1950] 2014) Schmitt se debruça sobre as noções de território, de espaços físicos em que se exercem organizações jurídico-políticas e culturais pelos povos europeus e seus referidos impérios regionais. Schmitt foi um sujeito da modernidade, porém iliberal e antimoderno. E religioso. A noção de povo e identidade que avoca baseada na diferença é onde dispõe a possibilidade discursiva de, através da diferença, se posicionar como superior, e na determinação do inimigo para legitimar a guerra e a conquista expansionista pelos Estados – não na concepção de Estados que temos agora pelo advento constitucional moderno pós internacionalização de direitos humanos, mas pela designação de povos e identidades comuns diferenciadoras via monarcas, eurocentrada e colonialistas. A sofisticação da teoria política de Schmitt, ainda quando seja elaborada sustentando a necessidade de, com o escopo da identificação da soberania – e a soberania na figura do monarca, o enviado corpóreo de Deus (2006, p. 100-122) e aquele que decide pela exceção (2006, p. 7) – segue sustentando a valoração do imaterial como teologia política dos espaços seculares.

A avocação do argumento de “império” pode ser lida ainda em Schmitt como uma alegoria de estratégia expansionista, ou pela literalidade de sua defesa estrutural do Reino/Estado pré-moderno e com a centralidade monarquista e religiosa. Sustenta que a obra de Heidegger, o conceito de *Dasein* como “ser no mundo” e num tempo relacional do sujeito com sua temporalidade, seja teologia secularizada – a de

Heidegger, não a dele (2006, p. 122), uma forma de os Estados, agora se dizendo repúblicas e laicos, inserirem valores imateriais nas suas estruturas de formalidade, com aberturas interpretativas baseadas em preceitos de moralidade religiosa.

A carga axiológica política presente discursivamente também na modernidade liberal segue sendo um caminho observável de possibilidades de corrosões quando a presença de um esoterismo tradicionalista patriarcal análogo ao que Schmitt descreve, ganha tração: o discurso de “sangue e solo”. Tal discurso lastreia um movimento que se designa filosoficamente como Tradicionalista/Perennialista, e entendem que o momento ideal de sociedade é o pré-moderno. Um agrupamento de figuras que combinam fés e misticismos com leituras próprias de fatos históricos e da geopolítica – se inicialmente caricaturais e conspiratórias, ao misturarem profecias e aceleracionismo<sup>106</sup>, revisitações como a tese da “Grande Substituição”<sup>107</sup> deixam de ser clinicamente delirantes quando passam a ser conteúdos compartilhados como verdades por uma coletividade significativa de pessoas, que pela via da corrupção moral da sociedade, sustentam suas razões. Os corruptores da moral são os materialistas ambiciosos, as elites liberais, o luxo, as mulheres que não são mais “belas, recatadas e do lar”, que não querem mais constituir “família” devido aos ideais feministas e abortistas, e a comunidade LGBTQ+, desrespeitosos com seus santuários e signos<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> Aceleracionismo é uma teoria marginal das franjas da internet que sustenta tecnologias sem controles e ampliação aguda e rápida para antecipar o fim desse momento capitalista e fomentar modificações sociais de superação. Atrai como regra homens de extrema direita e homens de extrema esquerda e stalinistas.

<sup>107</sup> A tese da “grande substituição” é uma tese racista, equivalente às teses de eugenia científica do período nazista. Trata-se de movimento extremista global que vem crescendo rapidamente na *internet*, avocando para seus membros a autoria de diversos atentados e chacinas. Sustenta que os europeus estão sofrendo o que chamam de “genocídio branco”, cujo princípio central é de que os povos europeus serão extintos e substituídos por imigrantes de outras culturas, inferiores e perigosas. Sendo assim a forma canalizada de reação violenta daqueles que sentem que o mundo está mudando em uma direção que não os beneficia. À medida que o mundo avança, perdem *status* e se conscientizam de que há pessoas acima deles e pessoas abaixo deles. Como são supremacistas, acreditam que há uma hierarquia racial no mundo na qual o topo deve ser ocupado por eles. Foi introduzida em 2010, sob estes argumentos, pelo escritor francês de extrema-direita Renaud Camus após a publicação de seu livro homônimo. Matéria de 16/05/2022. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61473291> >. Acesso em 25/04/2024.

<sup>108</sup> Sobre a peça representada por um Jesus travesti, que foi judicialmente proibida, matéria de Joana Oliveira (23/07/2018), disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217\\_501094.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html) >. Sobre a campanha de censura digital promovida pelo MBL que fechou exposição em Porto Alegre, do Santander, texto de Heloísa Mendonça (13/09/2017), disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html) >. Ambos via El País Brasil, acesso em 15/06/2024.

Os Tradicionalistas atuais, ao arguirem sobre “sangue e solo” enfatizam a conexão entre a etnia e a reprodução (sangue) e a terra (solo). Tal argumentação é frequentemente associada ao nacionalismo étnico, à xenofobia e ao racismo, por sustentarem a ideia de que uma nação é definida pela homogeneidade étnica e religiosa, bem como pela posse da terra, na exata mesma toada já ocorrida na história.

Este conceito eugênico de superioridade racial ganhou destaque principalmente durante o século XIX e início do século XX, particularmente na Europa, sendo utilizado por movimentos nacionalistas e fascistas. O fundamento do discurso “sangue e solo” geralmente envolve argumentos de que uma nação ou povo tem uma identidade inerente que está enraizada na sua ancestralidade étnica (sangue) e na sua ligação com a terra onde habita (solo), e visa retornar ao tempo dessa “tradição” vinculada a seu regime moral de fé, em que a “ordem”, uma noção bucólica e romantizada da vida, se encaixava num mundo cognoscível romantizado e compreensível por esses homens como “correto” e “normal”, sobretudo porque o estabelecimento religioso moralizante de controle é patriarcal.

As aspas na contextualização não são indicativas de ironia pela nossa lavra, senão destaques sobre os significados que tais vocativos de linguagem passam a reverberar em grupos que reabilitam tais termos e mobilizam significados não comuns a partir de uma palavra. “Tradição”, “ordem”, “correto”, “normal”, “moral”, “corrupção”, “valores”, “família”, “povo”, “deus”, passam a ter significações muito próprias dentro de alguns grupos e referenciam categorias conceituais, ativam dispositivos de ação associativos nesses agrupamentos que se colocam como “tradicionalistas” e então Tradicionalistas: em senso comum e em minúsculo indicaria um sujeito conservador que se vincula a posturas mais “à moda antiga”, entretanto, em maiúsculo, se torna uma sobreposição estruturada de escola espiritual e filosófica que se opõe à Modernidade (sendo a Modernidade entendida por eles como o período demarcado de 1800 em diante), quando diagnosticam que, em sua compreensão própria de tempo e sociedade (e modernização/entendimento de progresso), implicou-se o recuo da religião pública em favor da racionalidade cartesiana, o que corresponderia a um enfraquecimento do simbólico em favor do literal e a um interesse decrescente de coisas que não sejam materiais, quantificáveis, como o espírito, as emoções, a metafísica e o sobrenatural (Teitelbaum, 2020, p. 19-28).

Nos apelos a generalizações e nas misturas pouco zelosas de conceitos e categorias, atravessando posturas antimodernas, noções do tempo via *dasein*, uma

tradição imperialista patriarcal idealizada, misticismo e espiritualismo reverberam em respostas sobre si, que passam a ser buscadas em credos identificando propósitos e acolhimento de grupos que se sentem excluídos e desprestigiados pelos avanços do “progresso”. Estruturam seus próprios conhecimentos e referenciais teóricos em paralelo e espelhamento daqueles locais que se dizem “excluídos”, como escolas e universidades, ecossistemas comunicacionais e de influência. Eles criam uma racionalidade e cultura própria e paralela que se alimenta das institucionalidades formais e nutrem seus fundamentos em sentimentos e “valores”, que são adaptáveis e moldáveis, passíveis de vinculação em apêndice, a dimensões factuais múltiplas.

Esses sujeitos que se sentem “fora” das demandas atuais e atraídos por esses discursos tendem a ser homens que “na vez deles” as regras do jogo passaram a ter algumas modificações e colocaram algumas camadas de “dificuldade” de acesso (como pedir qualificação mínima ou reconhecer a competência de mulheres e pessoas racializadas para ocupar posições que antes eram exclusivamente de acesso a eles porque a legislação impedia, dado o prestígio de estratificação social), e encontram nos discursos tradicionalistas, dada a hierarquização que desenham, identidade gregária, socializando virtualmente em comunidades *online*, jogos coletivos, redes como *Discord*, *Chans*, e demais locais de comunicação anônima e não anônima. Antes isolados em seus rancores e frustrações não elaboradas, encontraram coletividade no metaespaço digital. O mesmo metaespaço territorial que se professam ódios em discursos pela pauta de gênero. Essa não é uma coincidência, senão uma repetição de atores com variação de grau do quanto.

De acordo com Teitelbaum, que acompanhou figuras dessa pára-doutrina e pesquisou suas correlações teóricas, fundamentos e interconexões, dispõe que a hierarquia social do Tradicionalismo opõe abstrato e concreto, espírito e corpo, qualidade e quantidade. A noção de tempo é mensurada por outras perspectivas, por ciclos do que seria justo na perspectiva desse grupo e da conseqüente deterioração de períodos.

A idade de ouro é a dos sacerdotes; a de prata, dos guerreiros; a de bronze, dos comerciantes; e a sombria, dos escravos. Em cada idade, a casta predominante dita sua visão de cultura e de política para o restante da sociedade. Por exemplo, na idade de ouro, o governo seria uma teocracia, com a autoridade religiosa e a arte devocional valorizadas acima de todo o resto, enquanto as idades subsequentes testemunhariam a ascensão do Estado militar, da plutocracia e do governo dos mais ricos. Na idade sombria, por fim, um reinado de

quantidade dá poder político às massas na forma de democracia ou de comunismo. [...] Esses são os fundamentos sobre os quais a maioria dos Tradicionalistas à direita concorda [...] (Teitelbaum, 2020; p. 22)

Os Tradicionalistas possuem uma forte percepção gramsciana de como criar hegemonia a partir de identidade equivalente a seitas (como inclusive Umberto Eco traz sobre o sincretismo do fascismo desfocado), da construção de líderes e de figuras que possuem alguma “predestinação” de “escolhido”<sup>109</sup>. Utilizam, nos círculos mais “cults”, como referencial teórico fundamental as publicações de René Guénon e Julius Evola para se posicionarem politicamente à direita.

Evola é um italiano que fixa as bases conceituais do Tradicionalismo como uma *“ferramenta para defender o europeu nativo”*. Além da hierarquia com a espiritualidade no topo e o materialismo como base, Evola propõe que raça também ordena os seres humanos, sendo que os mais brancos e arianos constituem o ideal histórico, acima daqueles com a pele mais escura – semitas, africanos e outros não arianos. Os arianos não são meramente “o povo alemão”. Essa seria uma simplificação do conceito, que necessariamente demanda entrelaçamento das hierarquias. Conforme segue explicando Teitelbaum:

Entre as hierarquias que ele [Evola] prestigiava estavam, ainda, **as que colocavam masculinidade acima da feminilidade**, o Norte geográfico acima do Sul e até uma que prescrevia posturas corporais e olhares [...] **a espiritualidade, a Antiguidade, a raça branca ou ariana, a masculinidade, o hemisfério Norte, a adoração ao Sol e a hierarquia social estão todos entrelaçados. Ter uma relação autêntica com qualquer um desses elementos implica aderir a todos.** Foi nisso que se baseou parte do entendimento de Evola da história: ele **acreditava que arianos descendiam de uma sociedade patriarcal de seres etéreos e fantasmagóricos que viviam no Ártico, cuja virtude fora decaindo conforme migravam para o Sul e se tornavam encarnados.** Alternativamente, outros viam na modernidade a ascensão de uma idade sombria na qual **democracia e comunismo resultavam de um desprezo generalizado pelo passado e de uma fé proporcional no futuro;** na qual a política focava a economia, a população escurecia devido à migração do Sul para o Norte e **o feminismo e o secularismo forjavam uma cultura**

<sup>109</sup> Como presidente eleito, Jair Bolsonaro participa de culto com Silas Malafaia. Na ocasião, diz que seu compromisso é com os *“valores da família cristã”* e que *“Deus não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos”*. Com frequência usa o seu segundo nome “Messias” como indicativo desse lugar de “escolhido”. Matéria de 30/10/2018, disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/30/bolsonaro-diz-em-culto-nao-ser-o-mais-capacitado-mas-deus-capacita-os-escolhidos.ghtml> >. Acesso em 25/06/2024.

**que celebrava o hedonismo sexual e a desconsideração caótica por qualquer tipo de limite.** (Teitelbaum, 2020, p. 22-24) [*grifo nosso*]

O que o Tradicionalismo a partir de Evola oferece é um relato da história e da sociedade que aborda uma vasta gama de ideais e movimentos modernos como inter-relacionados e igualmente desprezíveis. Tal dispõe contradições de categorias de divisões por outras matrizes de racionalidade política. Ao mesmo tempo que entende o capitalismo como origem de males do espírito, o negando, também nega sua oposição em comunismo igualmente massificado e capitalista, anti-cristão, e endossam, ambos os sistemas, capitalismo e comunismo, uma visão de mundo cristã (o referencial é o deles) que trata o passado como pecado e o futuro como salvação, quando afirmam que todos são iguais perante Deus – a igualdade perante a Deus, e a consequente igualdade material, é origem dos dissabores e questionamentos deste grupo e de suas atualizações contemporâneas. Defendem a diferença, não como diversidade, mas enquanto hierarquia – desde que eles decidam quem é superior. Se opõem à separação entre Igreja e Estado, enquanto condenam o feminismo moderno, que expressa ideais semelhantes a estes de igualdade. O Tradicionalista é obrigado a resistir a tudo ao máximo que ele (a maioria é homem)<sup>110</sup> puder (Teitelbaum, 2020; p. 24).

Essa percepção fenomênica da tendência masculinista, de se posicionar a partir de discursos inflamados e numa retórica de guerra e tropa pode ser concêntrica pela via gendrada a sujeitos que se posicionaram pelo discurso do trabalhismo, do povo comum, por exemplo, representantes da classe trabalhadora porém num viés conservador nos “costumes”, como foi com o candidato a presidente pelo PDT em 2018 e 2022, Ciro Gomes, que entre viagens a Paris e Harvard, manifestou que o momento político de então seria para “testosterona”<sup>111 112</sup>, e relevou, até quanto fora

---

<sup>110</sup> Bannon, atento ao público majoritário masculino, declarou em entrevista que passou a agregar lideranças mulheres que, diante das vulnerabilidades familiares geradas pela covid, passaram a construir demandas femininas – e feminino aqui é um lugar hierarquicamente inferior na ordem patriarcal “natural”. Vide Anexo 6.

<sup>111</sup> Em matéria de Estadão Conteúdo, de 19/10/2017. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/brasil/momento-e-de-testosterona-diz-ciro-sobre-candidatura-de-marina> >. Acesso em 28/02/2024.

<sup>112</sup> Matéria de Carlos Madeiro, de 22/07/2024, acessada em mesma data. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/07/22/ciro-se-une-bolsnista-contr-pt-no-ceara.htm> >.

possível o apoio do grupo extremista neofascista “Nova Resistência”<sup>113</sup> <sup>114</sup> nos quadros do partido (a Nova Resistência tem fundamento duguinista e conta ainda com o outrora comunista Aldo Rebelo [Sacramento, 2022]). Tal menção é importante haja vista que a sobreposição de pautas tradicionalmente vinculadas à “esquerda” é uma associação utilizada pelos grupos que chamam gênero de “ideologia”, mas essa não é uma correspondência *sine qua non*. A esquerda, de fato, não é “woke”, sobretudo se mantida ortodoxa (Neiman, 2024). Há uma confusão de pautas que torna a realidade caleidoscópica e em espelhos, invertida e distorcidas pela necessidade da imagem a ser reproduzida. No mapa eleitoral de figuras iliberais como Trump, por exemplo, há adesão da classe operária do interior dos EUA e um ataque a “elites” das capitais, o que se verifica em equivalência na ascensão de discursos eurocéticos e xenófobos pelos países europeus e nas formatações que a Argentina de Milei passa a compor. O mesmo ocorre com figuras aderentes ao bolsonarismo, que agregam muitos homens da classe trabalhadora e “pais de família” emasculados pelos regimes de masculinidades que não alcançam (Connel, 2005).

Pela pauta de gênero, em modo amplo, e conservadorismo nos “costumes”, se vislumbra uma confusão discursiva entre espectros políticos, e por vezes a mobilização das paixões revolucionárias, na América Latina identificada à esquerda, com as novas capturas retóricas e de adesão pela via da moralidade e um retorno patriarcal a uma hierarquia e controle pela violência. Essas confusões e misturas de fontes teóricas e temporalidades, de pautas, pulsões e afetos, são características do totalitarismo *fuzzy*, do desfoque promovido pela necessidade de adaptação e aderência fascista a cada um dos perfis nacionais que articulem estas mobilizações pela via dos sentimentos e do rancor, muitas vezes legítimos<sup>115</sup>, entretanto com meios resolutivos questionáveis.

---

<sup>113</sup> Matéria de Evandro Éboli, em 27/09/2022, revelando a estratégia do grupo Nova Resistência. Disponível em < <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/o-movimento-de-extrema-direita-que-se-aproxima-do-pdt-de-olho-em-2026> >. Acesso em 28/02/2024

<sup>114</sup> Manifestação de apoio do grupo Nova Resistência a Ciro Gomes, em textos de opinião, de múltiplas datas. Disponível em < <https://novaresistencia.org/2022/09/26/ciro-acordou-que-nao-durma-de-novo/> >. Acesso em 28/02/2024.

<sup>115</sup> As insatisfações da população são legítimas quando se veem inseguras, sem trabalho ou trabalhando sem descanso, e sem perspectiva de melhora. A inclusão social pelo consumo da primeira década de 2000 gerou um efeito rebote no Brasil em múltiplas frentes – e isso não é uma crítica negativa à inclusão social, mas um resultado que deve ser endereçado com respostas outras, e não apenas acordos e compromissos orçamentários com a cúpula evangélica da política, porque eles querem a própria institucionalidade do Estado.

Não é coincidência que as mesmas características de distorções teóricas e misticismo esteja no fundamento dos Tradicionalistas e de grupos orbitais a eles que se posicionam como desatendidos em seus rancores de idealização de mérito de si egóica e percepção do tempo passado e conquistas não havidas. Os Tradicionalistas são adeptos a alegorias e grandezas retóricas, a uma ideia mítica e heroica de si e de sua posição como “homens” e protetores viris, se fundamentam num retorno ao Império Romano, como figura de linguagem ou literalidade, com evocação de valores bélicos, de uma grandiosidade inerente e equivalente à masculinidade e um retorno ao apelo de um direito natural “primordial” que preceda e organize o mundo em funções biológicas. A partir de uma ideação mítica de um passado erigido e desfeito sob outros paradigmas, há a busca pelos “culpados” das frustrações. As feministas estão sempre nessa lista, o que leva às demais associações apontadas.

A elaboração desse desprestígio social que alguns homens se percebem é catalisador, coincidentemente ou não, desse perfil masculinista na política, mesmo que nunca tenham ouvido falar em Tradicionalismo, advindos de matrizes à direita ou à esquerda, e enquanto conveniente for, ignoram a marcação racializada.

É pela via de gênero que homens de direita e esquerda se unem, porque é por esta pauta que submetem, em âmbito privado, seus desejos de superioridade e violência freudianamente recalcada. De acordo com os índices trazidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2023 todas as violências contra a mulher cresceram em relação ao ano anterior, numa realidade que na série histórica segue em crescimento.

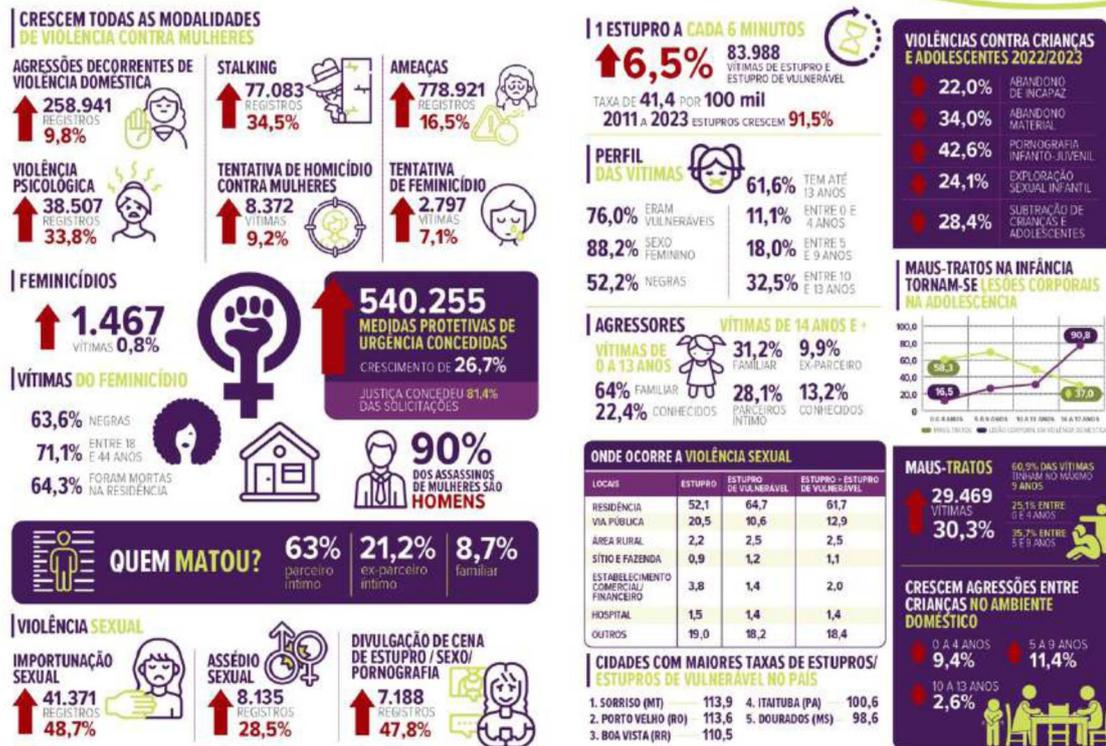
O infográfico sequencial foi retirado do site institucional<sup>116</sup>, que possui as demais bases de dados dos anos prévios. É fundamental a leitura dessas informações para a apreciação do quanto a margem da violência é manifestada por homens, em percentual a 90% dos agressores. Isso não é sobre “costumes” e escolhas de vestuário, meramente. De modo que o desrespeito à integridade física e psicológica de pessoas que na domesticidade estejam em vulnerabilidade – mulheres e meninas, sobretudo – seja quantificado em índices oficiais. A cifra negra dessa dinâmica certamente absorve um percentual desconsiderado em razão da domesticidade e

---

<sup>116</sup> Site institucional, em < <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/> >. Infográfico na íntegra em < <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/c2423188-bd9c-4845-9e66-a330ab677b56/content> >. Acesso em 19/07/2024.

cotidianidade da natureza dessas estruturas fenomênicas de poder, de modo que esses números tendem a ser ainda maiores.

## Segurança em números 2024



Esses dados e formas de manifestação de violências disseminadas socialmente possuem vínculo com o contexto de reatividade que reflete, em maior e menor grau, a depender dos recortes mais específicos de cada contexto fático, elementos postos na reiterabilidade, que buscam reposicionar à força estruturas hierárquicas dadas como “corretas” e “naturais”, que outrora eram amparadas pela moldura legislativa do Estado Moderno como reafirmação pela via de valores dos padrões patriarcais. Se a princípio categorias amplas de termos que remetam a uma “*imanência e transcendência*” (conforme Steve Bannon<sup>117</sup> define o Tradicionalismo [Teitelbaum, 2020, p. 250]), possibilita muitos entendimentos a partir de matrizes diversas de compreensão do que seja justo, nobre, digno, moral, belo, e mesmo do que seja povo, comunica também diretamente a uma movimentação muito presente

<sup>117</sup> Em 01/07/2024 foi publicada entrevista com Steve Bannon, que foi estrategista da campanha vitoriosa de Trump em 2016 e segue atuando na campanha de 2024. Disponível em < <https://www.nytimes.com/2024/07/01/opinion/steve-bannon-trump.html?auth=login-google1tap&login=google1tap> >. Acesso em 05/07/2024. Anexo 6 desta.

nas formas religiosas de politização da vida, de onde algumas violências são normalizadas enquanto respeito e obediência divina.

Aos Tradicionalistas, ainda que esteja presente noções xenofóbicas e racistas de subjetividade, não é exatamente por esse eixo que manifestam seus vínculos de “sangue” e “solo”, senão pela noção de que um povo se distinga de outros, inviabilizando a homogeneização em direitos humanos e democracia (como entendem ser os preceitos de globalização de relações internacionais, ou como eles chamam, de “globalismo”<sup>118</sup>). As noções de igualdade – e diferenciação hierárquica, que lhes interessa – são o núcleo de suas preocupações, uma vez que se todos forem iguais, seus argumentos de superioridade e privilégio não possuem amparo, eles deixam de ter destinação de melhores destinos. Avocam que

Um povo compartilha um passado e também um futuro, cultivando lealdade para com ambos. Um povo possui uma essência, um modo de ser espiritual e cultural que transcende o tempo. Não invocamos a ideia de raça para encapsular tudo isso? Às vezes, **mas o conceito Tradicionalista de povo é ainda mais amplo. Eles afirmam que, hoje em dia, os indivíduos com maior probabilidade de incorporar a essência de seu povo são aqueles mais distantes da modernidade, da formação institucional secular, dos cosmopolitismos e do tempo. Ou seja, a classe trabalhadora ou o campesinato.** São os primeiros da fila do acesso à eternidade, e é dever do Estado buscar seu bem-estar. Proteja a existência do campesinato e você terá a maior virtude – permitir que as pessoas viajem através de sua essência singular em direção ao núcleo espiritual [...]. Uma unidade política ideal não é aquela baseada em um princípio secular ostensivamente universal, como democracia ou direitos humanos, princípios estes que envolvem o número ilimitado de outros povos no destino da nação e fazem com que ela estenda sua abrangência por meio da incursão militar, da expansão do mercado ou da imigração justificada pela noção de que alguém *lá fora* está privado dos nossos direitos *aqui dentro* — nossos direitos que, de fato, se aplicam a todos os lugares. Comportar-se dessa maneira é tratar os valores políticos seculares como sendo motivação central da geopolítica. O modelo alternativo priorizaria a economia e a formação de parcerias comerciais. **Mas, para os Tradicionalistas, a espiritualidade é o que deve ser a motivação central, o que significa que as alianças primárias de determinada nação devem se dar com nações que pertençam ao seu destino espiritual e**

<sup>118</sup> Para entender essa linha de distorção da linguagem, é fundamental acompanhar a construção do desenho e do raciocínio dos Tradicionalistas pelo nome que, após Olavo de Carvalho, talvez tenha posição institucional mais relevante, além de aparente compromisso de fato com essa leitura de mundo, que é o diplomata de carreira e ex-chanceler Ernesto Araújo, pupilo de Olavo, indicado por ele ao Ministério das Relações Exteriores, e estudioso de Duguin, Evola e Guenon, vertendo a uma interpretação católica do Tradicionalismo pela influência de Olavo de Carvalho. Seus posicionamentos do primeiro ano do Governo Bolsonaro foram compilados na obra “A Nova Política Externa Brasileira” (2019), disponibilizada em e-book < <https://funag.gov.br/biblioteca/download/anovapolextbras.pdf> >. Acesso em 28/02/2024.

**possam complementá-lo. Além de ser radical, essa postura prediz uma ênfase menor no papel que os direitos humanos e a democracia desempenham no mundo.** (Teitelbaum, 2020, p. 251-252)

A noção de “povo” Tradicionalista é uma noção religiosa patriarcal “natural”, não de cidadania política. Há uma sobreposição conceitual e doutrinária abrangente entre Tradicionalismo, populismo e nacionalismo, mas não é uma equivalência implicativa direta. “Povo” é um conceito amplo que o Direito do Estado numa democracia se utiliza para referir-se a pessoas em determinados territórios, em contato com argumentos de cidadania e nacionalidade vinculada a tais Estados. O Tradicionalismo avoca reconhecer quem seja o povo “legítimo” por esse vínculo espiritual, e separa, quando agudo e radicalizado, entre “nós” e “eles” a quem o Estado deva servir, e a quem se possa descartar. Na invisibilização tradicionalista a matriz de validade é patriarcal, com papéis de gênero delimitados, e a reprodução e a “família” só é considerada legítima se houver um pai<sup>119</sup>.

Mas quem é Steve Bannon, afinal? Qual a importância de um bilionário da mídia, empresário, investidor, na política mundial para conceituar um movimento? Bannon é o sujeito elo da expansão de territórios que atravessam as fronteiras sem a materialidade de passaportes pela realidade virtualizada, que compreendeu as potencialidades sistêmicas do ambiente digital e passou a atuar em prol de sua visão de verdade política. Bannon se entende “*um homem contra o tempo*”<sup>120</sup> e crê que a ação transformativa política que vê caos na estrutura, ordem nas ruínas e passado no futuro justifica medidas ousadas de insubmissão às formalidades do Estado Moderno (Teitelbaum, 2020, p.251-253). Ao entender a potencialidade digital – algo não

<sup>119</sup> Em divulgação de reunião com ministros, de 05 de Julho de 2022, a partir do minuto 5’15” o então Presidente Jair Bolsonaro fala o seguinte “*a gente entra naqueles barraquinhos [...] e vê uma família... não vê uma família, vê uma mulher e três quatro filhos, raramente tem um homem na liderança, a gente quer isso pra nossa família?*”. Disponível em < <https://youtu.be/XPzzTtAMrZs?si=J8Z8k6LpMgnZvRSU> >. Acesso em 14/02/2024.

<sup>120</sup> Em brevíssima simplificação da ideia, a noção relacional de homens e do tempo partem de uma autora Tradicionalista chamada Savitri Devi. A autora “*descreveu Adolf Hitler como um homem contra o tempo, graças ao seu vigoroso comprometimento e à sua devoção do que ela considerava serem ideais arianos. (...) Hitler foi derrotado. (...) Significava que o verdadeiro homem contra o tempo ainda estava por vir.*” (Teitelbaum, 2020, p. 115). Para ela, tempo é violência e divide os homens predestinados em três grupos: os homens no tempo (que agem, como o Trump e o Bolsonaro, instintivamente em prol de algo, mas sem muita ruminação sobre as consequências de seus atos); os homens acima do tempo (que transcendem a realidade política e possuem a visão de como as coisas acontecem, a leitura dos atos e implicações) e os homens contra o tempo (que transcendem enxergando os fios da roda do tempo e agem em prol do necessário renascimento dos “sacerdotes”, e para renascer, precisa haver destruição). Bannon se acredita como esse sujeito, com uma missão de grandeza, e ele tem dinheiro, meios e acesso a pessoas que igualmente possuem senso de engrandecimento de si. (Teitelbaum, 2020, p. 103-116)

exclusivo a ele, mas que demanda meios e trânsito em ambientes e acessos a pessoas chave –, utiliza sua influência para organizar o caos. Foi o arquiteto e investidor por trás da eleição de Trump (2016; 2020; 2024) e do Brexit, ao que se tem nota, porque visualizou a escala de engajamentos virtuais pelo ódio com escopo político pela inversão: se previamente o controle sobre a comunicação e o que se comunicava era uma forma de estabelecer censura e/ou sentidos comuns, o excesso e o personalismo das mensagens também afetam a compreensão humana, nem que seja pela dúvida.

Após as eleições de 2018 no Brasil ficou próximo ao clã Bolsonaro<sup>121</sup> e ao falecido Olavo de Carvalho (com quem compartilhava o populismo e esoterismo católico sincrético); justifica seus atos pelas teorias de René Guenon, Julius Evola e Duguin – este um filósofo ainda vivo e influente nas políticas expansionistas russas, dada sua proximidade a Putin, e marco teórico de internacionalistas do mesmo perfil de Ernesto Araújo, um Diplomata concursado pelo Rio Branco. Católico, costura alianças internacionais comuns entre governos de extrema-direita na contemporaneidade.

E como nessa dinâmica toda entre figuras proeminentes nas disputas da extrema-direita contemporânea, os caminhos nos levam a Roma (Verdú, 2018)<sup>122</sup>, a

<sup>121</sup> O mérito da eleição de 2018 de Jair Bolsonaro é de seu filho Carlos Bolsonaro, que entendeu como as redes funcionam e integra esses ambientes conspiracionistas. Bannon é um aditivo posterior ao sucesso digital brasileiro, pelo Eduardo Bolsonaro.

<sup>122</sup> Ciente da necessidade de fundar uma escola que fundamente e lastreie suas teorias, Bannon adquiriu um mosteiro em Roma para tal propósito. Conforme o texto do El País (confirmada em outras fontes, e anexada nesta tese), Verdú, em 22/09/2018, apresenta que “O [mosteiro] será a **nova sede de uma espécie de universidade do populismo** que o ex-assessor de Donald Trump **projetou em conjunto com seu braço direito na capital italiana, Benjamin Harnwell, um animador dos círculos ultraconservadores do Vaticano. A nova instituição fornecerá uma base ideológica e religiosa a uma estratégia desenvolvida durante anos para transferir o trumpismo para a Europa e transformá-lo em uma espécie de Internacional Populista.** [...] O ministro italiano do Interior, **Matteo Salvini**, líder da Liga Norte e muito próximo do norte-americano, concordou em estar neste sábado ao lado de Bannon e da ultradireitista **Giorgia Meloni** em um encontro em Roma para certificar um acordo para o assalto à Europa. A tempestade populista que espreita o céu europeu tem seu **epicentro em Roma. E Bannon sabe disso faz tempo.** O ex-assessor de Trump, cérebro de uma bem-sucedida campanha eleitoral em 2016 e de grande parte do atual corpo ideológico *antiestablishment* do presidente dos EUA, vive obcecado em transferir seus métodos para o Velho Continente a partir de um dos centros políticos e religiosos mais importantes. Não foi por acaso que Bannon abriu em Roma uma das primeiras sedes internacionais do *Breitbart News*, a publicação que ele dirigia. Aqui [em Colleparado], dois partidos populistas —a Liga Norte e o Movimento 5 Estrelas— governam desde 4 de março [2018], quando arrasaram nas eleições. Além disso, a cidade oferece outro elemento-chave para a nova estratégia. Bannon deu em junho de 2014 uma insólita entrevista dentro do Vaticano, promovida pelo *think tank* católico dirigido por Harnwell, o *Instituto Dignitatis Humanae (DHI)* —que reúne destacados membros da **oposição ao papa Francisco**. O presidente de seu conselho assessor é Raymond Burke, líder da corrente opositora a Francisco e elo entre a **direita religiosa norte-americana e a Santa Sé**. O presidente honorário do DHI é o cardeal Renato Martino, atingido pelo recente escândalo desencadeado pelo ex-núncio em Washington Carlo Maria

a cidade eterna, mesma Roma de Mussolini, de Evola, e agora de Meloni. E o respectivo ideal patriarcal masculinista de hoje do que foi o Império Romano, em idealização da historicidade em que categorias de masculino e feminino (e tudo o que está entre) não estava definida. Há uma certa fixação por Roma, pela sua produção teórica e histórica, e por conter nela o Vaticano. Da mesma forma que há uma fixação por Israel pelos neopentecostais, não pelos israelitas e israelenses, mas pelos significados de especialidade e “joias” aos olhos de deus.

A produção desses autores-referência para os Tradicionalistas, em si, não será objeto direto de desconstrução aqui, visto que se arvoram em distorções retóricas e teorias conspiratórias, entre fatos e interpretações simbólicas de mundo como detentores de uma verdade iluminada, ocultismo e apelo místico; seria um despropósito e desperdício de energia e tempo. É importante entender o liame de sentidos que mobilizam, a compreensão do método das teorias, de como ocorrem e reverberam. Estes nos interessam mais, porque são o modelo *beta* do que hoje chamamos de pós-verdade (ou sua simplificação mais direta de cognição enquanto *fake news*).

---

Viganò. Na carta que divulgou em agosto pedindo a renúncia do Papa, Viganò acusava Martino de **pertencer à corrente homossexual da Igreja**. Foi um grande erro estratégico, que fez com que tanto Harnwell como Bannon se distanciassem daquele ataque, apesar de sua oposição a Francisco. “Não somos uma organização contra o Papa”, assinala Harnwell, depois de uma pausa dramática de 20 segundos. **A Itália contém todo o passado de que Bannon necessita para fornecer um álibi cultural judaico-cristão à sua teoria política. Mas também é a cristalização do futuro de suas experiências eleitorais.** [...] Uma fundação registrada em Bruxelas em 2017 por Mischaël Modrikamen, advogado e membro do minoritário Partido Popular belga. Uma espécie de resposta ao *Open Society*, de **George Soros**, que financia lutas civis e que Bannon definiu como ‘um mal, mas uma ideia brilhante’. [...] Os contatos com a Liga se intensificaram e sua influência foi evidente, inclusive em *slogans* como **‘primeiro os italianos’**. Harnwell destaca a oportunidade do lugar escolhido para levantar seu particular centro. ‘A Itália não é o primeiro país a **combater o establishment**. Isso foi feito antes pelo trumpismo nos EUA e pelo Brexit em Reino Unido. **Mas tudo é muito claro aqui. A Itália pode guiar outros movimentos europeus a partir de sua experiência e iniciativa.** Existe um cansaço na Europa pelo fato de ela seguir sempre o que acontece nos EUA, **mas se algo nascer dentro destas fronteiras, será distinto. É preciso reconhecer que antes de Salvini já estava Viktor Orbán, de modo que isto já está sendo cultivado há algum tempo. E Bannon os pôs em sintonia**’, aponta, dando um passeio pelo **templo, cedido como concessão pelo Estado italiano.**” Grifamos pelas palavras-chave em destaque, que mobilizam os signos aqui sustentado. O texto na integralidade segue em anexo 6, além do *link* aqui < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031\\_280140.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031_280140.html) > (acesso em 15/07/2024), bem como sobre a estratégia prévia de Orbán, que trataremos adiante, e consta em anexo 8.

*Olavo é líder da revolução, diz Guedes*

*Guedes: "Democracia está mais sólida"*

*Rumo era comunismo, diz presidente*



*Embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Amaral (em pé), fala durante jantar oferecido a Jair Bolsonaro; à esq. do presidente, o ex-estrategista da Casa Branca, Steve Bannon (de fone de ouvido)*

Fonte: imagem da matéria. Jantar de 17/03/2019 em Washington. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/governo/jantar-de-bolsonaro-em-washington-teve-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/> >. Acesso em 19/01/2024

Legenda: Ao lado de Jair Bolsonaro, então presidente, à direita, aparecendo apenas os braços, Olavo de Carvalho, e à direita deste o Embaixador à época, Ernesto Araújo. À esquerda de Jair Bolsonaro, Steve Bannon. Reúne a “elite” brasileira dentro da “ralé” referida por Arendt. Absolutamente todos os integrantes da comitiva brasileira são figuras residuais e das franjas de suas categorias respectivas.

Veja: Evola e congêneres possuem erudição de vocabulário e trajetória formal (exceto por Olavo, um dos congêneres), agregam produção teórica em seus textos, e reaparecem de quando em vez sem protagonismos maiores. Estão relegados àquela posição de não reconhecimento canônico. Enquanto “outsiders”, “renegados”, “perigosos”, “polêmicos”, agregam equivalentes e simpatizantes. Enquanto poucos e periféricos, são apenas uns sujeitos meio “napoleões de institutos de saúde mental”; entretanto, quando acessam pessoas poderosas (ou pessoas poderosas os acessam) e em locais políticos relevantes (ou em potencial de), a partir de si constroem redes de influências com figuras-chaves.

Ao considerarem tais matrizes como explicações de mundo e projeto político, passam a articular compreensões de dinâmicas com mensagens ocultas e

simbologias políticas nichadas<sup>123</sup>, mobilizando paixões – sobretudo o ódio – a fim de se identificarem. A ideia é que se “há forças poderosas” abstratas que os perseguem, eles devem estabelecer uma rede equivalente para resistir. Dentro dessa dinâmica conspiracionista eles mesmos criam o “inimigo” que os persegue, pinçando elementos de realidade e interpretações aleatórias, assim, para que tenha melhor aderência, uma teoria conspiratória precisa se aproveitar de elementos fáticos em aberto, a fim de que se possibilite a criação de interpretações sobre eles, com elementos místicos. Esse método é o mesmo presente em algumas linhas de doutrinas católicas e suas revisitações neopentecostais posteriores, precisamente como ocorreu com “ideologia de gênero”. As teorias conspiratórias são constantes. Algumas atingiram níveis de popularidade ainda em eras analógicas, saindo das bolhas de seus nichos, como os “Protocolos dos Sábios de Sião”; outras, questões graves de prováveis erros judiciais<sup>124</sup>. Em comum a todas as conspirações citadas há um elemento fático amplo (sejam crimes bárbaros ou relatos de crianças); alguma atenção midiática, porventura matérias sensacionalistas a respeito; em sequência a incertezas e indefinições; “poderosos” inominados; acordos a portas fechadas; respostas nunca dadas; elementos esotéricos; de modo que, em aberto, se criam hipóteses. Inobservada a parcimônia de Ockham, é terreno amplo de premissas e hipóteses, com significados múltiplos.

As “fake news” se apresentam como a versão digital e em escala desse método de confusão de signos e distorções de pactos conciliatórios de conceitos comuns a partir da gestão de afetos e sentimentos sobre os fatos, mobilizando elementos noutros conjuntos de linguagens. Não são somente notícias inverídicas ou falsas. São comunicações (dolosamente) distorcidas e feitas para que tenham engajamento digital, que “viralizem”, pelos sentimentos que provocam, como regra ódio, com algum propósito outro, nem que seja a dúvida ou caos sugerido. Ao utilizarem elementos que fomentam paixões e operando pela lógica das redes sociais,

---

<sup>123</sup> Para fins exemplificativos, o então Assessor da Presidência Bolsonaro, Filipe Martins, aluno e indicado ao cargo por Olavo de Carvalho, integrante do “núcleo ideológico” daquela gestão, se torna réu por racismo ao gesticular um “ok” invertido em evento oficial, formando um “W” de “white supremacist” (supremacista branco); não se tratou de um gesto aleatório, mas que, dado seus antecedentes e declarações nesse sentido, robusteceram as acusações. Matéria de 09/06/2021 disponível em < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/09/mpf-diz-que-filipe-martins-assessor-de-bolsonaro-tem-historico-de-mencoes-a-simbolos-de-extrema-direita-veja-casos.ghtml> >. Acesso em 17/06/2024.

<sup>124</sup> Em “Projeto Humanos” de Ivan Mizanzuk, acompanhar o “Caso Evandro” e o “Caso dos meninos de Altamira”. Disponível em < <https://www.projetohumanos.com.br/> >.

compõem um ecossistema próprio de regimes de verdades e agremiações coletivas, com a criação de comunidades coesas sob determinados pontos de vista (as “bolhas digitais”); utilizam elementos da realidade comuns e amplos, mas distorcem pautas, valores e significados, criando um vocabulário e simbologia próprios, a depender das camadas de fundamentos que agreguem. Esse método cresce pelo caos, porque gera barulho, gera excesso. Se a censura noutros tempos se deu pelo silenciamento de vozes e matérias consideradas “subversivas” e “ideológicas”, o fenômeno de velocidade em rede na lógica das plataformas algoritmizadas amplifica e automatiza o barulho. Quanto mais gente gritando, mais difícil compreender o que se diz. A matéria explorada é adaptável e segmentada por nichos de público em metadados, que as plataformas disponibilizam por ser esse o modelo de negócios delas, pela monitoração de comportamento e aprendizado de máquina algorítmica, personalizável a partir das interações de cada usuário – incluindo *bots* programados para interagir com as especificidades sob demanda.

Shoshana Zuboff (2020) entende que as respostas jurídicas apresentadas para a era digital não estão aptas a conter o fenômeno, porque pensadas num modelo de Estado e de liberdades que não são equivalentes e robustas a esta quadra histórica do que ela chama de “Grande Outro” (sendo esse “Grande Outro” uma referência metafórica ao “Grande Irmão” de Orwell). O “Grande Outro” seria a “colmeia” de dispositivos conectados em rede de vigilância digital, sem fronteiras físicas, como era a vigilância analógica dos Estados totalitários do século XX. Zuboff sustenta que a arquitetura digital, que passa a ser onipresente, é gerida em prol do “*capitalismo de vigilância*”, que seria uma nova etapa da modernidade, que prescinde da democracia como valor, a fim de prever comportamentos e gerar consumo, com finalidade de escalonamento e lucros em bilhões (“unicórnios”). A economista elabora que o capitalismo de vigilância se distancia do capitalismo de mercado (a) porque insiste na liberdade absoluta e conhecimento irrestrito que se teria digitalmente; (b) porque abandona reciprocidades orgânicas seculares com as pessoas; e (c) porque o espectro de vida na ‘colmeia’<sup>125</sup> trai uma visão societal coletivista, fundada em indiferença radical em alteridade e sua expressão material do ‘Grande Outro’ (Zuboff; 2020; p. 557).

---

<sup>125</sup> Tem-se usado o termo “ecossistema” para essa explicação no Brasil e fora também; como neste trecho estamos em citação indireta, optou-se por manter a autora referência e seu termo “colmeia”.

Um Direito pensado para circunscrever as relações entre indivíduos e Estado via Quarta Emenda (o objeto dela são os EUA), não se compatibilizaria com a capacidade dos dados atuais. Zuboff sustenta que as questões não finalizam pelo ordenamento americano porque o ambiente digital não possui regulamentação possível de fronteiras, por ser um meta espaço, logo, uma nova fronteira de poder no qual a institucionalidade estatal não acessa plenamente. As categorias jurídicas utilizadas para afirmar sobre privacidade e liberdades são distorcidas ou rompidas, sustenta a economista, e os desafios das legislações existentes (a partir dos EUA, de onde ela observa, mas relacionável ao Brasil, ainda que tenhamos mais atualidade no desenho institucional e democrático) são os de ter condições e compreensão fenomênica para enfrentar e alcançar as capacidades digitais e o tratamento desses dados – dados pessoais muito além daqueles informados em documentos (como numeração, filiação, profissão, estado civil e nascimento, certidões de órgãos públicos...); são dados sensíveis e íntimos, desde conversas privadas que não se teria não fosse o intermédio da virtualidade, a métricas de consumo e comportamento, previsão de doenças e remédios<sup>126</sup>, buscas no navegador, câmeras acionadas remotamente nos dispositivos, GPS, aplicativos de ciclo menstrual<sup>127</sup>, o que provoca ira, afeição positiva ou negativa, riso... a lista é enorme e chega a gestão de *login* por trabalho remoto à virtualização e privatização da educação pública<sup>128</sup>(Viana, 2024). Zuboff compreende que tais dados em meta-espaço não possuem proteção constitucional – possível ou adequada – porque no metaespaço não há jurisdição (Zuboff; 2020; p. 540-554).

---

<sup>126</sup> Aplicativos de farmácia que vinculam promoções ao CPF dos usuários passam a compor base de dados, que não se sabe como serão disponibilizadas e tratadas, dentro dos sistemas de vigilância e algoritmos compartilhados por grupos concêntricos de interesse. Esses descontos também possuem convênios com planos de saúde privados, que passam a ter acesso a informações, em tese protegidas, no Brasil, pela LGPD. A jornalista Amanda Rossi fez uma investigação sobre a pauta, apresentada em reportagem premiada na categoria. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/29/o-desconto-nao-e-real-o-que-esta-por-tras-do-cpf-que-pedem-na-farmacia.htm> >. Acesso em 18/06/2024.

<sup>127</sup> Em 2019 revelou-se que um aplicativo muito usado de monitoramento de ciclo menstrual vendia os dados fornecidos pelas usuárias para Facebook e Google. Na época, houve a fundada suspeita de que o Governo dos EUA estaria acessando essas bases de dados para averiguar se mulheres teriam realizado abortos. Matéria de 23/04/2024. Disponível em < <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/04/23/app-para-controle-de-ciclo-menstrual-entenda-por-que-voce-pode-estar-entregando-dados-dema-is.ghtml> >. Acesso em 18/06/2024.

<sup>128</sup> Conferir Lei Estadual Paranaense, n. 22.006/2024, que institui o Programa Parceiro da Escola, que privatiza a gestão administrativa de escolas estaduais públicas para o setor privado. Legislação disponível em < [https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf](https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf) >. Acesso em 18/06/2024.

A conclusão de Zuboff pode ser aproveitada aqui nessa tese, porque compartilhamos premissas, no sentido da gestão dos dados, da hipervigilância, quantidade e forma, igualmente da dificuldade de categorização jurídica. As nomenclaturas que ela fixa estabelecendo o ecossistema de rede, para ela com a finalidade de lucros em progressão geométrica às *big techs* detentoras desses dados, não nos são incidentais prioritárias, por não ser esse exatamente nosso olhar e nosso objeto. Veja: há a utilização desses ambientes para finalidades econômicas, é este o escopo dessas empresas, mas não se trata apenas de plataformas de propaganda de consumo. Não é como se fosse um grande intervalo comercial entre notícias e novela. É uma cultura e coerção subliminar, é uma subjetividade da “*selfie*”. De fazer parte em comunidades. De ser influenciado a consumir – inclusive politicamente – determinada(s) pessoa(s) e seu(s) modo(s) de vida. De conviver em bolhas confortáveis entre semelhantes ou bolhas aspiracionais. Essas bolhas são agrupamentos que passam a compartilhar o cotidiano, que criam familiaridade, que autorizam uma espécie de olhar pela fechadura da vida da vizinhança, e com isso adquirem confiabilidade de influência e tendências.

Max Fisher (2023) estabelece essa correlação entre “caos democrático” e modificações comportamentais a partir das redes sociais. Em seu mapeamento, aponta em comum que revoltas sociais imprevistas, conspirações inflamadas, grupos extremistas, discursos e conceitos estranhos às institucionalidades de Estado, lideranças desconhecidas ou tomadas como não relevantes ou suficientes, implicavam todas num lugar comum de gênese: as redes sociais. Descobriu-se que o sensacionalismo e a indignação desses ambientes não era uma mera avocação plana da plataforma e voluntária de manifestações pelo senso comum, isoladas ou solitárias como aquelas figuras de “malucos de calçadão” anunciando apocalipses, mas que essa ambientação e exposição cotidiana em rede exerce atrações de vício que alteram nossas psicologias e identidades, que transformam como pensamos e como ações são decididas, como nos relacionamos uns com os outros; quando multiplicado por bilhões de usuários, reverberam. Fisher faz a correlação de nossa postura nesses espaços virtuais como a postura de alguém num cassino, com recompensas para as interações havidas, com a finalidade de apreensão da atenção. Assim, exemplificativamente, com a comunicação intra aplicativos ou habilitação de geolocalização, somados a funis como faixa etária, poder aquisitivo, gênero, escolaridade, pessoas em comum com as quais mais se interage, identificação facial,

compartilhamentos privados... as plataformas podem sugerir um restaurante que interesse no bairro que esteja. Também pode sugerir um vídeo de gatinho tocando piano. Um meme político. Uma piada racista, homofóbica, misógina. Uma leitura outra de fatos. Uma hipótese de negação do holocausto. Uma simplificação das complexidades sociais. Uma insurgência contra “poderosos”. Alguém que “fala mesmo”. Vídeos engraçadinhos, polêmicos, aulas *online* mostrando como as “elites acadêmicas” não toleram verdades. As teorias de terra plana. E os fenômenos de popularidade digital que correm em paralelo às institucionalidades estabelecidas. Fischer não endereça qualquer comentário sobre as alianças entre os EUA e suas agências de inteligência com os dados sensíveis de outros países obtidos por estas plataformas sediadas no Vale do Silício. Em todo caso é interessante observar a ofensiva dos EUA enquanto Estado ao *TikTok*, plataforma chinesa e com um algoritmo muito mais preciso que os da Meta (*Facebook/Instagram e WhatsApp*) e Google (*Youtube/Gmail*), sob o argumento de segurança nacional.

Em 2019, Fisher publicou texto com Amanda Taub<sup>129</sup>, jornalista brasileira, em que comprovam a correlação hipotética da dinâmica de radicalização à direita no Brasil a partir de vídeos no *Youtube*, que promoveram a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A eleição de Trump e o *Brexit* também foram apontados como impulsionamentos dolosos e politicamente pensados, triangulados com essas bases de dados e interações, a partir de dinâmicas de engajamento em rede. Trump 2016 e *Brexit* tiveram ação de Bannon. Bolsonaro em 2018, não. O que também chama a atenção pela peculiaridade estratégica e pelo tamanho do público brasileiro – as proporções geográficas e quantitativas do Brasil e da formalidade democrática eleitoral, e do tempo de internet dos brasileiros.

A *ProxyRack* é uma empresa de servidores que mensura comportamento digital a fim de venda de dados e nichos de negócios. Várias empresas possuem medidores equivalentes, e reiteradamente o Brasil figura nas primeiras posições dos rankings em geral. Sob dados de 2023, o Brasil tem a média de 9 horas e 32 minutos de tempo de tela, o segundo maior tempo global, como o segundo maior tempo global em redes sociais. Estes não são os únicos índices disponíveis, como indicado na imagem retirada do site, com caixas indicativas do significado de cada coluna.

---

<sup>129</sup> Para a integralidade do texto FISHER, Max; & TAUB, Amanda. *How Youtube Radicalized Brazil*. **The New York Times**, de 11/08/2019. < <https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html> > Acesso em 14/09/2020.

Country	Percentual de adoção de internet	Tempo de tela diário médio por usuário	Uso de redes sociais/mês	Percentual diário via Internet móvel	Pontuação geral do tempo de tela x/10
1 South Africa	72.3%	9:38:00	7.8	54.2%	6.22
2 Brazil	84.3%	9:32:00	8.4	57.3%	7.5
3 Philippines	73.1%	9:14:00	8.2	59.7%	7.04
4 Argentina	87.2%	9:04:00	6.9	54.5%	6.22
5 Colombia	75.7%	9:04:00	7.6	53.6%	5.93
6 Chile	90.2%	8:36:00	7.5	55.4%	6.8
7 Mexico	78.6%	8:07:00	7.8	55.9%	6.51
8 Malaysia	96.8%	8:06:00	7.7	55.1%	7.56
9 Thailand	85.3%	8:06:00	7.1	62.8%	6.86
10 Indonesia	77.0%	7:42:00	8.4	63.4%	7.21

Fonte: imagem retirada do site < <https://www.proxyrack.com/screen-time-report/> >, adicionada as setas de referência das colunas.

De acordo com a empresa de marketing *RD Station*, que conduziu pesquisa “*Panorama de Marketing 2023*”<sup>130</sup>, manifestam que o Brasil consistentemente lidera os *rankings* de uso das redes sociais, que têm um impacto direto nas estratégias de *Marketing*. A pesquisa demonstra que 85% de seus clientes (empresas) preferem usar redes sociais para construir a presença das marcas, interagir com o público e impulsionar os resultados. Entre todas as plataformas, destacam-se o *Instagram*, utilizado com frequência por 93% dos profissionais de *Marketing*, e o *Facebook*, por 67%. “O *LinkedIn*, principal rede corporativa, é a terceira, com 46%. Outro dado que chama a atenção é a presença do *TikTok* — que embora seja a rede social mais nova, já é a quinta mais utilizada (13%), logo atrás do *YouTube* (25%)”<sup>131</sup>. Essas escolhas

<sup>130</sup> Dados e metodologia, disponível em < [https://www.rdstation.com/pesquisas/panorama-de-marketing/?utm\\_source=pr&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=br-inb-pesquisas-pr-novos-leads-panorama-de-marketing-2023-imprensa-pr](https://www.rdstation.com/pesquisas/panorama-de-marketing/?utm_source=pr&utm_medium=referral&utm_campaign=br-inb-pesquisas-pr-novos-leads-panorama-de-marketing-2023-imprensa-pr) > Acesso em 15/07/2024.

<sup>131</sup> Apesar de serem chamadas de “redes sociais” pela pesquisa de marketing, TikTok e YouTube são plataformas de produção de conteúdo, que remuneram seus produtores principais com percentuais das publicidades.

são as das empresas que utilizam as plataformas como caminhos de reconhecimento de marca, que respondem a onde encontram seus públicos.

As redes sociais possuem redirecionamentos entre si, regidos a partir da forma de conduta e interação em cada plataforma e possibilidades de monetização. O que se pode articular dos dados da pesquisa quali-quantitativa, que por amostragem identificou, no *Telegram*, que violência contra a mulher e LGBTfobia agregam a maior fatia absoluta – uma média de 90% dos ódios online tem nesse público seu alvo de destino, como demonstramos.

O porquê tem explicações múltiplas, mas importa desde já a certeza como um dado de que falar de “gênero” em redes sociais funciona organicamente porque habilita articulações gregárias, e também porque provoca grupos que comungam a forclusão normativa, incorrendo em ação e reação célere: a ampla comunidade de feministas e LGBT+ (que se reuniram nesses espaços virtuais e promovem debates e discussões proveitosas, e mesmo o reposicionamento em interesse acadêmico desses temas) e também provoca e nutre grupos elevadamente engajados e coesos “a favor da família”, de “orgulho hétero”, “a favor da vida”, “Tradicionalistas”, conservadores, masculinistas de “*alt right*” (que seriam variação de extrema direita de perfil profascistas nos EUA que não podem se dizer KKK ou *Skin Heads* e que foi “importada” para o Brasil com variações de nomenclatura de “nova direita” para se diferenciar daquela que seria representada pelo então PSDB).

Por associação comum ao eixo de “gênero” esses grupos de direita e extrema-direita, mas também de esquerda e extrema-esquerda stalinista, são concêntricos, e passam a somar características de valores atravessados a uma leitura de “normalidade” e “tradição”, distorcendo conceitos ainda em elaboração, inclusive pela via conspiracionista. Há um encadeamento e agrupamento de sobreposições de méritos discursivos, por isso é possível também inferir que “*homem hétero*” vota em perfis dessa direita, como regra, e a distinção do eleitorado.

Neste *locus* vazio e desregrado, onde apenas as políticas de uso das plataformas tutelam o comportamento das pessoas via algoritmos e *machine learning* exclusivamente pela lógica neoliberal, o tecido das noções de verdade é esgarçado com o bombardeio de informações e caos na dinâmica inversa – não é pela “censura” ou controle prévio, mas pelo excesso automatizado. Não há ferramentas estatais de controle – ou mesmo de compreensão plena do fenômeno. Novamente, “*Fake*

*News*<sup>132</sup> não é uma mera notícia falsa, é uma ação propositalmente distorcida, que é impulsionada nos meios digitais para que haja amplificação de temas menores e engajamento orgânico. E as pautas de gênero com apelos morais tendem a ser muito efetivas, porque trabalham com associações de signos, memes, risos e ódios, dores profundas, medos e ansiedades.

O bolsonarismo não é um fenômeno exclusivo digital, e isso se verifica pela enormidade de votos bem reais que faz e das paixões que mobiliza quando convocados para ação<sup>133</sup>. Mas é uma criação amplificada da forma digital de fazer política no metaespaço e pela metapolítica, que utiliza “gênero” como condutor discursivo e que sabe utilizar a semiótica posta em seu favor pelos valores que adere e sobrepõe.

Não há como desvincular o fenômeno comunicacional em rede da forma como os afetos tem sido mobilizados e articulados como parte pelo todo e todo pela parte, para fins políticos em espaços outros que os da institucionalidade, numa comunicação dinâmica (e excessiva) cuja lógica e progressão são sobrepostas.

A estrutura jurídica vigente e a formatação dos Estados Democráticos liberais da modernidade não poderiam ter evitado a ascensão de figuras autoritárias antissistêmicas justamente porque implicariam em contradições conceituais de seus princípios de “liberdade” e “igualdade” e categorias jurídicas de controle num espaço que o controle é pouco efetivo por se tratarem de empresas privadas que operam sob valores outros e objetivos outros. Por sua vez, uma vez que desatendem à perspectiva de gênero do mundo, produziram figuras como Bolsonaro enquanto legítimas. Autorizaram sistemicamente que ele e análogos sejam possíveis, porque são homens

---

<sup>132</sup> Em 01/12/2021 o grupo de trabalho na Câmara Federal que aprovou o texto-base de projeto de combate a Fake News teve sua oposição consignada pelo deputado federal paranaense, Filipe Barros, arguindo que o texto base não definiria o que fosse “fake news” e “desinformação”; fala em aspas que *“Eu até compreendo que setores da esquerda não queiram ter conceitos porque desejam continuar no subjetivismo. Só que um recado: ‘se hoje isso afeta a centro-direita, pode ser que daqui a quatro anos afete a eles. Pau que dá em Chico dá em Francisco’*. O fato de não termos conceitos na lei é algo prejudicial”. Reiteramos que é dele a cartilha sobre “erotização de crianças” juntada em anexo desta tese, na campanha de 2018 que lhe proveu o cargo do período de sua fala. Ele ainda, na condição de proximidade com Jair Bolsonaro, é membro do “gabinete do ódio” e investigado no inquérito de “fake News”. Segue ainda notícia recente de 22/05/2024, que o referido deputado segue tentando apresentar suas “narrativas” para as redes sociais. Matérias disponíveis em < <https://revistaforum.com.br/politica/2024/5/22/video-veja-como-surge-uma-fake-news-bolsonarista-como-destrui-la-159283.html> > e < <https://www.camara.leg.br/noticias/833607-grupo-de-trabalho-aprova-texto-base-de-relatorio-sobre-combate-a-fake-news/> >. Acesso em 12/07/2024.

<sup>133</sup> Sobre acampamentos golpistas em frente a quartéis, matéria de 30/12/2022, disponível em < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml> >. Acesso em 15/06/2024.

e isso os torna possível e reconhecido operacional e válido no sistema do Estado. Em havendo um compromisso republicano comum, as instituições estão funcionando para o que se propuseram, mas as bolhas digitais imbricadas com pautas “polêmicas” agem em dimensão paralela, estranhas à compreensão dessas estruturas e estranha a valores complexos, como o da democracia, mas comungam valores patriarcais de base e plano de fundo que hierarquizam a “normalidade”.

O pressuposto para o exercício político “vitorioso” no modelo de 1988 demanda patamares de racionalidade e cognição comuns republicana e democrática, fundado nas subjetividades dos atores dos jogos de poder e o comprometimento destes mesmos atores com a coisa pública, e alguns tantos sentidos comuns sobre o que “funciona” politicamente. Implica também uma linguagem comum e noções compartilhadas de fatos e fenômenos, com suas respectivas adequações.

A subjetividade autoritária dos fascismos cotidianos (Deleuze; Guattari, 1977) foi ignorada e escanteada, encontrando espaço na virtualidade. Para a lógica neoliberal de produtividade, ansiedade e resultados, preocupados na adição, a rede desregulada e sem curadoria é o desenho ideal para a proliferação de radicalidade e interdição da aprimoração democrática. As instituições “reais” são pensadas para um modelo ideal de Estado Moderno que, ao encerrar-se em suas próprias dinâmicas de institucionalidade e sistemas, se distanciam do cotidiano complexificado e multifatorial do século XXI. As relações virtuais e descentralizadas de poder projetadas por programadores ambiciosos, cujo discurso de liberdade e conhecimento é fundado numa versão neoliberal do que seja liberdade e conhecimento, criaram um meta espaço, com sua meta política e meta poder, sem fronteiras físicas, disseminadas em altíssima velocidade, muito distante da regulação e acesso pela coisa pública institucionalizada, que por sua temporalidade própria não responde na velocidade e na necessidade demandada de uma conjuntura outra, muito mais barulhenta, que avoca para si conceitos muito caros às instituições modernas como “liberdades”, “igualdades”, coletividade e pluralidade, e a própria noção de “democracia”, numa lógica distorcida, tal qual as de teorias conspiratórias, sobre maiorias e forma, e sobre quem “grita” mais pelas percepção de maiorias, e que confunde categorias propositalmente de modo a criar ruído, esvaziando a noção material da democracia, que implica reconhecer e autorizar minorias e diferenças de modo inclusivo, mas não em hierarquias de humanidade.

O que se percebe logo nessas mobilizações associativas é uma dinâmica metodológica de produção de desinformação com engajamento pelo ódio: as pessoas estão violentas<sup>134</sup>, impacientes, intolerantes (o que reflete na política, pois elegem seus equivalentes). Mas esse é o sintoma. Sintoma de uma construção operada e reverberada sistemicamente, utilizando patamares consolidados de violências normalizadas, sobretudo quando se trata de gênero e sua ampla gama de possibilidades discursivas – e que sequer a estrutura jurídica compreende. Os humores e afetos estão sendo moldados nessa virtualização da vida e extrema velocidade comunicacional, e enquanto os democratas de tantas cores timidamente chamam pelo diálogo institucional em uma velocidade política analógica (posto que comprometida e ainda olhando para os termos da modernidade burguesa), cresce digitalmente notícias que beiram o absurdo, a desinformação, a geração de caos, de uma construção de realidade reduzida a percepções sensoriais que contemplem suas subjetividades e juízos, com alcance elevado em diferentes recortes de classe, raça, gênero e idade.

Jair Bolsonaro não gerou estranhamento da liturgia do cargo ao proferir tantos níveis de impropérios porque ele tem autorização existencial enquanto homem para fazê-lo, e traz aos holofotes temas do cotidiano diáfano, ensinados como “menores” aos analistas da lógica institucional. A retórica insensível que ele mobiliza está normalizada a partir desses ambientes digitais, mas também na institucionalidade estatal – seja porque ficou compreendido como estratégia política válida, advinda de um homem, normalizada pelas mídias tradicionais entre tantas manchetes de “*Bolsonaro modera o discurso*”, seja pela descrença massificada em promessas vagas de “políticos”. Quadro que apenas se alterou na condução da pandemia de Covid-19, e que ficou isolado e distante pela resolução da mesma.

O fenômeno de notícias falsas orquestradas com finalidades de promoção do caos e da dúvida é uma elevação da escala do modelo de teorias de conspiração a um patamar de desordem e insegurança pela via populista e massificada, ao deturpar fatos de modo a incidir nas camadas de percepção de realidade em torno de algum tema aglutinador, passível de redução a dois eixos – ordem e segurança – como as

---

<sup>134</sup> Sobre os atiradores de Suzano participarem do “Degolachan”: < <https://theintercept.com/2019/03/14/massacre-suzano-imprensa/> > ; < <https://tecnologia.ig.com.br/2019-03-14/massacre-suzano-chans.html> >. Ambas as notícias de 14/03/2019. Acesso em 14/09/2020.

duas necessidades ontológicas com as quais o populismo trabalha, de acordo com Ernesto Laclau (2013). Mídia é o que faz a mediação. As mídias digitais são amplificadores de vozes com pouca, quase nenhuma, curadoria de veracidade sobre o que se propaga nesses ecossistemas, e de como se propaga, de como se impulsiona. Deixa de importar os fatos, eles mesmos questionáveis em si, apenas importa o que se sente ao receber as informações e como essa percepção cria elos.

Gênero ao ser problematizado, estabelece desordem e insegurança para aqueles que entendem o mundo de forma binária. A masculinidade é identitária, e essa identidade é tratada como normalidade e único local de verdade possível do sujeito, inclusive juridicamente. Ao criarem uma “ideologia de gênero”, e as elucubrações por tal via e o que agregarem associativamente, ainda que não sejam “reais”, se tornam um problema real para que enfrentemos, porque criam elos de sentimentos e sentidos. Essa proporção, gravidade e urgência de compreensão do fenômeno não seria possível se não existissem as redes sociais, com a escala e velocidade de alcance que possuem, que se aproveita das estruturas e preconceitos consolidados para impulsionar os lucros e monitoramento de comportamento individual e mapeamento de padrões de ação coletiva e engajamento de massas. As dinâmicas digitais permitem que se construa uma hegemonia da dúvida e da insegurança política<sup>135</sup> que se estabeleçam identidades, lideranças e meta espaços de sociabilidade, tendo o Brasil como público pelo nosso comportamento digital e adesão verticalizada.

A empresa britânica *WeAreSocial* em parceria com *MeltWater*, conduziu a *Digital 2024 Global Overview Report*<sup>136 137</sup>, de onde extraímos as informações e dados que seguem. Os dados tem sido coletados desde 2015 e os relatórios sobre o Brasil especificamente podem ser verificados ano a ano nessas medições para série histórica<sup>138</sup>, indicando alterações em legislações e articulações entre políticas internas

---

<sup>135</sup> Originariamente as redes sociais não são pensadas para usos políticos. Importante considerar que são resultados de programadores homens muito jovens, em média com 20 anos de idade, de modo que operam por essa lógica como código moral, implicando nessa mesma lógica de código-fonte.

<sup>136</sup>Dados comparativos globais disponível em < <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/> >. Acesso em 15/07/2024

<sup>137</sup> Dados comparativos de 2024 desde o Brasil, disponível em < <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil> >. Acesso em 15/07/2024.

<sup>138</sup>Dados da série histórica no Brasil, desde 2015. Disponível em < [https://datareportal.com/digital-in-brazil?utm\\_source=Global\\_Digital\\_Reports&utm\\_medium=Report&utm\\_campaign=Digital\\_2024&utm\\_content=Country\\_Link\\_Slide](https://datareportal.com/digital-in-brazil?utm_source=Global_Digital_Reports&utm_medium=Report&utm_campaign=Digital_2024&utm_content=Country_Link_Slide) >. Acesso em 15/07/2024.

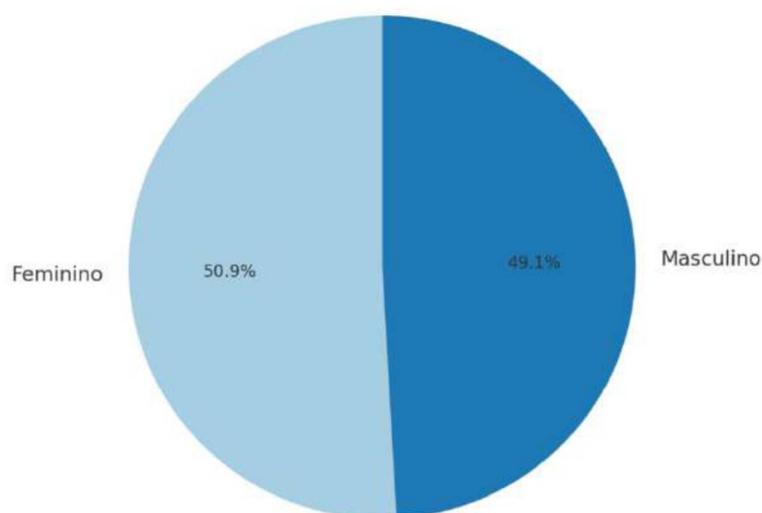
das empresas e políticas públicas, incluindo resoluções da Justiça Eleitoral, que compreendeu por onde os discursos se disseminam.

Nos exatos termos do relatório, em tradução adaptada, o estado da arte digital no Brasil em janeiro de 2024 tem na sequência seus principais destaques numéricos do *DataReportal* sobre a adoção e o uso digital aqui, de modo que os gráficos foram gerados por Inteligência Artificial a partir dos números apresentados por nós colhidos nesta base. Ainda, optou-se por não mencionar aqui todas as redes do relatório, apenas as mais populares e menos nichadas (*LinkedIn*, por exemplo, é uma rede que não citamos aqui, por ter um recorte de mercado de trabalho).

#### A. Distribuição da População por Gênero (2024)

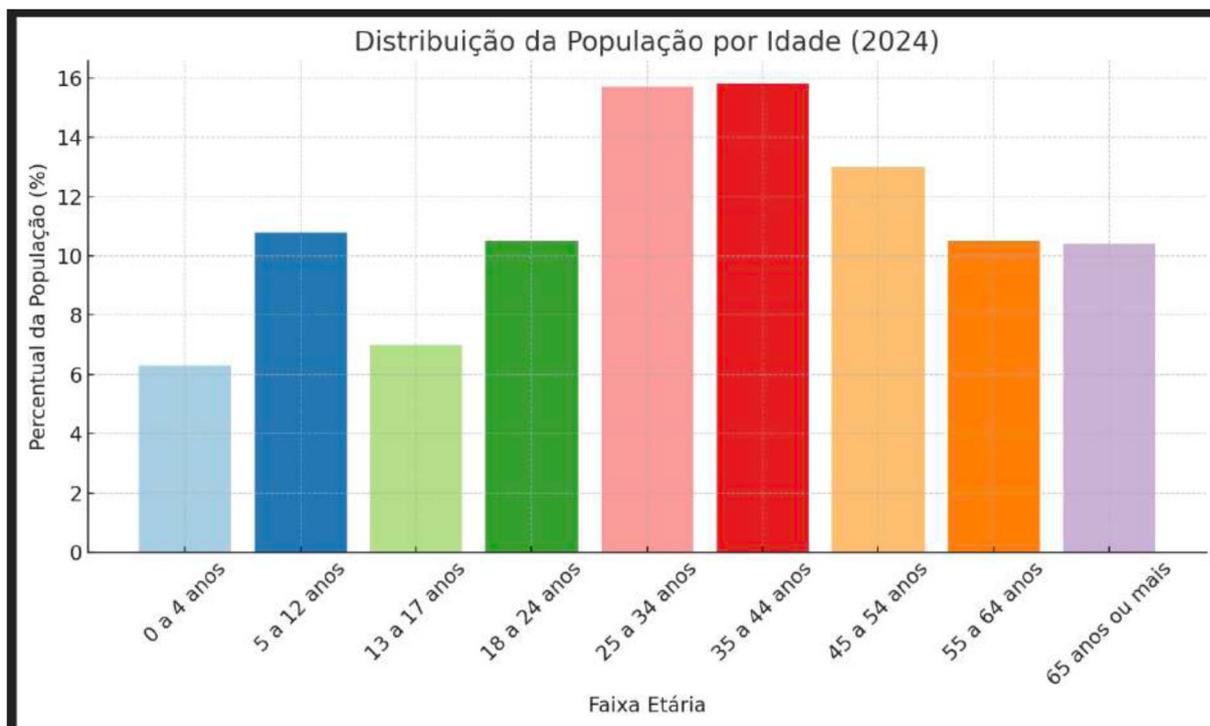
- a) Feminino: 50.9%
- b) Masculino: 49.1%

Distribuição da População por Gênero (2024)



#### B. Distribuição da População por Idade (2024)

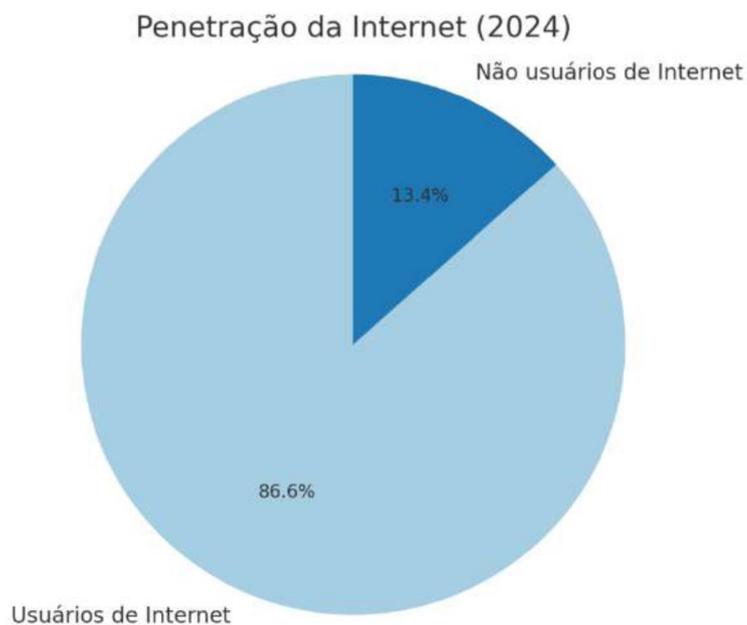
- a) 0 a 4 anos: 6.3%
- b) 5 a 12 anos: 10.8%
- c) 13 a 17 anos: 7.0%
- d) 18 a 24 anos: 10.5%
- e) 25 a 34 anos: 15.7%
- f) 35 a 44 anos: 15.8%
- g) 45 a 54 anos: 13.0%
- h) 55 a 64 anos: 10.5%
- i) 65 anos ou mais: 10.4%



### C. Penetração da Internet (2024)

a) Usuários de Internet: 86.6%

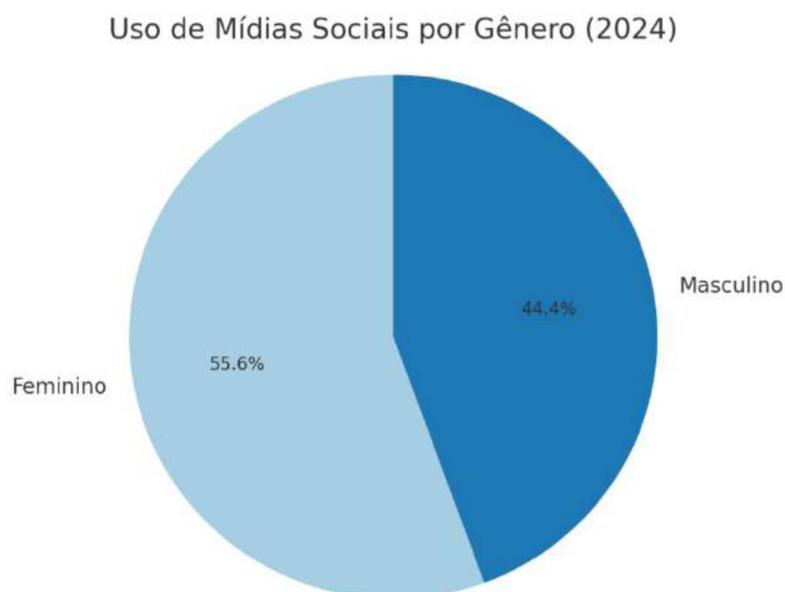
b) Não usuários de Internet: 13.4%



### D. Uso de Mídias Sociais por Gênero (2024) (dados disponíveis de modo binário na base original)

a) Feminino: 55.6%

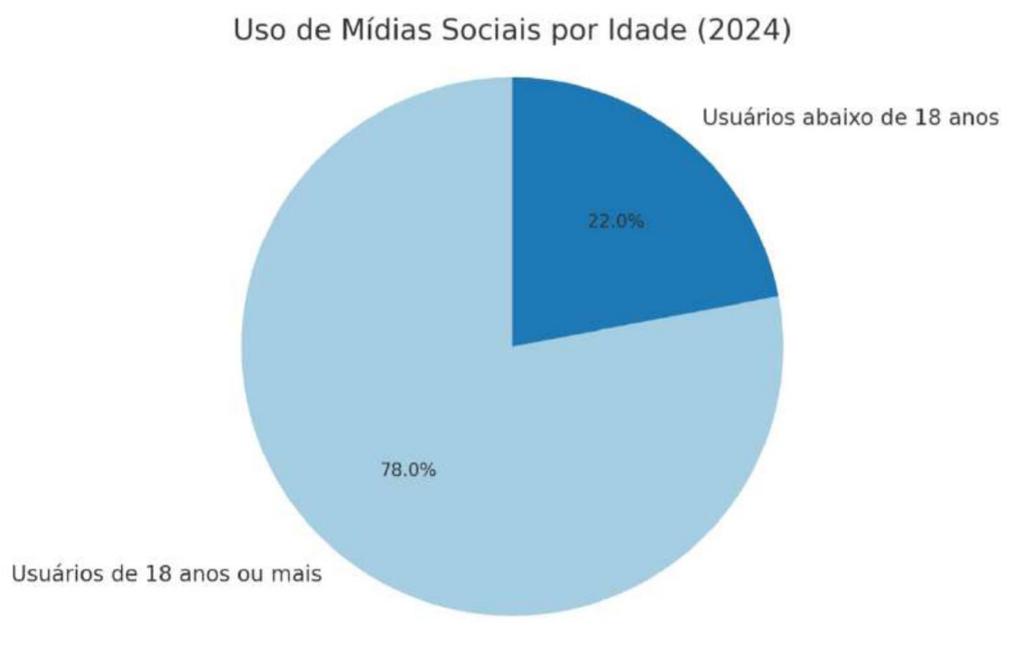
b) Masculino: 44.4%



E. Uso de Mídias Sociais por Idade (2024) (destaque-se que as plataformas, em articulação com a legislação brasileira, não autoriza o uso de redes sociais por crianças, nos termos do ECA, de modo que as informações podem não ser compatíveis com a realidade pela demanda de autodeclaração).

a) Usuários de 18 anos ou mais: 78.0%

b) Usuários abaixo de 18 anos: 22.0%



O número de usuários de mídias sociais no Brasil no início de 2024 era equivalente a 66,3% da população total, mas é importante enfatizar que os usuários de mídias sociais podem não representar indivíduos únicos (seja pela multiplicidade de perfis possíveis, seja pela divisão em CNPJ e MEIs). Dados publicados nas ferramentas de planejamento de anúncios das principais plataformas de mídias sociais indicam que havia 128,6 milhões de usuários com 18 anos ou mais usando mídias sociais no Brasil no início de 2024, o que equivalia a 78,0% da população total com 18 anos ou mais nessa época. De forma mais ampla, 76,6% da base total de usuários de internet do Brasil (independentemente da idade) usava pelo menos uma plataforma de mídia social em janeiro de 2024.

Dados publicados nas ferramentas de publicidade da Meta, por exemplo, (empresa que representa Facebook, Instagram, Messenger e WhatsApp) indicam que o Facebook tinha 111,3 milhões de usuários no Brasil no início de 2024. A empresa, por acordos com a Justiça Eleitoral, efetuou mudanças e ajustes na forma como suas ferramentas de publicidade relatam os dados de alcance de audiência nos últimos meses – incluindo revisões significativas nos dados básicos de audiência do Facebook – portanto, os números mostrados aqui podem não ser diretamente comparáveis com os números publicados em relatórios prévios da *DataReportal*. De acordo com os números publicados nas próprias ferramentas da Meta, o alcance potencial de anúncios do Facebook no Brasil aumentou em 2,2 milhões (+2,0%) entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024. Entretanto, os mesmos dados mostram que o número de usuários que os anunciantes poderiam alcançar com anúncios no Facebook no Brasil diminuiu em 500 mil (-0,4%) entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. A Meta justifica essa desarticulação aparente, pelo cruzamento interno de seus próprios metadados e interações entre aplicativos diferentes da mesma empresa (como Instagram, Facebook e WhatsApp, particularmente populares), de modo que mudanças nos anúncios podem não indicar modificação na base geral de dados, que seguem bastante ricas. Logo, em nota da empresa, que justifica as projeções, e igualmente estabelece que possui sua própria base de dados independentes:

o tamanho estimado da audiência não é um substituto para usuários ativos mensais ou diários, nem para engajamento. **As estimativas não são projetadas para corresponder a estimativas populacionais, censos ou outras fontes**, e podem diferir dependendo de fatores como quantas contas nas tecnologias Meta

uma pessoa possui, quantos visitantes temporários estão em um determinado local geográfico em um dado momento, e dados demográficos informados pelos usuários da Meta<sup>139</sup>. [grifo nosso]

O alcance de anúncios do Facebook no Brasil era equivalente a 51,3% da população total no início de 2024. No entanto, a Meta só permite que pessoas com 13 anos ou mais usem o Facebook, então vale destacar que 61,8% do público “elegível” no Brasil usa o Facebook em 2024. Para contexto adicional, o alcance de anúncios do Facebook no Brasil era equivalente a 59,2% da base local de usuários de internet (independentemente da idade) em janeiro de 2024. As mulheres seguem como maioria na destinação de enfoque, sendo que no início de 2024, 53,8% da audiência de anúncios do Facebook no Brasil era feminina, enquanto 46,2% era masculina. Os dados seguem nessas proporções em outras redes específicas, da Meta ou não, como o Instagram.

Por fim, os dados de conexão móvel (celulares e smartphones), no Brasil em 2024, via *GSMA Intelligence* da mesma base de dados do relatório em comento, mostram que havia 210,3 milhões de conexões móveis celulares. Destaque-se que isso não necessariamente representa um celular por indivíduo, posto que não é incomum que haja duas linhas por pessoa. Ainda assim, os números são expressivos, indicando que as conexões móveis no Brasil equivaliam a 96,9% da população total em janeiro de 2024.

O ponto principal aqui sobre essas análises digitais é que não apenas o povo brasileiro está online, mas está online e ativo, com elevado tempo de tela e engajamento em múltiplas plataformas, e com possibilidade de expansão. E essa forma de agir não está adstrita em quem passa o tempo nesses meta ambientes. A lógica operacional de rede passou para o mundo “real” porque se debruçam sobre temas cotidianos e presentes, cognoscíveis, que tratem da existência histórica do corpo na linguagem, nas relações diversas e constitutivas em ações, comportamentos e sentidos do corpo enunciados pelo discurso. Por isso o fenômeno da eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi um caso de sucesso e que o integrou a uma rede internacional de extremistas de extrema-direita, que seguem robustos, articulados e vivos, adequando seus discursos a cada um de seus públicos nacionais, e tendo como

---

<sup>139</sup> A citação consta nas ferramentas de orientação de publicidade direcionada, e foi citada no relatório, disponível em < <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil> >/ > . Acesso em 15/07/2024.

conexão ampla “valores” de “deus, pátria, família”, para uma “higienização do corpo político”.

Olavo de Carvalho foi precursor, como uma espécie de “influenciador digital” ou “it boy” do “intelectual anti-intelectual” quando a internet era uma experiência embrionária no Brasil<sup>140</sup>, esta acessível à classe média como símbolo de algum *status*, mas logo disseminada pela inclusão digital, ainda vista como uma conquista democrática de códigos abertos e de conhecimento. Olavo cultivou por décadas um curso de filosofia *online*, misturando teorias conspiratórias, misticismo, leituras de fatos políticos e hipóteses tomadas como comprovadas, aleatoriamente e sem compromisso de submissão a pares. Essa dinâmica de “seita” é invariavelmente reproduzida em ambientes digitais por personalidades e grandes influenciadores em qualquer nicho. E cria percursos descontrolados e amplificados.

Olavo representa muito dessa figura do sujeito masculinista frustrado que, ao não ocupar os espaços de destaque que julga “naturalmente” seus, cria para si e seu entorno uma mitologia de perseguido e vítima do “sistema” por ser “muito autêntico”. Por mais que seus textos sejam traduções de teorias conspiratórias e utilizem um arcabouço de autores periféricos e/ou desconhecidos, sem cuidados científicos, nesta quadra histórica é impossível seguir negando que precisamos compreender o método de “cupinização” que foi instaurado.

Porque eles não batem à porta ou pedem autorização, paralelamente se firmam e passam a integrar os espaços. Agem violentamente para se impor.

---

<sup>140</sup> Obituário e perfil de Olavo de Carvalho, por ocasião de seu falecimento em 24/01/2022, que destaca a utilização do espaço virtual como arena de debates políticos, em que seus seguidores congregavam inicialmente nas comunidades de Orkut, rede social extinta. No texto, Struck trata do método utilizado por ele, que consistia em adaptações de teorias conspiratórias múltiplas para uma realidade brasileira, e um resgate de autores esquecidos, com o objetivo de uma “refundação” da direita. Trazia algum verniz intelectual para aqueles que se sentiam excluídos dos espaços acadêmicos, justificada a exclusão por serem as universidades dominadas por “esquerdistas”. Texto de 25/01/2022, disponível em < <https://www.dw.com/pt-br/an%C3%A1lise-olavo-de-carvalho-o-pioneiro-das-modernas-fake-news-no-brasil/a-60552270> > . Acesso em 25/06/2024.



Fotos de manifestação de bolsonaristas em 26/05/2019, após cortes na educação, em que tentam retirar faixa "Em defesa da Educação" do prédio histórico da UFPR e substituir por uma escrita "Olavo tem Razão – ninguém nos déte" (sic). Fonte da informação: < <https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/manifestantes-pro-bolsonaro-arrancam-faixa-em-defesa-da-educacao-do-predio-historico-da-ufpr/> >. Fonte das imagens: Meteoro BR. Disponível em < [https://twitter.com/meteoro\\_br/status/1132719531397402626](https://twitter.com/meteoro_br/status/1132719531397402626) >. Acesso em 28/02/2024

Olavo de Carvalho foi mentor estrategista de um projeto reacionário e conservador político que visava combater a “hegemonia cultural de esquerda” a partir de uma criação contra hegemônica a uma hegemonia inexistente, desde elementos culturais e de educação para combater “ideologias” que são teorias da conspiração elas mesmas. Olavo costura e avoca para si uma versão de “amigo” x “inimigo” schmittiana, em que o inimigo são os “comunistas” (onde cabe qualquer um), para se defender em analogia à tese gramsciana de hegemonia cultural<sup>141</sup>, criando para si em paralelo estruturas próprias no metaespaço. Se Adorno já se escandalizava com a “vulgarização e simplificação” que a música sofria (2020b, p. 52-101) ou como a Televisão “emburrecia” as pessoas ao reduzir os esquetes dramáticos a quinze ou trinta minutos (2020b, p. 207-239), chamando de entorpecimento e padronização de desejos e do que seja estabelecido como real, certamente precisaria de um tempo para elaborar sem reacionarismos<sup>142</sup> o que se tornou a comunicação contemporânea em rede criada na virtualidade e inteligência artificial (como inclusive alguns dos gráficos desta tese).

A metapolítica dos Tradicionalistas, pela qual Olavo lastreava a moral valorativa de sua “filosofia”, adicionando elementos próprios, se refere a uma abordagem que transcende a política convencional e busca promover mudanças culturais e sociais fundamentais. Tal grupo enxerga a política como um aspecto

---

<sup>141</sup> Olavo de Carvalho é uma piada que foi longe demais, tanto que a origem dessas afirmações abstratas se perdeu, restando apenas o “ideologia de gênero”, de modo que ele sustentava já estar em curso uma hegemonia cultural em coesão teórica aos “frankfurtianos” e Gramsci. Este, em linhas gerais, defendia uma postura cultural popular crítica para atravessar o *status quo* e as estruturas de poder consolidadas pelos grupos dominantes – o que é também defeso e constatado por Adorno (2020a) ainda que numa perspectiva mais analítica e diagnóstica do que estratégica –, da necessidade de agir pela forma imaterial de conscientização popular com escopo político, a fim de criar hegemonias populistas à esquerda. Ironicamente, os caminhos que foram tomados por grupos extremistas masculinistas na era digital contemporânea são uma forma de atravessamento cultural de elementos simbólicos do cotidiano, mobilizando toda uma semiótica própria e autorreferente, que se nutre em Gramsci, num sincretismo interessante.

<sup>142</sup> Nesse jaez de discurso saudosista de um passado imaginado, autores populares em vendas como Byung-Chul Han (2018a, 2018b, 2022) e Michiko Kakutani (2018), que se debruçam a teorizar sobre o papel da comunicação em rede no que chamam de “crise” ou “morte” da “verdade” e suas implicações na democracia liberal – falam a partir da Alemanha e dos EUA respectivamente. Ambos se implicam no mesmo discurso que criticam, na medida que querem retomar um momento asséptico e imaginado como ideal de algum ponto do passado recente em que a democracia liberal parecia funcionar tranquilamente – precisamente porque as bolhas de insatisfação não estavam em evidência, haja vista que pela via digital também se organizaram grupos sub representados institucionalmente como os movimentos feministas e de gênero. Quando se afirma que se implicam no mesmo ponto que criticam é porque sustentam um retorno a um passado conveniente em suas interpretações de mundo, a partir de noções pouco elaboradas de “verdade” comum e reduzindo as incidências das demandas das democracias e pleitos legítimos de inclusão de grupos em vulnerabilidade. Se o momento ideal a eles seria os anos 1990-2000, aos grupos tradicionalistas, seriam um momento pré-moderno ou em regimes autoritários patriarcais da história recente.

superficial de um problema mais profundo relacionado à “decadência cultural e espiritual” da sociedade moderna. São críticos da modernidade, como já tratamos vastamente, e entendem a temporalidade atual como em crise por conta dos projetos materialistas da “perda dos valores e das tradições” que mantiveram as civilizações antigas em duração governamental mais longa (como o Império Romano), e se movimentam para reviver e preservar tais “valores tradicionais” através de meios culturais, educacionais e espirituais, em vez de simplesmente buscar soluções políticas imediatas. Isso pode envolver a promoção da religião, da filosofia tradicional, da arte e da educação clássica como formas de restaurar a ordem social e espiritual que compreendem como adequadas e perenes. Em vez de se envolverem diretamente na política partidária, os tradicionalistas buscam influenciar as mentalidades e os valores das pessoas, na esperança de que isso eventualmente se reflita em mudanças políticas mais amplas e duradouras, tornando-se personalidades difusas em posições importantes ou em proximidade a pessoas destacadas (Teitelbaum, 2020).

Assim, se temos (a) a demonstração de que o ódio digital é priorizado pela pauta de gênero; que esta (b) pauta promove associações múltiplas de temas diversos gregários entre extrema-direita e simpatizantes; e que (c) a população tem apoiado eleitoralmente essas figuras por causa dessas pautas e respectivas associações; [logo] há uma evidente correlação de causa e efeito que deve ser observada a partir do entrelaçamento etnográfico de relacionar os fenômenos articulados e então submetê-los às discussões acadêmicas.

#### 4 O MOVIMENTO ANTIGÊNERO COMO AGLUTINADOR [NEO]FASCISTA

*“People love what I have to say. They believe in it. They just don’t like the word Nazi.”*

Stormfront, da série *The Boys*.

*“What’s in a name? That which we call a rose,  
By any other name would smell as sweet.”*

Shakespeare, 2004; p. 69

Sexo não é uma categoria a-histórica (Scott, 2018, p. 28-50), é uma necessidade classificatória política da modernidade, que buscou sua justificção biológica iluminista/positivista. Quando se classifica, também se hierarquiza, ao mesmo tempo que se fecha e limita. Logo, sexo é situado discursivamente, mesmo para algumas linhas teóricas feministas negacionistas de pessoas trans, como constante histórico e biologizado.

Com a invenção dos dois sexos e suas distinções (Laqueur, 2001, p. 189-238), gênero passa a ser as atribuições sociais vinculadas como legítimas aos corpos binariamente postos, incluindo aí as habilitações de expressões da sexualidade (Rubin, [1984] 2017; p. 63-128), da reprodução, e as implicações de quem seja sujeito válido nos espaços “nobres” da política, no debate público, e cujas demandas e pautas sejam legítimas para o controle e tutela do Estado. A família – o modelo burguês de família – passa a ser também a forma de existir possível. Mais do que o modelo normalizado, o modelo “certo”.

Esse modelo também é o modelo sustentado e defendido pelas religiões de matriz judaico-cristã, predominantes no Brasil, que mesmo com os esforços de laicidade declaratória constitucional e secularização do cotidiano, são um fato e uma presença absoluta, e nesta quadra histórica, um negócio lucrativo, tendo constituído lideranças direta e indiretamente vinculadas a suas pautas de interesses, expostas como “valores da família”. Os movimentos conservadores, que se justificam pelo apelo moral e religioso que implicaram nesse formato de extrema direita no Brasil, cujo fenômeno político-jurídico é nosso objeto específico e que tem se manifestado com mais fôlego, ao menos, desde as mobilizações populares de rua de 2013<sup>143</sup>, possuem

---

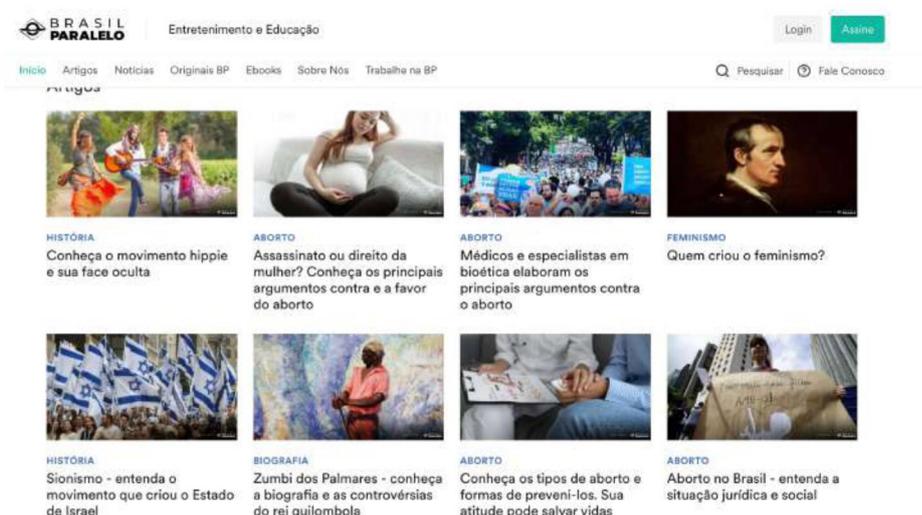
<sup>143</sup> Como referência histórica e geopolítica, trata-se dos movimentos de protesto inicialmente convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) da cidade de São Paulo, pelo aumento de 0,20 centavos da tarifa do transporte urbano. A cidade de São Paulo tinha como prefeito Fernando Haddad

na pauta gendrada – ou “de costumes”, ou “identitária”<sup>144</sup> – uma presença discursiva constante e reiterada<sup>145</sup>, inoculada no argumento de proteção da família e de seus valores familiares que remetem a uma tradição e a um apego passadista saudoso a uma ordem divina incorporada a uma noção de normalidade, jusnaturalismo e correição. Condensam os medos e ansiedades de um futuro incerto pelo desamparo neoliberal e as mudanças sensíveis de organização da vida e da existência, incluindo alterações climáticas e vulnerabilidade socioeconômica, sentimento de medo este

(PT) e Dilma Rousseff (PT) na presidência da República, o Governador à época era Geraldo Alckmin (então no PSDB). Tais mobilizações, não obstante inicialmente terem uma pauta específica, ganharam corpo em demandas múltiplas, de saúde, educação, e anticorrupção, sem centralidade de convocação, sem lideranças facilmente identificáveis, e assumiu reivindicações amplas que repercutiram a partir das redes sociais com apoio popular, enquanto a imprensa tradicional inicialmente criminalizava os protestos. Há muitas leituras acadêmicas sobre essa eclosão, que modificou algumas figuras políticas e formas políticas e pautas na coisa pública, e isso reverbera ainda por agora, não tanto, em nossa compreensão, pelas pautas em si, mas pelo marco dessa polarização mais sedimentada. (Para mais, <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S308>, acesso em 07/01/2024, [Ricci, 2018]).

<sup>144</sup> O termo “identitário” guarda polissemia. Vinculado a “movimento identitário” refere-se a um movimento europeu de extrema direita pós segunda guerra, de ideias xenofóbicas e racialistas baseadas em territórios, marcado por vínculos teóricos conservadores alemães. Como “política identitária” refere-se a políticas afirmativas focadas em grupos a partir de suas identificações raciais e de gênero posicionados em desfavor legal historicamente. Em senso comum, são identificados como “novas” tanto esquerda quanto direita.

<sup>145</sup> Apenas como exemplo aleatório, na data de 10/10/2024, por ocasião da elaboração desta tese, na página principal da produtora de mídia “Brasil Paralelo, como consta na imagem, de oito textos, cinco têm sua pauta em gênero, no mesmo quadro; na ocasião da página completa há mais nesse jaez. Importante ainda constar que em 2022 a produtora foi a maior anunciante publicitária em política no sistema de buscas do Google, de acordo com o relatório da empresa de tecnologia. Posteriormente, a Brasil Paralelo manifestou-se não ser sobre política, mas um espaço de “entretenimento e educação”. Para mais: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml> > ; < <https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo/> >. Acesso em 10/01/2024.



Fonte: A autora.

Legenda: *Print* da webpage da produtora de extrema direita “Brasil Paralelo” na data de 10/01/2024. Disponível em < <https://www.brasilparalelo.com.br/> >.

diáfano porém real com atores complexos, soluções coletivas e igualmente complexas de difícil nomeação e identificação, nesse inimigo comum da civilização e do sujeito universal de direitos, qual seja, “gênero” como uma “ideologia”.

Como se sustenta aqui, em hipótese analítica desta tese, a pauta de gênero não é apenas um meio de engajamento, uma “cortina de fumaça” – digital e analógica, “virtual” e “real”, se ainda tenha alguma relevância essa distinção. É nuclear, não apenas estrutural, mas estruturante, de onde e por onde todas as dinâmicas de poder – institucionalizadas ou não – prescindem estruturantemente e reverberam. Medos e ansiedades são condensados a partir desse termo agregador, de onde se sobrepõe e acumulam pautas já mais agudamente vinculadas a dinâmicas fascistas e autoritárias, como segregação racial e militarismo expansionista. Nada disso é novo, como temos apontado. As mobilizações associativas e as contraofensivas pela sexualidade e gênero vêm como ondas, administrando sistemas de poder e controle e se reafirmando. Gayle Rubin (2017 [1984]; p. 126-128) aponta que não se trata de uma substituição ou competição de teorias explicativas da sociedade, mas que, enquanto ferramentas críticas, são forjadas a fim de elaborar atividades sociais específicas. No caso que nos debruçamos, as formas de poder e opressão características precisam de instrumentos conceituais próprios, e com ela seguimos na noção de pluralismo teórico e sexual. Como ela nos conta, em consonância com nossas observações de atravessamentos,

a sexualidade, assim como o gênero, é política. Ela está organizada em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros. Assim como a organização capitalista do trabalho e o modo como ela distribui recompensas e atribui poderes, o sistema sexual moderno tem sido objeto de conflitos políticos desde que surgiu e ao longo de seu desenvolvimento. Mas, se as disputas entre o trabalho e o capital são confusas, os conflitos sexuais são totalmente velados. A reforma jurídica realizada no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi uma resposta ao surgimento do sistema erótico moderno. (Rubin, 2017 [1984]; p. 127)

A autora aponta, neste ensaio citado sobre a politicidade do sexo e da necessidade de mobilização de categorias outras para respostas outras e não excludentes de observação dos fenômenos sociais que se apresenta[va]m, que o Direito passa a ser operacionalizado juridicamente com a finalidade política e estatal de estabelecer regimes de verdades repressivos das novas comunidades eróticas que se formavam entre o fim do século XIX no início do século XX, em que a orientação

sexual homoafetiva era viável na modernidade, estavam presentes nas artes, disponibilizadas em massa e expandidas inclusive como negócio, com alianças – para utilizar a linguagem de Butler e estabelecer diálogo – e organizações em defesa da comunidade homossexual e as análises de opressão sexual foram articuladas. Na mesma toada a repressão exercida na década de 1950 – que Friedan observa enquanto mulher heterossexual de classe média suburbana – foi, sustenta Rubin, uma reação à expansão das comunidades e das possibilidades sexuais desenvolvidas durante a Segunda Guerra<sup>146</sup>, organizações de direitos e literatura homossexual – e à formação teórica insurgente também se apresentou a repressão estatal política. Escreve em meados da década de 1980 com os sofrimentos marcados do período, e observa que há naquele momento histórico uma *“contraofensiva de direita em relação ao sexo [como] uma reação à liberação sexual da década de 1960 e início da década de 1970. [...] De certa forma, o que está acontecendo hoje é o surgimento de um novo movimento sexual, atento a novas questões e em busca de um novo referencial teórico”*. E constata, pela via da sexualidade, que ainda que o sexo seja levado bem a sério como pauta de direita, não se elabora, com a seriedade necessária, a perseguição inerente (Rubin, [1984] 2017; p. 127-128).

Aqui inserimos de modo ampliado “gênero” como “ideologia”, que serve aos propósitos de aglutinação da extrema-direita atual – o que se apresenta como mais uma das reações em ondas advindas das conquistas daqueles que estão enquanto “outros”. E é através dessa pauta, com sua constância absoluta e invisibilização política porosa no cotidiano, na hierarquização da própria condição de ser e existir no mundo pela marcação de subjetividade sexuada, de como se relacionar e ser intermediado como sujeito, que o neofascismo se alastra pela democracia liberal institucionalizada (Butler, 2021d; 2024); é por esta via que as camadas autoritárias se sobrepõem, pelo fio da “tradição” e do “conservadorismo”, um retorno ao controle privado, ou de pequenos grupos homogêneos (como os da comunidade de suas respectivas designações religiosas) cujos fundamentos morais se amparam na fé, destacadamente as patriarcais, e os valores ali dogmatizados. Mesmo o catolicismo, que possui o culto à “Virgem”, precisou criar uma mulher sem desejo, pura, abdicada de si (Denora, 2018, p. 89-126), de modo a mimetizar uma figura feminina a se espelhar, mostrando que ainda quando se trate de uma figura matriarcal forte pode

---

<sup>146</sup> Sugere-se os documentários *Cabaré Eldorado* e *Arquitetura da Destruição*.

ser atravessada por uma prática inerentemente patriarcal e androcêntrica, ao priorizar um referencial universal masculinista do que seja belo, correto e moral (Sousa, 2019), ponto a ser referência dominante do correto, e controlar os corpos insubmissos.

Afirmar que gênero é o conduto discursivo da extrema direita, internacionalmente relevante e por onde os movimentos fascistizantes se agregam, afirmação esta compartilhada por Butler (2024) e por [meta]dados quantificáveis, como expusemos, não é afirmar que não importe demandas estruturais outras, como raça e classe, porque são outras categorias e ferramentas de análise – e por isso também não temos conseguido resolver, senão reacomodar interesses pela matriz masculinista, por vias normativas e econômicas habituais. O dispositivo de gênero, enquanto palavra, é um eixo comum de estabelecimento de “inimigo” interno e externalizável, repetível e escalonável, que se relaciona com a reprodução, população e tradição, valorativo, que, por ser compreendido como dado e a-histórico, sobrevive culturalmente aos momentos agudos de restrições comportamentais normativas autoritárias pela via do “conservadorismo”, habilitando a coesão gregária e cooptação de afetos<sup>147</sup>.

Trata-se de uma constatação sobre como se estabelecem e se identificam precipuamente, e como a partir de tal expediente discursivo celebram inter-relações e hierarquias. Assim, o que se afirma, ao identificar a ampliação de vozes e pluralidade de identidades vinculadas aos papéis de gênero e ao questionamento da implicação estanque da tríade sexuação biológica – papel social determinado – desejo (Butler, 2015; p. 17-69), é que, pela estranheza que gera em suas imprecisões conceituais inerentes e reverberações, seja o núcleo compartilhado e socialmente aceito para vocalização discursiva em gradações múltiplas, da piada de mau tom ao feminicídio: há uma maior aceitação e tolerância social, por exemplo, em piadas misóginas ou em homotransfobia “recreativas”<sup>148</sup>, em setores amplos do espectro político-ideológico.

---

<sup>147</sup> Essa cooptação de afetos pelo dispositivo de gênero é ubíqua, porque por valores de tradicionalidade. Ainda que de difícil elaboração acadêmica pelas matrizes metodológicas, já foi percebida pela via em que se propaga com efetividade, que é a da produção cultural. Na série política ficcional *Succession*, à guisa de exemplo, é uma estratégia política declarada por um dos herdeiros do grupo de mídia para aumentar a margem de votos do candidato extremista que apoiam (Temporada 4, Episódio 09), enquanto a única mulher ali se preocupa com a transformação dos EUA numa versão brasileira de autoritarismo masculinista que chama de “*russian berlusconian brazilian fuck pile*” (Temporada 3, Episódio 06).

<sup>148</sup> Na série documental “Larry Charles’ Dangerous World of Comedy”, no 4º episódio, o roteirista e diretor vai até a Arábia Saudita e a Nigéria para compreender dinâmicas de humor via misoginia e homofobia. Disponível na Netflix.

Os papéis de gênero ainda são uma imposição estruturante, em que pese haja movimentações relativamente isoladas que visem reverter a distribuição deles (como a legislação de guarda compartilhada que visa uma parentalidade comum entre os genitores), e que acabam gerando novos problemas a partir de velhas estruturas sedimentadas, numa dinâmica de isomorfismo legiferante. E não é imperceptível as exceções em decisões jurídicas (STF MI 4733, número único 9942814-37.2012.1.00.0000, por exemplo) e legislativas (Lei 14.786/2023, art. 2º, P.Ú., por exemplo) quando envolvem a pauta e liberdades religiosas. O que se verifica é que esse desequilíbrio entre discurso e prática no que tange a “gênero” tem motivado reações masculinistas pela via reacionária, em que as violências destinadas aos grupos que não respondam a essa noção patriarcal de subjetividade androcêntrica (Bourdieu, 2012) sejam aceitas e normalizadas, quando não agudizadas, a um retorno do “tradicional”.

A resposta política reativa ao androcentrismo questionado, que se vê “perdendo” espaço na “ordem”, é uma resposta autoritária, que chamamos (por ora, ao menos) de fascista, talvez por falta ainda de um nome categórico mais preciso ao fenômeno contemporâneo.

A alteração da lógica da conveniência do poder promovida pelos estudos de gênero, mesmo como hipótese e timidamente avançadas nas democracias liberais pelos compromissos de igualdade e liberdade valorativos e substantivos das mesmas, constitucionalmente pactuados, serve de dispositivo comum e cognoscível amplo a diversos grupos de interesses, que encontram nesse eixo um mínimo múltiplo comum de aglutinação. Destaque-se que a divisão social por gênero é tão entranhada e estruturante das noções de Estado Moderno e de como os poderes são exercidos, e do que se entende como sujeito universal de direitos, de onde emana a noção do “certo”, que sua presença absoluta no cotidiano<sup>149</sup> é invisibilizada ao ponto de ser entendida como uma “mera” questão de identidade ou de expressão de individualidade e comportamento. “Meramente cultural”, “identitário”, de “costumes”.

Na forma como sustentamos e percebemos os atravessamentos de gênero, em alguma medida emprestando um pouco da amplitude categórica do espantinho

---

<sup>149</sup> Não se trata de exagero retórico afirmarmos uma presença absoluta da divisão gendrada. É uma constatação bastante adequada: desde o *kitsch* “chá de revelação” de sexo de bebê a regras de vestuário, cores, produção cultural, consumo, interações, carreiras e vocações, perfis comportamentais, à administração de tempo, talentos, remuneração e expectativas.

criado pelos seus detratores, e em leitura corroborada por Butler, não se trata de uma questão de identidade individual. É uma categoria apta a descrever a divisão do trabalho, a organização dos Estados, a distribuição desigual do poder (Butler; 2024, p. 257). Quando utilizado discursivamente como uma “ideologia” promotora da “destruição da humanidade e seus valores” condensa em si a condição de “inimigo” comum em diversos nichos agrupados.

A ansiedade da insegurança de futuro, gerada e complexificada de fato pela forma como o capitalismo se desenvolve globalmente (Butler; 2024, p. 256-257), com a conseqüente subjetividade neoliberal e de uma noção de liberdade exclusivamente vinculada a uma linguagem economicista atenta a números e incidências de constantes em si mesmas simplificadas e também dispostas referencialmente a uma perspectiva de escala em bilhões, e que oculta em seus números e projeções a perspectiva também androcêntrica individualista da universalidade masculina dominante do patriarcado, ignorando o fator humano e posicionando as pessoas para que exerçam uma cidadania sacrificial para esses números abstratos, como trata Wendy Brown (2018), é aglutinada em gênero (ou “gênero”).

Assim, gênero passa a ocupar a posição de centralidade na condução e mobilização política – em sentido amplíssimo – da vida, com reflexos diretos em como o Direito passará a ser compreendido como útil no estabelecimento de regimes de verdade, uma vez que o “inimigo” está concentrado nessa forma fantasmática/associativa de “gênero”. Do cotidiano doméstico às políticas ambientais, é possível atravessar gênero e nesse eixo constatar, deslocada a universalidade autodeclarada do masculinismo, que a demarcação da perspectiva responsiva modifica as prioridades e os compromissos de Estado e conseqüentemente modifica as políticas públicas e o Direito.

Tal deslocamento da centralidade da “razão” universal auto referencial de uma masculinidade que não se debruçou sobre si a fim de compreender-se, não suporta questionamentos de modo que a este grupo ainda dominante seja impensável racionalidades e adaptações e respostas outras que não sejam aquelas das quais possuem controle e domínio e priorização de interesses.

A reação patriarcal a teorias que deslocam o sujeito de direitos universal e questionam sua perspectiva – inclusive considerando o planeta e o meio ambiente como condição de existência e perspectiva de futuro – é pela violência e autoritarismo. Estar como não-absoluto, de não se ter como centro e referência do todo, é des-

referenciar a si e seu reflexo narcísico, elementar do medo (Freud, 2013), implicativo direto de que não há nada mais identitário do que a masculinidade, que em si está refletida, identificada e normalizada no Estado e no Poder como em si mesmo, autodeclarada como o todo e como norma. Ao sentir medo, promove a ameaça, ao se deslocar pelo que desconhece em não manifesta superioridade, pelo que não se compreende a partir de seu arcabouço de significações (Marcuse, 1969, p. 174-204) e linguagem do mundo que compreende possível (Wittgenstein; 2017 [1921]), decide pela eliminação e simplificação. A masculinidade não se vê parte. Se vê todo. E entra em crise quando se depara com o desconhecido, nem que seja a si.

A assepsia política simplificada em fatores reduzidos a dados econômicos e interpretados por sujeitos que ignoram as possibilidades de contribuição de outros vetores incidentais (como por exemplo demandas de jornadas de trabalho reduzidas e/ou hábitos de consumo relativos à feminilidade e maternidade, como vestuário, moda e beleza<sup>150</sup> na era digital e seu impacto substancial em uma das maiores economias do mundo) entre público e privado, com aberturas pontuais, é característica do liberalismo como tradicionalmente fundamentado, e nos coloca na posição de observar com mais atenção as constatações que Schmitt (2006) apontou em “Teologia Política”, que dialoga com nossos argumentos de valores e imaterialidades que passam a mobilizar e agregar agências coletivas de sentimentos e sentidos – sentidos das palavras, mas também do que se sente como individualmente coletivizado.

Schmitt Inicia o texto com a máxima *“Soberano é quem decide sobre o estado de exceção”* (p. 7). E desenvolve o que compreende por soberania (p. 17) e como, em sua leitura política, o positivismo liberal “puro” seculariza conceitos teológicos, em apropriação, e ao fazê-lo enfraquece a autoridade necessária – a do soberano – para fundamentar a ordem política, uma vez que, em sua visão (ele mesmo um homem identificado como conservador na História, destaque-se), o liberalismo tende a subestimar a importância do que seja “política real” e a dissolver as diferenças políticas que ele percebe fundamentais para se distinguir os atores de cada polo. Essa percepção de que a separação entre Estado e Igreja é artificial ao ponto de se

---

<sup>150</sup> Sobre e-commerce e consumo interno, Fernando Haddad, como Ministro da Fazenda, em abril de 2023 manifestou desconhecer a bilionária SHEIN, empresa chinesa, que à época era responsável por 27% do e-commerce de vestuário e calçados no Brasil e 5% de todo o varejo respectivo. Para mais, disponível em < <https://exame.com/economia/eu-nao-conheco-a-shein-diz-haddad-sobre-taxacao-de-compras-no-exterior/> >. Acesso em 07/01/2024

reimplicar nos valores abstratos secularizados pelo Estado é muito potente, e sob tal lastro de historicidade que demonstra que a institucionalidade estatal constituída, ainda que erigida sob as noções de separação e controle do poder a partir de regulações e segurança, está ela mesma submetida à porosidade de humores e conjuntos de crenças de seus agentes, mesmo quando estejam incorporadas enquanto valores republicanos, por operarem em sistemas exógenos de apuração de verdades factuais.

Eros Grau (2006, ix-xiv), ao apresentar a obra, destaca como a exceção está no interior do Direito, e não fora dele, posto que a exceção é em si o que confirma o Direito. Chama de “exceção” o que não cabe no âmbito da normalidade abrangido pela norma geral (uma vez que deixaria de ser geral se o contemplasse), sendo que a ausência descritiva da excepcionalidade no discurso da ordem jurídica vigente cria o “não Direito no Direito”, e não a ausência ou inexistência; ao não palavrear-se descritivamente como jurídica, escapando à norma, gera a riqueza da ambiguidade de ser mas não de estar, habilitando a quem decida sobre, a condição de soberania. Schmitt, Ieciona Grau, opta pelo pensamento institucionalista, e é

Este modo de pensar que nos permite compreender que a violação de uma norma é expressão não apenas de uma conduta abstrata do mundo do dever ser, mas violação de uma ordem concreta, histórica, situada no espaço e no tempo. Por isso mesmo tenho insistido em que não existe o *direito*, existem os *direitos*; cada um deles correspondendo a uma determinada cultura, cada *direito positivo* [= direito posto] sustentando-se sobre um determinado *direito pressuposto*. A situação de exceção, embora não prevista pelo direito positivo [= pelas normas], há de ser decidida em coerência com a ordem concreta da qual a Constituição é a representação mais elevada no plano do direito posto. Esta ordem concreta é anterior ao *direito posto* pelo Estado. Arranca de um direito pressuposto e expressa a visibilidade de um *nomos*. (Grau, in: Schmitt, 2006, xi) *[grifos do autor]*

Importa constar que a resposta à exceção que Grau invoque, como soberana, seria a da coesão principiológica constituída na Constituição vigente no momento que tal resposta seja demandada, dada a historicidade que pluraliza o que seja válido e legítimo, num ambiente culturalmente forjado em que fenomenicamente o ordenamento possua suas regras internas, entretanto se mova ele mesmo também atravessado estruturantemente numa “*ordem geral concreta, situada geograficamente e no tempo, com as marcas históricas e culturais que a conformam tal como ela é. [...] Ao Judiciário [...] incumbe decidir regulando também essas situações de exceção. [...]*”

*ao fazê-lo não se afasta do ordenamento. Aplica a norma à exceção desaplicando-a”* (Grau, in: Schmitt, 2006, p. xii).

A partir dessa análise e dos trechos destacados, é possível considerar que, apesar da difícil categorização fenomênica dos fatos e da mobilização política sob os termos das distorções de significados sobre “gênero” e das acomodações associativas de gestão de caos e ordem, e de como, ainda que dados inicialmente como “exceção”, tenham sido normalizados pela institucionalidade de Estado pelos pressupostos de sua fundação da ordem concreta, é competência do Direito, via Judiciário (e a doutrina que o habilita), considerar as incidências da historicidade e da ambientação cultural para reafirmar o ordenamento a partir dessas considerações.

Grau escreve como um jurista olhando para a prática do Judiciário em relação à Constituição vigente no Brasil. Schmitt escreve como um jurista olhando para a política e atores políticos. Se é no Direito Constitucional que Direito e Política se encontram com tanta retroalimentação, também nas crises de Estado e de interpretações das institucionalidades estão presentes. Para Schmitt o liberalismo político positivado como norma promove uma versão reducionista e limitante do que seja a política, promovendo uma visão abstrata e individualista da sociedade ao se posicionar como neutro e indeterminado, o que o Direito ainda se avoca como sendo, minimizando as distinções entre “amigos e inimigos”. Schmitt entende que essa redução secularizada e encerrada na norma possibilita a existência de um vácuo político que pode ser preenchido por forças que buscam minar a ordem política estabelecida, tornando o liberalismo político intrinsecamente frágil e inábil para lidar com situações de crise – tais situações de crise são, na perspectiva de Schmitt, o que legitimaria o soberano – como um indivíduo – a fim de decidir sobre as exceções constitucionais cabíveis. Por essa analogia conceitual, um Estado de Direito Soberano deve ter meios – agora pelo ordenamento – para lidar com a exceção e se reafirmar em legitimidade.

Na estrutura jurídica esses valores republicanos possuem lastro teórico como uma ciência, mas que tem sido eles mesmos testados em suas amplitudes de cognição ao incorporarem e expandirem estrategicamente indivíduos em posições de dizerem o que seja constitucional<sup>151</sup>. Sendo o inimigo aquele que representa uma

---

<sup>151</sup> Em matéria jurídica trazida por Mariana Gonzales, em 2022, sobre ampliação de cadeiras no STF proposta por Bolsonaro. Essa é uma medida que tem sido adotada por outras lideranças autocráticas, que entendem o Judiciário como fundamental no lustre de legalidade dos regimes, como na Hungria

ameaça existencial ao modo de vida – portanto que deve ser eliminado, na elaboração de Schmitt – não nos deveria, nesta temporalidade que se escreve este texto, passar tão desarticuladamente a dedicação que as religiões têm sobre a pauta de “gênero” e como, sobretudo as evangélicas, no Brasil, assumiram um papel social de cuidado (com dinheiro público [Bardi; Garcia, 2022]), e que com isso reimpregnam e se reposicionam institucionalmente no Estado, a ponto de serem uma bancada legislativa suprapartidária e terem inclusive um ministro assim investido no Supremo Tribunal Federal<sup>152</sup>.

Algumas questões conceituais pendem respostas mais claras de nossa parte, como o que falamos quando falamos “fascismo” e porque essa é a palavra usada, mesmo que como “neo” ou “proto” para referenciar dinâmicas e atores políticos autoritários. Isso será elaborado na continuidade do subtítulo para articular e demonstrar a hipótese que sustentamentos. Em continuidade, a relação dessa modalidade de governo e as associações amplas submetidas à “ideologia de gênero”, como já tratado anteriormente, e os regimes de afetos cooptados (não os afetos em si) para mobilização política nessas costuras entre neoconservadorismo e neoliberalismo pelos “valores” da “família” cristã. Para encaminharmos à conclusão da importância de reposicionar gênero (sem aspas) como perspectiva referencial de interpretação democrática do Estado Moderno, uma vez que “costumes” e “identidade/s” tem a ver com política, da mesma forma que família tem a ver com Direito Público e Estado, e a perspectiva de gênero afeta toda a leitura de mundo, a política e as políticas públicas, a aplicação das normas, a economia (e o consumo), as eleições, a escolha de vestuário e a escolha de vestuário para pegar o transporte público – e o transporte público e o planejamento urbano – e a democracia.

---

de Orbán e mesmo da maioria de juízes republicanos que Trump consolidou, responsável pelo retrocesso histórico da revogação, após 49 anos, da decisão *Roe x Wade* (disponível em < <https://www.jota.info/stf/do-supremo/proposta-de-bolsonaro-para-o-stf-imita-paises-autocraticos-como-venezuela-e-hungria-26102022?non-beta=1> >. Acesso em 07/07/2024).

<sup>152</sup> Sobre a promessa do então Presidente Jair Bolsonaro ao nomear um “ministro terrivelmente evangélico” para o STF e as articulações da bancada religiosa no Senado para a aprovação do nome de André Mendonça, disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-01/evangelicos-consagram-seu-primeiro-ministro-no-supremo-tribunal-federal.html> >. Acesso em 21/02/2024.

#### 4.1 FASCISMO COMO SINÉDOQUE FENOMÊNICA AUTORITÁRIA

*“9. Nós queremos glorificar a guerra - única higiene do mundo - o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher.*

*10. Nós queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda natureza, e combater o moralismo, o feminismo e toda vileza oportunista e utilitária. [...]*

*12. É da Itália, que nós lançamos pelo mundo este nosso manifesto de violência arrebatadora e incendiária, com o qual fundamos hoje o ‘Futurismo’, porque queremos libertar este país de sua fétida gangrena de professores, de arqueólogos, de cicerones e de antiquários.”*

Filipo Marinetti, n’O Manifesto Futurista (1909)

Como tratamos no primeiro capítulo, a partir de Umberto Eco no que ele chama de “fascismo eterno” ou “nebulosa fascista” (imagem interessante para perceber a imaterialidade que envolve o tema como aqui defeso, em seus gases, como um corpo difuso), conseguimos identificar elementos comuns dessa ubiquidade de valores gregários que sustentamos.

De pronto, reitera-se que seus ensaios sobre fascismo não são considerados canônicos sobre os estudos desse regime. E é também por isso que nos interessa: todas as respostas canônicas até aqui devolvem a um argumento economicista de crise e de gestão ortodoxa de categorias do Direito e da gestão de Estado, como responsivo da materialidade cidadã e índices de desemprego e consumo, mas que se apresentam como água e óleo, e não têm sido robustas a ponto de serem suficientemente responsivas às demandas que se apresentam de um cotidiano politizado e que opera num ambiente desconectado dessas análises de dados (sobretudo econômicos) e de como esses dados tem sido colhidos pela institucionalidade, em oposição à percepção social de realidade de massa, fenômeno que tem sido reportado comum em vários países, que mesmo com índices econômicos lidos como positivos, a percepção da população é de “crise”.

O cotidiano sentido se insere com tamanha integração entre “simbólico/imaterial” e “material” que índices econômicos tradicionalmente preditores de sucesso não respondem ao desamparo de pessoas que sentem uma solidão que

inviabiliza a perspectiva de futuro e a promessa de continuidade<sup>153</sup> (Arendt, 2012; p. 638-639).

Umberto Eco foi semiólogo estudioso de cultura de massas e sensível à percepção da pluralidade de saberes e incidências que afetam sistematicamente o cotidiano e nossas relações entre poderes, institucionalidades e a compreensão do ambiente de comunicação mediada. Os grupos atuais de extrema-direita sempre reiteram que estão em uma “guerra cultural”, e a partir dessa afirmação palavreada por eles, é necessária a compreensão a partir dos fenômenos que apontam como elementares dessa “guerra”. Essa ambientação que sustentam ocorre no meta território digital, de onde aglutinam e reverberam suas pautas, onde destacam lideranças. Não há como negar a potencialidade dessa ágora digital e da elaboração de saberes e estruturação de poderes paralelos à institucionalidade sistêmica estatal, que habilitam pontes de interconexão. A cada pleito eleitoral figuras egressas desses ambientes e com discursos do “pequeno” se mostram como sucessos de votos – inesperados e até então despercebidos pela institucionalidade.

A indefinição dessa pluralidade incidental de conhecimentos ubíquos e difundidos em escala inédita pela forma operacional das plataformas digitais, como já tratado, prolifera alguns sincretismos heterodoxos que demandam reconhecimento estatal e legitimidade, reverência e autoridade, e que foram amplificados e possibilitados no meta território digital. As pautas feministas e de gênero ganharam novo fôlego em ambientes digitais e demandaram problematizações e inclusões, mostraram-se mundialmente relevantes e aptas a coesão, como também já tratado. E se por um lado pautas ditas como “identitárias” de gênero (e raça) demandam espaço, um espaço de poder institucional que seja limitado reage e se acomoda a partir de seus pressupostos de normalização, o que agrega a heteronormatividade masculinista em diferentes graus, de tolerância (e é exatamente essa a palavra, “tolerância”) a oposição frontal na condição de “inimigo” em ação e reação e da inevitabilidade do preenchimento de espaços de poderes.

---

<sup>153</sup> De acordo com Carolina Unzelte: “O número de bebês nascidos no Japão caiu pelo oitavo ano consecutivo para uma nova mínima recorde em 2023, mostraram dados preliminares do governo nesta terça-feira, 27, agravando as preocupações do país asiático com a queda populacional. O número de nascimentos caiu 5,1% em relação ao ano anterior, para 758.631, enquanto o número de casamentos diminuiu 5,9%, para 489.281, a primeira vez em 90 anos que o número caiu abaixo de 500.000.” Tal dado não deve ser desconectado aos já de muitos anos em série histórica de mortes por trabalho na mesma nação (Yaguishita, 2021; Paterson, 2017). Disponível em < <https://exame.com/mundo/numero-de-nascimentos-no-japao-cai-para-minima-recorde-em-2023/> >. Acesso em 15/05/2024.

A dinâmica sistêmica desses poderes exógenos à teoria de Estado tradicional é um eixo de interlocução teórica entre noções foucaultianas e as que Eco nos apresenta, porque ambos colocam elementos do cotidiano e da familiaridade (“do pequeno”) como incidentais e abertos às costuras de significações comuns e equivalentes que colidem.

Assim, enquanto coletivamente percebido, “ideologia de gênero” não existe. Mas existe. Não existe porque suas noções de significação são construídas por equívocos, distorções e mentiras, portanto, não seria real; entretanto tal construção tem o escopo de delimitação de um inimigo valorativo que mobiliza afetos e medos, e estes medos e afetos e ansiedades existem, são bem reais e tem implicado em feminicídios e homotransfobia. Ainda que a construção desses sentimentos tenha lastro de equivalência em verdades fáticas, a mobilização é eminentemente do sentimento, e pela imaterialidade inserem elementos conspiracionistas baseados em associações que se perdem em gênese e categorias, mesmo porque aforadas aos critérios metodológicos de produção do conhecimento científico. Se “ideologia de gênero” nasce como uma teoria católica, é ampliada e politizada pela via dos “valores de família” mobilizados pelo neopentecostalismo, e secularizados pelo Estado como norma. Então passa a existir e ser real.

Há uma repetição de padrões de interação institucionais que Schmitt (2006) percebeu em Teologia Política e que Miguel Reale (2012) sedimenta em sua teoria tridimensional do Direito ao compreender a correlação de três fatores interdependentes (fato, valor e norma) que fazem do Direito uma estrutura social axiológico-normativa. Ao não terem estabelecidos lugares comuns de significações, e de como alguns valores adentram nos discursos, cria-se uma espécie de Torre de Babel a partir da mesma língua; ao agregar em palavras significados que respondem a outros sistemas internos a ela mesma, culturalmente e massificadamente postos, se possibilita que a criação de ruído e polissemias ocorram. A semiótica, assim, enquanto a interpretação de signos, significados e significações que comunicam via linguagens múltiplas, não apenas a escrita e falada, na compreensão e interação entre sujeitos, objetos e afetos, busca entender e organizar a multiplicidade de retóricas que disputam os estabelecimentos de noções do que seja verdade, e classificam e hierarquizam conceitos (Santaella, 2017)<sup>154</sup> (Eco, 2010).

---

<sup>154</sup> Lucia Santaella aborda o conceito de Semiótica, ainda que não o exato mesmo que o de Eco, mas que coloca as bases para nossa compreensão de fora da matéria sobre o que seja, como “uma das

Essa busca de sentidos outros já dispostos faticamente como valores inseridos em palavras que promovem politização e mobilização, em pleito de reconhecimento, é a proposta fundamental aqui de abertura como hipótese.

Quando mencionamos que o nome em si do fenômeno que chamávamos de fascista importava menos – naquele momento do texto – que o fenômeno em si, era

---

disciplinas que fazem parte da ampla arquitetura filosófica de Peirce. Essa arquitetura está alicerçada na fenomenologia, uma quase-ciência que investiga os modos como apreendemos qualquer coisa que aparece à nossa mente [...] Essa quase-ciência fornece as fundações para as três ciências normativas: estética, ética e lógica, e estas, por sua vez, fornecem as fundações para a metafísica. Todas elas são disciplinas muito abstratas e gerais que não se confundem com ciências práticas. A estética, ética e lógica são chamadas normativas porque elas têm por função estudar ideais, valores e normas. Que ideais guiam nossos sentimentos? Responder essa questão é tarefa da estética. Que ideais orientam nossa conduta? Esta é a tarefa da ética. A lógica, por fim, estuda os ideais e normas que conduzem o pensamento. A estética está na base da ética assim como a ética está na base da lógica. A estética visa determinar o que deve ser o ideal último, o bem supremo para o qual a nossa sensibilidade nos dirige. [...] De acordo com Peirce, esse ideal é o admirável em si, aquilo que é pura e simplesmente admirável e, por isso mesmo, nos chama para si. Peirce concluiu que aquilo que atrai a sensibilidade humana, em qualquer tempo e espaço, é o crescimento da razoabilidade concreta, [...] o crescimento da razão criativa corporificada no mundo. Não pode haver nada mais admirável do que encorajar, permitir e agir para que ideias, condutas e sentimentos razoáveis tenham a possibilidade de se realizar. [...] A lógica é a ciência das leis necessárias do pensamento e das condições para se atingir a verdade. [...] Peirce deu-se conta de que não há pensamento que possa se desenvolver apenas através de símbolos. Nem mesmo o raciocínio puramente matemático pode dispensar outras espécies de signos. Vem dessa descoberta a extensão da concepção peirceana da lógica para uma semiótica geral. [...] a lógica ou semiótica tem três ramos: a gramática especulativa; a lógica crítica e a metodêutica ou retórica especulativa. A gramática especulativa é o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam. A lógica crítica toma como base as diversas espécies de signos e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se estruturam através de signos. Esses tipos de argumentos são a abdução, a indução e a dedução. Por fim, tomando como base a validade e força que são próprias de cada tipo de argumento, a metodêutica tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem. Portanto, a metodêutica estuda os princípios do método científico, o modo como a pesquisa científica deve ser conduzida e como deve ser comunicada. Por isso, a metodêutica e a retórica especulativa compõem juntas o terceiro ramo da semiótica [...] A lógica crítica está baseada na gramática especulativa e a metodêutica está baseada na lógica crítica. Há pois uma relação de dependência dos níveis mais baixos aos níveis mais altos de classificação. A primeira divisão da semiótica, a gramática especulativa, está na base das outras duas. [...] [A teoria geral dos signos] deve funcionar como uma propedêutica para o estudo da validade dos argumentos e das condições de verdade do método da ciência. De qualquer maneira, embora esse ramo da semiótica tenha uma natureza filosófica, ontológica e mesmo epistemológica mais ampla, que deveria ser propedêutica para a lógica e os métodos da ciência, também pode ser tomado de uma maneira reducionista, pode ser considerado na sua autonomia e pode valer por si mesmo, se nosso objetivo é analisar processos de signos existentes. [...] **a gramática especulativa nos fornece as definições e classificações para a análise de todos os tipos de linguagens, signos, sinais, códigos etc., de qualquer espécie e de tudo que está neles implicado: a representação e os três aspectos que ela engloba, a significação, a objetivação e a interpretação.** [...] o signo tem uma natureza triádica, quer dizer, ele pode ser analisado: **em si mesmo, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder para significar na sua referência àquilo que ele indica, se refere ou representa; e nos tipos de efeitos que está apto a produzir nos seus receptores, isto é, nos tipos de interpretação que ele tem o potencial de despertar nos seus usuários.** [...] [a semiótica] funciona como um mapa lógico que traça as linhas dos diferentes aspectos através dos quais uma análise deve ser conduzida, **mas não nos traz nenhum conhecimento específico da história, teoria e prática de um determinado processo de signos. Sem conhecer a história de um sistema de signos e do contexto sociocultural em que ele se situa, não se pode detectar as marcas que o contexto deixa na mensagem.**” (SANTAELLA, 2017, p. 2- 6) *[grifo nosso]*

porque o fenômeno<sup>155</sup> em si precisa ser acompanhado por caminhos do cotidiano incidental amplo de questionamentos que em si mesmos utilizam outros referenciais como eixo – no caso aqui, gênero e suas distorções via “ideologia”.

Se já tratamos das distorções categóricas que “ideologia de gênero” promove ao estabelecer-se como um elemento axiológico que integra verdades sobre família, aborto, orientação sexual, reprodução, identidade de gênero, e a partir disso toda a sorte de medos e ansiedades fantasmáticas associativas<sup>156</sup> (Butler, 2024), é necessário que compreendamos por que em “fascismo” se cabe tantas noções categóricas que sejam implicativas de regimes autoritários. E qual a relação entre os temas. Essa dimensão epistemológica modernamente possível para os saberes que produzimos – e que nos produzem – integram esse diálogo entre Michel Foucault e Umberto Eco (a fim de justificar as nossas escolhas teóricas) entre as relações e fundamentos deles mesmos (seja a história dos saberes ou as interrelações

---

<sup>155</sup> De acordo com a explicação de Santaella sobre a relação da semiótica com a fenomenologia, entende-se “por fenômeno, palavra derivada do grego *phaneron*, tudo aquilo, qualquer coisa, que aparece à percepção e à mente. A fenomenologia tem por função apresentar as categorias formais e universais dos modos como os fenômenos são apreendidos pela mente. [...] Peirce [conclui que] há três, e não mais do que três, elementos formais e universais em todos os fenômenos que se apresentam à percepção e à mente. Num nível de generalização máxima, esses elementos foram chamados de primeiridade, secundidade e terceiridade. [...] A forma mais simples de terceiridade, segundo Peirce, manifesta-se no signo, visto que o signo é um primeiro (algo que se apresenta à mente), ligando um segundo (aquilo que o signo indica, se refere ou representa) a um terceiro (o efeito que o signo irá provocar em um possível intérprete. [...] **o signo é qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa, chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo** [...] Tanto quanto o próprio signo, o objeto do signo também pode ser qualquer coisa de qualquer espécie. Essa ‘coisa’ qualquer está na posição de objeto porque é representada pelo signo. **O que define signo, objeto e interpretante, portanto, é a posição lógica que cada um desses três elementos ocupa no processo representativo.** [...] a definição peirceana do signo inclui três teorias: **a da significação, a da objetivação e a da interpretação.** [1] **Da relação do signo consigo mesmo**, isto é, da natureza do seu fundamento, ou daquilo que lhe dá capacidade para funcionar como tal [...] advém uma teoria das potencialidades e limites da significação. [2] **Da relação do fundamento com o objeto**, ou seja, com aquilo que determina o signo e que é, ao mesmo tempo, aquilo que o signo representa e ao qual se aplica, e que pode ser tomado em sentido genérico como o contexto do signo, extrai-se uma teoria da objetivação, que estuda todos os problemas relativos à denotação, à realidade e referência, ao comento e ficção, à mentira e decepção. [3] **Da relação do fundamento com o interpretante**, deriva-se uma teoria da interpretação, com as implicações quanto aos seus efeitos sobre o intérprete, individual ou coletivo. [...] a semiótica está alicerçada na fenomenologia. Por isso, há signos de terceiridade, isto é, signos genuínos, mas há também quase-signos, isto é, signos de secundidade e de primeiridade. Vem daí por que Peirce levou a noção de signo tão longe [...] Qualquer coisa que esteja presente à mente tem a natureza de um signo. **Signo é aquilo que dá corpo ao pensamento, às emoções, reações etc.**” (Santaella, 2017, p. 7-10) [*grifo nosso*]

<sup>156</sup> Uma vez que signo é aquilo que dá corpo às emoções, **“os efeitos interpretativos que os signos provocam em um receptor também não precisam ter necessariamente a natureza de um pensamento bem-formulado e comunicável, mas podem ser uma simples reação física (receber uma carta e jogá-la fora) ou podem ser ainda um mero sentimento ou compósito vago de sentimentos”** (Santaella, 2017, p. 11) [*grifo nosso*]

semióticas com os conhecimentos produzidos em determinados momentos (Calligaris, 1995).

Eco (1995), ao questionar por que “fascismo” é o termo agregador do autoritarismo governamental e de posturas de gestão política, como sinédoque<sup>157</sup> fenomênica, busca compreender a relação difusa que implica e que passa a guardar sob essa nomeação tais elementos comuns que trazem semelhanças associativas que agrupam familiaridades, ainda que não sejam em si mesmas sobreposições exatas factuais e categóricas. Sustenta que se buscarmos modelos de governos totalitários que dominaram a Europa antes da Segunda Guerra Mundial, como não se trata de circunstâncias históricas idênticas, o ressurgimento restaria inviabilizado. E quanto a isso há um certo consenso acadêmico.

Ainda que aproveitemos a noção que ele traz de que o fascismo de Mussolini baseava-se num líder carismático, no corporativismo, na utopia do Destino Imperial de Roma, na conquista física de novos territórios, na padronização de agências e racismo antissemita, pode-se ter apenas a percepção de um populismo, possível com discursos a partir de múltiplas perspectivas, dada a polissemia que “populismo”, ou populismos, pode arregimentar, tanto como uma vertente emancipadora e pluralista fundadora de novos começos e radicalizador democrático ou então de uma movimentação empobrecida e discursivamente homogeneizadora de igualdade estética (como tudo o que seja sensível e percebido pelos sentidos), equivalente a uma intolerância da diversidade a partir de noções da “ralé” arendtiana. Enquanto o populismo emancipador encara a vulnerabilidade como a dissolução das certezas que a modernidade nos traz, como uma oportunidade de se ampliar e sofisticar democraticamente, não reforça as formas de autoridade tradicionais; vê na “crise” o sinal da possibilidade radical de diferença e que as discriminações podem e devem ser questionadas, na condição de acolher e aceitar nossa condição vulnerável e questionar as fronteiras desse “povo”; em vez de se fechar e excluir o que é “diferente”, em vez de considerar o outro como uma ameaça, o populismo emancipador traz inclusão. Por outro lado um populismo intolerante e homogeneizante passa a estabelecer esvaziamento do diverso e do que caiba na identidade de “povo” e “nação”; num antagonismo não em si mesmo problemático em “nós” contra “eles”, haja vista a disputa inerente de interesses da política, mas da forma como a divisão

---

<sup>157</sup> Sinédoque é uma figura de linguagem metonímica que implica em *pars pro toto* (parte pelo todo) ou *totum pro parte* (todo pela parte). É uma compreensão conjunta de várias coisas.

resolve o conflito: se liquida o conflito em si estabelecendo pluralidade de coexistência ou se visa liquidar a existência do outro como inimigo e portador em si do conflito, seja pela palavra ou pelo reconhecimento de cidadania e/ou autorização de vida e morte (Barros; Lago, 2022; p. 88 - 100).

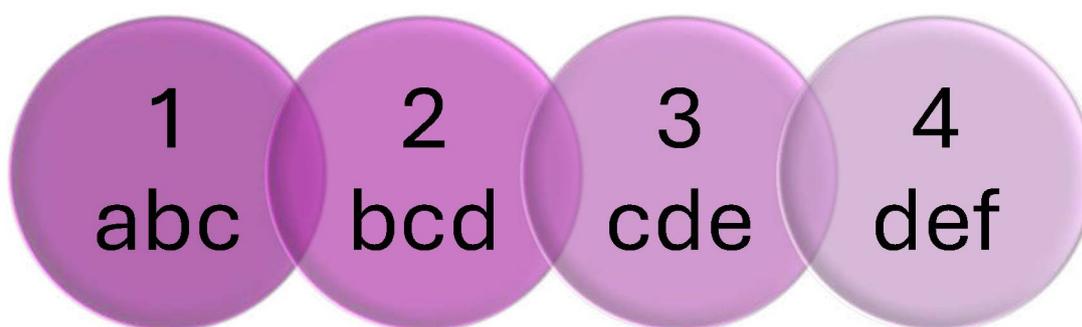
Por essa polissemia e indefinição apriorística de categorias e lugares estanques, a forma original de um fenômeno que implica um nome que tenha incidências históricas e culturais próprias de determinadas circunstâncias, não é repetível. O que não necessariamente resulte em seu desaparecimento, se o que lhe condicione sejam modos valorativos de [res]sentimentos não observados, porque normalizados como estruturantes morais e pressupostos de hábitos culturais, uma “nebulosa” de instintos obscuros e impulsos, que se implicam em hábitos linguísticos frequentemente sintomáticos de sentimentos subjacentes<sup>158</sup> (Eco, 1995). O autoritarismo do Fascismo histórico italiano, defende Eco ao buscar compreender o porquê do nome, é compreendido como uma ditadura não inteiramente totalitária, porque é débil enquanto teoria, sendo elementarmente retórico. Ainda que tenha uma precedência histórica na Europa enquanto acontecimento político, não seria a linha do tempo a determinante da priorização de nomenclatura, senão o fato de que fosse

---

<sup>158</sup> As propriedades de um signo, em Pierce, “entre as infinitas propriedades materiais, substanciais etc. que as coisas têm, há três propriedades formais que lhes dão capacidade para funcionar como signo: sua mera qualidade, sua existência, quer dizer, o simples fato de existir, e seu caráter de lei. Na base do signo estão [...] as três categorias fenomenológicas. [...] Pela qualidade, tudo pode ser signo, pela existência, tudo é signo, e pela lei, tudo deve ser signo. Quando funciona como signo, uma qualidade é chamada de quali-signo. Ora, **uma simples cor, como o ‘azul-claro’, imediatamente produz uma cadeia associativa que nos faz lembrar céu, roupa de bebê etc.; por isso mesmo, esse tom de azul costuma ser chamado de azul-celeste ou azul-bebê. A mera cor não é o céu, não é a roupa de um bebê, mas lembra, sugere isso. Esse poder de sugestão que a mera qualidade apresenta lhe dá capacidade de funcionar como signo**, pois, quando o azul lembra o céu, essa qualidade da cor passa a funcionar como quase-signo do céu. [...] O existente funciona assim como signo de cada uma e potencialidade de todas as referências a que se aplica, pois ele age como uma parte daquilo para o que aponta. Essa propriedade de existir, que dá ao que existe o poder de funcionar como signo, é chamada de sin-signo, onde ‘sin’ quer dizer singular. [...] **Sua pessoa emite sinais para uma infinidade de direções: o modo de se vestir, a maneira de falar, a língua que fala, o que escolhe dizer, o conteúdo do que diz, o jeito de olhar, de andar, sua aparência em geral etc.** são todos estes, e muitos outros mais, sinais que estão prontos para significar, latentes de significado. [...] **A ação da lei é fazer com que o singular se conforme, se amolde à sua generalidade** [...] Quando algo tem a propriedade da lei, recebe na semiótica o nome de legi-signo e o caso singular que se conforma à generalidade da lei é chamado de réplica. [...] [Estas são] as três propriedades que habilitam as coisas a agirem como signos. **Essas propriedades não são excludentes. Na maior parte das vezes, operam juntas, pois a lei incorpora o singular nas suas réplicas, e todo singular é sempre um compósito de qualidades.** Quase todas as coisas, se não todas, estão sempre sob o domínio da lei, de modo que, no mais das vezes, as três propriedades estão operando conjuntamente. Há certas situações muito particulares e até mesmo privilegiadas, entretanto, em que a propriedade puramente qualitativa fica proeminente, o que é o caso da arte, da música, da poesia, por exemplo. Há também situações em que domina a singularidade cega do puro acontecer, no exílio de qualquer lei.” (Santaella, 2017; p. 12-14) *[grifo nosso]*

um totalitarismo difuso e imaterial, de estabelecimento litúrgico militar e folclórico como identidade – elementos estes que conseguimos identificar na relação do bolsonarismo com armas, violências, “segurança”, proteção familiar individual com armas de fogo, polícias e argumentos bélicos. Essa identidade é fortemente patriarcal, simula e agudiza uma masculinidade, que coloca no poder institucional de Estado seus braços operativos.

O fascismo italiano era um aglomerado de contradições que não estabeleciam diálogo entre o que se dizia e o que se praticava – se bradava popular, mas era financiado por interesses conservadores e antipovo enquanto pluralidade. O nazismo, por exemplo, tem categorias políticas melhores delineadas como projeto “anti” contra revolucionário – antissemita, antimarxista, anticomunista, nacionalista e de extrema-direita (basicamente o que se postula em *Mein Kampf*) – e também por isso se apenas buscamos na eugenia racial seu referencial como conceito central e uno, deixa-se de observar a amplitude de associações pelos valores que fundamentam os discursos postos. Umberto Eco compreende a noção de fascismo como a noção de “jogo” em Wittgenstein, que reúne seriadamente atividades diferentes que exibem alguma familiaridade entre si.



A partir desse esquema acima desenhado em adaptação do feito pelo autor em 1995, ele explica que,

Suponhamos uma série de grupos políticos. O grupo um é caracterizado pelos traços abc, o grupo dois pelos traços bcd e assim por diante. Um é semelhante a dois por que ambos têm dois traços em comum; três é semelhante a dois, e quatro é semelhante a três pelas mesmas razões. Note-se que três também é semelhante a um (ambos têm em comum o traço c). O caso mais curioso é o de quatro, obviamente semelhante a três e dois, mas sem qualquer traço em

comum com um. Mesmo assim, devido à série ininterrupta de semelhanças decrescentes entre um e quatro, persiste, por uma espécie de transitividade ilusória, um ar de família entre quatro e um. Assim, o termo fascismo tornou-se universalmente aplicável por que é possível eliminar de um regime fascista um ou dois traços sem que ele deixe de ser fascista. (Eco, 1995)

A partir dessa explicação, equivalente ao argumento de associações metonímicas fantasmáticas de Butler, a partir da semiótica de Pierce explicada em notas de rodapé por Santaella, consegue-se evidenciar a natureza eminentemente imaterial, valorativa e moral que mobiliza sentimentos para as equivalências, as quais se referem os dispositivos de signos a partir de quando referidos e a que se referam em quanto<sup>159</sup>. Os traços típicos que Eco vem a chamar de profascismo (fascismo eterno, ur fascismo, nebulosa fascista...) agregam o já apontado no Capítulo 1 desta tese, ao reposicionarmos o fenômeno e o olhar sobre ele, e ainda que difusos, como já defeso por nós como elementar, tem alguns eixos que se reimplicam, no que chamamos de androcentrismo político – por ausência de nome desse fenômeno

---

<sup>159</sup> Para compreender a que se referem, deve-se ter em conta, como explica Santaella, que, em sendo “o fundamento um quali-signo, na sua relação com o objeto, o signo será um ícone; se for um existente, na sua relação com o objeto, ele será um índice; se for uma lei, será um símbolo” (Santaella, 2017; p.14.) Assim, “quando pronunciamos uma frase, nossas palavras falam de alguma coisa, se referem a algo, se aplicam a uma determinada situação ou estado de coisas. Elas têm um contexto. Esse algo a que elas se reportam é o seu objeto dinâmico. **A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o seu objeto dinâmico.** [...] os signos só podem se reportar a algo, porque, de alguma maneira, **esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo.** O modo como o signo representa, indica, se assemelha, sugere, evoca aquilo a que ele se refere é o **objeto imediato.** Ele se chama imediato porque só temos acesso ao objeto dinâmico através do objeto imediato, pois, na sua função mediadora, é sempre o signo que nos coloca em contato com tudo aquilo que costumamos chamar de realidade. [...] dependendo da natureza do fundamento do signo, se é uma qualidade, um existente ou uma lei, também será diferente a natureza do objeto imediato do signo, e, conseqüentemente, também será diferente a relação que o signo mantém com o objeto dinâmico. Vem daí a classificação dos signos em ícones, índices e símbolos. Assim, o objeto imediato de um ícone só pode sugerir ou evocar seu objeto dinâmico. O objeto imediato de um índice indica seu objeto dinâmico e o objeto imediato de um símbolo representa seu objeto dinâmico. [...] Vem dessa distinção tripartite a divisão dos objetos imediatos em três tipos: **descritivos, designativos e copulantes.** No caso do quali-signo icônico, seu objeto imediato tem sempre um caráter descritivo, pois estes determinam seus objetos dinâmicos, declarando seus caracteres. No caso do sin-signo indicial, seu objeto imediato é um designativo, pois dirige a retina mental do intérprete para o objeto dinâmico em questão. **No caso do legi-signo simbólico, seu objeto imediato tem a natureza copulante, pois meramente expressa as relações lógicas destes objetos com seu objeto dinâmico.** [...] Quando o objeto imediato é um descritivo, o objeto dinâmico é um possível e o signo em si mesmo, um abstrativo. Por exemplo: a palavra beleza ou ‘o belo’ é um signo abstrativo que tem por objeto imediato um descritivo cujo objeto dinâmico só pode ser um possível, quer dizer, todas as coisas que foram, são e serão possivelmente belas. Quando o objeto imediato é um designativo, quer dizer, quando dirige a mente do intérprete para seu objeto dinâmico, este só pode ser uma ocorrência, coisa existente ou fato atual do passado ou futuro. Nesse caso, o signo em si é um concreto, quer dizer, algo concreto, existente. Quando o objeto imediato é um copulante, apresentando relações lógicas, o objeto dinâmico é um necessitante, algo de caráter geral, um tipo, e o signo em si é um coletivo.” (Santaella, 2017; p. 14-17) [*grifo nosso*]

represtável. A nomeação se dá porque tais eixos se prestam a reafirmar instâncias e formas de poderes acomodados num sistema intrinsecamente masculinista, e que coexistem em paralelo com eixos valorativos de associações “familiares” que são aptos a carregar a “nebulosa” fascista imaterial e coagular vários elementos que a princípio não se combinariam. A noção de associações simbólicas apresentadas e a noção percebida por Butler de que “gênero”, e o conseqüente movimento antigênero, passa a ser elemento chave no eixo aglutinador principal de medos revisitados contemporaneamente, no que Eco chamou de protofascismo em 1995 – período em que Silvio Berlusconi é primeiro-ministro italiano (ele mesmo um modelo *beta* de Donald Trump) são elas mesmas leituras e explicações semelhantes, cuidando sobre fenômenos análogos, ainda que nomeadas diferentemente enquanto compreensão fenomênica (“nebulosa” e “fantasmática”) do produto do fenômeno, esse de nome comum: *protofascismo*.

Para seguirmos na Itália, uma vez que todos os caminhos aparentemente seguem nos levando à Roma, em maio de 2022, Giorgia Meloni (que ganha projeção política a partir de 2008 como Ministra da Juventude de Berlusconi), antes de ser eleita primeira-ministra, discursa na Espanha para correligionários do Vox (a extrema-direita reacionária espanhola) com o escopo de

[...] alertar sobre a ameaça [...] representada pela “ideologia de Greta Thunberg”, o “Novo Acordo Verde” e outras formas de “fundamentalismo climático”. **Mas a pior ameaça, enfatizou ela, continua sendo a “ideologia de gênero”, que suprime a diferença entre masculino e feminino, dedica-se ao fim das mulheres e à morte da mãe; em seguida, ela pediu às mulheres e mães que se rebelassem e lutassem por suas “identidades sexuais”.** Seu discurso enveredou em uma caricatura cruel de imigrantes do norte da África abusando de crianças. **A ideologia do gênero é como a “invasão” de imigrantes, uma vez que ambas ameaçam a família tradicional e sua tarefa de reproduzir a família e a nação etnicamente puras.** A passagem de um tópico a outro sem transição sugere uma ligação metonímica entre eles: o gênero é um migrante indesejado e abusivo, os norte-africanos estão levando abusos para a Europa e ambos estão ameaçando a nação e a própria Europa. Gênero e raça entrelaçam-se como um fantasma que ameaça a identidade nacional. (Butler, 2024; p. 262) [*grifo nosso*].

A importância desses trechos em destaque se aloca na percepção sobreposta do fenômeno que sustentamos. Quando Eco chama de “nebulosa” uma dinâmica imaterial arguindo pelo precedente do fascismo histórico como elementar, olhando para uma Itália que recalibrava em Berlusconi, um civil, as ameaças democráticas,

Butler igualmente olha para a versão contemporânea de corrosão democrática em Giorgia Meloni e pelas mensagens de seus discursos, igualmente mobilizadores de associações fantasmáticas – como ela nomeia – catalizadoras de medos e inseguranças compartilhados. Ambos narram essa forma de comunicação mediada por sistemas paralelos de significações categóricas, no que pode ser considerado metapolítica. O apelo a uma identidade nacional e a um lugar de “segurança” mítica é inerentemente passadista, em sua versão de culto à tradição, que se apresenta muito forte a partir da noção familista, segue como retórica fascista de segurança patriarcal. Certamente o tradicionalismo e conservadorismo são mais antigos que o fascismo de Mussolini, e os elementos binários patriarcais estão sedimentados nas matrizes religiosas abraâmicas; o sincretismo, que possibilitou as combinações e práticas de crenças mantendo uma espinha dorsal comum como “verdade”, acomodada nas reafirmações interpretativas do sujeito homem criado à imagem e semelhança de Deus (e não de um deus criado à imagem e semelhança de quem o imaterializa...), e portanto, “natural”.

Já tratamos desse tema em si, do Tradicionalismo e tradicionalismo e dos influenciadores intelectuais das dinâmicas neofascistas contemporâneas e suas construções paralelas, e trataremos adiante com mais elaboração das alianças neoliberais e neoconservadoras. Mas vale reiterar o destaque que Eco aponta, há três décadas, de nomes que passaram a ser revisitados, também aqui no Brasil, sobretudo a partir de Olavo de Carvalho (o fundamento “filosófico teórico” dessa extrema direita brasileira), que soma-se como patrono de outros movimentos fascistas, em aliança entre “*grandes pensadores tradicionalistas*”.

A gnose nazista nutria-se de elementos tradicionalistas, sincréticos e ocultos. A fonte teórica mais importante da nova direita italiana, Julius Evola, fundiu o Santo Graal e os Protocolos dos Sábios de Sião, alquimia e Sacro Império Romano-Germânico. O próprio fato de a mesma direita italiana, para mostrar largueza de vistas, ter recentemente ampliado seu rol de autores de modo a incluir De MaEste<sup>160</sup>, Guenon e Gramsci é prova gritante de sincretismo. Basta checar as estantes que as livrarias americanas reservam para a “new age” para encontrar até mesmo Santo Agostinho, que, pelo que sei, não era fascista. Mas o próprio fato de pôr no mesmo saco Santo Agostinho<sup>161</sup> e Stonehenge já é sintoma de profascismo. (Eco, 1995)

<sup>160</sup> Não foi encontrado qualquer referência a este nome senão nesse texto, de modo que mantivemos a citação direta para preservação do argumento de Eco.

<sup>161</sup> É em *Confissões* (2017) que Santo Agostinho passa a ser uma referência importante a essas compreensões de busca de santidade. Na obra, que integra meditações pessoais com meditações

Vale ainda trazer a recusa da modernidade e seus componentes normativos e a ideologia baseada em “Sangue e Solo” (*Blut und Boden*) que se associa com noções de gênero ao destacar reprodução, papéis sociais, cuidados, domesticidade, espaços públicos e privados e quem os ocupa, e pureza racial, num reposicionamento da marca, por assim dizer. Quando a mesma Giorgia Meloni supramencionada, em Conferência do Conservadorismo Nacional, em Roma (2020)<sup>162</sup>, defende a “família natural”, discursando sob o título “Deus, Pátria, Família”<sup>163</sup>, em evento de pares, em oportunidade que se opõe à homoparentalidade e à gestação por substituição

---

teológicas, indicando que sua conversão ao cristianismo e revelação “da verdade” se apresentam quando passou a conhecer as escrituras e abandonar os prazeres e tentações mundanas da carne. Aborda a questão das mulheres e dos comportamentos sexuais de uma maneira que reflete suas próprias experiências pessoais e sua evolução espiritual. O desejo sexual – e a contenção desses desejos – tem impacto em sua conversão; idealiza sua própria mãe como referencial de virtude cristã e amor materno, fé e devoção; e sobre a mulher não nomeada com quem teve um filho em uma relação longa, a abandona em prol de uma vida mais “virtuosa e espiritual” (Rousseau faz algo assim também. Escreve “*Emilio*” como teoria de como educar meninos, não meninas, mas ele mesmo, sustentado por suas amantes, deixa os filhos em orfanatos. Prática corriqueira ainda hoje em qualquer Vara de Família). Por trazer muito de si nesse entrelaçamento de grandiosidade de fé e pequenez do corpo e de seus desejos, habilita construções dessa associação entre sexualidade e vida espiritual, indicando que após sua conversão, ao adotar a castidade como um ideal cristão, estabelece a continência como um meio de alcançar a pureza espiritual e a proximidade com Deus. Para Agostinho, a castidade é uma virtude que permite a libertação dos desejos terrenos e a busca de um amor mais elevado e divino, implicando que, ainda que o Casamento seja uma instituição ordenada por Deus para a procriação, é na continência voluntária e do celibato que se chega a estados espiritualmente superiores. Ele vê o casamento como bom, mas a castidade e a virgindade como melhores em termos de dedicação a Deus.

<sup>162</sup> Em matéria de Lucas Ferraz, de 05/02/2020, com subtítulo “*Conferência 'Deus, honra, pátria: Ronald Reagan, Papa João Paulo II e a liberdade das nações', organizada pela fundação americana Edmund Burke, agrega líderes tradicionalistas*”, reuniu religiosos católicos, judeus e conservadores, para ouvir lideranças como Orbán, Meloni, Marion Maréchal (neta de Jean-Marie Le Pen) e algumas tantas figuras celebridades de extrema-direita. Destaque-se ainda a constante afirmação desses grupos a um retorno ao Direito Canônico e Direito Natural (disponível em < <https://oglobo.globo.com/mundo/ultradireita-de-seis-paises-se-reune-em-roma-em-laboratorio-nacional-conservador-24230115> >. Acesso em 09/07/2024).

<sup>163</sup> Dois textos da Brasil Paralelo estão anexados integralmente a esta tese ao final (Anexo 5), referente a eleição de Meloni como premiê e suas posições, bem como o que apresentam ser equivocada a conceituação de fascista a designando, ocasião que explicam o que seja fascismo a partir de suas produções de verdades. Vale aqui o destaque e a reiteração de que estas mídias possuem forte atuação e criam um sistema de educação paralela, apresentando suas construções de conceitos e definições dos fatos, a partir da junção dos elementos já tratados sobre a formação do que sejam as “Fake News”: distorções de fatos e costura de elementos associativos que não seguem um padrão de racionalidade pactuada ou que se fundamentam a partir das noções prévias e distorcidas e atravessadas por eixos inexistentes. Nas matérias anexadas da empresa de educação Brasil Paralelo, busca-se reafirmar como verdade a noção erigida falsamente de que pautas de “gênero” querem anular a família, a maternidade, e a noção de pátria, diferenciada de nação; ainda, que Mussolini era marxista – o que de fato, tem algum precedente em gênese, mas desloca a noção disputada de palavra e a referência alegórica de que o Nazismo se chamava “nacional socialismo” e isso equivalia o regime a tanto. Como temos sustentado: as palavras importam, mas importa mais nesses momentos de disputa de significações, a compreensão dos fenômenos, para assim adequá-los nominalmente em categorias mais adequadas de cognição. Os textos podem ser lidos em < <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/giorgia-meloni-nova-premie-da-italia-afirma-defender-a-familia-e-nao-aceitar-a-ideologia-de-genero> > ; < <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/principais-caracteristicas-do-fascismo> >. Acesso em 10/07/2024.

(violações de "direito natural"), destacamos trecho de seu discurso, em citação indireta, da importância que se dão em seus valores, e posicionam-se como catalisadores (e têm sido de fato, diante das mobilizações de paixões) de ousadia revolucionária, um sentimento que por muito tempo era gerido ou assim percebido pelos movimentos à esquerda e populares, em suas origens. Sobre gestação de substituição ("barriga de aluguel") igualmente há distorções e simplificações retóricas, e não resolução de contradições como a defesa, meramente discursiva, de pessoas anti-aborto para entrega a adoção.

Eles gostariam que desistíssemos de defender a família, considerando-a um conceito arcaico e atrasado a ser superado. Gostariam de nos convencer de que família é qualquer vínculo afetivo entre seres sencientes, que é sinal de grande progresso civil e moral pagar a uma mãe pobre para manter seu filho em seu ventre durante nove meses e depois arrancá-lo de seus braços e entregá-lo a quem o comprou. Rejeitamos tudo isso, sem qualquer hesitação, embora hoje considerado extremamente escandaloso e até mesmo revolucionário dizer que uma família é composta por um homem e uma mulher, e por quantos filhos eles possam ter. (Meloni, 2020; *apud* Butler, 2024, p. 263)

Essa simplificação e "novilíngua" é igualmente uma das características que Eco aponta como sinais profascistas nesse primeiro esboço ensaístico publicado<sup>164</sup> (e posteriormente arrolado como disposto aqui no primeiro capítulo), e nos parece relevante esse destaque, como um agrupador/aglutinador. A pobreza lexical e distorções conceituais de palavras, além das criações paralelas de comunicação interna e "apitos de cachorro", que comunicam apenas aos iniciados, como sinais e palavras utilizadas em determinados contextos e que podem ser dadas como menores, são elementares nessa busca de parâmetros que encerrem o fenômeno com alguma segurança, haja vista que defender a família não é algo questionável, a princípio (quem se oporia, afinal, à família, senão "desencaminhados"). Mas o contexto, quem, como e quando se fala, importam. A defesa de família desses grupos profascistas recentes é uma defesa de uma determinada modalidade familiar, estanque, sem possibilidades outras de existência. Mais: a partir dessa defesa reincorporam valores de Sangue e Solo, racistas de supremacia branca, anti-imigração, e se arvoram na posição de defensoras da maternidade e da identidade

---

<sup>164</sup> O ensaio primeiro saiu no Brasil na Folha de São Paulo, em 14/05/1995. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais/14.html> > e < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais/15.html> >. Acesso em 12/03/2024.

“feminina” do cuidado – como se houvesse uma negação por feminista e de pessoas trans sobre tal, com o intuito de apagamento da identidade “mãe”. E por essa polissemia paralela que as palavras e seus usos passam a ter dinâmicas semióticas muito próprias, que são compartilhadas entre “iniciados”.

Na mesma toada, a propaganda nazista fazia uso da linguagem em seu arcabouço de significações próprias para desqualificar e desumanizar diversos grupos, incluindo pessoas homossexuais, um dos alvos primeiros das políticas de segregação em campos. O regime empregava uma série de termos e expressões pejorativas e ofensivas para promoção de ódio e discriminação, como é tratado por Victor Klemperer (2009), filólogo judeu que viveu sob o regime nazista, e documenta como a linguagem foi manipulada para controle da população e promoção da ideologia do Reich, a partir de exemplos da língua cotidiana, propaganda, discursos políticos e documentos oficiais. Certas palavras e expressões foram usadas para criar uma realidade alternativa e continham elementos de hierarquização social a partir de noções biológicas ou moralmente inferiores. O uso de palavras específicas passou a agregar significados e significações a partir das noções estabelecidas dos regimes de verdade desses grupos<sup>165</sup>, mas que possuem reverberação em lugares comuns mais amplos.

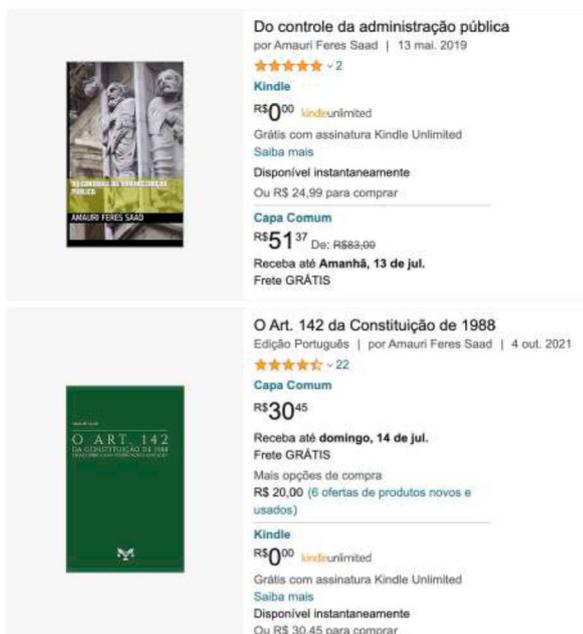
Particularmente nos fenômenos recentes – destaque-se no Brasil por ser o objeto mais direto da pesquisa, mas em articulações internacionais também estão presentes – além de “ideologia de gênero”, em si mesma com várias associações em várias construções agregativas (de aborto a pessoas trans, educação de crianças a família, *homeschooling* e “valores”, e assim seguindo), há ligações múltiplas encadeadas e que são agregadas e passam a coexistir, seja para ocultar em si palavras vetadas como nazismo e supremacia racial, seja para se aproximar de grupos que não concordem com todos as posições (como na aliança entre neoliberais

---

<sup>165</sup> Em busca na versão digital do livro, devido à disposição ao longo da obra, por ter a linguagem como objeto mais amplo, verifica-se que algumas das expressões comuns incluíam "*Entartete*" (Degenerado), usada para descrever aqueles que o regime considerava moralmente ou biologicamente inferiores, incluindo homossexuais; "*Untermensch*" (Sub-humano), termo geral de desumanização aplicado a diversos grupos considerados inferiores pelos nazistas, incluindo homossexuais. "*Sittenverbrecher*" (Criminoso de moralidade), usado para descrever pessoas cujas ações eram vistas como uma violação dos valores morais do regime, frequentemente aplicado a homossexuais; "*Homosexueller*" (Homossexual), muito embora este termo seja neutro, no contexto nazista era frequentemente usado de forma pejorativa. Além dos termos específicos, a propaganda nazista frequentemente retratava homossexuais como uma ameaça à moralidade pública e à pureza racial, associando-os a imagens de decadência e corrupção. Mais uma vez as associações de linguagem geram os efeitos borrados da “nebulosa” que Eco advoga.

e neoconservadores, aparentemente não coesa se olharmos a partir de definições fechadas; ou do incentivo ao sacrifício de “coragem” de sua base quando foi negada vacinação contra COVID-19). Situações em que os fatos são negados e arguidos como “narrativa”, ou que deva haver “intervenção militar constitucional” baseada numa interpretação do “art. 142” a fim de negar intuitos golpistas e minutas jurídicas, e que há uma conspiração em “guerra cultural” de derrocada dos “valores da família” na América Latina pela união do “foro de São Paulo”, financiada no “globalismo” de George Soros e da ONU, e assim por diante<sup>166</sup>. As associações se dão e precisam

<sup>166</sup> Por ocasião das delações de Mauro Cid combinadas às investigações da Polícia Federal (sigilo levantado em 10/07/2024; Inquérito PET 0011645, Autos Criminais [STF] 0080601-98.2023.1.00.0000), aquele que fora Ajudante de Ordens militar no Governo Jair Bolsonaro, e ao que se revela articulador e mediador dos crimes referentes às “joias” e da invasão de 08/01/2023 a partir dos acampamentos golpistas, verificou-se que a referida “minuta do golpe” foi articulada pelo que chamavam de “núcleo jurídico”, composto por Filipe Martins, Amauri Feres Saad, Padre José Eduardo de Oliveira e Silva, Anderson Torres e Mauro Cid. Gostaria de destacar os três primeiros nomes, para fins de compreensão de quem sejam e o que agregam em capital político nessa movimentação. O primeiro, Filipe Martins, mais conhecido publicamente, encontra-se preso por fazer sinal de supremacia racial em evento institucional; aluno de Olavo de Carvalho e concentra articulações neste eixo, influente assessor da Presidência para assuntos internacionais e próximo do ex-chanceler Ernesto Araújo, também olavista (e duguinista); Amauri Saad é um advogado que escreveu um “ensaio” sobre o art. 142, habilitando a interpretação de validade da ação militar em defesa da constituição de 1988. A obra pode ser adquirida gratuitamente na Amazon Brasil, e a plataforma recomenda outros livros frequentemente comprados juntos, como mostra-se nas imagens abaixo desta nota, retiradas por imagem nossa em busca não vinculada a nossa conta Amazon, portanto em resposta geral sem *cookies* de rastreo. Imagens de 12/07/2024, pela pesquisadora.



**Do controle da administração pública**  
por Amauri Feres Saad | 13 mai. 2019  
★★★★★ ~ 2  
Kindle  
R\$0,00 kindleunlimited  
Grátis com assinatura Kindle Unlimited  
Saiba mais  
Disponível instantaneamente  
Ou R\$ 24,99 para comprar

**Capa Comum**  
R\$51,37 De: R\$83,00  
Receba até **Amanhã, 13 de jul.**  
Frete GRÁTIS

---

**O Art. 142 da Constituição de 1988**  
Edição Português | por Amauri Feres Saad | 4 out. 2021  
★★★★★ ~ 22  
Capa Comum  
R\$30,45  
Receba até **domingo, 14 de jul.**  
Frete GRÁTIS  
Mais opções de compra  
R\$ 20,00 (6 ofertas de produtos novos e usados)  
Kindle  
R\$0,00 kindleunlimited  
Grátis com assinatura Kindle Unlimited  
Saiba mais  
Disponível instantaneamente  
Ou R\$ 30,45 para comprar

ser observadas desde o fenômeno, que remete a palavras-chave, mas não desde as palavras em si como se não houvesse disputa semiótica.

A linguagem e seus usos mediados e articulados são expedientes fundamentais dessa “guerra cultural”<sup>167</sup>. E também é por isso que não basta apenas nomear, mas compreender os fenômenos valorativos do nome<sup>168</sup>. Quem, quando,



<sup>167</sup> Ainda, na investigação protagonizada pelo Ministro Alexandre de Moraes (STF), ele mesmo alvo frequente de ataques desses grupos de extrema-direita, de acordo com matéria da redação do Migalhas, além do “grupo jurídico” da organização previamente referida, haveriam outros dois grupos de trabalho, o núcleo da desinformação e ataques ao sistema eleitoral, e o núcleo responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado. Aqui, queria destacar que o núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral era coordenado por Filipe Barros, deputado federal paranaense, de extrema proximidade a Jair Bolsonaro e a quem o então presidente aguarda a chegada na “reunião do golpe”. Esse mesmo Filipe Barros é a quem pertence a cartilha em anexo desta tese, sobre “erotização de crianças”. Ele também foi aluno de Olavo de Carvalho, mesmo sendo evangélico. É de Londrina, interior do Estado do Paraná, e foi o terceiro mais votado em 2022, como junta-se em anexo. Também de Londrina (e arredores) muitos membros indicados ao Ministério da Educação, via Olavo de Carvalho, no período, por ser a educação pauta estratégica desse projeto. Como já exposto, Olavo de Carvalho utilizava-se do ambiente digital para atuar em seu Curso e quem gerenciava a estratégia digital dele eram figuras de Londrina, também influenciadores religiosos (Bernardo Küster, Silvio Grimaldo e o jornalista Paulo Briguet). Neste caso de fato não há coincidências e a repetição dessas figuras e associações implicam na composição do que se convencionou a chamar de “gabinete do ódio”, dolosamente criado para agir em redes sociais. Como Filipe Barros está envolvido no inquérito de “Fake News”, passou a ter esse espaço de engajamento “jovem” ocupado por Nikolas Ferreira, de Minas Gerais. (Disponível em < <https://www.migalhas.com.br/quentes/401692/veja-quem-integrava-nucleo-juridico-do-golpe-de-estado-segundo-a-pf> > Acesso em 12/07/2024).

<sup>168</sup> Ainda, em referência a “minuta do golpe”, o terceiro nome em destaque da elaboração da mesma, Padre José Eduardo de Oliveira e Silva, no Instagram (@pejoseduardo), com mais de 400 mil seguidores apenas nessa rede social, a utiliza como meio de divulgação de suas mensagens, e por ocasião da vinculação de seu nome a tais crimes, manifestou-se em *live* que estava tranquilo e certo de seu lugar político na luta contra o aborto e ideologias que querem nos tornar todos iguais – referente a “ideologia de gênero” e “comunismo” pela compreensão desses grupos. Olavo de Carvalho tinha forte influência entre católicos, mantida por seus pupilos mais diretos, como mas também reunia protestantes com similaridade de pautas. Imagens de 12/07/2024, pela pesquisadora.



onde e como se fala, para entender o fio de Ariadne que se coloca numa complexa trama de possibilidades que passam a embrenhar no labirinto das democracias contemporâneas. As retóricas fascistas – e esse é um nome de fato adequado para os fenômenos recentes, ainda que neo, proto, pós, ur, a fim de indicar que não seja referente ao fascismo histórico a partir de Mussolini – se apropriam de reduções de complexidades do entorno factual lastreado em consensos referenciais e a partir de parâmetros comuns, em alegorias generalizantes, e atribuem valores paralelos àquela interpretação factual, mediada por alguma gnose, sabedoria, iluminação obscura a partir de “sinais” que comunicam entre conhecedores com “exclusividade”.

Para manter a referência em Umberto Eco, agora pela literatura, é uma versão de *O Nome da Rosa* com *O Pêndulo de Foucault* em que sinais apocalípticos e teorias da conspiração são interpretadas sobre e a partir de fatos – e isso pode ser percebido pelas disputas e constantes referências a Israel por grupos bolsonaristas e neoconservadores, com dupla função (ao menos): a principal e mais evidente é negar antissionismo e portanto romper associações primeiras com o nazismo; e a segunda é a de sinalizar compromissos proféticos disseminados por evangélicos neopentecostais de serem o novo povo de Deus escolhidos e que reerguerão o Templo de Salomão (e que a Igreja Universal do Reino de Deus<sup>169</sup> já iniciou na América do Sul, também em disputa de evangelização por Católicos, como documentado no Sínodo da Amazônia<sup>170</sup>).

---

<sup>169</sup> Sítio institucional da IURD, renomeado para “O Templo de Salomão” < <https://www.otemplodesalomao.com/> >.

<sup>170</sup> Sítio institucional do Vaticano, em português, sobre as diretrizes do Sínodo para a Amazônia < <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html> >.



Apoiadores de Bolsonaro usam bandeira de Israel durante ato na Avenida Paulista - Lucas Martins (@lucasport01)

Fonte: destaque da pesquisadora, retirado de matéria disponível em <  
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/25/com-bandeiras-de-israel-bolsonaristas-reafirmam-apoio-a-netanyahu-e-ao-genocidio-em-gaza#:~:text=Ao%20subir%20no%20trio%20el%C3%A9trico,dentro%20dos%20muros%20de%20Israel> > Acesso em 10/07/2024.

A matéria trata de evento político de 25/02/2024, mesma data do texto, cujo trecho é válido de menção: "Ao subir no trio elétrico, Bolsonaro tremulou uma bandeira do país de Benjamin Netanyahu, segurada também pelo deputado federal Coronel Zucco (PL-RS). A ex-primeira-dama Michele Bolsonaro terminou o seu discurso mencionando a seguinte frase: "*que a verdadeira shalom esteja dentro dos muros de Israel. Nós abençoamos o Brasil. Nós abençoamos Israel. Em nome de Jesus, amém*", disse.



 (crédito: Reprodução)

Preso [nesta sexta-feira \(28/8\)](#) pela Polícia Federal, em operação que culminou no [afastamento de Wilson Witzel \(PSC\) do cargo de governador do Rio de Janeiro](#), o presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo, foi o responsável por batizar Jair Bolsonaro (sem partido) nas águas do Rio Jordão, em Israel, em 2016.

Fonte: Imagem retirada pela pesquisadora da notícia (28/08/2020) sobre a prisão de Pastor Everaldo, que também é político, e que batizou Jair Bolsonaro em Israel, em 2016. Bolsonaro é católico, mas a proximidade com evangélicos pode ser percebida concomitante com sua popularidade nacional a partir de falas homofóbicas e misóginas, moralmente compartilhadas e que reverberam em outros setores conservadores políticos. Disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-presos-pela-pf-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-no-rio-jordao.html> > . Acesso em 10/07/2024

Não há como compreender os fenômenos fascistas contemporâneos sem compreender como a pauta de gênero e sua polissemia heterodoxa é o vetor conduíte amplo de tantas associações e distorções, a partir do meio digital – e não há como compreender possíveis respostas de solução se não endereçarmos a complexidade da questão em sua gênese, que é a fundação estruturante estatal instituída e acomodada. Essa compreensão não se faz necessária para revoluções de qualquer demanda, mas para evitar a recorrência dessa nebulosa, implicando necessariamente reformas profundas institucionais a partir do eixo gendrado.

Ao operarem os debates políticos pela lógica de redes sociais e de influência digital, e para alimenta-las, figuras como Trump e Bolsonaro, pelo uso retórico, combinam em si elementos de carisma, excessos, sinalizações para religiosos, excentricidades aspiracionais, e a forma vulgar e violenta de comunicação, curta, direta, ríspida, e tais elementos são percebidos como “liderança” por serem homens; esse agir comportamental relevado pelo entorno institucional tem como mérito expor que, por detrás dos bons modos da civilidade política da elegância republicana de tantos nesses espaços e eventual uso adequado de talheres e a sapiência de que seja importante mastigar o alimento<sup>171</sup>, no que se refere aos modos de vida androcêntricos do cotidiano, sustentado em várias disposições valorativas e frentes, essas figuras “excêntricas” tem sido aptas a darem respostas objetivas e que comunicam às massas mobilizando medos e ansiedades a partir dos “costumes”.

Falam absurdos e seguem com adesão popular, enquanto figuras à direita e à esquerda tradicionais seguem com evasivas. Não é apenas mobilização de sentimentos, mas de engajamento político através desses sentimentos, com ímpeto revolucionário, por muito tempo vinculado a movimentos à esquerda, agora posicionados como autoritários nas distorções promovidas pelo discurso desses grupos, por demandarem respeito à institucionalidade democrática. Assim se apresentam, como “rebeldes” e protetores da autonomia, porque haveria uma “fiscalização politicamente correta” da linguagem que afronta a liberdade de expressão (em regra, crimes de racismo palavrados, e aqui incluído misoginia e homotransfobia). O discurso de que são, atualmente, os protofascistas a defenderem a liberdade, sobretudo digitalmente pela via da expressão, revela a importância do meio. Revela também a incompletude das modificações sociais que se promoveram nos últimos anos.

Se por um lado há uma certa repreensão politicamente correta da linguagem, as práticas sociais seguiram as mesmas via regimes de acomodação e de como “gênero” seja o fator chave dessa inflexão na reunião de fantasias psicossociais que

---

<sup>171</sup> Matéria não assinada de 05/01/2022, de título autoexplicativo: “*Camarão não mastigado causou obstrução intestinal em Bolsonaro, diz médico*”. Acesso em 20/02/2024. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/01/05/camarao-nao-mastigado-causou-obstrucao-intestinal-em-bolsonaro-diz-medico.htm#:~:text=Camar%C3%A3o%20n%C3%A3o%20mastigado%20causou%20obstru%C3%A7%C3%A3o%20intestinal%20em%20Bolsonaro%2C%20diz%20m%C3%A9dico,-Bras%C3%ADlia&text=O%20m%C3%A9dico%2Dcirurgi%C3%A3o%20Ant%C3%B4nio%20Luiz,intestinal%20no%20chefe%20do%20Executivo> >.

incorporam tantas ansiedades e que se movem por tantas direções e aparentemente com poderes extraordinários de destruição do mundo por destruírem a família e moral tradicional (Butler, 2024; p. 28-29).

Como a pauta de gênero que profascistas utilizam enquanto vetor não é dimensionada em poder ubíquo na mesma proporção de sua dimensão fática associativa que demonstramos de origem e de como os profascistas a dimensionam, a “normalidade” democrática, via institucionalidade liberal, não se fia para a questão, senão pelas vias de suas incidências mais agudas (como violência doméstica e homofobia, por exemplo, que trazem respostas pontuais a um problema que se acomoda a uma estrutura inerentemente prejudicial aos grupos que visam proteger). As separações categóricas fechadas – inclusive nos significados de palavras – faz com que esses sistemas paralelos de comunicação e significações reverberem nos públicos-alvo a que se destinam e criem fenômenos de radicalização segregacionista.

Gênero, por não estar nas preocupações centrais da democracia liberal, opera fora do positivismo constitucional instituído, pela via dos valores. E o positivismo opera em si dentro de seu próprio imaginário e regras de aberturas hermenêuticas, ao imaginar que os fatos aparecem como são desde que se utilize o melhor método para descobri-los e que as respostas aos fenômenos são o que dizem ser. O que nos coloca em convergência ao argumento de Judith Butler (2024; p.187) ao defender a metodologia de seus questionamentos, e igualmente aqui do nosso, que não se trata de negação de fatos ou de ampliação irrazoável de categorias jurídicas e estatais ao arguirmos que a masculinidade de Estado é fator chave desse sistema que reimplicam fascismos de tempos em tempos, mas que o sistema produz esse fenômeno inevitavelmente porque o método dessa estrutura jurídica de Estado e suas obtenções de respostas determinam, até certo ponto, o que entendem como valioso e válido a nomear e observar como importante. O fascismo, pelas vias associativas que se implica, pode ter várias formas, valendo-se de valores comuns compartilhados que penetram no corpo das democracias liberais e das pessoas que as operam ao mobilizar medos do cotidiano a partir daquilo que mais estimam e se apegam. Por ora, sobrevivem pelo familismo porque inerentemente patriarcal e ilusório de segurança, em realidades capitalistas extremas que se apresentam inseguras. Isso não é negar categorias, mas buscar compreender como os quadros referenciais que organizam nossos modos de vida fazem parte do que é observado e nomeado, e não é assim tão

simples e binário, eventualmente sequer possível, desenrolar essas tramas, por mais que seja fundamental a estruturação de espaços públicos e privados a partir de premissas comuns.

Essa assepsia da moral em esferas separadas do que seja público e privado, do que seja tratável às pautas de Estado e Direito Público, como se a artificialidade da separação da organização de categorias normativas – necessárias, por óbvio, fundamentais para se ter segurança jurídica e previsibilidade – fossem estanques e bastantes em suas próprias rotações, como, pictoricamente, um gigantesco sistema de roldanas dentadas de relógio que apenas funcionem material e mecanicamente, e não atravessados porosamente pelas subjetividades imateriais constitutivas, que lubrificam essas peças, constituindo cultura, desejo e vida ela em si com sua beleza e feiura do familiar e massificado a um nível escalonável da sociedade em rede, gera uma separação fictícia de significações e pluralidades humanas mediadas por tantas questões – e a imaterialidade dos sentimentos – que além de ser de difícil processamento sistêmico (mental humano, inclusive, razão de tantas publicações sobre saúde psicológica e adoecimento social diagnosticados), apresenta um risco de alerta: o de que, desse argumento que colocamos, a partir de teóricos “perigosos” como Schmitt e Heidegger, se direcione ao fato de que a percepção da relevância desses atravessamentos imateriais que constatamos se aproxime do discurso dos Tradicionalistas (o que se evita, em tese, a partir da moralidade pública).

A oposição ao "gênero" tornou-se um elemento-chave da ascensão do neofascismo, por extremistas de direita que aproveitam com sucesso a ansiedade, a vergonha e a raiva causadas pelo neoliberalismo e canalizam as medidas em ameaças de destruição e corrosão profundas das instituições de democracia liberal até esvazia-las de sentido. De modo que a mobilização ultraconservadora contra a "ideologia de gênero" e os esforços feministas para contra-atacar reimplicam dinâmicas que ainda relutam a aceitar espaços, porque o fenômeno que se apresenta não são uma simples continuação da reação antifeminista que remonta aos anos 1970 apontadas por Rubin, mas parte de uma nova configuração política com elementos mais violentos e exógenos a patamares de consenso (Graff; Korolczuc, 2022).

O uso da palavra “ideologia” também não é irrelevante nesta apreciação. Funciona como aglutinador popular de “teoria” ou “filosofia”, como se aplicado um filtro de compreensão de mundo, inerentemente equivocado, de falsa consciência. Se distorções do conceito de Marx e Engels, que separam trabalho material do trabalho

espiritual, ou então em Althusser como formas de organização da realidade que permeabilizam nossas vidas em formas abstratas de pensamento, em Laplanche suas noções ficam mais próximas da percepção em Eco, quando códigos culturais penetram nas fantasias mais primevas, nas quais não há uma maneira clara de dissociar o inconsciente da ação da cultura (Butler, 2024; p.18-19). Essa abstração imaterial do termo “ideologia” também é usada por Arendt, que traça uma moldura muito parecida com a que enquadrámos em nossa atualidade, ao tratar do totalitarismo e busca-lo compreender como uma “ideologia” (que se revela desfocado, como o que Eco defende), escrevendo que

Os métodos do domínio total não são apenas mais drásticos, mas [...] o totalitarismo difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia<sup>172</sup> [...] sempre que estes [os governos] se tornavam realmente totalitários, passavam a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas ou de bom senso – podia mais nos ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação. Se é verdade que podemos encontrar os elementos do totalitarismo se repassarmos a história e analisarmos as implicações políticas daquilo que geralmente chamamos de crise do nosso século, chegaremos à conclusão inelutável de que essa crise não é nenhuma ameaça de fora, e que não desaparecerá com a morte de Stalin, como não desapareceu com a queda da Alemanha nazista. [...] podemos indagar se o governo totalitário, nascido dessa crise e, ao mesmo tempo, o seu mais claro sintoma, deve sua existência apenas ao fracasso, deplorável, mas talvez acidental, das tradicionais forças políticas [...]. Ou se [...] existe algo que se possa chamar de *natureza* do governo totalitário. (Arendt, 2012; p. 611-612)

O que é comum nestas percepções fascistas está precisamente destacado na forma como utilizam-se de lugares outros como meios e formas de atuação, aproveitando-se das vulnerabilidades sistêmicas da ordem posta. Assim pode-se entender gênero, que está em espaços de rodapé, relegados pelo Direito ao “privado”, ou como pautas “feministas”. Eles passam a ser conduíte de disputas de conceitos,

---

<sup>172</sup> Não há possibilidade de ampliar agora o debate também no braço de milícias, polícias e tráfico de drogas, mas vale a nota aqui de que esse também é um elemento presente no Brasil, e que poderia integrar nesse emaranhado de elementos que compõem o fenômeno.

hegemonia e verdades. São nesses pontos que se encontram também o cotidiano e os “costumes”. E é na ausência de prioridade da institucionalidade pública ao tema que a aliança de extrema direita se dá, presente na defesa da “moral, da família, e dos bons costumes”, via profissão de fé como coesão.

O relativo esgotamento das modalidades tradicionais da classe política se apresenta ainda relevantes, haja vista que, no Brasil, enquanto a esquerda política institucionalizada<sup>173</sup> alega não ser o momento para tratar de “costumes” (quando seria?), a centro direita não radicalizada discursivamente desapareceu ou se encontra em vias de (e então se beneficia das condições postas estruturalmente em ação normativa de reiterabilidade), e a direita liberal cresce, o que empobrece as possibilidades de articulação democrática e avanços no tema. Ainda que a dinâmica de caos e desestabilidade que esses movimentos protofascistas promovam não sejam perenes, que em si são suicidários, produzem o sentimento longo de solidão e insegurança. É a esse sentimento de solidão a que Arendt (2012, p. 632-639) pontua como experiência básica na vida humana em comum que inspira um governo (e uma mentalidade, acrescentamos, na produção de subjetividade do eu-sozinho) cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico, eminentemente de homens porque tal dominação política é criada por homens respondendo a necessidades de homens<sup>174</sup>. Sustenta que o terror só pode reinar a partir de homens que se isolam uns contra os outros, sendo fundamental que tais governos totalitários provoquem o tal isolamento na esfera política – que equivale à solidão na esfera social. Não são a mesma coisa.

Isolamento é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída. E, no entanto, o isolamento, embora destrua o poder e a capacidade de agir, [...] deixa intactas todas as chamadas atividades produtivas e é necessário. [...] enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. **O domínio totalitário como forma de**

---

<sup>173</sup> Sabóia, Gabriel. “Entrevista: ‘Base se formou mas não dá para aprovar pauta de costumes’ diz Zeca Dirceu, líder do PT na Câmara”, em matéria d’ O Globo, de 24/09/2023. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/24/entrevista-base-se-formou-mas-nao-da-para-aprovar-pauta-de-costumes-diz-zeca-dirceu-lider-do-pt-na-camara.ghtml> >. Acesso em 09/01/2024.

<sup>174</sup> Aqui, por uma escolha, mantivemos o termo “homens” de Hannah Arendt, e não o substituímos por “humanidade”, porque parece ser mais adequado, sobretudo porque ela mesma não entendia a necessidade da pauta feminista.

**governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (Arendt, 2012; p. 633-634) [grifo nosso]**

A força da mobilização de afetos produzidas pelo totalitarismo desfocado e que o mantem vivo mesmo quando, pela via da política institucional suas pautas perdem relevância (não presença, mas relevância), está em como segue agindo nas ansiedades mais profundas dos seres humanos e onde faz sentir naquilo que mais lhes são caros e amados, mesmo como projeção e distorção, que é em sua privacidade e intimidade, e na própria condição de si e dos seus de terem pertencimento. A forma como os grupos de extrema-direita recentes utilizam “ideologia de gênero” como argumento é em si ideologia no sentido que se refere Laplanche, citado por Butler (2024, p. 18). E também é a essência ideológica do totalitarismo arguida por Arendt utilizando a solidão como fundamento para o terror. “*Tem íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial*”. Ainda em Arendt, esclarece que “*não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma.*” (Arendt, 2012; p. 634).

Se no passado esses isolamentos e solidões eram promovidos de modo físico, muda-se o método, mas não os fins. O isolamento e o deslocamento no presente se dão pela não perspectiva de futuro, pelo uso da totalidade do tempo das pessoas como projeção econômica, e pela necessidade de se reafirmar em estruturas, daí a utilização do Direito operacionalizado pelo Estado para negar reconhecimento jurídico, e dificultar acessos. Butler (2024; p. 264-265) revela que há um motivo pelo qual “gênero” atrai ansiedades específicas, e não qualquer outro termo. Mesmo que os membros do movimento antigênero não tenham acúmulo teórico, compreendem que o gênero está relacionado a sua própria corporificação, suas formas de intimidade, seu modo de vida sexual, aos limites sob os quais vivem e imaginam, às formas potenciais de viver ou amar que as proibições tornam mais vívidas e assustadoras ao ponto de que se imagine uma sexualidade totalmente sem lei ou um sentimento desenfreado de prerrogativa que destruirá todos os vínculos sociais, propagando medo de um tabu a outro (de zoofilia a pedofilia legalizada). A subjetividade neoliberal, apesar de produzir um sujeito centrado em si e por si,

também provoca uma solidão profunda, no sentido político de isolamento e de abandono e desenraizamento, porque promove desamparo e incertezas, inclusive a de se manter e própria família, em que pobreza, endividamento e escassez já batem à porta.

E se “*Narciso acha feio o que não é espelho*”, apesar do neoliberalismo ter sido originalmente pensado como uma resposta ao autoritarismo e centralidade estatal do fascismo histórico, gera-se, a partir da subjetivação que promove, cumulada à perturbação de conceitos sobre liberalismo – econômico e político – um espelhamento fascista pela via da moral e dos costumes, do cotidiano, da família burguesa, da pauta heteronormativa (Brown, 2019, p. 218-222), porque para se constituir delega à esfera privada a responsabilidade de gestão da vida, e quem tem exercido, como regra, o papel dos cuidados e da domesticidade são as mulheres, limpando, organizando, administrando, gestando e parindo, abdicando de tempo, de talento, e de direitos. Há um movimento pelas esposas tradicionais e mulheres “de valor” como resposta às feministas que problematizam a maternidade, garantindo “segurança” dentro da “família tradicional”, as tornando como imagens aspiracionais de sucesso – e que reverbera nas inseguranças laborais presentes. A defesa de tal separação de ambientes privados e públicos é que, distante da ingerência do Estado, igualmente se está distante do “totalitarismo”, reforçando que seja uma escolha livre, e não condicionada a padrões patriarcais de acomodação. De mediador garantidor de direitos fundamentais democráticos e amplificadores de reconhecimento de cidadania, o Estado passa a assumir um papel de meramente gestor de interesses econômicos de grupos estabelecidos, como defeso pelos neoliberais, ou então em estruturas pré-modernas de organização neoconservadora. Neste eixo, a subjetividade neoliberal alimenta uma dinâmica de valores neoconservadores individualistas de coesão dos seus, numa sinergia parasitária, também como resposta ao neoliberalismo econômico e as inseguranças que promove (Graff; Korolczuk, 2022) pela via familista (Cooper, 2017).

Discutir “gênero” não é meramente uma flexão gramatical do substantivo e usar “e” ao final de concordâncias. É muito além, e revela-se pelas palavras e seus incômodos projetados na incompreensão vulgar da extrema-direita e seu léxico limitado, é ser e estar, uma presença e uma constância dada e incógnita, presença que foi naturalizada em divisão de signos binárias de como existir validamente, e concomitantemente dissipado como presença-ausência no cotidiano pela

invisibilização naturalizada, que reafirmam como nossos afetos e desejos são possíveis pela norma<sup>175</sup>, excluindo possibilidades de subjetividades pela negação declaratória de possibilidade articulada pelo não reconhecimento jurídico. É também via gênero que se coloca como a linguagem e a comunicação mediam a nossa cultura de sociabilidade política e autoriza a própria condição de cidadania, na medida que o Direito, ao se dizer neutro, reconhece formalmente a pluralidade e diversidade, mas materialmente não promove a sofisticação de se observar como parte inerente em sua gênese fundante de Estado Moderno e revisões jurídicas, como sistematizador autorreferenciado e moralmente afetado pelo androcentrismo e promotor de exclusões de partida (como a vedação de participação política das mulheres e de reconhecimento de capacidade civil, revistas no apagar das luzes do século XX no Brasil, ou então as impossibilidades e desafios ainda vigentes que impõe) ao não se ler pelo todo articulado, seguindo referencial ao sujeito masculino universal, que se centraliza como lugar absoluto e pleno de verdades jurídicas.

A não leitura do todo articulado em isonomia possui consequências práticas cotidianas, para muito além da polêmica flexão gramatical “todes”, como ocorre com consequências bastante materiais e mensuráveis ao não se observar, por exemplo, a inconsistência de temporalidade que a legislação promove ao recomendar amamentação exclusiva até o sexto mês de vida da criança e uma licença-maternidade de 120 dias (e uma licença-paternidade de 05 dias), ao não fomentar educação pública integral e creche e seguir horários laborais diários de 08 horas sem flexibilização e/ou garantias (CR, art. 7º, XVIII; CLT, art. 473, III); ao manter no Direito Penal o aborto voluntário (Arts. 124 a 127 CP) e a obstrução dolosa estatal de viabilização das modalidades vigentes de aborto legal (Art. 128; ADPF 54; PL 1904/2024), projeções de políticas públicas urbanas – e consequente gestão de necessidades de mobilidade e zoneamento, projetos de escolas e creches, de segurança (Fachin; Denora, 2022; p.57-79).

Tratar de gênero é mesmo sobre muita coisa, e quem percebe isso é a extrema-direita. E as feministas escanteadas pela esquerda institucional.

---

<sup>175</sup> Por ocasião da prisão de Caetano Veloso na ditadura militar, suas acusações foram de produzir canções “subversivas” e – destaque – “desvirilizante”. Para mais, texto de Leonardo Lichote, disponível em < <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-09-14/a-ditadura-brasileira-contra-caetano-veloso-os-arquivos-completos-da-repressao.html#:~:text=Em%201968%2C%20o%20disco%20com,o%20guerrilheiro%20da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Cubana> >, acesso em 19/09/2023

Como afirmado e reafirmado aqui: não há nada mais identitário do que a masculinidade universalizada através da institucionalidade fundacional estatal naturalizada e seus regimes de verdades jurídicas e segregações para manutenção do poder ficcional feito a sua imagem e semelhança (tal qual a de um mítico deus patriarcal criador do mundo), e que em mínima movimentação de questionamentos e demandas das reservas de poder compartilhadas (cotas de gênero e raça, por exemplo), a partir de signos outros definidos por eles mesmos, e deslocamentos refundacionais dessa amplitude percebida que destacamos, passam a responder pela violência da não elaboração de si como uma identidade e enquanto parcial, não enquanto o todo ficcionado também por eles mesmos.

Além de serem características [proto]fascistas – a masculinidade exacerbada, a violência física, a recusa pela compreensão da diversidade (sexual, de gênero, de orientação de afetos, de crenças, de raças, de povos, de culturas) e de questionamentos – indicam uma crise. Sendo aqui crise como um conflito, uma situação de disputa e tensão. A crise incidental promovida pelo tensionamento e questionamento dos espaços da masculinidade é potencialmente megalomaniaca, de comparações fálicas entre armas e carros (e foguetes e redes sociais, aos bilionários), há o conflito sobre a quem os poderes e o Poder devem e podem servir.

E é essa a vinculação que postulamos como fascistas de gênese do Estado, como a própria masculinidade em si torna seus valores e noções de poder como universais e dominantes. Essa dominação masculina (Bourdieu, 2012) é além da relação patriarcal, que a integra. Essa dominação masculina estabelece uma relação apriorística com a existência a partir dessa perspectiva, remetendo a uma alegoria essencialista fundamental, crua e instintiva, que chamamos de androcentrismo político.

## 4.2 UMA FORMA DE INTERPRETAR AS RELAÇÕES DE PODER

*“Imbrochável! Imbrochável!”*

Jair Bolsonaro, em ato político de 07 de setembro de 2022.

*“Mulheres, sujeitem-se a seus maridos, como convém a quem  
está no Senhor.”*

Colossenses 3, 18

Androcentrismo político é como nomeamos o modelo interpretativo de articulação do/s poder/es que estabelece/m o sujeito homem branco eurocentrado como sujeito universal referencial, a partir de quem, individualizável enquanto ser (“*mas nem todo homem*”) e detentor de cidadania plena e soberania absoluta para dizer o que seja Direito e a quem o Estado deva servir, mas não somente. É uma categoria ainda mais ampla. É sobre um valor interpretativo de existência que prescinde a própria formação do sujeito e submete absolutamente todas as instâncias cognoscíveis a essa perspectiva, nele inserido o patriarcado. Tal qual o capitalismo, a masculinidade se arvora nas tensões que causa por causa de si para se afirmar válida e necessária e manter o ciclo de violências que institui como normais, normativas e necessárias. O termo “androcentrismo” é emprestado de Bourdieu, mas não guarda uma relação conceitual vinculativa exclusiva aos usos do autor.

Androcentrismo é aqui utilizado como uma forma ampla de entender os sistemas de articulações de racionalidades e controle multivetoriais da ordem do masculino e da masculinidade, as tensões que habilita e que organizam a interpretação referencial de mundo, como forma de revelar que o antropocentrismo, enquanto referencial categórico, diz respeito não à liberdade e inteligência de agência da humanidade para racionalizar e organizar o mundo. É, de fato, um modelo de exercícios de poderes e universalização de controle marcado estruturantemente pelo gênero e pelos papéis sociais vinculados ao corpo dominante e “certo”, portanto, masculino, viril, heteronormativo, macho, logo androcêntrico. A politicidade que se adere é a politicidade inerente aos usos e fins desse exercício de poder e controle das interpretações referenciais de sentido, de como explicar e organizar a existência.

O masculino enquanto signo atribuiu a si o significante do poder e a legitimidade do exercício de poder como referencial pelo qual se reitera em si por

dispositivos esparsos de controle que se articulam em torno desse signo e organizam o todo de como a linguagem da existência se define e elabora.

Não é coincidência, nos parece ficar exposto aqui, e se apresenta em ação e reação, que respostas para crises econômicas sejam “cortes de gastos estatais” e isso implique cortes de gastos sociais que afetam direta e indiretamente mulheres e grupos em vulnerabilidade amplas e sobrepostas – porque isso mobiliza o que se entende como prioritário e de Direito público e comum. O Estado deixa de amparar e cuidar e passa a reorientar privadamente estruturas patriarcais de controle e gestão de produção e reprodução.

A masculinidade, variação do exercício do masculino enquanto signo, atravessa a noção de capitalismo e de Estado, bem como de escolha de prioridade de interpretação de dados e índices de relevância, porque estruturantemente vinculados e implicados como um agir do poder autorreferente em si, universalizando a parte que se reflete como o todo da humanidade, e atuando em violência para submissão e hierarquia.

Não há como considerar numa fórmula de Estado, incidentalmente à pauta de gênero (novamente: um Estado criado para gerir interesses burgueses e de seus valores conforme estes interesses a partir da heteronormatividade universalizada), ou mesmo a perspectiva de gênero em direitos fundamentais, de modo pleno, sem uma adequação do que sejam os sentidos mínimos de “gênero” e o que caiba na palavra, porque as associações amplas e imediatas trabalham pela via do discurso e dos signos pelo argumento biológico e natural como valor, atrelado a uma noção religiosa de vida. A disputa nos espaços públicos institucionais e na linguagem comum pelo sentido de gênero como uma ideologia e de gênero como uma variação não trans excludente de feminismo tem esvaziado a importante referência de que gênero também atende a porção masculina dos papéis sociais, e que tal divisão gendrada e binária tem separado universos e linguagens de normas sociais e estatais.

Essa relação poder – gênero – sujeito, ainda que cotidiana, é absorvida pela invisibilidade que esse mesmo cotidiano gera sistemicamente, e as confusões que a abstração metafísica do elemento gendrado e sua relação com o corpo físico podem causar entre o sujeito em si como origem da ação ou o sujeito como um efeito de construção social, não como um sujeito personificado e seu ato, mas um processo de reiteração através do qual emergem tanto os “sujeitos” como seus “atos”, de modo que não haja poder que atue, senão atuação reiterada que se faz poder em virtude de

sua persistência e instabilidade. Ao olhar para o corpo físico e suas construções gramaticais mediadas, Butler propõe um retorno à noção de matéria não como um local ou superfície, mas como um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria. Questionando quais as normas de regulação da materialização do próprio sexo, e não da forma de como gênero é constituído através de certa interpretação do sexo, tem-se que tal construção não é nem um ato único nem um processo causal iniciado individualmente e que implica em um conjunto de efeitos fixos. É um evento histórico que toma lugar no tempo e é, em si, um processo temporal que opera pela reiterabilidade normativa social. Porque há uma produção do significativo sexo com instabilidades constitutivas inerentes, também há a desestabilização de sua noção de verdade pela performatividade, e que implica, enquanto prática ritualizada ou reiterada, em seu efeito naturalizado, e que também habilita lacunas e fissuras que permite questionar esse processo de implicação do corpo sexuado igual a gênero referente direto imediato. Desestabilizando o “sexo” naturalizado em suas normas, há uma crise potencialmente produtiva (o produto eventual não é em si mesmo positivo ou negativo, mas um produto) (Butler, 2020; p. 26-29).

É esse valor “natural/izado” que faz com que explicações a-históricas sejam teorizadas e reafirmadas como fatos incontestes, justificadores de medidas ainda em prática, porque “normais”, binariamente reduzidas<sup>176</sup>. É essa noção divisória da existência e do cotidiano, do que seja “coisa de menino” e “coisa de menina”, que tem o potencial promotor de tragédias<sup>177 178</sup> e que está na origem de pânico morais e

---

<sup>176</sup> Lugares comuns de senso dissipado, como a de que “os homens primitivos saíam para caçar e as mulheres ficavam cuidando da prole; mulheres e prole submetidos à proteção desses homens fortes e robustos, e é isso que explicaria a guerra e virilidade e violência desses bravos sujeitos com pênis”; ou o lugar comum de que mulheres são menores e menos musculosas porque a força bruta é exercida pelos homens, e que sustenta-se como base de menos alimentos a meninas e mulheres e transtornos alimentares e deficiências de nutrientes, de desconhecimento do corpo humano a partir da mulher, que tem sua “validade” e adequação mensurada a sua fertilidade e critérios e padrões de beleza ditados pela masculinidade. Ou mesmo a interpretação das dinâmicas de acasalamento e organização social de animais. Que atribui a cores, alimentos, práticas esportivas, gostos e interesses, sexualidades conformes. Há uma conveniência argumentativa: a humanidade é bicho e instinto quando convém, e é culturalmente rica quando convém. Resta saber a quem convém.

<sup>177</sup> Em 2014 noticiou-se que no Rio de Janeiro, um filho menor, de 08 anos, foi espancado até a morte pelo pai porque o menino gostava de lavar louças e seria “afeminado” (matéria de 05/03/2014, disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342> >. Acesso em 10/07/2024).

<sup>178</sup> Em 2010 o então Deputado Federal Jair Bolsonaro declarou em entrevista que “se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele”. Posteriormente reafirmada por ele mesmo: “num contexto, eu até falei, e assumo: um garoto muito agressivo, você

controle social envolvendo uniões homoafetivas (Miskolci, 2007), por exemplo, e esse amontoado de ansiedades, distorções e conspirações valoradas em “ideologia de gênero” e educação<sup>179</sup> (Mottin, 2019).

Falar em “androcentrismo político” não se trata de um novo termo para “patriarcado”, mas de uma dinâmica ubíqua de poder estruturante e estrutural multirelacional a partir do signo masculino e da masculinidade como exercício de poder em legitimidade equivalente autoatribuída, da qual o patriarcado se insere como uma roldana importante. É no espaço territorial (e esse território não é exclusivamente o geográfico, mas também a meta geografia algorítmica, como já tratado) de onde têm ocorrido as disputas políticas e através delas geradas as crises mais agudas das democracias liberais recentes, ao pulverizar e distorcer noções de verdades factuais e os caminhos pelos quais tais verdades são reveladas nas ficções da linguagem, que fabricam, na ideia de um inimigo e de seus modos de vida, como uma afronta direta a si. A exposição e integração de adaptabilidade humana a ambientes midiáticos via hiperconectividade sensível – prescindindo dos fatos em si – combinaram-se espontaneamente entre recursos discursivos, de modo que afeta as noções de realidade como um todo, estabelecendo uma nova realidade política internamente ao que se considera o Estado Democrático Liberal do pós-guerras. Estes moldes reconfigurados nessa ágora digital extravasam para a realidade (a lógica da produção da vida foi invertida, modificada pela economia de atenção algorítmica que opera um modelo de negócio de subjetividade neoliberal mobilizando a opinião pública como resultado político) e já se confundem. As dinâmicas de realidade material e analógica passaram a operar sistemicamente pelas modalidades performativas semióticas digitais, seja com crença real nos afetos e sentimentos que mobilizam, seja porque

---

pode redirecioná-lo. E quando é meio voltado para o lado gay, você também pode redirecioná-lo." As declarações foram dadas em desfavor à Lei da Palmada. Fonte: Agência Câmara de Notícias, 01/12/2010. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/144388-comissao-vai-debater-declaracao-de-bolsonaro-sobre-punicao-a-filho-gay/> >. Acesso em 10/07/2024.

<sup>179</sup> Em 2011, no extinto programa CQC, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro declarou, ao ser questionado sobre o que faria se tivesse um filho gay: “*isso nem passa pela minha cabeça porque tiveram uma boa educação, eu fui um pai presente, então não corro esse risco*”. À pergunta “*se o convidarem para sair num desfile gay, você iria?*”, Bolsonaro disse: “***Não iria porque não participo de promover maus costumes, até porque acredito em Deus, tenho uma família, e a família tem que ser preservada a qualquer custo, senão a nação simplesmente ruirá***”. Em 10/11/2017, data da matéria com mais detalhes, noticia-se a condenação em segunda instância sobre as falas. (Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/541193/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y%C2%BB> > . Acesso em 10/07/2024)

mobilizam e funcionam, entregando engajamento e amplificando personificações de poder.

Das tensões da democracia liberal e respostas que tem sido dadas pela institucionalidade, a tensão promovida pela pauta de gênero deturpada como ideologia é certamente uma de suas manifestações, via masculinidade enquanto significante do poder, que, habituada a se identificar como e com o próprio Poder, não suporta o deslocamento da centralidade universal em perspectiva, e reage ao que entende como ataque direto a seu modo de vida e de expressão subjetiva de identificação com o poder em si mesmo como espelho.

Isso se diagnostica pelas formas que mobiliza autoridades e afetos a um ser moral abstrato e valorativo aforado e divino, remetendo a uma “tradição” que responde a seus interesses prioritários. A violência passa a ser uma linguagem responsiva colocada em perspectiva e tolerada, seja a doméstica, seja a institucionalizada nas formas de exercício do poder, em como organiza as prioridades de Estado e na valoração do tempo de quem cuida e limpa, pela mobilização de conceitos jurídicos de reconhecimento de tutelas e requisitos de amparo social, através dos sentimentos e abstrações do que seja “correto”. Para fundamentar esta dinâmica de “pátria” juridicizada, recorre aos valores dos afetos que produz como norma de submissão, mediante o recurso de “tradicional” da sua figura de autoridade, ela mesma a figura divina e primordial de “preferência” de uma mitologia religiosa que cria a partir de si para explicar o mundo que também anseia submeter. Reflete assim as noções de família e interação com a coisa pública, reservando-se como prioridade e essa prioridade sendo o “neutro”. Define e nomeia o que classifica, hierarquizando abaixo; e categoriza para si uma abstração de perfeição que se confunde com a afirmação de “*the king can do no wrong*”, porque possibilita que todo homem passe a ser senhor de suas relações familiares patriarcais e objetifiquem os referidos.

Essas figuras que mobilizam amplos signos de autoafirmação heteronormativa e de força, ao se sentirem deslocados de um lugar e um espaço de superioridade hierárquica categórica que tem para si construído como dado e universal, reagem através da violência e força autoritária, inerentemente uma resposta fascista, à não implicação direta de si enquanto “o Poder” a que se entende soberano e legítimo, e de suas articulações respectivas, seja no Estado, seja nas fés – fundamento último de validação divina e tradicional – seja na família regulada por essa mesma lógica operacional de submissão, hierarquia e de verdade.

Se desenhou um Estado Moderno que prescindia do contrato sexual como espaço privado de domínio e excluindo mulheres da esfera pública, que ao ampliar os pressupostos da democracia ao incluir em alteridade outras formas de subjetividade, tornou menos separadas as esferas fictícias de espaços público e privados, utilizando meios outros de seguir reafirmando-se como o titular soberano da ordem e da norma. As divisões gendradas passam a ser das esferas de “costumes”, e os espaços, agora autorizados, passam a ser hostis e assediadores, seja pelo riso (Soihet, 2005), seja pela violência e autoritarismo chauvinista (Kimmel, 2017).

O patriarcado é compreendido como a estrutura de poder que submete mulheres referencialmente a homens, um poder que pertence a homens, e a partir de cada referencial teórico eleito, uma perspectiva incidental tem destaque; assim, por exemplo, se a perspectiva marxista é incidental, combina-se uma base materialista para compreensão das relações de poder pela perspectiva masculina; ainda como exemplo, se por uma perspectiva feminista liberal, apenas amplia-se as oportunidades de acesso a mulheres que ascendem socialmente pela lógica patriarcal e seguem operando nessa ordem, de modo que as estruturas seguem as mesmas, agora com uma mulher ou alguém com marcações de vulnerabilidade de origem. A noção androcêntrica do corpo como realidade sexuada e depositário de princípios de visão e divisão sexuadas (Bourdieu, 2012; p. 18) que arguimos aprofunda essa relação a noções de subordinação à masculinidade como lógica de operacionalização do poder, prévias elas mesmas às estruturas incidentais, como sendo uma dimensão ampliada para além de sujeitos humanos; é uma estrutura fundamental que lastreia todas as interações a partir de um olhar sexuada derivativo gendrado com o mundo e suas significações, o que cria categorias masculinas e femininas mesmo quando não haja qualquer dimensão direta posta sob essa vertente (como com tomadas, por exemplo), o que talvez faça com que “costumes” seja uma palavra que caiba aqui, pela demarcação de identidades.

Quando substituíram a palavra “homens” por “humanidade” a própria condição existencial da vida (não apenas a humana) passou a ser submetida a um valor referencial internalizado e dissipado de sujeito homem, que passou a ser o “neutro” de uma parte como o todo, e que quando é “menos parte” responde por violências e operacionalização dos conceitos que tenha, ao fim e ao cabe apelando a um divino criado a partir de si e de seus interesses de domínio e dos valores que mobiliza a partir de tal. Como por exemplo um vestido. Um vestido é apenas um pedaço de pano

se a ele não dermos uma função; ele em si não tem sexo, e cumpre a função de segunda pele, essencialmente; não fossem os valores de significados que adicionamos à peça de vestuário, enquanto signo, bastaria a funcionalidade, mas a própria função em si já possui uma semiótica própria: quais as partes do corpo que cobre e que deixa de cobrir, a referência que esse corpo traz de seu órgão, maturidade e disponibilidade sexual; qual a cor utilizada; onde será usado; a qualidade do tecido... Um vestido deixa de ser apenas tecido porque o tecido em si e as referências culturais de seus usos passam a ser interpretadas como destinadas a determinadas ocasiões mediante reiterabilidade a determinados corpos. Isso se aplica para absolutamente tudo. E reflete na política.

A esse sistema de articulação de poderes ampliado do patriarcado que chamamos de androcentrismo político. O fascismo passa a ser um sentimento ubíquo desse tensionamento de *locus* do poder da masculinidade. Nele integram as relações de afetos incidentais moralizantes que transitam entre esferas paralelas das divisões artificiais institucionais que ele mesmo criou, como a do Estado Laico, pela via de valores e do sensível. Portanto, o que passa ser o signo compreendido como elemento de força e autoridade são os afetos performáticos (humanos) e em performatividade (pela reiteração incorporada), que quando em um “ele” são lidos como signos positivos de poder: ódio; violência; ganância/ambição; individualismo; submissão de terceiros em dominação; exploração; hierarquia; promoção de escassez e segregação para se diferenciar; autorização desejante (ao homem é autorizado ter desejo e a expressar esse desejo, porque isso também é ter controle<sup>180</sup>, e controle é domínio e poder). Se uma “ela” age com as mesmas posturas e a partir dos mesmos valores referidos, os signos passam a ser negativos e inadequados, porque o exercício de poder nestes termos, ainda identificados como tal em si mesmos, não é um traje que vista à feminilidade e ao feminino sem necessidades de adaptações inferiorizantes (o “teto de vidro” nas carreiras, por exemplo, e seus reflexos salariais). O que autoriza que os homens ajam de tal modo é a prévia tolerância e percepção social de que tal comportamento e posição são inatos e próprios daquele sujeito. Agir assim é operar pela lógica sistêmica patriarcal; e reiterar essa mesma lógica é sedimentar as

---

<sup>180</sup> Os índices e as dinâmicas dos crimes de feminicídio e violência doméstica contra a mulher; assédio laboral sexual; assédio moral; importunação sexual; violência sexual contra menores, como regra têm enquanto vítima uma mulher ou menina e um autor homem. Os homens têm dificuldade em gerir suas emoções e frustrações de um modo que não seja através de violência física e moral, porque o ideal de masculinidade que criaram pra si também é distante de padrões razoáveis de subjetividade.

circunstâncias de reiterabilidade historicizante, inclusive quando mulheres o façam – ainda que sob legitimidade questionada, ou testando limites de aceitabilidade a depender dos acessos sociais de passabilidade que tenham individualmente (logo, como exceção) (Denora; Alves; 2017).

O sistema de Estado originário opera pela lógica masculinista porque foi fundado a partir dessa lógica de controle, impregnando suas fundações de modo que seja estrutural e estruturante das próprias estruturas, seu essencialismo metafísico fenomenológico está dado. E por isso androcêntrico. As crises de tempos em tempos agudizam elementares que já estão postas, desgastando todo o verniz elegantemente articulado e disposto para tornar as estruturas mais liberais e democráticas, via impossibilitações indiretas de acesso, porque os tensionamentos de espaços são esgarçados em demasia. A corrosão que se dá na atual quadra histórica não é externa. É elementar e intestina, e é causada de modo tão violento porque vem de dentro do próprio sistema que fica exposto. Com os limites sendo testados, vai sendo relevada, ignorada como pequena, tolerada nos esgarçamentos, rasuras e manchas de limites. O fascismo expõe aquilo que há de mais visceral e violento, é o comportamento de homem tóxico e abusivo que existe em todo homem – e também em mulheres e todo o entre – que teve relevado e normalizado seus atravessamentos de limites.

O sistema constituído de gênese, como um todo, é androcêntrico e opera pela via do patriarcado. O fascismo, nos termos aqui trabalhado, é o sintoma da doença dormente, mas inoculada constitutiva, de gênese, autoimune, que se aproveita das crises que adoecem o corpo da institucionalidade estatal e de sua imunidade baixa para ser oportunista e contaminar tecidos saudios, só precisando encontrar um meio de propagação e uma mensagem de adoecimento. No momento o meio efetivo de propagação é a internet, pelas possibilidades de organização paralelas enquanto metapolítica (Tomei, 2021). A mensagem viral é “ideologia de gênero”. E como já tratamos, nela cabem associações fantasmáticas a fim de que se adapte a cada realidade particular de identidades de povo e fronteiras e utiliza uma palavra comum (“gênero”) para a polissemia. De “sangue e solo”. Pela “família”.

Na Itália há Giorgia Meloni. Na Turquia, Erdogan. Na Argentina, Milei. Na França, os Le Pen. Nos EUA, Trump. Na Hungria, Orbán<sup>181</sup>. Aqui, Bolsonaro. Todas

---

<sup>181</sup> Artigo de Elvira Palomo (2021) fala de como o Primeiro-ministro húngaro deixou a administração dos centros de ensino superior, hospitais, parques e outras instituições públicas nas mãos de

essas figuras utilizam a mobilização em “ideologia de gênero” como eixo aglutinador e a partir daí como elementar, desenvolvem associações do que lhe for conveniente. Com isso promovem alterações legais e modificações políticas e na configuração das cortes constitucionais respectivas. Orbán é o político celebridade ideal de autoritário, que desde 2010 articulou um projeto amplo de organização sistêmica com alterações legislativas e institucionais, afetando todas as esferas de governo, e ainda assim equilibrando-se com as formalidades democráticas; costuma ter espaço de honra nos eventos da CPAC<sup>182</sup> a fim de reportar seus sucessos, sempre em prol da “família”, de “sangue e solo”.

---

organizações privadas que compartilham suas ideias e valores, nos mesmos moldes do que está ocorrendo do Estado do Paraná e São Paulo nas gestões de governadores alinhados ao bolsonarismo. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-27/orban-reforca-dominio-da-ultradireita-na-hungria-com-reforma-que-inclui-gestao-das-universidades.html> >. Acesso em 15/07/2024.

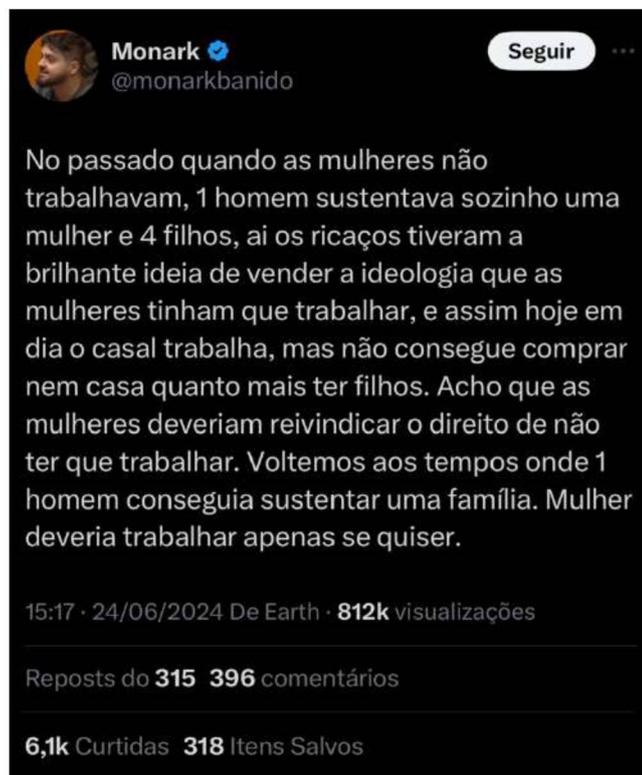
<sup>182</sup> De acordo com a sucursal Brasil da CPAC, que sediou um dos eventos internacionais de 2024 em Balneário Camboriú/SC, em autodefinição de quem são (destacamos alguns trechos em negrito): “O CPAC (Conservative Political Action Conference) **é o maior e mais influente encontro de conservadores do mundo**. Lançado em 1974, o CPAC reúne centenas de organizações conservadoras, milhares de ativistas, milhões de telespectadores e **os melhores e mais brilhantes líderes do mundo**. Em 2023, foi realizada em Washington, DC a 50ª edição do CPAC Americano. O CPAC foi criado em 1973 pelos grupos American Conservative Union (ACU) e Young Americans for Freedom (YAF) e, atualmente, **é o maior evento conservador dos EUA. Em sua essência estão os valores defendidos por ambas as entidades que lhe deram origem, como a defesa da Constituição de 1787**, o fortalecimento da soberania nacional e a crença de que apenas governos com poder limitado são capazes de garantir a **liberdade individual**. Qual é o objetivo do CPAC? Busca reunir ‘agentes públicos eleitos, lideranças conservadoras e milhares de ativistas para que aprofundem e ampliem o conhecimento enquanto capacitam conservadores com habilidades para se tornarem ativistas mais eficazes’. Ao longo de sua existência, o CPAC reuniu grandes personagens da direita conservadora americana como: **Ronald Reagan** Ex-presidente, George W. Bush Ex-presidente, Mitt Romney Ex-candidato republicano à Presidência da República (2012), Dick Cheney Ex-vicepresidente, **Donald Trump** Ex-presidente e Nigel Farage que Liderou o partido UK Independence Party. Ao discursar na edição de 2019, o ex-presidente dos EUA, Donald Trump afirmou para uma multidão de pessoas que, provavelmente, ali havia realizado seu primeiro discurso político. ‘E eu gostei tanto’, continuou, ‘que voltei para discursar uma segunda vez, e então uma terceira vez. E então eu disse, vamos concorrer à presidência, certo?’. **O primeiro brasileiro no CPAC foi o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, celebrando a união entre Brasil e EUA**. Desde a edição anterior, o CPAC se expandiu para outros países, tendo ocorrido na Austrália, Coreia do Sul, Japão e Irlanda. O primeiro CPAC ocorrido no Brasil foi realizado nos dias 11 e 12 de outubro de 2019, no Hotel Grand Hyatt, na capital São Paulo, **originado da relação entre o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro e Matt Schlapp, presidente da ACU**. Entre o rol de palestrantes estiveram nomes que se destacaram nos últimos anos por **fortes posições conservadoras e liberais em nosso país como: Damares Alves** Senadora da República pelo Distrito Federal e Ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Onyx Lorenzoni Ex-deputado federal e Ex-Ministro da Casa Civil, Luiz Philippe de Orleães e Bragança Deputado federal e membro da Casa Imperial Brasileira, Ana Caroline Campagnolo Deputada estadual mais bem votada da história de Santa Catarina e professora de história, **Filipe G. Martins** Professor de Política Internacional, analista político, e Ex-assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente Jair Bolsonaro, Taiguara Fernandes Advogado, jornalista e palestrante, Dom Bertrand de Orleans e Bragança Príncipe Imperial do Brasil, dentre outros. No Brasil, a 2ª edição do CPAC ocorreu nos dias 03 e 04 de setembro de 2021. O evento foi realizado em Brasília [...] A 3ª edição do CPAC Brasil foi realizada em Campinas/SP, no Royal Palm Hall, nos dias 11 e 12 de junho de 2022. O evento contou com a presença de figuras como **Nikolas Ferreira**, Deputado Federal mais votado na história de Minas

Quando Butler aponta que o eixo de gênero é aglutinador desses movimentos de direita, relacionado a um sentido íntimo de experiência corporal vivida, segue sustentando que não se trata de uma mera “guerra cultural” (no Brasil chamam também de “cortina de fumaça”, ou “costumes”), mas que a sensação de ameaça existencial de si provocada pelo desamparo neoliberal e as ações promovidas por várias forças sociais e políticas, que de fato estão destruindo o meio ambiente e promovendo vulnerabilidades socioeconômicas e precariedade laboral, não são percebidas pela proporção do que seja (porque são enormes e complexas, interconectadas e articuladas), ainda que sentidas. Ocasão que encontraram na defesa da “família” uma forma de coesão e criação de sensação de ameaça ao seus modos de vida (que enquanto modos de consumo talvez estejam se precarizando de fato, dados os esgotamentos climáticos e econômicos que se desenham com alguma imediaticidade), entretanto se aglutinam no eixo aderente de “ideologia de gênero” para compor as ameaças que a não perspectiva de promessa de futuro canaliza como ameaça à “família” e aos seus, como se a mera existência de um outro diferente de si seja um ataque a sua própria existência, porque mobilizam lógicas conspiratórias milenares e sustentam regimes antidemocráticos na conversão do medo da destruição em paixão fascista, quando alimentam o medo de que pessoas comuns, heterossexuais e em conformidade com o gênero, sejam despojadas de seu cotidiano e espaço consolidado na intimidade, de sua maternidade, de sua paternidade, da sua condição de homem ou de mulher, de masculino e masculinidade, de feminino e de feminilidade, da própria possibilidade dessas palavras serem impronunciáveis ou que tenham interpretações nefastas (Butler, 2024; p. 258-263).

Em vez de endereçarem as legítimas inseguranças pela via política sistêmica da demanda de preservação da vida e percepção ampla dos reais fatores de esgotamento e promotores de insegurança, atuam pela lógica de retorno a um ideal hipotético de segurança, a partir da ingerência hierárquica nuclear da domesticidade.

---

Gerais; Marcos Pollon, Deputado Federal pelo Mato Grosso do Sul, sendo o mais votado pelo estado; Augusto Nunes, Jornalista, escritor, comentarista brasileiro; **Felipe Bastos [sic]**, Deputado Federal pelo Estado do Paraná; Caio Coppolla, Jornalista; **Carlos Nadalim**, Ex-secretário nacional de Alfabetização; José Antonio Kast, Ex-deputado Chileno, fundador do Partido Republicano; **Javier Milei**, Presidente da Argentina. A 4ª edição do CPAC Brasil ocorreu nos dias 23 e 24 de setembro de 2023, no MINASCENTRO, em Belo Horizonte, MG, [...]. Em 2024, o CPAC Brasil será ainda maior. **Junte-se a nós nessa jornada pela liberdade e verdade!**”. Disponível em < <https://cpacbr.com.br/> >. Acesso em 20/07/2024.



Na imagem acima, o influenciador e produtor de conteúdo, @monarkbanido, fala (pela rede social X<sup>183</sup>, em 24/06/2024) de um passado tradicional familista em que mulheres cuidavam das crianças em casa, sustentadas por um marido e pai provedor, delimita precisamente essa questão que trazemos. O que está inserido nesse discurso é que o apelo a um movimento conservador de família patriarcal que ele sustenta se dá pelo deslocamento e destituição de um espaço que entendia como dado em si mesmo, e a insegurança gerada pelo neoliberalismo nega a promessa de futuro que acreditou certa e simples e fácil. Ataca os movimentos feministas indiretamente, reavivando a política de “criança, cozinha, igreja” nazista. Importa mencioná-lo por quem ele agrega como base e com quem ele dialoga, em rede, que são as mesmas bolhas que promovem os discursos misóginos de ataques violentos a partir de

<sup>183</sup> O X é o antigo Twitter, que foi comprado por Elon Musk, bilionário de extrema-direita, que reativou as contas de Donald Trump, encerradas após o incentivo à invasão no Capitólio em 06/01/2021, bem como de demais figuras nesta órbita, incluindo Monark, apelido desse rapaz. Essa figura é conhecida pelos absurdos que falava em seu podcast/mesacast, patrocinado por empresas grandes e monetizado pelas plataformas. Mesmo sendo comum sustentar polêmicas sob a égide da liberdade de expressão, apenas foi banido de monetização das plataformas em rede quando defendeu a legitimidade de um partido nazista como liberal e adequado. A imagem foi feita por nós por ocasião desta tese, em 20/07/2024, e as métricas de engajamento dispostas na imagem são referentes a esta proporção desde quando dita.

“gênero” e conspirações de “poderosos”, como se a “verdade” estivesse oculta numa articulação de interesses.

Essa mesma reação a formações econômicas que deixaram muitas pessoas radicalmente inseguras quanto ao próprio futuro, com sentimentos de que suas condições de vida estão se deteriorando, aglomera perfis múltiplos de heranças políticas recentes, inclusive de posições tradicionalmente referentes às esquerdas (Butler, 2024; p. 265). Os elementos dispostos na fala do @monarkbanido de que *“ricaços tiveram a brilhante ideia de vender a ideologia que as mulheres tinham que trabalhar, e assim hoje em dia o casal trabalha mas não consegue comprar nem casa quanto mais ter filhos. [...] Voltemos aos tempos onde 1 homem conseguia sustentar uma família [...]”* [grifo nosso], é a consubstanciação do resgate tradicionalista conservador, crítico da modernidade e dos deslocamentos sociais impostos pela austeridade econômica, que situam figuras entendidas como “liberais de esquerda” – próximos aos democratas nos EUA – como “antipovo”, mas também críticos ao neoliberalismo econômico.

Nessa confusão de quem seja o “povo” e na polissemia dos significados e traduções de “liberal” e “neoliberal” como aspectos políticos e/ou econômicos ou sua reimplicação a partir das noções dos EUA, países de centro e do leste europeu, como no caso da Polônia, observado por Agnieszka Graff e Elzbieta Korolczuk (2022) reagem pela via do passadismo de segurança social em que o machismo tradicional e os papéis de gênero delimitados era seguro como terreno de possibilidades, também atacando “gênero” enquanto inimigo.

Os críticos ao gênero não são apenas conservadores culturais com sentimentos profundos sobre a preservação da família tradicional em apelo à responsabilidade individual como compatível ao *ethos* neoliberal norte-americano. São também sujeitos com memória do estado de bem-estar socialista que viveram a revolução neoliberal como uma destruição da comunidade e da tradição que estavam inseridas, porque deslocaram o sujeito “homem masculino” do lugar de autoridade pelos “valores” liberais libertinos sexuais (Graff; Korolczuk, 2022; p. 31).

As constatações conclusivas das autoras polonesas se encaminham pelas mesmas sendas das nossas e das de Butler, ao afirmarem também elas como gênero ocupa uma posição de centralidade política, não sendo mera pauta de “costumes” ou distração da política real. Tanto como conjunto de questões políticas específicas quanto como nexos de uma luta simbólica onde diferenças são negociadas e definidas

e associações são feitas a partir de confusões entre o que seja direita e esquerda. As campanhas antigênero se alimentam de sentimentos religiosos e empregam um discurso moralizador, pela via dos valores e do argumento do direito natural, mas sua disseminação só pode ser devidamente entendida no contexto da ascensão de forças políticas de direita que buscam meios ideológicos e afetivos para ganhar hegemonia.

O movimento antigênero não é apenas mais uma onda de reação, uma que pode ser peculiar ao contexto pós-socialista. Nem é simplesmente uma tática do Vaticano em seus esforços contínuos para minar a igualdade de gênero. É uma nova configuração ideológica e política, um fenômeno transnacional com postos avançados tanto no Ocidente quanto no Oriente. Enquanto a reação dos anos 1980 e 1990 combinava o neoconservadorismo com o fundamentalismo de mercado (o que ainda é, em certa medida, o caso dos fundamentalistas cristãos neoconservadores nos Estados Unidos e em outros países, como o Brasil), a nova onda de populismo de direita na Europa liga habilmente o conservadorismo de gênero com uma crítica ao neoliberalismo e à globalização. Esta combinação tem uma notável coerência ideológica e grande poder de mobilização: os populistas de direita capturaram os corações e imaginações de grandes porções das populações locais de maneira mais eficaz do que os movimentos progressistas conseguiram. A coerência desta visão de mundo se baseia em três equivalências persistentes que ligam o cultural ao econômico e ao político: as elites liberais ocidentais são equiparadas à elite política e econômica global; o neoliberalismo como fonte de sofrimento e injustiça é equiparado ao individualismo como um sistema de valores e projeto ideológico; as políticas de população e igualdade de gênero são interpretadas como uma nova fase do colonialismo global. (Graff; Korolczuk, 2022; p. 164)

Enquanto característica intrínseca da visão de mundo populista de direita, os ataques à “ideologia de gênero” são fascistas, e o são porque o fascismo dá nome às paixões, como essa nebulosa de associações a partir de valores difusos. Entretanto é o autoritarismo que dá nome à realidade política emergente (Butler, 2024; p. 269).

Compreendida a articulação transnacional pela via do movimento antigênero, de características fascistas, importa que retornemos ao fenômeno brasileiro e compreendamos como a subjetividade neoliberal e o neoconservadorismo geraram, como subproduto, a desdemocratização e figuras autoritárias disputando a institucionalidade e a desestruturação de redes de suporte jurídico pelo apagamento e erradicação, pela via da linguagem, a todas as pessoas agrupadas sob os signos de “ideologia de gênero”.

## 5 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: [NEO]CONSERVADORISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO

*“There is no such thing as society. There are men, there are women and there are families”*

Margaret Thatcher, em entrevista (1987)

A palavra “neoliberalismo” quando dita no Brasil e nas circunstâncias e peculiaridades brasileiras pós 1988 traz algo de década de 1990 muito forte e vinculada à economia. Essa década fica marcada pelas políticas econômicas a partir do Governo Collor-Itamar, e das privatizações dos Governos Fernando Henrique, pela inserção do Brasil como um país formalmente democrático, interessado em ser moderno, ser atual, ser visto, com muita urgência de encantamento, com muita urgência em ser e estar, de existir em liberdade e exercê-la<sup>184</sup>, e que lidava com questões sociais profundas de miséria, fome, doença, sucateamento dos serviços públicos e do afunilamento de oportunidades e desemprego<sup>185</sup>.

O Brasil saía de duas décadas de (e todo o caudilho remanescente do que se teve na) ditadura civil-militar, estabelecida a partir de 1964, que trouxeram urgências e demandas em tantos setores como se comportou caber na constituinte, elaborando ali espaços possíveis de mais: de mais pluralidade, de mais inclusão, de mais olhares

---

<sup>184</sup> A TV e o cenário musical via grandes gravadoras exerciam controle da atenção e tinham apenas entre as emissoras elas mesmas e rádios a disputa, sendo um mercado publicitário lucrativo, como elaboraremos sobre culturas de massas, mídia e comunicação adiante. Para fins de amostragem, algumas notícias sobre os períodos da década, que apesar da influencia internacional pelo consumo, sobretudo musical e filmográfico, tinha muita expressão e relevância interna, aptas a produzir nossos próprios fenômenos, como o caso da apresentadora Xuxa. Disponível em < <https://www.revistaloficial.com.br/hommes/xuxa-tem-fortuna-maior-que-angelina-jolie-e-miley-cyrus> > ; < <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2023/01/04/veja-a-lista-quem-sao-os-famosos-mais-ricos-do-brasil.htm> > ; < <https://exame.com/negocios/xuxa-saiba-qual-e-a-fortuna-da-rainha-dos-baixinhos-valor-ultrapassa-o-de-atrizes-de-hollywood/> > ; < <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/icone-dos-anos-90-banheira-do-gugu-teve-alexandre-frota-nana-gouvea-solange-gomes-24093108.html> > ; < <https://revistaquem.globo.com/entretenimento/tv-e-novelas/noticia/2023/05/9-momentos-absurdos-da-tv-brasileira-nos-anos-90.ghtml> > ; < <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/em-1997-sushi-erotico-do-domingao-do-faustao-chocou-ate-roberto-marinho-30098> > ; < <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2021/01/de-sushi-a-macaco-relembre-os-momentos-mais-marcantes-do-domingao-do-faustao.shtml> > ; < <https://www.omelete.com.br/musica/mamonas-assassinadas-legado> > ; < <https://www.dw.com/pt-br/o-culto-aos-anos-90-tudo-o-que-%C3%A9-velho-volta-a-ser-novo/a-64491623> >. Acesso em 19/01/2024.

<sup>185</sup> Para checagem de dados e números, conferir as estatísticas oficiais do IBGE, específicas e amplas, por categorias e décadas nominais, bem como dados apreciados e metodologia. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=notas-tecnicas> >. Acesso em 19/01/2024.

do Estado agora como garantidor de Direitos e não como algoz autoritário. Há uma inversão do papel do Estado, deliberada a seus governos.

Das urgências dos anos 1990, após a queda do muro de Berlim e em tese um mundo que não disputava mais qual modelo econômico se impunha, tinha-se que resolver a economia por aqui, tornar o país interessante para o dinheiro internacional e buscar compensar o que agora se lia como atraso dos últimos anos. O discurso de modernização financeira era o do Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizava que ao Estado cabia menos, e que a economia deveria ser livre para se equilibrar. A proposta de modernização econômica anunciada pelo norte era a neoliberal, que reduzia o Estado em sua participação social, seguindo as agendas declaradas como exitosas dos governos Nixon e Thatcher, respectivamente nos EUA e Inglaterra, e as letras “FMI” estavam no Jornal Nacional todos os dias, entre diferentes planos econômicos (até o plano real no Governo Itamar) e escândalos políticos. Se por um lado a cartilha chilena neoliberal era ainda preconizada como panaceia, por outro o desenho constituído em 1988 previa o Estado presente socialmente, agora sendo ressignificado. Estava consignado na constituinte a recusa ao modelo neoliberal, verificável através de seus direitos fundamentais individuais e sociais e das garantias constitucionais ali previstas para exercê-los.

Se desenhara um Estado de bem-estar social no sul do mundo, em que o próprio Estado, a partir de suas instituições – algumas democratizadas, outras democráticas – seriam promotoras e executoras dessas garantias cidadãos.

Logo, o acesso à cidadania é universal, sendo cidadania o acesso ao Estado e à demanda política de direitos e reconhecimentos indiretos pela via judicial, e sendo universal em dinâmicas de igualdades. É uma mudança importante do que se pretende como Estado e do desenho constituído como nação, do que se tinha no modelo militar prévio. Se desenhava um Estado liberal aos indivíduos, com previsão social estabelecadora do que fosse o mínimo de dignidade humana, democraticamente inclusiva. É uma mudança importante inclusive para se pensar o que seja liberdade na democracia, quem seja livre, o que seja ser livre, se há limites nessa liberdade nesse novo contrato social, e a quem se tenha direitos, inerentes ou como pleiteáveis, para exercer tais direitos de cidadania liberal – o de ser livre e de ter direitos. Havia que se recuperar o atraso democrático numa tradição autoritária perpetuada através do cotidiano, a partir de testemunhas da repressão da subjetividade e da presença negativa do Estado que distinguia a cidadania como

gestão política de extermínio do indesejado<sup>186</sup> (Rosito; Damo, 2014). Havia que se falar em liberdade agora que se declarava a igualdade.

Por trás – ou entre – d/essa contratação social pactuada em 1988 e da força retórica que tenha, na esteira de Arendt, demandar liberdade para ser livre (2018 [1966-7], p. 17-47) e direito a ter direitos (2012 [1951] p. 369-412), *a priori* previstos no núcleo petrificado do texto constitucional, há um componente forte de poder dissipado, ubíquo, que é plural e que atravessa sendo imaterial e constituindo materialidade: a possibilidade do sujeito naquele Brasil – o sujeito que se sujeita (nalguma medida compulsória e incidental da raridade da vida) a regimes e ordens jurídicas institucionalizadas e normativas sociais – como sujeito de conhecimento, e que estabelece relações de afetos e identidade, que se diferencia e pertence referencialmente ao grupo.

Foucault manifesta que o que forma o sujeito de conhecimento, conhecimento este da ordem do resultado (“do acontecimento, do efeito” [Foucault, 2013, p. 32]), seja precisamente as condições políticas e econômicas de existência que o atravessam, e que portanto estabelecem ali as relações daquela verdade, que só são entendidas como verdadeiras porque aquele solo que formou o sujeito, os domínios do saber e os acessos relacionais que estabeleceram as verdades comungadas assim o fizeram (Foucault, 2013, p. 34).

Apenas somos possíveis enquanto sujeitos integrantes de uma sociedade determinada num espaço territorial regido por determinadas normas dentro dos regimes de verdades pactuadas como tais, e assim o somos não porque sejamos prontos e dados, independente da historicidade, mas precisamente porque estamos inseridos em historicidade e referenciais ao que nos afeta e constitui.

Somos nós e nossas circunstâncias, portanto.

Somos sujeitos possíveis nas normas que determinam a existência em horizonte ontológico e epistemológico, referencial estético de determinação de

---

<sup>186</sup> Sobre os crimes já confirmados da ditadura militar, conferir algumas matérias sobre, desde a Vala de Perus, cova coletiva descoberta já na redemocratização, cujos corpos ainda pendem identificação, bem como sobre a condenação de agentes de Estado de menor estatura militar e a busca ainda de reparação de alguns grupos. Disponível em < <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/> > ; < <https://www.migalhas.com.br/quentes/393846/ditadura-trf-4-condena-uniao-em-r-100-mil-por-persegucoes-e-prisoas> > ; < <https://www.conjur.com.br/2023-nov-29/stj-derruba-acao-danos-morais-contra-ustra-por-tortura-na-ditadura/> > ; < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-21/pela-primeira-vez-justica-federal-condena-penalmente-repressor-da-ditadura-brasileira-e-abre-precedente-historico.html> > ; < <https://apublica.org/2023/11/federacao-de-favelas-do-rio-busca-reparacao-inedita-por-perseguciao-na-ditadura/> >. Acesso em 19/01/2024.

possibilidade de instituir(-se) e ocupar espaços de poder – daquilo que se possa ser e naquilo que possa ser exercido – e como pergunta do que seja e como seja; e que ao estabelecer alianças permissivas relacionais com outros sujeitos – de conhecimento e com o mundo, estabelece-se aparecimentos politicamente determinados. Essa determinação política do aparecimento não é esvaziada e isolada, ou em si mesma. Trata-se de um aparecimento tornado político porque implicado como referencial histórico circunstancial e possível na *governamentalidade*. Isso é importante como premissa para se dizer que as determinações sociais afetam as racionalidades constitutivas dos sujeitos, que passam a responder ao mundo, em agência, dentro das possibilidades que lhe recortam e atravessam (Butler, 2021c).

Quais foram as modalidades possíveis de pessoas brasileiras e de modos de vida que a Constituição instituiu? Não como brasileira nata ou naturalizada, mas como subjetividade neste território cultural identificado como Brasil, com suas determinações geográficas e legais. Se como fundamento a dignidade humana é reconhecida *erga omnes* e *a priori*, isso implica que mais grupos sociais em coletividade poderão demandar reconhecimento jurídico estatal para exercício pleno de direitos. O momento histórico em 1988 era sobre liberdades sendo criadas sobre um passado (recente) de violência e autoritarismo, uma relação de desconfiança da coisa pública, de possibilidades em disputa, um momento histórico que se falava em liberdades e liberalismo – ninguém esclarecia bem quem fosse livre, o dinheiro ou as pessoas, ou as pessoas que tenham dinheiro – e uma renovação do que fosse essa liberdade pelo “neo”, numa igualdade formalmente declarada.

Declarar direitos é menos difícil que instituir direitos, sabe-se, sobretudo se eles demandarem políticas públicas estruturais e investimentos, como o caso de direitos sociais e que também é o caso particular do atravessamento de gênero nas relações incidentais de prestações públicas e respostas desta via, porque ao fazê-lo, a lógica que o Estado passa a operar deixa de ser masculina.

Assim, um país que rejeitou formalmente o neoliberalismo em sua Constituição Federal, em seu projeto de nação igualitária, um país que se postulava livre e que tinha culturalmente fenômenos como “É o Tchan”<sup>187</sup> e “Mamonas Assassinas” em canal aberto vespertino dominical, se pergunta como esse país ficou

---

<sup>187</sup> Para uma leitura antropológica específica do grupo musical, conferir a resenha de Coelho, L. F. H.. (2005). Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000100011> >. Acesso em 19/01/2024.

tão reacionário e moralista a ponto de se dizer liberal na economia e conservador nos costumes? Para responder a essas perguntas, é preciso compreender o neoliberalismo não pela via econômica em si de seu projeto, mas com sua amplitude de significações e principalmente na formatação em que ele atravessa a constituição da subjetividade pelas bases mercadológicas e culturais, desde as bases de seu estabelecimento ao que veio a se tornar nessa amplitude amorfa e vaga que atravessa as relações sociais, as estruturas institucionais e o mundo da vida a partir do que se convencionou a chamar-se de racionalidade política neoliberal, que ganha onipresença, velocidade e escala pela digitalização da vida em rede multirelacional, e de como as inseguranças socioeconômicas do desamparo neoliberal formataram circuitos de ansiedade social, cooptados pelo neopentecostalismo, que utiliza a pauta familista pela “ideologia de gênero” para promoção autoritária fascistizante.

Logo, nessa soma de incidências culturais, religiosas, econômicas e sociais, a família – e sua polissemia enquanto categoria ampla ou burguesa tradicional passa a ser um espaço de disputa política [gendrada] democrática.

## 5.1 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: O SACRIFÍCIO FAMILISTA DAS MULHERES

*Ken: I'll take a high level high paying job with influence, please.  
Executive Man: You will need at least MBA and now a lot of our people have PhD's.  
K.: Isn't being a man enough?  
E.M.: Right now is quite the opposite...  
K.: You guys are clearly not doing patriarchy very well...  
E.M.: No, no... we are doing it well. We are just hiding it better now.”*  
Diálogo no filme *Barbie*, 2023

O conceito de subjetividade neoliberal, conforme articulado por Wendy Brown, é um elemento importante para a compreensão fenomênica que utilizamos nesta tese, porque reposiciona noções e palavras como “neoliberalismo” noutro plano de compreensão das transformações sociopolíticas e econômicas (outrora muito repetidas e afirmada em “vilania” econômica de classe, como na introdução deste capítulo). Brown investiga como o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas econômicas, mas uma racionalidade governamental que permeia e reorganiza todas as esferas da vida humana, moldando identidades, comportamentos e formas de existência (Brown, 2015; p. 17-45). Para ela, o neoliberalismo deve ser

entendido como uma racionalidade que estende os princípios do mercado a todas as áreas da vida, configurando o sujeito contemporâneo como um "*homo oeconomicus*" (Brown, 2015; p. 79-111). Este conceito foucaultiano é ampliado por Brown para destacar como a lógica de mercado não se restringe às atividades econômicas tradicionais, prescindindo delas mesmas; mas se infiltra na subjetividade dos indivíduos, moldando-os como empreendedores de si, e operando a família por essa racionalidade, como argumenta Cooper. Nesse contexto, cada aspecto da vida é avaliado em termos de eficiência, produtividade e rentabilidade. Safatle (2018) elabora noções análogas ao buscar compreender como os afetos são mobilizados dentro da lógica neoliberal e como essa lógica impacta a subjetividade dos indivíduos, moldando experiências e influenciando o modo como as pessoas se percebem a si mesmas e se integram e interagem com o mundo.

Na mesma toada da produção de realidades e discursos que empreendemos aqui para tratar das lógicas de operação de mídia em escala, enquanto entrelaçada a essa demanda, a subjetividade neoliberal é produzida por meio de práticas discursivas e institucionais que incentivam os indivíduos a se comportarem como capital humano na lógica do capitalismo, e as plataformas digitais em rede são aditivos contributivos dessa subjetividade: se antes havia a transposição da "vida real" para o espaço digital, a lógica agora se inverte e – inconscientemente, como regra – o *ethos* digital algorítmico passa a ditar comportamentos reais para alimentar aqueles espaços<sup>188</sup>.

Esta produção ocorre através de um processo de governamentalidade que promove a autogestão, a competição e a responsabilidade individual. Assim, os sujeitos internalizam a lógica neoliberal, passando a ver a si mesmos e aos outros como unidades de investimento, constantemente empenhados em maximizar seu valor no mercado. Em reiterabilidade, tal comportamento gera consequências à experiência política democrática, posto que a racionalidade neoliberal reconfigura as pessoas enquanto uma cidadania fundada e operante pela lógica do consumo e de lucros empresariais, diminuindo o espaço para a deliberação política e a participação

---

<sup>188</sup> Expressões como "instagramável" e "viralizou no TikTok", "blogueiras", "trends", por exemplo, passaram para o vocabulário cotidiano; com enfoque em consumo, produtos são pensados para engajar nesses ecossistemas e esgotarem, criando conexões através de recortes de público-alvo e fórmulas de ação. Cafés e restaurantes passaram a ter espaços esteticamente pensados para serem reproduzidos em redes. No início de 2024, por exemplo, se tornou expressiva a presença de menores, como regra meninas, em lojas de produtos de beleza, adquirindo produtos dermocosméticos (matéria deste último disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg73z1z718o> >. Acesso em 21/07/2024).

cívica pelo aspecto de coletividade. A política é reduzida a uma questão de gestão técnica, onde as decisões são tomadas com base em cálculos econômicos, marginalizando assim as considerações éticas e compartilhadas de comunidade. São articulações revalidadas e operantes que implicam que o sujeito político (*homo politicus*) seja a mesma coisa que o sujeito econômico (*homo oeconomicus*) de modo que única validação social possível seja nessa ordem (Brown, 2015; p. 107-111).

Converter todos os aspectos da vida em termos econômicos significa que as esferas sociais, políticas e pessoais são reconfiguradas para se alinharem com os princípios de mercado, eficiência, competitividade e maximização do valor sob termos econômicos exclusivamente. Em vez de ser apenas uma política econômica, como inicialmente arguida e defesa como modelo, o neoliberalismo se torna uma lógica cultural e existencial que molda a subjetividade e o comportamento dos indivíduos, que se arvora dos aspectos valorativos da moral tradicional para estabelecer segurança a seus índices econômicos e projeções, a partir de sua própria lógica (Brown, 2019; 33-66). É relevante consignar que o neoliberalismo opera em múltiplas frentes de desarticulação de redes de amparo, promovendo a redução do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos, transferindo essas responsabilidades para o setor privado ou para os próprios indivíduos e seus núcleos familiares, como teorizado por Gary Becker (1993) e defeso por Thatcher. Esse modelo tem adaptações a cada realidade de regramento de Estado e instituições, mas precipuamente trabalha com a ideia de equivalência de Estado e Empresa, que os setores privados gerenciam e administram empresas com maior eficiência que o funcionalismo público, e que as famílias também são empresas e que devem operar por essa lógica de financeirização e lucros. Há a responsabilização individual para melhora de vida, diante da escassez e desconfiança, independente das circunstâncias sociais ou econômicas, logo, pela “meritocracia” todos podem ascender e ter sucesso, basta se esforçar. Os sujeitos são planos.

Utilizam assim, para operacionalizar as ingerências populacionais, mecanismos de mercado para regular comportamentos e decisões, promovendo competição e eficiência como valores centrais que passam a ser confirmados como regimes de verdade a partir da produção de normas jurídicas institucionais e estruturas decisórias elas mesmas também operantes pela via da razão neoliberal. A lei e as regras institucionais são reinterpretadas para se alinhar com a lógica de mercado pretendida e em prol dessa liberdade dos lucros, atuando pela redução das

regulações que limitam a atuação do mercado, permitindo maior liberdade para empresas e indivíduos agirem conforme interesses dispostos como os de mercado, através de privatizações, parcerias com terceiro setor e público-privadas e a transformação de direitos sociais em mercadorias que podem ser compradas e vendidas (Brown, 2019; p. 151-158).

Nessa interação entrelaçada de racionalidade política neoliberal, governamentalidade e estruturas jurídicas institucionais, cria-se um ambiente onde a Lei não é apenas o conjunto de regras positivados pelo Estado a partir de uma perspectiva política, mas um campo de batalhas de mercado, que utiliza o Estado como intermediador de seus interesses. As decisões jurídicas também passam a ser orientadas por critérios de eficiência econômica, e a justiça é frequentemente medida em termos de custos e benefícios, com implicações profundas em desigualdades sociais, enfraquecimento de noções de solidariedade e bem comum, e a administração pública se torna cada vez mais tecnocrática, orientada por dados e métricas de desempenho, muitas vezes negligenciando as dimensões humanas e éticas das políticas. E gostaria de me deter um pouco mais nisso das métricas de desempenho e dimensões outras que não as do lucro a partir dessa lógica do que incide nesse cálculo de preditores de segurança, sendo a segurança a segurança de abstrações numéricas de lucros ambicionados por uma lógica masculinista assim convertidas para dar apelo de “racionalidade” e “objetividade”. A própria Wendy Brown nos autoriza ao questionamento que faremos, quando aborda o gênero do *homo oeconomicus* (2015; p. 99-107), dispondo que

Historicamente, mesmo quando sua masculinidade não era explicitamente afirmada e a exclusão das mulheres da categoria não era evidente, o *homo politicus* de Aristóteles a Kant e Hegel assumia um comportamento e uma esfera de atividade masculinistas. Quer estipulado como participando no governo do comum (Aristóteles), quer paralelamente à virtude militar (Maquiavel), quer como medida e fortaleza masculinas (Weber), ou simplesmente como autonomia, racionalidade e auto soberania (os modernos), o *homo politicus* era quase sempre e expressamente masculino. Assim, como Joan Scott nos lembra, as feministas revolucionárias francesas foram condenadas como monstruosas não apenas por suas demandas, mas pelo próprio fato de agirem politicamente, da mesma forma que as reivindicações de sufrágio feminino nos séculos XIX e XX foram amplamente desprezadas como antinaturais, além de desnecessárias. Mas e quanto ao *homo oeconomicus*? Economistas modernos e contemporâneos raramente atribuem gênero a essa criatura, e quando ocasionalmente consideram a diferença sexual, geralmente é para argumentar ou implicar que a fisiologia é irrelevante para a forma,

embora não para o conteúdo, dos animais do mercado que escolhem racionalmente. A criatura do mercado de Adam Smith, o capital humano de Gary Becker, os escolhedores racionais cotidianos — nenhum deles é especificado como masculino ou presumido como gênero, mesmo quando os neoliberais reconhecem a possibilidade de atributos específicos de gênero sobre os quais certos tipos de capital humano podem ser construídos, por exemplo, jogadores de futebol ou modelos de alta costura. Na verdade, o caráter supostamente genérico da escolha racional e as supostas vantagens para todos de uma divisão de trabalho de gênero entre família e mercado são os argumentos habilmente interligados que animam o notável livro de Becker, *A Treatise on the Family*. (Brown, 2015; p.99-100)

Gênero é importante referencial, por tudo que já tratamos nas tantas páginas aqui. De modo que o *homo politicus* é um homem presumido e o *homo oeconomicus* igualmente — e conseqüentemente o sujeito de direitos, que também opera nessa mesma lógica, é homem. O Estado, quando passa a ser gerido e responsivo a partir de demandas econômicas exclusivas, sobretudo ao limitar o papel do Estado de bem-estar social, inerentemente de cuidado e em temas que afetam diretamente o cotidiano de mulheres (saúde, educação e previdência, por exemplo), também passa a incidir em seus cálculos de prioridades os interesses de seu *homo oeconomicus* como referencial.

O familismo que ganha força pelo aspecto moral como vimos tratando, é também um ricochete dessa redução do papel do sujeito, que no caso do Brasil, ainda que tenha negado uma política neoliberal econômica direta, tanto pela Constituinte na previsão e orientações sociais quanto pelos resultados eleitorais executivos a nível federal em série histórica, encontra no fenômeno espontâneo de integração midiática sensível os recursos de subjetivação neoliberal, que incidem na forma como a individualidade e os interesses personalíssimos a curto prazo, pelo consumo, constroem o liame do próprio sujeito e nos reflexos de suas demandas e interesses políticos. O consumo não é apenas de coisas e objetos. As pessoas em si, suas vidas (*“lifestyle”*), suas intimidades, passam a ser “conteúdo” e consumível.

Brown se interessa pelas reticências, pelas entrelinhas das sugestões dessas construções neoliberais, por compreender a importância do referencial de sujeito. Esse interesse é compartilhado por teóricas feministas, sempre atentas à necessidade de terem suas razões e coletividades politizadas, ainda que nesse rodapé histórico. Thatcher, citada em epígrafe deste capítulo, ali apenas simplifica as entrelinhas rotineiras da concepção neoliberal sobre a sua unidade básica de análise, o indivíduo, com aquilo que toma como unidade básica da sociedade, a família. Milton Friedman

três décadas antes, afirma Brown, escreve que “*Como liberais, tomamos a liberdade do indivíduo, ou talvez da família, como nosso objetivo final ao julgar arranjos sociais*”. E Brown traz a atenção para o “ou talvez”, a incerteza da reticência, posteriormente consolidada afirmando Friedman que “*a unidade operativa final em nossa sociedade é a família, não o indivíduo*” (Brown, 2015; p. 100).

A incoerência fundamental aqui é óbvia: se a família é a unidade operativa final, o local da liberdade, e a perspectiva a partir da qual julgamos os arranjos sociais, então o indivíduo não pode ser, e vice-versa. Uma maneira de explicar essa incoerência é que ela é ideologicamente impulsionada: neoliberais que também são conservadores são inclinados a ontologizar o indivíduo, a família nuclear heterossexual e a diferença sexual. Eles procuram enraizar cada um na natureza, em vez de no poder, e não querem que a família seja responsabilizada por individualizar ou gerar desigualdades sociais. Eles naturalizam a família como naturalizam o indivíduo livre e procuram uni-los e reconciliá-los sem se preocuparem com a lógica que alcançaria ou não isso. Outra maneira de explicar a incoerência é através da subordinação de gênero que ela tacitamente pressupõe: a liberdade individual iterada pelos neoliberais não é comprometida na família porque se refere apenas àqueles que livremente vêm e vão delas para o domínio da liberdade de mercado, não àqueles que realizam trabalho ou atividade não remunerada dentro delas. A história sendo contada, em outras palavras, não é da perspectiva de famílias como conjuntos de indivíduos genéricos, mas de uma posição social há muito associada a chefes de família masculinos. A queda, então, ocorre precisamente porque essa perspectiva é repudiada, mesmo quando é assumida.

Centralizar a família nesse desenho social de Estado neoliberal centraliza uma posição masculina de violência como lógica política e de eleição de prioridades. Essa perspectiva é plana e rasa porque considera incidências igualmente masculinas e elaboram projeções a partir desses dados. Assim, quando as projeções econômicas são feitas a partir de dados colhidos sob esse referencial, há a completa desimportância do fator gênero sob a perspectiva de mulheres e suas demandas, e da incompatibilidade de uma igualdade plana. Um Estado neoliberal, ainda que alegue não se importar com questões familiares privadas porque são pautas de “costumes”, são da liberdade dos indivíduos, operam seus dados e cálculos a partir de uma perspectiva gendrada universal, a masculina. Sustentam a centralidade da família como núcleo operacional, mas essa centralidade familiar em si obedece a uma dinâmica patriarcal incorporada e refletida, em que aquele que ganha mais – em regra o pai – está hierarquicamente e naturalizadamente no comando. As cadeias históricas que afirmaram e reafirmaram essa posição consolidada e essa naturalização já foram

discutidas. Igualmente incidental o papel do Direito nessas reafirmações naturalizantes, também já tratadas interlocutoriamente.

Quando neoliberais sustentam-se como projetos econômicos e adentram na lógica operacional do Estado, reduzem o papel das discussões de Direito preocupadas com questões sociais pela via da coisa pública, e o próprio sistema jurídico passa a ser cooptado por essa subjetividade. Evidentemente que afirmar isso não implica dizer que não se preze por eficiência e otimização na coisa pública, e em como o dinheiro público é gasto a partir do orçamento público. Mas é afirmar, enquanto também se pergunta, como esse orçamento tem suas prioridades definidas: se para socorrer empresários mi/bilionários e bancos depois da bancarrota ou se para prestação de serviços sociais. Porque serviços sociais prestam um amparo direto à domesticidade e cuidados de produção e reprodução.

Os elementos do cotidiano de mulheres são ignorados na fórmula do orçamento público porque gênero não existe como uma linguagem de fato compreendida a partir de suas realidades compartilhadas e em regra, senão pela perspectiva masculina. A individuação e particularização de experiências a partir do feminino e com olhar feminista é relevante quando compartilhada em politicidade, porque estabelece comunidade e evidencia que há uma profunda ausência de respostas válidas e satisfativas que promovem e afetam o que se sente. E é aqui que há um centro de demandas compartilhado em algumas esferas. Seria mais simples para responder e compreendermos esses tantos fenômenos sobrepostos nesta tese trabalharmos com conceitos consolidados e de menor abstração a partir de binarismos de direita e esquerda, contidos nelas suas definições originárias acadêmicas. Utilizando-se esse método teríamos respostas mais objetivas. Mas também menos completas.

Há uma enorme politicidade nas mulheres e grupos LGBTQ+, porque há uma enorme desconexão entre as respostas institucionais e as realidades enfrentadas por esses grupos. Mulheres manifestavam elevada rejeição eleitoral a Jair Bolsonaro porque entendiam os signos de violência que ele representa em sua postura, e por isso a imagem de sua esposa, Michele Bolsonaro, como mulher de fé e comunicadora, tem sido mais explorada: porque é por ela que mulheres neopentecostais, pela via da religião e ainda que sejam lideranças, reafirmam as estruturas patriarcais de poder na segurança familista. Estão se apropriando da figura da mãe, muito explorada por católicos com a Virgem Maria, mas uma mãe zelosa que se reafirma na beleza e

feminilidade e em sacrifícios para que tenha sucesso – um sucesso lido como empresarial. E em defesa da família tradicional.

A racionalidade neoliberal, sendo esta então um método de gestão da vida, implica aqui como uma combinação dessas disposições sacrificiais neoconservadoras. Implica a lógica que opera e que reafirma em prioridades. Reafirma o poder como masculino referente, androcêntrico, posto que recorrido na naturalização biológica do todo. O sacrifício é recompensado pela lógica imaterial da fé. As mulheres religiosas neopentecostais (e católicas mais conservadoras) tendem a aderir a estas dinâmicas porque as paixões fascistas mobilizadas implicam nelas uma sensação de poder e conquistas pelo sacrifício à família, num regime de violências indiretas e/ou simbólicas que ficam a menor quando nos voltamos mais uma vez aos dados de violência de 2024, e percebemos que nos casos de violência contra a mulher em geral, há preocupante crescimento. Enquanto homicídios caíram – e como regra o tipo penal de homicídio tem como vítima homens – o de feminicídio – crime que vitima mulheres porque são mulheres e estão em situação hierarquicamente diminuídas – aumentou, bem como o de homicídio em que mulheres são vítimas. O que os índices revelam é que no cotidiano mulheres estão morrendo em casa por parceiros, ex-parceiros, ou por outros homens de sua domesticidade, a quem há um liame de confiança na relação (Abreu, 2022).

Mulheres não estão seguras no espaço que o patriarcado as delegou. Os demais índices correlatos ao tema, que submetem menores, em sua maioria meninas, a violência sexual e física, bem como idosas, igualmente mostram aumentos. Estamos falando de crimes, logo, de temas que há mais de dez anos, no caso de violência doméstica, e no de feminicídio há nove, encontram-se regulamentados (FBSP, 2024). A tutela criminal nesses casos é absolutamente cabível, até mesmo para que tenhamos os números do fenômeno, mas em si mesma não resolve o problema. Quais as explicações possíveis para que haja esse aumento, para onde não estamos olhando?

Que os fenômenos autoritários recentes são majoritariamente masculinos e patriarcais, reúnem homens e seus signos de violência e metalocais de agremiação, já temos como dado. Aqui, voltamos a Brown, e com ela voltamos a olhar para a oscilação entre indivíduo e família e sua proposta de como e quando o neoliberalismo se torna uma racionalidade governante e essa gestão sacrificial se dá. Ela nos traz algumas perguntas para construção da resposta:

O que a oscilação entre indivíduo e família realiza semioticamente quando o *homo oeconomicus* é figurado como capital humano e vence todas as outras imagens do humano? Aqui, temos que perguntar sobre a relação do apêndice ao objeto principal da frase de Thatcher. Conceitualmente e retoricamente, qual é o trabalho realizado pela frase após a elipse na afirmação de que 'existem apenas homens e mulheres individuais... e suas famílias'? A família está sendo posicionada como pano de fundo, como uma posse, ou como uma extensão do indivíduo? É uma forma alternativa de descrever o indivíduo — sua forma mais completa ou ampliada? Ou é uma associação à qual o indivíduo e sua conduta estão subsumidos? A família é algo que o *homo oeconomicus* 'tem' ou 'é'? A família pertence a ele, ou ele à família? Ou a família alquimicamente compreende o indivíduo? O neoliberalismo posiciona a família como parte do mercado, adjacente a ele, ou como uma esfera não mercantil que pode, no entanto, ser 'economizada' [...], ordenada e refratada pela razão econômica? (Brown, 2015; p. 101)

As perguntas que Wendy Brown promove com a busca da referência do sujeito econômico que assujeitam os dados pelos quais os governos e as governamentalidades (Foucault, 2023b; 157-182) neoliberais incidem nessa família ideal em um sujeito ideal que questiona, agora em perspectivas até pequenas, de tão analógicas, encaminham a um segundo tomo de perguntas que comportam aglutinadas, sobre o que mantém as famílias ou sociedades unidas em regimes neoliberais.

Quando a razão neoliberal lança cada humano, positiva e normativamente, em todos os domínios da existência, como capital empreendedor auto investidor, responsável por si mesmo e esforçando-se para valorizar seu valor em relação a outras entidades de capital, como isso se comporta com o domínio baseado em necessidades, explicitamente interdependente, afetivo e frequentemente sacrificial das relações familiares? Como a família é considerada coesa a partir de elementos de capital humano auto investidor? Como é até possível pensar em sua 'liberdade' ou 'interesses' quando não é nem corporativa nem individual? Gary **Becker recorre à noção de 'renda psíquica' para explicar a mãe que se sacrifica por seus filhos e sofre privações econômicas por seu 'natural' compromisso com os cuidados.** Mas Becker deixa fundamentalmente intocada a questão de o que mantém as famílias unidas, dada a falta de aderência social no próprio capital humano. Quando só existe o *homo oeconomicus*, e quando essa figura está implacavelmente comprometida em valorizar seu próprio valor individual, como a família, para não mencionar a ordem social mais ampla, coesiona? (Brown, 2015; p.102)

Ainda que não pela via da preocupação de gênero, sobre qual seja o sexo e o gênero desse sujeito econômico ideal, há uma perspectiva crítica ao sujeito ideal em seus sentimentos e motivações que manifestem que seja uma representação falsa

de pessoa humana, por negar os arranjos humanos orbitais ao sujeito em si. De modo que o *homo oeconomicus* reduzido a capital humano é falso: “*não apresenta a conduta que une famílias e sociedades e também é falsamente autônomo — despojado de necessidades e dependências*” (Brown, 2015; 103). Mas importa como redução ao indivíduo e sua esfera de alcance de possibilidades de acesso e controle, ainda que ilusório, a fim de explicar e processar fenomenicamente sua cognição, que segue, em maior ou menor medida, revelando que a perspectiva de gênero, ao ser ignorada e dada como posta e resolvida no ideal de universalidade igualitária e liberdade, segue pela perspectiva masculinista patriarcal de realidade absoluta. As mulheres e suas incidências seguem fora da conta econômica e logo, dos dados, seguem fora da pergunta, seguem fora da distinção pela falsa igualdade, a formal (Goldin, 2024).

O sujeito liberal tanto pela economia quanto pela política e suas respostas jurídicas segue retratado a partir de um ponto de vista masculinista e burguês branco universal, alimentado por fontes e qualidades que não são apresentadas na história e não se refletem nos interesses mediados pelo Estado. Somente membros performaticamente masculinos de uma divisão sexual do trabalho de gênero podem fingir o tipo de autonomia que esse sujeito exige; para unir a ordem social, a ilusão de autossuficiência do sujeito depende de esforços invisíveis, expropriados, denegados, de outros e que não entram na fórmula econômica e nas respostas jurídicas que são dadas (Brown, 2015; p. 103-105). Mas que estão no cotidiano familiar e implicam nas realidades materiais e imateriais das mulheres (Marçal, 2017; Goldin, 2024), que demandam conquistas e espaços em aliança.

Pela via das teóricas feministas – que são também objeto de suas pesquisas, mas assim assumem, como eu faço também aqui – gênero passou a ser pautado como uma demanda incidental. As reações previsíveis e imprevisíveis da ordem do discurso e das mobilizações políticas passaram a se corporificar. Entre as implicações de novas tecnologias, mediações e comunicações, igualmente novas formas de ocupar espaços institucionais ou institucionalizáveis pelos quais se estava ausente ou não representadas passa a ser observado como necessário e todas as formas de politicidade, sempre de maior interesse das mulheres e comunidade LGBTQ+, foram apresentadas em legitimidade. Uma das reações foi e tem sido a de não compreensão do que seja gênero. Butler diz que quando os padrões linguísticos de “*clareza se tornam parte de uma disciplina hermética, não são mais comunicáveis, e o resultado disso é, paradoxalmente, uma clareza não comunicável*” (Butler, 2022; p.404).

Quando movimentos religiosos passaram a chamar o válido questionamento de perspectiva de gênero e de como as respostas são coletivizadas e universalizadas e sob quais perspectivas, ao mesmo tempo que as pessoas passaram a ter mais liberdade de se posicionarem e se auto representarem e se autoneomarem, os padrões comportamentais passaram a trazer outros valores e outras modalidades, também houve a reação fortificada de explicações dos fenômenos por medos e ansiedades sentidas em ameaça a suas verdades e identidades, pela “ideologia de gênero”. Nos mesmos espaços em que mulheres e LGBTQ+ passaram a mostrar-se e produzir debates, também os homens brancos violentos passaram a se apresentar (Kimmel, 2017).

O ressentimento niilista de futuro negado a homens brancos é explorado também por Wendy Brown (2019, p. 197-228) que explica esse elemento do sentimento,

Segundo Nietzsche, o niilismo começa com a ascensão da razão e da ciência como desafios a Deus e a outras formas de autoridade, desafios que revelam como todo significado é construído e como todos os fatos são desprovidos de significado inerente. Max Weber chama isso de “desencantamento”. Tolstói de “dessacralização” – suas diferentes inflexões e abordagens da questão convergem no acordo de que o valor intrínseco abandona o mundo. (Brown, 2019; p. 197)

Perceba como há uma tentativa de explicar um sentimento de desamparo, de despertencimento de algo. Há aqui um deslocamento, uma destituição de valores, antes elevados, que tem uma reação quando são desatracados de seus fundamentos. As mulheres sempre tiveram necessidade de se adaptarem como grupo, para sobreviverem, fossem enquanto bruxas, enquanto mães, enquanto representantes do demônio, ou mesmo em suas comunidades enquanto lideranças (Federici, 2017; 2019a; 2019b). As adaptações em reiterabilidade por tantos ciclos consolidaram na ordem do naturalizado aos homens brancos a identificação do poder consigo mesmo. Esse lugar é deslocado e tem sido questionado em sua legitimidade.

Nesse eixo de deslocamento, passam a apelar para suas validações históricas e míticas de seus próprios mitos em resposta ao declínio da hegemonia branca masculina no contexto do neoliberalismo, mas também no contexto do papel privado familiar para esse homem que exerce uma autoridade equivalida a uma autoridade divina patriarcal que lhe foi naturalizada por esse mesmo ser mítico a imaterial pela esfera de valores familiares. Essa duplicidade e ambivalência de modos

é presente e verificável no Brasil, que não teve um estado de bem-estar plenamente alcançado e igualmente não teve um neoliberalismo econômico plenamente configurado. Nessa tentativa de alcançar as modas de gestão pública do norte global, as adaptações próprias foram também se dando e implicando, entre elementos sobrepostos e inovações adaptativas. Se por um lado a racionalidade neoliberal individualista possibilitou também algumas conquistas individuais, há um declínio do privilégio tradicionalmente associado aos homens brancos como único espaço possível de regimes de verdades, sendo elas em si questionadas em seus referenciais e eixos de incidência fática a serem considerados como elementares de uma realidade plural e democrática em que caiba mais gente. O neoliberalismo não apenas reconfigura as esferas econômicas e políticas, mas também reestrutura as subjetividades e os modos de existência e de como se operam as respostas.

Para os homens brancos, que historicamente detiveram uma posição de privilégio, essa reconfiguração representa uma perda de *status* e poder político, das regras do jogo que eles mesmos estabeleceram, levando a uma crise identitária deles – quem eles são se não são a universalidade? A sensação de despossessão e a percepção de que não há futuro promissor, como infere Brown, reforçam esse sentimento de niilismo, de desamparo, profundo, onde a vida parece desprovida de significado e propósito. Tal [res]sentimento (o sentimento remoído e sentido diversas vezes e dolorido em todas as vezes de sua repetição) se manifesta politicamente na via fascista autoritária, canalizando-se em movimentos reacionários e populistas que visam restaurar um passado idealizado de dominação branca masculina. Esse ressentimento é alimentado por narrativas que culpam minorias raciais e étnicas, bem como movimentos feministas e LGBTQ+, pela perda e deslocamento de espaços. Há um fatalismo que permeia a psique dos homens brancos, onde o futuro é visto como inevitavelmente sombrio e fora de controle. Esse sentimento de impotência contribui para a aceitação de discursos autoritários que prometem restaurar a ordem e o poder perdidos e buscam figuras em espelhamento narcísico para se sentirem devidamente posicionados (Brown, 2019; p. 197-222). Ainda que não ofereça uma solução real, e agrave as crises sociais e políticas, oferece uma resposta sensível. Nem que seja pela naturalização da violência, ao terem reafirmados os “valores” da família, porque reafirmar tais valores é retornar a um estágio patriarcal pronto e inquestionável de tradição.

Veja: os fenômenos autoritários contemporâneos, com elementos fascistas, se dão em múltiplos territórios e combinam elementos de cada população e povo que declara representar. Wendy Brown (2019, p. 222-225) argumenta que quando o neoliberalismo é reduzido a uma racionalidade econômica, há três deslocamentos territoriais na organização e consciência do espaço, corroborando com as reações políticas que ocorrem: (a) o horizonte perdido do Estado-nação em consequência da globalização pelas mobilidades de capitais e pessoas, produção, consumo, fronteiras e enfraquecimento da soberania, que incita rancor contra imigrantes, a política e políticos e aqueles que aceitam e os que não aceitam essas trocas; (b) a dissolução neoliberal do social, quando o neoliberalismo opera pela lógica de mercado de um lado e de outro pela lógica familiar, desaparecendo o senso de bem-comum cívico enquanto as esferas digitais operam uma sociabilidade outra, nova, radicalmente desterritorializada e desdemocratizada, sem protocolos de partilha de poder, que ainda que potencialmente democratizadores em virtualidade, sozinhas não substituem as práticas democráticas de igualdade e liberdade políticas que exigem para si (até mesmo porque não são Estados-nação); e (c) a ascensão do capital financeiro e da modalidade de valor que introduz os poderes vaporosos das finanças que a tudo governam mas que não vivem em lugar nenhum.

Essa clivagem social da globalização econômica que a autora aponta passa a ser um diálogo passível de desenvolvimento entre Goodhart e Schmitt, aquele ao captar a reação subjetiva branca ocidental a tais modificações, e este por meio da propriedade, da casa, do matrimônio, da família e da herança, ao afirmar que todos os domínios da vida, todas as formas de existência e todos os tipos de força humana criativa, artística, científica e tecnológica se integrarão ao novo conceito de espaço.

Embora de modo problemático, incompleto e tendencioso, Schmitt antecipa a experiência da globalização dos “de algum lugar”, nos termos de Goodhart, para os quais o apego à nação, à família, à propriedade e à branquitude é mobilizado como uma formação politicamente reacionária. O que está ausente em ambas as análises é a mistura tóxica de niilismo, fatalismo e ressentimento com ataques neoliberais ao social e ao político e a valorização de mercados e moral [...]. Amedrontada pela perda dos valores e bens até então assegurados [...], essa população se enfurece com [...] a indeterminação racial, a fluidez do gênero, “as famílias que escolhemos”, a ausência de deus, fronteiras abertas, a especulação, a sociabilidade virtual e o desenraizamento da vida cotidiana. [...] A nação, a família, a propriedade e as tradições que reproduzem privilégios raciais e de gênero, feridas de morte pela desindustrialização, pela razão neoliberal, pela globalização, pelas

tecnologias digitais e pelo niillismo são reduzidas a resquícios afetivos. Até agora, esses resquícios foram ativados predominantemente pela direita. (Brown, 2019; p. 226-228)

Como essas respostas violentas fascistizantes buscam a identificação entre a noção de povo e entre si suas identidades comuns, não deixa de fato de ser uma movimentação identitária, no sentido de homogeneidade, na qual haja internamente a esse sistema uma hierarquia estabelecida de controle que configure em núcleos privados familiares um líder patriarcal e em obediência mulheres (e menores e idosos em vulnerabilidades) desamparadas pelo desconhecimento legal de interesse público para que haja incursão do Estado enquanto igualmente reage ao externo e movimentos migratórios. Ser livre passa a ser uma vulgata de não ter presença estatal, porque a presença estatal reconfigurada na democracia material passou a garantir que grupos em vulnerabilidades socioeconômicas pudessem ter, ainda que trêmulas, alguma voz e possibilidades de espaços. O retorno a uma moral e a um conjunto de valores, que alegam estarem sendo deslocados pela “ideologia de gênero” é também uma reinserção dos valores religiosos patriarcais que foram republicanamente separados, agora como eixos de Estado e pela “dignidade” da “família” – desenho já revelado por Schmitt pela secularização de categorias religiosas de institucionalidade e formalidades procedimentais. Ainda que as categorias específicas de demandas em si não sejam compatíveis com os argumentos amplos e imediatamente reproduzíveis a qualquer país, pela via gendrada estabelecem pontes e arguições comuns de associações fantasmáticas dos perigos que atormentam a nação e suas culturas respectivas, seus modos de vida.

E nisso, nesse sentimento de tradição, sangue e solo, que Brown mobiliza em leituras de Schmitt, que retomamos ao argumento das polonesas Graff e Korolczuk, que reconhecem igualmente o papel do Vaticano em iniciar a oposição contra a “ideologia de gênero” e a importância do nacionalismo de gênero e do conservadorismo social dentro do populismo reacionário em sua realidade local, mas que a forma como combinam dimensões religiosas, políticas e culturais, que aqui igualmente exploramos para explicar o Brasil, é o vetor principal de seu poder e de sua constância política fenomênica, e que vem em resposta ao neoliberalismo econômico implementado por lá, ao aproveitar com sucesso a ansiedade, a vergonha e a raiva causadas (Graff; Korolczuk, 2022; p.165-170). Lá os efeitos neoliberais promoveram um autoritarismo de controle social mais rígido pela via da tradição e

amparo nos moldes da família tradicional. Nos Estados Unidos, o molde de família tradicional combinado à racionalidade neoliberal e aos discursos neoconservadores, habilitaram também o autoritarismo dissipado agremiado pela pauta antigênero e consubstanciado pela xenofobia e racismo (Cooper, 2017).

Seguem elas, na mesmíssima linha que sustentamos e demonstramos pelas reticências e franjas dos sentidos e sentimentos dissipados, que o roteiro de todos os países que tem sido acometidos por figuras autoritárias populistas de extrema-direita é a partir e através de atores anti “gênero”, aliançados: juntos atacam os direitos das mulheres, minorias sexuais e étnicas, direitos de pessoas trans (e nisso inclui-se como autores de ataques algumas correntes feministas [Butler, 2024; p. 141-176]), sob a justificativa do que os neoconservadores chamam de “valores familiares”. Em diferentes contextos nacionais e em paralelo às instituições, os fenômenos se articulam e se reportam a campanhas contra o aborto (mesmo quando ainda ilegal, ou visando torna-lo ainda mais restrito, como no Brasil) e a educação sexual, ataques contra a comunidade LGBTQ+ e contrariedades a Direitos Humanos, somados a um fenômeno transnacional na interseção cultural, religiosa e política, que articulam e desmobilizam a partir de delírios e conspirações, aglutinados pela via de oposição a “ideologia de gênero”, que em apêndice estabelecem agendas díspares ou até contraditórias em si.

A eficácia política desse método se dá menos por causa do poder persuasivo dos argumentos que fazem sobre “gênero”, mas pelo como mobilizam as paixões pelo ódio fascista e violência masculinista. Graff e Korolczuk chamaram de *sinergia oportunista* essa união aparentemente desconexa entre [neo]liberais e [neo]conservadores e seus subprodutos – e que Wendy Brown (2019; p. 33-107) já demonstrou ser apenas uma primeira impressão de discordância, porque não tratam do mesmo objeto a princípio, mas se combinam quando sustentam seus argumentos nos “valores”. Essa *sinergia oportunista* se manifesta em dois níveis: ideológico/discursivo e estratégico/organizacional. Sustentam que o populismo não é um projeto claro e robusto, se nutrindo semanticamente pelas estruturas postas dos opositores de gênero. Simultaneamente, em bastidores, são utilizados os recursos organizacionais e financeiros oferecidos por partidos políticos e organizações privadas – se na Polônia, pela via executiva, no Brasil já assim o foi a nível federal e segue a níveis estaduais e de demandas “municipalistas” e contratações com empresas privadas educacionais (Graff; Korolczuk, 2022; p. 166-170). Na Polônia

As críticas ultraconservadoras de gênero foram enquadradas em termos populistas e, portanto, são facilmente adaptáveis à política populista. **O movimento se apresenta como uma defesa necessária e corajosa do povo (frequentemente em seus papéis privados como pais)** contra elites liberais poderosas e estrangeiras, com a "ideologia de gênero" enfaticamente identificada como uma versão moderna do colonialismo (ocidental). O poder afetivo do quadro anticolonial tem sido um fator-chave na mobilizar as massas contra a educação sexual, as políticas de igualdade de gênero ou a comunidade LGBT. Esse enquadramento é notavelmente flexível: nos países ocidentais, é usado para evocar vergonha e culpa nas elites liberais ("vocês são os colonizadores, que vergonha!"), enquanto na Europa Oriental tende a se fundir com um senso de orgulho ferido e oposição às atitudes paternalistas dos atores ocidentais ("vocês estão sendo colonizados, é hora de resistir!"). A violência da transformação sistêmica pavimentou o caminho para os populistas de direita contemporâneos que prometem um corretivo aos efeitos da revolução neoliberal. (Graff; Korolkczuk, 2022; p.165-166)

No Brasil, a relação colonialista é um pouco diferente dessa arguida na Polônia, mas cumpre efeitos retóricos similares, ainda que por outras vias, de identificação de pátria, porque aqui há um não-lugar, entre um ideal de povo batalhador e feliz e uma certa autorreferência e mistura com os colonizadores brancos e europeus, diminuindo o que seja popular e nacional – é um populismo antipovo, que se afirma na via da negação de elementos próprios e reafirmação das definições conceituais eurocentradas. Essa crise de identidade de quem seja brasileiro e de quem tenha habilitação para usar as cores nacionais (e os traumas recentes mobilizados em pessoas de verde e amarelo com camisas da seleção de futebol). De nossa compreensão, pelo todo dito nesta, o populismo em si possui três vias, em busca do alcance em escala populacional: seja produzindo referência de signos que quer destituir e implicar, seja utilizando signos já comuns e significados para se referenciar e ressignificar, seja como gênese ou como reimplicação, em vias que se retroalimentam. Os usos que são feitos deles são pela via dos valores comuns que mobilizem via paixões – e nisso a extrema-direita tem se dado melhor, que o ódio é muito rico para isso.

A compreensão trazida pela perspectiva polonesa, de que a retórica antigênero é melhor entendida como uma crítica reacionária ao neoliberalismo como formação sociocultural, em discordância e também como uma explicação outra das críticas de esquerda ao regime neoliberal econômico, que focam na injustiça econômica e a partir do materialismo, revelam o eixo de possibilidade de sobreposição e articulação que fica muito evidente no Brasil, uma vez que sua esquerda ainda segue

respondendo pela via econômica exclusivamente num neoliberalismo socialmente simpático, mas referencial a partir de um sujeito econômico e um sujeito de direito androcêntricos. O movimento antigênero tende a moralizar o fenômeno que se opõe em contraste às respostas materialistas econômicas de esquerda pela via de inclusão e trabalhismo, afastadas da centralidade de gênero com perspectiva feminista, passando a renomear e ressignificando as ocorrências a partir de seus regimes de cognição, alterando sensivelmente as implicações finais das respostas políticas demandadas e entendidas como legítimas e democraticamente adequadas.

De modo que a conclusão apontada por Graff e Korolkczuk (2022; p. 168-170) se alinha a nossas observações a partir do Brasil destacadas no sincretismo e das costuras teóricas desses grupos, pela via tradicionalista, de que os resultados dos fenômenos da relação Estado-sujeito-família são interpretados a partir das construções de sentidos e sentimentos que valoram os fenômenos em si e suas inter-relações, logo, enquanto o que a esquerda chama de "neoliberalismo" a direita chamará de "individualismo desenfreado" ou "consumismo"; o que para os feministas é uma "crise do cuidado" a direita redefine como "crise da família"; as tendências demográficas enquadradas pelo feminismo de esquerda como uma "greve reprodutiva" aparecem como uma "cultura da morte" ou "aborto como genocídio" no vocabulário ultraconservador. Em vez de nomear o problema em termos socioeconômicos e políticos, em hipóteses de direito e exploração, o reacionarismo de gênero apresenta o mundo dos vencedores do capitalismo *como degenerado e moralmente corrupto, um deserto emocional destruído pela ganância e consumo*. Os fatos são os mesmos, porém interpretados e com sentidos em disputa dos regimes de verdade, e as observações neoconservadoras trazem elementos de insatisfação popular que, não obstante não sejam faticamente cognoscíveis, mobilizam e empreendem razões a partir de demandas que guardam legitimidade e apelo popular, e não devem ser descartadas como uma mera "cortina de fumaça" ou pauta de "costumes" "identitária".

As adesões pela via dos afetos e que institui potência fascizante autoritária tem no neoliberalismo e sua articulação familista tanto um subproduto direto material e imaterial. Se materialmente os formuladores de políticas neoliberais identificaram a família e seus valores como uma alternativa ao estado de bem-estar social, legitimando assim cortes nos orçamentos de saúde, educação e assistência social, incentivando casamentos e indiretamente reforçando um ideal conservador de família

e de moralidade, submetendo mulheres a violências e trabalhos domésticos cumulados a trabalhos de menor qualificação dadas as contingências das políticas de cuidado e reprodução (Cooper 2017), ainda que tenha evidentes espelhamentos a partir dos EUA, internacionalmente a aliança antigênero não é uma versão expandida do neoconservadorismo lá presente pelo neopentecostalismo e redes religiosas de amparo, o que ocorre também no Brasil pela teologia da prosperidade. Nos países europeus os "valores familiares" são implementados por meio de políticas estatais redistributivas, mas restringindo o conceito de família e dos valores reconhecidos pelo Estado a partir de um modelo de bem-estar ultraconservador chauvinista – nos moldes da Alemanha nazista, que distinguia e (literalmente) marcava as hierarquias humanas eugenistas.

Pela via moral, [neo]conservadorismo e [neo]liberalismo se aproximam em suas bases a partir de lugares comuns de tradicionalismo familiar. E em ambas as modalidades de perspectivas às mulheres se solicita o sacrifício corporificado, seja como amor maternal seja como trabalho de cuidados, de reprodução e da domesticidade, seja pelas violências não reconhecidas ou não adequadamente evitadas pelas estruturas e redes de amparo.

## 5.2 PÚBLICO E PRIVADO: DAS FAMILIARIDADES COTIDIANAS EM QUE A POLITICIDADE SE DÁ E SE AFIRMA EM DIREITO

*“A economia estuda o dinheiro e porque ele é bom.”*  
Woody Allen (*apud* epígrafe de Katrine Marçal)

*“Permaneçam as mulheres em silêncio nas igrejas, pois não lhes é permitido falar; antes permaneçam em submissão, como diz a lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem a seus maridos em casa; pois é vergonhoso uma mulher falar na igreja”.*  
1 Coríntios 14: 34-35

Aparecer politicamente, de forma pública, portanto em exercício de poderes, é pressuposto naturalizado para aqueles que são lidos como sujeitos universais. Essa habilitação de aparecimento político se aplica a todas as dinâmicas às quais se atribuem significados do cotidiano, seja a um cargo eletivo, seja no trabalho, seja nas relações das “pequenezas” da vida familiar. Há a separação artificial na estrutura da formalidade do poder, que já tratamos a partir de Schmitt: uma separação artificial

entre o Estado e a Igreja, entre público e privado, entre homem e mulher, do que seja “importante” e portanto apto ao “público”, que seja político e verse sobre o labor e a honradez masculinista, do que seja “privado” e diminuído de importância, quase como uma crônica do cotidiano e das miudezas que se inserem na família, essa história novelesca, para ocupar o tempo das mulheres, elas mesmas menos importantes como os respectivos tempos, com os cuidados, as intrigas, os romances, e os trabalhos domésticos. E mesmo uma separação artificial das ciências entre humanas e exatas – necessária como método, mas não amparada ao tentar responder os fenômenos complexos da vida.

Nas bases da fundação do Estado Moderno pós revoluções burguesas – todas noutros solos – e que seguimos reproduzindo, o contrato social do que seja o Estado e as instituições legítimas do exercício do poder preveem esse pacto, o do Estado com o indivíduo, balizando a necessidade da força de trabalho motriz desse modo de vida da revolução industrial – e aqui outro pacto importante, o do contrato de trabalho, que viria a ser incorporado a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT, em 1919) – para a produção das necessidades da vida, do consumo da globalização insurgente (ainda era chamado pelo que é: colonização). Aqueles que instituíram o Estado e suas noções – território, população, segurança e cidadania – entenderam a necessidade das regras formalizadas, pactuadas como regras de conduta e regularização daquilo que fundavam, amparada no Direito e o que seria de direito e a quem, os espaços que seriam possíveis se ocupar e quem poderia ocupá-los para que houvesse validade nas grandes questões da política e nas questões de patrimônio. Por tal, seriam sujeitos de direito e de cidadania.

(O outro contrato fundador dessas bases, fundamental porque é nele que se sustenta os regimes de reprodução da vida, da existência humana, de cuidados e do indesejado, é o contrato sexual [Pateman, 2020]. Esse contrato fica incorporado e não dito, entre parênteses como esse parágrafo, ao ponto que não seja relevante para as questões “importantes politicamente”, é condição dada, assim naturalizado, relegado aos espaços da família – e naquilo que não seja patrimonial e assegurador dessa relação civil coloque-se na domesticidade privada, na moralidade e na religião; a religião também não coube oficialmente nessa formatação de Estado iluminista mas seguiu componente e necessária, em paralelo.)

Assim, pressuposto de validade constituinte do poder institucional é justamente estar na ordenação jurídica formal. Se o Direito seja ainda visto como

legitimador de interesses burgueses é porque ele o é. Mas tal não basta como conceito definidor. Direito é instrumento. E através dele pode-se pensar eticamente o que seja componente para validação instauradora do que seja visível. Visível e válido, portanto existente como sujeito de direitos. Logo, das convulsões das demandas democráticas e de pleitos daqueles que em assembleia compuseram a Constituinte em 1988 possibilitou-se um desenho de Estado que antecipou-se a fim de validar o futuro e o imprevisível naquelas circunstâncias, e consolidar um projeto democrático vivo instrumentalizável pelo Direito, que prevê a possibilidade de incluir aqueles cuja existência não era uma verdade jurídica plena até então.

Os sujeitos universais do poder seguiram (como seguem). Sujeitos de onde o conhecimento brota e para onde se determina o que seja normal, natural, de direito, adequado, justo e certo como referência. Ser lido em referencial à validade condicionante de existência do olhar do outro é fundamental para as possibilidades autorizativas de ocupar o poder hierarquizado e institucionalizado, e a discussão ética do que torna os sujeitos que não sejam universais, portanto, ilegítimos em maior ou menor grau, conforme as camadas e necessidades constitutivas circunstanciais. O universal é o privilégio do particular dominante, quem diz o que seja válido, quem produz as verdades e os corpos possíveis. Logo, o Estado (e a política e a constituição de poderes institucionalizados e dissipados) segue branco, heteronormativo, burguês e patriarcal, e quanto maior a identificação nesses marcadores o olhar do outro (validativo da subjetividade em regimes de verdade pactuados e normalizados como tais pela governamentalidade) assim reconhecer, mais indiscutivelmente legítimo será percebido para os espaços que sejam eles também entendidos como de poder.

Mas ainda que assim seja como grande parcela, nisso não se basta. Não é pouco reconhecer a igualdade e liberdade jurídicas de sexo e raça em 1988, porque ainda que tais categorias sociais de reconhecimento materialmente subsistam em plano inferior, é a partir daquela circunstância histórica que se possibilita uma atualização das balizas do que seja um regime de verdade democrática responsivo dos elementos da sociedade que visa espelhar. O Direito, como fonte estatal das normas formais, assume para si e nestes moldes plurais, o protagonismo político, e assume para si ainda a incumbência não apenas de dizer o que seja certo e errado e de direito, mas o que seja justo num momento absolutamente plural, diverso e com interesses antagônicos precisamente sobre o que seja certo, errado, justo e democrático.

Ao Direito cabe estabelecer conceitos e critérios, acompanhar dinâmicas e demandas sociais e trazer respostas jurídicas quando provocado via Judiciário. E ainda que não tenha as respostas, se coloca apto a tentar elaborá-las. Ao habilitar o reconhecimento da alteridade e das demandas noutras matrizes produtoras de cognição e significações que demandam reconhecimento pela legalidade formal da norma, para serem entendidas como válidas e possíveis e adquirirem categorias de cidadania, tais formatações de assembleia politizam os espaços que aparecem.

Nisso se dá o cotidiano e a presença das famílias, no plural necessariamente e nas formas de reconhecimento amplas e plurais dos indivíduos amparados pela coisa pública.

A família e os papéis de gênero são centrais na política e tem implicações diretas na democracia pelo potencial de engajamento afetivo que provocam os termos e os usos disseminados a partir das comunidades religiosas de suporte, e que tem sido utilizadas como expediente discursivo de incursão política desses mesmos grupos. Os evangélicos no Brasil atualmente são apontados como 30% da população e a relação que tal grupo possui com a fé é uma experiência total e de presença comunitária, desde suporte a identidade, fenômeno próximo a uma subjetividade evangélica neoliberal de experiência comunitária, de senso de pertencimento e apropriação e ocupação dos espaços públicos e privados. Há uma sobreposição de interesses comuns pela forma de subjetividade neopentecostal e o neoliberalismo, que deve ser ampliada pela via da moralidade comum homogênea pelo Estado. Para ocupar o Estado, utilizam a “ideologia de gênero” e as ameaças “à família” promovidas por feministas e comunistas para se instituir em suas moralidades como agentes provados de uma fé pública e uma moral impositiva. Com essa mentalidade de ampliação e “missão” se inserem na lógica política institucional de modo expansionista: não defendem mais os interesses exclusivos de seu grupo específico de representação, mas passam a sustentar e a defender a sua moral como agenda nacional e política por uma justificativa “maior e mais nobre” que é a evangelização, de modo escalonável e economicista. Tal qual a lógica de redes sociais.

Se posicionaram como uma força política e com alianças de grupos próximos em pautas e em interesses de oposição comum aos “progressista”, como o agronegócio. Ao posicionarem sua moral religiosa pelo argumento da “família”, signo comum compartilhado com o Estado e o Direito, habilitam a atuação expansionista pela semiótica associativa. Ao endossarem a partir de seus grupos uma leitura do que

seja o padrão de família ideal e os papéis de gênero possíveis estabelecem um projeto político de fato e robusto no qual cabe muita coisa, menos que mulheres tenham autonomia aforada da patriarcalidade ou que a comunidade LGBTQ+ tenha seus direitos reconhecidos, uma vez que os grupos religiosos conduzem sua moralidade para dentro do Estado politicamente através desse mote de ameaça.

Utilizando-se do aparato jurídico para se reafirmar em legitimidade, em quanto a subjetivação neoliberal oportuniza ao discurso moral, atravessados pelas consequências dos modos como as pessoas e os valores se movimentam pelo mundo e pelos espaços físicos dos Estados-nação e dos fenômenos de sociabilidade digital de poderes ubíquos, e do que seja um novo valor pelo que se diz ser, e não pelo que de fato se é (Brown, 2019, p.151-156), conseguem protagonismo e adentrar às estruturas institucionais laicas, promovendo uma corrosão democrática precisamente porque, pela oportunidade democrática de serem representados, ambicionam evitar as possibilidades seculares de existências outras, compreendidas como uma violência e perseguição aos cristãos.

A possibilidade de cooptar os desejos e os afetos já destacados a partir da noção religiosa por Spinoza na pré-modernidade (Spinoza, 2023, p. 95-210), em regimes ideológicos diversos, implicando na hierarquização a partir do que seja o “certo” – o homem branco e heterossexual como sujeito universal do patriarcado, referencial do todo em androcentrismo político –, submetendo as alteridades aos anseios desse modelo é uma constante da modernidade, que não se desvinculou, senão artificialmente, do imaterial: seja na cooptação pelo consumo e do ideal americano de 1950 exposto como a “mística feminina” (Friedan, 2020), seja pelo autoritarismo eugenista nazista da década de 1930, seja pelas políticas iliberais antidemocráticas e neopentecostais de grupos neofascistas e da extrema direita brasileira contemporânea (Biroli, 2020), seja por conservadores tradicionalistas e apelos a um elitismo (Millerman, 2018) (Eco, 1995) ainda que sem o histrionismo das novas direitas, seja por setores à esquerda que se utilizam do expediente da zombaria desde 1960 para serem antifeministas e minimizarem as demandas de igualdade e direitos (Soihet, 2005).

Tais ciclos de determinações e padrões, sob diferentes argumentos e justificativas mas que tendem a se acomodar na máxima da “família e cuidados”, do invólucro de segurança idealizado nesse núcleo, que estabelece como devem ser e de como devem agir os papéis de gênero para serem “adequados”, está sempre em

função de um apelo ao tradicional, ancorado fortemente no papel das religiões de matrizes aramaicas, elas em si marcadamente patriarcais, em que posicionam a figura da mulher como algo ou alguém cuja prioridade central seja o outro – os filhos, o esposo, o lar – e tal concepção no regime de cuidado é fundante do que seja o Estado Moderno, de como o mercado direciona o consumo, e de como há manutenção desse ideal do papel e da doação do tempo da mulher, seja nos setores reacionários, mais vocais como reprodutora virtuosa na domesticidade, cuidadora e reprodutora, seja nos setores “progressistas” que as veem como engajamento e mobilização social pelas pautas de costumes (e eventualmente piada), cujos espaços são oportunizados como exceção e menor orçamento, que escoam em imobilizações ou agudizações de vulnerabilidades, submetendo medidas importantes a críticas estruturais, como é o caso da Legislação de Violência Doméstica (Lei 11.340/2006) que entende o problema das relações abusivas que colocam mulheres em risco nos ambientes privados domésticos, mas desenha medidas protetivas que implicam devolução do suporte dessa mulher em situação de violência à estrutura privada familiar.

Movimentações políticas que confundem os espaços públicos e privados, que demandam a possibilidade de dizer-se e definir-se, são conquistas recentes e agregadoras de vozes, possibilidades e escolhas, problematizando o que seja privado e como o privado se torna público, mas que também implica em redirecionamentos e realocações de espaços e lideranças políticas tradicionais. Nesse dizer-se e definir-se, a ocupação de espaços trouxe nuances e demandas do recorte de gênero que atravessam conceitos do que seja a própria democracia e de como ela tem sido materialmente constituída, e quem esteja falando por ela. E estabelecer modificações de práticas de representação e atuação nessas matrizes tão enraizadas do que seja família e das possibilidades do sujeito provocam reações.

De acordo com os Integralistas brasileiros, é a vida privada que salvará o Estado. E o cenário que nos tem sido apresentado, internacionalmente inclusive, como já tratamos, nos parece indicar que estamos em prodigalidade com essa demanda e sua relação direta na corrosão democrática liberal.



[INÍCIO](#)
[INSTITUCIONAL](#)
[ATUALIDADES](#)
[BIBLIOTECA](#)
[AÇÃO](#)
[LOJA](#)
[CONTATO](#)

## A vida privada salvará o Estado

O que salvará o Brasil da decadência política, espiritual e moral que o castiga é a dignidade da vida privada



- 

**A vida privada salvará o Estado**  
02/02/2024

---

- 

**Francisco Carlos de Lima, in memoriam**  
04/01/2024

---

- 

**Orientações para a ação integralista em 2024**  
02/01/2024

---

- 

**Mensagem de Natal e Fim de Ano de 2023**  
24/12/2023

---

- 

**Conferência regional integralista é realizada em Fortaleza**  
14/12/2023

Fonte: imagem da pesquisadora da página < <https://integralismo.org.br/opiniaio/a-vida-privada-salvara-o-estado/> >. Texto de 02/02/2024. Acesso em 28/02/2024.

Ainda que tenhamos recorrido a alguns lugares comuns entre definições de esquerda e direita, onde "esquerda" significa culturalmente progressista e economicamente igualitária, e "direita" significa socialmente conservadora e pró-mercado, fato é que consistentemente a realidade se mostra mais complexa que essa distinção, também ela binária. Há um realinhamento contínuo da cena política: uma mudança do contínuo esquerda-direita para uma divisão entre liberais cosmopolitas e populistas conservadores (Norris e Inglehart 2019; Piketty 2018, *apud* Graff e Korolczuk, 2022), um deslocamento da esquerda para o centro e da direita para cada vez mais à direita, desaparecendo enquanto relevante qualquer radicalidade à esquerda. O que produz ainda um outro desenho de poderes: esses realinhamentos de espectros políticos são realinhamentos masculinistas aos quais mulheres se adaptaram para estabelecerem alianças possíveis de representação de interesses e articulações de cidadania e reconhecimento. Dada essa nova cartografia, é necessário examinar não apenas as diferenças, mas também as possíveis convergências entre as críticas feministas e as críticas socialmente conservadoras ao neoliberalismo e como é possível – e se é possível – comportar uma resposta jurídica àquela pergunta inicial de como Jair Bolsonaro foi possível e segue possível como bolsonarismo.

Não é apenas uma figura carismática à direita. É um produto do sistema político institucional democrático a partir das incidências socioculturais que o autoriza. As masculinidades produzem suas crises e reações violentas, enquanto produziram uma estrutura androcêntrica que se referencia e autorreferencia como natural. O poder é possível e acessível a figuras que tenham passabilidade e que tenham autorização social para testar os limites da democracia formal. Bolsonaro foi possível como fenômeno político porque compreendeu as estruturas paralelas de poder e significações neoliberais, que encaminham afetos políticos virais, enquanto, a partir das obviedades sistêmicas se apresentou em legitimidade pública.

Compreender o fenômeno dessa modalidade política é compreender a lógica interna das críticas populistas de direita ao neoliberalismo, seus usos e abusos de gênero enquanto ideologia e mesmo como, por conveniência, se aliam. As fontes de seu apelo emocional possuem lastro imaterial nas religiões e no que se empresta socialmente como moral comum de certo e errado, normal e anormal, justo e injusto, e de como as emoções passam a explicar os fatos e estabelecer liames comuns em escala, seja pela via da pós-verdade, *fake news*, ou das produções educacionais em paralelo. Há coerência embora discordemos das reivindicações ideológicas e condenemos a violência que às vezes resulta delas. A narrativa central dos usos que comportam “ideologia de gênero” agregam figuras que são engajadas naturalmente nos espaços de metapolítica, e por essa ordem acabam refletindo e transbordando. De fenômeno das franjas dispositivas, ganha centralidade porque elabora e trabalha em sentimentos profundos de desamparo, que no Brasil tanto a direita institucionalizada e a esquerda institucionalizada foram pródigas em responder adequadamente.

Uma abstração como índices econômicos governamentais são apenas números diante de pessoas que sentem.

O movimento antigênero aproveita eficazmente as demandas não atendidas por voz, inclusão e agência, ao mesmo tempo em que aponta as elites liberais como responsáveis pela crise atual. Essas elites, incluindo feministas, gays e promotores da "ideologia de gênero", são retratadas como culpadas por envergonhar pessoas comuns que vivem vidas comuns. [...] se apresenta como uma resposta a essa vergonha, uma maneira de recuperar a dignidade coletiva, um senso de orgulho e solidariedade. Também oferece um fórum para ação coletiva e uma vaga promessa de um futuro mais brilhante que essa ação trará: você pode salvar o mundo sendo um

bom pai, amando sua esposa ou marido e opondo-se às forças da corrupção. (Graff; Korolckuk, 2022; p. 168)

Trazem uma resposta simples e uma solução. A extrema-direita soube operacionalizar e dialogar com muitos grupos marginalizados econômica e culturalmente, e foi apta pelo argumento da “feminilidade” e da “beleza” a criar lideranças pela maternidade no modelo religioso e familismo. Ao confundirem gênero com uma “ideologia” e afirmarem que homens seriam mulheres e mulheres seriam homens e que as crianças seriam vitimadas e erotizadas, endereçaram as críticas feministas legítimas da reprodução e dos trabalhos domésticos, da crise do cuidado, a desvalorização da maternidade, como uma crítica personalíssima e uma oposição direta ao modelo de vida “normal” que sustentam. O feminismo sempre ofereceu paradoxos, como disse Scott. Mas gênero segue como uma categoria importante de análise histórica. Há dimensões afetivas que estabelecem significações e explicações para a realidade, e tais dimensões estão umbilicalmente relacionadas a como o poder e os poderes se articulam referencialmente ao gênero – e aos papéis dos corpos sexuais e da sexualidade.

É fundamental ter a sapiência de que o Poder – e os poderes que o constituem – são prévios à formalização estrutural estatal moderna que conhecemos. Quando o Direito se avoca como intermediador dessas relações, incorpora e legitima como verdade a leitura própria do que seja e para quem seja devido sua tutela e seu aparato, de modo que os afetos que circulam por essas relações sejam disputas de espaços. A masculinidade se mantém constante entre regimes e se em períodos autoritários fascizantes assumem radicalidade e centralidade discursiva é porque se arvoram na segurança do passado e do tradicionalismo para se reafirmarem como profissão de fé. Para assegurar um futuro se legitimam com o passado androcêntrico.

No que se refere à perspectiva feminista ou de gênero é bem verdade que Hannah Arendt não é contributiva, mas seu olhar sobre as imaterialidades e aspectos sensíveis do autoritarismo e de seus poderes ubíquos, constantes e difusos, ao argumentar sobre a solidão e pela experiência de não pertencimento ao mundo promovida pelo governo totalitário, que destrói as esferas da vida pública pelo isolamento das pessoas e das capacidades políticas, e que amplia seu domínio totalitário como forma de governo destruindo também a vida privada, assim o faz com base na solidão, de despertencimento, que é extremo porque colapsa o modo de ser institucional ao negar reconhecimento e garantias. “*Ser supérfluo significa não*

*pertencer ao mundo de forma alguma*” (Arendt, 2012; p.634). Quando há ataques diretos a feministas e às pautas coesas em torno de gênero mobilizados por figuras autoritárias, e a institucionalidade democrática pela esquerda diz não haver espaço para pautas de “costumes” e que se trata de valores privados para tergiversação de temas “mais importantes” como a economia, o que estão dizendo é que somos supérfluos, e sermos supérfluos nos coloca no lugar de despertencimento normativo. Não basta seguir tratando por uma perspectiva feminista em alteridade outras agendas, há que centralizar gênero como referencial de democracia porque elementar de povo, a quem ela serve. Ainda com Arendt

À parte essas considerações – que como predições são de pouca valia e ainda menos consolo –, permanece o fato de que a crise do nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante, como ficaram [...] outras formas de governo surgidas em diferentes momentos históricos e baseadas em experiências fundamentais [...]. Mas permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem [sic]; politicamente equivale à liberdade do homem [sic]. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem [sic] foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós. (Arendt, 2012; p. 639)

Agostinho certamente não considerava mulheres como elementares desse compromisso valorativo com a permanência humana, senão como meio. Arendt por sua vez tinha compromisso com a igualdade e a liberdade democrática, de modo que poderia ter dado como superado ou posto inerente da distinção. Independentemente desses destaques, o que se tem agora como dado e posto é uma nova oportunidade de reavaliar como o Estado e o papel constitucional a ele atribuído poderão seguir respondendo a fim de fortalecer as estruturas democráticas, para que sistemicamente não sigam produzindo novas figuras autoritárias pela via moral apresentada.

André Duarte (2016), ao estudar o diálogo entre Butler e Arendt, e o aprendizado possível em ambas, destaca que o pensamento desta não seria, por princípio, avesso ao movimento contemporâneo de politização das questões originariamente oriundas das esferas social e privada.

E, por certo, mesmo aquilo que é considerado digno de ser discutido em público torna-se agora uma questão eminentemente política, talvez

uma das principais questões políticas de nosso tempo. Distinguir questões sociais e privadas de questões público-políticas não é o mesmo que ignorar ou recusar o fato de que questões privadas e sociais sempre podem vir a se tornar problemas políticos de primeira relevância. Se a própria determinação do que é ou não é político tornou-se em si mesma uma questão política, isto não significa que tudo seja político, mas politizável em virtualidade. Haverá um rol de problemas e questões que permanecerão como privadas, sociais ou apolíticas, ao menos enquanto um conjunto relevante de atores políticos não as trouxerem à luz do espaço público, ressaltando com isso as implicações políticas que elas possam conter. [...] Uma política aberta à novidade é aquela que se origina do livre agir coletivo, isto é, que se exerce por meio da capacidade de discordar, de dizer não e agir para interromper o processo contínuo de um determinado estado de coisas.

Não há, portanto, nesta quadra, como pensar a democracia sem centralizar gênero e com isso considerando perspectivas outras que não apenas a universal masculina ou a binariedade sexual e heteroafetiva. Importa atravessar seus fundamentos conceituais, posto que categoria prévia de poder à própria ideação do que seja democracia e Estado (se observa agora diacronicamente).

Quando se trabalha com a hipótese da masculinidade de Estado vigente mesmo fora dos momentos extremados fascistizantes, se trabalha com a percepção do discurso e da mobilização da linguagem entre sistemas como um regime de anunciabilidade, um regime que torna possível um dizer-surgir. Não é o discurso, por óbvio, que causa diferenças sexuais, não é o regime de dizer que causa diferenças sexuais, é o regime de dizer atrelado a essas relações de poder disseminadas (e que seguirão presentes na sociedade brasileira) que causa a hierarquização. Assumir masculinidade é assumir poder na reiterabilidade de Estado Moderno formatada. Mesmo quando não seja um homem cis a fazê-lo.

A masculinidade em si é uma ficção biopolítica que se faz nos delírios de comando, nas relações de poder configuradas e normalizadas como padrão. Reconhecer a centralidade da pauta de gênero no Brasil e suas implicações jurídicas envolve um projeto e um compromisso de radicalização democrática a partir de gênero, atravessada fortemente pelos eixos de afetos, vida (e morte) e reprodução. Nessa toada do por nós proposto, a ficção do Estado-Nação é mantida por um insistente trabalho de produção de masculinidade controladora fronteira: o controle de corpos com útero, binariamente atribuído a mulheres cis (Fachin; Denora, 2022).

Debater democracia é levar em conta também o fato de que muito do que se implica nas definições de poder se implica também numa equivalência atribuída a

sujeitos homens brancos em heteronormatividade sustentados em grande parte num regime de sexo-gênero, nesse grande contrato sexual que integra o contrato social da modernidade enquanto nossas imaginações sobre o Estado, política, religião, hegemonia e mobilizações de maiorias também estão, por sua vez, infiltradas por essas implicações de equivalência do poder como masculino, o que ao fim e ao cabo, ao não serem devidamente compreendidas – ou ao serem propositalmente subvertidas em agenciamento micropolítico de subjetividades e subjetivações emocionais produtos da racionalidade neoliberal – geram a normalização de determinados corpos e dinâmicas, e o que se aceita e o que não se aceita juridicamente como existência plena.

O que une sujeitos neoliberais que argumentam por uma liberdade e uma dinâmica sacrificial neopentecostal que lhes serve, bem como sujeitos com passados autoritários e experiências de bem-estar social – em alguma medida ambas as experiências são cognoscíveis e dadas no Brasil nos últimos 50 anos – é o desamparo e falta de identificação. É quando homens à direita e esquerda tradicionais se aliam. Pelo sentimento e frustrações que expressam pelo autoritarismo – seja domesticamente espancando e matando mulheres, seja pelo desreconhecimento normativo da existência plena cidadã de mulheres e pessoas LGBTQ+.

É sobre o sentimento. O sentimento fascista corrói o Estado e as instituições democráticas porque o sentimento fascista é autoritário e tem como subproduto de coesão o desamparo gregário das certezas e das promessas não realizadas de perspectiva de vida. As masculinidades não se compreendem como parte, mas como todo universal de uma ordem na qual os sujeitos homens brancos estão centrados e o poder é equivalido como eles mesmos e a si mesmos, e tornaram esse androcentrismo político o referencial absoluto de mundo.

Por certo que ainda há um núcleo pétreo constitucional garantidor de fundamentos e princípios materialmente democráticos, mas até quando? Uma corte constitucional também é política e mesmo o que seja constitucional pode ter mutações. Bolsonaro e o bolsonarismo e o que vier a nomear fenômenos análogos seguirão possíveis enquanto o poder seguir entendido como intrinsecamente masculino, reflexo e espelho de si como o deus patriarcal e a família patriarcal projetando um Estado patriarcal, a pátria que lhes serve. Se acomodam entre si em lógica sistêmica de operacionalizar o poder para ser o poder em si.

As masculinidades corroem as instituições erodindo a moral pública porque são intestinas, são e estão estruturantes dos significantes que conseguem explicar pelas ferramentas dispostas, viscerais, e como tais, carregando rejeitos de sentidos.

O bolsonarismo é uma excepcionalidade porque expõe, porque rasga as boas vestes da elegância política e revela os rejeitos que a ortodoxia perfuma em privado, mas não por defender o que defende e a moral que sustenta. Defender o que defende e a moral que sustenta é o que se faz desde a fundação do Estado. A masculinidade performática que encarna é o que o habilita possível e lhe dá passabilidade.

Às mulheres, e às feministas, que sempre se compreenderam pelas reticências, em parênteses e em rodapés, não se comportam mais caber na definição de “outros” imposta pela masculinidade patriarcal, porque em autonomia e alianças e porque entendem em si agora em integralidade coletiva em construção definindo-se, em tantas formações de sentidos e adaptações de vida que caiba no cuidado e entre.

Enquanto não tivermos uma estabilização jurídica do conceito de gênero e uma atuação de deslocamento refundacional da perspectiva de Estado Moderno de Direito e suas respostas por essa perspectiva, as democracias liberais geridas pela lógica economicista e metapolítica seguirão produzindo, de tempos em tempos, figuras autoritárias que mobilizam valores e as famílias e seus medos associativos pelo apelo sacrificial imaterial, com um risco a ser considerado desde já: a produção de uma realidade paralela iterada ao ponto de que deixe de sê-la em paralelo, e esse texto constitucional de 1988, que ainda nos garante possíveis como palavra, tal qual a Constituição de Weimar, fique desconectado com o povo que busca espelhar e com a nação plural inclusivista que ousou equilibrar. Se esse hiato for suficientemente longo, a excepcionalidade desses discursos e sujeitos que esses discursos produzem se tornará regra, e não deixa de ser preocupante a questão de qual “povo” será “soberano” nesse contexto e a quem o Direito servirá como “universal”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Farinha pouca, meu pirão primeiro”*  
Ditado popular

*“Der Teufel steckt im Detail”*  
[*“O Diabo está nos detalhes”*]  
Ditado popular

Nossa hipótese de que o fascismo é um sentimento patriarcal ubíquo, construído pelas franjas associativas da moral familista tradicional, somada às novas comunicações pela escala que a proporção em rede habilita, passível de observação em nossa contemporaneidade pelo enfrentamento do desenvolvimento do conceito de gênero, se apresenta comprovada. É repristinada historicamente, como evidenciamos, e enquanto acontecimento jurídico-político se coloca repetível transnacionalmente, maleável, e ainda assim conservando suas características reacionárias tradicionalistas.

O movimento antigênero é uma tendência fascista na medida que empresta a moral religiosa para a coisa pública, esta enquanto uma noção ética pública e comum, republicana e laica, promovendo uma corrosão da institucionalidade formal democrática através da porosidade do atravessamento da moral única da racionalidade neoliberal e do neoconservadorismo, que transferem aos indivíduos, e aos núcleos familiares respectivos, a moral e responsabilidade do cuidado amplo coletivo. Tais noções de moralidade e costumes, ao distorcer os espaços público e privado, são imateriais, porque sentimentos, e retorcem os espaços de politicidade, atribuindo novos sentidos ao que seja democracia e qual seja a pátria a que a “democracia” se destina. Enquanto sentimento, precisa de um catalisador, um conduíte agregativo comum de ódios amplos, que passa a ser exercido sob a confusão (e fusão) fantasmática do que seja gênero, “ideologia de gênero”, família e famílias, para se imprimir no cotidiano vivível, sob o signo de uma palavra comum – gênero – e a amplíssima polissemia articulada.

Por tais argumentos, o objeto principal do fascismo não é a economia, é a moral e os valores que cooptam sentimentos mobilizadores políticos pelas paixões dos indivíduos. De modo que é esse o como que deve-se compreender para endereçar respostas democraticamente compatíveis para a desmobilização de tal.

O objeto neoliberal econômico, por sua vez, é um olhar [de]limitado da economia, de finalidade de expansão e liberdade do dinheiro, com incidências e métricas que se adequam a partir da moral vigente e dominante para acomodação do elemento humano num Estado mínimo como discurso, formatado em abstrações e linguagem econômica tomadas como preditores de sucesso de políticas estatais, a partir desse modelo identitário que se diz universal, a heteronormatividade eurocentrada masculinista. Ainda que pensado como uma resposta ao fascismo histórico, o neoliberalismo tem como subproduto de sua planificação a reincidência fascista (enquanto sentimento gregário) pelo cotidiano da escassez e vulnerabilidade que promove. Gênero não é uma incidência econômica, senão como referencial declarado neutro de análise e coleta de dados – neutralidade que é masculina. Também não é uma incidência jurídica como esquadro de Estado, porque em seu desenho a referência do sujeito ideal comporta passagem em integralidade pela masculinidade e seus signos universalizados. E “ideologia de gênero” é um valor religioso que atravessa o Estado e a política por associações de medos e inseguranças a fim de reafirmar o patriarcado como tradição e forma “correta” de subjetividade, sendo coisa outra do que seja gênero em elaborações acadêmicas.

A subjetividade neoliberal, como elaborada por Wendy Brown (2015 e 2019), é um fenômeno possível na junção dos elementos morais individuais das sociedades contemporâneas com os desamparos socioeconômicos inerentes a esses modelos, cooptados por medos e ansiedades mobilizadores. A cidadania sacrificial passa a ser a relação dos sujeitos com o Estado e com a existência social e numa moral que busca segurança num passado idealizado, o fascismo subsiste pela imaterialidade, pelos valores que mobiliza no argumento da normalidade padrão, identificação que a autora igualmente afirma. A plasticidade moral neoliberal pela via econômica se adequa com facilidade à moral ampla e conservadora lastreada numa tradição mítica e a-histórica do sujeito, que narra grandes feitos bélicos e viris, em que a família e os papéis de gênero eram delimitados e especificados, gerando previsibilidade. Um mundo de homens e para homens, preferencialmente brancos, neste “lado” do globo. O familismo pelos “valores familiares” (Cooper, 2017) adequados aos discursos do neoliberalismo econômico, que reduzem a lógica familiar a esse modelo plano de resolução social, robustece as dinâmicas de afetos pela escassez e individualismos, alterando as noções de coisa pública e bem-comum a uma perspectiva privatista.

No Brasil, as incidências da subjetividade neoliberal e digitalização espacial metapolítica, combinadas a aspectos de segurança discursiva e papéis de gênero tradicionais de fundamento e apelo religioso, como na Polônia, costuram as tantas formas de agremiação de insatisfações, somando respostas reacionárias tanto ao neoliberalismo em si como as formas autoritárias históricas de organização de Estado pela perspectiva materialista e alterações laborais e na compreensão dos fenômenos de igualdade e inclusão liberais. Tais insatisfações, ainda que diversas ou conflitivas entre si, convergem a um mínimo múltiplo comum: “gênero”. A partir da “ideologia de”, e seu não-conceito, se verifica a aglutinação de lideranças internacionalmente articuladas sob “sangue e solo” na defesa da “família” e contra “gênero”, numa agremiação associativa frouxa de pautas, como contrariedade ao aborto, antifeminismo, trans excludentes, proteção de crianças contra “erotização” nas escolas “comunistas”, homofobia e racismo.

A sobrevivência do fascismo nas democracias liberais se dá nas conexões desses círculos cujos objetos divergem, mas que incidentalmente se comunicam: o objeto principal de cada uma dessas esferas sistêmicas se conecta com a outra a partir dos objetos menos destacados em paralelo. A centralidade conectiva do “inimigo” atual é esse amplo e fantasmático “gênero”, “desagregador das famílias”, como sustentado em Judith Butler (2024), que a partir de si integra associações por múltiplas vias de sintaxe, pela perda de sentidos comuns da palavra gênero, que como “ideologia” numa secularizada e politizada teoria conspiratória religiosa, mobiliza afetos, medos e ansiedades. Tem sido apta como elementar de dinâmicas [proto]fascistas imateriais ao moldar abstratamente o “inimigo” nessa costura e remendos de noções de perseguição, numa guerra por almas que consolida um desmoronamento democrático material pela via de políticas e figuras autoritárias institucionalizadas.

De modo que, se no nazismo o mote da eugenia racial teve destaque como objeto principal, incidentalmente a moral defendida era conservadora e individualista, a da família tradicional, de papéis de gênero bem específicos dentro daquele projeto de Estado total, fomentando a economia pela guerra e a reprodução xenofóbica que carregava a marca do inimigo, ao qual se associava medos e ansiedades. O apoio massivo se dava pela imaterialidade e condução do discurso direcionado de um sentimento comum percebido e conectável, de higienização do corpo social e moralidade, ainda que de difícil elaboração e nomeação: sujeitos com determinadas

marcações estavam corrompendo os “valores” arianos da tradição, da beleza, da superioridade racial, e portanto a crise e o caos seriam resolvidas pela fé no líder, como nas religiões. A movimentação das paixões e vinculação de força a figuras individualizadas que criam para si uma aura de magnetismo que comunica com as ansiedades e medos de determinado momento histórico. A moral sustentada e nutrida idealmente nesses momentos históricos autoritários segue ainda vigente na leitura conservadora do que seja família, da reprodução e da sexualidade, que sobrevive como preocupação nas matrizes religiosas, daí a conveniente aliança e a captura política pelo argumento de “ideologia de gênero” atualmente no Brasil, porque se imprime no cotidiano vivido e experienciado, percebido e retratado como sendo essa a indicação discursiva dos valores de corrupção social a qual se vinculam medos e ansiedades compartilhados de insegurança dos seus, como liame e em elos transnacionais.

Diferentes eras possuem diferentes modos de operação e de conhecimento elaborativo de si, que determinam as formas de pensamento dominante e as estruturas de poder que moldam o conhecimento em determinada época e/ou cultura (Foucault, 2019). Buscar ler a historicidade do Estado Moderno em diacronia, com os filtros aqui propostos, em uma alteração de perspectiva não sendo, portanto, apenas “gênero”, feminismo, ou patriarcado, mas a partir do androcentrismo político como impositivo referencial de seus valores específicos, que normaliza os acomodamentos de figuras masculinistas, tendo por objeto o Brasil na temporalidade especificada e embaralhada por elementos culturais e semiótica, é uma explicação outra das explicações que nos tem sido apresentadas. Que explica a partir do fenômeno fascizante brasileiro e da compreensão do mesmo em suas bases. E como ocorre com explicações outras, noutras metodologias que possam colidir (ou agregar camadas, daqui de onde vemos) com o que se percebe na tradição jurídica, é um risco teórico ambíguo, inclusive de dificuldade de encaixar essa tese a uma área do conhecimento. Essa é uma questão superável, porque, tal qual a norma (e as normas) e o poder (e os poderes), é ubíqua.

Nosso interesse é no fenômeno em si, no acontecimento, e em como os afetos políticos se movem pela via ampla de gênero, identificada como conduíte, nessas associações frouxas. Encerrar num nome é pela categorização necessária da linguagem e das respostas jurídicas – e importa muito por isso. Mas nem sempre tem-se uma percepção estanque e clara, daí a dificuldade de categorização, nomeação e

reconhecimento. Algo como o unicórnio de Marco Polo ou o ornitorrinco de Kant (Eco [1997], 2023). Talvez ainda nos falte palavras para precisão do acontecimento, por isso chamamos a essa violência advinda da responsividade negacionista e violenta, em crise e tensão de tantos signos, e que afeta a masculinidade deslocada em espaços de poder e de Poder, de dizer o que seja a verdade referencial de universalização de parte como toda característica dos fascismos, de androcentrismo político, pela lógica que opera.

O texto se apresentou como uma ontologia política do presente, como uma reflexão posicionada e demarcada, ainda que abrangente de signos amplos costurados num liame que centraliza gênero e seus significados de poder como disputa fundamental estruturante entre a institucionalidade e a vida vivida, que nos marca também enquanto pesquisadora atravessada por tanto desta politicidade cotidiana, da escassez do tempo e do papel de cuidados, de onde se fala e como se fala e elabora o conceito principal de deslocamento discursivo, desnaturalizando a quem o poder é entendido como legítimo e equivalente, pela acomodação das validações jurídicas amplas. Que o tempo é, nós estamos. É sobre atravessar, como a reprodução. A realidade política que se observou, ademais dos conceitos teóricos que temos apego, passa a ser resultado de processos do cotidiano tornado político, da politicidade do pequeno e do familiar, da gestão da vida imediata. Talvez a próxima questão seja pensar o que fazemos – enquanto seres humanos – do tempo que temos enquanto estamos nele diante das urgências ambientais já sensíveis, e como fazemos com o que somos para que se venha a estar na promessa de ser no futuro, de não nos esgotarmos como sujeitos possíveis nos limites da temporalidade corpórea do estar agora, pela via da diversidade, ela mesma o fundamento e a materialidade da democracia.

Aqui, em nossa hipótese, sustenta-se incidentalmente que realidades jurídicas positivadas, ainda que perenes, não são estanques e perpétuas, impassíveis de acréscimos de olhares e modificações interpretativas. Uma sociedade que se elabora e uma democracia da soma, como a pactuada em 1988, a fim de constituir-se e aprimorar-se, precisa ela mesma se perguntar sobre sua capacidade de respostas, de suficiência, sob um modelo que identificamos por onde tem-se perpetuado o autoritarismo em aliança epistêmica reacionária: pelo androcentrismo político, pelo uso de gênero como categoria de poder, e em nossa pouca aptidão em trazer integração normativa constitucional ao não diversificar também perspectivas de

olhares. A separação de Estado e fé é uma conquista da modernidade, e tal separação deve estar adequada, por ocasião das interlocuções autorizadas pela democracia liberal, a um compromisso republicano e laico por parte das religiões por ocasião de sua ocupação política. Não é possível que haja um valor outro que não o da democracia para o entendimento jurídico de Estado, sendo esta a única moral cidadã possível de reflexo social. Como propomos aqui não demanda alteração principiológica textual na fundamentalidade pétrea constitucional. Demanda tempo. E projeto. Resta saber se haverá tempo.

O cotidiano e sua diversidade é universal. E o cotidiano envolve o governo de si como mentalidade, e as preocupações sobre o que nos constitui, de como somos seguros, de onde estamos seguros, e como nos perpetuamos em nossas realidades e desejos. É preciso nomear as violências do cotidiano, porque a violência é um subproduto das relações de poder numa complexidade articulada em que as violências elas mesmas precisam eventualmente assim serem compreendidas como tal a fim de destacadas como autoritárias. Por isso também a necessidade de apresentar um horizonte de sentimentos e sentidos pelo cotidiano, na recaptura de afetos políticos. Aqui posicionamos a violência originária da fundação do Estado Moderno, por tal, estruturante como masculino referencial, universal interpretativo.

Quando [neo]fascistas falam de “deus, pátria, família” é porque seu deus e sua família são patriarcais em hierarquia, e assim também deve ser a pátria que lhes serve. A mera presença de mulheres nos espaços de poder passa a ser uma ameaça, e ao questionarem o patriarcado devem ser alvo dos tradicionais silêncios nos espaços públicos e obediências sobre a verdade. Falar é transgressor e democrático. Resta agora sermos ouvidas e ressignificadas em prioridade de Estado.

Se, como sustentamos ser (e bem acompanhadas) é através da pauta de gênero que é possível identificar multivetores de poderes relacionais do contrato social normativo pela captura religiosa da pauta pública, sendo por onde os afetos neofascistas subsistem, tanto em regimes iliberais/autoritários como democracias liberais, projetando lucros bilionários de alguns grupos às expensas da cidadania sacrificial de tantos e da derrocada ambiental, da velocidade de consumo em rede, virtual e sem fronteiras, movida pela fé e pela moral discursiva da “família”, a fim de manutenção das possibilidades de imaginar um futuro como promessa, é o caso de redimensionarmos o papel do que é entendido como realismo político e “costumes” no Direito, de quem sejam os atores e quais os valores que atravessam os interesses

postos, cientes de que falar de gênero e Direito não seja apenas um espaço para alocar quantitativamente sujeitos não marcados como homem branco em palestras e eventos, mas em si mesmo o próprio atravessamento universal do cotidiano, da ordem do “pequeno”, e das soluções democráticas refundacionais.

Gênero é de fato a centralidade democrática, mas não como uma “ideologia” de extermínio humano. É enquanto a consagração da autonomia humana articulada com a possibilidade de manutenção existencial da vida vivível e autônoma.

Ainda é possível haver uma democracia liberal substantiva, radical e qualificada. Mas esse termo, “liberal”, precisa se descolar faticamente do “neo” como subjetividade privada economicista e se [re]coletivizar na ordem do Direito, ele mesmo reposicionando-se para quem se destina a Economia e o Estado que a articula, e como as compreensões conceituais do que seja meritocracia, igualdade, liberdade (e liberdade de expressão e liberdade religiosa) devem responder às instituições paraestatais e suprapartidárias que se tornaram as igrejas e as *bigtechs* (e que podem vir a ser outras instituições noutros momentos), que tem sido responsáveis como meios de produção de verdades, e escusadas em valores de separação de espaços e autonomia legal e financeira, seguem habilitadas juridicamente pela separação artificial dos espaços de fé, metaespaço e Estado. Nesta quadra, todas as institucionalidades dependem de um compromisso republicano e publicista dos atores políticos, também privadamente. E somos todos politizáveis.

O mapa dos afetos políticos referenciais pela perspectiva das mulheres e dos cuidados, e inserindo gênero, entre a corporeidade homem, mulher e todo o entre, e de como os sentimentos e associações circulam, precisa estar contabilizado e devidamente nomeado como tal, em sua imaterialidade e aptidão de adaptação a novos meios para proferir velhos ódios. O vetor de gênero deve ser incidental da fórmula jurídica das respostas. Não é o caso de abandonar os pressupostos liberais da democracia, mas de atualizá-los a partir das ferramentas teóricas que nos são colocadas no agora, em soma, ainda que seja para um outro olhar elementar de leitura para o velho fascismo, rebatizado ou não, a fim de compreendermos que os seus valores imateriais provam que a força de uma ideia subsiste, seja essa ideia inclusiva ou exclusiva, seja para distinção material de quem seja juridicamente equivalido em cidadania, ou seja ela a distinção própria para quem se valida como cidadão e a quem e para que o Estado deve servir.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Claudia da Silva. **Denúncias de Femicídios e Silenciamentos: olhares descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal**. São Paulo: Blimunda, 2022.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Pós-Verdade**. Rio de Janeiro. Disponível em < [https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade#:~:text=Para%20o%20Dicion%C3%A1rio%20Oxford%2C%20p%C3%B3s,e mo%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%A0%20cren%C3%A7a%20pessoal'](https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade#:~:text=Para%20o%20Dicion%C3%A1rio%20Oxford%2C%20p%C3%B3s,e mo%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%A0%20cren%C3%A7a%20pessoal'>)>. Acesso em 19/05/2024.
- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do Novo Radicalismo de Direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020a.
- \_\_\_\_\_. **Estudos Sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2020b.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- ARAÚJO, Ernesto. **A Nova Política Externa Brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores - 2019**. Brasília: FUNAG, 2020.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Liberdade para ser Livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Pensar sem Corrimão: Compreender 1953-1975**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BARDI, Giovanna; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira (2022). *Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios*. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(4), 1557–1566. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.05152021>
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do Que Falamos Quando Falamos de Populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BATAILLE, Georges. **A Estrutura Psicológica do Fascismo**. São Paulo: n-1 edições; Hedra, 2022.

BEAUJOT, Roderick; RAVANERA, Zenaida. *The Familistic Package: Imaginaries, Emotions and Family Practices*. **Canadian Studies in Population**, v. 38, n. 3-4, p. 49-67, 2011. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/csp/index.php/csp/article/view/17402>. Acesso em: 05 set. 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo, vol.1**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

\_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo, vol.2**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BECKER, Gary S. **A Treatise on The Family**. Enlarged Edition. Harvard University Press, 1993.

BIROLI, Flávia. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. **Direita e Esquerda**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Entre Duas Repúblicas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRODER, David. **Primeiro Eles Tomaram Roma: como a extrema direita conquistou a Itália após a operação Mãos Limpas**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

BROWN, Wendy. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization*. **Political Theory**, vol. 34, n. 6. Sage Publications, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. São Paulo: Zazie, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. **States of Injury: power and freedom in late modernity**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution**. Nova Iorque: Zone Books, 2015.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: n-1, 2017.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio; (Coord). Lutas por reconhecimento e os indicadores de racismo e lgbtfobia no Brasil em 2021. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/08-anuario-2022-lutas-por-reconhecimento-e-os-indicadores-de-racismo-e-lgbtfobia-no-brasil-de-2021.pdf> >. Acesso em 20/01/2024.

BUTLER, Judith. **A Força da Não Violência**. São Paulo: Boitempo, 2021a.

\_\_\_\_\_. **A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Corpos que Importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

\_\_\_\_\_. (e outras). **Debates Feministas: Um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2018c.

\_\_\_\_\_. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso de Ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021b.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021c.

\_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Quem Canta o Estado-nação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018c.

\_\_\_\_\_. **Quem Tem Medo do Gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

\_\_\_\_\_. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

\_\_\_\_\_. *Why is the idea of ‘gender’ provoking backlash the world over?*. **The Guardian**. 2021d. Disponível em < <https://www.theguardian.com/us-news/commentisfree/2021/oct/23/judith-butler-gender-ideology-backlash> > Acesso em 07/01/2024.

CALLIGARIS, Contardo. *A estante 'ecomênica' dos saberes modernos*. Veiculado em 14/05/1995 na **Folha de São Paulo**. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais!/12.html> >. Acesso em 07/07/2024.

CAMBI, Eduardo; DENORA, Emmanuella. *Tutela Diferenciada dos Direitos das Mulheres nas Relações Domésticas e Familiares Através da Lei Maria da Penha*. **Revista de Direito Brasileira**, [S.1], v. 17, n. 7, p. 221-244. Sep. 2017. doi:10.5585/484.

CARA, Daniel (relator). **Ataques às Escolas no Brasil: análises do fenômeno e recomendações para a ação governamental**. Ministério da Educação: Brasília, 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf> >. Acesso em 03/05/2024.

CESARINO, Leticia. **O Mundo do Averso: Verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

COELHO, Lina. *A Invisibilidade das mulheres no discurso económico. Reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho, família, bem-estar e poder*. **E-cadernos CES**. 14, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em < <http://journals.openedition.org/eces/878> >. DOI : 10.4000/eces.878

COELHO, Luís Fernando Hering. (2005). Que Tchan é Esse? Indústria e produção musical no Brasil dos anos 90. *Revista De Antropologia*, 48(1), 393–399. DOI: < <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000100011> >.

COLETÂNEA DA DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Pronunciamento da Igreja Católica Romana sobre Ideologia de Gênero*. Petrópolis. 2014. Disponível em < <https://encurtador.com.br/jkpzO> >. Acesso em 21/01/2024.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2ª ed. Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONTRERAS, Josefina M.; KEMIS, Kristine; NEGRETE, Anna. *Familismo and Latino Family Ties: The Role of Family Obligations in the Adjustment of Latino Youth*. **Journal of Social Issues**, v. 57, n. 1, p. 55-66, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00203>. Acesso em: 05 set. 2024.

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova Iorque: Zone Books, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Corpo e Discurso: uma história de práticas de linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2023.

DAHL, Tove Stang. **O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

DAL LAGO, Alessandro. **Populismo Digitale: la crisi, la rete e la nuova destra**. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2017

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto: 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DENORA, Emmanuella. *A Mística Feminina*. In: **Dicionário Feminista Brasileiro, Vol.II**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

DENORA, Emmanuella. **(Re)Apropriando-se de Seus Corpos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DENORA, Emmanuella; ALVES, Fernando de Brito. *Da Primeira Presidenta da República Eleita a uma Primeira Dama “Bela, Recatada e do Lar” ou Sobre Como o Machismo Estrutural Revela a Fragilidade Democrática Brasileira*. p. 100-117. In: COIMBRA, Mário; RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida; CARVALHO, Érika Mendes de (org.). **Sistema Constitucional de Garantia de Direitos I**. Jacarezinho/PR: UENP, 2017.

DENORA, Emmanuella; KOZICKI, Katya. *Gênero e Criminologia na Pandemia: relações e recortes para além da violência doméstica*. In: SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho; CANI, Luiz Eduardo. **Direito, Política e Criminologia em Tempos de Pandemia**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

DUARTE, André de Macedo. *Judith Butler e Hannah Arendt em diálogo: repensar a ética e a política*. In: CANDIOTTO, Cesar; OLIVEIRA, Jelson. (Org.). **Vida e Liberdade: entre a ética e a política**. 1ed. Curitiba: PUCPRESS, 2016, v. 1, p. 311-336.

ECO, Umberto. **A Busca da Língua Perfeita na Cultura Europeia**. São Paulo: Editora Unesp, 2018

\_\_\_\_\_. *A Nebulosa Fascista*. In: **Folha de São Paulo**, 14/05/1995. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais!/14.html> > e < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais!/15.html> >.

\_\_\_\_\_. **A Vertigem das Listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cinco Escritos Morais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Construir o Inimigo**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e Superinterpretação**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Kant e o Ornitorrinco: ensaios sobre linguagem e cognição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

\_\_\_\_\_. **Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

EMMERICK, Rulian. *As Relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público da*

*contemporaneidade*. **Revista latino-americana**. ISSN 1984-6487. n. 5. 2010. p. 144-172.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984 (1884).

FACHIN, Melina Girardi; DENORA, Emmanuella. *Constitucionalismo Feminista e a transgressão das fronteiras do Estado Moderno: um ensaio a partir dos direitos reprodutivos*. In: SALADINI, Ana Paula Sefrin; ASSAD, Sandra Mara Flügel. **Direito Gênero e Raça**. Londrina, PR: Thoth, 2022.

FALICOV, Christina T. *Familismo and Traditional Gender Roles: Implications for Mexican American Women's Adjustment*. **Journal of Family Issues**, v. 26, n. 6, p. 734-745, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192513X05277516>. Acesso em: 05 set. 2024.

FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às Linguagens Totalitárias: teoria e transformação do relato**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e Caça às Bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

\_\_\_\_\_. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante: 2019b.

FERNANDES, Nathalia. **Feminismo Materno: o que a profissional descobriu ao se tornar mãe**. São Paulo: Pólen, 20

FISHER, Max. **A Máquina do Caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: < <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. >. Acesso em 20/07/2024.

FOUCAULT, Michel. **A História de Sexualidade 1**. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade 2**. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade 3**. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade 4**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023a.

- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**. Lisboa: Almedina, 2019.
- \_\_\_\_\_. **A Verdade e As Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023b.

FOUCAULT, Michel. *Introdução à Vida Não Fascista*. < <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf> > Acesso em 14/09/2020. Prefácio em DELEUZE, Gilles; & GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GÓMEZ, Letitia. *Challenging Familism: LGBTQ Families in Latinx Communities*. **Journal of GLBT Family Studies**, v. 8, n. 1, p. 38-45, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1550428X.2012.675648>. Acesso em: 05 set. 2024.

GRAAF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elzbieta. **Anti-Gender Politics in The Populist Moment**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

\_\_\_\_\_. **No Enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018b.

HILL, Samantha Rose. *Hannah Arendt: Como a solidão alimenta o autoritarismo*. In: **Instituto Humanitas Unisinos**. 09/12/2020. Disponível em < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/605347-hannah-arendt-como-a-solidao-alimenta-o-autoritarismo> >. Acesso em 02/07/2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=notas-tecnicas> >. Acesso em 19/01/2024.

\_\_\_\_\_. Estatísticas Sociais. **PNAD Outras formas de trabalho [2022]**. *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência IBGE Notícias (Nery; Britto; 11/08/2023). Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> >. Acesso em 13/07/2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai**. Não assinada e não datada. Disponível em < [https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvolvementodesafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2514:catid=28&Itemid=23#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulheres%20que%20realizam%20cada%20uma%20das%20cinco,elas%20e%2079%25%20para%20eles.](https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvolvementodesafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2514:catid=28&Itemid=23#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulheres%20que%20realizam%20cada%20uma%20das%20cinco,elas%20e%2079%25%20para%20eles.) >. Acesso em 13/07/2024.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KIMMEL, Michael. **Angry White Man: American masculinity at an end of an era**. Nova Iorque: Bold Type Books, 2017.

KLEMPERER, Victor. **LTI: A linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOONZ, Claudia. **Mothers in the Fatherland: Women, the Family and Nazi Politics**. St. Martin's Press, 1987.

KOZICKI, Katya. **Herbert Hart e o Positivismo Jurídico: textura aberta do direito e discricionariez judicial**. Curitiba: Juruá, 2014.

\_\_\_\_\_. **Levando a Justiça a Sério**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

KOZICKI, Katya; PUGLIESE, William Soares. **Hobby Lobby: Liberdade religiosa e precedents estreitos**. Curitiba: Juruá, 2022.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MANSO, Bruno Paes. **A Fé e a Fuzil: crime e religião no Brasil do Século XXI**. São Paulo: Todavia, 2023.

MANTOVANI, Denise. *O aborto e as Eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição dos discursos conservadores*. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.

MARÇAL, Katrine. **O Lado Invisível da Economia: uma visão feminista**. São Paulo: Alaúde, 2017.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969.

MELLO, Luiz. (2006). *Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil*. **Revista Estudos Feministas**, 14(2), 497–508. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. *O Debate Sobre Aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014*. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016.

MILLERMAN, Michael. **Beginning With Heidegger: Strauss, Rorty, Derrida, Dugin and the philosophical constitutional of the political**. Tese submetida ao departamento de Ciência Política da Universidade de Toronto, 2018.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade e A Sujeição das Mulheres**. São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2017

MISKOLCI, Richard.; CAMPANA, Maximiliano. (2017). *“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo*. **Sociedade E Estado**, 32(3), 725–748. < <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008> >

MISKOLCI, Richard. *Pânicos Morais e Controle Social: reflexões sobre o casamento gay*. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007:101-128. < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/?format=pdf&lang=pt> >

MOCHEL, Lorena. *Ideologia de Gênero*. 14/01/2022. In: **Religião e Poder**. Disponível em < <https://religioepoder.org.br/artigo/ideologia-de-genero/> >. Acesso em 21/01/2024.

MONTE, Déborah Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. *“Terrivelmente cristã”*, **SUR 32**. 2022. Acesso 17 Jun. 2024 < <https://sur.conectas.org/terrivelmente-crista/> >

MOTTIN, Karina Veiga. **A "ideologia de gênero" através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR, 2019.

Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62045> >. Acesso em 10/05/2024.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: thinking the world politically. (e-book kindle)**. Londres: Verso, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NEIMAN, Susan. **A Esquerda Não é Woke**. Belo Horizonte: Âyiné, 2024.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

NUNES, Rodrigo. **Nem Vertical Nem Horizontal: uma teoria da organização política**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinicius. Editoria: Estatísticas Sociais. **IBGE**. 11/08/2023. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> >. Acesso em 13/07/2024.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de Destruição em Massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

OXFORD Languages. *Word of the Year 2016*. **Oxford University Press**. Disponível em < <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> >. Acesso em 22 out. 2020.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres Invisíveis: o viés dos dados em um mundo projetado para homens**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, Corpo e Voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina". *Debate*, n. 44, p. 227-238, agosto de 1998.

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e Política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2012.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. [online] Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, Carlos A. *Heteronormativity, Familism, and the Politics of Marriage in Latin America*. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 13, n. 3, p. 202-210, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13178-015-0215-x>. Acesso em: 05 set. 2024.

REINACH, Sofia; BARROS, Betina Warmling. *O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022*. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 188-203, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20/01/2024

RICCI, Rudá Guedes. *Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais*. **Saúde Em Debate**, 42(spe3), 90–107. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S308> , 2018.

ROSITO, João Baptista Alvares; DAMO, Arlei Sander. (2014). *A reparação por perseguição política e os relatos de violência nas caravanas da anistia*. **Horizontes Antropológicos**, 20(42), 181–212. DOI < <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200008> >.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **A Esquerda que Não Teme Dizer Seu Nome**. São Paulo, Três Estrelas, 2018.

\_\_\_\_\_. **O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. *O Enigma da Igualdade*. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Lisboa: Edições 70, 2019.

\_\_\_\_\_. **O nomos da Terra no direito das gentes do *jus publicum europæum***. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terra e Mare: Uma considerazione sulla storia del mondo**. Milão: Giufrè Editore, 1986

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite. *A Longa Sombra da Casa: poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do antigo regime à modernidade*. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 178(473): 327-424, jan./mar. 2017

SEIXAS, Rodrigo. *A retórica da pós-verdade: o problema das convicções*. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, p. 122-138, abr. 2019. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2197](https://doi.org/10.17648/eidea-18-2197).

SHAKESPEARE, William. **Romeo and Juliet**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SOIHET, Rachel. (2005). *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. **Revista Estudos Feministas**, 13 (Rev. Estud. Fem., 2005 13(3)). Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008> >. Acesso em 16/02/2023.

SOUSA, Tauan de Almeida. *A purificação através do despertar estético e a administração total da morte: uma leitura sobre o documentário “Arquitetura da Destruição”*. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. Espec, p. 43–57, 5 Jan 2019 Disponível em: < <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10501>.> Acesso em: 28/05/2024.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2022

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra Pela Eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

TOMEI, Stefano Andrade. *Metapolítica: a ideologia na política externa do governo Bolsonaro no ano de 2019*. **Revista ÍANDÉ – Ciências e Humanidades**. São Bernardo do Campo, v. 5, n. 1 , p. 102-118, Mar./2021

VIANA, Natalia. **O Vazamento: memórias do ano em que o Wikileaks chacoalhou o mundo**. São Paulo: Fósforo, 2024.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800**. 3ª ed. Abingdon: Pearson Education Limited, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-philosophicus**. 3a ed. São Paulo: Edusp, 2017 [1921].

ZANELLO, Valeska; RICHWIN, Iara Flor; SALLORENZO, Letícia. *Psicopolítica Gendrada das Emoções no Governo Bolsonaro: memes e masculinidade hegemônica*. **PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru**, 1, e022003, Março de 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

### REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS

Agências. *Bento XVI: “Quem quer que se oponha ao casamento homossexual ou ao aborto é socialmente excomungado”*. **El País**. 07/05/2020. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-07/bento-xvi-quem-quer-que-se-oponha-ao-casamento-homossexual-ou-ao-aborto-e-socialmente-excomungado.html> >. Acesso em 21/01/2024.

Agência **Câmara de Notícias**. *Grupo de trabalho aprova texto-base de relatório sobre combate a fake news*. 01/12/2021. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/833607-grupo-de-trabalho-aprova-texto-base-de-relatorio-sobre-combate-a-fake-news/> >. Acesso em 12/07/2024.

Agência France-Presse. *Entenda o caso de apologia ao nazismo iniciado pelo youtuber Monark*. **Correio Braziliense**. 09/02/2022. Disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4983875-entenda-o-caso-de-apologia-ao-nazismo-iniciado-pelo-youtuber-monark.html> >. Acesso em 10/01/2024.

Agência O Globo. *Eu não conheço a SHEIN, diz Haddad sobre a taxaço de compras no exterior*. **Exame**. 14/04/2023. Disponível em < <https://exame.com/economia/eu-nao-conheco-a-shein-diz-haddad-sobre-taxacao-de-compras-no-exterior/> >. Acesso em 07/01/2024.

ARANTES, Pedro. *Bolsonaro e Orbán, aliados na guerra contra as universidades*. **Folha de São Paulo**, 18/02/2022, disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2022/02/bolsonaro-e-orban-aliados-na-guerra-contra-as-universidades.shtml> >. Acesso em 15/06/2024.

BROOKS, David. *My Unsettling Interview With Steve Bannon*. Opinion. The New York Times., de 01/07/2024. Disponível em < <https://www.nytimes.com/2024/07/01/opinion/steve-bannon-trump.html?auth=login-google1tap&login=google1tap> >. Acesso em 05/07/2024.

Coordenação-Geral de Comunicação Social. *Polícia Federal deflagra quarta fase da Operação Última Milha*. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 11/07/2024. Disponível em < <https://www.gov.br/pf/pt->

[br/assuntos/noticias/2024/07/policia-federal-deflagra-quarta-fase-da-operacao-ultima-milha](https://br/assuntos/noticias/2024/07/policia-federal-deflagra-quarta-fase-da-operacao-ultima-milha) >. Acesso em 13/07/2024.

DECLERQ, Marie. *A internet que odeia mulheres: cultura red pill cresce e ataques viralizam*. **UOL**. 12/04/2024. <

<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/04/12/mulheres-sao-alvo-de-odio-na-internet.htm> >. Acesso em 24/07/2024.

ÉBOLI, Evandro. *O movimento de extrema direita que se aproxima do PDT, de olho em 2026: Nova Resistência é inspirado num filósofo russo que seria guru de Putin e, no Brasil, teria interlocução com pedetistas, como Aldo Rebelo*. **Metrópoles**.

27/09/2022. Disponível em < <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/o-movimento-de-extrema-direita-que-se-aproxima-do-pdt-de-olho-em-2026> >. Acesso em 28/02/2024.

G1. *Em reunião ministerial, Bolsonaro diz: 'Eu não vou esperar foder a minha família toda'; assista*. **O Globo**, 22/05/2020. Disponível em <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtml> >. Acesso em 15/05/2024.

G1. *Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília*. **O Globo**. 30/12/2022. Disponível em <

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml> >. Acesso em 15/06/2024.

\_\_\_\_\_. *Futuro indicado ao STF terá de ser evangélico e 'tomar tubaina comigo', diz Bolsonaro*. **O Globo**. 01/10/2024. Disponível em <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/01/futuro-indicado-ao-stf-tera-de-ser-evangelico-e-tomar-tubaina-comigo-diz-bolsonaro.ghtml> >. Acesso em 15/06/2024.

LICHOTE, Leonardo. *A Ditadura Brasileira Contra Caetano Veloso: os arquivos completos da repressão*. **El País**. Rio de Janeiro, 13/10/2020. Disponível em <

<https://brasil.elpais.com/cultura/2020-09-14/a-ditadura-brasileira-contra-caetano-veloso-os-arquivos-completos-da-repressao.html#:~:text=Em%201968%2C%20o%20disco%20com,o%20guerrilheiro%20da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Cubana> >. Acesso em 19/09/2023.

MACHADO, Raphael. *Ciro acordou! Que não durma de novo*. Opinião. **Nova Resistência**. 26/09/2022. Disponível em <

<https://novaresistencia.org/2022/09/26/ciro-acordou-que-nao-durma-de-novo/> >. Acesso em 28/02/2024.

Matéria não assinada. *“Evangélicos consagram seu primeiro ministro no STF”*. **El País**. Brasília. 12/01/2021. Disponível em <

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-01/evangelicos-consagram-seu-primeiro-ministro-no-supremo-tribunal-federal.html> >. Acesso em 21/02/2024.

Matéria não assinada. *“Leia a íntegra do discurso de Michelle na Avenida Paulista”*. **Poder 360**. São Paulo. 25/02/2024. Disponível em <

<https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/> >. Acesso em 28/02/2024.

Matéria não assinada. “Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora”, diz Bolsonaro para Biden sobre Amazônia. **El País**. Brasília, 10/11/2020. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-11/quando-acaba-a-saliva-tem-que-ter-polvora-diz-bolsonaro-para-biden-sobre-amazonia.html> >. Acesso em 20/01/2024.

MENDONÇA, Heloísa. *Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo*. **El País**. São Paulo, 13/09/2027. Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html) >. Acesso em 15/06/2024.

OLIVEIRA, Joana. “Jesus pode ser tudo, menos travesti”. **El País**. São Paulo, 23/07/2018. Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217\\_501094.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html) >. Acesso em 15/06/2024.

PALOMO, Elvira. *Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades*. **El País**. Madri/Budapeste, 27/04/2021. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-27/orban-reforca-dominio-da-ultradireita-na-hungria-com-reforma-que-inclui-gestao-das-universidades.html> >. Acesso em 15/07/2024.

PIMENTEL, Carolina. *Veja a trajetória e polêmicas de Jair Bolsonaro, presidente eleito*. **Agência Brasil**. Brasília, 28/10/2018. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-trajetoria-e-polemicas-de-jair-bolsonaro-presidente-eleito> >. Acesso em 20/01/2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. “Camarão não mastigado causou obstrução intestinal em Bolsonaro”, diz médico. **UOL Notícias**. 05/01/2022. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/01/05/camarao-nao-mastigado-causou-obstrucao-intestinal-em-bolsonaro-diz-medico.htm#:~:text=Camar%C3%A3o%20n%C3%A3o%20mastigado%20causou%20obstru%C3%A7%C3%A3o%20intestinal%20em%20Bolsonaro%2C%20diz%20m%C3%A9dico,-Bras%C3%ADlia&text=O%20m%C3%A9dico%2Dcirurgi%C3%A3o%20Ant%C3%B4nio%20Luiz,intestinal%20no%20chefe%20do%20Executivo> >. Acesso em 20/02/2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. “Momento é de testosterona” diz Ciro Gomes sobre Candidatura de Marina. **Veja**. 19/10/2017. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/brasil/momento-e-de-testosterona-diz-ciro-sobre-candidatura-de-marina> >. Acesso em 28/02/2024.

FERRAZ, Lucas. *Ultradireita de seis países se reúne em Roma em laboratório 'nacional-conservador'*. **O Globo**. 05/02/2020. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/mundo/ultradireita-de-seis-paises-se-reune-em-roma-em-laboratorio-nacional-conservador-24230115> >. Acesso em 09/07/2024.

FISHER, Max; & TAUB, Amanda. *How Youtube Radicalized Brazil*. **The New York Times**, 11/08/2019. < <https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html> >. Acesso em 14/09/2020.

MADEIRO, Carlos. *Ciro se alia a bolsonaristas e até a desafetos contra PT no Ceará: "Ditadura"*. **UOL Notícias**, 22/07/2024. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/columnas/carlos-madeiro/2024/07/22/ciro-se-une-bolsonarista-contr-pt-no-ceara.htm> >. Acesso em 22/07/2024.

MAZUI, Guilherme. *Bolsonaro diz que o Brasil está quebrado e, por isso, ele não consegue 'fazer nada'*. **O Globo (G1)**, 05/01/2021. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/05/bolsonaro-diz-que-o-brasil-esta-quebrado-e-por-isso-ele-nao-consegue-fazer-nada.ghtml> >. Acesso em 13/07/2024

MOTA, Camilla Veras. *Bolsonaro na Hungria: como primeiro-ministro Viktor Orbán se tornou inspiração para a ultradireita*. **BBC Brasil**, 17/02/2022. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60396883> >. Acesso em 15/06/2024.

PATERSON, Simeon. *Mortes por excesso de trabalho refletem desafios do Japão para mudar cultura de hora extra*. **BBC News/BBC Brasil**, 03/01/2021. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38494915> >. Acesso 15/05/2024.

REDAÇÃO BBC NEWS MUNDO. *O que é a 'teoria da substituição', tese racista que teria motivado atentado nos EUA*. **BBC Brasil**, 16/05/2022. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61473291> >. Acesso em 25/04/2024.

REDAÇÃO. *Com bandeiras, bolsonaristas reforçam discurso pró-Israel em meio a genocídio em Gaza*. **Brasil de Fato**, 25/01/2024. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/25/com-bandeiras-de-israel-bolsonaristas-reafirmam-apoio-a-netanyahu-e-ao-genocidio-em-gaza#:~:text=Ao%20subir%20no%20trio%20el%C3%A9trico,dentro%20dos%20muros%20de%20israel> >. Acesso em 10/07/2024.

REDAÇÃO. *Preso pela PF, Pastor Everaldo batizou Bolsonaro no Rio Jordão*. **Correio Braziliense**, 28/08/2020. Disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-presos-pela-pf-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-no-rio-jordao.html> >. Acesso em 10/07/2024

REDAÇÃO. *Operação Tempus Veritatis. Veja quem integrava "núcleo jurídico" do golpe de Estado, segundo a PF*. **Migalhas**, 08/02/24. Disponível em < <https://www.migalhas.com.br/quentes/401692/veja-quem-integrava-nucleo-juridico-do-golpe-de-estado-segundo-a-pf> >. Acesso em 12/07/2024.

REUTERS. *"Por que 19 sacerdotes e teólogos acusam o Papa Francisco de heresia"*. **BBC News Brasil**, 01/05/2019. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48125473> >. Acesso em 28/02/2024.

RODRIGUES, Henrique. *VÍDEO: Veja como surge uma fake news bolsonarista e como destruí-la*. **Revista Fórum**, 22/05/2024. Disponível em <

<https://revistaforum.com.br/politica/2024/5/22/video-veja-como-surge-uma-fake-news-bolsonarista-como-destrui-la-159283.html> >. Acesso em 12/07/2024.

SABÓIA, Gabriel. “Entrevista: ‘Base se formou mas não dá para aprovar pauta de costumes’ diz Zeca Dirceu, líder do PT na Câmara”. **O Globo**, 24/09/2023.

Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/24/entrevista-base-se-formou-mas-nao-da-para-aprovar-pauta-de-costumes-diz-zeca-dirceu-lider-do-pt-na-camara.ghtml> >. Acesso em 09/01/2024.

SACRAMENTO, Leonardo. *O Aldolavismo*. **A Terra é Redonda**, 27/09/2022.

Disponível em < <https://aterraeredonda.com.br/o-aldolavismo/> >. Acesso em 28/02/2024.

SENRA, Ricardo. “Imbrochável? ‘Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil’ diz psicanalista”. **BBC News Brasil em Londres**, 07/09/2022.

Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997> >. Acesso em 20/01/2024.

TEODORO, Plínio. “Banheiros unissex: governo desmente fake news de Nikolas Ferreira e Filipe Barros; entenda”. **Revista Fórum**, 23/09/2023. Disponível em <

<https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/23/banheiros-unissex-governo-desmente-fake-news-de-nikolas-ferreira-filipe-barros-entenda-144632.html> >. Acesso em 01/03/2024.

UNZELTE, Carolina. *Número de nascimentos no Japão cai para mínima recorde em 2023*. **Revista Exame**, 27/02/2024. Disponível em <

<https://exame.com/mundo/numero-de-nascimentos-no-japao-cai-para-minima-recorde-em-2023/> >. Acesso em 15/05/2024.

Vários autores. Compilado de matérias jornalísticas da plataforma. *Tudo sobre: Allan dos Santos*. **CNN Brasil**. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/allan-dos-santos/> >. Acesso em 10/01/2024.

Vários autores. Sobre assédio moral e sexual no mercado de trabalho, em que as mulheres são as principais afetadas. **Múltiplas editorias**. Disponível em <

<https://www.conjur.com.br/2022-jul-08/reflexoes-trabalhistas-assedio-moral-sexual-mulher-ambiente-trabalho/> > ; < <https://www.conjur.com.br/2021-ago-05/pratica-trabalhista-assedio-moral-mulheres-meio-ambiente-trabalho/> > ; < <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/assedio-moral-no-trabalho/> >. Acesso em 20/01/2024.

Vários autores. Sobre atuação contemporânea da Igreja Católica. **Múltiplas editorias**. Disponíveis em <

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada> > ; < <https://www.pastoraldacrianca.org.br/> > ; < <https://www.cnbb.org.br/> > ; < <https://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas> >. Acesso em 21/01/2023.

Vários autores. Sobre a atuação de lideranças católicas no período da Ditadura Militar. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-helder-camara/> > ; < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-paulo-evaristo-arns/> > ; < <https://jornal.usp.br/artigos/dalmo-dallari-historia-memoria-e-saudade/> >. Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. Sobre “Brasil Paralelo”. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo/> > ; < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml> > ; < <https://www.brasilparalelo.com.br/> >. Acesso em 10/01/2024.

Vários autores. Sobre cenário cultural de massa dos anos 1990. **Múltiplas Editorias**. Disponível em < <https://www.revistaloficial.com.br/hommes/xuxa-tem-fortuna-maior-que-angelina-jolie-e-miley-cyrus> > ; < <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2023/01/04/veja-a-lista-quem-sao-os-famosos-mais-ricos-do-brasil.htm> > ; < <https://exame.com/negocios/xuxa-saiba-qual-e-a-fortuna-da-rainha-dos-baixinhos-valor-ultrapassa-o-de-atrizes-de-hollywood/> > ; < <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/icone-dos-anos-90-banheira-do-gugu-teve-alexandre-frota-nana-gouvea-solange-gomes-24093108.html> > ; < <https://revistaquem.globo.com/entretenimento/tv-e-novelas/noticia/2023/05/9-momentos-absurdos-da-tv-brasileira-nos-anos-90.ghtml> > ; < <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/em-1997-sushi-erotico-do-domingao-do-faustao-chocou-ate-roberto-marinho-30098> > ; < <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2021/01/de-sushi-a-macaco-relembre-os-momentos-mais-marcantes-do-domingao-do-faustao.shtml> > ; < <https://www.omelete.com.br/musica/mamonas-assassinas-legado> > ; < <https://www.dw.com/pt-br/o-culto-aos-anos-90-tudo-o-que-%C3%A9-velho-volta-a-ser-novo/a-64491623> >. Acesso em 19/01/2024.

Vários autores. Sobre Ditadura Militar no Brasil. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/> > ; < <https://www.migalhas.com.br/quentes/393846/ditadura-trf-4-condena-uniao-em-r-100-mil-por-perseguições-e-prisões> > ; < <https://www.conjur.com.br/2023-nov-29/stj-derruba-acao-de-danos-morais-contr-ustra-por-tortura-na-ditadura/> > ; < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-21/pela-primeira-vez-justica-federal-condena-penalmente-repressor-da-ditadura-brasileira-e-abre-precedente-historico.html> > ; < <https://apublica.org/2023/11/federacao-de-favelas-do-rio-busca-reparacao-inedita-por-perseguição-na-ditadura/> >. Acesso em 19/01/2024.

Vários autores. Sobre Jair Bolsonaro e Ataques Institucionais. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/leia-integra-da-transcricao-do-video-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril-entre-bolsonaro-e-ministros.ghtml> > ; < <https://www.camara.leg.br/noticias/663975-video-de-reuniao-ministerial-repercute-entre-deputados/> > ; < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-caso-de-joias-que-o-governo-bolsonaro-tentou-trazer-ilegalmente-ao-brasil/> > ; < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/12/lula-alvorada-granja-torto-abandonados-bolsonaro.htm> > ; < <https://www.metropoles.com/negocios/a-15->

[dias-do-fim-do-governo-paulo-guedes-desocupa-granja-do-torto](https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/guedes-descoupa-a-granja-do-torto-a-duas-semanas-do-fim-do-governo-parti-hoje/) > ; <  
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/guedes-descoupa-a-granja-do-torto-a-duas-semanas-do-fim-do-governo-parti-hoje/> > ; <  
<https://www.poder360.com.br/brasil/guedes-desocupa-residencia-oficial-duas-semanas-antes/> > ; <  
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/infiltracao-janela-quebrada-sofa-rasgado-janja-abre-o-alvorada-pela-primeira-vez-e-expoe-problemas-pos-bolsonaro.ghtml> > ; <  
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5063892-ministro-diz-que-ha-danos-e-infiltracoes-no-palacio-da-alvorada.html> > ; <  
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/nao-li-sobre-isso-nao-tomei-conhecimento-diz-bolsonaro-sobre-o-pix/> > ; <  
<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/> > ; <  
<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-diz-nao-ter-conhecimento-sobre-esquema-da-abin/> > ; <  
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml> > ; <  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-ataca-moraes-e-diz-que-responsavel-por-aval-a-operacao-contras-empresarios-e-vagabundo/> > ; <  
<https://www.migalhas.com.br/quentes/367669/bolsonaro-diz-que-nao-cumprira-ordem-do-stf-e-chama-fachin-de-marxista> > . <  
<https://www.poder360.com.br/brasil/vamos-ordenar-senado-a-derrubar-os-ministros-do-stf-diz-sergio-reis/> > ; <  
<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/10/23/roberto-jefferson-ataca-policiais-federais-com-granadas-e-tiros-de-fuzil-e-se-entrega-apos-8-horas-desrespeitando-ordem-do-stf.ghtml> > ; <  
<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml> > ; <  
<https://www.infomoney.com.br/politica/invasoes-em-brasilia-89-condenam-ataques-de-8-de-janeiro-diz-pesquisa/> > . Acesso em 20/01/2024.

Vários autores. *Sobre Jair Bolsonaro e Polêmicas. Múltiplas editorias.* Disponível em <  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57730263> > ; <  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> > ; <  
<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/> > ; <  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado> > ; <  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63976848> > . Acesso em 20/01/2024

Vários autores. *Sobre legislações de “Gênero” a nível municipal, estadual e federal, todas restritivas do conceito. Múltiplas editorias.* Disponível em <  
<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/05/10/camara-de-londrina-proibe-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas-e-concursos-entenda-o-que-e-o-termo.ghtml> > ; <  
<https://www.bonde.com.br/bondenews/camara-de-vereadores-aprova-projeto-contras-banheiro-neutro-em-londrina> > ; <  
<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/contras-201cdoutrinacao201d-projeto-quer-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-curitiba> > ; <  
<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/232-politica/1859-vereadores-de-ponta-grossa-adiam-votacao-para-projeto-de-lei-que-altera-a-ideologia-de-genero> > ; <  
[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/24/interna\\_politica,1485149/camara-de-bh-aprova-projeto-que-proibe-a-linguagem-neutra-nas-escolas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/24/interna_politica,1485149/camara-de-bh-aprova-projeto-que-proibe-a-linguagem-neutra-nas-escolas.shtml) > ; <  
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/12/19/projeto-de-lei-que-proibe-ensino->

[de-ideologia-de-genero-em-joao-pessoa-e-aprovado-por-vereadores.ghtml](#) > ; < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/vereadores-de-apodi-rn-aprovam-lei-que-proibe-discutir-ideologia-de-genero-em-ambiente-escolar.ghtml> > ; < <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-na-pauta-da-ccj> > ; < < <https://cbnlondrina.com.br/materias/projeto-que-proibe-campanhas-de-diversidade-sexual-junto-a-criancas-e-adolescentes-em-londrina-e-aprovado-pelos-vereadores> > ; < <https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/camara-de-vereadores-debate-projeto-que-proibe-atleta-trans-em-competicoes-em-londrina> > ; < <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-proibe-propaganda-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-municipais> > ; < <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/avanca-projeto-que-proibe-a-ideologia-de-genero-nas-escolas-do-parana-3219326e.html?d=1> > ; < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276> > . Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. *Sobre liderança do Brasil em assassinatos de pessoas trans e travestis. Múltiplas editorias.* Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo> > ; < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtml> > . Acesso em 20/01/2024.

Vários autores. *Sobre Maternidade e mercado de trabalho. Múltiplas editorias.* Disponível em < <https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos> > ; < <https://encurtador.com.br/diyJZ> > ; < <https://rhpravoce.com.br/redacao/metade-das-mulheres-perde-o-emprego-apos-a-licenca-maternidade/> > ; < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/09/50-das-maes-perde-o-emprego-em-dois-anos-conheca-a-historia-dessas-maes.htm> > ; < <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4923276-mercado-de-trabalho-ainda-e-rigido-com-mulheres-que-sao-maes.html> > ; < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/maes-solo-tem-mais-dificuldade-de-entrar-no-mercado-de-trabalho> > . Acesso em 20/01/2024.

Vários autores. *Sobre medicalização dos sentimentos. Múltiplas editorias.* Disponível em < <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/03/2023/vendas-de-medicamentos-psiquiatricos-disparam-na-pandemia> > ; < <https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-escolas-tecnicas/tecnico-em-enfermagem/noticias/cresce-o-consumo-de-ansioliticos-e-antidepressivos-entre-brasileiros> > ; < <https://encurtador.com.br/cevKM> > ; < <https://encurtador.com.br/fEQU9> > . Acesso em 20/01/2024.

Vários autores. *Sobre Michel Temer, Governabilidade e Satanismo. Múltiplas editorias.* Disponível em < <https://noticias.gospelmais.com.br/michel-temer-e-satanista-e-macom-vice-presidente-de-dilma-rousseff-e-rodeado-de-polemicas.html> > . 01/10/2010; < <https://noticias.gospelmais.com.br/malafaia-temer-nao-satanista-falta-discernimento-evangelicos-82303.html> > . 18/04/2016; < <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/como-os-evangelicos-abençoaram>

[temer.html](#) > 11/05/2016; < <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/em-entrevista-a-amaury-jr-temer-diz-que-boatos-sobre-satanismo-o-atingiram-pessoalmente-9tpfd6z7twh36aijd1nurhkht/> >. 28/01/2018. Acesso em 21/02/2024.

Vários autores. *Sobre Olavo de Carvalho. Múltiplas editorias*. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml> > ; < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/585955-quem-sao-os-discipulos-de-olavo-de-carvalho-que-chegaram-ao-governo-e-congresso> > ; < <https://www.aagencia.info/olavo-bolsonaro-ofereceu-ministerio-educacao-mec-bial/> > ; < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/mec-exonera-ex-alunos-de-olavo-de-carvalho-apos-criticas-do-filosofo/> > ; < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578\\_294383.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html) > ; < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/12/ricardo-velez-olavo-de-carvalho-militares-ex-alunos-mec-ministro-educacao.htm> > ; < <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mec-entrega-mais-um-cargo-a-ex-aluno-de-olavo-de-carvalho/> > ; < <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/12/06/verificamos-pepsi-celulas-fetos-abortados-refrigerantes> > ; < <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/09/olavo-de-carvalho-diz-que-quem-escreveu-as-musicas-dos-beatles-foi-sociologo-alemao.shtml> > ; < <https://olavodecarvalho.org/logica-do-abortismo/> > ; < <https://blogdoolavo.com/olavo-de-carvalho-ideologia-de-genero-e-dissonancia-cognitiva/> > ; < <https://olavodecarvalho.org/convite-a-falsificacao/> > ; < <https://www.poder360.com.br/governo/jantar-de-bolsonaro-em-washington-teve-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/> >. Acesso em 19/01/2024.

Vários autores. *Sobre declarações do Papa Bento XVI sobre Ideologia de Gênero. Múltiplas editorias*. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/papa-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.html> > ; < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/01/19/interna\\_mundo\\_344968/papa-bento-xvi-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/01/19/interna_mundo_344968/papa-bento-xvi-diz-que-cristaos-devem-dizer-nao-a-teoria-do-genero.shtml) > ; < <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-07/bento-xvi-quem-quer-que-se-oponha-ao-casamento-homossexual-ou-ao-aborto-e-socialmente-excomungado.html> >. Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. *Sobre declarações do Papa Francisco sobre Ideologia de Gênero. Múltiplas editorias*. Disponível em < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613141-papa-francisco-afirma-a-necessidade-de-cuidado-pastoral-com-lesbicas-e-gays-e-critica-a-ideologia-de-genero> > ; < <https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/o-que-pensa-o-papa-francisco-sobre-ideologia-de-genero/> > ; < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/11/papa-critica-teoria-de-genero-em-uma-entrevista.ghtml> > ; < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651\\_176929.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651_176929.html) > ; < <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-03/auza-genero-onu-humanidade.html> > ; < <https://www.semprefamilia.com.br/casamento-e-compromisso/13-vezes-em-que-o-papa-francisco-falou-contra-a-ideologia-de-genero-e-o-casamento-gay/> > ; < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628188-a-ideologia-de-genero-da-igreja-catolica-e-complementar-e-binaria-mas-nao-e-assim->

[que-a-natureza-funciona](#) > ; < <https://agencia.ecclesia.pt/portal/vaticano-a-ideologia-de-genero-e-a-mais-perigosa-das-colonizacoes-ideologicas-papa/> >. Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. *Sobre Igrejas Evangélicas no Brasil*. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://istoedinheiro.com.br/abrir-igrejas-e-um-otimo-negocio-no-brasil/> >; < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/numero-de-evangelicos-cresce-61-no-brasil-diz-ibge,c0addc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> > ; < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo> > ; < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> > ; < <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/tres-fatores-que-explicam-o-fenomeno-do-boom-evangelico-no-brasil> >. Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. *Sobre Pastores Evangélicos e Vacinas*. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-25/chip-do-diabo-e-medo-de-ser-cobaia-afastam-indigenas-da-vacina-contra-a-covid-19.html> >; < [https://cultura.uol.com.br/noticias/16111\\_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contra-a-covid-19-conta-lideranca.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/16111_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contra-a-covid-19-conta-lideranca.html) > ; < <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/26/vacinacao-coronavirus-missionarios-indigenas-tribos-evangelicos.htm> >. Acesso em 18/01/2024.

Vários autores. *Sobre Rabino Henry Sobel*. **Múltiplas editorias**. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50511776> > ; < <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/henry-sobel/> >). Acesso em 21/01/2024.

Vários autores. *Sobre Violência Contra a Mulher (feminicídio, estupro, violência doméstica)*. **Múltiplas editoriais**. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/casos-de-feminicidio-e-estupro-crescem-no-brasil/> > ; < <https://sites.uel.br/lesfem/brasil-registra-1-153-feminicidios-ate-julho-de-2023/> > ; < <https://encurtador.com.br/stDK6> >. Acesso em 20/01/2024.

VERDÚ, Daniel. *A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália*. **El País Internacional**. Collepardo, 22/09/2018. Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031\\_280140.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031_280140.html) >. Acesso em 15/07/2024.

YAGISHITA, Yuta. *Por que os funcionários públicos japoneses se matam de trabalhar*. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 01/04/2021. Disponível em < <https://diplomatique.org.br/por-que-os-funcionarios-publicos-japoneses-se-matam-de-trabalhar/> >. Acesso em 15/05/2024.

## REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO. (Documentário) [Título original: *Architektur des Untergangs*. Direção e Produção: Peter Cohen. Suécia, 1989.

CABARÉ ELDORADO: O alvo dos nazistas. (Documentário) Direção: Benjamin Cantu. Alemanha: Netflix, 2023.

CAFÉ DA MANHÃ: **O discurso religioso na política brasileira**. Entrevista com TONIOL, Rodrigo. Professor de Antropologia Cultural da UFRJ. Spotify e Folha, 28/02/2024. Podcast.

LARRY CHARLES' DANGEROUS WORLD OF COMEDY. (Série Documental) Direção: Larry Charles. EUA: Netflix, 2019.

YouTube. Reunião de 05 de Julho de 2022. Disponível em < <https://youtu.be/XPzzTtAMrZs?si=J8Z8k6LpMgnZvRSU> >. Acesso em 14/02/2024.

SUCCESSION. (Série de ficção) Criação: Jesse Armstrong. EUA: HBO, 2018-2023.

## REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS DE SITES

Brasil Paralelo. < <https://www.brasilparalelo.com.br/>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. < <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

Igreja Universal do Reino de Deus < <https://www.otemplodesalomao.com/>

Integralismo < <https://integralismo.org.br/>

Nova Resistência < <https://novaresistencia.org/>

Projeto Humanos < <https://www.projetohumanos.com.br/>

Sínodo para a Amazônia < <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html>

## ANEXO 1 – DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO NO PÚLPITO (2019)

"É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo **começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.**

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do estado democrático de direito, guiados por nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje, vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, vamos promover as transformações de que o país precisa. Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso.

Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês, eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

**Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.**

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, **eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.**

**A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.**

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. Com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, **da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.**

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com **a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais**, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

**Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos.**

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

**Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.**

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!

**Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros.** Vamos restabelecer a ordem neste País.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e noite, perseguir o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

**Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.**

Disponível em < <https://encurtador.com.br/zAFJ7> > e em vídeo < [https://www.youtube.com/watch?v=lwcF1MFR7Is&ab\\_channel=vejapontocom](https://www.youtube.com/watch?v=lwcF1MFR7Is&ab_channel=vejapontocom) >. Acesso em 05/11/2023.

## ANEXO 2 – DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE JAIR BOLSONARO NO CONGRESSO (2019)

“Excelentíssimo presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira; Senhoras e senhores chefes de Estado, chefes de Governo, vice-chefes de Estado e vice-chefes de Governo, que me honram com suas presenças.

Vice-presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar de Agulhas Negras, Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro, deputado Rodrigo Maia.

Ex-presidentes da República Federativa do Brasil, senhor José Sarney, senhor Fernando Collor de Mello; Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli; Senhoras e senhores ministros de Estado e comandantes das Forças aqui presentes; Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; Senhoras e senhores governadores; Senhoras e senhores senadores e deputados federais; Senhoras e senhores chefes de missões estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro; Minha querida esposa Michelle, daqui vizinha Ceilândia; Meus filhos e familiares aqui presentes – a conheci aqui na Câmara.

Brasileiros e brasileiras,

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre, Obrigado, meu Deus!

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem **na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.**

Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa.

**Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.**

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão. **Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política;** que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “Ordem e ao Progresso”.

Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

**O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender,** respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

**Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem o seu trabalho.** Eles merecem e devem ser respeitados!

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

**Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.** Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

**Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.** Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados. Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades. Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, **sem o viés ideológico.**

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente. Dessa forma, todo setor produtivo terá um aumento da eficiência, com menos regulamentação e burocracia.

Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso. **A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.**

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. Um capítulo no qual o Brasil será visto como um País forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.

Senhoras e senhores Congressistas, Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!"

Disponível em < <https://encurtador.com.br/DOXY3> > e < <https://encurtador.com.br/fsZ38> > .

Acesso em 05/11/2023.

### ANEXO 3 – DISCURSO DE MICHELE BOLSONARO EM 25/02/2024

“Boa tarde, Paulista. Boa tarde, mulheres e homens de bem. Boa tarde.

Nós somos gratos a Deus por esse dia tão lindo. Pela sua misericórdia, pelo seu amor e pelo seu cuidado. Deus é maravilhoso em tudo que ele faz. E não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas. Vendo o exército de homens e mulheres patriotas que não desistem da sua nação. Quantos viajaram dias, quilômetros para estarem aqui. E aqui fica meu agradecimento a cada um de vocês. Por vocês saírem das suas casas, saírem da zona de conforto para dizer que o Brasil é do senhor. Para dizer que somos um povo de bem e que defendem valores e princípios cristãos. Um povo que ama essa nação e aprendeu a acreditar que ela tem promessas e que elas vão se cumprir. Em um momento tão difícil da história, meus amados.

Desde 2017 nós estamos sofrendo. Nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome de Deus no Brasil. Porque meu marido foi escolhido e declarou que era ‘Deus acima de todos’. E se é difícil com Deus, com certeza é impossível sem ele. E quantos ataques, meus amados, quantas injustiças. Mas eu aprendi, naquele leito de hospital, aonde os médicos falaram que era só Deus, eu ajoelhei e falei: ‘Senhor, não cai um fio da nossa cabeça ou a folha de uma árvore sem a sua permissão’. E a partir daquele dia, a minha fé foi renovada. Eu me senti forte. Eu me fortaleci em Cristo para estar ao lado dele [Bolsonaro]. Eu não pedi para estar aqui.

Aprouve o senhor nos colocar a frente desta nação. Aprouve Deus nos colocarmos na Presidência da República para que a gente pudesse trabalhar e fazer a verdadeira justiça social na vida daqueles que mais precisam. E hoje o povo brasileiro sabe a diferença de um governo justo de um governo ímpio. Essa semente foi plantada e nós vamos colher. Nossos filhos e netos colherão um Brasil abençoado e próspero, porque a nossa nação é rica, abençoada e só está sendo mal administrada.

E meus amados, aqui quero direcionar minha palavra para as mulheres. Como é difícil deputadas, vereadoras, prefeitas, para nós mulheres estarmos à frente da política. O assassinato de reputação é diário, mas algo muito maior e muito mais forte nos move para continuarmos lutando pela nossa nação.

Sim, por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação. ‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’ foi o versículo que ele [Bolsonaro] usou em toda campanha e eu creio que isso foi gerado no mundo espiritual, porque eu acredito em um Deus vivo. Um Deus todo poderoso que é capaz de restaurar e curar a nossa nação.

Não desistam, mulheres, homens, jovens, crianças. Não desistam do nosso país. Continue orando, continue clamando porque eu sei que o nosso Deus, do alto céus, irá nos conceder um socorro. E nós estamos aqui neste dia, um dia marcado, para dizer que nós amamos o Brasil. Para dizer que não estamos aqui não num propósito de poder. Mas em propósito de libertação. Em um propósito de prosperidade para o Brasil. Para que possamos ser usados como instrumentos de bênção para abençoar as pessoas. Para livrar nossas crianças da morte, para levar o alimento ao necessitado, para proteger nossas viúvas.

E aqui eu quero agradecer a todos os nossos intercessores. Quero agradecer a igreja brasileira que tem orado por nós. Não tem sido fácil, mas nós só estamos de pé porque Deus tem nos sustentado através da oração de vocês. Eu não posso, em nenhum momento, não glorificar o nome de Deus. Porque eu vivo um dia de cada vez. Eu vivo um dia de cada vez. Mas eu sei que ele me ama e que ele nos escolheu. E eu não estou aqui para questionar, mas só para te pedir, pai, nos ajuda. Nos ajuda a ser obedientes neste propósito e nessa missão. Quantas dores refletem na família. Quanta maldade. Mas o senhor está por nós.

Mas, nessa tarde, pastor Silas Malafaia, eu quero te agradecer por essa mobilização, pelos seus intercessores. Pela amada irmã Ilda que está ali do outro lado. Acabei de vê-la ali atrás. Ao governador Tarcísio [de Freitas], que abriu as portas da casa dele para gente. Governador Jorginho, Zema, Caiado. Os nossos deputados, senadores, a nossa vice-

governadora do Distrito Federal, Celina Leão. Prefeitos, vereadores e todas as autoridades que estão aqui presentes nesse ato pacífico, de civilidade, pelas nossas liberdades. Nós temos de lutar por elas, meus amados.

O nosso país é tão rico e tão abençoado que eles têm sede para tomar de nós. E nesse momento, a palavra de Deus fala que o que está ligado na terra, será selado nos céus. Eu gosto muito, sempre, todos dias, de declarar a palavra do senhor e profetizar as bênçãos do senhor para a nossa nação. E aqui quero declarar o Salmos 24, que foi o Salmos que eu declarei os 4 anos de governo como primeira-dama. E ao final, eu gostaria que vocês dissessem: 'Amém, amém'.

E eu aprendi a glorificar ao senhor em qualquer circunstâncias. Porque eu adoro e amo a Deus não pelo o que ele pode me proporcionar, mas por quem ele é. E eu gostaria que vocês fizessem a mesma coisa. "Em um único ato e uma única voz, nós déssemos 7 'glórias a Deus'. O 1º glória a Deus, você imaginando o nosso Brasil liberto. O 2º glória a Deus, famílias restauradas, o nosso Brasil livre da corrupção, livre da iniquidade. Pensem, mentalizem o que vocês quiserem. Mas falem com o coração. Vamos romper os céus. Eu creio que Deus vai ouvir as nossas orações.

"Salmo 24: Do senhor é o Brasil e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam, o mundo e os que nele vivem. "Pois foi ele quem fundou-a sobre os mares e firmou-a sobre as águas. Quem poderá subir o monte do Senhor? Quem poderá estar no seu Santo Lugar? Aquele que é limpo de mãos limpas e puro de coração, que não entrega a sua alma à vaidade e nem jura enganosamente. Este receberá bênçãos do Senhor, e a justiça do Deus da sua salvação. Esta, o Brasil, é a geração aqueles que te buscam, que buscam a tua face, ó Deus de Jacó. Levantai, ó portas, as suas cabeças! Levantai-vos, ó entradas eternas, e entrará o rei do Brasil. Quem é este rei da glória? É o senhor forte e poderoso. O senhor poderoso na guerra. Levantai-vos ó portas, as suas cabeças! Levantai-vos ó entradas eternas e entrará o rei da glória.

Povo, povo brasileiro. Respondam. Quem é este rei da Glória? É o senhor dos exércitos. Ele é o rei da glória.

Pai, nós te agradecemos por essa tarde, senhor. Nós te agradecemos porque o senhor é o Deus de amor. O Deus de provisão, o Deus de cuidado, o Deus de libertação. O Deus que restaura. O Deus que realiza milagres. E nós te pedimos que os seus anjos estejam acampados aqui, senhor. Que o senhor possa levantar o teu muro de fogo assim em Zacarias 2:5, que o senhor possa nos proteger. Que o senhor possa dar ordem aos teus anjos para que o senhor nos guarde embaixo das tuas armas. Que possamos estar protegidos. Que o teu sangue precioso esteja sobre cada vida aqui presente. Que cada família aqui representada seja guardada e abençoada. Que tudo que leve o nosso nome seja abençoado. Que não sejam as nossas palavras, senhor, mas que sejam as palavras vindo do teu trono.

Nós te amamos, pai. Nós te amamos e te pedimos que o senhor estabeleça o seu reino no Brasil, o teu reino que é dele, glória, o teu reino que é justiça, paz e alegria. O senhor ama a verdade. O senhor ama a verdade e odeia a iniquidade. Senhor, essa tarde é para ti. Entrega, senhor, o que o senhor tem para nós. Sara a nossa nação, lembra de nós, lembra dos nossos louvores, das nossas adorações. Lembra dos altares que foram levantados para adorar o teu nome e dizer que o senhor é o senhor do Brasil. Somente o senhor é o rei dos reis e não há portas dos infernos que prevalecerão na nossa nação. Eu louvo o teu nome e te agradeço, pai. Peço que os teus olhos estejam sobre as nossas vidas e que a tua verdadeira *shalom* esteja dentro dos muros de Israel. Nós abençoamos o Brasil. Nós abençoamos Israel, em nome de Jesus. Amém. Aleluias. Aleluias. Glória a Deus.

Vamos lá nos 7 glória a Deus?

"Glória a Deus; "Glória a Deus. Aleluias. Deus é bom. Deus é maravilhoso. Beijo irmã Ilda\*, te amo, amada."

Para acesso ao vídeo do discurso e as notícias sobre, disponível em <  
<https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>>. Acesso em 28/02/2024.

\* A “irmã Ilda” que a ex-primeira dama menciona se refere a uma personagem idosa, mulher negra quilombola, que esteve nos quartéis de Brasília orando pelo golpe em prol de Jair Bolsonaro, e se tornou uma referência aos grupos neopentecostais de extrema direita pelas marcações de identidade que carrega. Disponível em < <https://encurtador.com.br/eksQ7> >. Acesso em 28/02/2024.

ANEXO 4 – CARTILHA DE CAMPANHA PARA DEPUTADO FEDERAL DO  
ENTÃO CANDIDATO FILIPE BARROS\*, EM 2018, REELEITO EM 2022



2

Muita gente diz que é mentira ou teoria da conspiração, mas existem pessoas que realmente acreditam que pedofilia é uma opressão da sociedade e que não teria nada de errado em legalizar essa prática.

Essas pessoas ficam o dia inteiro tentando traçar estratégias para conseguir erotizar precocemente o seu filho.

Um dos métodos mais famosos hoje em dia é o ensino da Ideologia de Gênero nas escolas.

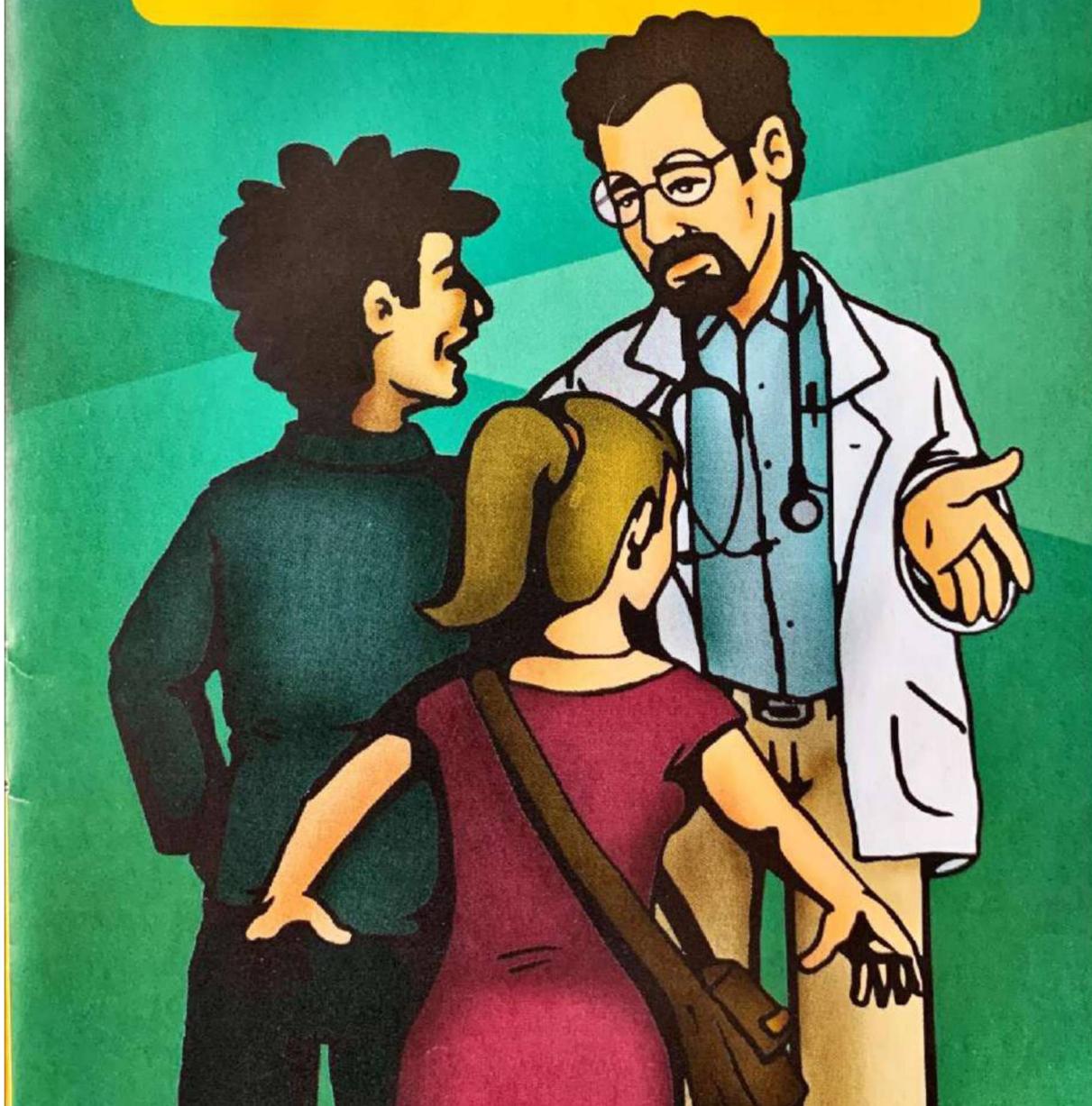
Ao contrário do que se acredita, essa teoria nada tem a ver com a defesa da mulher ou com os direitos civis dos homossexuais.

DEIXA EU  
LHE CONTAR  
COMO TUDO ISSO  
COMEÇOU...



**FILIPPE**  
**BARROS**

*Janet e Ron tem gêmeos: Bruce e Brien. Aos sete meses são levados para fazer uma cirurgia de circuncisão. Na manhã seguinte, os pais recebem a informação que o médico, por engano, cauterizou o pênis de Bruce.*

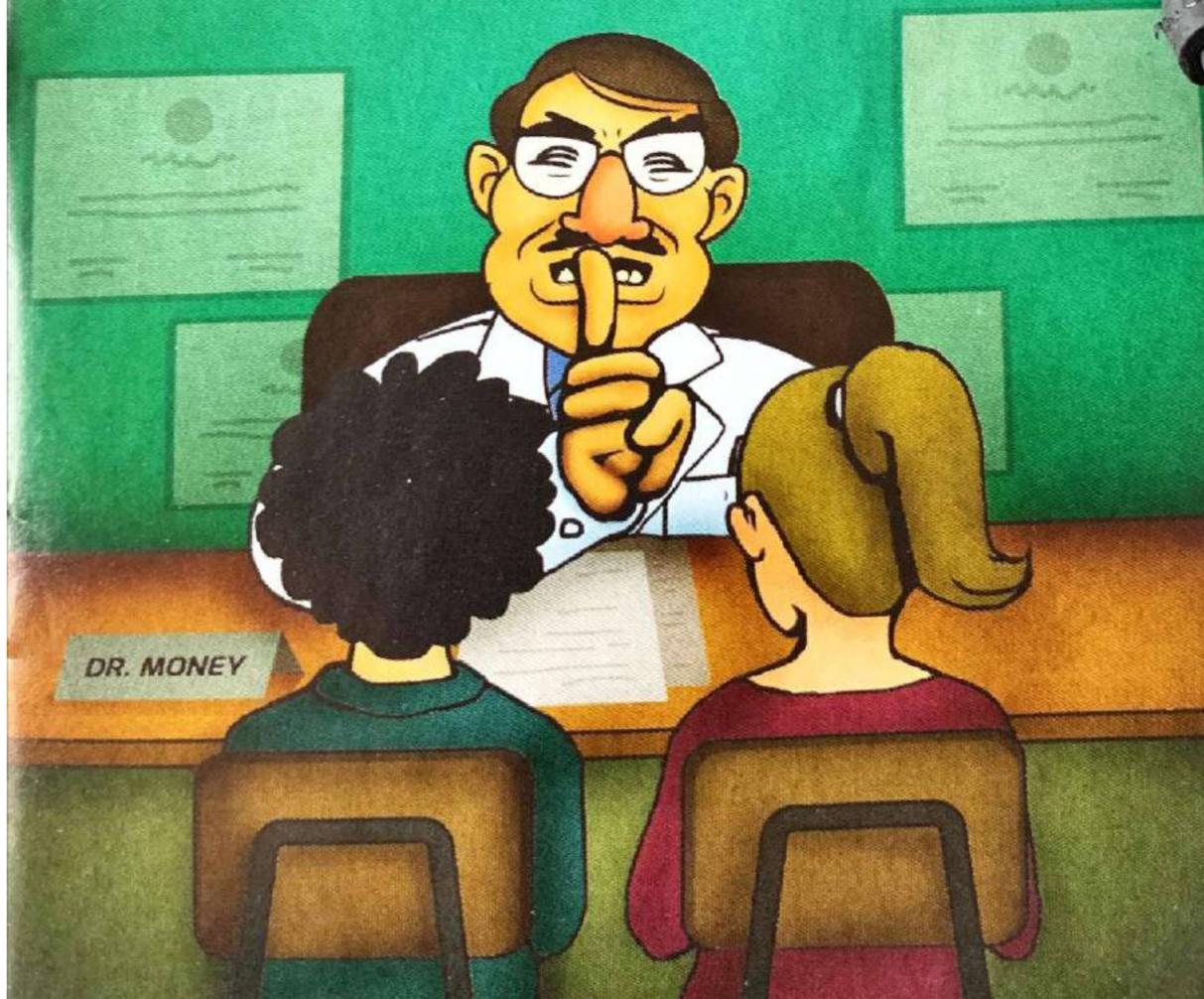


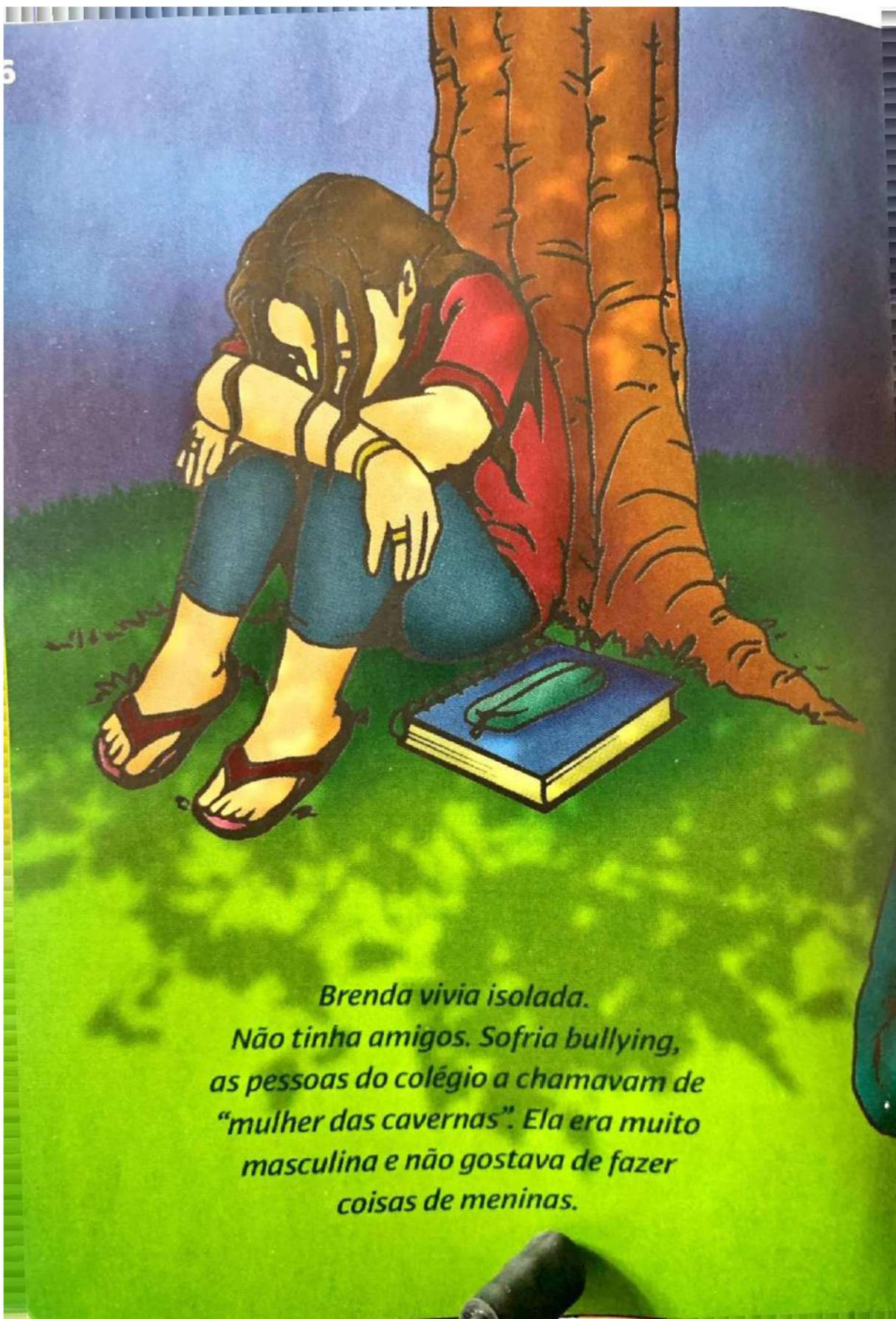
4



*Os pais estavam desesperados. Estavam assistindo televisão quando viram o Dr. Money (psicólogo e sexólogo) falando que não era a biologia que determinava se somos homens ou mulheres, mas sim a maneira como somos criados. Janet entra em contato com o Dr. Money. Poucas semanas depois eles se encontram.*

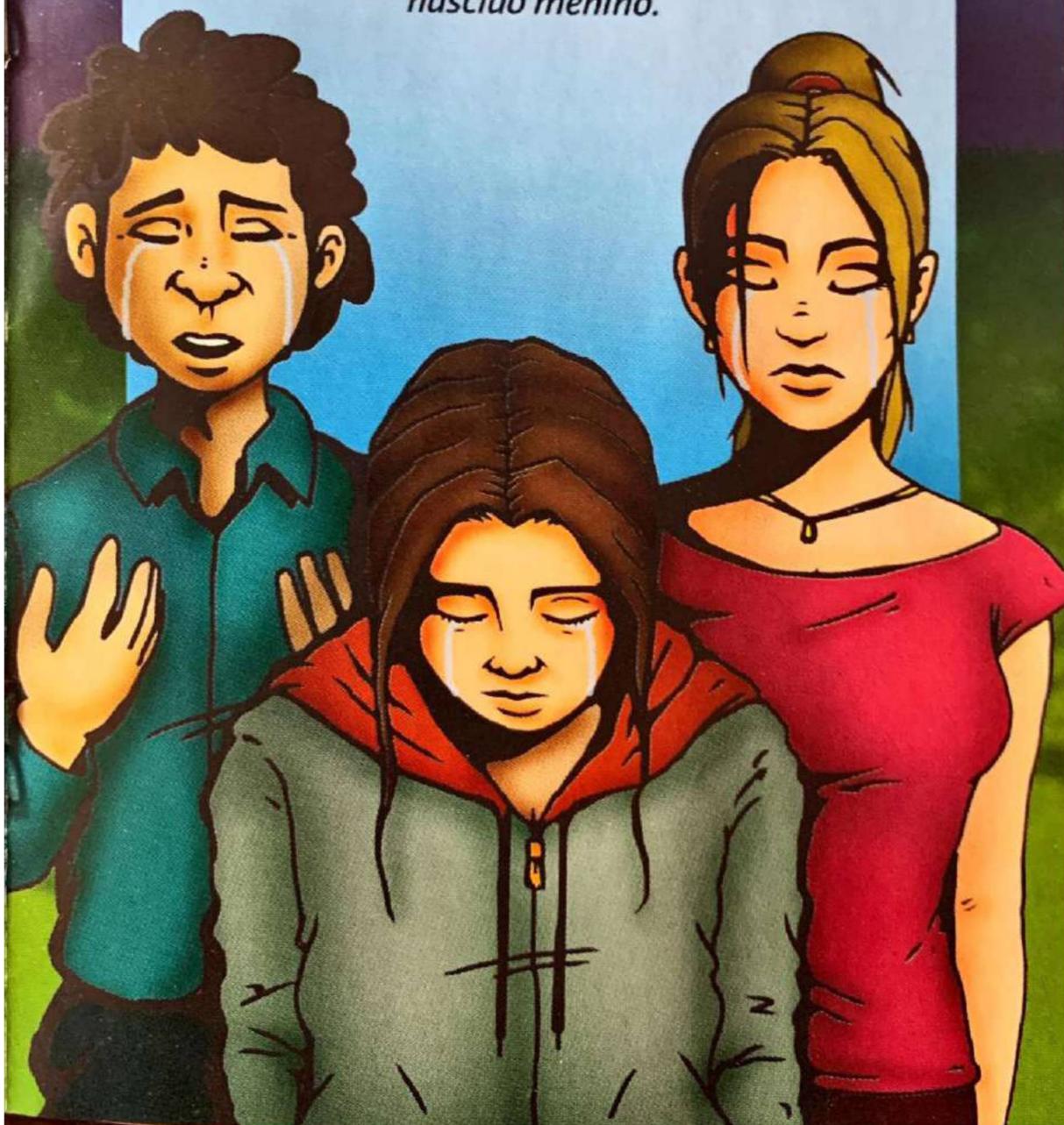
*Dr. Money viu que poderia, pela primeira vez, testar na prática a sua teoria (que não importava se a criança nascesse menino ou menina, mas sim a maneira como seria criada). Ele nunca havia testado na prática. Ali estava a oportunidade de por em prática tudo aquilo que ele falava. Então, Dr. Money faz a cirurgia de mudança de sexo no garoto Bruce, aos 17 meses de idade, que se transforma em Brenda. Dr. Money pede sigilo absoluto.*





*Brenda vivia isolada.  
Não tinha amigos. Sofria bullying,  
as pessoas do colégio a chamavam de  
"mulher das cavernas". Ela era muito  
masculina e não gostava de fazer  
coisas de meninas.*

*Aos 13 anos,  
Brenda tinha impulsos suicidas.  
Os pais, vendo a tristeza e sofrimento de  
Brenda, resolveram contar que ela havia  
nascido menino.*



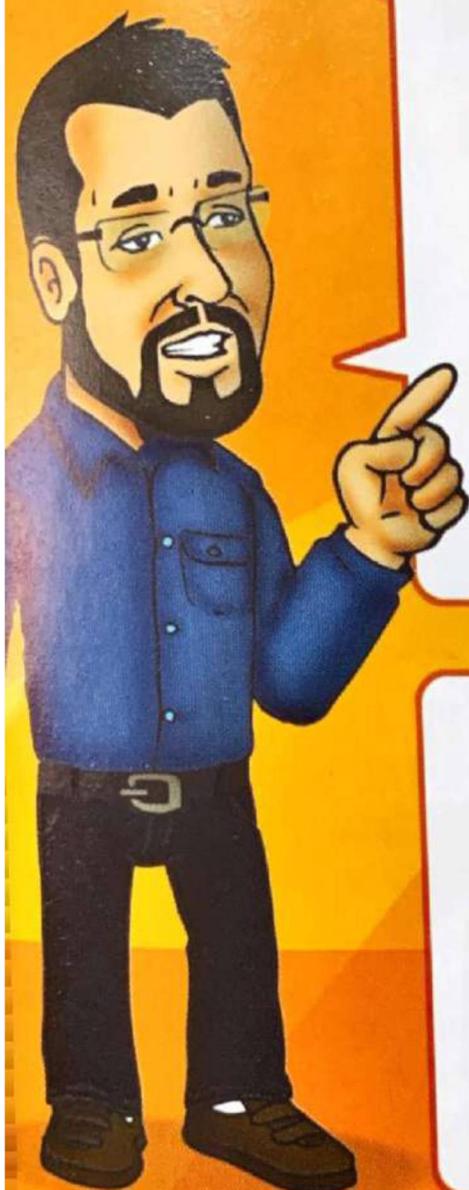
8

*Pararam de ir nas consultas do Dr. Money. Brenda escolheu se transformar em David. Passou pela cirurgia de reconstrução do pênis.*

*Se casou, mas não pode ter filhos. Mesmo depois de ter voltado a ser homem, sempre foi depressivo.*

*Após seu irmão morrer de overdose, David se suicidou aos 38 anos, depois de descobrir que seu caso estava sendo divulgado como um caso de sucesso.*





*Por mais absurda que essa história pareça, Brien é uma pessoa real, que deu uma entrevista para o canal BBC contando tudo. Apesar deste primeiro caso mal sucedido, a ideologia de gênero pode estar sendo ensinada na escola do seu filho.*

*Para você ter uma ideia: Existe um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, que se for aprovado autoriza menores de idade a mudarem de sexo sem a autorização dos pais.  
(PL 5002/2003)*

*Mas isso não está longe de nós não: recentemente professores de um colégio em Londrina passaram um filme pornográfico, com cenas de sexo explícito, para crianças dentro de uma sala de aula.*

10

POR MAIS  
QUE PAREÇA, NÃO  
ESTÁ TUDO PERDIDO!  
TEMOS QUE AGIR!  
NÓS AINDA PODEMOS  
FAZER ALGUMA  
COISA.



***Olhe o material do seu filho e pergunte a ele sobre o que lhe é ensinado em sala de aula.***



***Caso encontre algo suspeito, converse com o responsável pelo colégio, acione o Ministério Público e informe o Núcleo ou a Secretaria de Educação da sua cidade.***



***Não se cale. Ao dar publicidade a casos como este, você impede que uma criança seja assediada e tenha sua vida destruída como a do Brien.***

*Se essa  
mensagem te  
impactou de alguma  
forma, passe  
para frente esse  
material.*

QUANTO  
MAIS PESSOAS  
SE CONSCIENTIZAREM  
DESTE PROBLEMA,  
MAIS CRIANÇAS  
CONSEGUIREMOS  
SALVAR!



Contratante: 31.241.237/0001-98 | Contratado: 00.350.242/0001-05  
 Coligação: "ENDIREITA BRASIL" - PSL, PATRI, PTC | Tiragem: 25.000

**CORAGEM  
 PARA ESTAR DO  
 LADO DAS FAMÍLIAS  
 BRASILEIRAS!**

Pela família, contra a ideologia  
 de gênero e erotização das  
 crianças. Contra a legalização do  
 aborto e das drogas!

**FILIPPE  
 BARROS** **DEPUTADO FEDERAL**  
**1700**

43 99990 4488 [/filipebarrosocial](https://www.facebook.com/filipebarrosocial)

A apostila supra foi entregue em todas as escolas de Londrina e região, fisicamente, e não é encontrada digitalmente nos canais oficiais do então candidato em 2018, mesmo ele sendo uma dessas figuras fenomênicas em atuação digital.

Em 2022, em reeleição, foi o terceiro deputado federal mais votado do Estado, conforme dados da Justiça Eleitoral sobre as eleições gerais ordinárias. A diferença de votos entre o deputado Filipe Barros/PL, candidato do interior do Estado do Paraná diretamente vinculado a Jair Bolsonaro, e uma figura política veterana e de projeção nacional como a candidata Gleisi/PT, é de 11.740 votos, proporcionalmente 4,5% de diferença. Há impacto direto na urna.

Disponível em <

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e544;uf=pr;ufbu=pr/resultados>  
>. Acesso em 26/12/2023.

Deputado Federal - PR		
	PODE - 1919 <b>DELTAN DALLAGNOL</b>	Votos computados <b>344.917</b>
<b>Eleito por QP</b>		
	PT - 1313 <b>GLEISI</b>	Votos computados <b>261.247</b>
<b>Eleito por QP</b>		
	PL - 2201 <b>FILIFE BARROS</b>	Votos computados <b>249.507</b>
<b>Eleito por QP</b>		
	PSD - 5501 <b>BETO PRETO</b>	Votos computados <b>206.898</b>
<b>Eleito por QP</b>		
<a href="#">Veja todos os candidatos</a> →		

\* Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro é londrinense. De acordo com sua biografia na Wikipedia, em fatos verificáveis, “graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2014, e no ano de 2012 foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UEL. Em Londrina, ganhou notoriedade como ativista pró-vida e pró-família, participando de diversas ações **contra o aborto e a ideologia de gênero**. Também integrou o Movimento Brasil Livre (MBL), grupo do qual se separou em 2018 para filiar-se ao Partido Social Liberal (PSL). Disputou sua primeira eleição em 2016, e foi eleito vereador em Londrina pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) com mais de 4 mil votos. Ingressou no PSL no ano de 2018 para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Foi eleito com 75.326 votos. Integrou o governo de transição Temer-Bolsonaro, **contribuindo na criação e estruturação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** [à época sob a batuta de Damares Alves]. Foi presidente nacional da juventude do PSL, partido pelo qual também assumiu a função de primeiro vice-líder na Câmara dos Deputados; Foi membro do ParlaSul

(Parlamento do Mercosul). Em julho de 2019 foi indicado pelo [então] presidente Jair Bolsonaro como **conselheiro e único representante do Poder Legislativo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), órgão vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** [...] Segundo o levantamento do Aos Fatos [de jornalismo independente de checagem de dados] de maio de 2020, **Filipe Barros e um grupo de sete deputados investigados no Inquérito das fake news publicaram em média duas postagens por dia em rede social em um período de três meses, com desinformação ou mencionando o Supremo Tribunal Federal (STF) de forma crítica**". [*grifo nosso*] Seu perfil no Instagram, segue abaixo.

Em busca pelo Projudi/PR (primeiro e segundo grau), com imagens aqui dispostas, é possível afirmar (mesmo porque em alguns desses casos representamos *pro bono* as partes perseguidas) que ele promove perseguição judicial a pessoas críticas a sua atuação, a partir do mapeamento em redes sociais. A maioria delas são figuras com atuação política e/ou jurisdicional, como é o caso da Promotora de Justiça (MPE/PR) Suzana Lacerda. Essa figura é o projeto *beta* do Deputado Federal por MG, Nikolas Ferreira.



Abaixo, as lides em **primeiro grau**. Procedimentos em “danos morais” como regra são meios que utiliza para silenciamento de postagens críticas a ele. Os dados utilizados ficam com os nomes das partes mantidos porque são públicos. Aqueles sob segredo de justiça preservam os nomes das partes.

0024416-76.2017.8.16.0014	Polo Ativo: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO Polo Passivo: - MARIANE HARA VERA	Procedimento do Juizado Especial Cível (Indenização por Dano Moral)	1º Juizado Especial Cível de Londrina
0032514-50.2017.8.16.0014	Autor: - JULIANA MARTINS DE BARROS Réu: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Procedimento Comum Cível (Indenização por Dano Moral)	8ª Vara Cível de Londrina
0032618-42.2017.8.16.0014	Exequente: - LAIS BRUCKI Executado: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Cumprimento de sentença (Indenização por Dano Moral)	4º Juizado Especial Cível de Londrina
0045936-92.2017.8.16.0014	Exequente: - JULIANA MARTINS Executado: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Cumprimento de sentença (Indenização por Dano Moral)	6º Juizado Especial Cível de Londrina
0046777-87.2017.8.16.0014	Segredo de Justiça Polo Ativo: - Flavia Midori Sato Rollwagen	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0052627-25.2017.8.16.0014	Polo Passivo: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Procedimento do Juizado Especial Cível (Indenização por Dano Moral)	4º Juizado Especial Cível de Londrina
0053111-40.2017.8.16.0014	Polo Ativo: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Procedimento do Juizado Especial Cível (Indenização por Dano Moral)	6º Juizado Especial Cível de Londrina
0058027-20.2017.8.16.0014	Polo Passivo: - LUARA SCALASSARA Segredo de Justiça	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0059692-71.2017.8.16.0014	Polo Ativo: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO Polo Passivo: - Pe. Cristiano Bento do Santos	Procedimento do Juizado Especial Cível (Indenização por Dano Moral)	6º Juizado Especial Cível de Londrina
0061376-31.2017.8.16.0014	Segredo de Justiça Exequente: - FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0062666-81.2017.8.16.0014	Executado: - DEBORA ANHAJA DE CAMPOS	Cumprimento de sentença (Causas Supervenientes à Sentença)	1ª Vara Cível de Londrina
0072073-14.2017.8.16.0014	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0072589-34.2017.8.16.0014	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0010859-88.2018.8.16.0013	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça
0023345-08.2018.8.16.0013	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça	Segredo de Justiça

	<b>Impetrante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO		
<input type="checkbox"/>	0065672-62.2018.8.16.0014	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Vereadores de Londrina/PR</li> <li>MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI</li> <li>Presidente da Comissão Processante da Denúncia n. 1/2018</li> <li>RONY DOS SANTOS ALVES</li> </ul>	Mandado de Segurança Cível (Erro de Procedimento) 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina
<input type="checkbox"/>	0008333-05.2019.8.16.0017		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0019651-94.2019.8.16.0013		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0025887-62.2019.8.16.0013		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0010471-37.2019.8.16.0148		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0024839-31.2020.8.16.0014	<b>Autor:</b> = SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA <b>Réu:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Procedimento Comum Cível (Indenização por Dano Moral) 4ª Vara Cível de Londrina
<input type="checkbox"/>	0011705-37.2020.8.16.0013		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0012381-16.2020.8.16.0035		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0009084-07.2020.8.16.0033		Segredo de Justiça
<input type="checkbox"/>	0061042-89.2020.8.16.0014	<b>Exequente:</b> = MEIRE ELLEN MORENO <b>Executado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Cumprimento de sentença (Causas Supervenientes à Sentença) 1ª Vara Cível de Londrina
<input type="checkbox"/>	0060798-63.2020.8.16.0014	<b>Autor:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Réu:</b> = MEIRE ELLEN MORENO	Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação da Competência do Juiz Singular (Difamação) 4º Juizado Especial Criminal de Londrina
<input type="checkbox"/>	0006699-16.2021.8.16.0045	<b>Requerente:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Requerido:</b> = Oduvaldo de Souza Calixto	Notificação (Intimação / Notificação) 1ª Vara Cível de Araçongas
<input type="checkbox"/>	0022838-05.2022.8.16.0014	<b>Autor:</b> = MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ <b>Vítima:</b> = VÍTIMA <b>Réu:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO = Ana Paula Rocha Porto = CAROLINA ROMANINI PANEGHINI = HENRIQUE SOARES DE SOUZA	Ação Penal - Procedimento Ordinário (Difamação) 5ª Vara Criminal de Londrina
<input type="checkbox"/>	0052876-97.2022.8.16.0014	<b>Autor:</b> = FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA <b>Réu:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO = X BRASIL INTERNET LTDA	Procedimento Comum Cível (Liminar) 8ª Vara Cível de Londrina

Em **segundo grau**, repetições recursais seja em mérito ou incidentais, das mesmas personagens. Ainda que não logre, como regra, sucesso na resolução de mérito, no período *sub judice* consegue “silenciar” e inviabilizar a atuação das pessoas. Destaque-se ainda que atua indiretamente através de terceiros e em processos administrativos contra docentes.

<input type="checkbox"/>	0082566-45.2020.8.16.0014 Pet (antigo 0032514-50.2017.8.16.0014 2)	<b>Requerente:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Requerido:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Petição Cível (Indenização por Dano Moral) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0082495-43.2020.8.16.0014 Pet (antigo 0032514-50.2017.8.16.0014 3)	<b>Requerente:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Requerido:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Petição Cível (Indenização por Dano Moral) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0066329-75.2020.8.16.0000 AI	<b>Agravante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Agravado:</b> = SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA	Agravo de Instrumento (Indenização por Dano Moral) 9ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0073547-78.2021.8.16.0014 AResp (antigo 0032514-50.2017.8.16.0014 4)	<b>Agravante:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Agravado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Agravo em Recurso Especial (Indenização por Dano Moral) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0074386-06.2021.8.16.0014 AIRE (antigo 0032514-50.2017.8.16.0014 5)	<b>Agravante:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Agravado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário (Indenização por Dano Moral) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0024839-31.2020.8.16.0014 Ap	<b>Apelante:</b> = SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA <b>Apelado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO = SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA	Apelação Cível (Indenização por Dano Moral) 9ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0063795-32.2018.8.16.0000 ED (antigo 0017488-20.2018.8.16.0000 1)	<b>Embargante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Embargado:</b> = MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	Embargos de Declaração Criminal (Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor) 2ª Câmara Criminal
<input type="checkbox"/>	0062666-81.2017.8.16.0014 Ap	<b>Apelante:</b> = DEBORA ANHAIA DE CAMPOS <b>Apelado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Apelação Cível (Direito de Imagem) 10ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0065672-62.2018.8.16.0014 Ap	<b>Apelante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Apelado:</b> = Câmara Municipal de Vereadores de Londrina/PR = MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI = Presidente da Comissão Processante da Denúncia n. 1/2018 = RONY DOS SANTOS ALVES	Apelação Cível (Erro de Procedimento) 4ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0092206-09.2019.8.16.0014 Pet (antigo 0062666-81.2017.8.16.0014 1)	<b>Requerente:</b> = DEBORA ANHAIA DE CAMPOS <b>Requerido:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Petição Cível (Direito de Imagem) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0032514-50.2017.8.16.0014 Ap	<b>Apelante:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Apelado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Apelação Cível (Indenização por Dano Moral) 10ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0083717-25.2019.8.16.0000 Pet (antigo 0017488-20.2018.8.16.0000 2)	<b>Requerente:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Requerido:</b> = MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	Petição Criminal (Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0096507-98.2019.8.16.0014 ED (antigo 0065672-62.2018.8.16.0014 1)	<b>Embargante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Embargado:</b> = Câmara Municipal de Vereadores de Londrina/PR = MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI = Presidente da Comissão Processante da Denúncia n. 1/2018 = RONY DOS SANTOS ALVES	Embargos de Declaração Cível (Erro de Procedimento) 4ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0096483-68.2019.8.16.0014 AIRE (antigo 0062666-81.2017.8.16.0014 2)	<b>Agravante:</b> = DEBORA ANHAIA DE CAMPOS <b>Agravado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Agravo de Instrumento em Recurso Especial (Direito de Imagem) 1ª Vice-Presidência
<input type="checkbox"/>	0081483-91.2020.8.16.0014 ED (antigo 0032514-50.2017.8.16.0014 1)	<b>Embargante:</b> = JULIANA MARTINS DE BARROS <b>Embargado:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Embargos de Declaração Cível (Indenização por Dano Moral) 10ª Câmara Cível
<input type="checkbox"/>	0024096-63.2020.8.16.0000 AI	<b>Agravante:</b> = FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO <b>Agravado:</b> = SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA	Agravo de Instrumento (Indenização por Dano Moral) 9ª Câmara Cível

Processo/Recurso	Partes	Classe Processual (Assunto Principal)	Juízo
0007821-10.2018.8.16.0000 AI	Agravante: + DEBORA ANHAJA DE CAMPOS Agravado: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Agravo de Instrumento (Direito de Imagem)	10ª Câmara Cível
0017488-20.2018.8.16.0000 HC	Impetrante: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO (Paciente)	Habeas Corpus Criminal (Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor)	2ª Câmara Criminal
0067065-54.2018.8.16.0000 ED (antigo 0007821-10.2018.8.16.0000 I)	Embargante: + DEBORA ANHAJA DE CAMPOS Embargado: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Embargos de Declaração Cível (Direito de Imagem)	10ª Câmara Cível

Processo/Recurso	Partes	Classe Processual (Assunto Principal)	Juízo
0058027-20.2017.8.16.0014 Ap	Apelante: + DEBORA ANHAJA DE CAMPOS Apelado: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO Terceiro: + MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (Interessado)	Apelação Criminal (Colônia)	2ª Câmara Criminal
0061042-89.2020.8.16.0014 Ap	Apelante: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO Apelado: + MEIRE ELLEN MORENO	Apelação Cível (Indenização por Dano Moral)	8ª Câmara Cível
0079983-19.2022.8.16.0014 Pet (antigo 0024839-31.2020.8.16.0014 1)	Requerente: + SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA Requerido: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Petição Cível (Indenização por Dano Moral)	1ª Vice-Presidência
0080067-20.2022.8.16.0014 Pet (antigo 0024839-31.2020.8.16.0014 2)	Requerente: + SUSANA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA Requerido: + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO	Petição Cível (Indenização por Dano Moral)	1ª Vice-Presidência
0066175-86.2022.8.16.0000 AI	Agravante: + Ana Paula Rocha Porto + CAROLINA ROMANINI PANEGHINI + HENRIQUE SOARES DE SOUZA Agravado: + FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA + FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO + X BRASIL INTERNET LTDA	Agravo de Instrumento (Liminar)	3ª Câmara Cível

## ANEXO 5 – DOIS TEXTOS DA PRODUTORA BRASIL PARALELO: GIORGIA MELONI E FASCISMO COMO COMPREENDIDO POR ELES

10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora



Entretenimento e Educação

Login

Assine

Início

Artigos

Notícias

Colunas

Originais

Ebooks

Sobre

Trabalhe



Pesquisar

Notícia 5 min de leitura

# Giorgia Meloni, nova premiê da Itália, afirma defender a família e não aceitar a ideologia de gênero

A nova primeira-ministra da Itália está sendo chamada de neofascista por parte da grande mídia.

ATUALIDADES | 26 de setembro de 2022



Comunicação Brasil Paralelo

Copiar link



overton®

**Análises de notícias**  
Para quem não deseja  
narrativas ideológicas

Receba diretamente  
em seu E-mail:

**Saiba mais**

Apenas R\$ 1,00 por semana

### Leia também:

1. **9 de Julho: O dia em que São Paulo se levantou pela democracia**
2. **Conheça quais produtos poderão ficar mais baratos com a reforma tributária**
3. **Uso excessivo do celular em escolas preocupa pais e professores**

## Eleições

No último Domingo (25/09), uma aliança de partidos conservadores venceu as principais eleições italianas, obtendo a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados, do Senado e o cargo de Primeiro-Ministro.

Em 2018, o Partido **conservador** *Irmãos da Itália* (tradução livre) recebeu 4% dos votos. Em 2022, 44% dos eleitores votaram no *Irmãos da Itália* e sua coligação.

A aliança política dos conservadores foi formada pelo Partido *Liga*, de Matteo Salvini; *Força Itália*, de Silvio Berlusconi, e o Partido *Irmãos da Itália*, da nova Primeira-Ministra Giorgia Meloni.

## Quem é Giorgia Meloni, a nova Primeira Ministra?

Giorgia Meloni nasceu em 1977, em Roma, e passou toda sua vida morando na capital da Itália. Sua família é de origem humilde, Giorgia trabalhava desde cedo para ajudar nas finanças da casa. Seus principais empregos eram como babá e camareira.

Desde jovem participava de movimentos políticos conservadores. Com 15 anos de idade, Giorgia ingressou no movimento "Frente Pela Juventude", onde militou por anos.

10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora

A carreira política de Giorgia começou em 1996, quando foi eleita presidente do sindicato *Ação Estudantil*. Em 2006 se tornou jornalista e foi eleita a deputada e vice-presidente da Câmara dos Representantes (órgão semelhante à Câmara dos Deputados do Brasil).

Entre 2008 e 2011, Giorgia foi empossada como Ministra da Juventude pelo Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi.

Como deputada, Giorgia esteve na oposição de governos de esquerda e de centro. **Começou a presidir o Partido Irmãos da Itália desde 2014**, ganhando visibilidade em território nacional por se opor ao premier Mario Draghi.

## Pensamento político e discurso

Giorgia Mileno se define como mulher, mãe, italiana e cristã. Suas ações e declarações políticas mostram que ela defende o [conservadorismo político](#).

Em seu discurso no décimo terceiro Congresso Mundial das Famílias, realizado em Verona em 2019, **Giorgia disse:**

*"Por que a família é um inimigo? Por que muitos veem a família com medo? Existe uma resposta única para essas perguntas: porque ela nos define, porque é nossa identidade. Nos dias de hoje, tudo o que nos define é visto de forma negativa.*

*Existem muitas pessoas que não gostariam que nós tivéssemos identidade, eles gostariam que nós fôssemos escravos, consumidores perfeitos. Por isso atacam a identidade nacional, a identidade religiosa, a [identidade de gênero](#).*

*Não posso me definir como uma mulher italiana, cristã, mãe. Eles querem que eu seja cidadão X do gênero Y com os pais 1 e 2. Querem que eu seja um número, porque se eu não tiver identidade, raízes, eu serei uma presa fácil para os grandes empresários".*

Ao falar sobre os grandes empresários, Giorgia estava se referindo a visão política do globalismo.

10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora

**Alexandre Costa, professor de Ciências Políticas, define o globalismo como:**

*"Conjunto de iniciativas e fenômenos que visam criar um ambiente de governança global, que tende a se sobrepor às soberanias nacionais e aos direitos naturais dos indivíduos, e de uma maneira geral à livre determinação dos povos.*

*Por se tratar de uma ideologia, ou seja, de um aglomerado de ideias entrelaçadas de forma a justificarem umas às outras, não necessita de comprovação da sua viabilidade e nem mesmo da sua eventual funcionalidade".*

- Entenda a elaboração histórica e a atual ação política do **globalismo**.

No final do discurso no fórum da família, Giorgia citou o autor britânico **G.K. Chesterton**, conhecido por defender o Direito Natural e a fé Católica.

Sua política social defende as famílias tradicionais. Ela declarou ser contra a adoção de crianças por pares homossexuais.

**Giorgia também é contrária a política de fronteiras abertas.** Defende que a fiscalização deve ser mais rigorosa para impedir a entrada de terroristas e criminosos.



Durante a pandemia, ela criticou os *lockdowns* rigorosos convocados pelo Primeiro-Ministro Mario Draghi. Sua militância contra as medidas do governo durante a pandemia lhe renderam

10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora

fama nacional, o que muitos analistas políticos enxergam como fator importante para a sua vitória nas últimas eleições.

Quanto à [guerra na Ucrânia](#), Giorgia se manifestou a favor dos ucranianos e criticou os atos de Putin.

## Comportamento da mídia após a eleição de Giorgia

A maioria dos veículos de mídia tradicionais estão afirmando que Giorgia é fascista. O G1, o UOL e outros jornais publicaram diversas matérias associando a premiê italiana ao pensamento totalitário de Mussolini. Veja os prints:



10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora



ESTADÃO

The Economist: Quanto medo a Europa deveria ter de Giorgia Meloni?

GZH MUNDO ASSINE

Publicidade

APÓS VITÓRIA HISTÓRICA / NOTÍCIA

## Quem é Giorgia Meloni, líder da extrema direita italiana que deve ser a primeira mulher a governar o país

Política pós-fascista de 45 anos era admiradora de Benito Mussolini na juventude e pretende rever tratados da União Europeia

26/09/2022 - 12h32min  
Atualizado em 26/09/2022 - 14h01min

Giorgia já afirmou em mais de uma ocasião que não concorda com os atos de Mussolini. Em sua juventude, ela disse que o líder trabalhou muito pela Itália, mas há anos vem afirmando não apoiar suas medidas. Segundo ela:

<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/giorgia-meloni-nova-premie-da-italia-afirma-defender-a-familia-e-nao-aceitar-a-ideologia-de-genero>

6/10

10/07/2024, 12:03

Primeira Ministra da Itália é conservadora

*"A direita italiana relegou o fascismo a um capítulo antigo da história, condenando sem ambiguidades a privação da democracia e as infames leis que perseguiram judeus".*

Ela disse que o ditador *"cometeu diversos erros, como as leis raciais, a entrada na guerra e o sistema autoritário. Historicamente, produziu muito também, mas isso não o salva"*.

## Desinformação sobre o fascismo

A palavra fascismo se tornou um adjetivo pejorativo que muitos usam contra seus inimigos políticos. Embora seja muito falado, as principais características do regime totalitário do século XX ainda são desconhecidas ou deformadas por muitos.

Um estudo mais aprofundado do assunto mostra que não é simples definir a ideologia fascista como "de direita". Análises simplórias podem criar uma visão anacrônica ou incorreta.

Entenda o que realmente é fascismo e quais são as suas principais características. [Toque aqui](#) para ler o artigo.

As principais notícias e os melhores conteúdos da BP diariamente no seu e-mail pela manhã:

ASSINAR NEWSLETTER



**overton**  
**Análises de notícias**  
 Para quem não deseja narrativas ideológicas

Receba diretamente em seu E-mail:

**Saiba mais**

Apenas R\$ 1,00 por semana

## Mais Notícias

No items found.

Artigo 8 min de leitura

# Conheça as principais características do Fascismo – muito falado, mas pouco conhecido

DITADURA | HISTÓRIA | IDEOLOGIA | 26 de novembro de 2021



Mussolini diante de uma multidão.



Redação Brasil Paralelo

Copiar link



Nenhum país da história tinha vivido algo parecido. Quando o fascismo se instalou na Europa do século XX, o mundo viu algo totalmente novo, e também uma ameaça à liberdade. Hoje, as características do fascismo estão generalizadas em vários discursos e o significado real ficou distante.

Entenda agora o que é o fascismo e suas principais características.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais



**overton**  
**Análises de notícias**  
 Para quem não deseja narrativas ideológicas

Receba diretamente em seu E-mail:  
**Saiba mais**  
 Apenas R\$ 1,00 por semana

## O que você vai encontrar neste artigo?

1. O que é fascismo?
  2. Principais Características do Fascismo
  3. Contexto histórico e político do surgimento do fascismo
- Para não perder conteúdos como este, acompanhe todas as produções gratuitas da Brasil Paralelo.

Fique atualizado em 3 minutos! Resumo BP: os melhores conteúdos e as principais notícias do momento no seu e-mail.

 Nome\*

 Email\*

 (DDD) Celula

QUERO RECEBER

## O que é fascismo?

Fascismo é um tipo de governo onde todas as esferas da sociedade são controladas pelo Estado. A principal característica desse tipo de governo é o totalitarismo nacionalista.

### Contexto histórico

O fascismo surgiu e foi aplicado no século XX, na Europa. A origem desse sistema está atrelada ao fim das monarquias europeias e ao vácuo de poder político pós Primeira Guerra Mundial.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

Por séculos a Europa teve fortes monarquias, mas a vitória dos países democráticos na Primeira Guerra Mundial mudou o sistema político europeu. **As primeiras Repúblicas do Velho Continente acabaram concentrando o poder total em si após o caos e destruição causados pela grande guerra.**

## Principais Características do Fascismo

As principais características do fascismo são:

- 1 - Poder absoluto do Estado;
- 2 - Nacionalismo exacerbado;
- 3 - Tentativa de retomar o paganismo, em detrimento do Cristianismo.

### Poder absoluto do Estado

A doutrina fascista prescrevia que todas as esferas da sociedade deveriam ser controladas pelo governo.

**De acordo com Mussolini em seu livro *Doutrina Fascista*, as ações humanas realizadas fora do Estado não possuíam valor.**

**Isso porque o pensamento fascista foi moldado pelo coletivismo de Karl Marx e Giovanni Gentile.**

O coletivismo foi muito enfatizado por Marx em seus escritos.

Segundo Karl Marx, a coletividade possui mais importância do que a vida de cada um, considerada individualmente. A vida deixa de ser um direito natural inviolável.

- Conheça o pensamento de [Karl Marx](#), o principal comunista da história.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

Mussolini aderiu a essa máxima de Marx durante todo seu governo e em toda sua teoria, como pode ser observado em seus livros e atos.

Benito Mussolini foi marxista desde a juventude. Seu pai, um renomado militante comunista, nomeou o futuro *Duce* da Itália em homenagem ao revolucionário de esquerda, Benito Juárez.

**Mussolini chegou à sua teoria final após ter sido influenciado pelas teorias de Giovanni Gentile, idealista político italiano de base marxista.**

Giovanni defendia um comunismo não mais voltado para um governo operário global, mas sim, nacional.

- Conheça [a verdade por trás do movimento ANTIFA](#), os antifascistas considerados terroristas pelo governo dos EUA.

Ele defendia uma revolução comunista de acordo com as particularidades de cada país.

Essa era a principal diferença do fascismo para o comunismo.

O símbolo do fascismo italiano era o *fascio*, uma arma usada pelos antigos romanos que simboliza a máxima “*a união faz a força*”.

**Hitler pertenceu ao mesmo movimento.**

- Hitler na Argentina. Ele não se matou e conseguiu fugir — [Verdade ou Mentira?](#)

Ele se opunha ao livre mercado e nomeou seu partido como **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães**. Todas as grandes empresas eram controladas ou supervisionadas pelos nazistas.

O fascismo de Hitler defendia uma superioridade étnica dos arianos, diferente do fascismo italiano, que priorizava resguardar os habitantes da Itália.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

Os governos militares ibéricos dessa época eram diferentes dos fascistas. Eles visavam manter suas tradições postas em risco pelos terroristas comunistas.

O pensamento marxista dos líderes fascistas fez com que as empresas de seus países fossem controladas pelo governo.

**Empresas famosas até os dias de hoje, como Volkswagen, Hugo Boss e BMW possuíam relações estreitas com os nazistas.**



**overton**  
Análises de notícias  
Para quem não deseja  
narrativas ideológicas

Receba diretamente  
em seu E-mail:  
**Saiba mais**  
Apenas R\$ 1,00 por semana

### Outras características

Em suma, devido a característica principal do fascismo, o poder absoluto do Estado, outras decorrem:

- 4 - a proibição da liberdade de expressão;
- 5 - o antiliberalismo;
- 6 - a oposição ao livre mercado;
- 7 - a proibição de participação política da população;
- 8 - ser um fenômeno mais prático do que teórico.

### Nacionalismo exacerbado

**Os governos fascistas surgiram em um contexto de destruição das nações europeias, conforme será analisado no tópico do contexto histórico.**

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

Neste mundo pós Primeira Guerra Mundial, os discursos fascistas atraíram a população que fora destruída por nações estrangeiras.

O termo *nacionalismo* surge pela primeira vez na história durante a Revolução Francesa para desqualificar a turba revolucionária.

O Abade Augustin Barruel utiliza dele do seguinte modo em seu livro “Memórias da História do Jacobinismo”:

*“O nacionalismo ocupou o lugar do amor geral (...). Autorizou-se então a desprezar os estrangeiros, enganá-los e ofendê-los”.*

- Veja os principais fatos e eventos da [Revolução Francesa](#) nessa linha do tempo em ordem cronológica.

Para ele, o nacionalismo era o oposto do patriotismo, pois associava-se a um amor cego do Estado e ao ódio contra os estrangeiros, tudo em nome do povo e da vontade geral.

A palavra *nacionalismo* surgiu, portanto, de maneira pejorativa.

**Patriotismo remete à herança cultural e aos símbolos de uma nação, enquanto nacionalismo remete à ideia de país e sua organização política.**

Ou seja, o *nacionalismo* envolve um certo grau de patriotismo, mas é algo ligado ao compromisso com um projeto político.

Já o patriotismo autêntico transcende interesses políticos e partidários imediatos, e envolve o amor sincero por toda a bagagem cultural de uma nação.

**Os fascistas desenvolveram tanto o nacionalismo, que passaram a considerar justificável a invasão de países vizinhos.**

**Daí decorre o expansionismo fascista.**

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

- Esta análise a respeito do **nacionalismo** é apenas um trecho da entrevista do professor universitário Adriano Gianturco a Brasil Paralelo. Entenda profundamente o assunto [lendo a entrevista na íntegra](#).

### Tentativa de retomar o paganismo, em detrimento do Cristianismo



Juventude fascista italiana.

Para ter êxito em seus planos estatizantes e nacionalistas, os fascistas defenderam a formação de um imaginário pagão.

**Mussolini trouxe de volta à Itália diversos símbolos da Roma pagã, inclusive esculturas e arquitetura. O ditador também proibiu a atuação da *Ação Católica italiana* e o ensino católico no país.**

Já Hitler possuía um intenso interesse por esoterismo. A inteligência alemã possuía missões responsáveis por procurar itens mágicos para benefício do Estado alemão.

**Os membros da SS (Schutzstaffel) deveriam renunciar a sua fé cristã e deveriam participar de rituais esotéricos pagãos organizados pela própria equipe.**

Isso está documentado no livro de de Bill Yenne (2010), *Hitler's Master of the Dark Arts: Himmler's Black Knights and the Occult Origins of the SS*. Minneapolis: Zenith.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

O desenvolvimento do imaginário pagão por parte dos fascistas era necessário para a manutenção do próprio sistema.

Se a fé Cristã se mantivesse na Europa, o sistema nacionalista, que defendia a valorização exclusiva do próprio país e ódio aos países vizinhos, não funcionaria.

Por isso os Papas condenaram o fascismo italiano e alemão, através das Encíclicas *Non Abbiamo Bisogno* e *Mit Brennender Sorge*.

Hitler assassinou aproximadamente 3.000 Padres nos campos de concentração.

- Entenda como a base da [Civilização Ocidental](#) foi formada a partir do Cristianismo, do Direito Romano e da Filosofia Grega.

## Contexto histórico e político do surgimento do fascismo

Para bem compreender as principais características do fascismo, é necessário entender-lhe o surgimento.

Conforme aula do Lucas Ferrugem no curso *Ideologias Políticas: As Principais Correntes*, presente no [Núcleo de Formação](#) da Brasil Paralelo, não existem muitas teorias e tratados específicos do fascismo.

- Para saber mais sobre ideologias políticas e sua influência na história moderna, a [Brasil Paralelo](#) está oferecendo gratuitamente o [e-book \*Ideologias Políticas: As Diferentes Correntes\*](#). Não perca a oportunidade de conhecer as origens e os principais pensadores da transformação [cultural](#) do [mundo ocidental](#) dos últimos anos.

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais



Toque na imagem para garantir seu acesso gratuito ao e-book.

**Foi um fenômeno mais prático do que teórico.**

O pensamento fascista surgiu na Europa pós Primeira Guerra Mundial.

BRASIL  
PARALELO

Entretenimento e Educação

Login

Assine

Início

Artigos

Notícias

Colunas

Originais

Ebooks

Sobre

Trabalhe



Pesquisar

devido a política do presidente Woodrow Wilson, defensor da democracia liberal e contrário às tradições europeias.

Nesse cenário, os cidadãos do velho continente encontraram-se em uma desordem social, pois não conheciam e muitos não desejavam a democracia.



<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/principais-caracteristicas-do-fascismo>

9/14

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

Cidade destruída após a Primeira Guerra Mundial.

Por séculos a maioria da Europa era governada por reis, educados para comandar a nação desde a infância.

- Contribua para que mais artigos como este continuem a ser produzidos e torne-se [Membro da Brasil Paralelo](#). Além disso, você acessa materiais exclusivos todos os meses e ajuda na expansão e continuidade deste trabalho.

**No cenário de crise política e caos econômico do século XX, discursos de ordem através da centralização do poder agradaram os europeus.**

Foi neste período que surgiram os governos militares da Europa, como a Espanha de Franco, Portugal com Salazar, a Itália com Mussolini e posteriormente o nazismo — um fenômeno diferente dos países da península ibérica, mas semelhante ao fascismo italiano.

Os regimes militares da península ibérica surgiram devido às grandes guerras internas ocorridas antes da Segunda Guerra Mundial.

Os governos de Portugal e da Espanha visavam manter a tradição de seus países, em contrapartida aos comunistas e anarquistas que tentaram tomar o poder.

**Já na Itália e na Alemanha os governos militares tinham uma mentalidade coletivista e revanchista, derivada do pensamento comunista. Não houve guerra civil nestes países, mas sim a eleição destes governos.**

Outros países possuíram movimentos fascistas, mas nenhum deles obteve algum poder relevante.

- Getúlio Vargas é considerado um fascista por diversos intelectuais. [Entenda o porquê.](#)

10/07/2024, 12:12

O que define o Fascismo? Entenda 8 Características Principais

- Para saber mais sobre ideologias políticas e sua influência na história moderna, a **Brasil Paralelo** está oferecendo gratuitamente o **e-book *Ideologias Políticas: As Diferentes Correntes***. Não perca a oportunidade de conhecer as origens e os principais pensadores da transformação cultural do mundo ocidental dos últimos anos.

**Comente e compartilhe.** Quem você acha que vai gostar de ler sobre características do fascismo?

A **Brasil Paralelo** é uma empresa independente. Conheça nossas produções gratuitas. Todas foram feitas para resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros.

As principais notícias e os melhores conteúdos da BP diariamente no seu e-mail pela manhã:

ASSINAR NEWSLETTER



overton

### Análises de notícias

Para quem não deseja narrativas ideológicas

Receba diretamente em seu E-mail:

Saiba mais

Apenas R\$ 1,00 por semana

## Mais Artigos



FILMES

Como uma família pode ser feliz em meio a uma guerra civil? O filme Adoráveis



HISTÓRIA

O Massacre da Praça da Paz Celestial, um dos episódios mais violentos da política chinesa



BIOGRAFIA

Conheça Liz Tabish, a atriz de Maria Madalena de The Chosen

Saiba mais detalhes da vida de Maria

## ANEXO 6 – ENTREVISTA COM STEVE BANNON, NO THE NEW YORK TIMES E UNIVERSIDADE QUE ARTICULA EM ROMA

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

The New York Times

<https://www.nytimes.com/2024/07/01/opinion/steve-bannon-trump.html>

DAVID BROOKS

# My Unsettling Interview With Steve Bannon

July 1, 2024



By David Brooks  
Opinion Columnist

I felt as if I were talking with Leon Trotsky in the years before the Russian Revolution.

I was sitting in Steve Bannon's Washington living room in 2019. His stint in Donald Trump's White House had ended ingloriously, but he had resumed his self-appointed role as populism's grand strategist, its propagandist, its bad-boy visionary. He sat there that day sketching out his plans for how MAGA-type movements could take over the world.

By then populists had already racked up some big wins — Brexit in Britain, Trump's victory in 2016. Right-wing populists were in power in Hungary and Poland, Giorgia Meloni's Brothers of Italy party was surging and populists were rising across Latin America. Bannon knew I opposed him in every particular and abhorred much of what he said, but he laid out his grand vision cheerfully, confidently. He didn't seem concerned about old-fashioned conservatives, moderates and classical liberals like me; we were destined for the ash heap of history.

I decided to check in with Bannon again about a week ago. This year, populists have scored yet another string of triumphs, and a second Trump victory is possible or even probable this November. I found Bannon, currently the host of the podcast "War Room," to be embroiled and embattled as usual. He's going to prison on Monday to begin serving a four-month sentence for contempt of Congress. If anything, he is more confident than ever.

What follows is a transcript of our conversation, edited for clarity and length — and to remove the F-bombs that Bannon dropped with machine gun regularity. I should emphasize that I wasn't trying to debate Bannon or rebut his beliefs; I wanted to understand how he sees the current moment. I wanted to understand the global populist surge from the inside. What he told me now seems doubly terrifying, given Joe Biden's performance at the first presidential debate.

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

*DAVID BROOKS: Since we last spoke, in fact in just the past few months, there have been populist victories in the Netherlands, with Geert Wilders. We have the Chega movement doing well in Portugal, with the young especially. In Germany, the ultraright-wing Alternative for Germany surged in last month's European parliamentary elections. In France, Marine Le Pen's populist party also triumphed in the European election, a result that prompted President Emmanuel Macron to call new national elections and throw the entire French political system into meltdown. In the U.K.'s forthcoming national elections, Nigel Farage's Reform Party is on pace to win seats for the first time. So if you're a historian telling the big story of what's happening, what would it be? What's the core narrative here?*

STEVE BANNON: Well, I think it's very simple: that the ruling elites of the West lost confidence in themselves. The elites have lost their faith in their countries. They've lost faith in the Westphalian system, the nation-state. They are more and more detached from the lived experience of their people.

On our show "War Room," I probably spend at least 20 percent of our time talking about international elements in our movement. So we've made Nigel a rock star, Giorgia Meloni a rock star. Marine Le Pen is a rock star. Geert is a rock star. We talk about these people all the time.

*Do you see yourself in the same business that Fox News's Roger Ailes was in, sort of right-wing journalism?*

I'm not a journalist. I'm not in the media. This is a military headquarters for a populist revolt. This is how we motivate people. This show is an activist show. If you watch this show, you're a foot soldier. We call it the Army of the Awakened.

I mean, Murdoch is a bigger enemy of ours than MSNBC. Because he's the epitome of neoliberal neocon. And they're the opiate of the masses. They're the controlled opposition, right? They're never going to want fundamental change. They'll throw some shiny toys — Obama's a Muslim, the kind of issues which we mock all the time.

*Let's get back to the big narrative. Do you think immigration is the core issue here? That seems to be one issue that drives populist support everywhere.*

Immigration, spending — it's the lack of confidence and self-loathing of their own civilization and their own culture. That's the spiritual part that's at the base. Immigration is just the manifestation of a loss of self-confidence. And it's shocking.

I came up in the golden age of Pax Americana, a working-class dad who had a housewife and five kids. All went to Catholic schools. I mean, a guy who was a foreman and then lower-level white-collar management. That's the kind of thing we aspire to have in this country. If you look at it country by country, it's all the same. The lack of jobs, the lack of opportunities, the lack of self-confidence.

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

What we should be doing is cutting the number of foreign students in American universities by 50 percent immediately, because we're never going to get a Hispanic and Black population in Silicon Valley unless you get them into the engineering schools. No. 2, we should staple an exit visa to their diploma. The foreign students can hang around for a week and party, but then they got to go home and make their own country great.

Our movement is metastasizing to something that's different than America First; it's American Citizens First.

*What does that mean?*

It means Americans have to get a better deal. Right now, the American citizen has all the obligations of serving in the military, of paying taxes, of going through this grind that is American late-stage technofeudal capitalism. But tell me what the bonus is.

*Like everybody, I've been trying to figure out why populism is having this broad resurgence. My story may be a little different from yours. My quick story is that 20 percent of Americans go to nice colleges and get professional-type jobs. They marry each other. They move into cities like Washington, Denver, Austin, San Francisco. They invest in their kids, who get into the same colleges, who then get good jobs. The people who are not in this hereditary educated elite conclude that it has too much cultural power, media power and now financial power, so much of the rest of the country says: Enough is enough.*

**Sign up for the Opinion Today newsletter** Get expert analysis of the news and a guide to the big ideas shaping the world every weekday morning. [Get it sent to your inbox.](#)

Well, they have power. But we're going to win. We're ascendant in Europe. We're ascendant here. We've had no money. We're not organized. It's self-organizing. But our enemies — and they are enemies — continue to overplay their hand, and so we continue to rise.

*After the financial crisis I thought it would be a great time to be a leftist. You've got a financial crisis caused by irresponsible capitalism, wages are stagnant, inequality is rising. Heck, even I almost turned into a Marxist. But somehow this has been a better era for the populist right than the populist left.*

You're seeing America First Democrats. Look at John Fetterman. Fetterman and Steve Bannon are closer in their economics than Steve Bannon and the Republican establishment. The left didn't have what it took because of the cultural issues and the issues of race, all that madness that they're embedded in. They had to have open borders. They had to have D.E.I.

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

The historical left is in full meltdown. They always focus on noise, never on signal. They don't understand that the MAGA movement, as it gets momentum and builds, is moving much farther to the right than President Trump. They will look back fondly at Donald Trump. They'll ask: Where's Trump when we need him?

Damon Winter/The New York Times

*You said something I've got to ask you about, that Trump's a moderate. In what areas is the MAGA movement farther right than Trump?*

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

I think farther right on radical cuts of spending, No. 1. I think we're much more hard-core on things like Ukraine. President Trump is a peacemaker. He wants to go in and negotiate and figure something out as a dealmaker. I think 75 percent of our movement would want an immediate, total shutdown — not one more penny in Ukraine, and massive investigations about where the money went. On the southern border and mass deportations, I don't think President Trump's close to where we are. They all got to go home.

Also, on artificial intelligence, we're virulently anti-A.I. I think big regulations have to come.

President Trump is a kindhearted person. He's a people person, right? On China, I think he admires Xi Jinping. But we're super-hawks. We want to see an elimination of the Chinese Communist Party.

*What do you think a second Trump administration would look like in the first few weeks? Months?*

Project 2025 and others are working on it — to immediately focus on immigration, the forever wars and on the fiscal and the financial. And simultaneously the deconstruction of the administrative state, and going after the complete, total destruction of the deep state.

In the first 100 days — this is going to be different than '16 — we will have 3,000 political appointees ready to go.

*Have those people been selected and trained? When Trump came in, in '17, you guys had a lot of the Republican holdovers —*

We had nothing. You have five or six groups that are building up subject matter expertise, laying out position papers. They're vetting people right now.

So you're going to go to war with the existing administrative state and the Praetorian Guard deep state. My point is, let's, in the transition, get all the federal contracts. Close them all down. Let's get MAGA in there. Right. Let's get our guys in on the contracts. It'll be a hostile takeover of the apparatus.

*Who's the inner circle? Who is the chief of staff?*

I think you're going to have somebody that knows what's going on. Guys like Dr. Kevin Roberts and others. Also, I strongly believe that right after The Associated Press calls the election that Jerome Powell will tender his resignation. And so you'll pick a new Federal Reserve chief. And you'll pick a Treasury secretary and attorney general.

*Would you like to have some role?*

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

No, no, no, no. We run this like a military command post. So I would only be giving up power. I went there before. I wanted out. I'm not a staff guy. I can't do it. And also that's not where the center of power is. It's not how President Trump thinks. A big center of power is just media.

I call Trump a Marshall McLuhanesque figure. McLuhan called it, right? He says this mass thing called media, or what Pierre Teilhard de Chardin said of the noosphere, is going to so overwhelm evolutionary biology that it will be everything. And Trump understands that. That's why he watches TV.

He understands that to get anything done, you have to make the people understand. And so therefore, constantly, we're in a battle of narrative. Unrestricted narrative warfare. Everything is narrative. And in that regard, you have to make sure you forget about the noise and focus on the signal.

And remember, our audience is virtually all activists. So even though it may not be the biggest, it doesn't have to be. It's the people that are out there in the hinterland that are on the school boards. They now control so many state parties. Our mantra is you must use your agency. It's a spiritual war. The divine providence works through your agency.

*I remember a precinct captain strategy: You called on people to get active on that level to monitor elections and gain control of the G.O.P. from the ground up.*

The Republican Party is structured as basically a grass-roots party. But they've never filled the precincts. And that's where we fill them, just with our guys. That's how we control all these political parties, from Utah to Arizona to Georgia. Governor Brian Kemp doesn't control that. It's all controlled by the grass roots.

*The Republican establishment never was interested?*

No, hated it. Not just not interested. The Republican establishment is all guys in blue blazers and khakis going to the club. These are the unclubbable people.

And think about what this movement did. It did three things that have never been done before, with no money. It removed a sitting speaker of the House for the first time in history. It removed the minority leader, who I would argue is the most powerful Republican you've had in 50 years, Mitch McConnell. And then we removed the entire R.N.C. Think about it. Ronna McDaniel and all her people.

These guys are never going home unless you beat them.

Victory begets victory.

*Do you know the demographics of these activists? Education? Race? Income?*

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

First off, I would say 60 percent female. Female and over 40 years old. A lot of that, a third of them brought in by the pandemic, and the Moms for America. A ton of moms, women who didn't read a lot of books in college. They're not politically active. They had no interest. It was only later in life, as they became the C.O.O. of the American family, they realized how tough it was to make ends meet.

And then they saw the lack of education, and it was really the pandemic when they walked by the computer and saw what the kids are doing. They're now at the tip of the spear.

*Do you worry that your broader movement will be fatally poisoned by antisemitic elements, the conspiracy crazies?*

We're the most pro-Israel and pro-Jewish group out there. What I say is that not just the future of Israel but the future of American Jews, not just safety but their ability to thrive and prosper as they have in this country, is conditional upon one thing, and that's a hard weld with Christian nationalism.

*If I can make one comparison: Early in my career, I worked for Bill Buckley. His manner at National Review reminds me a little of some of the things you do. He created an intense sense of belonging: We're the conservative movement. We're all in this together. Every day we're marching forward. But he also had a strong sense of who was a wack job, a conspiracist. And he was going to draw a line. Pat Buchanan was on the other side of the line.*

So what I admire about Buckley is obviously the intense thing of belonging. What I don't admire is the no-fight. It's very much an intellectual debating society, right?

I use you and George Will as examples of this all the time. Brilliant guys, but this is a street fight. We need to be street fighters. This is going to be determined on social media and getting people out to vote. It's not going to be debated on the Upper East Side or Upper West Side.

*I've found that most people are pretty reasonable. You can have a conversation, and you'll at least see where they're coming from.*

I think you're dead [expletive] wrong.

*That's where we disagree.*

No, it's 100 percent disagree. What are you talking about? They think you're an exotic animal. You're a conservative, but you're not dangerous. You're reasonable. We're not reasonable. We're unreasonable because we're fighting for a republic. And we're never going to be reasonable until we get what we achieve. We're not looking to compromise. We're looking to win.

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

Now, the biggest element that Buckley had that the book “Bowling Alone” had, and you talk about, is the atomization of our society. There’s no civic bonding. There’s no national cohesion. There’s not even the Lions Club things that you used to have before. People tell me all the time: “You changed my life. I ran for the board of supervisors, and now I’m on the board of supervisors.” They have friends that they never had met before, and they’re in a common cause, and it’s changed their life. They’re on social media. Every day, they have action they have to do.

*This was Hannah Arendt’s point that loneliness is a seedbed for authoritarianism. But you’re not about conversing with the other side, you’re just fighting with the other side.*

What do you mean, not conversing with? There’s nothing to talk about.

*Well, how about you have a conversation with the Biden administration. The Biden administration has spent a lot of money. And now, when I go to central Ohio, they’ve got an Intel plant coming in. You go to upstate New York, they’ve got a Micron plant. These are benefits for the working class.*

Some of that stuff’s OK. But on the fundamental direction of the country, we are separate. We are two different worldviews. And those worldviews can’t be bridged.

*That’s not the way George Washington communicated. It’s certainly not the way Abraham Lincoln communicated. I mean, I know that’s cliché, but go to the second inaugural. Slavery is not a North or South problem; it’s an American problem. He was emphasizing national unity.*

Hang on, hang on, hang on. After he had burnt — good god, man, I can’t believe you used that example. After he burned the South to the ground —

*They declared war.*

In fact, let’s go back to the speech. He actually leads, what led up to it, and then that powerful phrase, “the war came.” Basically, we tried to compromise. “The war came.” Columbia, Atlanta. I burned it to the ground. The inherent powers of the Constitution. He was a military dictator because he had to be, right?

Don’t sit there and say, oh, that’s all happy-talk language at the end. Remember, in war, take the moral high ground, totally and completely destroy your opponent.

*What does that mean, though? If they have 50 percent of the country, then they have 50 percent of the Congress.*

Well, let’s say this. We win, we pick up five or six seats — we have 55 seats in the Senate. We pick up five or six seats in the House, and we have the executive branch. And this time, we have much more savvy and understanding.

*What does the Justice Department look like? What kinds of changes would Trump make?*

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

I think they'll hit it with a blowtorch.

*When did you come to see the world this way? I mean, obviously, you were at Harvard Business School and Goldman Sachs. Did you have a front-row seat and think, "Oh, this sucks"?*

I took Michael Porter's classes at Harvard back in the '80s, and globalization was — Harvard, at that time, treated this as the second law of thermodynamics. It was a natural property that could not be questioned. And then I went to the M&A department at Goldman Sachs and I worked with Hank Paulson. I was put on a lot of things to sell companies. You could just see America was being gutted. You had Mike Milken and the junk bond guys, and they were after these companies. And you go out there, and the companies were not particularly well run.

The guys were always going to the country club, and the management was very detached from labor — you see this evisceration, you saw these jobs going, and they were never coming back.

And then I read Christopher Lasch. I was just doing my thing, had my own finance firm. And then 9/11 happens. And everybody's down singing "God Bless America." And I said, "I wonder how long this 'God Bless America' phase is going to go." I was adamantly opposed to Iraq and Afghanistan. And one of the things that got me the most was I couldn't believe that George W. Bush didn't have his daughters go into the military. How do you do this? I remember reading guys saying we could have much better recruiting if we had those two as symbols.

We're so removed from that kind of Middle America. And my daughter then went to West Point. And when I went up to West Point when she was there, I was blown away by how working-class West Point was — the students. This is the heart of the country. And these kids are going right into this war.

But then, it was 2008 when the collapse hit. I mean, for my dad, AT&T stock was right next to the Catholic Church. In fact, it would be like having shares in the Catholic Church. And when Jim Cramer came on that day and said, If you need cash in the next five years, you got to dump. This thing's over. And when my dad notified me a couple of days later he had dumped his AT&T stock, I go, wow.

I said, this is a guy. He has been a systems player the entire time, right? Telephone company, 50 years, the little guy. You can work your whole life and get [expletive] by this. And who's responsible?

We have a capitalist economy that has no capitalists, right? It has hypercapitalists or state capitalism. You've got to not just reallocate income, you have to reallocate assets. People have to have a stake in this. That's all they're asking for.

15/07/2024, 10:31

Opinion | How Steve Bannon Sees the Future - The New York Times

The MAGA movement controls the Republican Party and backs President Trump. So yes, Trump is a revolution — remember, General Washington, the revolution and the foundation, and then Lincoln, the birth of the new America. And he's the most nationalist guy we've ever had. Remember, fighting the Civil War as a warlord, to make sure that we were a nation. Remember, he's a nationalist.

I hate to say this, but Trump's the third. Trump is taking America back to its more constitutional Republic for the third time, and that drives the credentialed left nuts because he's not just a class traitor, he's a low-end guy from Queens. He's not up to their social — it's too tacky. It's the gold. It's the Trump stuff. They hate him. They hate him to a passionate level. They look at the noise around Trump and miss the signal of what's really happening, and they can't get past that, and they're blinded by it.

*Finally, I've got to ask you about what's about to happen to you — going to prison.*

I spent my 20s on a Navy ship. If I have to spend my 70s in a prison, I'm still fighting. This show will be bigger. My message will be stronger.

*You're not concerned?*

No. I'll get the message out and fight for this. History is a process. I'm kind of honored, in one way, that they hate me so much they feel they have to put Bannon away. Their thing is that if we put Bannon in prison or get him away from his microphone, that'll help us win. It will be the exact opposite.

Every day is a fight. People in this movement, when they talk to me, they say they have a purpose. Once they have a purpose, you can't stop this movement. We're not going to win everything. Just like in Europe, you're going to have defeats. Some days are going to be cloudy. But the sunlit uplands are in front of you. Just keep your head down and keep grinding.

*The Times is committed to publishing a diversity of letters to the editor. We'd like to hear what you think about this or any of our articles. Here are some tips. And here's our email: [letters@nytimes.com](mailto:letters@nytimes.com).*

*Follow The New York Times Opinion section on Facebook, Instagram, TikTok, WhatsApp, X and Threads.*

David Brooks is an Opinion columnist for The Times, writing about political, social and cultural trends.  
@nytdavidbrooks

---

A version of this article appears in print on , Section SR, Page 12 of the New York edition with the headline: How Steve Bannon Sees the Future

15/07/2024, 10:23

A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália | Internacional | EL PAÍS Brasil

 **EL PAÍS**

ASSINE



## Internacional

---

AMÉRICA LATINA · ÁFRICA · EUROPA · ORIENTE MÉDIO · CHINA · EUA

# A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália

Ex-assessor de Donald Trump promove a criação de uma espécie de academia político-religiosa em um mosteiro de Roma

**DANIEL VERDÚ**

Colleparado - 22 SEPT 2018 - 11:44 BRT



15/07/2024, 10:23

A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália | Internacional | EL PAÍS Brasil



O diretor do Instituto Dignitatis Humanae, Benjamin Harnwell.  
ANTONELLO NUSCA

#### MAIS INFORMAÇÕES



**A ascensão de Steve Bannon, o homem que sussurra no ouvido de Trump**

O mosteiro cartuxo de Trisulti (Colleparado), construído em 1204 e inaugurado pelo papa Inocêncio III no topo de uma montanha situada 130 quilômetros a sudeste de Roma, é o novo templo de [Steve Bannon](#) na Europa. O monumento religioso será a nova sede de uma espécie de universidade do populismo que o ex-assessor de [Donald Trump](#) projetou em conjunto com seu braço direito na capital italiana, Benjamin Harnwell, um animador dos círculos ultraconservadores do Vaticano. A nova instituição fornecerá uma base ideológica e religiosa a uma estratégia desenvolvida durante anos para transferir o trumpismo para a Europa e transformá-lo em uma espécie de Internacional Populista. E a nave avança. O [ministro italiano do Interior, Matteo Salvini](#), líder da Liga Norte e muito próximo do norte-americano, concordou em estar neste sábado ao lado de Bannon e da ultradireitista Giorgia Meloni em um encontro em Roma para certificar um acordo para o assalto à Europa.

A tempestade populista que espreita o céu europeu tem seu epicentro em Roma. E Bannon sabe disso faz tempo. O ex-assessor de Trump, cérebro de uma bem-sucedida campanha eleitoral em 2016 e de grande parte do atual

15/07/2024, 10:23

A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália | Internacional | EL PAÍS Brasil

corpo ideológico *antiestablishment* do presidente dos EUA, vive obcecado em transferir seus métodos para o Velho Continente a partir de um dos centros políticos e religiosos mais importantes. Não foi por acaso que Bannon abriu em Roma uma das primeiras sedes internacionais do *Breitbart News*, a publicação que ele dirigia. Aqui, dois partidos populistas — a Liga Norte e o [Movimento 5 Estrelas](#)— governam desde 4 de março, quando arrasaram nas eleições. Além disso, a cidade oferece outro elemento-chave para a nova estratégia.



O mosteiro de Trisulti, sede da Academia do Ocidente judaico-cristão.  
A. NUSCA

Bannon deu em junho de 2014 uma insólita entrevista dentro do Vaticano, promovida pelo *think tank* católico dirigido por Harnwell, o Instituto Dignitatis Humanae (DHI) —que reúne destacados membros da oposição ao [papa Francisco](#). O presidente de seu conselho assessor é Raymond Burke, líder da corrente opositora a Francisco e elo entre a direita religiosa norte-americana e a Santa Sé. O presidente honorário do DHI é o cardeal Renato Martino, atingido pelo recente escândalo desencadeado pelo ex-núncio em Washington Carlo Maria Viganò. Na carta que divulgou em agosto pedindo a renúncia do Papa, Viganò acusava Martino de pertencer à corrente

15/07/2024, 10:23

A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália | Internacional | EL PAÍS Brasil

homossexual da Igreja. Foi um grande erro estratégico, que fez com que tanto Harnwell como Bannon se distanciassem daquele ataque, apesar de sua oposição a Francisco. “Não somos uma organização contra o Papa”, assinala Harnwell, depois de uma pausa dramática de 20 segundos.

A Itália contém todo o passado de que Bannon necessita para fornecer um âlibi cultural judaico-cristão à sua teoria política. Mas também é a cristalização do futuro de suas experiências eleitorais. O laboratório perfeito para lançar uma criatura independente como The Movement, uma plataforma que busca aglutinar todos os partidos populistas da Europa com vistas às eleições de maio. Uma fundação registrada em Bruxelas em 2017 por Mischaël Modrikamen, advogado e membro do minoritário Partido Popular belga. Uma espécie de resposta ao Open Society, de [George Soros](#), que financia lutas civis e que Bannon definiu como “um mal, mas uma ideia brilhante”. Harnwell prefere não entrar em detalhes, mas diz que “funcionará de cima para baixo, assim como o [Tea Party](#) foi forjado”.



Steve Bannon, em Roma o passado março.  
REUTERS

As visitas de Bannon à Itália se multiplicaram desde as últimas eleições. Ela já anunciou que, a partir de agora, passará entre 80% e 90% do tempo na Europa. Os contatos com a Liga se intensificaram e sua influência foi evidente, inclusive em *slogans* como “primeiro os italianos”. Harnwell destaca a oportunidade do lugar escolhido para levantar seu particular centro. “A Itália não é o primeiro país a combater o *establishment*. Isso foi feito antes pelo trumpismo nos EUA e pelo [Brexit](#) em Reino Unido. Mas tudo é muito claro aqui. A Itália pode guiar outros movimentos europeus a partir de sua experiência e iniciativa. Existe um cansaço na Europa pelo fato de ela seguir sempre o que acontece nos EUA, mas se algo nascer dentro destas fronteiras, será distinto. É preciso reconhecer que antes de Salvini já estava [Viktor Orbán](#), de modo que isto já está sendo cultivado há algum tempo. E Bannon os pôs em sintonia”, aponta, dando um passeio pelo templo, cedido como concessão pelo Estado italiano.

Harnwell, que foi assessor político e lobista durante anos em Bruxelas, mostra as instalações da futura academia. Austero, muito devoto —tem a traseira do carro repleta de adesivos de Cristo—, ajoelha-se cada vez que passa diante de alguns dos altares. Marcadamente ideológico, mas com um inconfundível humor britânico, inclusive para brincar sobre si mesmo, aceita o termo populista para definir a corrente política que defende. “Eu o uso no contexto bannonista, trumpista. Significa duas coisas: uma reação contra a globalização e dar o poder ao povo, tirando-o das elites. Não se trata de ir contra os ricos, e sim contra a corrupção do Estado, contra o *establishment*. Os pobres não são pobres por culpa dos ricos, mas por culpa das leis. A elite não deve usar o Estado para seus interesses. Tem de ficar claro: o populismo de Trump e Bannon não se baseia em uma dialética marxista. É mais parecido com o *american way*” (o jeito americano), assinala, sentado em uma sala atrás de uma das capelas.

A universidade populista, financiada com doações privadas, segundo Harnwell, ainda precisará de um ano para começar a funcionar. O lugar, onde só resta o antigo prior do mosteiro, precisa de algumas reformas para poder acolher os alunos. “Faremos retiros, cursos de formação, cursos educativos com professores de alta reputação. Bannon? É o homem mais requisitado do mundo neste momento. Mas tomará as decisões mais importantes do desenvolvimento do projeto. Estamos em comunicação constante. Ele decidirá quais serão os professores, as matérias e os títulos.” Bannon, de 64 anos, divorciou-se três vezes. Salvini, apesar do fato de que na primeira oportunidade exhibe um terço e uma Bíblia nas reuniões, teve um filho fora do

15/07/2024, 10:23

A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália | Internacional | EL PAÍS Brasil

casamento e também vive com sua parceira após um divórcio. Nada de estranho, mas pouco consistente com a doutrina defendida pelo Dignitatis Humanae. Harnwell sorri: “Bom, Bannon sempre diz que não é nenhum católico modelo, mas vê a importância do cristianismo”.

## Reunião em Roma com Salvini e Meloni

Steve Bannon não perde nenhuma chance de voar para Roma e lubrificar um pouco mais a maquinaria do projeto político que está construindo. Em cada viagem, aproveita para se reunir com os líderes da ultradireita italiana e contribuir com seu grãozinho de areia. Harnwell admite esses contatos. “Salvini é um gênio, tem uma intuição fora do comum. E Steve é um visionário, vê as coisas antes de todos. Mas ele não levaria nunca o crédito pelo êxito de Salvini. Fez Trump ganhar sem nunca ter dirigido uma campanha na vida, isso sim. Por isso, tem uma opinião que conta”.

Giorgia Meloni, líder do partido pós-fascista Irmãos da Itália, também pensa assim e convidou Bannon para a festa anual de sua organização neste fim de semana. O encontro será realizado sob o lema “Europa contra Europa” e também contará com a presença do ministro do Interior da Itália e líder da Liga Norte, Matteo Salvini. Espera-se que durante o encontro Meloni inclua seu partido na plataforma The Movement, criada para as eleições europeias de 2015.

O encontro, em plena Ilha Tiberina, em Roma, durará três dias. Haverá debates e foros de discussão política, principalmente entre os membros do partido. Bannon, que será entrevistado por um jornalista italiano, falará em um espaço intitulado “Toda a culpa é dos populismos”.

### MAIS INFORMAÇÕES



#### Ex-estrategista de Trump avança na frente europeia e entra na mira da campanha de Bolsonaro

PABLO DE LLANO NEIRA / BERNARDO DE MIGUEL | MIAMI / BRUXELAS



#### Ideólogo do trumpismo desembarca na Europa: “A história está do nosso lado”

MARC BASSETS / DANIEL VERDÚ | LILLE / POMIGLIANO D'ARCO (NÁPOLES)

## ANEXO 7 – ORBÁN E SEU PROJETO DE EDUCAÇÃO

15/07/2024, 12:12

Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades | Internacional | EL PAÍS Brasil

# EL PAÍS

ASSINE

## Internacional

AMÉRICA LATINA · ÁFRICA · EUROPA · ORIENTE MÉDIO · CHINA · EUA

HUNGRIA >

## Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades

**EL PAÍS**

ASSINE



O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán.  
BERNADETT SZABO (REUTERS)

**ELVIRA PALOMO | AGÊNCIAS**

Madri / Budapeste - 27 ABR 2021 - 16:22 BRT



O Parlamento da [Hungria](#) aprovou nesta terça-feira um projeto de lei que, na opinião dos especialistas, [reforçará o domínio da ultradireita em diferentes áreas, como as universidades](#). Pela nova regra, os centros de educação superior —que são estatais, embora gozem de grande autonomia— passarão a ser administradas por fundações privadas ligadas ao primeiro-ministro [Viktor Orbán](#). Outras instituições públicas, como conservatórios de música, parques, teatros e hospitais, também serão geridas por cerca de 30 fundações criadas para essa finalidade antes das eleições do próximo ano.

**MAIS INFORMAÇÕES**

 KRAKOW,  
POLAND -  
FEBRUARY  
17: The

O projeto de lei, redigido pelo vice-primeiro-ministro Sándor Pintér, diz que as universidades devem adotar esse modelo porque as condições modernas exigem uma “reconsideração do papel do Estado”, acrescentando que as fundações administrarão “com mais eficiência” as instituições. O Governo

## EL PAÍS

ASSINE

**extremista Orbán e como controlar o ensino é essencial para seu projeto**



presidente

Jair

Bolsonaro

**A correia de transmissão do autoritarismo no Brasil de Bolsonaro**

**Países europeus fazem tentativas incertas para conter a extrema direita**

as fundações, que controlarão ativos imobiliários públicos e se beneficiarão de bilhões de euros dos fundos da União Europeia, ao mesmo tempo em que terão uma influência considerável na vida cotidiana das universidades. Com a mudança de modelo, 11 das 16 universidades públicas do país passarão a ser dirigidas por uma dessas fundações e outra, pela Igreja católica.

O Executivo justifica essa reforma pela necessidade de que a gestão dessas instituições seja independente e não se veja afetada por mudanças de Governo. [Mas analistas avisam que por trás dessa aparente boa intenção existe uma armadilha](#), porque os diretores das fundações, cuja nomeação é por tempo indeterminado, serão escolhidos pelo Governo atual. “Este é mais um passo para controlar toda a sociedade e para garantir que mesmo que o Fidesz seja expulso do Governo, esse partido continuará mantendo o poder”, explica ao EL PAÍS Zsolt Enyedi, professor da Universidade Central Europeia (CEU).

Um aspecto-chave é quem estará por trás dos conselhos de administração das fundações. “Eles serão supervisionados por figuras leais ao Fidesz, como a ministra da Família e vice-presidenta do partido de Orbán, Katalin Novák, o ex-ministro de Justiça Tibor Navracsics e o empresário Gergely Böszörményi-Nagy”, aponta Tamás Ziegler, professor de Direito da Faculdade de Ciências Sociais da universidade Eötvös Lorand, em Budapeste. “Acredito que este seja o próximo passo nas políticas governamentais para assumir o controle das universidades”, enfatiza Ziegler, que pesquisou as restrições ao sistema acadêmico sob o Governo do Fidesz.

O novo formato de administração já foi posto em prática em setembro na Universidade de Artes Teatrais e Cinematográficas (SZFE), onde foi criada uma fundação gestora que retirava da diretoria da instituição a responsabilidade sobre o orçamento, as normas de funcionamento e a nomeação do reitor e dos professores. Ziegler lembra que a diretoria e vários docentes renunciaram e os universitários organizaram protestos, mas lamenta que essas ações não tenham surtido efeito. Antecipando-se à votação desta terça-feira, várias organizações de estudantes convocaram um protesto online e declararam um dia de luto pela autonomia das universidades.

## EL PAÍS

ASSINE

[americano de origem húngara George Soros](#), um prestigioso centro acadêmico, progressista e liberal com sede em Budapeste e financiado em grande parte pelo magnata. Finalmente, a Justiça europeia declarou ilegal aquela lei por considerar que violava as normas comunitárias sobre liberdade de criação de instituições de ensino.

### Identidade nacional

O projeto de lei estipula que “a expectativa fundamental é que as fundações defendam ativamente a sobrevivência e o bem-estar da nação e os interesses de enriquecer seus tesouros intelectuais”. As fundações que dirigem algumas das instituições culturais terão tarefas patrióticas, como a de “fortalecer a identidade nacional”.

Os críticos dizem que a nova legislação é um mais um passo do Executivo ultraconservador [para ampliar seu poder e sua influência ideológica](#). “Isso é parte da guerra ideológica que Orbán declarou há dois anos”, lembrou Attila Chikan, que participou do primeiro Governo de Orbán em 1998 e agora é professor da Universidade de Economia Corvinus, em Budapeste. “Querem assumir o poder intelectual depois do poder político e econômico”, acrescentou.

“Um futuro novo Estado perderia todos os poderes [sobre essas instituições] mesmo no caso de uma mudança de Governo”, denunciou Erszébet Schmuck, do partido ambientalista LMP. A deputada do partido esquerdista Párbeszéd (Diálogo), Tímea Szabó, denunciou “a transferência dos bens públicos para os amigos” do Governo. Gergely Arato, deputado do partido opositorista Coalizão Democrática, afirmou que o projeto retiraria “a propriedade, as tradições, a comunidade, o conhecimento” do povo húngaro e os entregaria aos aliados do Governo.

Orbán, que chegou ao poder em 2010, [vem reforçando seu controle sobre grande parte da vida pública húngara](#), como a mídia, a educação e a pesquisa científica, enquanto procura remodelar a cultura nacional. O primeiro-ministro expôs as mudanças em um discurso em 2018, quando imaginou uma nova “era cultural”. Seu Governo, que promove o que chama de valores cristãos e conservadores e é fortemente contrário à imigração, restringiu a adoção por homossexuais e o reconhecimento legal das pessoas transgênero.

15/07/2024, 12:12

Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades | Internacional | EL PAÍS Brasil

**EL PAÍS**

ASSINE



## Ascensão, o glória e queda do homem forte de Orbán em Bruxelas

GUILLERMO ABRIL / MARÍA HERVÁS | BRUXELAS | MADRI



## União Europeia inicia batalha contra deriva autoritária na Hungria e na Polónia

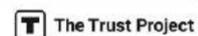
LLUÍS PELLICER | BRUXELAS

### ARQUIVADO EM

Hungria · Viktor Orbán · Universidade · Populismo · George Soros · Extrema direita · Diplomacia · ▼

Adere a

Mais informações &gt;



Se você estiver interessado em licenciar este conteúdo, favor contatar [ventacontenidos@prisamedia.com](mailto:ventacontenidos@prisamedia.com)

## ANEXO 8 – PALESTRA DE BELISÁRIO PENNA

INÍCIO  
(<https://Integralismo.org.br/nacionalismo/>) INSTITUCIONAL ▾ ATUALIDADES ▾

BIBLIOTECA ▾ AÇÃO ▾ LOJA  
(<https://loja.integralismo.org.br/>)(<https://integralismo.org.br/contato/>)

# A Mulher, a Família, o Lar e a Escola

Belisário Penna

Nas sociedades primitivas a mulher não passava de um bem móvel, de reprodutora e de escrava do amo. No decurso dos séculos a situação foi se modificando até atingir a mulher os mais elevados postos nos campos das atividades humanas. Modernamente as prerrogativas por ela alcançadas pouco se afastam das dos homens, excedendo-se até certo ponto. Essa transição não se fez sem grandes sobressaltos e graves perturbações. Disso tem resultado a diminuição progressiva de respeito e consideração que aos homens inspirava a mulher, nivelada hoje a eles pelas licenciosidades que se permitem.

A fé, o pudor e o recato femininos, que são as armas mais poderosas e os predicados mais preciosos da mulher, dia a dia se enfraquecem. Sem essa armadura ela passa de anjo a demônio, torna-se em ser desprezível, transformada em simples objeto de prazeres ignóbeis.

A fé, o pudor e o recato feminino acrescidos da cultura, hoje tão fácil de adquirir, são a couraça da união conjugal, do amor materno, do apego ao lar e do fortalecimento e da moralidade da família. Todos esses fundamentos essenciais de uma sociedade bem constituída se desfazem, uma vez extintos na mulher aqueles predicados.





Belisário Penna

A moeda, a dança, a pintura, o teatro, o cinema, a imprensa, a literatura, todas as diversões modernas, que, bem orientadas, podem ser excelentes meios de instrução e de educação moral e cívica, hoje contribuem para o despudor e degradação da mulher.

A seminudez das mulheres nos bailes, teatros e banquetes, a quase nudez nas praias, a representação na tela dos cinemas de atos os mais íntimos, as cenas de amores e beijos, com requintes de lascívia, assistidos sem vexame por senhoras, moças e meninas, são um atestado do relaxamento moral da época presente, uma provocação libidinosa, uma afronta ao pudor, o perfume delicado, o talismã com que a mulher consegue impor-se ao respeito e à estima dos homens.

Urge, a bem da humanidade, um corretivo à loucura da mulher de querer igualar-se ao homem em tudo e por tudo, em contraposição às leis biológicas quando o que lhe compete é procurar corrigi-los dos seus vícios e desregramentos.



A mulher encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família, fundamentais para a educação física e moral da prole; da escola, e de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadas e sadias, tais a assistência social, sobretudo as que visam amparar as mães e as crianças — maternidade, creches, preventórios, lactários, escolas de mães, orfanatos, institutos de artes domésticas. Nada disso impede, antes exige a cultura e o aprimoramento do espírito.

Por abandonar a mulher as suas elevadas atribuições naturais para debater-se no pantanal de egoísmos e de vícios em que vivem os homens é que o lar e a família atravessam tremenda crise de relaxamento e dissolução. Enquanto ela se manteve adstrita aos deveres naturais de senhora do lar, de zeladora da sua economia, de educadora dos filhos, os homens eram bem melhores do que hoje.

Grande, senão a maior culpa da desorientação mental que vai pelo mundo, do materialismo sórdido e da amoralidade em que se chafurda a humanidade cabe à mulher pelo seu alheamento do lar, com repercussão nefasta na família, fundamento da solidariedade social.

Mas se enfraquece o lar com o sistema moderno dos apartamentos em grandes edifícios, verdadeiras casas de cômodos de alto estilo, onde não entra a natureza com quintal e jardim, flores e pequena criação. São apartamentos, onde não há prazer em estar, é um suplício para as crianças.

Os desperdícios, as extravagâncias e desenvolturas das mulheres, sobretudo na América do Norte, vão numa crescente apavorante, sem que se possa imaginar até onde irão — *Abyssus abyssum invocat*. O cinema incumbe-se da sua divulgação e imitação em todo o mundo.

Cabe em grande parte a culpa disso ao industrialismo, ao funcionalismo excessivo, ao êxodo das populações rurais para as cidades, ao gosto pelo luxo, às múltiplas instituições de caráter mais comercial do que social — associações recreativas, clubes, cassinos, cabarés, cinemas, empresas de viagens, salões de chá dançantes, institutos de esportes, que brotam como cogumelos em toda parte e monopolizam o tempo e o pensamento, acarretando o descuido dos filhos e do lar, onde se come às vezes e se dorme durante o dia. Nas classes elevadas das grandes cidades, limitado é o número de mulheres que sabem escolher e conciliar as diversões e os sagrados deveres do lar.



Para o seu enfraquecimento e dissolução nas classes médias, contribui bastante a crescente carestia da vida, o aluguel elevado da casa, e a pressão cada dia maior das necessidades criadas pelos novos inventos, dispendiosos, além da preocupação comum a muita gente de aparentar fortuna e acompanhar todos os caprichos da moda, criações de espertalhões da indústria e do comércio, que exploram a frivolidade de mundanas desocupadas e de cocotes favoritas de magnatas viciosos.

Nas classes de trabalho, o que mais enfraquece a família é a falta de lar próprio, a mudança frequente, a alimentação deficiente, a falta de conforto, de espaço e de higiene da habitação, raramente propriedade do ocupante, quer nas cidades, quer nos campos. É gente errante, de saco sempre às costas, de subúrbio em subúrbio, de casebre em casebre, de cômodo em cômodo das abjetas habitações coletivas, nas cidades; de fazenda, de Município, de Estado em Estado, os trabalhadores rurais.

Das causas apontadas resultam consequências calamitosas para a sociedade, desorganização ou deficiência do trabalho, doença multiforme e generalizada, apavorante mortalidade, incremento dos vícios da prostituição, da demência e do crime; processos anticoncepcionais e a indústria ignominiosa do aborto provocado, largamente difundida e das mais prósperas para gáudio dos seus asquerosos exploradores e consequências mórbidas desastrosas, seguidas frequentemente de morte precoce das mulheres que recorrem a esse crime contra a natureza. As mudanças operadas na mulher, desviando-a dos seus atributos naturais, perturbaram profundamente o lar e a sociedade. Os divórcios aumentam em proporções alarmantes. Nos Estados Unidos contavam-se em 1920 à razão de 1 por 25 casamentos. Há que combater por todas as formas essa tendência à destruição dos fundamentos essenciais da sociedade.

A natalidade mingua, a população debilita-se, estaciona ou decresce, a família desmantela-se, o lar dissolve-se e a sociedade entra em corrupção e ruína.

De que dependem o vigor, a operosidade e o progresso material e moral de um povo?

Da fortaleza e vitalidade da célula ou unidade fundamental da sociedade — a Família.

De que dependem a fortaleza e vitalidade da Família?



Do lar próprio e higiênico e da ação e vigilância permanente da mulher.

A família bem constituída, fixada em imóvel de sua propriedade, é a base da pirâmide social — lar, trabalho e diversões. Nenhuma instituição humana tem, pela quantidade e pela sua finalidade, a significação do lar. O Brasil, por exemplo, com 40 milhões de habitantes, deve contar cerca de sete milhões de lares. Diante dessa cifra, torna-se ridículo o número de escolas, colégios, edifícios públicos, casas de diversões, fábricas, etc.

No entanto, faz-se erradamente juízo do progresso de uma cidade pelo aparato dos seus edifícios públicos e particulares, casas de diversões, avenidas, praças, sem levar em conta as condições de vida e a salubridade dos lares das classes desfavorecidas da fortuna.

A sua função primordial é a criação e educação da infância. Essa responsabilidade, por si só, faz do lar um dos fundamentos da sociedade.

Num Estado constituído sobre o fortalecimento da família, pela propriedade do lar salubre; sobre a educação intelectual, moral e profissional; sobre o estímulo e o amparo ao trabalho, sob todas as suas modalidades, num Estado assim organizado, não se propagam as doenças, não proliferam maus vícios e maus exemplos, não frutificam maus hábitos.

Nele reinarão a paz, a saúde, a prosperidade e a alegria, em virtude das condições de vitalidade das células do organismo social.

Exemplos dessa felicidade verificam-se nos países escandinavos.

Aqui mesmo, no Brasil, observa-se fato idêntico nas regiões agrícolas de pequenas propriedades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Espírito Santo.

Para o progresso social é indispensável o saneamento da família pela educação, pela assistência e pela propriedade do lar e da terra, de onde possa cada uma, pelo trabalho inteligente, fecundo e moralizador, suprir-se da alimentação variada e sadia, e adquirir proventos para as demais necessidades da vida, de modo a garantir a saúde, elemento primordial do trabalho, por sua vez o fator da produção e do caráter.



O lar urbano ou rural instituído em teto alheio, por aluguel ou arrendamento, é, de regra, descuidado. O ocupante, salvo raras exceções, não se interessa pela sua conservação, muito menos por melhoramentos, adquirindo hábitos de relaxamento. O proprietário, por sua vez, não atende, ou o faz parcimoniosamente às reclamações. Dessa forma crescem o relaxamento e a má vontade do inquilino, tudo isso em prejuízo da educação, da disciplina, da saúde e coesão da família, cujos membros se dispersam, as crianças para a rua ou para o campo, os homens para os botequins, bodegas e espeluncas, porque é apenas lugar onde comem e dormem sem prazer.

Não é assim, geralmente, quando o imóvel é de propriedade da família, que tem todo o interesse em conservá-lo e melhorá-lo porque valoriza o que é seu, para gozo e proveito próprio, sem receio de aumento de aluguel e de despejo.

Constitui-se assim um lar salubre, atraente, educativo, operoso e moralizado, fator de bem-estar e concórdia, de cooperação e altruísmo, de paz e alegria, com benéfica e incalculável repercussão social.

O apego ao lar é condição precípua da eficiência hígida e moral da família, e a propriedade do imóvel fator indispensável dessa eficiência.

A aspiração mais legítima de todo chefe de família é possuir um teto e um pedaço de terra. Os que não conseguem realizá-la (esses constituem a imensa maioria do Brasil) tornam-se negligentes, viciosos, a caminho da doença e da miséria, arrastando a família na sua desgraça, numa vida errante, enchendo os cemitérios com a hecatombe das proles até sucumbir na prisão ou num catre de hospital de misericórdia.

Esse o negro fadário de milhões de famílias brasileiras. Escolas, edifícios suntuosos, avenidas, mostruários deslumbrantes, tudo isso pouco significa como fator de prosperidade coletiva, se os lares dos proletários e das classes médias, que são a grande maioria da população e constituem os órgãos de nutrição e de reprodução da sociedade, forem insalubres, descuidados, antros de desconforto e discórdias, de doenças, vícios e degeneração.

As crianças são as vítimas preferidas da miséria e das más condições dos lares. A mortalidade infantil atinge neles cifras aterradoras. As infecções entéricas, as verminoses, a tuberculose, a sífilis e os males venéreos produzem grandes devastações; a prostituição colhe as suas vítimas desde antes da puberdade; o alcoolismo, a demência e o crime encontram nele o seu valhacouto.

Mais de 70% das famílias brasileiras não possuem casa própria, um lar permanente que as fixe no solo. A não ser no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, onde a monarquia fixou famílias de origem estrangeira em pequenas propriedades, em todo o Brasil o elemento genuinamente nacional vegeta em ranchos de taipa e sapê nos latifúndios, ou aviltado nos morros, nos mangues e nos subúrbios das cidades, em cafuás, mocambos e casa de cômodos, assim denominadas as pocilgas humanas que lhes servem de abrigo, exploradas pela ganância dos burgueses apatacados.

### **LEIA TAMBÉM A Família, a Indissolubilidade e o Divórcio**

(<https://integralismo.org.br/documentos/a-familia-a-indissolubilidade-e-o-divorcio/>).

Não será essa uma das principais causas da corrupção política, da anarquia mental, da fragilidade econômica e da bancarrota financeira e moral do Brasil?

Em quase meio século de poder, nunca a democracia liberal cogitou desse magno problema nacional, nunca se preocupou com a habitação e as condições de vida das classes trabalhadoras. Encalacrou o país com vultuosos e numerosos empréstimos externos, destinados sobretudo à distribuição de polpudas comissões aos intermediários e associados da politicalha, o restante às obras de utilidade, algumas, e muitas de simples fachada, de custo decuplo do seu valor real.

Empréstimos e repetidas emissões enriqueceram da noite para o dia magnatas das finanças e da politicalha, que afrontam com palácios e automóveis de luxo a penúria geral de funcionários e proletários.

E ousam apregoar ser esse o regime do povo, para o povo, e pelo povo!

Na cegueira do egoísmo, da amoralidade e dos prazeres materiais, não podem estas castas espoliadoras da nação compreender o progresso e a segurança do Estado e a delas próprias, firmam-se muitíssimo mais na abundância e fixidez, pela propriedade, de lares operosos e sadios do que nos exércitos e nas indústrias, que milhões de lares independentes contribuem muito mais para o progresso humano do que centenas de poderosas instituições.



Ao contrário, irritam-se até o desespero, com a marcha vitoriosa do Integralismo, cuja doutrina faz da família um dos vértices do triângulo Deus, Pátria e Família.

Não há, portanto, que estranhar a fúria com que alguns comunistas, camuflados demoliberais, investem contra as falanges do Sigma. Estão na sua função odiosa de destruidora da fé, do nacionalismo e da família; de transformadores das mulheres em vacas leiteiras para fornecimento de leite aos filhos do Estado ou de ninguém.

Razão poderosa para prosseguirmos sem esmorecimento na nossa patriótica cruzada, certos, como repete constantemente o companheiro Ernani de Moraes, de que "nossa hora chegará" para o bem do Brasil e castigo dos réprobos.

Cabe às escolas integralistas o dever dominante de entreter nos alunos o sentimento vivo da responsabilidade da família e do lar no conceito social, à igreja o de inculcar entre os fiéis o conhecimento exato da poderosa repercussão do lar no progresso e moralização da humanidade.

A escola deve ser um prolongamento ou uma expressão da vida familiar, pelas atividades comuns a uma e outra, tais as formas de cooperação, a autoridade, a disciplina, a obediência, o trabalho, a recreação e o respeito mútuo, princípios indispensáveis à paz e prosperidade coletivas.

Esses princípios devem ser implantados não só para eficiência da escola, como por sua benéfica influência sobre os educandos, em cujos cérebros receptíveis se gravarão, para despertar em todo tempo e serem praticados nos respectivos futuros lares.

É indispensável habituar as crianças à prática das virtudes higiênicas, asseio do corpo, das vestes e do espírito, sobriedade, laboriosidade, recreio e exercício físico adequados, assegurar-lhes oportunidades para agricultura, jardinagem, dietética e cozinha; que todo o menino e menina pratique artes domésticas e aprenda puericultura; que a atmosfera da escola esteja sempre saturada dos sentimentos de cooperação, de altruísmo, alegria e dever, e dela sejam banidos o temor e o egoísmo.

Para o bem da sociedade e da Pátria, haverá depois do lar e da família, função de maiores responsabilidades e mais dignificante do que a do educador?

E a quem cabe essa função, senão à mãe de família no lar, e à educadora na escola?



Blusas-verdes! Bem sei que essa é a vossa mística. Praticando-a nos ditames da moral cristã, do amor à Pátria, influireis decisivamente na moralização da política, dos costumes públicos e particulares, dos colégios, das academias, das fábricas, e na volta aos seus deveres naturais, de criaturas desviadas pela infiltração de ideologias materialistas.

Fazendo minhas as palavras de vossa Chefe, companheira Irene de Freitas Henriques, digo: "Considero como crime de lesa-pátria a atitude indiferente dos brasileiros em geral, e em particular da mulher brasileira, em face de uma doutrina como sói ser a integralista, que se apresenta com tais credenciais, que jamais alguém poderá duvidar da sua capacidade de revolucionar integralmente a Sociedade Brasileira".

E essa transformação, tendo que ser a resultante de uma transformação completa da Alma Brasileira no sentido do rigoroso cumprimento de todos os deveres para com a Família, para com a Pátria, e para com Deus, nada melhor talhado, dados os seus predicados, com que houve por bem Deus doar sempre as coisas deste território, do que a "alma da mulher".

E para encerrar com fecho de ouro esta fastidiosa palestra, incluí nela o vibrante artigo "A Grande Missão", da autoria da reputada escritora Iveta Ribeiro, publicado no suplemento de "A Offensiva" de 11 do corrente.

Quero que as blusas-verdes e as pessoas presentes que não o leram, vibrem como eu, ouvindo essa peça notável, que é, em grande parte, síntese, em estilo lapidar, da minha palestra.

Grande Missão Redentora deveria ser o título desse apelo ansioso às mulheres desviadas dos seus atributos naturais, para que se penitenciem dos erros, das loucuras e dos crimes que vêm praticando contra o sexo e a humanidade. Ei-lo:

"Numa época de verdadeira anarquia moral; quando os povos se debatem arrastados, perturbados, muitos enlouquecidos pelos choques tremendos de correntes subversivas mascaradas, quase sempre, com rótulo dourado de 'correntes evolucionistas'; quando Deus, para milhares de indivíduos, deixou de existir e quando seus grandes apóstolos são ridicularizados nas suas doutrinas espirituais, insultados nas suas crenças e espeznhados nos seus símbolos mais sagrados; quando o negro espírito da guerra assenhoreia-se de responsabilidades pelos destinos políticos dos povos; quando a barbárie rediviva, saindo desenfreada dos escombros da história do mundo para

zombar das realizações maravilhosas da civilização, arma as mãos dos homens de agora para destruir as obras magníficas dos homens do passado; quando o livro é trocado pelo boletim subversivo, que incita as carnificinas, as mais assombrosas selvagerias e as mais ferozes atrocidades capazes de envergonhar os selvagens dos invios rincões africanos; quando tudo quanto era apanágio da evolução mental da humanidade se transforma em crimes à luz rubra que procura ofuscar a luz branca e pura da Razão, o clarão do Direito e a claridade da Crença; quando se tenta destruir a instituição sagrada da família para sobre suas ruínas erguer a organização amoral, animalizada do amor livre; quando o lar já quase não representa nada porque os lupanares dourados atraem tanto a mocidade como a velhice, tanto alucinante dos prazeres materiais; quando nada mais se pode esperar de um momento universal a refletir-se, triste e perigosamente, no nosso 'momento nacional', é chegado o instante de reagir, chamando à luta pela salvação geral, a força mais eficiente da humanidade – a Mulher!

É chegado o momento sagrado de tocar a reunir o remanescente impoluto desse grande todo construtivo, porque, agora dele, desse elemento básico das sociedades humanas, dependerá salvação do mundo.

Quando faliram todos os processos políticos; quando as chancelarias já não dispõem de elementos capazes de resolverem as questões da política internacional e que as próprias religiões já não demonstram possuir forças morais para deter na queda para o materialismo mais bruto milhões de criaturas perdidas num caos de loucuras medonhas, chegou a vez da mulher mostrar que compreende bem o seu alto papel em face do mundo, que sabe cumprir com segurança seus deveres recebidos, impostos pelo próprio Deus!

Não será de certo, por meio desse falso feminismo que devasta tantas almas, que tem levado e está levando a sociedade e as nações a regressos lamentáveis, que ela conseguirá desempenhar-se de sua missão natural e sublime, nem cumprir seus deveres múltiplos, básicos, indispensáveis para o bem-estar da humanidade.

Não será esquecendo os costumes familiares e seculares de suas Pátrias, velhas nações, grandes e fortes, ou pátrias jovens, pletóricas de forças vivas, puras e criadoras, não será estabelecendo como padrão universal de mulher moderna as figuras despessoalizadas, espetaculares, impúdicas que imperam nas telas do cinema, nem copiando as ideias nefandas de algumas agitadoras criadas pela política maldita dos armamentistas, que a mulher poderá retomar seu lugar de verdadeiro alicerce moral da civilização!

Não! Não será por nenhum desses modos que ela reconquistará o respeito que lhe é devido, nem a sagrada soberania sobre os destinos da humanidade evoluída, esclarecida pela inteligência, desenvolvida pela ciência e pela sabedoria!

Será reunindo todas as magníficas forças naturais que moram na sua aparente fragilidade; será retomando, voluntária e conscientemente, seu posto de honra no lar – fonte das nacionalidades, berço das individualidades que formam os governantes e os defensores da Pátria, forja onde se amoldam os caracteres das gerações que devem suceder-se em ascensão moral e mental para a glória crescente do ser humano; será readquirindo por vontade própria seu justo lugar ao lado do homem, como sua igual pelo cérebro e pela ação, mas diferente dele nos sentimentos; com os seus direitos políticos e sociais, mas com deveres diferentes por exigência de ordem biológica; será assumindo, gloriosamente, o governo moral da família, como formadora natural de mentalidades irradiantes, de corpos que nasceram da ‘carne da sua carne e do sangue do seu sangue’; será cingindo à frente, orgulhosamente, a coroa de mártir e de santa, que a maternidade consciente e divinizadora lhe oferece pela mão sábia da natureza; será revestindo o hábito branco da honestidade mais completa, quer do corpo, quer da alma; será instruindo-se para dar à Pátria e aos filhos as luzes de seu saber construtivo, colaborando na elaboração das leis humanas para torná-las mais seguras e mais lúcidas; será, enfim, regressando de perigosas digressões por sendas e paragens materialistas, às luminosidades espirituais de uma fé absoluta na Onipotência e na Onisciência de Deus, Criador dos mundos e dos seres, que a mulher terá forças para reerguer-se, vitoriosamente, sobre as derrocadas de agora, trazendo nas mãos sagradas, erguidas para o alto, a dignidade dos povos, feita de justiça perfeita, de paz perene, sabedoria completa e de crença salvadora.

Acorda, Mulher! Cumpre o teu dever, enquanto é tempo... Pelo menos aqui neste rincão da América que Deus abençoa e que se chama Brasil.

Dá o exemplo, BRASILEIRA!”

E vós, Blusas-Verdes de todo o imenso território pátrio, que conservais as tradições de fé, de moralidade, de pudor e candura da mulher brasileira, muito antes do apelo angustioso de Iveta Ribeiro, já vos havíeis disposto a todos os sacrifícios para impedir a propagação do vírus materialista corruptor, inscrevendo-vos nas falanges femininas do Sigma.



Para a frente, sem tibiezas, sem esmorecimentos, e a vossa ação será coroada com a vitória da trilogia redentora – DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA.

**Belisário Penna** (<https://integralismo.org.br/biografia/belisario-penna/>)

Palestra apresentada no I Congresso Nacional Feminino da Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1936.

[\(/#whatsapp\)](#)    [\(/#telegram\)](#)  
[\(/#twitter\)](#)    [\(/#email\)](#)    [\(/#print\)](#)  
[\(/#copy\\_link\)](#)



PORTAL NACIONAL

📅 6 06-03:00 JUNHO 06-03:00 2022    ([HTTPS://INTEGRALISMO.ORG.BR/AUTHOR/AD](https://integralismo.org.br/author/ad))



DOCUMENTOS

([HTTPS://INTEGRALISMO.ORG.BR/CATEGORY/DOCUMENTOS/](https://integralismo.org.br/category/documentos/))

Os índios conheciam a propriedade privada?

(<https://integralismo.org.br/documentos/os-indios-conheciam-a-propriedade-privada/>) →

← Que quer dizer "Anauê"? (<https://integralismo.org.br/documentos/que-quer-dizer-anaue/>)



O Brasil não é uma ilusão de ótica  
(<https://integralismo.org.br/opinia/o-brasil-nao-e-uma-ilusao-de-otica/>)

12/05/2024



(<https://integralismo.org.br/opinia/o->

brasil-nao-e-uma-ilusao-de-otica/)



(<https://integralismo.org.br/opinioao/rio-grande-do-sul-e-a-uniao-do-povo-brasileiro/>)

Rio Grande do Sul e a união do povo brasileiro  
(<https://integralismo.org.br/opinioao/rio-grande-do-sul-e-a-uniao-do-povo-brasileiro/>)

07/05/2024

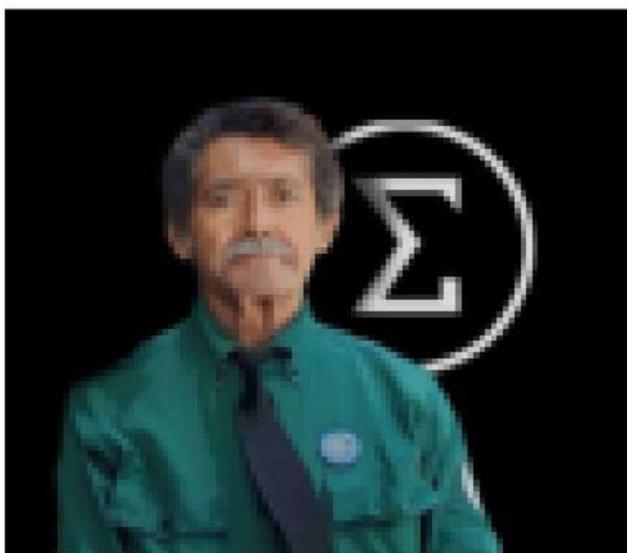


(<https://integralismo.org.br/opinioao/a-vida-privada-salvara-o-estado/>)

A vida privada salvará o Estado  
(<https://integralismo.org.br/opinioao/a-vida-privada-salvara-o-estado/>)

02/02/2024





Francisco Carlos de Lima, in memoriam  
([https://integralismo.org.br/moviment  
carlos-de-lima-in-memoriain/](https://integralismo.org.br/movimento-carlos-de-lima-in-memoriain/))

04/01/2024

([https://integralismo.org.br/movimento/francisco-  
carlos-de-lima-in-memoriain/](https://integralismo.org.br/movimento/francisco-carlos-de-lima-in-memoriain/))



Orientações para a ação integralista  
([https://integralismo.org.br/movime  
para-a-acao-integralista-em-2024](https://integralismo.org.br/movimento-para-a-acao-integralista-em-2024))

02/01/2024

([https://integralismo.org.br/movimento/orientacoes-  
para-a-acao-integralista-em-2024/](https://integralismo.org.br/movimento/orientacoes-para-a-acao-integralista-em-2024/))





Mensagem de Natal e Fim de Ano de 20:  
(<https://integralismo.org.br/opiniao/mensagem-de-natal-e-fim-de-ano-de-2023/>)  
24/12/2023

(<https://integralismo.org.br/opiniao/mensagem-de-natal-e-fim-de-ano-de-2023/>)





**Conferência regional integralista é realizada em Fortaleza**

**(<https://integralismo.org.br/cotidiano/conferencia-regional-integralista-e-realizada-em-fortaleza/>)**

(<https://integralismo.org.br/cotidiano/conferencia-regional-integralista-e-realizada-em-fortaleza/>)  
14/12/2023



## integralismo.org.br

(<https://www.integralismo.org.br/movimento/facebook-derruba-contas-de-integralistas/>)  
([https://twitter.com/integralismo\\_](https://twitter.com/integralismo_))

(<https://www.integralismo.org.br/movimento/facebook-derruba-contas-de-integralistas/>)  
(<https://www.integralismo.org.br/videos/>)    (<https://t.me/integralismobrasil>)



(<https://gettr.com/user/integralismobr>)

(<https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMnUogswN-6Aw?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BRpt-419>)

### **INSTITUCIONAL**

- › Apresentação (<https://www.integralismo.org.br/apresentacao/>)
- › Conselho Diretivo (<https://www.integralismo.org.br/conselho-diretivo-nacional/>)
- › Presidência (<https://www.integralismo.org.br/presidencia-nacional/>)
- › Contato (<https://www.integralismo.org.br/contato/>)

### **CONTEÚDO**

- › Síntese Doutrinária (<https://www.integralismo.org.br/sintese-doutrinaria/>)
- › Perguntas e Respostas (<https://www.integralismo.org.br/perguntas-e-respostas/>)
- › Apêndice Histórico (<https://www.integralismo.org.br/apendice-historico/>)
- › Manifestos (<https://www.integralismo.org.br/manifestos/>)

### **AÇÃO**

- › Contribuição Financeira (<https://www.integralismo.org.br/contribuicao-financeira/>)
- › Calendário de Atividades (<https://www.integralismo.org.br/calendario/>)
- › Encontre um Núcleo (<https://www.integralismo.org.br/presenca/>)
- ☑ **Cadastre-se!** (<https://www.integralismo.org.br/cadastro-nacional/introducao/>)

© 2022 · Frente Integralista Brasileira · Todos os direitos reservados.

[Política de Privacidade](#)



